HISTÓRIA DO BRASIL

Boris Fausto

edusp

1ª edição 1994
2ª edição 1995
3ª edição 1995
4ª edição 1996
5ª edição 1997
6ª edição 1998
7ª edição 1999
8ª edição 2000
9ª edição 2001
10ª edição 2002
11ª edição 2003
12ª edição 2004
12ª edição, 1ª reimpressão 2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Fausto, Boris,
História do Brasil / Boris Fausto. – 12. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. – (Didática, 1)

Bibliografia
ISBN 85-314-0240-9

1. Brasil – História 2. Brasil – História (Ensino Médio) I. Título. II. Série.

94-3180 CDD-981.007

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil: História: Ensino Médio 981.007

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (0xx11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (0xx11) 3091-2911 – Fax (0xx11) 3091-4151
www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 2006

Foi feito o depósito legal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Esta *História do Brasil* se dirige aos estudantes do 2º grau e das universidades e tem a esperança de atingir também o público letrado em geral. A ambição de abrangência parte do princípio de que, sem ignorar a complexidade do processo histórico, a História é uma disciplina acessível a pessoas com diferentes graus de conhecimento. Mais do que isso, é uma disciplina vital para a formação da cidadania. Não chega a ser cidadão quem não consegue se orientar no mundo em que vive, a partir do conhecimento da vivência das gerações passadas.

Qualquer estudo histórico, mesmo uma monografia sobre um assunto bastante delimitado, pressupõe um recorte do passado, feito pelo historiador, a partir de suas concepções e da interpretação de dados que conseguiu reunir. A própria seleção de dados tem muito a ver com as concepções do pesquisador. Esse pressuposto revela-se por inteiro quando se trata de dar conta de uma seqüência histórica de quase quinhentos anos, em algumas centenas de páginas. Por isso mesmo, o que o leitor tem em mão não é *a* História do Brasil – tarefa pretensiosa e aliás impossível – mas *uma* História do Brasil, narrada e interpretada sinteticamente, na óptica de quem a escreveu.

O recorte do passado, seja ele qual for, obedece a um critério de relevância e implica o abandono ou o tratamento superficial de muitos processos e episódios. Como todo historiador, faço também um recorte, deixando de lado temas que por si sós mereceriam monografias. Entre tentar "incluir tudo", com o risco da incongruência, e limitar-me a estabelecer algumas conexões de sentido básicas, preferi a segunda opção. Com esse objetivo, procurei integrar os aspectos econômicos, político-sociais e, em certa medida, ideológicos da formação social brasileira, deixando de lado as manifestações da cultura, tomada a expressão em sentido estrito. Essa exclusão não se baseou em um critério de relevância, mas de outra natureza que é necessário esclarecer. Parti da constatação de que o inter-relacionamento entre a estrutura socioeconômica e as manifestações da cultura é por si só um problema específico, que demanda seguir outros e difíceis caminhos. Como não poderia percorrê-los, preferi deixar de lado os fatos da cultura, em vez de simplesmente enumerá-los, em um esforço de mera catalogação. Por exemplo: ao falar das Minas Gerais dos últimos decênios do século XVIII, deixei de lado o arcadismo literário, a arquitetura e a música barroca; ao lidar com os anos 20 deste século, deliberadamente, não cogitei do movimento modernista.

Cabe ainda lembrar uma razão adicional para esse procedimento: um outro volume da coleção versará sobre a literatura.

O leitor poderá perceber, no correr da leitura, os pressupostos deste trabalho, mas há alguns que convém explicitar. Rejeitei duas tendências opostas, na exposição do processo histórico brasileiro. De um lado, aquela que vê a História do Brasil como uma evolução, caracterizada pelo progresso permanente – perspectiva simplista que os anos mais recentes se encarregaram de desmentir. De outro lado, aquela que acentua na História do Brasil os traços de imobilismo, como, por exemplo, o clientelismo, a corrupção, a imposição do Estado sobre a sociedade, tanto na Colônia como nos dias de hoje. A última tendência está geralmente associada ao pensamento conservador. Por meio dela, é fácil introduzir a idéia da inutilidade dos esforços de mudança, pois o Brasil é e será sempre o mesmo; conviria assim adaptar-se à realidade, tecida pelos males citados e onde se inclui, não por acaso, a imensa desigualdade social.

Na minha exposição, está implícita uma posição oposta a esse tipo de pensamento. A cada passo, na passagem do Brasil Colônia para o Brasil

independente, na passagem da Monarquia para a República etc. procurei mostrar que, em meio a continuidades e acomodações, o país muda, conforme o caso no plano socioeconômico ou no plano político e, às vezes, em ambos.

No equilíbrio entre as várias partes do livro, dei maior peso à fase que se inicia em fins do século XIX e vai até os dias de hoje. Deliberadamente, à medida que me aproximei da época atual, tratei de abrir maior espaço à narrativa, enfatizando os acontecimentos políticos. Essa opção não indica que considere menos significativo o período colonial ou a época de construção do Brasil independente. Pelo contrário, aí devem ser buscadas as "raízes do Brasil", na feliz expressão de Sérgio Buarque de Holanda. Se dei maior ênfase ao período mais próximo de nossos dias, foi porque ele se encontra em parte presente na nossa memória e porque incide diretamente nas opções da atualidade. Não há como negar, por exemplo, que estamos mais interessados na significação do regime militar do que nas capitanias hereditárias.

Tratei de tornar explícita a controvérsia entre historiadores sobre questões relevantes da história brasileira, por duas razões. Em primeiro lugar, porque esta é uma boa maneira de se demonstrar a inexistência de uma verdade histórica imutável, que o historiador vai descobrindo e sobre a qual põe seu selo. O passado histórico é um dado objetivo e não pura fantasia, criada por quem escreve. Mas essa objetividade, composta de relações materiais, de produtos da imaginação social e da cultura, passa pelo trabalho de construção do historiador. Como disse antes, ele seleciona fatos, processos sociais etc., e os interpreta, de acordo com suas concepções e as informações obtidas. Por isso, ao mesmo tempo que não é arbitrária, a História – tanto ou mais do que outras disciplinas – se encontra em constante elaboração. Em segundo lugar, procurei destacar as controvérsias por uma razão mais simples – a de colocar o leitor a par do debate mais recente em torno de questões centrais. Em alguns casos, expus apenas as opiniões em confronto; em outros, achei necessário tomar partido, o que não significa que o leitor deva concordar com o meu ponto de vista.

Considerando-se os fins deste livro, não pude incluir notas contendo observações marginais e referências às obras utilizadas. Se isso tornou o livro mais leve, criou ao mesmo tempo um problema para o autor. Muito do texto se deve a trabalhos de outros autores que incorporei e selecionei para os meus fins. Como não citá-los, sem fazer injustiças e correr o risco de ser acusado

de plágio? Procurei resolver o problema através das referências bibliográficas finais. As referências não abrangem todas as fontes consultadas e não contêm necessariamente a bibliografia essencial. Elas abrangem apenas aqueles textos diretamente utilizados na redação. Obviamente, por utilizá-los, considero-os importantes.

Por último, desejo agradecer a todas as pessoas que me ajudaram na elaboração do livro. Fernando Antônio Novais e Luís Felipe de Alencastro leram, respectivamente, os capítulos sobre a Colônia e o Império, fazendo várias sugestões, incorporadas em grande medida no texto final. Pedro Paulo Poppovic leu os originais, fez observações e colaborou bastante para o livro. Lourdes Sola, Carlos e Sérgio Fausto, Amaury G. Bier, Albertina de Oliveira Costa, entre outros, fizeram sugestões sobre partes do texto ou esclareceram dúvidas sobre questões específicas. Devo agradecer também a instituições e pessoas que, com sua gentileza e conhecimento, possibilitaram o uso das imagens constantes do livro. Com o risco de incorrer em omissões, lembro Mônica Kornis, do Setor de Documentação do CPDOC da FGV (RJ); José Ênio Casalecchi, Diretor do Arquivo do Estado de São Paulo; Cláudia Vada Souza Ferreira, coordenadora do acervo da Fundação Maria Luisa-Oscar Americano (SP); Ângela Araujo, Diretora do Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP); Miyoko Makino, historiógrafa do Museu Paulista. Wânia Tavares da Silva digitou, com muito cuidado, os originais. Como se costuma dizer, o mérito da ajuda é deles; as eventuais falhas do produto final são minhas.

1

AS CAUSAS DA EXPANSÃO MARÍTIMA E A CHEGADA DOS PORTUGUESES AO BRASIL

Desde cedo, aprendemos em casa ou na escola que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral em abril de 1500. Esse fato constitui um dos episódios de expansão marítima portuguesa, iniciada em princípios do século XV. Para entendê-la, devemos começar pelas transformações ocorridas na Europa Ocidental, a partir de uma data situada em torno de 1150. Foi nessa época que a Europa, nascida das ruínas do Império Romano e da presença dos chamados povos bárbaros, começou pouco a pouco a se modificar, pela expansão da agricultura e do comércio.

Que Europa era essa?

Uma região esmagadoramente rural, onde as cidades haviam regredido e as trocas econômicas diminuído muito, embora sem desaparecerem completamente. Ao mesmo tempo, o poder político se fragmentara e se descentralizara, não obstante o mito do Império ainda proporcionar certa coerência cultural e mesmo legal a toda a área.

A expansão agrícola foi possível graças à abertura de novas regiões cultivadas, com a derrubada de florestas, a secagem de pântanos e o incentivo da expansão comercial. Esta resultou de vários fatores. Dentre eles, a crescente existência de produtos agrícolas não consumidos nos grandes domínios rurais

que constituíam excedentes econômicos passíveis de troca. Outros fatores foram a especialização de funções, demandando a compra de bens não produzidos em cada domínio rural, e a busca de produtos destinados ao consumo de luxo da aristocracia. As cidades começaram a crescer e a se transformar em ilhas de relativa liberdade, reunindo artesãos, comerciantes e mesmo antigos servos que tentavam encontrar aí uma alternativa de vida, fugindo dos campos.

A partir do século XIII, foram-se definindo por uma série de batalhas algumas fronteiras da Europa que, no caso da França, da Inglaterra e da Espanha, permanecem aproximadamente as mesmas até hoje. Dentro das fronteiras foi nascendo o Estado como uma organização política centralizada, cuja figura dominante – o príncipe – e a burocracia em que se apoiava tomaram contornos próprios que não se confundiam com os grupos sociais mesmo os mais privilegiados, como a nobreza. Esse processo durou séculos e alcançou seu ponto decisivo entre 1450 e 1550.

Também ocorreu uma expansão geográfica da Europa cristã, antecessora em outras condições da expansão marítima iniciada no século XV, pela reconquista de territórios ou a ocupação de novos espaços. A Península Ibérica foi sendo retomada dos mouros; o Mediterrâneo deixou de ser um "lago árabe", onde os europeus não conseguiam sequer colocar um barquinho; os cruzados ocuparam Chipre, a Palestina, a Síria, Creta e as ilhas do Mar Egeu; no noroeste da Europa, houve expansão inglesa na direção do País de Gales, da Escócia e da Irlanda; no leste europeu, alemães e escandinavos conquistaram as terras do Báltico e as habitadas pelos eslavos.

Mas todo esse avanço não foi, como se poderia pensar, um impulso irresistível, sem marchas e contramarchas, rumo aos tempos modernos. Pelo contrário, perdeu o ímpeto e uma crise profunda se instalou, aí pelo início do século XIV. Nessa época, uma exploração mais intensa dos camponeses provocou várias rebeliões ao longo dos anos, em lugares tão diversos como o norte da Itália na virada do século XIV, a Dinamarca (1340) e a França (1358). A nobreza dividiu-se internamente em uma série de guerras. Houve declínio da população, escassez de alimentos, epidemias, das quais a mais famosa foi a Peste Negra, que grassou entre 1347 e 1351. Grandes extensões de terra ocupadas por camponeses foram abandonadas e aldeias inteiras desapareceram. Esse processo ocorreu, tanto em conseqüência da crise como do reagru-

pamento de terras por parte de grandes senhores que visaram à sua exploração comercial, em novos moldes. Houve também um retrocesso da expansão territorial: os mouros permaneceram em Granada, os cruzados foram expulsos do Oriente Médio, os mongóis invadiram a planície russa etc.

As discussões mais significativas sobre as causas da crise têm salientado o impacto das epidemias e as características do meio físico, como as variações do clima e as condições do solo, mas integram esses fatores em uma explicação maior. Há historiadores que sustentam que, dadas as limitações inerentes à organização social feudal, não havia suficiente reinvestimento de lucros na agricultura de modo a aumentar significativamente a produtividade; com isso, os bens disponíveis se restringiram, levando às guerras entre senhores e camponeses e, em uma seqüência de fatos, à estagnação. Essa explicação, na aparência distante do nosso tema, é importante porque, segundo ela, a única saída para se tirar a Europa Ocidental da crise seria expandir novamente a base geográfica e de população a ser explorada. Mas isso não quer dizer que fatalmente, em meio à crise, um pequeno país do sudoeste da Europa deveria lançar-se no que viria a ser uma grande aventura marítima.

Por que Portugal iniciou pioneiramente a expansão, no começo do século XV, quase cem anos antes que Colombo, enviado pelos espanhóis, chegasse às terras da América?

A resposta não é simples, pois uma série de fatores devem ser considerados. O próprio peso atribuído a cada um deles pelos historiadores tem variado, seja pela aquisição de novos conhecimentos dos fatos da época, seja pela contínua mudança de concepções sobre o que é mais ou menos importante para se explicar o processo histórico. Por exemplo, sem ignorar o papel do Infante Dom Henrique (1394-1460) e de sua lendária Escola de Sagres no incentivo à expansão, hoje não se acredita que esses fatos tenham sido tão relevantes quanto se pensava até alguns anos atrás.

Para começar, Portugal se afirmava no conjunto da Europa como um país autônomo, com tendência a voltar-se para fora. Os portugueses já tinham experiência, acumulada ao longo dos séculos XIII e XIV, no comércio de longa distância, embora não se comparassem ainda a venezianos e genoveses, a quem iriam ultrapassar. Aliás, antes de os portugueses assumirem o controle de seu comércio internacional, os genoveses investiram na sua expansão,

transformando Lisboa em um grande centro mercantil sob sua hegemonia. A experiência comercial foi facilitada também pelo envolvimento econômico de Portugal com o mundo islâmico do Mediterrâneo, onde o avanço das trocas pode ser medido pela crescente utilização da moeda como meio de pagamento. Sem dúvida, a atração para o mar foi incentivada pela posição geográfica do país, próximo às ilhas do Atlântico e à costa da África. Dada a tecnologia da época, era importante contar com correntes marítimas favoráveis, e elas começavam exatamente nos portos portugueses ou nos situados no sudoeste da Espanha.

Mas há outros fatores da história política portuguesa tão ou mais importantes do que os já citados. Portugal não escapou à crise geral do ocidente da Europa. Entretanto, enfrentou-a em condições políticas melhores do que a de outros reinos. Durante todo o século XV, Portugal foi um reino unificado e menos sujeito a convulsões e disputas, contrastando com a França, a Inglaterra, a Espanha e a Itália, todas envolvidas em guerras e complicações dinásticas. A monarquia portuguesa consolidou-se através de uma história que teve um dos seus pontos mais significativos na revolução de 1383-1385. A partir de uma disputa em torno da sucessão ao trono português, a burguesia comercial de Lisboa se revoltou. Seguiu-se uma grande sublevação popular, a "revolta do povo miúdo", no dizer do cronista Fernão Lopes. A revolução era semelhante a outros acontecimentos que agitaram o ocidente europeu na mesma época, mas teve um desfecho diferente das revoltas camponesas esmagadas em outros países pelos grandes senhores. O problema da sucessão dinástica confundiu-se com uma guerra de independência, quando o rei de Castela, apoiado pela grande nobreza lusa, entrou em Portugal para assumir a regência do trono. No confronto, firmaram-se ao mesmo tempo a independência portuguesa e a ascensão ao poder da figura central da revolução, Dom João, conhecido como Mestre de Avis, filho bastardo do Rei Pedro I.

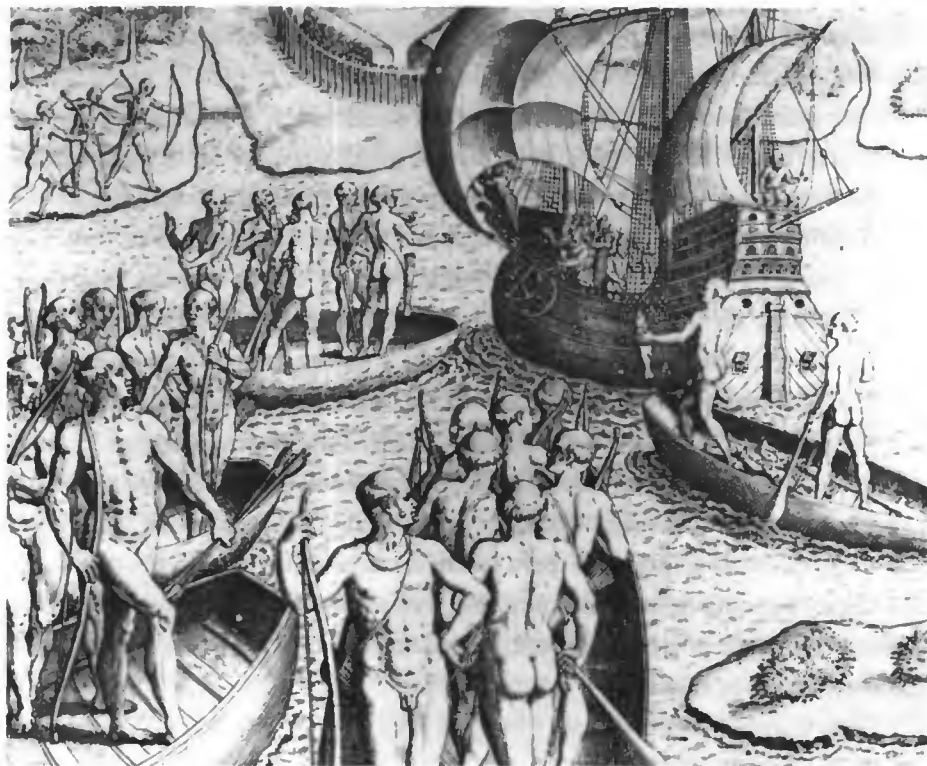
Embora alguns historiadores considerem a revolução de 1383 uma revolução burguesa, o fato importante está em que ela reforçou e centralizou o poder monárquico, a partir da política posta em prática pelo Mestre de Avis. Em torno dele, foram se reagrupando os vários setores sociais influentes da sociedade portuguesa: a nobreza, os comerciantes, a burocracia nascente. Esse é um ponto fundamental na discussão sobre as razões da expansão portuguesa. Isso porque, nas condições da época, era o Estado, ou mais propriamente a

Coroa, quem podia se transformar em um grande empreendedor, se alcançasse as condições de força e estabilidade para tanto.

Por último, lembremos que, no início do século XV, a expansão correspondia aos interesses diversos das classes, grupos sociais e instituições que compunham a sociedade portuguesa. Para os comerciantes era a perspectiva de um bom negócio; para o rei era a oportunidade de criar novas fontes de receita em uma época em que os rendimentos da Coroa tinham diminuído muito, além de ser uma boa forma de ocupar os nobres e motivo de prestígio; para os nobres e os membros da Igreja, servir ao rei ou servir a Deus cristianizando "povos bárbaros" resultava em recompensas e em cargos cada vez mais difíceis de conseguir, nos estreitos quadros da Metrópole; para o povo, lançar-se ao mar significava sobretudo emigrar, tentar uma vida melhor, fugir de um sistema de opressões. Dessa convergência de interesses só ficavam de fora os empresários agrícolas, para quem a saída de braços do país provocava o encarecimento da mão-de-obra. Daí a expansão ter-se convertido em uma espécie de grande projeto nacional, ao qual todos, ou quase todos, aderiram e que atravessou os séculos.

1.1. O GOSTO PELA AVENTURA

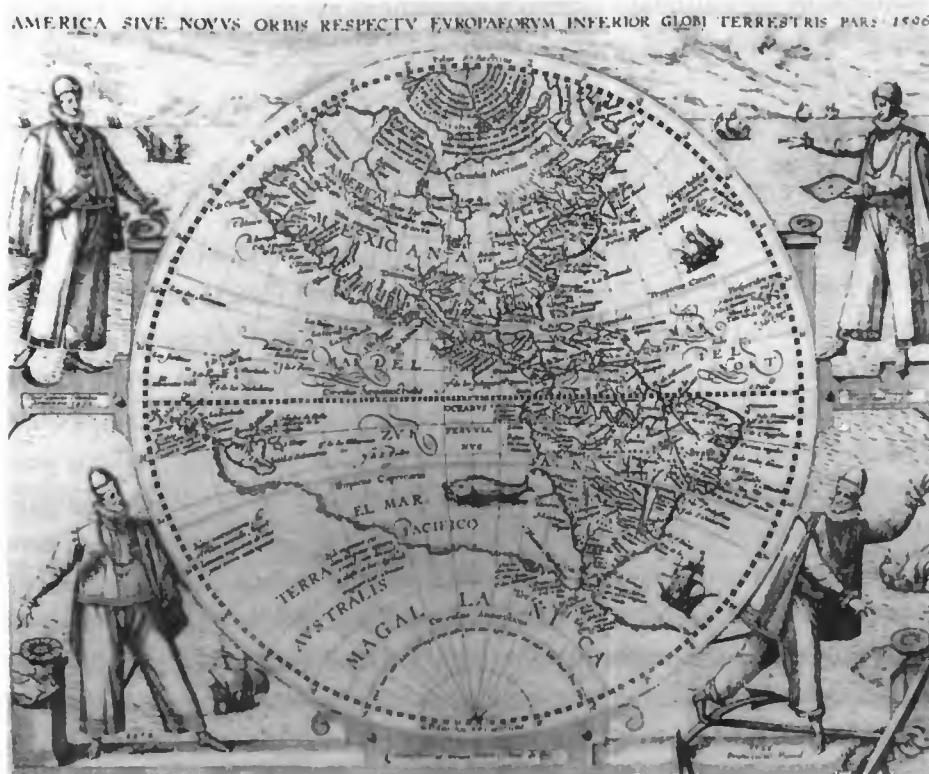
Pela menção dos grupos interessados, podemos perceber que os impulsos para a aventura marítima não eram apenas comerciais. Não é possível tentar entendê-la com os olhos de hoje, e vale a pena, por isso, pensar um pouco no sentido da palavra aventura. Há cinco séculos, estávamos muito distantes de um mundo inteiramente conhecido, fotografado por satélites, oferecido ao desfrute por pacotes de turismo. Havia continentes mal ou inteiramente desconhecidos, oceanos inteiros ainda não atravessados. As chamadas regiões ignotas concentravam a imaginação dos povos europeus, que aí vislumbravam, conforme o caso, reinos fantásticos, habitantes monstruosos, a sede do paraíso terrestre.

Por exemplo, Colombo pensava que, mais para o interior da terra por ele descoberta, encontraria homens de um só olho e outros com focinho de cachorro. Ele dizia ter visto três sereias pularem para fora do mar, decepcionando-se com seu rosto: não eram tão belas quanto imaginara. Em uma de suas cartas, referia-se às pessoas que, na direção do poente, nasciam com rabo.

1. *Conquista e Colonização na América*. Theodore de Bry, gravurista belga do século XVI que se dedicou principalmente a ilustrações de viagens.

Em 1487, quando deixaram Portugal encarregados de descobrir o caminho terrestre para as Índias, Afonso de Paiva e Pero da Covilhã levavam instruções de Dom João II para localizar o reino do Preste João. A lenda do Preste João, descendente dos Reis Magos e inimigo ferrenho dos muçulmanos, fazia parte do imaginário europeu desde pelo menos meados do século XII. Ela se construiu a partir de um dado real – a existência da Etiópia, no leste da África, onde vivia uma população negra que adotara um ramo do cristianismo.

Não devemos tomar como fantasias desprezíveis, encobrindo a verdade representada pelo interesse material, os sonhos associados à aventura marítima. Mas não há dúvida de que o interesse material prevaleceu, sobretudo quando os contornos do mundo foram sendo cada vez mais conhecidos e questões práticas de colonização entraram na ordem do dia.

1.2. O DESENVOLVIMENTO DAS TÉCNICAS DE NAVEGAÇÃO. A NOVA MENTALIDADE

Dois últimos pontos devem ser notados ao falarmos em termos gerais da expansão marítima portuguesa. De um lado, ela representou uma importante renovação das chamadas "técnicas de marear". Quando principiaram as viagens lusitanas rumo à Guiné, as cartas de navegação não indicavam ainda latitudes ou longitudes, mas apenas rumos e distâncias. O aperfeiçoamento de instrumentos como o quadrante e o astrolábio, que permitiam conhecer a localização de um navio pela posição dos astros, representou uma importante inovação. Os portugueses desenvolveram também um tipo de arquitetura naval mais apropriada, com a construção da caravela, utilizada a

2. *Mapa da América em 1596*, de Theodore de Bry.

partir de 1441. Era uma embarcação leve e veloz para as condições da época, de pequeno calado, permitindo por isso aproximar-se bastante da terra firme e evitar, até certo ponto, o perigo de encalhar. A caravela foi a menina dos olhos dos portugueses, que a empregaram bastante nos séculos XVI e XVII, nas viagens para o Brasil.

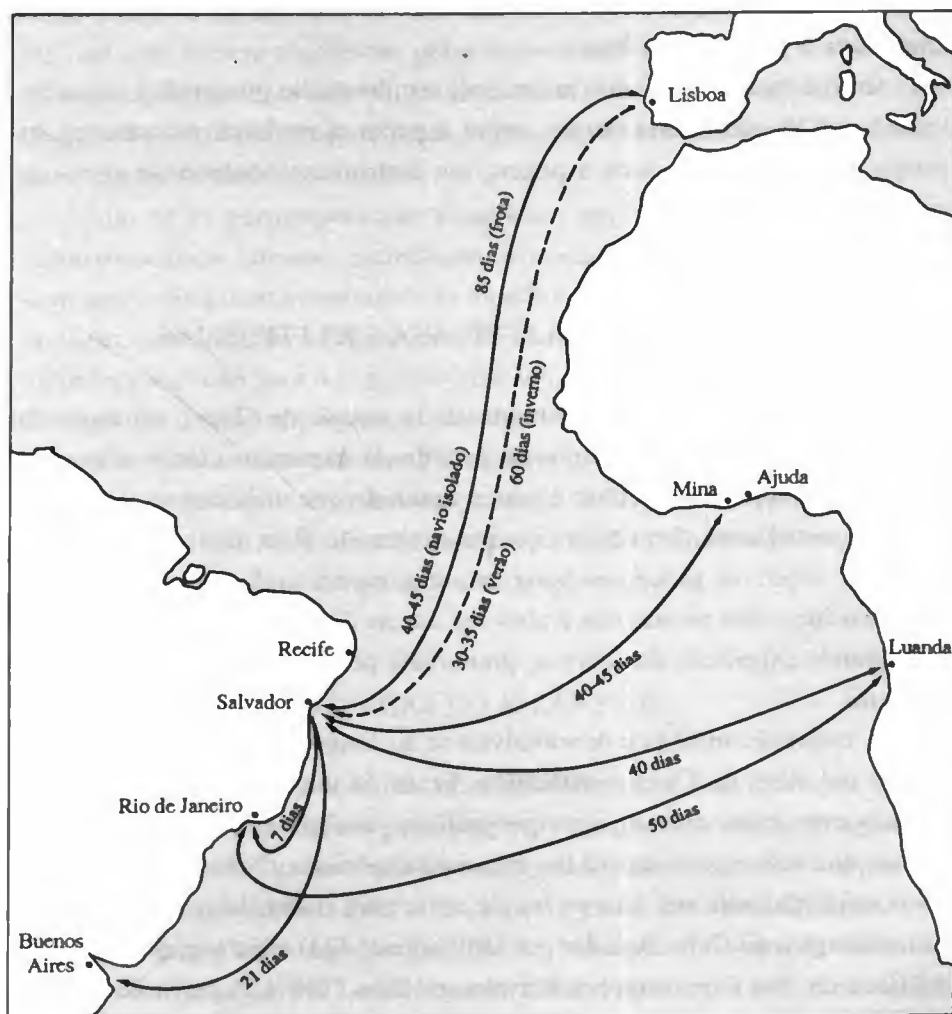
O outro ponto importante da expansão portuguesa diz respeito a uma gradual mudança de mentalidade, notável em humanistas portugueses como Duarte Pacheco Pereira, Diogo Gomes e Dom João de Castro. No plano coletivo, as mentalidades não mudam rapidamente, e o imaginário fantástico continuou a existir, mas a expansão marítima foi mostrando cada vez mais como antigas concepções eram equivocadas – por exemplo, a descrição do mundo na *Geografia* de Ptolomeu – e como era necessário valorizar o conhecimento baseado na experiência. Com isso, o critério de autoridade, ou seja, a aceitação de uma afirmativa como verdadeira só por ter sido feita por alguém que se supõe entender do assunto, começou a ser posto em dúvida.

1.3. A ATRAÇÃO PELO OURO E PELAS ESPECIARIAS

Quais os bens mais buscados no curso da expansão portuguesa?

A dupla formada pelo ouro e pelas especiarias. É fácil perceber o interesse pelo ouro. Ele era utilizado como moeda confiável e empregado pelos aristocratas asiáticos na decoração de templos e palácios e na confecção de roupas. Mas por que as especiarias? Primeiro é preciso esclarecer o sentido da palavra. Ela provém do latim *especia*, termo usado pelos médicos para designar "substância". O termo ganhou depois o sentido de substância muito ativa, muito cara, utilizada para vários fins, como condimento – isto é, tempero de comida –, remédio ou perfumaria. Especiaria se associa também à idéia de produto raro, utilizado em pequenas quantidades. Houve produtos, como o açúcar, que foram especiarias mas, com a introdução de seu consumo em massa, deixaram de ser. São condimentos, entre outros, a noz-moscada, o gengibre, a canela, o cravo e, naqueles tempos, sobretudo a pimenta, a ponto de se usar a expressão "caro como pimenta".

O alto valor das especiarias se explica pelos limites das técnicas de conservação existentes na época e também por hábitos alimentares. A Europa

Duração Aproximada das Viagens Marítimas, a partir de Salvador, nos Séculos XVII e XVIII

Ocidental da Idade Média foi "uma civilização carnívora". Grandes quantidades de gado eram abatidas no início do verão, quando as forragens acabavam no campo. A carne era armazenada e precariamente conservada pelo sal, pela defumação ou simplesmente pelo sol. Esses processos, usados também para conservar o peixe, deixavam os alimentos intragáveis, e a pimenta servia para disfarçar o que tinham de desagradável. Os condimentos representavam também um gosto alimentar da época, como o café, que bem mais tarde passou a

ser consumido em grande escala em todo o mundo. Havia mesmo uma espécie de hierarquia no seu consumo: na base, os de cheiro acre, como o alho e a cebola; no alto, os condimentos mais finos, com odores aromáticos, suaves, lembrando o perfume das flores.

Ouro e especiarias foram assim bens sempre muito procurados nos séculos XV e XVI, mas havia outros, como o peixe, a madeira, os corantes, as drogas medicinais e, pouco a pouco, um instrumento dotado de voz – os escravos africanos.

1.4. A OCUPAÇÃO DA COSTA AFRICANA E AS FEITORIAS

Costuma-se considerar a conquista da cidade de Ceuta, no norte da África, em 1415, como o ponto de partida da expansão ultramarina portuguesa. Esse episódio, porém, é pouco típico do que viria depois. Os historiadores portugueses têm versões diversas sobre ele. Para alguns, a conquista tinha por objetivos principais abrir caminho na busca do ouro do Sudão e controlar incursões piratas dos árabes nas costas de Portugal. Para outros, foi uma grande expedição da nobreza, promovida pelo rei, em busca de saque e aventura.

A expansão metódica desenvolveu-se ao longo da costa ocidental africana e nas ilhas do Oceano Atlântico. Fruto de um mesmo movimento, o contato com esses dois espaços geográficos resultou em situações tão diversas, que vale a pena separá-los em nossa exposição. O reconhecimento da costa ocidental africana não se fez da noite para o dia. Levou 53 anos, da ultrapassagem do Cabo Bojador por Gil Eanes (1434) até a temida passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias (1487). A partir da entrada no Oceano Índico, foi possível a chegada de Vasco da Gama à Índia, a sonhada e ilusória Índia das especiarias. Depois, os portugueses alcançaram a China e o Japão, onde sua influência foi considerável, a ponto de os historiadores japoneses chamarem de "século cristão" o período compreendido entre 1540 e 1630.

Sem penetrar profundamente no território africano, os portugueses foram estabelecendo na costa uma série de feitorias, que eram postos fortificados de comércio; isso indica a existência de uma situação em que as

trocas comerciais eram precárias, exigindo a garantia das armas. A parte comercial do núcleo era dirigida por um agente chamado feitor. Cabia a ele fazer compras de mercadorias dos chefes ou mercadores nativos e estocá-las, até que fossem recolhidas pelos navios portugueses para a entrega na Europa. A opção pela feitoria praticamente tornava desnecessária a colonização do território ocupado pelas populações africanas, bem organizadas a partir do Cabo Verde.

Mas se os portugueses não avançaram territorialmente, a Coroa organizou o comércio africano, estabelecendo o monopólio real sobre as transações com ouro, obrigando a cunhagem de moeda em uma Casa da Moeda e criando também, por volta de 1481, a Casa da Mina ou Casa da Guiné, como uma alfândega especial para o comércio africano. Da costa ocidental da África, os portugueses levavam pequenas quantidades de ouro em pó, marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes e era feito através do Egito, a variedade de pimenta chamada malagueta e, a partir de 1441, sobretudo escravos. Estes foram, no começo, encaminhados a Portugal, sendo utilizados em trabalhos domésticos e ocupações urbanas.

1.5. A OCUPAÇÃO DAS ILHAS DO ATLÂNTICO

A história da ocupação das ilhas do Atlântico é bem diferente do que ocorreu na África. Nelas os portugueses realizaram experiências significativas de plantio em grande escala, empregando trabalho escravo. Após disputar com os espanhóis e perder para eles a posse das Ilhas Canárias, conseguiram se implantar nas outras ilhas: na Madeira, por volta de 1420, nos Açores, em torno de 1427, nas Ilhas de Cabo Verde, em 1460, e na de São Tomé, em 1471. Na Ilha da Madeira, dois sistemas agrícolas paralelos competiram pela predominância econômica. O cultivo tradicional do trigo atraiu um número considerável de modestos camponeses portugueses, que tinham a posse de suas terras. Ao mesmo tempo, surgiram as plantações de cana-de-açúcar, incentivadas por mercadores e agentes comerciais genoveses e judeus, baseadas no trabalho escravo. A economia açucareira acabou por triunfar, mas seu êxito foi breve. O rápido declínio deveu-se tanto a fatores internos como à concorrência do açúcar do Brasil e de São Tomé. De fato,

nessa ilha, situada no Golfo da Guiné, os portugueses implantaram um sistema de grande lavoura da cana-de-açúcar, com muitas semelhanças ao criado no Brasil. Próxima da costa africana, especialmente das feitorias de São Jorge da Mina e Axim, a ilha contou com um abundante suprimento de escravos. Nela existiram engenhos que, segundo uma descrição de 1554, chegavam a ter de 150 a 300 cativos. São Tomé foi sempre um entreposto de escravos vindos do continente para serem distribuídos na América e na Europa, e esta acabou sendo a atividade principal da ilha, quando no século XVII a indústria açucareira atravessou tempos difíceis.

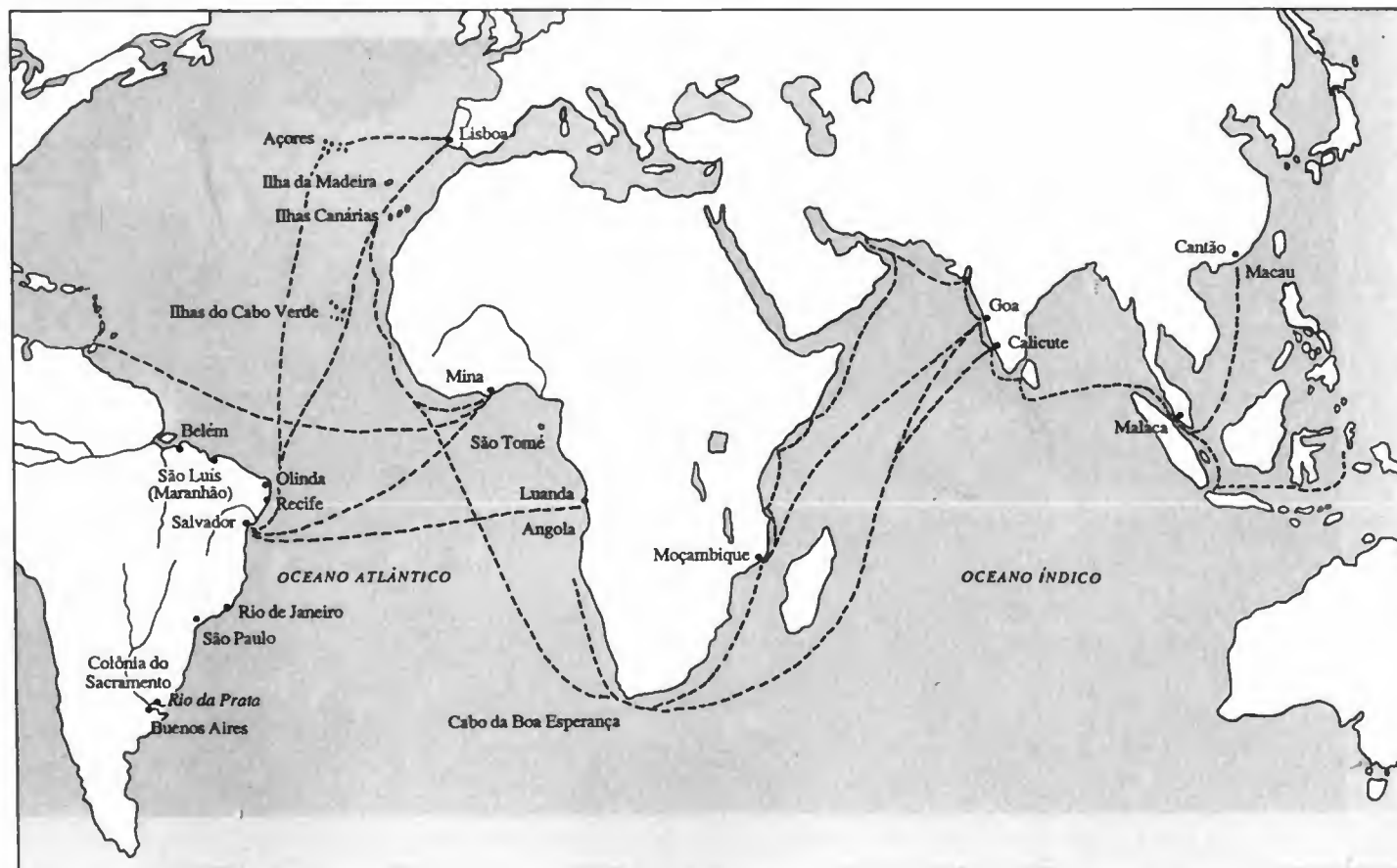
1.6. A CHEGADA AO BRASIL

Não sabemos se o nascimento do Brasil se deu por acaso, mas não há dúvida de que foi cercado de grande pompa. A primeira nau de regresso da viagem de Vasco da Gama chegou a Portugal, produzindo grande entusiasmo, em julho de 1499. Meses depois, a 9 de março de 1500, partia do Rio Tejo em Lisboa uma frota de treze navios, a mais aparatosa que até então tinha deixado o reino, aparentemente com destino às Índias, sob o comando de um fidalgo de pouco mais de trinta anos, Pedro Álvares Cabral. A frota, após passar as Ilhas de Cabo Verde, tomou rumo oeste, afastando-se da costa africana até avistar o que seria terra brasileira a 21 de abril. Nessa data, houve apenas uma breve descida à terra e só no dia seguinte a frota ancoraria no litoral da Bahia, em Porto Seguro.

Desde o século XIX, discute-se se a chegada dos portugueses ao Brasil foi obra do acaso, sendo produzida pelas correntes marítimas, ou se já havia conhecimento anterior do Novo Mundo e Cabral estava incumbido de uma espécie de missão secreta que o levasse a tomar o rumo do ocidente. Tudo indica que a expedição de Cabral se destinava efetivamente às Índias. Isso não elimina a probabilidade de navegantes europeus, sobretudo portugueses, terem freqüentado a costa do Brasil antes de 1500. De qualquer forma, trata-se de uma controvérsia que hoje interessa pouco, pertencendo mais ao campo da curiosidade histórica do que à compreensão dos processos históricos.

No começo deste livro, falamos em nascimento e descobrimento do Brasil. Chegou a hora de dizer que essas expressões se prestam a engano,

Principais Rotas Comerciais Portuguesas dos Séculos XVI ao XVIII

Fonte: CHLA, vol. I, p. 451.

3. Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, de Oscar Pereira da Silva (1867-1939), pintor acadêmico, autor de vários quadros históricos.

4. *Cena de Canibalismo*. Theodore de Bry. Exemplo do imaginário europeu sobre o canibalismo, visto como típica expressão da barbárie indígena.

pois podem dar idéia de que não havia presença humana anterior à chegada dos portugueses ao Novo Mundo. Estamos nos referindo obviamente à existência da população indígena.

2

O BRASIL COLONIAL

1500-1822

2.1. OS ÍNDIOS

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná-Paraguai.

Podemos distinguir dois grandes blocos que subdividem essa população: os tupis-guaranis e os tapuias. Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a Lagoa dos Patos, no extremo Sul. Os tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização geográfica diversa dos tupis e dos guaranis, falamos em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua.

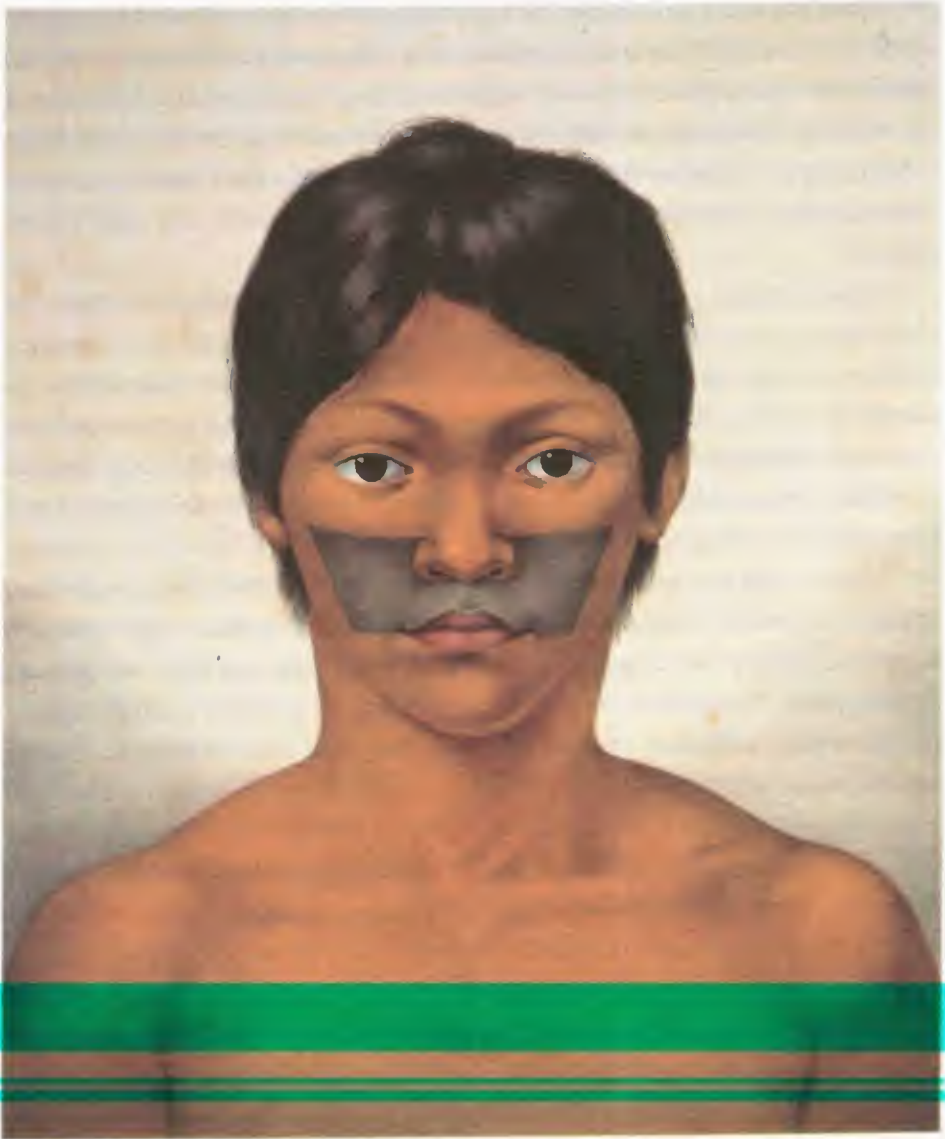
Em alguns pontos do litoral, a presença tupi-guarani era interrompida por outros grupos, como os goitacases na foz do Rio Paraíba, pelos aimorés no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, pelos tremembés na faixa entre o Ceará e o Maranhão. Essas populações eram chamadas tapuias, uma palavra

genérica usada pelos tupis-guaranis para designar índios que falavam outra língua.

Devemos lembrar que a classificação descrita resulta de estudos recentes dos antropólogos, baseando-se, como dissemos, em afinidades culturais e lingüísticas. Os portugueses identificaram de forma impressionista muitas "nações" indígenas, como os carijós, os tupiniquins, os tamoios etc.

É difícil analisar a sociedade e os costumes indígenas, porque se lida com povos de cultura muito diferente da nossa e sobre a qual existiram e ainda existem fortes preconceitos. Isso se reflete, em maior ou menor grau, nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente jesuítas. Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e índios com qualidades negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés, que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. De acordo com os mesmos relatos, em geral, os índios viviam em casas, mas os aimorés viviam como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei em que se proibia a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição.

Há também uma falta de dados que não decorre nem da incompreensão nem do preconceito, mas da dificuldade de sua obtenção. Não se sabe, por exemplo, quantos índios existiam no território abrangido pelo que é hoje o Brasil e o Paraguai, quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo. Os cálculos oscilam entre números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira.

Os grupos tupis praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutas e a agricultura, mas seria engano pensar que estivessem intuitivamente preocupados em preservar ou restabelecer o equilíbrio ecológico das áreas por eles ocupadas. Quando ocorria uma relativa exaustão de alimentos nessas áreas, migravam temporária ou definitivamente para outras. De qualquer forma, não há dúvida de que, pelo alcance limitado de suas atividades e pela tecnologia rudimentar de que dispunham, estavam longe de produzir os efeitos devastadores da poluição de rios com mercúrio, ou da derrubada de florestas com motosserras, características das atividades dos brancos nos dias de hoje.

5. *Figura de Índio*, segundo o naturalista Spix.

Para praticar a agricultura, os tupis derrubavam árvores e faziam a queimada – técnica que iria ser incorporada pelos colonizadores. Plantavam feijão, milho, abóbora e principalmente mandioca, cuja farinha se tornou também um alimento básico da Colônia. A economia era basicamente de subsistência e destinada ao consumo próprio. Cada aldeia produzia para satisfazer a suas necessidades, havendo poucas trocas de gêneros alimentícios com outras aldeias.

Mas existiam contatos entre elas para a troca de mulheres e de bens de luxo, como penas de tucano e pedras para se fazer botoque. Dos contatos resultavam alianças em que grupos de aldeias se posicionavam uns contra os outros. A guerra e a captura de inimigos – mortos em meio à celebração de um ritual canibalístico – eram elementos integrantes da sociedade tupi. Dessas atividades, reservadas aos homens, dependiam a obtenção de prestígio e a renovação das mulheres.

A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses, e em especial os padres, foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs (pajés), que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando-lhes de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais.

Por outro lado, como não existia uma nação indígena e sim grupos dispersos, muitas vezes em conflito, foi possível aos portugueses encontrar aliados entre os próprios indígenas, na luta contra os grupos que resistiam a eles. Por exemplo, em seus primeiros anos de existência, sem o auxílio dos tupis de São Paulo, a Vila de São Paulo de Piratininga muito provavelmente teria sido conquistada pelos tamoios. Tudo isso não quer dizer que os índios não tenham resistido fortemente aos colonizadores, sobretudo quando se tratou de escravizá-los.

Os índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes. Do contato com o europeu resultou uma população mestiça, que mostra, até hoje, sua presença silenciosa na formação da sociedade brasileira.

Uma forma excepcional de resistência dos índios consistiu no isolamento, alcançado através de contínuos deslocamentos para regiões cada vez

mais pobres. Em limites muito estreitos, esse recurso permitiu a preservação de uma herança biológica, social e cultural. Mas, no conjunto, a palavra "catástrofe" é mesmo a mais adequada para designar o destino da população ameríndia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista e apenas cerca de 250 mil existem nos dias de hoje.

2.2. OS PERÍODOS DO BRASIL COLONIAL

Podemos dividir a história do Brasil colonial em três períodos muito desiguais em termos cronológicos: o primeiro vai da chegada de Cabral à instalação do governo geral, em 1549; o segundo é um longo lapso de tempo entre a instalação do governo geral e as últimas décadas do século XVIII; o terceiro vai dessa época à Independência, em 1822. O que justifica essa periodização não são os fatos apontados em si mesmos, mas sim aquilo que expressam. O primeiro período se caracteriza pelo reconhecimento e posse da nova terra e um escasso comércio. Com a criação do governo geral inicia-se a montagem da colonização que irá se consolidar ao longo de mais de dois séculos, com marchas e contramarchas. As últimas décadas do século XVIII são uma referência para indicar um conjunto de transformações na ordem mundial e nas colônias, que dão origem à crise do sistema colonial e aos movimentos pela independência.

2.3. TENTATIVAS INICIAIS DE EXPLORAÇÃO

O descobrimento do Brasil não provocou, nem de longe, o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à Índia. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha. As atrações exóticas – índios, papagaios, araras – prevaleceram, a ponto de alguns informantes, particularmente italianos, darem-lhe o nome de terra dos papagaios. O Rei Dom Manuel preferiu chamá-la de Vera Cruz e logo de Santa Cruz. O nome "Brasil" começou a aparecer em 1503. Ele tem sido associado à principal riqueza da terra em seus primeiros tempos, o pau-brasil.

Seu cerne, muito vermelho, era usado como corante, e a madeira, de grande resistência, era utilizada na construção de móveis e de navios. É curioso lembrar que as "ilhas Brasil" ou coisa parecida são uma referência fantasiosa na Europa medieval. Em uma carta geográfica de 1367, aparecem três ilhas com esse nome, espalhadas no grupo dos Açores, na latitude da Bretanha (França) e na costa da Irlanda.

As primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro se basearam no sistema de feitorias, adotado na costa africana. O Brasil foi arrendado por três anos a um consórcio de comerciantes de Lisboa, liderado pelo cristão-novo Fernão de Loronha ou Noronha, que recebeu o monopólio comercial, obrigando-se em troca, ao que parece, a enviar seis navios a cada ano para explorar trezentas léguas (cerca de 2 mil quilômetros) da costa e a construir uma feitoria. O consórcio realizou algumas viagens mas, aparentemente, quando em 1505 o arrendamento terminou, a Coroa portuguesa tomou a exploração da nova terra em suas mãos.

Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas, em grandes áreas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses.

O Brasil foi, inicialmente, muito associado à Índia, seja como ponto de descanso na rota já conhecida para esse país, seja como possível passagem de um novo caminho, buscado principalmente pelos espanhóis. Ao descobrir a América em 1492 chegando às Antilhas, Colombo pensara ter alcançado o Mar da China. A posse da nova terra foi contestada por Portugal, daí resultando uma série de negociações que desembocaram no Tratado de Tordesilhas (1494), nome de uma cidade espanhola onde se deu sua assinatura. O mundo foi dividido em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde. As terras des-

cobertas a oeste da linha pertenceriam à Espanha; as que se situassem a leste caberiam a Portugal.

A divisão se prestava a controvérsias, pois nunca foi possível estabelecer com exatidão por onde passava a linha de Tordesilhas. Só em fins do século XVII os holandeses conseguiram desenvolver uma técnica precisa de medição de longitudes. Por exemplo, a foz do Amazonas no norte ou a do Rio da Prata no sul, vistas como possíveis rotas no rumo das Índias pela via do Ocidente, estariam em território português ou espanhol? Várias expedições dos dois países se sucederam ao longo da costa brasileira na direção sul até que um português a serviço da Espanha, Fernão de Magalhães, atravessou o estreito que hoje tem seu nome e, navegando pelo Oceano Pacífico, chegou às Filipinas (1521). Esse feito espetacular de navegação foi ao mesmo tempo uma decepção para os espanhóis. O caminho das Índias pelo Ocidente fora encontrado, mas era demasiado longo e difícil para ser economicamente vantajoso. Os olhos espanhóis se fixaram nas riquezas em ouro e prata que iam sendo encontradas nas terras americanas sob seu domínio.

Mas a maior ameaça à posse do Brasil por Portugal não veio dos espanhóis e sim dos franceses. A França não reconhecia os tratados de partilha do mundo, sustentando o princípio de que era possuidor de uma área quem efetivamente a ocupasse. Os franceses entraram no comércio do pau-brasil e praticaram a pirataria, ao longo de uma costa demasiado extensa para que pudesse ser guarnecida pelas patrulhas portuguesas. Em momentos diversos, iriam mais tarde estabelecer-se no Rio de Janeiro (1555-1560) e no Maranhão (1612-1615).

2.4. INÍCIO DE COLONIZAÇÃO – AS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Considerações políticas levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra. A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533) representou um momento de transição entre o velho e o novo período. Tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não-hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra, tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação.

Há indícios de que Martim Afonso ainda se encontrava no Brasil quando Dom João III decidiu-se pela criação das capitanias hereditárias. O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles constituíam um grupo diversificado, no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa.

Estavam entre os donatários o experiente navegador Martim Afonso; Duarte Coelho, militar de destaque no Oriente, sem grandes recursos, cuja história no Brasil seria ressaltada pelo êxito em Pernambuco; Jorge Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real e grande negociante, associado a Mem de Sá e a Lucas Giraldes, da família dos Giraldi, negociantes e banqueiros de origem florentina; e Pero do Campo Tourinho, que vendeu suas propriedades em Portugal e seguiu para o Brasil com seiscentos colonos. Posteriormente, Tourinho veio a ser denunciado à Inquisição, após conflitos com os colonos, e embarcou de volta a Portugal. Antes de 1532, Fernão de Noronha recebeu do rei a primeira capitania do Brasil – a Ilha de São João, que hoje tem seu nome.

Nenhum representante da grande nobreza se incluía na lista dos donatários, pois os negócios na Índia, em Portugal e nas ilhas atlânticas eram por essa época bem mais atrativos.

Os donatários receberam uma doação da Coroa, pela qual se tornavam possuidores mas não proprietários da terra. Isso significava, entre outras coisas, que não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica (arrecadação de tributos) como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar e de moinhos de água e o uso de depósitos de sal dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração de pau-brasil, de metais preciosos e de derivados da pesca cabiam também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, eles tinham o monopólio da justiça, autorização para fundar vilas, doar sesmarias, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando.

A atribuição de doar sesmarias é importante, pois deu origem à formação de vastos latifúndios. A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão

de terra virgem cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação – raramente cumprida – de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar o tributo devido à Coroa. Houve em toda a Colônia imensas sesmarias, de limites mal-definidos, como a de Brás Cubas, que abrangia parte dos atuais municípios de Santos, Cubatão e São Bernardo.

Os direitos reservados pela Coroa, ao instituir as capitanias hereditárias, não se limitaram a uma espécie de vigilância quanto à manutenção de sua forma. O rei manteve o monopólio das drogas e especiarias, assim como a percepção de uma parte dos tributos. Assegurou ainda o direito de aplicar a justiça, quando se tratasse de morte ou retalhamento de partes do corpo de pessoas de condição nobre. Nomeou, além disso, uma série de funcionários para garantir que as rendas da Coroa fossem recolhidas.

As capitanias hereditárias são uma instituição a que freqüentemente se referem os historiadores, sobretudo portugueses, defensores da tese da natureza feudal da colonização. Essa tese e a própria discussão perderam hoje a importância que já tiveram, cedendo lugar à tendência historiográfica mais recente, que não considera indispensável rotular com etiquetas rígidas formações sociais complexas que não reproduzem o modelo europeu. Sem avançar neste assunto, lembremos que ao instituir as capitanias a Coroa lançou mão de algumas fórmulas cuja origem se encontra na sociedade medieval européia. É o caso, por exemplo, do direito concedido aos donatários de obter pagamento para licenciar a instalação de engenhos de açúcar; esse direito é análogo às "banalidades" pagas pelos lavradores aos senhores feudais. Mas, em essência, mesmo na sua forma original, as capitanias representaram uma tentativa transitória e ainda tateante de colonização, com o objetivo de integrar a Colônia à economia mercantil européia.

Sabemos que, com exceção das Capitanias de São Vicente e Pernambuco, as outras fracassaram em maior ou menor grau, por falta de recursos, desentendimentos internos, inexperiência, ataques de índios. Não por acaso, as mais prósperas combinaram a atividade açucareira e um relacionamento menos agressivo com as tribos indígenas.

As capitanias foram sendo retomadas pela Coroa, ao longo dos anos, através de compra e subsistiram como unidade administrativa, mas mudaram de caráter, por passarem a pertencer ao Estado. Entre 1752 e 1754, o Marquês

de Pombal completou praticamente o processo de passagem das capitanias do domínio privado para o público.

2.5. O GOVERNO GERAL

A decisão tomada por Dom João III de estabelecer o governo geral do Brasil ocorreu em um momento em que alguns fatos significativos aconteciam com relação à Coroa portuguesa, na esfera internacional. Surgiam os primeiros sinais de crise nos negócios da Índia, sugeridos no uso da expressão "fumos da Índia" – ou seja, fumaça da Índia, pondo em dúvida a solidez do comércio com o Oriente. Portugal sofrera várias derrotas militares no Marrocos, mas o sonho de um império africano ainda não estava extinto. No mesmo ano em que Tomé de Sousa foi enviado ao Brasil como primeiro governador geral (1549), fechou-se o entreposto comercial português de Flandres, por ser deficitário. Por último, em contraste com as terras do Brasil, os espanhóis tinham crescente êxito na exploração de metais preciosos, em sua colônia americana, e, em 1545, haviam descoberto a grande mina de prata de Potosí.

Se todos esses fatores podem ter pesado na decisão da Coroa, devemos lembrar que, internamente, o fracasso das capitanias tornou mais claros os problemas da precária administração da América lusitana. Assim, a instituição do governo geral representou, de fato, um passo importante na organização administrativa da Colônia.

Segundo as crônicas da época, Tomé de Sousa era um fidalgo sisudo, com experiência na África e na Índia. Chegou à Bahia acompanhado de mais de mil pessoas, inclusive quatrocentos degredados, trazendo consigo longas instruções por escrito conhecidas como Regimento de Tomé de Sousa. As instruções revelam o propósito de garantir a posse territorial da nova terra, colonizá-la e organizar as rendas da Coroa. Foram criados alguns cargos para o cumprimento dessas finalidades, sendo os mais importantes o de ouvidor, a quem cabia administrar a justiça, o de capitão-mor, responsável pela vigilância da costa, e o de provedor-mor, encarregado do controle e crescimento da arrecadação.

Não devemos imaginar porém que, no século XVI, o Brasil proporcionasse riquezas consideráveis aos cofres reais. Pelo contrário, segundo

cálculos do historiador Vitorino Magalhães Godinho, em 1558 a arrecadação proveniente do Brasil representava apenas algo em torno de 2,5% das rendas da Coroa, enquanto ao comércio com a Índia correspondiam 26%.

Vinham com o governador-geral os primeiros jesuítas – Manuel da Nóbrega e seus cinco companheiros –, com o objetivo de catequizar os índios e disciplinar o ralo clero de má fama existente na Colônia. Posteriormente (1532) criou-se o bispado de São Salvador, sujeito ao arcebispado de Lisboa, caminhando-se assim para a organização do Estado e da Igreja, estreitamente aproximados. O início dos governos gerais representou também a fixação de um pólo administrativo na organização da Colônia. Obedecendo às instruções recebidas. Tomé de Sousa empreendeu o longo trabalho de construção de São Salvador, capital do Brasil até 1763.

A instituição de um governo geral representou um esforço de centralização administrativa, mas isso não significa que o governador geral detivesse todos os poderes, nem que em seus primeiros tempos pudesse exercer uma atividade muito abrangente. A ligação entre as capitanias era bastante precária, limitando o raio de ação dos governadores. A correspondência dos jesuítas dá claras indicações desse isolamento. Em 1552, escrevendo da Bahia aos irmãos de Coimbra, o Padre Francisco Pires queixa-se de só poder tratar de assuntos locais, porque "às vezes passa um ano e não sabemos uns dos outros, por causa dos tempos e dos poucos navios que andam pela costa e às vezes se vêem mais cedo navios de Portugal que das capitanias". Um ano depois, metido no sertão de São Vicente, Nóbrega diz praticamente a mesma coisa: "Mais fácil é vir de Lisboa recado a esta capitania que da Bahia".

2.6. A COLONIZAÇÃO SE CONSOLIDA

Após as três primeiras décadas, marcadas pelo esforço de garantir a posse da nova terra, a colonização começou a tomar forma. Como aconteceu em toda a América Latina, o Brasil viria a ser uma colônia cujo sentido básico seria o de fornecer ao comércio europeu gêneros alimentícios ou minérios de grande importância. A política da Metropóle portuguesa consistirá no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade. Essa diretriz deveria

atender aos interesses de acumulação de riqueza na Metrópole lusa, em mãos dos grandes comerciantes, da Coroa e seus afilhados. Como Portugal não tinha o controle dos circuitos comerciais na Europa, controlados, ao longo dos anos, principalmente por espanhóis, holandeses e ingleses, a mencionada diretriz acabou por atender também ao conjunto da economia européia.

A opção pela grande propriedade ligou-sc ao pressuposto da conveniência da produção em larga escala. Além disso, pequenos proprietários autônomos tenderiam a produzir para a sua subsistência, vendendo no mercado apenas um reduzido excedente, o que contrariaria os objetivos da Coroa e dos grandes comerciantes.

2.7. O TRABALHO COMPULSÓRIO

Ao lado da empresa comercial e do regime de grande propriedade, acrescentemos um terceiro elemento: o trabalho compulsório. Também nesse aspecto, a regra será comum a toda a América Latina, ainda que com variações. Diferentes formas de trabalho compulsório predominaram na América espanhola, enquanto uma delas – a escravidão – foi dominante no Brasil.

Por que se apelou para uma relação de trabalho odiosa a nossos olhos, que parecia semimorta, exatamente na época chamada pomposamente de aurora dos tempos modernos? Uma resposta sintética consiste em dizer que nem havia grande oferta de trabalhadores em condições de emigrar como semidependentes ou assalariados, nem o trabalho assalariado era conveniente para os fins da colonização. Dada a disponibilidade de terras, pois uma coisa era a concessão de sesmarias, outra sua efetiva ocupação, não seria fácil manter trabalhadores assalariados nas grandes propriedades. Eles poderiam tentar a vida de outra forma, criando problemas para o fluxo de mão-de-obra para a empresa mercantil.

Dando um salto de vários séculos no tempo, lembremos que, nas primeiras décadas do século XX, a disponibilidade de terras no Estado de São Paulo representou uma alternativa para que imigrantes europeus e asiáticos se transformassem de colonos em pequenos proprietários.

Mas se a introdução do trabalho escravo se explica resumidamente dessa forma, por que se optou preferencialmente pelo negro e não pelo índio? Em

primeiro lugar, lembremos que houve uma passagem da escravidão do índio para a do negro, que variou no tempo e no espaço. Essa passagem foi menos demorada no núcleo central e mais rentável da empresa mercantil, ou seja, na economia açucareira, em condições de absorver o preço da compra do escravo negro, bem mais elevado do que o do índio. Custou a ser feita nas regiões periféricas, como é o caso de São Paulo, que só no início do século XVIII, com a descoberta das minas de ouro, passou a receber escravos negros em número regular e considerável.

2.8. A ESCRAVIDÃO – ÍNDIOS E NEGROS

As razões da opção pelo escravo africano foram muitas. É melhor não falar em causas, mas em um conjunto de fatores. A escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização. Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles.

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço em transformar os índios, através do ensino, em "bons cristãos", reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias. Ser "bom cristão" significava também adquirir os hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da Colônia.

As duas políticas não se equivaliam. As ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, nascendo daí inúmeros atritos entre colonos e padres. Mas estes não tinham também qualquer respeito pela cultura indígena. Ao contrário, para eles chega-

va a ser duvidoso que os índios fossem pessoas. Padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, dizia que "índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem".

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implantados à força, os índios se encontravam em sua casa.

Outro fator importante que colocou em segundo plano a escravização dos índios foi a catástrofe demográfica. Esse é um eufemismo erudito para dizer que as epidemias produzidas pelo contato com os brancos liquidaram milhares de índios. Eles foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas epidêmicas se destacaram por sua violência entre 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios, ao que parece, sem contar as vítimas do sertão. A morte da população indígena, que em parte se dedicava a plantar gêneros alimentícios, resultou em uma terrível fome no Nordeste e em perda de braços.

Não por acaso, a partir da década de 1570 incentivou-se a importação de africanos, e a Coroa começou a tomar medidas através de várias leis, para tentar impedir o morticínio e a escravização desenfreada dos índios. As leis continham ressalvas e eram burladas com facilidade. Escravizavam-se índios em decorrência de "guerras justas", isto é, guerras consideradas defensivas, ou como punição pela prática de antropofagia. Escravizava-se também pelo resgaste, isto é, a compra de indígenas prisioneiros de outras tribos, que estavam para ser devorados em ritual antropofágico. Só em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas. Mas, no essencial, a escravidão indígena fora abandonada muito antes pelas dificuldades apontadas e pela existência de uma solução alternativa.

Como vimos, ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como vinha demonstrando sua lucratividade.

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do

Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena. O historiador americano Stuart Schwartz calcula que, durante a primeira metade do século XVII, nos anos de apogeu da economia do açúcar, o custo de aquisição de um escravo negro era amortizado entre treze e dezesseis meses de trabalho e, mesmo depois de uma forte alta nos preços de compra de cativos após 1700, um escravo se pagava em trinta meses.

Os africanos foram trazidos do chamado "continente negro" para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino.

A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana – Congo e Angola – tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século.

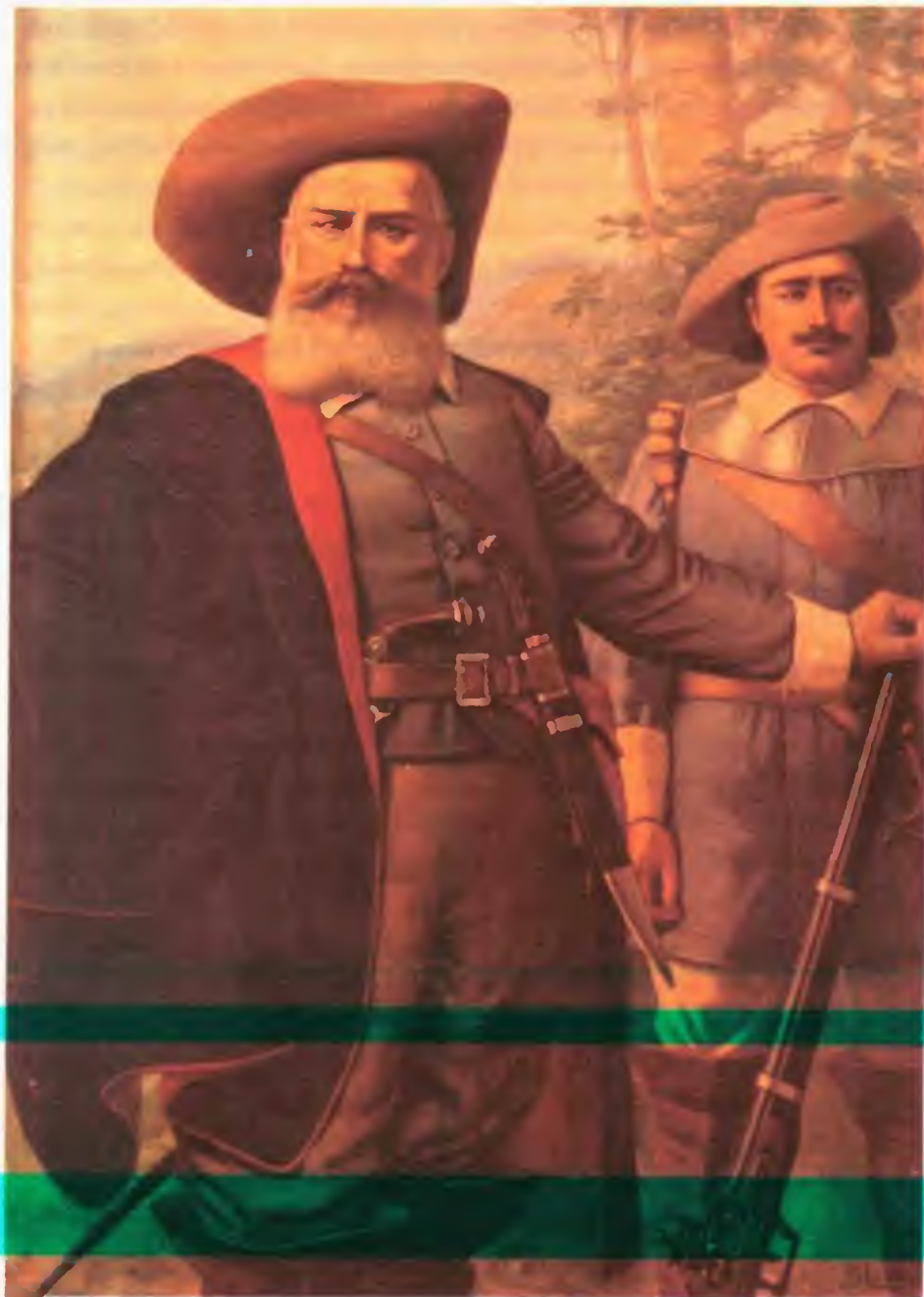
Costuma-se dividir os povos africanos em dois grandes ramos étnicos: os sudaneses, predominantes na África ocidental, Sudão egípcio e na costa norte do Golfo da Guiné, e os bantos, da África equatorial e tropical, de parte do Golfo da Guiné, do Congo, Angola e Moçambique. Essa grande divisão não nos deve levar a esquecer que os negros escravizados no Brasil provinham de muitas tribos ou reinos, com suas culturas próprias. Por exemplo: os iorubas, jejes, tapas, hauçás, entre os sudaneses; e os angolas, bengalas, monjolos, moçambiques, entre os bantos.

Os grandes centros importadores de escravos foram Salvador e depois o Rio de Janeiro, cada qual com sua organização própria e fortemente concorrentes. Os traficantes baianos utilizaram-se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no Recôncavo. Estiveram sempre mais ligados à Costa da Mina, à Guiné e ao Golfo de Benin, neste último caso após meados de 1770, quando o tráfico da Mina declinou. O Rio de Janeiro recebeu

sobretudo escravos de Angola, superando a Bahia com a descoberta das minas de ouro, o avanço da economia açucareira e o grande crescimento urbano da capital, a partir do início do século XIX.

Seria errôneo pensar que, enquanto os índios se opuseram à escravidão, os negros a aceitaram passivamente. Fugas individuais ou em massa, agressões contra senhores, resistência cotidiana fizeram parte das relações entre senhores e escravos, desde os primeiros tempos. Os quilombos, ou seja, estabelecimentos de negros que escapavam à escravidão pela fuga e recompunham no Brasil formas de organização social semelhantes às africanas, existiram às centenas no Brasil colonial. Palmares – uma rede de povoados situada em uma região que hoje corresponde em parte ao Estado de Alagoas, com vários milhares de habitantes – foi um desses quilombos e certamente o mais importante. Formado no início do século XVII, resistiu aos ataques de portugueses e holandeses por quase cem anos, vindo a sucumbir, em 1695, às tropas sob o comando do bandeirante Domingos Jorge Velho.

Admitidas as várias formas de resistência, não podemos deixar de reconhecer que, pelo menos até as últimas décadas do século XIX, os escravos africanos ou afro-brasileiros não tiveram condições de desorganizar o trabalho compulsório. Bem ou mal, viram-se obrigados a se adaptar a ele. Dentre os vários fatores que limitaram as possibilidades de rebeldia coletiva, lembremos que, ao contrário dos índios, os negros eram desenraizados de seu meio, separados arbitrariamente, lançados em levas sucessivas em território estranho.

Por outro lado, nem a Igreja nem a Coroa se opuseram à escravização do negro. Ordens religiosas como a dos beneditinos estiveram mesmo entre os grandes proprietários de cativos. Vários argumentos foram utilizados para justificar a escravidão africana. Dizia-se que se tratava de uma instituição já existente na África e assim apenas transportavam-se cativos para o mundo cristão, onde seriam civilizados e salvos pelo conhecimento da verdadeira religião. Além disso, o negro era considerado um ser racialmente inferior. No decorrer do século XIX, teorias pretensamente científicas reforçaram o preconceito: o tamanho e a forma do crânio dos negros, o peso de seu cérebro etc. "demonstravam" que se estava diante de uma raça de baixa inteligência e emocionalmente instável, destinada biologicamente à sujeição.

6. *Domingos Jorge Velho e Seu Lugar-tenente Antonio Fernandes*, de Benedito Calixto (1853-1927), que nasceu em São Paulo e decorou muitos teatros e igrejas.

Lembremos também o tratamento dado ao negro na legislação. O contraste com os indígenas é nesse aspecto evidente. Estes contavam com leis protetoras contra a escravidão, embora, como vimos, fossem pouco aplicadas e contivessem muitas ressalvas. O negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa e não uma pessoa.

Vejamos alguns aspectos da questão demográfica. Embora os números apurados variem, há dados sobre a alta taxa de mortalidade dos escravos negros do Brasil, especialmente das crianças e dos recém-chegados, quando comparada, por exemplo, à da população escrava nos Estados Unidos. Observadores de princípios do século XIX calculavam que a população escrava declinava a uma taxa entre 5 e 8% ao ano. Dados recentes revelam que a expectativa de vida de um escravo do sexo masculino, ao nascer, em 1872, era de 18,3 anos, enquanto a da população como um todo era de 27,4 anos. Por sua vez, um cativo homem nascido nos Estados Unidos em torno de 1850 tinha uma expectativa de vida de 35,5 anos.

Apesar desses números gritantes, não se pode dizer que os escravos negros tenham sido atingidos por uma catástrofe demográfica tão grande como a que dizimou os índios. Aparentemente, negros provenientes do Congo, do norte de Angola e do Daomé – atual Benim – eram menos suscetíveis ao contágio de doenças como a varíola. De qualquer forma, mesmo com a destruição física prematura dos negros, os senhores de escravos tiveram sempre a possibilidade de renovar o suprimento pela importação. A escravidão brasileira se tornou mesmo totalmente dependente dessa fonte. Com raras exceções, não houve tentativas de se ampliar o crescimento da população escrava já instalada no Brasil. A fertilidade das mulheres escravas era baixa. Além disso, criar uma criança por doze ou catorze anos era considerado um investimento de risco, tendo-se em conta as altas taxas de mortalidade, decorrentes das próprias condições de existência.

2.9. O MERCANTILISMO

A forma pela qual, ao longo de alguns séculos, a Coroa portuguesa tratou de assegurar os maiores ganhos do empreendimento colonial relaciona-se com as concepções de política econômica vigentes na época, abrangidas pela

expressão "mercantilismo". Falamos em "concepções" no plural porque seria equivocado imaginar que houve uma política econômica dos Estados europeus, sempre idêntica, entre os séculos XV e XVIII. Ela variou muito, de país a país, de período a período, mas alguns traços essenciais podem ser definidos. Antes de fazer isso, lembremos que a doutrina mercantilista não era, em si mesma, uma teoria econômica baseada em conceitos, mas um receituário de normas de política econômica. Foi a partir da prática e para justificá-la que se chegou à formulação de uma teoria.

Tanto a prática como a teoria partiam do princípio de que não há ganho para um Estado sem prejuízo de outro. Como alcançar o ganho? Atraindo para si a maior quantidade possível do estoque mundial de metais preciosos e tratando de retê-lo. Isso deveria ser alcançado por uma política de proteção dos produtos do país através de uma série de medidas: reduzir pela tributação elevada, ou proibir a entrada de bens manufaturados estrangeiros e facilitar o ingresso de matérias-primas; inversamente, proibir a saída de matérias-primas produzidas no país e estimular a exportação de manufaturados quando estes concorressem vantajosamente no mercado internacional.

Pelo conjunto de medidas, verifica-se que a política mercantilista pressupunha uma ampla intervenção do Estado, seja assumindo diretamente certas atividades econômicas, seja criando condições favoráveis a determinados grupos para alcançar os objetivos visados. Não se tratava de uma política absurda, como poderia parecer por sua obsessão pelos metais preciosos. Pelo contrário, era coerente com as possibilidades de ação dos Estados nacionais em via de criação e crescimento, em um período no qual a moeda metálica tinha uma grande importância para consolidar o Estado.

2.10. O "EXCLUSIVO" COLONIAL

Qual o significado e o papel das colônias nesse contexto?

Elas deveriam contribuir para a auto-suficiência da metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora, na concorrência internacional com as demais. Para isso, era preciso estabelecer uma série de normas e práticas que afastassem os concorrentes da exploração das respectivas colônias. Esse conjunto de normas e práticas, criado de acordo

com as concepções mercantilistas, constituía o sistema colonial. Seu eixo básico consistia no "exclusivo" metropolitano, segundo a expressiva linguagem da época, ou seja, na exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole.

Tratava-se de impedir ao máximo que navios estrangeiros transportassem mercadorias da colônia, sobretudo para vender diretamente em outros países da Europa. Inversamente, procurava-se também impedir que mercadorias, em especial as não produzidas na metrópole, chegassem à colônia em navios desses países. Em termos simplificados, buscava-se deprimir, até onde fosse possível, os preços pagos na colônia por seus produtos, para vendê-los com maior lucro na metrópole. Buscava-se também obter maiores lucros da venda na colônia, sem concorrência, dos bens por ela importados. O "exclusivo" colonial teve várias formas: arrendamento, exploração direta pelo Estado, criação de companhias privilegiadas de comércio, beneficiando determinados grupos comerciais metropolitanos etc.

Tomando agora o caso português, que nos interessa de perto, seria equivocado pensar que os preceitos mercantilistas foram aplicados sempre consistentemente. Se insistimos em lhes dar grande importância, é porque eles apontam para o sentido mais profundo das relações Metrópole-Colônia, embora não contem toda a história dessas relações. Curiosamente, a aplicação mais conseqüente da política mercantilista só se deu em meados do século XVIII, sob o comando do Marquês de Pombal, quando seus princípios já eram postos em dúvida no resto da Europa Ocidental.

A Coroa lusa abriu brechas nesses princípios, principalmente devido aos limites de sua capacidade de impô-los. Não estamos falando apenas da existência do contrabando, pois o contrabando era uma quebra pura e simples das regras do jogo. Estamos falando sobretudo da posição de Portugal no conjunto das nações européias. Os portugueses estiveram na vanguarda da expansão marítima, mas não tinham os meios de monopolizar seu comércio colonial. Já durante o século XVI, as grandes praças comerciais não se situavam em Portugal, mas na Holanda. Os holandeses foram importantes parceiros comerciais de Portugal, transportando sal e vinho portugueses e açúcar brasileiro, em troca de produtos manufaturados, queijos, cobre e tecidos. Obtiveram com isso muitas facilidades.

Posteriormente, ao longo do século XVII, a Coroa seria levada a estabelecer relações desiguais com uma das novas potências emergentes: a Inglaterra. Dessas condições resulta que o "exclusivo" colonial luso oscilou de acordo com as circunstâncias, ficando entre a relativa liberdade e um sistema centralizado e dirigido, combinado com concessões especiais. Essas concessões representavam, no fundo, a participação de outros países no usufruto da exploração do sistema colonial português.

Resumindo todo esse longo processo de oscilações do "exclusivo" colonial, podemos dizer que houve uma fase de relativa liberdade comercial de 1530 até 1571, data em que o Rei Dom Sebastião decretou a exclusividade dos navios portugueses no comércio da Colônia, coincidindo, aliás, a medida com os anos iniciais da grande expansão da economia açucareira. O período da chamada união das duas Coroas (1580-1640), quando o rei da Espanha ocupou também o trono de Portugal, caracterizou-se por crescentes restrições à participação de outros países no comércio colonial, visando especialmente a Holanda, que estava em guerra com a Espanha. Mesmo assim, há notícias de um tráfego regular e direto entre o Brasil e Hamburgo na Alemanha, por volta de 1590.

Após o fim do domínio espanhol, com a aclamação de Dom João IV como rei de Portugal, seguiu-se uma breve fase de "livre comércio", com pouca regulamentação e ausência de controle sobre o mercado colonial de importação. Mas, em 1649, passou-se a um novo sistema de comércio centralizado e dirigido, por meio de frotas. Com capital obtido principalmente de cristãos-novos, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Brasil. A companhia deveria manter uma frota de 36 navios armados para comboiar navios mercantes que saíam do Brasil e aqui chegavam, duas vezes por ano; em troca, usufruiria do monopólio das importações de vinho, farinha, azeite de oliva e bacalhau e do direito de estabelecer os preços para esses artigos. A partir de 1694, a companhia foi transformada em órgão governamental.

Entretanto, a criação da empresa não impediu concessões feitas por Portugal à Holanda e especialmente à Inglaterra. Em poucas palavras, a Coroa buscava a proteção política inglesa, dando em troca vantagens comerciais. Um bom exemplo disso é o tratado imposto por Cromwell em 1654, em que se garantia aos ingleses o direito de negociar com a colônia brasileira, exceto

no tocante aos produtos monopolizados pela Companhia Geral do Comércio. O sistema de frotas só foi abandonado em 1765, quando o Marquês de Pombal resolveu estimular o comércio e restringir o crescente papel dos ingleses. Isso se fez através da criação de novas companhias (Companhia do Grão-Pará e Maranhão; Companhia de Pernambuco e Paraíba), que representaram as últimas expressões nítidas da política mercantilista no Brasil.

2.11. A GRANDE PROPRIEDADE AGROEXPORTADORA E A ACUMULAÇÃO URBANA

O sentido da colonização, até a descoberta dos metais preciosos, foi dado pela grande propriedade, onde se cultivava predominantemente um gênero destinado à exportação, com base no trabalho escravo. A expressão da língua inglesa *plantation*, de uso cada vez mais corrente, sintetiza essa descrição.

A afirmativa de que a *plantation* foi a forma básica da colonização portuguesa no Brasil se tornou clássica a partir dos trabalhos de Caio Prado Júnior. Ela vem sendo criticada, há alguns anos, por historiadores como Francisco Carlos Teixeira da Silva e Ciro Flamarion Cardoso. Teixeira considera que o projeto "plantacionista" era assumido pela classe dominante colonial, mas a Coroa sempre se preocupou em diversificar a produção e garantir o plantio de gêneros alimentícios para consumo na própria Colônia. Cardoso assinala que a obsessão com o conceito de *plantation* fez com que se deixassem de lado alguns fatos importantes da complexa realidade econômico-social brasileira. Assim, não se deu o necessário relevo às áreas geográficas periféricas e houve uma excessiva redução da estrutura social a senhores, em um pólo, e escravos, em outro, esquecendo-se a importância dos brancos e ignorando-se a existência de um campesinato, ou seja, de pequenos proprietários, na sociedade rural.

A crítica é significativa, entre outros aspectos, por chamar a atenção para o fato de que o Brasil colonial não foi só açúcar, ouro, grande propriedade agrícola; mas parece-nos excessivo dizer que o projeto de colonização de tipo *plantation* fosse um empreendimento da classe dominante colonial – senhores

de engenho, grandes plantadores de cana, grandes comerciantes ligados à exportação – e não da Coroa portuguesa.

Por certo, havia diferenças entre essas duas esferas, mas elas não nasciam de um desinteresse da Coroa pela *plantation*. Derivavam, sim, do fato de que de um lado apareciam diretamente interesses privados; de outro, a principal instituição responsável pela organização geral da vida na Colônia. Daí, por exemplo, o contínuo interesse do governo português na produção de alimentos e as resistências opostas pelos proprietários rurais a utilizar terras com esse objetivo menos rentável.

A concepção definidora da colonização pela grande empresa monocultora escravista é um modelo cujo valor consiste em dar as linhas básicas de entendimento de um sistema que caracterizou o Brasil na Colônia e deixou suas marcas após a Independência.

Que marcas são essas?

A grande propriedade, a vinculação com o exterior através de uns poucos produtos primários de exportação, a escravidão e suas conseqüências.

Recentemente, historiadores, entre os quais se destacam João Fragoso e Manolo Tolentino, enfatizaram a importância da acumulação de capitais, por parte de um reduzido, mas poderoso grupo, cuja base de atuação era o Rio de Janeiro, embora não se limitasse a ele. Desde a primeira metade do século XVIII, constatamos um processo de acumulação urbana propiciado, em boa medida, por capitais investidos no tráfico de escravos. Os negócios negreiros cresceram tendencialmente a partir dessa época, ganhando impulso com a elevação do Rio de Janeiro a capital da Colônia e, várias décadas depois, com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil.

O grupo de traficantes poderosos não se especializava apenas no significativo comércio de homens, dedicando-se aos investimentos em prédios urbanos, à usura e às operações de importação e exportação.

2.12. ESTADO E IGREJA

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Embora

se trate de instituições distintas, naqueles tempos uma estava ligada à outra. Não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado, independentemente da religião. A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos.

Em princípio, houve uma divisão de trabalho entre as duas instituições. Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a Colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos, como o da mão-de-obra, estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade, ou por ambas as coisas.

Nesse sentido, o papel da Igreja se tornava relevante. Como tinha em suas mãos a educação das pessoas, o "controle das almas" na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a idéia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste "vale de lágrimas" dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema-unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão "campo-santo".

Na história do mundo ocidental, as relações entre Estado e Igreja variaram muito de país a país e não foram uniformes no âmbito de cada país, ao longo do tempo. No caso português, ocorreu uma subordinação da Igreja ao Estado através de um mecanismo conhecido como padroado real. O padroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. O rei de Portugal ficava com o direito de recolher o tributo devido pelos súditos da Igreja conhecido como dízimo, correspondente a um décimo dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Cabia também à Coroa criar dioceses e nomear os bispos.

Muitos dos encargos da Coroa resultavam, pelo menos em tese, em maior subordinação da Igreja, como é o caso da incumbência de remunerar o clero e construir e zelar pela conservação dos edifícios destinados ao culto. Para supervisionar todas essas tarefas, o governo português criou uma espécie de departamento religioso do Estado: a Mesa da Consciência e Ordens.

O controle da Coroa sobre a Igreja foi em parte limitado pelo fato de que a Companhia de Jesus até a época do Marquês de Pombal (1750-1777) teve forte influência na Corte. Na Colônia, o controle sofreu outras restrições. De um lado, era muito difícil enquadrar as atividades do clero secular – aquele que existe fora das ordens religiosas –, disperso pelo território; de outro, as ordens religiosas conseguiram alcançar maior grau de autonomia. A maior autonomia das ordens dos franciscanos, mercedários, beneditinos, carmelitas e principalmente jesuítas resultou de várias circunstâncias. Elas obedeciam a regras próprias de cada instituição e tinham uma política definida com relação a questões vitais da colonização, como a indígena. Além disso, na medida em que se tornaram proprietárias de grandes extensões de terra e empreendimentos agrícolas, as ordens religiosas não dependiam da Coroa para sua sobrevivência.

Padres seculares buscaram fugir ao peso do Estado e da própria Igreja, quando havia oportunidade, por um caminho individual. Exemplo célebre é o de alguns padres participantes da Inconfidência Mineira, que se dedicavam a grandes lavouras, a trabalhos de mineração, ao tráfico de escravos e diamantes. A presença de padres pode ser constatada praticamente em todos os movimentos de rebelião, a partir de 1789, prolongando-se após a independência do Brasil até meados do século XIX.

As razões dessa presença estão pouco estudadas. O historiador José Murilo de Carvalho, analisando a época imperial, contrastou o procedimento conservador dos magistrados com o comportamento rebelde dos padres. Sugeriu que a rebeldia destes tinha origem em sua extração social, nas dificuldades de ascensão na carreira, na atuação mais próxima à população. De qualquer forma, seria engano estender a todo o clero essa característica de rebeldia, visível mas excepcional. Na atividade do dia-a-dia, silenciosamente e às vezes com pompa, a Igreja tratou de cumprir sua missão de converter índios e negros, e de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como aos preceitos do Estado.

2.13. O ESTADO ABSOLUTISTA E O "BEM COMUM"

O Estado português na época da colonização é um Estado absolutista. Em teoria, todos os poderes se concentram por direito divino na pessoa do rei. O reino – ou seja, o território, os súditos e seus bens – pertence ao rei, constitui seu patrimônio. Daí o uso da expressão "Estado patrimonialista" para definir o Estado absolutista, utilizada por muitos autores, a partir da conceituação do sociólogo alemão Max Weber.

No Estado absolutista não há – sempre em teoria – distinção entre a esfera pública, como campo de atividade do Estado, e a esfera privada, como campo de ação dos indivíduos com direitos maiores ou menores. Nele, tudo é público, pois não há limites preestabelecidos ao poder real. Por exemplo, quando em 1446, na época do Rei Afonso V, foi efetuada uma revisão e organização das leis do reino, seu autor dizia que "o rei tem seu poder das mãos de Deus e como seu vigário tenente (isto é, como delegado de Deus) é livre de toda lei humana".

Tudo isso não quer dizer que o rei não devesse levar em conta os interesses dos diferentes estratos sociais – nobres, comerciantes, clero, gente do povo – nem que governasse sozinho. A preferência pela expressão "Coroa" em vez de "Rei" para designar o poder da monarquia portuguesa é significativa nesse sentido. Se a palavra decisiva cabia ao rei, tinha muito peso na decisão uma burocracia por ele escolhida, formando um corpo de governo. Mesmo a indefinição das fronteiras entre o público e o privado não foi completa; pelo menos no reinado de Dom João IV (1640-1656), uma série de medidas foram tomadas, principalmente no âmbito fiscal, com o objetivo de estabelecer limites à ação do rei. O "bem comum" surgia como uma idéia nova que justificava a restrição aos poderes reais de impor empréstimos ou se apossar de bens privados para seu uso.

A montagem da administração colonial desdobrou e enfraqueceu o poder da Coroa. Por certo, era na Metrópole que se tomavam as decisões centrais, mas os administradores do Brasil tinham de improvisar medidas, diante de situações novas, e ficavam muitas vezes se equilibrando entre as pressões imediatas dos colonizadores e as instruções emanadas da distante Lisboa.

2.14. AS INSTITUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

Vejamos em síntese quais foram as principais instituições e órgãos da administração portuguesa no Brasil, a partir do governo geral. Antes, lembremos que não havia especialização clara dos diferentes órgãos como hoje ocorre. Atividades executivas e judiciárias, por exemplo, não estavam delimitadas. Existiam autoridades que tanto realizavam tarefas de administrar como de julgar questões surgidas entre as pessoas.

Entre as figuras de cúpula, destacavam-se os governadores de capitania, especialmente os das mais importantes. Acima deles, ficava o governador-geral. A partir de 1763, quando a sede do governo foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, tornou-se comum a outorga ao governador-geral, pelo rei, do título de Vice-Rei e Capitão-General do Mar e Terra do Estado do Brasil. Os vice-reis tinham extensas atribuições, dispondo do conjunto das forças armadas. Representavam e encarnavam, à distância, a pessoa do monarca português, o que não era pouco, em uma época de contatos e comunicações difíceis.

Os demais órgãos administrativos podem ser agrupados em três setores: o Militar, o da Justiça e o da Fazenda. As forças armadas de uma capitania compunham-se da tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenança. A primeira constituía um contingente regular e profissional permanentemente em armas. Era quase sempre composta de regimentos portugueses. Para completar os efetivos, as autoridades coloniais deveriam engajar gente branca da Colônia. Mas como poucas pessoas queriam voluntariamente ingressar na tropa em seus níveis mais baixos, as autoridades lançavam mão do recrutamento, que se tornou o espantalho da população. Na Bahia, por exemplo, em fins do século XVIII, logo que começava a ação violenta dos agentes recrutadores, constatava-se a carestia dos gêneros alimentícios porque os lavradores abandonavam as roças.

As milícias eram tropas auxiliares, recrutadas, entre os habitantes da Colônia, para serviço obrigatório e não-remunerado. Quase não se apresentavam voluntários, e o método do recrutamento forçado, principalmente dos pobres, aí imperava.

Por último, existiam as ordenanças, formadas por todo o resto da população masculina entre dezoito e sessenta anos, exceto os padres. Ao contrário

das milícias, as ordenanças constituíam uma força local e para elas não havia recrutamento. Sua atividade militar limitava-se a exercícios periódicos e a agir quando surgissem na localidade tumultos ou outros acontecimentos extraordinários.

Os órgãos de Justiça, às vezes com funções administrativas, eram representados pelos vários juízes, entre os quais se destacava o ouvidor da comarca, nomeado pelo soberano por três anos. Para julgar recursos das decisões, existiam os Tribunais da Relação, presididos pelo governador ou pelo vice-rei, a princípio só na Bahia e depois na Bahia e no Rio de Janeiro. Por sua vez, o principal órgão encarregado de arrecadar tributos e determinar a realização de despesas era a Junta da Fazenda, presidida também pelo governador de cada capitania.

Devemos por último fazer referência especial a um órgão de poder constituído de membros da sociedade: as Câmaras Municipais, com sede nas vilas e nas cidades. Elas eram compostas de membros natos, ou seja, não-eleitos, e de representantes eleitos. Votavam nas eleições, que eram geralmente indiretas, os "homens bons", ou seja, proprietários residentes na cidade, excluídos os artesãos e os considerados impuros pela cor e pela religião, isto é, negros, mulatos e cristãos-novos. O campo de atividade das Câmaras Municipais variou muito. Nos primeiros tempos da Colônia, Câmaras como as de São Luís, Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se de fato a principal autoridade das respectivas capitanias, sobrepondo-se aos governadores e chegando mesmo, em certos casos, a destituí-los. Posteriormente, seu poder diminuiu, refletindo a concentração da autoridade nas mãos dos representantes da Coroa.

As Câmaras possuíam finanças e patrimônio próprios. Arrecadavam tributos, nomeavam juízes, decidiam certas questões, julgavam crimes como pequenos furtos e injúrias verbais, cuidavam das vias públicas, das pontes e chafarizes incluídos no seu patrimônio. Elas foram controladas, sobretudo até meados do século XVII, pela classe dominante dos proprietários rurais e expressavam seus interesses. As Câmaras de Belém e São Paulo, por exemplo, procuraram garantir o direito de organizar expedições para escravizar os índios, e as do Rio de Janeiro e Bahia muitas vezes estabeleceram moratória para as dívidas dos senhores de engenho e combateram os monopólios co-

merciais. Graças ao seu enraizamento na sociedade, as Câmaras Municipais foram o único órgão que sobreviveu por inteiro e até se reforçou, após a Independência.

2.15. AS DIVISÕES SOCIAIS

Passemos a uma análise de sociedade, lidando principalmente com suas divisões.

2.15.1. A PUREZA DE SANGUE

Um princípio básico de exclusão distinguia determinadas categorias sociais, pelo menos até uma carta-lei de 1773. Era o princípio de pureza de sangue. Impuros eram os cristãos-novos, os negros, mesmo quando livres, os índios em certa medida e as várias espécies de mestiços. Eles não podiam ocupar cargos de governo, receber títulos de nobreza, participar de irmandades de prestígio etc. A carta-lei de 1773 acabou com a distinção entre cristãos antigos e novos, o que não quer dizer que daí para a frente o preconceito tenha se extinguido.

2.15.2. LIVRES E ESCRAVOS

O critério discriminatório se referia essencialmente a pessoas. Mais profundo do que ele era o corte que separava pessoas e não-pessoas, ou seja, gente livre e escravos, considerados juridicamente coisa. A condição de livre ou de escravo estava muito ligada à etnia e à cor, pois escravos eram, em primeiro lugar, negros, depois, índios e mestiços. Toda uma nomenclatura se aplicava aos mestiços, distinguindo-se os mulatos, os mamelucos, curibocas ou caboclos, nascidos da união entre branco e índio; os cafuzos, resultantes da união entre negro e índio.

Convém distinguir porém entre escravidão indígena e negra. Do início da colonização até a extinção formal da escravidão indígena, houve índios cativos e os chamados forros ou administrados. Estes eram índios que, após a

7. *Uma Cafusa da Província de São Paulo*, na concepção do naturalista Spix.

8. *Uma Mameluca da Província de São Paulo*, na concepção do naturalista Spix.

captura, tinham sido colocados sob a tutela dos colonizadores. Sua situação não era muito diversa dos cativos. Entretanto, se em geral a situação do índio era muito penosa, não equivalia à do negro. A proteção das ordens religiosas nos aldeamentos indígenas impôs limites à exploração pura e simples. A própria Coroa procurou estabelecer uma política menos discriminatória. Um alvará de 1755, por exemplo, chegou mesmo a estimular os casamentos mistos de índios e brancos, considerando tais uniões sem "infâmia alguma". O mesmo alvará previa uma preferência em "empregos e honras" para os descendentes dessas uniões e proibia que eles fossem chamados de "caboclos" ou outros nomes semelhantes que pudessem ser "injuriosos". Tratamento muito diferente recebiam as uniões de índio com negro. Por exemplo, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque "se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto".

A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Negros e mulatos representavam cerca de 75% da população de Minas Gerais, 68% de Pernambuco, 79% da Bahia e 64% do Rio de Janeiro. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%). Cativos trabalhavam nos campos, nos engenhos, nas minas, na casa-grande. Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas, de pessoas, de dejetos malcheirosos ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado etc.

As relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo, sem envolver outras pessoas. Houve cativos alugados para a prestação de serviços a terceiros e, nos centros urbanos, existiram os "escravos de ganho" – uma figura comum no Rio de Janeiro dos primeiros decênios do século XIX. Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu "ganho", prestando serviços ou vendendo mercadorias e cobravam deles, em troca, uma quantia fixa paga por dia ou por semana. Escravos de ganho foram utilizados em pequena e em larga escala, de um único cativo até trinta ou quarenta. Se a maioria deles exercia sua atividade nas ruas, caindo inclusive na prostituição e na mendicância, com o assentimento de seus senhores, existiram também escravos de ganho que eram barbeiros instalados em lojas, ou operários.

2.15.3. ESCRAVOS E ESCRAVOS

Mas entre os escravos existiram distinções. Algumas se referiam ao trabalho exercido, pois havia diferenças entre servir na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou "escravo de ganho" nas cidades. Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. "Boçal" era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; "ladino", o que já estava relativamente "adaptado", falando e entendendo português; "crioulo" era o nascido no Brasil. Uma coisa era o preto retinto, em um extremo, e o mulato claro, em outro. Em geral, mulatos e crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados.

2.15.4. LIVRES E LIBERTOS

Além das distinções no âmbito da massa escrava, devemos considerar que houve no Brasil colonial um grande número de africanos ou afro-brasileiros livres ou libertos. Dados referentes ao fim do período indicam que cerca de 42% da população negra ou mulata eram constituídas por essa categoria. Sua condição era ambígua. Considerados formalmente livres, voltavam na prática a ser escravizados de forma arbitrária. Não podiam pertencer ao Senado da Câmara ou a prestigiosas irmandades leigas, como a Ordem Terceira de São Francisco. Mesmo a liberdade de um ex-escravo podia ser revogada, por atitudes de desrespeito para com seu antigo senhor.

A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas cidades, com apenas um escravo. O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado a nossos dias. Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como "coisa de negro".

2.15.5. Nobreza, Clero e Povo

Em teoria, as pessoas livres da Colônia foram enquadradas em uma hierarquia de ordens (nobreza, clero e povo), uma característica do Antigo Regime. A transplantação desse modelo, vigente em Portugal, teve pouco efeito prático no Brasil. Os títulos de nobreza foram ambicionados pela elite branca, mas não existiu uma aristocracia hereditária. Os fidalgos eram raros, e muita gente comum tinha pretensões a nobreza.

A população livre e pobre abrangia pessoas de condição diversa. Roceiros, pequenos lavradores, trabalhadores povoaram os campos; as poucas cidades reuniram vendedores de rua, pequenos comerciantes, artesãos. Lembremos, de passagem, que esse quadro não foi estático. A descoberta do ouro e dos diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a partir de princípios do século XVIII, e a vinda da família real para o Rio de Janeiro, no início do século XIX, foram, cada um à sua maneira, fatores de diversificação social e de alteração das relações entre campo e cidade. Na região mineira e nos centros urbanos, como Salvador e o Rio de Janeiro, existiam burocratas e administradores, letrados e gente dedicada às chamadas profissões liberais, especialmente a advocacia.

2.15.6. Hierarquia das Profissões

As diferentes atividades eram desigualmente valorizadas. A de maior prestígio, sobretudo nos primeiros tempos, era não propriamente uma atividade, mas "o ser senhor de engenho". Na famosa expressão do Padre Antonil, em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, escrita no início do século XVIII, "o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram porque traz consigo o ser servido e respeitado de muitos. E [...] bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do reino".

O comércio era considerado uma profissão menos digna e, em teoria, os homens de negócios estavam excluídos das Câmaras e das honrarias. O fato de que muitos deles fossem cristãos-novos, ou seja, de ascendência judaica, acrescentava outro elemento de discriminação. Os artesãos também eram

depreciados, pois considerava-se o trabalho manual uma atividade inferior. Quase sempre sem representação nas Câmaras, conseguiam às vezes se fazer ouvir pela voz do "juiz de fora", magistrado profissional indicado pela Coroa que presidia a Câmara nas cidades maiores. A partir de um reduzido número, o grupo cresceu tanto quantitativamente como em sua expressão social, a ponto de alguns alfaiates se colocarem à frente de uma rebelião contra a Coroa, na Bahia, em fins do século XVIII.

2.15.7. OS QUE MANDAM

No alto da pirâmide social, ficavam os grandes proprietários rurais, os comerciantes voltados para o comércio exterior e, ao longo dos anos, os grupos concentrados no Rio de Janeiro, que se dedicavam, principalmente, ao tráfico de escravos, às inversões imobiliárias e à usura. Esse grupo, constituído majoritariamente por brasileiros, acentuou as distinções entre interesses da Metrópole e interesses dos setores dominantes na Colônia. Referindo-se ao Rio de Janeiro de um período pré e pós-Independência, Manolo Tolentino enfatiza a importância desse setor, pelo vulto dos capitais envolvidos, pela diversificação das atividades e por sua extensão a regiões que abrangiam áreas tão distantes como o Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Os grandes comerciantes desempenharam, desde cedo, um papel estratégico na vida da Colônia e não foram incluídos na discriminação imposta, em teoria, à sua atividade. Descreveram uma curva de ascensão social e política, participando das Câmaras e irmandades de prestígio, ocupando postos elevados nas milícias.

Entre grandes proprietários rurais e grandes comerciantes, no Nordeste açucareiro, houve, ao mesmo tempo, pontos de aproximação e de conflito. O fato de que muitos comerciantes desejassem "nobilitar-se", através da compra de terras e de casamentos estratégicos, reduziu até mesmo a distinção entre os dois setores. Mas havia fundamento material para confrontações, pois os comerciantes influíam, em seu favor, nos preços dos produtos de exportação e de importação, e financiavam as atividades produtivas, tornando-se credores dos proprietários rurais. As disputas se acirravam quando vinham acompanhadas de uma divisão de origem entre senhores rurais nativos e comerciantes portugueses.

Um exemplo extremo das divergências foi a chamada Guerra dos Mascates, ocorrida em Pernambuco em 1710-1711, que opôs os senhores de engenho, de Olinda e os "mascates" (que, na verdade, pouco tinham de mascates) do Recife. Tratava-se, na realidade, de grandes comerciantes, alguns dos quais aumentaram seu poder ao arrematar, em leilões realizados pela Coroa, o direito de cobrar impostos.

2.15.8. DISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA

Uma divisão da sociedade diretamente relacionada com o princípio de pureza de sangue dizia respeito à religião. Os súditos da Coroa residentes no Brasil eram, por definição, católicos. Mas havia os mais e os menos católicos. Estes eram os cristãos-novos, judeus ou seus descendentes, obrigados a converter-se ao cristianismo por decisão da monarquia lusa (1497). Sobre eles pesava a suspeita adicional de praticar em segredo a religião judaica. Os cristãos-novos tiveram um papel relevante, desde os primeiros tempos da Colônia, como mercadores, artesãos, senhores de engenho, ocupando também cargos civis e eclesiásticos. Em 1603, a Mesa da Consciência, em Lisboa, determinou que o bispado do Brasil, com sede em Salvador, só apontasse "cristãos de velha cepa" para os ofícios religiosos em Pernambuco, porque a maioria deles estava nas mãos de cristãos-novos.

Apesar desse papel relevante, e talvez por isso mesmo, os cristãos-novos foram discriminados, alguns deles presos e mortos nas mãos de inquisidores. Comparativamente, entretanto, as perseguições não tiveram a eficiência das desencadeadas na América espanhola. A Inquisição não se instalou em caráter permanente no Brasil, e suas aterrorizantes visitas, com exceção da realizada ao Estado do Grão-Pará em 1763-1769, ocorreram na época em que a Coroa portuguesa esteve nas mãos dos reis da Espanha. O Santo Ofício inquisitório esteve na Bahia e em Pernambuco entre 1591 e 1595, voltando à Bahia em 1618.

2.15.9. DISCRIMINAÇÃO SEXUAL

Por último, lembremos a divisão entre homens e mulheres, o que nos leva à análise da família. Tradicionalmente, sobretudo por influência dos

estudos de Gilberto Freyre, quando falávamos em família na Colônia logo vinha à mente o modelo patriarcal: o de uma família extensiva, constituída por parentes de sangue e afins, agregados e protegidos, sob a chefia indiscutível de uma figura masculina. A família patriarcal teve grande importância, marcando inclusive, como logo veremos, as relações entre sociedade e Estado. Mas ela foi característica da classe dominante, mais exatamente da classe dominante do Nordeste. Entre a gente de condição social inferior a família extensiva não existiu, e as mulheres tenderam a ter maior independência, quando não tinham marido ou companheiro. Em Ouro Preto de 1804, por exemplo, considerando-se 203 unidades domésticas, apenas 93 eram encabeçadas por homens.

Mesmo em relação às famílias de elite, o quadro de submissão das mulheres tinha exceções. Em determinadas circunstâncias, elas desempenharam um relevante papel nas atividades econômicas. Isso ocorreu na região de São Paulo, onde as mulheres, descritas por um governador da capitania por volta de 1692 como "formosas e varonis", assumiam a administração da casa e dos bens, quando os homens se lançavam por vários anos às expedições no sertão.

2.15.10. Cidade e Campo

A população da Colônia viveu em sua grande maioria no campo. As cidades cresceram aos poucos e eram dependentes do meio rural. A própria capital da Colônia foi descrita por Frei Vicente do Salvador, no século XVI, como "cidade esquisita, de casas sem moradores, pois os proprietários passavam mais tempo em suas roças rurais, só acudindo no tempo das festas. A população urbana constava de mecânicos que exerciam seus ofícios, de mercadores, de oficiais de Justiça, de Fazenda, de Guerra, obrigados à residência". Um padre jesuíta refere-se à pobreza da pequena São Paulo, no século XVII, como resultado da constante ausência dos habitantes porque "fora por ocasião de três ou quatro festas principais eles ficam em suas herdades ou andam por bosques e campos, em busca de índios, no que gastam suas vidas".

Esse quadro modificou-se, em parte, pela crescente influência dos grandes comerciantes e pelo crescimento do aparelho administrativo, o que aumentou o peso qualitativo das cidades. Fatos como a invasão holandesa e sobretudo

a vinda da família real para o Rio de Janeiro tiveram também importância no desenvolvimento dos centros urbanos.

2.16. ESTADO E SOCIEDADE

Como definir as relações entre Estado e sociedade?

Comecemos identificando duas interpretações radicalmente opostas. A primeira, que tem em Raimundo Faoro um de seus representantes mais significativos, localiza no Estado o pólo dominador; a origem da dominação estaria na formação do Estado português que, desde o século XIV, caracterizava-se pela centralização precoce e pela vigência de um corpo de leis, como um Estado patrimonialista. Na Colônia, o poder estatal, representado por uma poderosa burocracia, teria iniciado sua obra centralizadora, reforçando os mecanismos de dominação e de repressão. Seus braços atingiriam até mesmo o sertão distante, por meio de caudilhos e bandeirantes que, em última análise, agiam em nome do Estado.

A orientação oposta, mais antiga, se encontra em autores como Oliveira Viana e Nestor Duarte, que escreveram seus trabalhos nas décadas de 1920 e 1940. Para eles, um setor da sociedade imperava na Colônia diante de um Estado frouxo e sem expressão. Os dominadores teriam sido os grandes proprietários de terras, o senhoriato rural, não só através da descentralização do poder como da modificação de sua natureza, a qual deixou de ser o da função política para servir a interesses privados. Seriam eles quem governavam, legislavam, faziam justiça, guerreavam contra as tribos do interior, em defesa das populações próximas às suas fazendas. Em suma, agiam como verdadeiros senhores feudais.

Penso que não é possível colocar-se na linha de uma ou outra dessas interpretações, por duas razões principais: *1.* elas se apresentam como um modelo imposto a espaços e momentos históricos diversos; *2.* ao separar radicalmente Estado de um lado e sociedade de outro, tendem a excluir a possibilidade de entrelaçamento dos dois níveis.

Começando pela primeira dessas razões, podemos dizer que a ausência do Estado e o preenchimento de suas funções por grupos privados ocorreu em certas áreas, como no sertão nordestino voltado para a pecuária, mas não serve

para definir o quadro mais geral da Colônia. Por outro lado, o Estado português não se ajusta à idéia de uma máquina burocrática esmagadora, transposta com êxito para a Colônia. A tentativa de transpor a organização administrativa lusa para o Brasil chocou-se com inúmeros obstáculos, dada a extensão da Colônia, a distância da Metrópole e a novidade dos problemas a serem enfrentados. O Estado foi estendendo seu alcance ao longo do tempo, diríamos melhor ao longo dos séculos, sendo mais presente nas regiões que eram o núcleo fundamental da economia de exportação. Até meados do século XVII, a ação das autoridades somente se exerceu com eficácia na sede do governo geral e das capitanias à sua volta. Nas outras regiões, predominaram as ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas, considerada um Estado dentro do Estado, ou os grandes proprietários rurais e apresadores de índios.

O bandeirismo paulista não foi uma iniciativa do Estado. Compatibilizou-se em regra com os interesses do governo português, definindo-se, porém, ao mesmo tempo, como uma iniciativa da sociedade local, independentemente da vontade do poder metropolitano.

Com a descoberta das minas de ouro e diamantes no início do século XVIII, o Estado aumentou seus controles, com o objetivo de organizar uma sociedade em rápido crescimento e assegurar a percepção dos tributos sobre as novas riquezas. Mas mesmo aí só o Distrito Diamantino, instalado em Minas Gerais na Comarca do Serro Frio, correspondeu à imagem de um Estado sobreposto à sociedade, amputando todos os membros que resistissem a seu domínio.

Isso não quer dizer que seja inviável estabelecer um padrão geral das relações entre Estado e sociedade no Brasil colonial, respeitadas as diferenças de tempo e espaço. Em primeiro lugar, sobretudo quando nos referimos aos níveis mais altos da atividade do Estado, será quase sempre possível distinguir entre a ação do Estado e os interesses dominantes da sociedade. A Coroa e seus prepostos no Brasil assumiram um papel de organizador geral da vida da Colônia que não correspondia necessariamente a esses interesses. Por exemplo, medidas tendentes a limitar a escravização dos índios, ou garantir o suprimento de gêneros alimentícios por meio do plantio obrigatório nas fazendas, foram recebidas até com revolta pelos apresadores de índios e proprietários rurais.

Mas Estado e sociedade não são dois mundos estranhos. Pelo contrário, há um duplo movimento do Estado em direção à sociedade e desta em direção

ao Estado. Esse movimento se caracteriza pela indefinição dos espaços público e privado.

Que significa isso?

Significa que, se por um lado o Estado é penetrado por interesses particulares, por outro sua ação não tem limites claros, decorrentes de garantias individuais dos cidadãos. Os traços do Estado patrimonial luso, onde tudo, em última análise, é patrimônio do rei, ajustam-se aos traços da sociedade colonial, na qual predomina a solidariedade familiar.

A família ou as famílias em aliança – e aqui estamos falando de famílias da classe dominante – surgem como redes formadas não apenas por parentes de sangue mas por padrinhos e afilhados, protegidos e amigos. Para a Coroa, o Estado é um patrimônio régio e os governantes devem ser escolhidos entre os homens leais ao rei. Por sua vez, os setores dominantes da sociedade tratam de abrir caminho na máquina estatal ou receber as graças dos governantes em benefício da rede familiar.

Por caminhos diversos, resulta disso um governo que se exerce não de acordo com padrões de impessoalidade e respeito à lei, mas segundo critérios de lealdade. A expressão "para os amigos tudo, para os inimigos a lei" resume a concepção e a prática que descrevemos. O fato de que ela tenha sido atribuída a um presidente da República mostra que estamos diante de um padrão de comportamento com longa vida na história do Brasil.

2.17. AS PRIMEIRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Hoje, o Brasil se caracteriza por conter regiões muito diferentes entre si, mas esse fato era ainda mais acentuado nos tempos coloniais, quando, além de tudo, as comunicações eram difíceis e existiam áreas inexploradas ou desconhecidas.

2.17.1. O AÇÚCAR

Na sua faixa litorânea, o Nordeste representou o primeiro centro de colonização e de urbanização da nova terra. A atual situação do Nordeste não

é fruto da fatalidade, mas de um processo histórico. Até meados do século XVIII, a região nordestina, que era designada como o "Norte", concentrou as atividades econômicas e a vida social mais significativa da Colônia; nesse período, o Sul foi uma área periférica, menos urbanizada, sem vinculação direta com a economia exportadora. Salvador foi a capital do Brasil até 1763 e, por muito tempo, sua única cidade importante. Embora não haja dados de população seguros até meados do século XVIII, calcula-se que tinha 14 mil habitantes em 1585, 25 mil em 1724 e cerca de 40 mil em 1750, a metade dos quais eram escravos. Esses números podem parecer modestos, mas têm muita significação quando confrontados com os de outras regiões: São Paulo, por exemplo, tinha menos de 2 mil habitantes em 1600.

A empresa açucareira foi o núcleo central da ativação socioeconômica do Nordeste. O açúcar tem uma longa e variada história, tanto no que se refere a seu uso quanto à localização geográfica. No século XV, era ainda uma especiaria, utilizada como remédio ou condimento exótico. Livros de receitas do século XVI indicam que estava ganhando lugar no consumo da aristocracia européia. Logo passaria de um produto de luxo para o que hoje chamaríamos de um bem de consumo de massa.

Sob o aspecto geográfico, a cana-de-açúcar teve um grande deslocamento no espaço. Originária da Índia, alcançou a Pérsia e dali foi levada pelos conquistadores árabes à costa oriental do Mediterrâneo. A seguir, os árabes a introduziram na Sicília e na Península Ibérica. Já em 1300, vendia-se em Bruges (Bélgica) o açúcar produzido na Espanha. No século XV, a produção das várzeas irrigadas de Valência e do Algarve (sul de Portugal) era comercializada no sul da Alemanha, nos Países Baixos e na Inglaterra. Vimos como a produção açucareira foi dominante nas ilhas do Atlântico, onde se fez um verdadeiro ensaio do que viria a ser o empreendimento implantado no Brasil.

Não se conhece a data em que os portugueses introduziram a cana-de-açúcar no Brasil. Foi nas décadas de 1530 e 1540 que a produção se estabeleceu em bases sólidas. Em sua expedição de 1532, Martim Afonso trouxe um perito na manufatura do açúcar, bem como portugueses, italianos e flamengos com experiência na atividade açucareira da Ilha da Madeira. Plantou-se cana e construíram-se engenhos em todas as capitanias, de São Vicente a Pernambuco.

Um dos objetivos centrais da criação do governo geral foi incentivar a produção na abandonada Capitania da Bahia. O Regimento de Tomé de Sousa continha uma série de preceitos destinados a estimular o plantio e a moenda de cana, concedendo, entre outras vantagens, isenção de impostos por um certo tempo. Além disso, o governador-geral, ainda por determinação do regimento, construiu um engenho de propriedade da Coroa em Pirajá, próximo a Salvador.

Na Capitania de São Vicente, Martim Afonso foi sócio, com portugueses e estrangeiros, de um engenho que talvez tenha sido o maior do sul do país – o São Jorge dos Erasmos –, nome derivado do alemão Erasmo Schetz, que o comprou dos sócios originais. Hoje, existem apenas as ruínas do engenho. A produção de cana no Rio de Janeiro, especialmente na região de Campos, teve também expressão, mas até o século XVIII a cachaça e não o açúcar foi o principal produto obtido, sendo utilizada sobretudo como moeda de troca no comércio de escravos com Angola.

Os grandes centros açucareiros na Colônia foram Pernambuco e Bahia. Fatores climáticos, geográficos, políticos e econômicos explicam essa localização. As duas capitanias combinavam, na região costeira, boa qualidade de solos e um adequado regime de chuvas. Estavam mais próximas dos centros importadores europeus e contavam com relativa facilidade de escoamento da produção, na medida em que Salvador e Recife se tornaram portos importantes.

O ENGENHO

A instalação de um engenho constituía um empreendimento considerável. Em regra, abrangia as plantações de cana, o equipamento para processá-la, as construções, os escravos e outros itens, como gado, pastagens, carros de transporte, além da casa-grande. A operação de processamento de cana até chegar ao açúcar era complexa. Já nos primeiros tempos, importava-se em capacidade administrativa e uso de tecnologia, aprimorada ao longo dos anos. Várias fases se sucediam, passando pela extração do líquido, sua purificação e purgação. A cana era moída por um sistema de tambores, impulsionado por força hidráulica ou por animais. Os engenhos movidos a água, por seu maior tamanho e produtividade, ficaram conhecidos como engenhos reais.

Tanto no Brasil como em Portugal não foram instaladas refinarias no período colonial. O açúcar do Brasil era chamado de barreado porque utilizava-se barro na sua preparação. Isso não significa que fosse de má qualidade. O açúcar barreado resultava tanto no açúcar branco, muito apreciado na Europa, como no mascavo, de cor pardacenta, considerado, na época, de qualidade inferior. Desse modo, a técnica de se obter açúcar branco com o emprego de barro compensava, em parte, a inexistência de refinarias.

A instalação e a atividade de um engenho eram operações custosas que dependiam da obtenção de créditos. No século XVI, pelo menos parte desses créditos provinha de investidores estrangeiros, flamengos e italianos, ou da própria Metrópole. Posteriormente, no século XVII, essas fontes parecem terse tornado pouco significativas. Pelo menos na Bahia, as duas principais fontes de crédito vieram a ser as instituições religiosas e beneficentes, em primeiro lugar, e os comerciantes. Antes de 1808 não existiam bancos no Brasil. Instituições como a Misericórdia, a Ordem Terceira de São Francisco, o Convento de Santa Clara do Desterro, além de suas funções específicas, cumpriram o papel de financiar a atividade produtiva através de empréstimos a juros.

Os comerciantes tinham com os senhores de engenho um relacionamento especial. Financiavam instalações, adiantavam recursos para se tocar o negócio e, pela própria posição que ocupavam, tinham facilidade de fornecer bens de consumo importados. As contas entre as duas partes eram acertadas no fim da safra. Muitas vezes os comerciantes aceitavam receber açúcar em pagamento das dívidas, mas a preço abaixo do mercado. A história final do comércio açucareiro escapava de mãos locais e mesmo de mãos portuguesas. Os grandes centros importadores estavam em Amsterdam, Londres, Hamburgo, Gênova e tinham grande poder na fixação dos preços, por maiores que fossem os esforços de Portugal no sentido de monopolizar o produto mais rentável de sua colônia americana.

Vejamos agora alguma coisa sobre a estrutura social do engenho, começando pelos dois extremos: escravos de um lado, senhores de outro. Foi no âmbito da produção açucareira que se deu com maior nitidez a gradativa passagem da escravidão indígena para a africana. Nas décadas de 1550 e 1560, praticamente não havia africanos nos engenhos do Nordeste. A mão-de-obra era constituída por escravos índios ou, em muito menor escala, por índios provenientes das aldeias jesuíticas, que recebiam um salário ínfimo. Tomando

o exemplo de um grande engenho – Sergipe do Conde, na Bahia –, cujos registros sobreviveram até hoje, podemos ter uma idéia de como se deu a transição. Em 1574, os africanos representavam apenas 7% da força de trabalho escrava; em 1591 eram 37% e, em torno de 1638, africanos e afro-brasileiros compunham a totalidade da força de trabalho.

Os cativos realizavam um grande número de tarefas, sendo concentrados em sua maioria nos pesados trabalhos do campo. A situação de quem trabalhava na moenda, nas fornalhas e nas caldeiras podia ser pior. Não era incomum que escravos perdessem a mão ou o braço na moenda. Muitos observadores que escreveram sobre os engenhos brasileiros notaram a existência de um pé-de-cabra e uma machadinha próximos à moenda para, no caso de um escravo ser apanhado pelos tambores, estes serem separados e a mão ou braço amputado, salvando-se a máquina de maiores estragos.

Fornalhas e caldeiras produziam um calor insuportável, e os trabalhadores se arriscavam a sofrer queimaduras. Muitos cativos eram treinados desde cedo para esse serviço, considerado também um castigo para os rebeldes. Apesar de tudo, excepcionalmente, escravos subiam na hierarquia de funções e chegavam a "banqueiros", um auxiliar do mestre-de-açúcar, ou mesmo a mestre. Este era um trabalhador especializado, responsável pelas operações finais e, em última análise, pela qualidade do açúcar.

Os senhores de engenho tiveram um considerável poder econômico, social e político na vida da Colônia. Eles formavam uma aristocracia de riqueza e poder, mas não uma nobreza hereditária do tipo que existia na Europa. O rei concedia títulos de nobreza por serviços prestados ou mediante pagamento. Entretanto, esses títulos não passavam aos herdeiros. Não devemos, aliás, exagerar a estabilidade dos senhores de engenho e mesmo sua riqueza, generalizando para o conjunto de uma classe social aquilo que foi característica de algumas famílias. O negócio da cana trazia riscos, dependendo da oscilação de preços, de uma boa administração, do controle da massa escrava. Os engenhos foram mais permanentes do que seus senhores. Existiram com os mesmos nomes por centenas de anos, porém mudaram várias vezes de mãos.

Quem eram os senhores de engenho nos primeiros tempos?

Algumas famílias de origem nobre ou com altos cargos na administração portuguesa, imigrantes com posses, comerciantes que se dedicavam ao mesmo

tempo à atividade comercial e à produção. Bem poucos eram fidalgos e nem todos católicos de longa data. Cristãos-novos estiveram bem representados entre os primeiros senhores de engenho baianos. De 41 engenhos cujos proprietários puderam ter suas origens identificadas no período de 1587 a 1592, doze pertenciam a cristãos-novos. Com o correr do tempo, a partir de muitos casamentos realizados entre as mesmas famílias, os senhores de engenho se converteram em uma classe homogênea. Seus membros mais prestigiosos trataram então de traçar uma genealogia que estabelecesse suas raízes nobres em Portugal.

Os senhores de engenho não viviam isolados na *plantation*. Pela própria natureza e localização de sua atividade, geralmente próxima a um porto, estavam em contato com o mundo urbano e com um olho no mercado internacional. Afinal de contas, sua riqueza dependia não só da capacidade de tocar o negócio no Brasil mas dos preços fixados do outro lado do Atlântico, nos grandes centros importadores.

Entre os dois extremos de senhores e escravos ficavam os libertos e os trabalhadores brancos que trabalhavam em serviços especializados como artesãos (ferreiros, carpinteiros, serralheiros etc.) e mestres-de-açúcar. O grupo mais numeroso de homens livres cujas atividades ligavam-se ao engenho era o dos plantadores de cana, produtores independentes que não possuíam recursos para montar um engenho. Dependiam portanto dos senhores, mas às vezes tinham algum poder de negociar quando a produção de cana nos engenhos era escassa. Raramente mulatos ou negros libertos foram plantadores de cana. Admitida essa exclusão racial, o poder econômico do setor variou muito. Havia desde homens humildes, cultivando pequenas extensões de terra com dois ou três escravos, até outros que possuíam vinte ou trinta cativos e eram candidatos a senhor de engenho.

ALTOS E BAIXOS DA ATIVIDADE AÇUCAREIRA

Não é exato falar de um ciclo histórico da produção açucareira, como foi tradicional entre os historiadores. "Ciclo" dá idéia de surgimento, ascensão e fim de uma atividade econômica, o que certamente não foi o caso do açúcar ou de outros produtos, como o café. O avanço da exploração do ouro no século XVIII, por exemplo, não significou o fim da economia açucareira. É mais

adequado falar em conjunturas, ou seja, fases melhores ou piores, embora possamos dizer que, em meados do século XIX, o açúcar deixou de cumprir papel dominante na economia do país.

Sem entrar nas minúcias dos vaivéns do negócio açucareiro, podemos distinguir algumas fases básicas de sua história no período colonial, demarcadas pelas guerras, invasões estrangeiras e pela concorrência. Entre 1570 e 1620 houve uma conjuntura de expansão, dado o crescimento da demanda na Europa e por não haver praticamente concorrência. A partir daí, os negócios se complicaram como conseqüência do início da Guerra dos Trinta Anos no continente europeu (1618) e, depois, por causa das invasões holandesas no Nordeste.

As invasões tiveram em geral um efeito muito negativo, embora seja necessário fazer algumas distinções. A ocupação de Salvador em 1624-1625 foi desastrosa para a economia açucareira do Recôncavo Baiano, mas não para Pernambuco. Por sua vez, enquanto Pernambuco sofria as conseqüências das lutas resultantes de uma nova invasão holandesa entre 1630 e 1637, a Bahia beneficiou-se da escassez do produto no mercado internacional e da conseqüente elevação de preços.

Na década de 1630, surgiu a concorrência. Nas pequenas ilhas das Antilhas, a Inglaterra, a França e a Holanda iniciaram o plantio em grande escala, provocando uma série de efeitos negativos na economia açucareira do Nordeste. A formação de preços fugiu ainda mais das mãos dos comerciantes portugueses e dos produtores coloniais no Brasil. A produção antilhana, também com base no trabalho de escravos, gerou uma elevação do preço destes e incentivou a concorrência de holandeses, ingleses e franceses no comércio negreiro da costa africana. Nunca mais a economia açucareira do Brasil voltaria aos "velhos bons tempos".

Mas no período colonial a renda das exportações do açúcar sempre ocupou o primeiro lugar. Mesmo no auge da exportação do ouro, o açúcar continuou a ser o produto mais importante, pelo menos no comércio legal. Assim, em 1760 correspondeu a 50% do valor total das exportações e o ouro a 46%. Afora isso, no fim do período colonial a produção teve um novo alento, não só na área nordestina. Medidas tomadas pelo Marquês de Pombal e uma série de acontecimentos internacionais favoreceram a expansão. Dentre esses acontecimentos, devemos destacar a grande rebelião de escravos ocor-

rida em 1791 em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas. Durante dez anos de guerra, São Domingos – grande produtor de açúcar e café – saiu da cena internacional. No início do século XIX, produziam açúcar, por ordem de importância, a Bahia, Pernambuco e o Rio de Janeiro. São Paulo começava a despontar, mas ainda como modesto exportador.

Do ponto de vista econômico e social, o Nordeste colonial não foi só açúcar, até porque o próprio açúcar gerou uma diversificação de atividades, dentro de certos limites. A tendência à especialização no cultivo da cana trouxe como conseqüência uma contínua escassez de alimentos, incentivando a produção de gêneros alimentícios, especialmente da mandioca. A criação de gado esteve também em parte vinculada às necessidades da economia açucareira. Houve ainda outras atividades, como a extração da madeira e o cultivo do fumo.

2.17.2. O FUMO

O fumo foi uma significativa atividade destinada à exportação, embora estivesse muito longe de competir com o açúcar. A grande região produtora localizou-se no Recôncavo Baiano, em especial na área em torno da hoje cidade histórica de Cachoeira. Produziram-se vários tipos de fumo, desde os mais finos, exportados para a Europa, até os mais grosseiros, que foram importantes como moeda de troca na costa da África.

A produção de fumo era viável em pequena escala, e isso criou um setor de pequenos proprietários, formado por antigos produtores de mandioca ou imigrantes portugueses com poucos recursos. Ao longo dos anos, esse setor cresceu ao mesmo tempo que crescia nele a presença de mulatos. Uma amostra de 450 lavradores de fumo baianos, entre 1684 e 1725, revelou que somente 3% eram mulatos, enquanto em um estudo semelhante realizado no fim do século XVIII, esse percentual subiu para 27%.

Seria equivocado porém pensar que nas plantações de fumo se concentrou uma verdadeira classe média rural, ou seja, um campesinato vivendo do trabalho familiar. Houve grandes proprietários que combinaram o fumo com outras atividades. Números levantados a partir de recenseamentos locais indicam que pelo menos a metade dos lavradores era composta de escravos.

2.17.3. A Pecuária

A criação de gado começou nas proximidades dos engenhos, mas a tendência à ocupação das terras mais férteis para o cultivo da cana foi empurrando os criadores para o interior. Em 1701, a administração portuguesa proibiu a criação em uma faixa de oitenta quilômetros da costa para o interior. A pecuária foi responsável pelo desbravamento do "grande sertão". Os criadores penetraram no Piauí, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, a partir da área do Rio São Francisco, chegaram aos Rios Tocantins e Araguaia. Mais do que o litoral, foram essas regiões que se caracterizaram por imensos latifúndios, onde o gado se esparramava a perder de vista. No fim do século XVII, existiam propriedades no sertão baiano maiores do que Portugal, e um grande fazendeiro chegava a possuir mais de 1 milhão de hectares.

Por muito tempo os historiadores acreditaram que, pelas características mais livres do manejo do gado, a população do sertão fosse composta sobretudo de índios e mestiços. Estudos recentes constataram também aí a presença de escravos de origem africana, ao lado da gente livre pobre.

2.18. AS INVASÕES HOLANDESAS

As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos.

A resistência às invasões representou um grande esforço financeiro e militar com base em recursos não só externos como locais. Foi um indício das possibilidades de ação autônoma da gente da Colônia, embora estivesse ainda longe a existência de uma identidade separada da Metrópole. Como diz o historiador Evaldo Cabral de Mello, a guerra foi uma luta *pelo* açúcar e, sobretudo em seu último período, *sustentada* pelo açúcar, através dos impostos cobrados pela Coroa.

A história das invasões liga-se à passagem do trono português à coroa espanhola, como resultado de uma crise sucessória que pôs fim à dinastia de Avis (1580). Na medida em que havia um conflito aberto entre a Espanha e os Países Baixos, o relacionamento entre Portugal e Holanda iria inevitavelmente mudar. Sobretudo, os holandeses não poderiam mais continuar a exercer o papel predominante que tinham na comercialização do açúcar.

Eles iniciaram suas investidas pilhando a costa africana (1595) e a cidade de Salvador (1604). Mas a Trégua dos Doze Anos entre a Espanha e os Países Baixos (1609-1621) deixou Portugal em situação relativamente calma. O fim da trégua e a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais marcam a mudança do quadro. Formada com capitais do Estado e de financistas particulares, a companhia teria como seus alvos principais a ocupação das zonas de produção açucareira na América portuguesa e o controle do suprimento de escravos.

As invasões começaram com a ocupação de Salvador, em 1624. Os holandeses levaram pouco mais de 24 horas para dominar a cidade, mas praticamente não conseguiram sair de seus limites. Os chamados homens bons refugiaram-se nas fazendas próximas à capital e organizaram a resistência, chefiada por Matias de Albuquerque, novo governador por eles escolhido, e pelo bispo Dom Marcos Teixeira. Utilizando-se da tática de guerrilhas e com reforços chegados da Europa, eles impediram a expansão dos invasores. Uma frota composta de 52 navios e mais de 12 mil homens juntou-se, a seguir, às tropas combatentes. Depois de duros combates, os holandeses se renderam, em maio de 1625. Tinham permanecido na Bahia por um ano.

O ataque a Pernambuco se iniciou em 1630, com a conquista de Olinda. A partir desse episódio, a guerra pode ser dividida em três períodos distintos. Entre 1630 e 1637, travou-se uma guerra de resistência, que terminou com a afirmação do poder holandês sobre toda a região compreendida entre o Ceará e o Rio São Francisco. Nesse período, destacou-se de forma negativa, na visão luso-brasileira, a figura de Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo (Alagoas), perfeito conhecedor do terreno onde se travavam os combates. Calabar passou das forças luso-brasileiras para as holandesas, tornando-se um eficaz colaborador destas, até ser preso e executado.

O segundo período, entre 1637 e 1644, caracteriza-se por relativa paz, relacionada com o governo do príncipe holandês Maurício de Nassau, que foi

o responsável por uma série de importantes iniciativas políticas e realizações administrativas. Visando pôr fim à paralisação da economia e estabelecer vínculos com a sociedade local, Nassau mandou vender a crédito os engenhos abandonados pelos donos que haviam fugido para a Bahia. Preocupou-se em enfrentar as crises de abastecimento, obrigando os proprietários rurais a plantar na proporção do número de seus escravos o "pão do país", ou seja, a mandioca. O príncipe, que era calvinista, foi tolerante com os católicos e, ao que tudo indica, apesar de controvérsias a esse respeito, com os israelitas. Os chamados criptojudeus, isto é, os cristãos-novos que praticavam o antigo culto às escondidas, foram autorizados a professá-lo abertamente. Duas sinagogas existiram no Recife na década de 1640 e muitos judeus vieram da Holanda. Quando os holandeses se retiraram do Brasil, uma das cláusulas da rendição autorizou os judeus que haviam estado ao lado dos flamengos a emigrar. Eles seguiram para o Suriname, para a Jamaica e para Nova Amsterdam (atual Nova Iorque), ou retornaram à Holanda.

Nassau favoreceu a vinda de artistas, naturalistas e letrados para Pernambuco. Entre os artistas encontrava-se Frans Post, pintor das primeiras paisagens e cenas da vida brasileira. O príncipe teve ainda seu nome ligado aos melhoramentos feitos no Recife, elevado pelos holandeses à categoria de capital da capitania, no lugar de Olinda. Construiu ao lado do velho Recife a Cidade Maurícia, com traçado geométrico e canais – uma tentativa de réplica tropical da distante Amsterdam. Por causa de desavenças com a Companhia das Índias Ocidentais, Nassau regressou à Europa em 1644.

O terceiro período de guerra, entre 1645 e 1654, se define pela reconquista. O fim da dominação espanhola em Portugal, com a ascensão de Dom João IV ao trono português (1640), não pôs fim à guerra. O quadro das relações entre Portugal e Holanda, anterior ao domínio espanhol, se modificara. As relações pacíficas entre os dois países, anteriores a 1580, não seriam restabelecidas automaticamente. Os holandeses ocupavam agora parte do território do Brasil e dele não pretendiam sair.

O principal centro da revolta contra a presença holandesa localizou-se em Pernambuco, onde se destacaram as figuras de André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, este último um dos mais ricos proprietários da região. A eles se juntaram o negro Henrique Dias e o índio Filipe Camarão. Depois de alguns êxitos iniciais dos luso-brasileiros, a guerra entrou em um impasse,

9. *Retrato de Maurício de Nassau*, de autor desconhecido, s. d.

prolongando-se por vários anos. Enquanto os revoltosos dominavam o interior, Recife permanecia em mãos holandesas. O impasse foi quebrado nas duas Batalhas de Guararapes, com a vitória dos insurretos (1648 e 1649). Além disso, uma série de circunstâncias complicou a situação dos invasores. A Companhia das Índias Ocidentais entrara em crise e ninguém queria mais investir nela seus recursos. Existia na Holanda um grupo favorável à paz com Portugal, sob a alegação de que o comércio do sal de Setúbal era básico para a indústria pesqueira holandesa e de maior importância econômica do que os lucros duvidosos da colônia ultramarina. Por último, o início da guerra entre a Holanda e a Inglaterra, em 1652, tornou escassos os recursos para operações militares no Brasil. No ano seguinte, uma esquadra portuguesa cercou o Recife por mar, chegando-se afinal à capitulação dos holandeses em 1654.

A história da ocupação flamenga é um claro exemplo das relações entre produção colonial e tráfico de escravos. Tão logo conseguiram estabilizar razoavelmente a indústria açucareira no Nordeste, os holandeses trataram de garantir o suprimento de escravos, controlando suas fontes na África.

Na verdade, houve duas frentes de combate, muito distantes geograficamente, mas interligadas. Vários pontos da Costa da Mina foram ocupados em 1637. Uma trégua estabelecida entre Portugal e Holanda, logo após a Restauração, foi rompida por Nassau com a ocupação de Luanda e Benguela, em Angola (1641). Foram tropas luso-brasileiras, sob o comando de Salvador Correia de Sá, as responsáveis pela retomada de Angola em 1648. Não por acaso, homens como João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros estiveram à frente da administração portuguesa naquela colônia africana.

Os recursos levantados localmente para a guerra no Nordeste representaram dois terços dos gastos, na fase de resistência, e a quase totalidade, na luta de reconquista. Da mesma forma, enquanto na primeira fase da guerra, tropas formadas por portugueses, castelhanos e mercenários napolitanos foram amplamente majoritárias, na segunda fase, soldados da terra e, mais ainda, gente de Pernambuco tiveram superioridade numérica. A mesma coisa ocorreu com relação ao comando militar. Foram esses homens os principais responsáveis pela tática de guerra volante, "a guerra do Brasil", de que resultaram vitórias decisivas sobre os holandeses, em oposição à "guerra da Europa" do tipo tradicional.

Isso não quer dizer que os holandeses não contassem com a ajuda de gente da terra. Por sua importância, Calabar ficou conhecido como o grande traidor na primeira fase da guerra. Mas ele não foi um caso único.Vários senhores de engenho e lavradores de cana, cristãos-novos, negros escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis estiveram ao lado dos holandeses. É certo que os índios de Camarão e os negros de Henrique Dias formaram com os luso-brasileiros, mas a mobilização dos setores desfavorecidos se deu em níveis reduzidos. Por exemplo, em 1648, o contingente de Henrique Dias contava com trezentos soldados, o que equivalia a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava da região. As forças luso-brasileiras estavam assim longe de constituir um modelo de união das três raças.

A forma pela qual se deu a expulsão dos holandeses impulsionou o nativismo pernambucano. Ao longo de duzentos anos, até a Revolução Praieira (1848), Pernambuco tornou-se um centro de manifestações de autonomia, de independência e de aberta revolta. Até a Independência, o alvo principal das rebeliões era a Metrópole portuguesa; depois dela, preponderou a afirmação de autonomia da província em relação ao governo central, muitas vezes colorida com tintas de reivindicação social. O nativismo de Pernambuco teve conteúdos variados, ao longo dos anos, de acordo com as situações históricas específicas e os grupos sociais envolvidos, mas manteve-se como referência básica no imaginário pernambucano.

Uma pergunta que sempre surge quando se estuda a presença holandesa no Brasil é a seguinte: o destino do país seria diferente se tivesse ficado nas mãos da Holanda e não de Portugal?

Não há uma resposta segura para essa questão, pois ela envolve uma conjectura, uma possibilidade que não se tornou real. Quando se compara o governo de Nassau com a rudeza lusa e a natureza muitas vezes predatória de sua colonização, a resposta parece ser positiva. Mas convém lembrar que Nassau representava apenas uma tendência e a Companhia das Índias Ocidentais outra, mais próxima do estilo do empreendimento colonial português. Vista a questão sob esse ângulo, e quando se constata o que aconteceu nas colônias holandesas da Ásia e das Antilhas, as dúvidas crescem. A colonização dependeu menos da nacionalidade do colonizador e mais do tipo de colonização implantado. Os ingleses, por exemplo, estabeleceram colônias bem diversas nos Estados Unidos e na Jamaica. Nas mãos de portugueses ou

holandeses, com matizes certamente diversos, o Brasil teria mantido a mesma condição de colônia de exploração integrada no sistema colonial.

2.19. A COLONIZAÇÃO DO NORTE

Longe do centro principal da vida da Colônia, o Norte do Brasil viveu uma existência muito diversa do Nordeste. A colonização ocorreu aí lentamente, a integração econômica com o mercado europeu foi precária até fins do século XVIII e predominou o trabalho compulsório indígena. Para simplificar, estamos falando da região como se fosse um todo, mas não devemos esquecer as profundas diferenças entre o Maranhão de um lado e a Amazônia , de outro.

Até 1612, quando os franceses se estabeleceram no Maranhão, fundando São Luís, os portugueses não tinham demonstrado maior interesse por se instalar na região. Os riscos de perda territorial levaram à luta contra os franceses que ali se tinham instalado e, em 1616, à fundação de Belém. Essa foi a base de uma gradual penetração pelo Rio Amazonas, percorrido na viagem de Pedro Teixeira (1637) até o Peru. Em 1690, os portugueses instalaram um pequeno posto avançado, perto de onde hoje se localiza Manaus, na boca do Rio Negro. A Coroa, nas mãos da Espanha, estabeleceu uma administração à parte do Norte do país, criando o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com governador e administração separados do Estado do Brasil. O Estado do Maranhão teve existência pelo menos formal e intermitente até 1774.

A influência indígena foi nítida, tanto em termos numéricos como culturais. A língua dominante em pleno século XVIII era a "língua franca", uma variante do tupi. Houve uma extensa mestiçagem da população, mesmo porque as mulheres brancas eram raras, apesar dos esforços de enviar emigrantes dos Açores para São Luís.

Se todas as regiões do Brasil colonial tiveram problemas de escassez de moeda, no Norte esse fato seria ainda mais acentuado. Até meados do século XVIII, foram freqüentes as trocas diretas de produtos, ou a utilização de pano de algodão ou de cacau como moeda. As tentativas de implantar uma agricultura exportadora, baseada no açúcar e no algodão, em grande medida fracassaram até as últimas décadas do século XVIII. Por essa época, o Maranhão

transformou-se rapidamente em importante região produtora de algodão e o seu plantio se estendeu ao Nordeste. No seu conjunto, a produção do Norte baseou-se nos produtos da floresta, as chamadas "drogas do sertão", como a baunilha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau nativo, colhido por índios e mestiços ao longo dos rios e trazido até Belém.

A grande presença de indígenas fez do Norte um dos principais campos de atividade missionária das ordens religiosas, com os jesuítas à frente. Estima-se que, em torno de 1740, cerca de 50 mil índios viviam em aldeias jesuíticas e franciscanas. Foi importante a ação do Padre Antônio Vieira, que chegou ao Brasil em 1653 como provincial da Ordem dos Jesuítas e desenvolveu intensa pregação no sentido de limitar os abusos cometidos contra os índios.

Conflitos entre representantes da Coroa, colonizadores e religiosos foram constantes na região. Os jesuítas eram muito visados, pois tinham, como vimos, um projeto de aculturação e controle dos indígenas diverso dos colonizadores. Além disso, possuíam extensas fazendas de gado, plantações de algodão, engenhos e participavam ativamente do comércio das drogas do sertão. Muito antes da época do Marquês de Pombal, eles enfrentaram uma série de problemas, sendo expulsos do Maranhão em 1684. Com o apoio da Coroa, voltaram dois anos depois, mas o equilíbrio entre missionários e colonos seria sempre precário até a expulsão definitiva dos jesuítas, em 1759.

2.20. A COLONIZAÇÃO DO SUDESTE E DO CENTRO-SUL

Escrevendo a primeira *História do Brasil*, em 1627, Frei Vicente do Salvador lamentava o caráter predatório da colonização e o fato de que os portugueses tinham sido até então incapazes de povoar o interior da nova terra, "arranhando as costas como caranguejos". Esta última afirmação era em boa parte verdadeira, mas começava a ser contrariada em algumas regiões, especialmente no que hoje chamamos o Centro-Sul do país.

A colonização da Capitania de São Vicente começou, como a do Nordeste, pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos. Essa atividade não foi muito longe. O açúcar produzido concorria desvantajosamen-

A Marcha do Povoamento e a Urbanização – Século XVI

⊙ Cidades

• Vilas

Áreas provavelmente sob a influência das cidades e vilas

Áreas conhecidas e povoadas de maneira mais ou menos estável, mas sem nenhuma vila ou cidade

---- Fronteira atual

Fonte: HGCB, Difel, tomo I, vol. 1

te com o do Nordeste, seja pela qualidade do solo, seja pela maior distância dos portos europeus.

Por outro lado, a existência de índios, em grande número, atraiu para a região os primeiros jesuítas. Padres e colonizadores, com objetivos diferentes, iriam se atirar a uma grande aventura no rumo do interior: a escalada da Serra do Mar, abrindo caminho por trilhas indígenas até chegar ao Planalto de Piratininga a uma altura de oitocentos metros. Nada mais contrastante com esse imenso esforço do que, hoje, uma banal viagem do litoral a São Paulo pela Rodovia dos Imigrantes. Em 1554, os padres Nóbrega e Anchieta fundaram no planalto a povoação de São Paulo, convertida em vila em 1561, aí instalando o colégio dos jesuítas. Separados da costa pela barreira natural, os primeiros colonizadores e os missionários se voltaram cada vez mais para o sertão, percorrendo caminhos com a ajuda dos índios e utilizando-se da rede fluvial formada pelo Tietê, o Paranaíba e outros rios.

Houve algumas semelhanças entre a região paulista em seus tempos mais remotos e a periferia do Norte do Brasil: fraqueza de uma agricultura exportadora, forte presença de índios, disputa entre colonizadores e missionários pelo controle daqueles, escassez de moeda e freqüente uso da troca nas relações comerciais. Particularmente notável foi a influência indígena. Um extenso cruzamento, incentivado pelo número muito pequeno de mulheres brancas, deu origem ao mestiço de branco com índio, chamado de mameluco. O tupi era uma língua dominante até o século XVIII. Os portugueses de São Paulo adotaram muitos dos hábitos e habilidades indígenas, tornando-se tão capazes de usar o arco e a flecha como as armas de fogo.

Mais uma vez, missionários e colonizadores se chocaram, dados os seus métodos e objetivos diversos na subordinação dos índios. Por exemplo, decisões do papa e da Coroa (1639-1640) reiterando os limites à escravização indígena provocaram violentas reações no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo. Os jesuítas foram expulsos da região, só retornando a São Paulo em 1653.

2.20.1. A Expansão da Agropecuária

Apesar das semelhanças iniciais com o Norte, a região de São Paulo teria, já a partir de fins do século XVI, uma história bem peculiar. Os povoadores

combinaram o plantio da uva, do algodão e sobretudo do trigo com outras atividades que os levaram a uma profunda interiorização nas áreas desconhecidas ou pouco exploradas do Brasil. Criadores de gado paulistas espalharam-se pelo Nordeste, penetrando no Vale do Rio São Francisco até chegar ao Piauí. No Sul, o atual Paraná – onde ocorreram algumas tentativas de mineração – tornou-se uma extensão de São Paulo. O gado esparramou-se por Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental (Uruguai).

Iniciativas individuais combinaram-se com a ação da Coroa, interessada em assegurar a ocupação da área e estender o mais possível a fronteira com a América espanhola. Imigrantes trazidos do Arquipélago dos Açores e paulistas fundaram Laguna em Santa Catarina (1684). Alguns anos antes (1680), os portugueses haviam estabelecido às margens do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, a Colônia do Sacramento, pretendendo com isso interferir no comércio do alto Peru, especialmente da prata, que transitava pelo rio, no rumo do exterior.

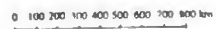
2.20.2. As Bandeiras e a Sociedade Paulista

A grande marca deixada pelos paulistas na vida colonial do século XVII foram as bandeiras. Expedições que reuniam às vezes milhares de índios lançavam-se pelo sertão, aí passando meses e às vezes anos, em busca de indígenas a serem escravizados e metais preciosos. Não é difícil entender que índios já cativos participassem sem maiores problemas dessas expedições, pois, como vimos, a guerra – ao contrário da agricultura – era uma atividade própria do homem nas sociedades indígenas. O número de mamelucos e índios sempre superou o dos brancos. A grande bandeira de Manuel Preto e Raposo Tavares que atacou a região do Guaíra em 1629, por exemplo, era composta de 69 brancos, 900 mamelucos e 2 mil indígenas.

As bandeiras tomaram as direções de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e as regiões onde se localizavam as aldeias de índios guaranis organizadas pelos jesuítas espanhóis. Dentre elas, destacava-se o Guaíra, situado no oeste do Paraná, entre os Rios Paranapanema e Iguaçu, região onde os bandeirantes empreenderam seguidas campanhas de saques, destruição e apresamento de índios. Algumas bandeiras realizaram imensas viagens, em que a atração por

Rumos das Principais Entradas e Bandeiras

—— Expedições paulistas

– – – Entradas

Fonte: HGCB, tomo I, vol. 1.

uma grande aventura se mesclava aos objetivos econômicos. Já veterano, Raposo Tavares percorreu, entre 1648 e 1652, um roteiro de 12 mil quilômetros: caminhou em direção ao Paraguai até os contrafortes dos Andes, seguiu depois no rumo nordeste atravessando o atual Estado de Rondônia, para depois descer os Rios Mamoré e Madeira e, pelo Amazonas, chegar afinal a Belém.

A figura do bandeirante e as qualidades da sociedade paulista do século XVII foram exaltadas principalmente por historiadores de São Paulo como Alfredo Ellis Jr. e Afonso Taunay, que escreveram suas obras entre 1920 e 1950. Ellis Jr. escreveu um livro intitulado *Raça de Gigantes* para exaltar a superioridade racial dos paulistas. Essa superioridade derivaria da existência, em número ponderável, de uma população branca, do êxito do cruzamento com o índio e da tardia entrada do negro na região. Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas.

Os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social. A origem burguesa ou plebéia dos brancos que povoaram a região, a mestiçagem com as índias, a pequena propriedade, a administração popular, as bandeiras abertas a gente de qualquer condição teriam sido os principais elementos componentes do organismo democrático. Valorizaram também as façanhas dos paulistas, por estenderem as fronteiras do Brasil muito além da linha de Tordesilhas.

A exaltação dos bandeirantes, em São Paulo, está presente na nomenclatura de estradas, avenidas e monumentos. Monumentos que vão desde a bela obra do escultor Brecheret junto ao Parque do Ibirapuera até o assustador Borba Gato, gigante de botas plantado no bairro de Santo Amaro. A estátua, aliás, é muito pouco realista, pois existem boas indicações de que muitos bandeirantes marchavam descalços, por terras, montes e vales, trezentas e quatrocentas léguas, como se passeassem nas ruas de Madri, na expressão de um jesuíta espanhol.

Na verdade, os paulistas não constituíram uma "raça especial", mas um grupo de origem portuguesa ou mestiça que, por uma série de condições geográficas, sociais e culturais, se distinguiram de outros grupos. Sua coragem e arrojo, ou o fato de que tenham contribuído para a extensão territorial do Brasil, estão fora de dúvida, mas o simples relato de suas façanhas mostra que eles não tinham nada a ver com a imagem de heróis civilizadores. Do

ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica, com menor distinção entre brancos e mestiços, influenciada pela cultura indígena. Não devemos porém confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram.

A independência dos paulistas precisa ser qualificada. Sem dúvida, não tiveram um comportamento subserviente com relação à Coroa, cujas determinações muitas vezes desafiaram. Foram inclusive chamados por um governador-geral de gente que "não conhecia nem Deus, nem Lei, nem Justiça". Não se pode dizer, porém, que os interesses da Coroa e o bandeirismo estivessem inteiramente divorciados. Houve bandeiras que contaram com o direto incentivo da administração portuguesa e outras, não. De um modo geral, a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial eram compatíveis com os objetivos da Metrópole. Os bandeirantes serviram também aos propósitos de repressão de populações submetidas, no Norte e Nordeste do país. Domingos Jorge Velho e outro paulista, Matias Cardoso de Almeida, participaram do combate no Rio Grande do Norte à longa rebelião indígena conhecida como Guerra dos Bárbaros (1683-1713). O mesmo Domingos Jorge Velho conduziu a campanha final de liquidação do Quilombo dos Palmares em Alagoas (1690-1695).

Observadores jesuítas estimaram em 300 mil o número de índios capturados apenas nas missões do Paraguai. Este número pode ser exagerado, mas outras estimativas também são sempre elevadas. O que teria sido feito desses índios? Os indícios mais fortes vão no sentido de que muitos foram vendidos como escravos em São Vicente e principalmente no Rio de Janeiro, onde a produção de açúcar desenvolveu-se ao longo do século XVII. Segundo dados da Congregação de São Bento, de um terço a um quarto da força de trabalho dos engenhos beneditinos do Rio de Janeiro era constituída de índios. Devemos também levar em conta a conjuntura de escassez de suprimento de escravos africanos, entre 1625 e 1650, em conseqüência da intervenção dos holandeses. Não é uma simples coincidência que naqueles anos tenha ocorrido uma ativação das bandeiras.

Em anos recentes, demonstrou-se que uma parte considerável dos índios apresados foi utilizada na própria economia paulista, em especial no cultivo do trigo. O fato se concentrou no século XVII, ligando-se às invasões holan-

desas. Com a destruição da frota portuguesa, a importação de trigo se tornou precária. Ao mesmo tempo, a presença numerosa de tropas estrangeiras no Nordeste ampliou as possibilidades de consumo.

Com o fim da guerra, o cultivo do trigo decaiu e acabou se extinguindo, diante do declínio das reservas de índios e da concorrência do produto importado.

2.21. OURO E DIAMANTES

Em suas andanças pelos sertões, os paulistas iriam afinal realizar velhos sonhos e confirmar um raciocínio lógico. O raciocínio continha uma pergunta: se a parte do continente que pertencia à América espanhola era rica em metais preciosos, por que estes não existiriam em abundância também na colônia lusa? Em 1695, no Rio das Velhas, próximo às atuais Sabará e Caeté, ocorreram as primeiras descobertas significativas de ouro. A tradição associa a essas primeiras descobertas o nome de Borba Gato, genro de Fernão Dias. Durante os quarenta anos seguintes, foi encontrado ouro em Minas Gerais, na Bahia, Goiás e Mato Grosso. Ao lado do ouro, surgiram os diamantes, cuja importância econômica foi menor, descobertos no Serro Frio, norte de Minas, por volta de 1730.

A exploração de metais preciosos teve importantes efeitos na Metrópole e na Colônia. Na Metrópole, a corrida do ouro provocou a primeira grande corrente imigratória para o Brasil. Durante os primeiros sessenta anos do século XVIII, chegaram de Portugal e das ilhas do Atlântico cerca de 600 mil pessoas, em média anual de 8 a 10 mil, gente da mais variada condição, desde pequenos proprietários, padres, comerciantes, até prostitutas e aventureiros.

Por outro lado, os metais preciosos vieram aliviar momentaneamente os problemas financeiros de Portugal. Na virada do século XVIII, a dependência lusa com relação à Inglaterra era um fato consumado. Para ficar em um exemplo apenas, o Tratado de Methuen, firmado pelos dois países em 1703, indica a diferença entre um Portugal agrícola, de um lado, e uma Inglaterra em pleno processo de industrialização, de outro. Portugal obrigou-se a permitir a livre entrada de tecidos ingleses de lã e algodão em seu território, enquanto

a Inglaterra comprometeu-se a tributar os vinhos portugueses importados com redução de um terço do imposto pago por vinhos de outras procedências. É bom lembrar que a comercialização do vinho do Porto estava nas mãos dos próprios ingleses.

O desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Inglaterra foi, por muitos anos, compensado pelo ouro vindo do Brasil. Os metais preciosos realizaram assim um circuito triangular: uma parte ficou no Brasil, dando origem à relativa riqueza da região das minas; outra seguiu para Portugal, onde foi consumida no longo reinado de Dom João V (1706-1750), em especial nos gastos da Corte e em obras como o gigantesco Palácio-Convento de Mafra; a terceira parte, finalmente, de forma direta, via contrabando, ou indireta, foi parar em mãos britânicas, acelerando a acumulação de capitais na Inglaterra.

Há exagero em dizer que a extração do ouro liquidou a economia açucareira do Nordeste. Ela já estava em dificuldades vinte anos antes da descoberta do ouro e, como vimos, não morreu. Mas não há dúvida de que foi afetada pelos deslocamentos de população e, sobretudo, pelo aumento do preço da mão de obra escrava, dada a ampliação da procura. Em termos administrativos, o eixo da vida da Colônia deslocou-se para o Centro-Sul, especialmente para o Rio de Janeiro, por onde entravam escravos e suprimentos, e por onde saía o ouro das minas. Em 1763, a capital do Vice-Reinado foi transferida de Salvador para o Rio. As duas cidades tinham aproximadamente a mesma população (cerca de 40 mil habitantes), mas uma coisa era ser a capital e outra, apenas a principal cidade do Nordeste.

A economia mineradora gerou uma certa articulação entre áreas distantes da Colônia. Gado e alimentos foram transportados da Bahia para Minas e um comércio se estabeleceu em sentido inverso. Do Sul, vieram não apenas o gado mas as mulas, tão necessárias ao carregamento de mercadorias. Sorocaba, com sua famosa feira, transformou-se, no interior de São Paulo, na passagem obrigatória dos comboios de animais, distribuídos principalmente em Minas.

2.21.1. A Coroa e o Controle das Minas

A extração de ouro e diamantes deu origem à intervenção regulamentadora mais ampla que a Coroa realizou no Brasil. O governo português fez

um grande esforço para arrecadar os tributos. Tomou também várias medidas para organizar a vida social nas minas e em outras partes da Colônia, seja em proveito próprio, seja no sentido de evitar que a corrida do ouro resultasse em caos. Na tentativa de reduzir o contrabando e aumentar suas receitas, a Coroa estabeleceu formas de arrecadação dos tributos que variaram no curso dos anos.

De um modo geral, houve dois sistemas básicos: o do quinto e o da capitação. O primeiro consistia na determinação de que a quinta parte de todos os metais extraídos devia pertencer ao rei. O quinto do ouro era deduzido do ouro em pó ou em pepitas levado às casas de fundição. A capitação, lançada pela Coroa em busca de maiores rendas, em substituição ao quinto, era bem mais abrangente. Ela consistia, quanto aos mineradores, em um imposto cobrado por cabeça de escravo, produtivo ou não, de sexo masculino ou feminino, maior de doze anos. Os faiscadores, ou seja, os mineradores sem escravos, também pagavam o imposto por cabeça, no caso sobre si mesmos. Além disso, o tributo era cobrado sobre estabelecimentos, como oficinas, lojas, hospedarias, matadouros etc.

Outra preocupação da Coroa foi a de estabelecer limites à entrada na região das minas. Nos primeiros tempos da atividade mineradora, a Câmara de São Paulo reivindicou, junto ao rei de Portugal, que somente aos moradores da Vila de São Paulo, a quem se devia a descoberta do ouro, fossem dadas concessões de exploração do metal. Os fatos se encarregaram de demonstrar a inviabilidade do pretendido, diante do grande número, não só de portugueses, mas também de brasileiros, sobretudo baianos, que chegava à região das minas. Disso resultou a guerra civil conhecida como Guerra dos Emboabas (1708-1709), opondo paulistas de um lado, estrangeiros e baianos de outro. Os paulistas não tiveram êxito na sua pretensão, mas conseguiram que se criasse a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro (1709), e a elevação da Vila de São Paulo à categoria de cidade (1711). Em 1720, Minas Gerais se tornaria uma capitania separada.

Se os paulistas não conseguiram o monopólio das minas, a Coroa procurou evitar que elas se transformassem em território livre. Tentou impedir o despovoamento de Portugal, estabelecendo normas para a emigração. A entrada de frades foi proibida e uma ordem régia ao governador da capitania determinou a prisão de todos os religiosos que nela estivessem "sem emprego

ou licença" (1738). Desde as primeiras explorações, os frades eram suspeitos de contrabando. Um documento da época dizia ser "grande a multidão de frades que sobem às minas e que sobre não quintarem seu ouro ensinam e ajudam os seculares a que façam o mesmo". Os ourives foram também muito visados pela própria natureza de sua profissão, sendo obrigados a renunciar a ela sob pena de serem expulsos das áreas de mineração.

Outros esforços da Coroa buscaram impedir um grande desequilíbrio entre a região das minas e outras regiões do país. Foi proibida a exportação interna, da Bahia para as minas, de mercadorias importadas de Portugal; tomaram-se medidas no sentido de assegurar o suprimento de escravos para o Nordeste, estabelecendo-se cotas de entrada de cativos na região mineira.

Arrecadar impostos e organizar a sociedade das minas foram os dois objetivos básicos da administração portuguesa, relacionados aliás entre si. Para isso, era necessário estabelecer normas, transformar acampamentos de garimpeiros em núcleos urbanos, criar um aparelho burocrático com diferentes funções. Em 1711, o governador de São Paulo e Minas elevou os acampamentos de Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará à condição de vila. Depois, vieram Caeté, Pitangui, São João del Rei e outros. Ribeirão do Carmo foi a primeira vila a se transformar em cidade, recebendo o nome de Mariana (1745).

Na tentativa de assegurar "a lei e a ordem", a Coroa criou juntas de julgamento e nomeou ouvidores. Estes foram muitas vezes incumbidos não só de julgar questões como de supervisionar a arrecadação do quinto do ouro, tarefa que, em princípio, devia caber ao provedor-mor. Para controlar escravos, escoltar o transporte do ouro e reprimir distúrbios vieram de Portugal para Minas Gerais, em 1719, duas companhias de Dragões, forças militares profissionais. Criaram-se também milícias para enfrentar casos de emergência, lideradas por brancos e compostas não só de brancos como de negros e mulatos livres.

Não devemos concluir da breve descrição de todas essas medidas que a administração portuguesa tenha alcançado plenamente seus objetivos básicos na região das minas. As grandes distâncias, a corrupção das autoridades locais, a posição dessas autoridades entre a Coroa e o mundo da Colônia, os conflitos de atribuição dos funcionários foram alguns dos fatores que dificultaram a ação do governo português. Além disso, seria equivocado pensar que as dire-

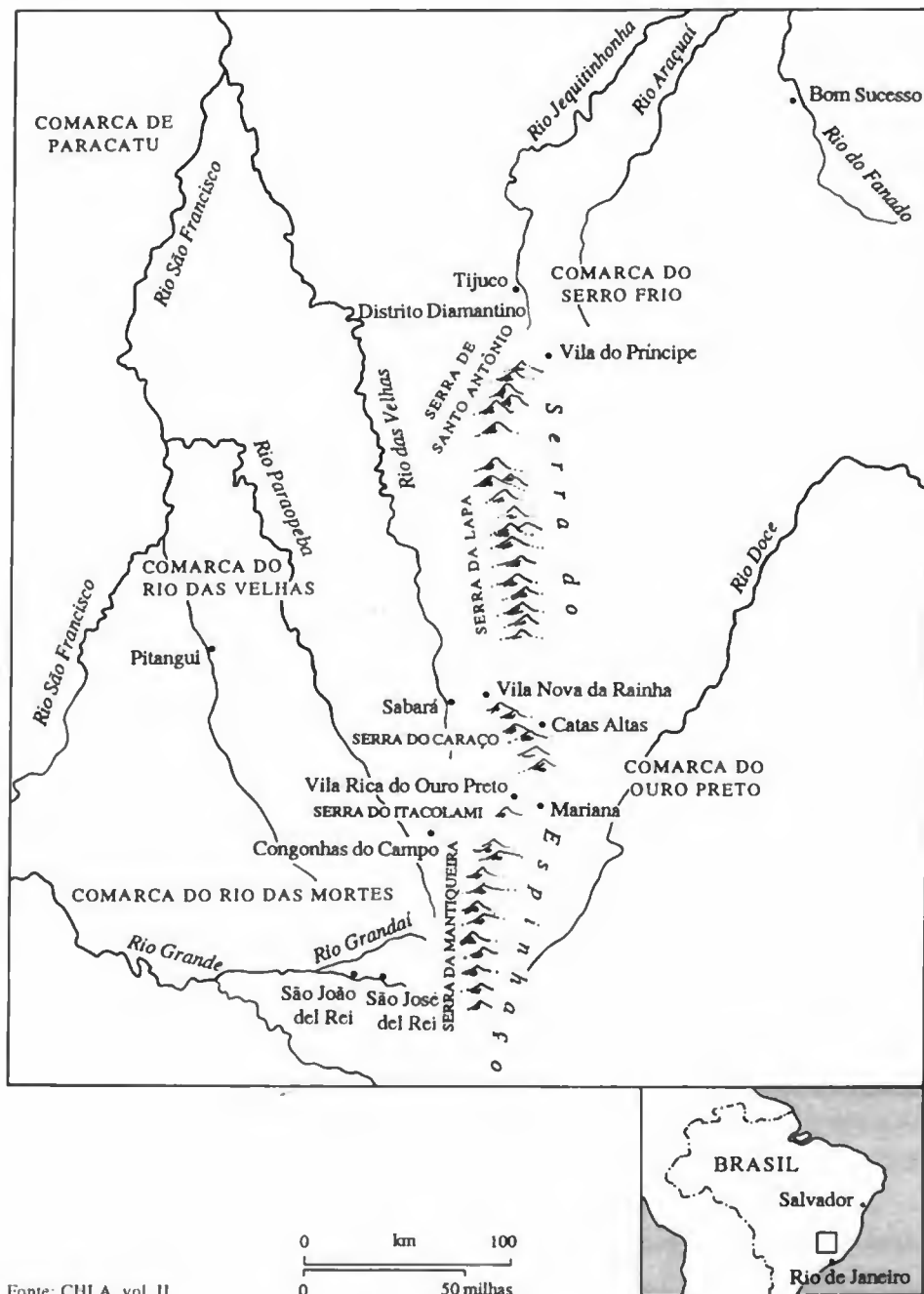
trizes provenientes de Lisboa representassem um todo coerente. Dúvidas, demoras, mudanças de rumo contribuíram para introduzir uma grande distância entre as intenções e a realidade.

2.21.2. A Sociedade das Minas

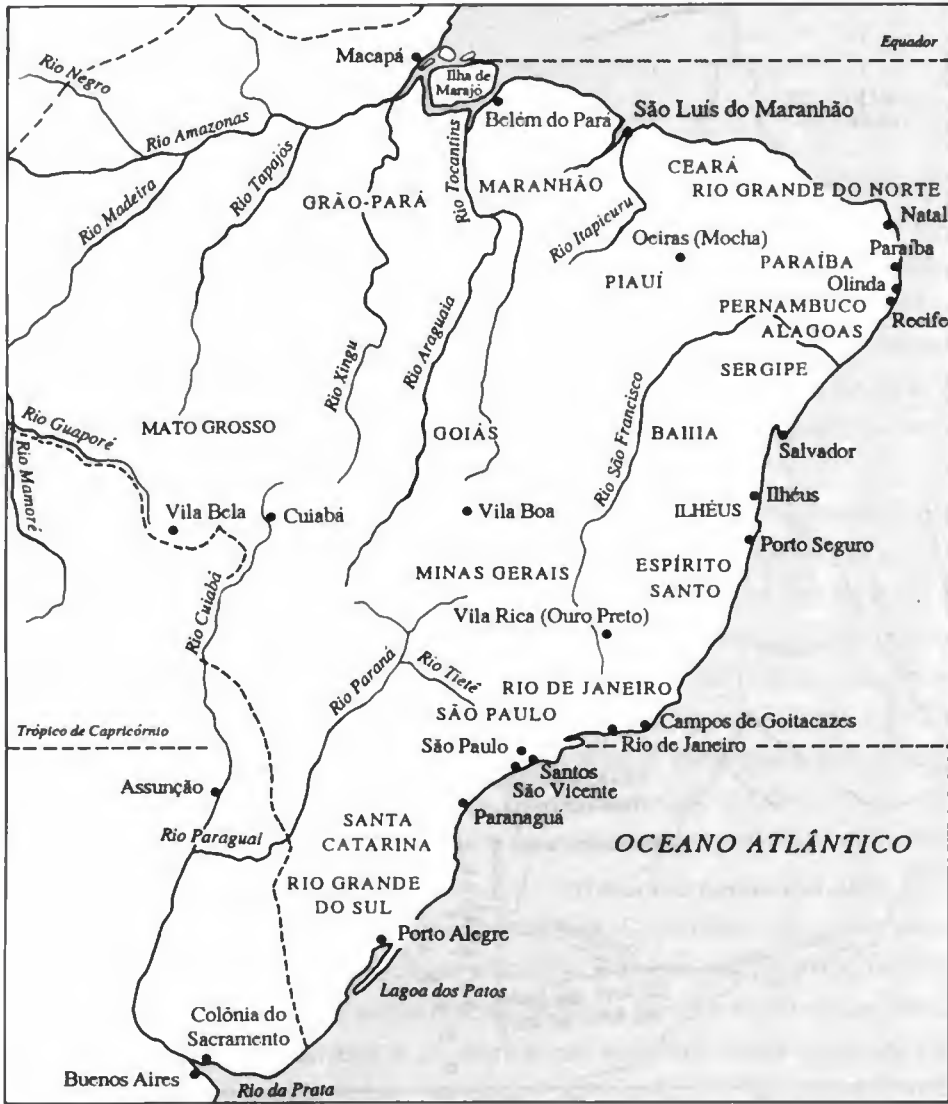
Não foi apenas de Portugal que gente de toda condição afluiu para Minas. A partir da chegada dos paulistas acompanhados de seus escravos índios, houve migração de várias partes do Brasil. Nasceu assim uma sociedade diferenciada, constituída não só de mineradores como de negociantes, advogados, padres, fazendeiros, artesãos, burocratas, militares. Muitas dessas figuras tinham seus interesses estreitamente vinculados à Colônia e não por acaso ocorreu em Minas uma série de revoltas e conspirações contra as autoridades coloniais.

Embora os setores mais ricos da população fossem às vezes proprietários de fazendas e investissem na mineração em locais distantes, a vida social concentrou-se nas cidades, centro de residência, de negócios, de festas comemorativas. Nelas ocorreram manifestações culturais notáveis, no campo das artes, das letras e da música. A proibição de ingresso das ordens religiosas em Minas incentivou o surgimento de associações religiosas leigas – as Irmandades e Ordens Terceiras. Elas patrocinaram a construção das igrejas barrocas mineiras, onde se destacou a figura do mulato Antônio Francisco Lisboa – o Aleijadinho –, filho ilegítimo de um construtor português e de uma escrava.

Na base da sociedade estavam os escravos. O trabalho mais duro era o da mineração, especialmente quando o ouro do leito dos rios escasseou e teve de ser buscado nas galerias subterrâneas. Doenças como a disenteria, a malária, as infecções pulmonares e as mortes por acidente foram comuns. Há estimativas de que a vida útil de um escravo minerador não passava de sete a doze anos. Seguidas importações atenderam às necessidades da economia mineira, inclusive no sentido de substituir a mão-de-obra inutilizada. O número de cativos exportados para o Brasil cresceu entre 1720 e 1750, apesar da crise do açúcar. Os dados de população da Capitania de Minas, levantados em 1776, mostram a esmagadora presença de negros e mulatos. Dos cerca de

Minas Gerais no Início do Século XVIII

Fonte: CHLA, vol. II.

Brasil Colônia, por volta de 1800

Fonte: CHLA, vol. III.

320 mil habitantes, os negros representavam 52,2%; os mulatos, 25,7%; e os brancos, 22,1%.

Ao longo dos anos, houve intensa mestiçagem de raças, cresceu a proporção de mulheres, que em 1776 era de cerca de 38% do total, e ocorreu um fenômeno cuja interpretação é um ponto de controvérsia entre os historiadores: o grande número de alforrias, ou seja, de libertação de escravos. Para se ter uma idéia da sua extensão, enquanto nos anos 1735-1749 os libertos representavam menos de 1,4% da população de descendência africana, em torno de 1786 passaram a ser 41,4% dessa população e 34% do número total de habitantes da capitania. A hipótese mais provável para explicar a magnitude dessas proporções, que superam por exemplo as da Bahia, é de que a progressiva decadência da mineração tornou desnecessária ou impossível para muitos proprietários a posse de escravos.

A sociedade das minas foi uma sociedade rica?

Aparentemente, como associamos ouro à riqueza, a resposta pareceria fácil. Mas não é bem assim. Para começar, devemos distinguir entre o período inicial de corrida para o ouro e a fase que se seguiu. No período inicial, isto é, na última década do século XVII e no ínicio do século XVIII, a busca de metais preciosos sem o suporte de outras atividades gerou falta de alimentos e uma inflação que atingiu toda a Colônia. A fome chegou a limites extremos e muitos acampamentos foram abandonados. Com o correr do tempo, o cultivo de roças e a diversificação das atividades econômicas mudaram esse quadro de privações. A sociedade mineira acabou por acumular riquezas, cujos vestígios estão nas construções e nas obras de arte das hoje cidades históricas.

Lembremos porém que essas riquezas ficaram nas mãos de uns poucos: um grupo dedicado não só à extração incerta do ouro mas aos vários negócios e oportunidades que se formaram em torno dela, inclusive o da contratação de serviços com a administração pública. Abaixo desse grupo, a ampla camada de população livre foi constituída de gente pobre ou de pequenos funcionários, empreendedores ou comerciantes, com limitadas possibilidades econômicas. Certamente, a sociedade mineira foi mais aberta, mais complexa do que a do açúcar. Mas nem por isso deixou de ser, em seu conjunto, uma sociedade pobre.

Se não cabe falar em um ciclo do açúcar, podemos falar de um ciclo do ouro, no sentido de que houve fases marcadas de ascenso e de decadência. O

ouro não deixou de existir em Minas, porém sua extração se tornou economicamente pouco atraente. O período de apogeu situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio. No início do século XIX, a produção aurífera já não tinha maior peso no conjunto da economia brasileira. O retrocesso da região das minas foi nítido, bastando lembrar que cidades de uma vida tão intensa se transformaram em cidades históricas com o sentido também de estagnadas. Ouro Preto, por exemplo, tinha 20 mil habitantes em 1740 e apenas 7 mil em 1804.

Mas o retrocesso não atingiu toda a Capitania de Minas Gerais. Nela, nem tudo era mineração. Mesmo nos tempos de glória do ouro, a fazenda mineira muitas vezes combinava a pecuária, o engenho de açúcar, a produção de farinha com a lavra de ouro. Graças à pecuária, aos cereais e mais tarde à manufatura, Minas não regrediu como um todo. Pelo contrário, no correr do século XIX iria expandir essas atividades e manter um constante fluxo de importação de escravos. A província mineira representaria uma curiosa combinação de regime escravista com uma economia que não era de *plantation*, nem estava orientada principalmente para o mercado externo.

2.22. A CRISE DO ANTIGO REGIME

As últimas décadas do século XVIII se caracterizaram por uma série de transformações no mundo ocidental, tanto no plano das idéias como no plano dos fatos. O Antigo Regime, ou seja, o conjunto de monarquias absolutas imperantes na Europa desde o início do século XVI, a que estavam ligadas determinadas concepções e práticas, entrou em crise.

2.22.1. O PENSAMENTO ILUSTRADO E O LIBERALISMO

As novas idéias vinham sendo gestadas desde o início do século ou mesmo antes e ficaram conhecidas pela expressão "pensamento ilustrado". Os pensadores ilustrados, homens como Montesquieu, Voltaire, Diderot, Rousseau, apesar de divergirem muito entre si, tinham como ponto comum o princípio da razão. Segundo eles, pela razão atingem-se os conhecimentos

úteis ao homem e através dela podemos chegar às leis naturais que regem a sociedade. A missão dos governantes consiste em procurar a realização do bem-estar dos povos, pelo respeito às leis naturais e aos direitos naturais de que os homens são portadores. O não-cumprimento desses deveres básicos dá aos governados o direito à insurreição.

As concepções ilustradas deram origem no campo sociopolítico ao pensamento liberal, em seus diferentes matizes. Um fundo comum às várias correntes do liberalismo se encontra na noção de que a história humana tende ao progresso, ao aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade, a partir de critérios propostos pela razão. A felicidade – uma idéia nova no século XVIII – constitui o objetivo supremo de cada indivíduo, e a maior felicidade do maior número de pessoas é o verdadeiro desígnio da sociedade. Esse ideal deve ser alcançado através da liberdade individual, criando-se condições para o amplo desenvolvimento das aptidões do indivíduo e para sua participação na vida política.

No plano econômico, em sua versão extremada, o liberalismo sustenta o ponto de vista de que o Estado não deve interferir na iniciativa individual, limitando-se a garantir a segurança e a educação dos cidadãos. A concorrência e as aptidões pessoais se encarregariam de harmonizar, como uma mão invisível, a vida em sociedade.

No plano político, a doutrina liberal defende o direito de representação dos indivíduos, sustentando que neles, e não no poder dos reis, se encontra a soberania. Esta é entendida como o direito de organizar a nação a partir de uma lei básica – a Constituição. O alcance da representação traçou uma linha divisória entre liberalismo e democracia ao longo do século XIX. As correntes democráticas defendiam o sufrágio universal, ou seja, o direito de representação conferido a todos os cidadãos de um país, independentemente de condição social, sexo, cor ou religião, ou mesmo a democracia direta, isto é, o direito de participar da vida política sem conferir mandato a alguém. Os liberais trataram em regra de restringir a representação, segundo critérios sobretudo econômicos: para eles, só os proprietários, com um certo nível de renda, poderiam votar ou ser votados, pois às demais pessoas faltava independência para o exercício desses direitos.

Na Europa ocidental, o liberalismo deu base ideológica aos movimentos pela queda do Antigo Regime, caracterizado por privilégios corporativos e

pela monarquia absoluta. Nas colônias americanas, justificou as tentativas de reforma e o "direito dos povos à insurreição". É importante observar que na obra que se tornou a bíblia do liberalismo econômico – *A Riqueza das Nações*, escrita por Adam Smith em 1776 – há uma crítica ao sistema colonial, acusado de distorcer os fatores de produção e o desenvolvimento do comércio como promotor da riqueza. A escravidão parece a Adam Smith uma instituição anacrônica, incapaz de competir com a mão-de-obra livre.

2.23. A CRISE DO SISTEMA COLONIAL

Alguns fatos significativos balisaram as transformações do mundo ocidental, a partir de meados do século XVIII. Em 1776, as colônias inglesas da América do Norte proclamaram sua independência. A partir de 1789, a Revolução Francesa pôs fim ao Antigo Regime na França, o que repercutiu em toda a Europa, inclusive pela força das armas.

Ao mesmo tempo, ocorria na Inglaterra uma revolução silenciosa, sem data precisa, tão ou mais importante do que as mencionadas, que ficou conhecida como Revolução Industrial. A utilização de novas fontes de energia, a invenção de máquinas, principalmente para a indústria têxtil, o desenvolvimento agrícola, o controle do comércio internacional são fatores que iriam transformar a Inglaterra na maior potência mundial da época. Na busca pela ampliação dos mercados, os ingleses impõem ao mundo o livre comércio e o abandono dos princípios mercantilistas, ao mesmo tempo que tratam de proteger seu próprio mercado e o de suas colônias com tarifas protecionistas. Em suas relações com a América espanhola e portuguesa, abrem brechas cada vez maiores no sistema colonial, por meio de acordos comerciais, contrabando e aliança com os comerciantes locais.

O mundo colonial é afetado também por outro fator importante: a tendência a limitar ou a extinguir a escravidão, manifestada pelas maiores potências da época, ou seja, a Inglaterra e a França. É comum ligar-se essa tendência ao interesse britânico em ampliar mercados consumidores, a partir da vantagem obtida sobre os concorrentes com a Revolução Industrial. Entretanto, essa afirmação contém apenas uma parte da verdade. A ofensiva antiescravista decorre também dos novos movimentos nascidos nos países mais avançados

da Europa, sob a influência do pensamento ilustrado e mesmo religioso, como é o caso da Inglaterra. Acrescente-se a isso, no caso francês, a insurreição de negros libertos e escravos nas Antilhas. Em fevereiro de 1794, a França revolucionária decretou o fim da escravidão em suas colônias; a Inglaterra faria o mesmo em 1807. Lembremos, porém, quanto à França, que Napoleão revogou a medida em 1802.

Essas iniciativas contrastaram com as tomadas pelos colonos americanos após a independência dos Estados Unidos em 1776. Apesar do caráter liberal e anticolonialista da revolução, os interesses dos grandes proprietários rurais predominou: a escravidão só foi extinta em alguns Estados do norte, onde os cativos tinham pouca significação econômica.

Podemos sintetizar todo o processo acima descrito como uma etapa de formação do capitalismo industrial que se relaciona com a ascensão da burguesia ao poder. É preciso, porém, tomar cuidado com uma associação simplista entre esses dois elementos. O fim da aristocracia e a consolidação da burguesia como classe dirigente foi um processo complexo, variável de país a país, tecido por alianças de classe e pelo papel do Estado.

2.23.1. A ADMINISTRAÇÃO POMBALINA

Vejamos agora como esse quadro afetou as relações entre a Coroa portuguesa e sua maior colônia. Em meados do século XVIII, Portugal era um país atrasado, em relação às grandes potências européias. Dependia da Inglaterra, de quem em troca recebia proteção diante da França e da Espanha. Ainda assim, a monarquia lusa procurava manter o sistema colonial e limitar a crescente presença inglesa no Brasil.

Um marco importante nesse período é o da ascensão de Dom José I ao trono, em 1750. Não propriamente pelo rei, mas por seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.

Até sua indicação para o ministério, com mais de cinqüenta anos, Pombal tivera uma carreira relativamente obscura como representante de Portugal na Inglaterra e diplomata na Corte austríaca. Sua obra, realizada ao longo de muitos anos (1750-1777), representou um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacio-

namento Metrópole-Colônia. A reforma constituiu uma peculiar mistura do velho e do novo, explicável pelas características de Portugal. Ela combinava o absolutismo ilustrado com a tentativa de uma aplicação conseqüente das doutrinas mercantilistas. Essa fórmula geral se concretizou em uma série de medidas. Vamos salientar as que disseram respeito mais de perto ao Brasil.

De acordo com as concepções do mercantilismo, Pombal criou duas companhias privilegiadas de comércio – a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759). A primeira tinha por objetivo desenvolver a região Norte, oferecendo preços atraentes para mercadorias aí produzidas e consumidas na Europa, como o cacau, o cravo, a canela, o algodão e o arroz, transportadas com exclusividade nos navios da companhia. Introduziu também escravos negros que, dada a pobreza regional, foram na sua maior parte reexportados para as minas de Mato Grosso. A segunda companhia buscou reativar o Nordeste dentro da mesma linha de atuação.

A política pombalina prejudicou setores comerciais do Brasil marginalizados pelas companhias privilegiadas, mas não teve por objetivo perseguir a elite colonial. Pelo contrário, colocou membros dessa elite nos órgãos administrativos e fiscais do governo, na magistratura e nas instituições militares.

O programa econômico de Pombal foi em grande medida frustrado porque, em meados do século XVIII, a Colônia entrou em um período de depressão econômica que se prolongou até o fim da década de 1770. As principais causas da depressão foram a crise do açúcar e, a partir de 1760, a queda da produção de ouro. Ao mesmo tempo que as rendas da Metrópole caíam, cresciam as despesas extraordinárias destinadas a reconstruir Lisboa, destruída por um terremoto em 1755, e a sustentar as guerras contra a Espanha, pelo controle da extensa região que ia do sul de São Paulo ao Rio da Prata.

Pombal tentou coibir o contrabando de ouro e diamantes e tratou de melhorar a arrecadação de tributos. Em Minas Gerais, o imposto de capitação foi substituído pelo antigo quinto do ouro, com a exigência de que deveria render anualmente pelo menos cem arrobas do metal. Depois de uma série de falências, a Coroa se incumbiu de explorar diretamente as minas de diamante (1771). Ao mesmo tempo, procurou tornar a Metrópole menos dependente das importações de produtos industrializados, incentivando a instalação de manufaturas em Portugal e mesmo no Brasil.

Uma das medidas mais controvertidas da administração pombalina foi a expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, com confisco de bens (1759). Essa medida pode ser compreendida no quadro dos objetivos de centralizar a administração portuguesa e impedir áreas de atuação autônoma por ordens religiosas cujos fins eram diversos dos da Coroa. Além dos jesuítas, em meados da década de 1760, os mercedários – segunda ordem em importância na Amazônia – foram expulsos da região e tiveram suas propriedades confiscadas. Mas o alvo principal foi a Companhia de Jesus, acusada de formar "um Estado dentro do Estado".

No Brasil, a consolidação do domínio português nas fronteiras do Norte e do Sul passava, segundo Pombal, pela integração dos índios à civilização portuguesa. Se não se contasse com uma população nascida no Brasil identificada com os objetivos lusos, seria inviável assegurar o controle de vastas regiões semidespovoadas. Daí a adoção de uma série de medidas com relação aos indígenas. A escravidão dos índios foi extinta em 1757; muitas aldeias na Amazônia foram transformadas em vilas sob administração civil; a legislação incentivou os casamentos mistos entre brancos e índios. Essa política de assimilação se chocava com o paternalismo jesuíta, sendo um ponto central de conflito.

Ao mesmo tempo, os jesuítas espanhóis eram acusados de fomentar uma rebelião indígena na região de Sete Povos das Missões do Uruguai, contra a entrega daquele território aos portugueses – a chamada Guerra dos Guaranis, que durou de 1754 a 1756. Não podemos esquecer também que as extensas propriedades da Companhia de Jesus eram cobiçadas por parte dos membros da elite colonial e da própria Coroa.

A maioria das propriedades urbanas e rurais confiscadas aos jesuítas foi arrematada em leilão por grandes fazendeiros e comerciantes. Suas maiores igrejas passaram para as mãos dos bispos não integrados nas ordens religiosas. Muitos dos colégios da companhia se transformaram em palácios de governadores ou hospitais militares. No todo, houve um grande desperdício, em especial de bens culturais, como as bibliotecas, que foram consideradas coisa de pouco valor.

A expulsão da ordem abriu um vazio no já pobre ensino da Colônia. A Coroa portuguesa, ao contrário da espanhola, temia a formação na própria Colônia de uma elite letrada. Já no século XVI, a Espanha criou na América

várias universidades: a de São Domingos, em 1538, e as de São Marcos, em Lima, e da Cidade do México, em 1551. Nada disso ocorreu na América lusa, durante todo o período colonial. Aliás, praticamente a mesma coisa aconteceu com a imprensa, que surgiu nas maiores cidades coloniais da América espanhola também no século XVI. Enquanto isso, ressalvando-se uma oficina gráfica aberta em 1747 no Rio de Janeiro e logo depois fechada por ordem real, a imprensa no Brasil só nasceria no século XIX, com a vinda de Dom João VI.

Para remediar os problemas criados com a expulsão dos jesuítas na área do ensino, a Coroa tomou algumas medidas. Foi criado um imposto especial, o subsídio literário – para sustentar o ensino promovido pelo Estado. O bispo de Pernambuco criou o seminário de Olinda, que se voltou em parte para as ciências naturais e a matemática. Pequenos clubes de intelectuais surgiram no Rio de Janeiro e na Bahia.

As medidas de Pombal contra as ordens religiosas faziam parte de uma política de subordinação da Igreja ao Estado português. Este tratou porém de evitar conflitos diretos com o papa. A Igreja, por sua vez, aceitou a expulsão dos jesuítas. Mais do que isso, em 1773, o Papa Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus, convencido de que ela trazia mais problemas do que vantagens. A ordem dos jesuítas só voltaria a existir em 1814.

2.23.2. O Reinado de Dona Maria

A grande controvérsia entre os historiadores portugueses a favor e contra Pombal levou à visão de um corte profundo entre a época pombalina e a que a ela se seguiu, o reinado de Dona Maria I. A própria expressão "viradeira", empregada para definir o período posterior à morte de Dom José em 1797 e à queda de Pombal, é um indício dessa visão. Muita coisa mudou: as companhias de comércio foram extintas e a Colônia foi proibida de manter fábricas ou manufaturas de tecidos, exceto as de pano grosso de algodão para uso dos escravos. Esse fato e a repressão aos integrantes da Inconfidência Mineira deixaram na historiografia brasileira uma imagem muito negativa da época que se seguiu à queda de Pombal.

Lembremos porém que, nos anos entre 1777 e 1808, a Coroa continuou tentando realizar reformas para se adaptar aos novos tempos e salvar o co-

lonialismo mercantilista. O reinado de Dona Maria I e do Príncipe Regente Dom João, ao contrário do anterior, beneficiou-se de uma conjuntura favorável à reativação das atividades agrícolas da Colônia: a produção de açúcar, como vimos, valorizou-se e se expandiu, favorecida pela insurreição dos escravos em São Domingos. Além disso, uma nova cultura ganhou força. O algodão, desenvolvido pela companhia de comércio pombalina e incentivado pela guerra de independência dos Estados Unidos, transformou o Maranhão, por algum tempo, na zona mais próspera da América portuguesa.

2.24. OS MOVIMENTOS DE REBELDIA

Ao mesmo tempo que a Coroa lusa mantinha uma política de reforma do absolutismo, surgiram na Colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência. Elas tinham a ver com as novas idéias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local. Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais. Esse foi o traço comum de episódios diversos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.

Discute-se muito sobre o momento em que grupos da sociedade colonial nascidos na Colônia, e mesmo alguns portugueses nela residentes, começaram a pensar o Brasil como uma unidade diversa de Portugal. Por outras palavras, em que momento teria surgido a consciência de ser brasileiro?

Não há resposta rígida para uma pergunta dessa natureza. A consciência nacional foi se definindo na medida em que setores da sociedade da Colônia passaram a ter interesses distintos da Metrópole, ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Longe de constituir um grupo homogêneo, esses setores abrangiam desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando pelos bacharéis e letrados.

Também não tinham em comum exatamente a mesma ideologia. As "idéias francesas" ou o liberalismo da revolução americana eram suas fontes inspiradoras. Mas os setores dominantes tratavam de limitá-las, sendo, por exemplo, muito prudentes no tocante ao tema da abolição da escravatura, que viria ferir seus interesses. Pelo contrário, para as camadas dominadas a idéia

de independência vinha acompanhada de propósitos igualitários de reforma social.

A Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710), as rebeliões que ocorreram na região de Minas Gerais a partir da revolta dé Filipe dos Santos em 1720 e principalmente as conspirações e revoluções ocorridas nos últimos decênios do século XVIII e nos dois primeiros do século XIX são freqüentemente apontadas como exemplos afirmativos da consciência nacional. Se é possível dizer que eles indicam essa direção, devemos lembrar que até a independência, e mesmo depois, a consciência nacional passa pela regional. Os rebeldes do período se afirmam como mineiros, baianos, pernambucanos e, em alguns casos, como pobres, tanto ou mais do que como brasileiros.

Vamos examinar agora os dois movimentos de rebeldia mais expressivos nos fins do século XVIII, deixando para logo adiante a Revolução Pernambucana de 1817, que eclodiu já no contexto da presença da família real no Brasil.

2.24.1. A Inconfidência Mineira

A Inconfidência Mineira teve relação direta com as características da sociedade regional e com o agravamento de seus problemas, nos dois últimos decênios do século XVIII. Isso não significa que seus integrantes não fossem influenciados pelas novas idéias que surgiam na Europa e na América do Norte. Muitos membros da elite mineira circulavam pelo mundo e estudavam na Europa. Em 1787, dentre os dezenove estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra, dez eram de Minas. Coimbra era um centro conservador mas ficava na Europa, o que facilitava o conhecimento das novas idéias e a aproximação com as personalidades da época.

Por exemplo, um ex-estudante de Coimbra, José Joaquim da Maia, ingressou na Faculdade de Medicina de Montpellier na França, em 1786. Naquele ano e no ano seguinte teve contatos com Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos na França, solicitando apoio para uma revolução que, segundo ele, estava sendo tramada no Brasil. Um participante da Inconfidência, José Álvares Maciel, formou-se em Coimbra e viveu na Inglaterra por um ano e meio. Aí aprendeu técnicas fabris e discutiu com negociantes

ingleses as possibilidades de apoio a um movimento pela independência do Brasil.

Ao lado disso, nas últimas décadas do século XVIII, a sociedade mineira entrara em uma fase de declínio, marcada pela queda contínua da produção de ouro e pelas medidas da Coroa no sentido de garantir a arrecadação do quinto. Se examinarmos um pouco a história pessoal dos inconfidentes, veremos que tinham também razões específicas de descontentamento. Em sua grande maioria, eles constituíam um grupo da elite colonial, formado por mineradores, fazendeiros, padres envolvidos em negócios, funcionários, advogados de prestígio e uma alta patente militar, o comandante dos Dragões, Francisco de Paula Freire de Andrade. Todos eles tinham vínculos com as autoridades coloniais na capitania e, em alguns casos (Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga), ocupavam cargos na magistratura.

José Joaquim da Silva Xavier constituía, em parte, uma exceção. Desfavorecido pela morte prematura dos pais, que deixaram sete filhos, perdera suas propriedades por dívidas e tentara sem êxito o comércio. Em 1775, entrou na carreira militar, no posto de alferes, o grau inicial do quadro de oficiais. Nas horas vagas, exercia o ofício de dentista, de onde veio o apelido algo depreciativo de Tiradentes.

O entrosamento entre a elite local e a administração da capitania sofreu um abalo com a chegada a Minas do governador Luís da Cunha Meneses, em 1782. Cunha Meneses marginalizou os membros mais significativos da elite, favorecendo seu grupo de amigos. Embora não pertencesse à elite, o próprio Tiradentes se viu prejudicado, ao perder o comando do destacamento dos Dragões que patrulhava a estratégica estrada da Serra da Mantiqueira.

A situação agravou-se em toda a região mineira com a nomeação do Visconde de Barbacena para substituir Cunha Meneses. Barbacena recebeu do ministro português Melo e Castro instruções no sentido de garantir o recebimento do tributo anual de cem arrobas de ouro. Para completar essa quota, o governador poderia se apropriar de todo o ouro existente e, se isso não fosse suficiente, poderia decretar a derrama, um imposto a ser pago por cada habitante da capitania. Recebeu ainda instruções no sentido de investigar os devedores da Coroa e os contratos realizados entre a administração pública e os particulares. As instruções faziam pairar uma ameaça geral sobre a capi-

10. Imagem de Tiradentes associada à figura feminina da República. *Revista Illustrada*, 1892.

tania e mais diretamente sobre o grupo de elite, onde se encontravam os maiores devedores da Coroa.

Aqui, abrindo um parenteses, é preciso explicar a origem dessas dívidas. Elas se originavam, muitas vezes, de contratos feitos com o governo português para arrecadar impostos. Na época colonial, era comum conceder essa função pública a particulares com boas relações na administração. Eles pagavam uma quantia à Coroa pelo direito de cobrar os impostos, ganhando a diferença entre esse pagamento e o que conseguiam arrecadar. Mas, freqüentemente, os contratadores nem sequer chegavam a completar o pagamento à Coroa, daí resultando dívidas que iam se acumulando.

Os inconfidentes começaram a preparar o movimento de rebeldia nos últimos meses de 1788, incentivados pela expectativa do lançamento da derrama. Não chegaram, porém, a pôr em prática seus planos. Em março de 1789, Barbacena decretou a suspensão da derrama, enquanto os conspiradores eram denunciados por Silvério dos Reis. Devedor da Coroa como vários dos inconfidentes, Silvério dos Reis estivera próximo destes, mas optara por livrar-se de seus problemas denunciando o movimento. Seguiram-se as prisões em

Minas e a de Tiradentes no Rio de Janeiro. O longo processo realizado na capital da Colônia só terminou a 18 de abril de 1792.

A partir daí, começou uma grande encenação da Coroa, buscando mostrar sua força e desencorajar futuras rebeldias. Só a leitura da sentença durou dezoito horas! Tiradentes e vários outros réus foram condenados à forca. Algumas horas depois, uma carta de clemência da Rainha Dona Maria transformava todas as penas em banimento, ou seja, expulsão do Brasil, com exceção do caso de Tiradentes. Na manhã de 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado num cenário típico das execuções no Antigo Regime. Entre os ingredientes desse cenário se incluíam a presença da tropa, discursos e aclamações à rainha. Seguiram-se a retalhação do corpo e a exibição de sua cabeça, na praça principal de Ouro Preto.

Que pretendiam os inconfidentes?

A resposta não é simples, pois a maioria das fontes à nossa disposição é constituída do que disseram os réus e as testemunhas no processo aberto pela Coroa, no qual se decidia, literalmente, uma questão de vida ou morte. Aparentemente, a intenção da maioria era a de proclamar uma República, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos. O poeta e ex-ouvidor Tomás Antônio Gonzaga governaria durante os primeiros três anos e depois disso haveria eleições anuais. O Distrito Diamantino seria liberado das restrições que pesavam sobre ele; os devedores da Coroa, perdoados; a instalação de manufaturas, incentivada. Não haveria exército permanente. Em vez disso, os cidadãos deveriam usar armas e servir, quando necessário, na milícia nacional.

O ponto mais interessante das muitas medidas propostas é o da libertação dos escravos, que só excepcionalmente aparece em vários movimentos de rebeldia não só do Brasil Colônia como do Brasil independente. De um lado, no plano ideológico, é incompreensível que um movimento pela liberdade mantivesse a escravidão; de outro, no plano dos interesses, como é que membros da elite colonial, dependentes do trabalho escravo, iriam libertá-los? Essa contradição surge no processo dos inconfidentes, mas é bom ressalvar que nem sempre depoimentos derivados de interesses pessoais predominaram nas declarações. Alvarenga Peixoto, um dos maiores senhores de escravos entre os conjurados, defendeu a liberdade dos cativos, na esperança de que eles assim se tornassem os maiores defensores da República. Outros, como Álvares Maciel, achavam, pelo contrário, que sem escravos não haveria quem traba-

lhasse nas terras e nas minas. Segundo parece, chegou-se a uma solução de compromisso, pela qual seriam libertados somente os escravos nascidos no Brasil.

A Inconfidência Mineira é um exemplo de cómo acontecimentos históricos de alcance aparentemente limitado podem ter impacto na história de um país. Como fato material, o movimento de rebeldia não chegou a se concretizar, e suas possibilidades de êxito, apesar do envolvimento de militares e contatos no Rio de Janeiro, eram remotas. Sob esse aspecto, a Revolução de 1817, que a partir de Pernambuco se espraiou por uma grande área do Nordeste, teve maior importância.

Mas a relevância da Inconfidência deriva de sua força simbólica: Tiradentes transformou-se em herói nacional, e as cenas de sua morte, o esquartejamento de seu corpo, a exibição de sua cabeça passaram a ser evocadas com muita emoção e horror nos bancos escolares. Isso não aconteceu da noite para o dia e sim através de um longo processo de formação de um mito que tem sua própria história. Em um primeiro momento, enquanto o Brasil não se tornou independente, prevaleceu a versão dos colonizadores. A própria expressão "Inconfidência Mineira", utilizada na época e que a tradição curiosamente manteve até hoje, mostra isso. "Inconfidência" é uma palavra com sentido negativo que significa falta de fidelidade, não-observância de um dever, especialmente com relação ao soberano ou ao Estado. Durante o Império, o episódio incomodava, pois os conspiradores tinham pouca simpatia pela forma monárquica de governo. Além disso, os dois imperadores do Brasil eram descendentes em linha direta da Rainha Dona Maria, responsável pela condenação dos revolucionários.

A proclamação da República favoreceu a projeção do movimento e a transformação da figura de Tiradentes em mártir republicano. Existia uma base real para isso. Há indícios de que o grande espetáculo, montado pela Coroa portuguesa para intimidar a população da Colônia, causou efeito oposto, mantendo viva a memória do acontecimento e a simpatia pelos inconfidentes. A atitude de Tiradentes, assumindo toda a responsabilidade pela conspiração, a partir de certo momento do processo, e o sacrifício final facilitaram a mitificação de sua figura, logo após a proclamação da República. O 21 de abril passou a ser feriado, e Tiradentes foi cada vez mais retratado com traços semelhantes às imagens mais divulgadas de Cristo. Assim se tornou um dos

poucos heróis nacionais, cultuado como mártir não só pela direita e pela esquerda como pelo povo da rua.

2.24.2. A Conjuração dos Alfaiates

A Conjuração dos Alfaiates foi um movimento organizado na Bahia em 1798, por gente marcada pela cor e pela condição social: mulatos e negros livres ou libertos, ligados às profissões urbanas como artesãos ou soldados, e alguns escravos. Entre eles destacavam-se vários alfaiates, derivando daí o nome da conspiração. Mesmo entre os brancos, predominava a origem popular, com a importante exceção do médico Cipriano Barata, que iria participar de vários movimentos revolucionários do Nordeste, por mais de quarenta anos.

A conspiração se liga ao quadro geral das rebeliões surgidas em fins do século XVIII e tem a ver também com as condições de vida da população de Salvador. A escassez de gêneros alimentícios e a carestia deram origem a vários motins na cidade, entre 1797 e 1798. No sábado de aleluia de 1797, por exemplo, os escravos que transportavam grandes quantidades de carne destinada ao general-comandante de Salvador foram atacados pela multidão faminta e seu fardo dividido entre os atacantes e as negras que vendiam quitutes na rua.

Os conspiradores defendiam a proclamação da República, o fim da escravidão, o livre comércio especialmente com a França, o aumento do salário dos militares, a punição de padres contrários à liberdade. O movimento não chegou a se concretizar, a não ser pelo lançamento de alguns panfletos e várias articulações. Após uma tentativa de se obter apoio do governador da Bahia, começaram as prisões e delações. Quatro dos principais acusados foram enforcados e esquartejados. Outros receberam penas de prisão ou banimento.

A severidade das penas foi desproporcional à ação e às possibilidades de êxito dos conjurados. Nelas transparece a intenção de exemplo, um exemplo mais duro do que o proporcionado pelas condenações aos inconfidentes mineiros. A dureza se explica pela origem social dos acusados e por um conjunto de outras circunstâncias ligadas ao temor das rebeliões de negros e mulatos. A insurreição de escravos iniciada em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas, em 1791, estava em pleno curso e só iria terminar em 1801,

com a criação do Haiti como Estado independente. Por sua vez, a Bahia era uma região onde os motins de negros iam se tornando freqüentes. Essa situação preocupava tanto a Coroa como a elite colonial, pois a população de cor (negros e mulatos) correspondia, em números aproximados, a 80% da população da capitania.

A inspiração dos rebeldes baianos veio principalmente da Revolução Francesa. No curso do processo, foram apreendidas obras filosóficas de autores como Voltaire e Condillac, que vários inconfidentes mineiros também conheciam. Ao lado dessas obras, aparecem pequenos textos políticos, de linguagem direta, definidores de posições. Esses textos atravessaram o Atlântico, chegaram às estantes de livros de gente letrada da Colônia e acabaram por inspirar os "pasquins sediciosos" e os panfletos lançados nas ruas de Salvador, em agosto de 1798.

No plano dos fatos materiais, a Conjuração dos Alfaiates pouco representou. Assim como a Inconfidência Mineira, ela nos interessa pelo seu aspecto simbólico. Sem alcançar as glórias da Inconfidência, o movimento foi posto em destaque na historiografia brasileira a partir de um livro de Affonso Ruy intitulado de *A Primeira Revolução Social Brasileira*, publicado em 1942. O título é exagerado, mas não há dúvida de que a Conjuração dos Alfaiates foi a primeira expressão de uma corrente de raiz popular que combinava as aspirações de independência com reivindicações sociais.

A Independência não viria porém pela via de um corte revolucionário com a Metrópole, mas por um processo de que resultaram mudanças importantes e também continuidades com relação ao período colonial. A história desse processo passa por episódios novelescos, como a transferência da família real para o Brasil, e atos solenes, como a abertura dos portos, pondo fim ao sistema colonial.

2.25. A VINDA DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL

A guerra que Napoleão movia na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, acabou por ter conseqüências para a Coroa portuguesa. Após controlar quase toda a Europa ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Portugal representava uma brecha

11. *D. João VI. Partida do Príncipe Regente de Portugal para o Brasil, 27 de novembro de 1807*, litogravura de F. Bartolozzi (gravador) e H. L. E. Vêque (desenhista).

no bloqueio e era preciso fechá-la. Em novembro de 1807, tropas francesas cruzaram a fronteira de Portugal com a Espanha e avançaram em direção a Lisboa. O Príncipe Dom João, que regia o reino desde 1792, quando sua mãe Dona Maria fora declarada louca, decidiu-se, em poucos dias, pela transferência da Corte para o Brasil. Entre 25 e 27 de novembro de 1807, centenas de pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob a proteção da frota inglesa. Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Houve muita confusão no embarque, e a viagem não foi fácil. Uma tempestade dividiu a frota; os navios estavam superlotados, daí resultando falta de comida e água; a troca de roupa foi improvisada com cobertas e lençóis fornecidos pela marinha inglesa; para completar, o ataque dos piolhos obrigou as mulheres a raspar o cabelo. Mas esses aspectos novelescos não podem ocultar o fato de que, a partir da vinda da família real para o Brasil, ocorreu uma reviravolta nas relações entre a Metrópole e a Colônia.

2.25.1. A ABERTURA DOS PORTOS

Logo ao chegar, durante sua breve estada na Bahia, Dom João decretou a abertura dos portos do Brasil às nações amigas (28 de janeiro de 1808). Mesmo sabendo-se que naquele momento a expressão "nações amigas" era equivalente à Inglaterra, o ato punha fim a trezentos anos de sistema colonial. Já no Rio de Janeiro, no mês de abril, o príncipe regente revogou os decretos que proibiam a instalação de manufaturas na Colônia, isentou de tributos a importação de matérias-primas destinadas à indústria, ofereceu subsídios para as indústrias da lã, da seda e do ferro, encorajou a invenção e introdução de novas máquinas.

A abertura dos portos foi um ato historicamente previsível, mas ao mesmo tempo impulsionado pelas circunstâncias do momento. Portugal estava ocupado por tropas francesas, e o comércio não podia ser feito através dele. Para a Coroa, era preferível legalizar o extenso contrabando existente entre a Colônia e a Inglaterra e receber os tributos devidos.

A Inglaterra foi a principal beneficiária da medida. O Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, com destino não só ao Brasil como ao Rio da Prata e à costa do Pacífico. Já em agosto de 1808, existia na cidade um importante núcleo de 150 a 200 comerciantes e agentes comerciais ingleses. Descrevendo as arbitrariedades da alfândega do Rio de Janeiro, um desses agentes – John Luccock – relatava aliviado, em 1809, "que os ingleses tinham-se tornado senhores da alfândega, que eles regulavam tudo, e que ordens tinham sido transmitidas aos funcionários para que dessem particular atenção às indicações do cônsul britânico".

A abertura dos portos favoreceu também os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar e algodão principalmente), os quais se livravam do monopólio comercial da Metrópole. Daí para a frente, seria possível vender a quem quer que fosse, sem as restrições impostas pelo sistema colonial.

Mas a medida contrariou os interesses dos comerciantes e provocou grandes protestos deles, no Rio de Janeiro e em Lisboa, a ponto de o príncipe Dom João ter de fazer algumas concessões. Por decreto de junho de 1808, o comércio livre foi limitado aos portos de Belém, São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro; o chamado comércio de cabotagem, ou seja, entre portos da

12. *Retrato de D. João VI*, gravura em metal de Debret.

Colônia, ficou reservado a navios portugueses; o imposto sobre produtos importados, que fora fixado em 24% do valor da mercadoria, foi reduzido para 16%, quando se tratasse de embarcações portuguesas. Só a última dessas decisões tinha real importância, mas logo seria ultrapassada pelas concessões feitas á Inglaterra.

A escalada inglesa pelo controle do mercado colonial brasileiro culminou no Tratado de Navegação e Comércio, assinado após longas negociações em fevereiro de 1810. A Coroa portuguesa tinha pouco campo de manobra. Ela dependia do resultado da guerra contra Napoleão para recuperar o território metropolitano, e suas colônias eram protegidas pela esquadra britânica. A tarifa a ser paga sobre as mercadorias inglesas exportadas para o Brasil foi fixada em apenas 15% de seu valor, pelo tratado de 1810. Com isso, os produtos ingleses ficaram em vantagem até com relação aos portugueses. Mesmo quando, logo depois, as duas tarifas foram igualadas, a vantagem inglesa continuou imensa. Sem proteção tarifária, as mercadorias de um país atrasado, como se tornara Portugal, no âmbito do capitalismo europeu, não tinham condições de competir em preço e variedade com os produtos ingleses. Os propósitos industrializantes das primeiras iniciativas de Dom João tornaram-se também, com raras exceções, letra morta.

Um ponto da política britânica seria motivo de preocupações para os diferentes setores dominantes da sociedade colonial. Após ter sido grande beneficiária do comércio de escravos, a Inglaterra passara, a partir de fins do século XVIII, a combater a escravidão.

Esse fato é, aliás, um bom exemplo de como devemos ter cuidado em não simplificar processos históricos: a maior potência imperialista da época buscava, ao mesmo tempo, pôr fim a uma instituição profundamente retrógrada, vigente no mundo colonial.

Pelo Tratado de Aliança e Amizade, firmado por Portugal e Inglaterra, junto com o Tratado de Navegação e Comércio, em 1810, a Coroa portuguesa se obrigava a limitar o tráfico de escravos aos territórios sob seu domínio e prometia vagamente tomar medidas para restringi-lo.

Alguns anos mais tarde, quando as potências vencedoras da guerra contra Napoleão, tendo à frente a Inglaterra, se reuniram no Congresso de Viena (1815), o governo português assinou novo tratado, concordando com a cessação do tráfico ao norte do equador. Em princípio, deveria assim terminar o

tráfico de escravos da Costa da Mina para o Brasil. Uma cláusula adicional ao tratado concedeu à Inglaterra o "direito de visita" em alto-mar a navios suspeitos de transportar cativos, autorizando sua apreensão. Nenhuma dessas medidas impediu o tráfico que, pelo contrário, se tornou maior no início de 1820 do que era no começo do século. Mas desenhava-se no horizonte uma disputa que se tornaria aguda no Brasil independente: o governo inglês, de um lado, autoridades e setores dominantes no Brasil, de outro.

2.25.2. A CORTE NO RIO DE JANEIRO

A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o quadro das relações internacionais no contexto da América do Sul. A política externa de Portugal passou a ser decidida na Colônia, instalando-se no Rio de Janeiro o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros. Além de realizar uma expedição à Guiana Francesa, incentivada pela Inglaterra, a Coroa concentrou sua ação na área do Prata, especificamente na Banda Oriental – atual Uruguai –, região onde espanhóis e portugueses se chocavam desde as últimas décadas do século XVII.

Com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil, Dom João VI realizou duas intervenções militares, em 1811 e a partir de 1816. A derrota de Artigas – principal figura na luta pela independência uruguaia – garantiu aos portugueses a posse da região e a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Entretanto, os conflitos no Prata estavam longe de terminar.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de idéias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não

13. *Loja de Negras e Vendedoras de Rua*, aquarela de Jean-Baptiste Debret.

apenas portugueses mas espanhóis, franceses e ingleses que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados.

Além deles, vieram ao Brasil cientistas e viajantes estrangeiros, como o naturalista e mineralogista inglês John Mawe, o zoólogo bávaro Spix e o botânico Martius, também bávaro, o naturalista francês Saint-Hilaire, autores de trabalhos que são uma fonte indispensável de conhecimento daquela época. Em março de 1816, chegou ao Rio de Janeiro a Missão Artística Francesa, incluindo, entre outros, o arquiteto Grandjean de Montigny, autor de projetos de edificações urbanas, e os pintores Taunay e Debret. Estes deixaram desenhos e aquarelas que retratavam paisagens e costumes do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX.

Se muita coisa mudou, não devemos exagerar o alcance das transformações. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração. Um exemplo disso é a imprensa. O primeiro jornal brasileiro – *A Gazeta do Rio de Janeiro* – tinha caráter quase oficial e estava sujeito, como todas as demais publicações, a uma comissão de censura encarregada de "examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes". O jornal brasileiro independente dessa época, que continha críticas à política portuguesa, era o *Correio Brasiliense* de Hipólito José da Costa, editado em Londres entre 1808 e 1822.

2.25.3. A Revolução Pernambucana de 1817

A presença da Corte no Rio de Janeiro contribuiu para dar à Independência o caráter de uma transição sem grandes saltos. Seria engano supor, porém, que os atritos entre a gente da Metrópole e da Colônia tenham desaparecido porque, por algum tempo, a Colônia se vestiu de Metrópole. Ao transferir-se para o Brasil, a Coroa não deixou de ser portuguesa e favorecer os interesses portugueses no Brasil. Um dos principais focos de descontentamento estava nas forças militares. Dom João chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizou o Exército, reservando os melhores postos para a nobreza lusa. O peso dos impostos aumentou, pois agora a Colônia tinha de

suportar sozinha as despesas da Corte e os gastos das campanhas militares que o rei promoveu no Rio da Prata.

Acrescente-se a isso o problema da desigualdade regional. O sentimento imperante no Nordeste era o de que, com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da Colônia passara de uma cidade estranha para outra igualmente estranha, ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro. A revolução que estourou em Pernambuco em março de 1817 fundiu esse sentimento com vários descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses. Ela abrangeu amplas camadas da população: militares, proprietários rurais, juízes, artesãos, comerciantes e um grande número de sacerdotes, a ponto de ficar conhecida como a "revolução dos padres". Chama a atenção a presença de grandes comerciantes brasileiros ligados ao comércio externo, os quais começavam a concorrer com os portugueses, em uma área até então controlada, em grande medida, por estes.

Outro dado importante da Revolução de 1817 se encontra no fato de que ela passou do Recife para o sertão, estendendo-se a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O desfavorecimento regional, acompanhado de um forte antilusitanismo, foi o denominador comum dessa espécie de revolta geral de toda a área nordestina. Não devemos imaginar, porém, que os diferentes grupos tivessem os mesmos objetivos. Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à idéia de igualdade, uma igualdade mais para cima do que para baixo. Uma curiosa carta, escrita no Recife pouco após o fim da revolução, descreve como "os cabras, mulatos e crioulos andavam tão atrevidos que diziam que éramos todos iguais e não haviam de casar senão com brancas das melhores". Os boticários, cirurgiões e sangradores davam-se ares de importância e até os barbeiros recusavam-se a fazer a barba das pessoas, alegando que estavam "ocupados no serviço da pátria".

Para os grandes proprietários rurais, tratava-se de acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino, se não da Colônia, pelo menos do Nordeste. Aquele era, aliás, um momento economicamente difícil, combinando a queda do preço internacional do açúcar e do algodão com a alta do preço dos escravos. Mais uma vez, não devemos supor que, em quaisquer circunstâncias, as posições radicais fossem assumidas pelos mais pobres e as conservadoras, pelos ricos. Por exemplo, um dos membros radicais do levante, defensor da abolição da escravatura, era o

comerciante Domingos José Martins, casado com moça nascida em uma família ilustre da terra.

Os revolucionários tomaram o Recife e implantaram um governo provisório baseado em uma "lei orgânica" que proclamou a República e estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não tocou no problema da escravidão. Foram enviados emissários às outras capitanias em busca de apoio e aos Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, em busca também de apoio e de reconhecimento. A revolta avançou pelo sertão, porém, logo em seguida, veio o ataque das forças portuguesas, a partir do bloqueio do Recife e do desembarque em Alagoas. As lutas se desenrolaram no interior, revelando o despreparo e as desavenças entre os revolucionários. Afinal, as tropas portuguesas ocuparam Recife, em maio de 1817. Seguiram-se as prisões e execuções dos líderes da rebelião. O movimento durara mais de dois meses e deixou uma profunda marca no Nordeste.

2.26. A INDEPENDÊNCIA

Por volta de 1817, quem dissesse que dentro de cinco anos o Brasil se tornaria independente estaria fazendo uma previsão muito duvidosa. A Revolução Pernambucana, confinada ao Nordeste, fora derrotada. Por sua vez, a Coroa tomava medidas no sentido de integrar Portugal e Brasil como partes de um mesmo reino. A guerra terminara na Europa, em 1814, com a derrota de Napoleão. As razões da permanência da Corte no Brasil aparentemente já não existiam. Dom João decidiu entretanto permanecer na Colônia e em dezembro de 1815 elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves. Meses depois, após a morte da rainha, seria sagrado rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de Dom João VI.

A Independência se explica por um conjunto de fatores, tanto internos como externos, mas foram os ventos trazidos de fora que imprimiram aos acontecimentos um rumo imprevisto pela maioria dos atores envolvidos, em uma escalada que passou da defesa da autonomia brasileira à idéia de independência.

Em agosto de 1820, irrompeu em Portugal uma revolução liberal inspirada nas idéias ilustradas. Os revolucionários procuravam enfrentar um

momento de profunda crise na vida portuguesa. Crise política, causada pela ausência do rei e dos órgãos de governo; crise econômica, resultante em parte da liberdade de comércio de que se beneficiava o Brasil; crise militar, conseqüência da presença de oficiais ingleses nos altos.postos do exército e da preterição de oficiais portugueses nas promoções. Basta lembrar que, na ausência de Dom João, Portugal foi governado por um conselho de regência presidido pelo marechal inglês Beresford. Depois da guerra, Beresford se tornou o comandante do Exército português.

A revolução portuguesa de 1820 tinha aspectos contraditórios para os brasileiros. Podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia absoluta um regime ultrapassado e opressivo e por tratar de dar vida a órgãos de representação da sociedade, como é o caso das Cortes. Ao mesmo tempo, ao promover os interesses da burguesia lusa e tentar limitar a influência inglesa, pretendia fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal.

No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma junta provisória para governar em nome do rei e exigiram sua volta à Metrópole. Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todo o mundo português, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. Estabeleceu-se um critério de representação de acordo com o número de habitantes, cabendo ao Brasil entre 70 a 75 deputados, em um total de mais de 200. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias, que passavam a se chamar províncias.

Foram os militares descontentes que iniciaram o movimento de 1820 em Portugal. Foi também entre os militares que ocorreram as primeiras repercussões do movimento no Brasil. As tropas se rebelaram em Belém e em Salvador, instituindo aí as juntas governativas. No Rio de Janeiro, manifestações populares e das tropas portuguesas forçaram o rei a reformular o ministério, a criar juntas onde elas não existiam e a preparar as eleições indiretas para as Cortes.

Naquela altura, a principal questão que dividia as opiniões era o retorno ou não de Dom João VI a Portugal. O retorno era defendido no Rio de Janeiro pela "facção portuguesa", formada por altas patentes militares, burocratas e comerciantes interessados em subordinar o Brasil à Metrópole, se possível de acordo com os padrões do sistema colonial. Opunha-se a isso e ao retorno do

monarca o "partido brasileiro", constituído por grandes proprietários rurais das capitanias próximas à capital, burocratas e membros do Judiciário nascidos no Brasil. Acrescentem-se a eles portugueses cujos interesses tinham passado a vincular-se aos da Colônia: comerciantes ajustados às novas circunstâncias do livre comércio e investidores em terras e propriedades urbanas, muitas vezes ligados por laços de casamento à gente da Colônia.

Falamos em "partido brasileiro" entre aspas, porque com essa expressão se designa não propriamente um partido, mesmo de organização frouxa como seria característico dos partidos brasileiros, mas uma corrente de opinião. As articulações políticas se fizeram, nesse período, sobretudo através das lojas maçônicas, uma instituição cujo nascimento se deu na Europa.

Em seus primeiros tempos, provavelmente em fins da Idade Média, a maçonaria reuniu principalmente artesãos ligados à construção e daí o seu nome derivado de *maçon*, "pedreiro" em francês. A partir do século XVII, tomou a forma de um movimento secreto constituído por grupos de iniciados, visando a combater as tiranias e a Igreja. No Brasil, onde os padres participaram freqüentemente de atos de rebeldia, a maçonaria teve a feição de um núcleo antiabsolutista, cujos membros mais extremados tendiam a defender a independência do país. Por exemplo, um grande número de maçons participou ativamente da Revolução de 1817, e os preparativos revolucionários foram feitos, em boa parte, em clubes e lojas secretas, embora não se possa afirmar que fossem todos ligados à maçonaria.

A questão do regresso ou não de Dom João VI logo se esvaziou. Temendo perder o trono caso não regressasse a Portugal, o rei decidiu-se afinal pelo retorno. Embarcou em abril de 1821, acompanhado de 4 mil portugueses. Em seu lugar, ficava como príncipe regente seu filho Pedro, futuro Dom Pedro I. Nos meses seguintes, ocorreram no Brasil as eleições para as Cortes. Quase todos os eleitos eram nascidos no Brasil. Entre eles, estavam alguns defensores radicais ou ex-radicais da Independência, como Cipriano Barata (Bahia), Muniz Tavares (Pernambuco) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (São Paulo), que haviam participado da Revolução de 1817. Também se incluíam nomes como o do Padre Feijó e Nicolau de Campos Vergueiro, políticos de relevo nos anos seguintes da história do Brasil.

As Cortes começaram a se reunir em janeiro de 1821, meses antes da chegada dos deputados eleitos no Brasil. Tomaram-se uma série de medidas

que produziram profundo descontentamento na Colônia. Os governos provinciais passariam a ser independentes do Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa. Houve uma tentativa nas Cortes de revogar os acordos comerciais com a Inglaterra, que eram do interesse tanto dos ingleses como dos grandes proprietários rurais brasileiros e dos consumidores urbanos. Acrescente-se a isso o fato de que os líderes da revolução liberal punham lenha na fogueira, com suas referências desdenhosas à Colônia. Para muitos deles, o Brasil era "uma terra de macacos, de bananas e de negrinhos apanhados na costa da África" que estava precisando de um cão de fila para entrar nos eixos.

Entre fins de setembro e outubro de 1821, novas medidas tomadas pelas Cortes fortaleceram no Brasil a opção pela independência, até aí apenas esboçada. Decidiu-se transferir para Lisboa as principais repartições instaladas no Brasil por Dom João VI, destacaram-se novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco e, ponto decisivo, determinou-se a volta para Portugal do príncipe regente.

O "partido brasileiro" concentrou seus esforços no objetivo de conseguir a permanência de Dom Pedro no Brasil. A decisão do príncipe de ficar no país, solenizada no "dia do fico" (9 de janeiro de 1822), representou a escolha de um caminho sem retorno. Mesmo assim, o registro do Senado da Câmara do Rio de Janeiro revela que, formalizada a permanência, o presidente do Senado da Câmara levantou das janelas do palácio uma série de vivas repetidos pelo povo: "Viva a Religião, Viva a Constituição, Vivão as Cortes, Viva El-Rei Constitucional, Viva o Príncipe Constitucional, Viva a União de Portugal com o Brasil".

Os atos do príncipe regente posteriores ao "fico" foram atos de ruptura. As tropas portuguesas que se recusaram a jurar fidelidade a Dom Pedro viram-se obrigadas a deixar o Rio de Janeiro. Esboçava-se a partir daí a criação de um exército brasileiro. Dom Pedro formou um novo ministério, composto de portugueses, mas cuja chefia coube a um brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva.

Os irmãos Andrada – Antônio Carlos, Martim Francisco e José Bonifácio –, especialmente este último, foram figuras centrais da política brasileira naqueles anos. José Bonifácio provinha de uma das famílias mais ricas de Santos, onde seu pai se dedicara à exportação de açúcar. Estudou em Coimbra

e permaneceu na Europa entre 1783 e 1819. Ocupou cargos administrativos importantes em Portugal, tendo sido professor universitário em Coimbra. De volta ao Brasil, foi chamado a presidir em março de 1821 a junta provisória de São Paulo. Atribui-se a ele a autoria das *Lembranças e Apontamentos*, escritas para orientar a ação dos deputados brasileiros às Cortes, onde, entre outros pontos, se sugere a fundação de "uma cidade central no interior do Brasil", com o objetivo de desenvolver o povoamento.

Não é fácil rotular o pensamento de José Bonifácio. Defendia idéias progressistas no campo social, como a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão, uma reforma agrária e a livre entrada de imigrantes no país. Politicamente, era um liberal conservador, adversário das "esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia", como disse em certa ocasião. Considerava adequada para o Brasil a forma monárquica de governo, sustentada por uma representação dos cidadãos restrita às camadas dominantes e ilustradas.

Ao longo dos acontecimentos que resultaram na Independência, definiram-se com alguma clareza as correntes conservadoras e radicais do "partido brasileiro". Convém esclarecer o significado dessas expressões, pois ele varia de acordo com a situação histórica que estejamos considerando.

No quadro dos anos imediatamente anteriores à Independência, a corrente conservadora defendia, em princípio, a maior autonomia do Brasil com relação a Portugal, assumindo só em um segundo momento a idéia de independência. A forma de governo desejável, segundo os conservadores, era a monarquia constitucional, com representação limitada, como garantia da ordem e da estabilidade social. É mais difícil definir a corrente radical, pois nela se incluíam desde monarquistas preocupados em assegurar maior representação popular e as liberdades, especialmente a de imprensa, até os chamados "extremados", para os quais a independência se associava à idéia de República, de voto popular e, em alguns casos, de reforma da sociedade.

Um exemplo concreto das divisões se encontra na discussão sobre a conveniência de se eleger no Brasil uma Assembléia Constituinte e sobre a forma de se proceder à eleição que deveria ocorrer na primeira metade de 1822. José Bonifácio e todo um grupo eram contrários à convocação, enquanto homens como Gonçalves Ledo, Muniz Barreto, José Clemente Pereira, Martim Francisco manifestavam-se a favor.

Quando em junho de 1822 Dom Pedro acolheu a proposta, abriu-se um debate sobre o seguinte tema: a eleição deveria ser direta ou indireta? Gonçalves Ledo defendia a eleição direta, dizendo que se "o maior número pede eleição direta, a lei as deve sancionar, [pois] só por ela se pode dizer que o Povo nomeou seus representantes". Ao contrário, após terem sido acolhidas as eleições indiretas, realizadas aliás já depois da Independência, as instruções eleitorais – correspondentes aproximadamente à lei eleitoral de nossos dias – justificaram a medida, tendo em vista as condições brasileiras. No Brasil, diziam as instruções, não havia uma "população homogênea em que estão difundidas as luzes e as virtudes sociais".

Após a decisão de se convocar uma Constituinte, aceleraram-se as decisões de rompimento, mesmo quando se invocava ainda o propósito de "união com Portugal". Passou-se a exigir como requisito para aproveitamento no serviço público a adesão à causa da união e independência do Brasil; recomendou-se aos governos provinciais não dar posse a empregados vindos de Portugal. Em agosto, o príncipe regente decretou que as tropas vindas da Metrópole seriam consideradas inimigas; Gonçalves Ledo e logo depois José Bonifácio dirigiram manifestos às nações amigas.

A chegada de despachos de Lisboa que revogavam os decretos do príncipe regente, determinavam mais uma vez seu regresso a Lisboa e acusavam os ministros de traição deu alento à idéia de rompimento definitivo. A Princesa Dona Leopoldina e José Bonifácio enviaram às pressas as notícias ao príncipe, em viagem a caminho de São Paulo. As recomendações ao portador de que arrebentasse uma dúzia de cavalos se fosse preciso, para chegar o mais rápido possível, indica o interesse de José Bonifácio em apressar a independência e fazer de São Paulo o cenário da ruptura final.

Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do Riacho Ipiranga, Dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil. A 1º de dezembro, com apenas 24 anos, o príncipe regente era coroado Imperador, recebendo o título de Dom Pedro I. O Brasil se tornava independente, com a manutenção da forma monárquica de governo. Mais ainda, o novo país teria no trono um rei português. Este último fato criava uma situação estranha, porque uma figura originária da Metrópole assumia o comando do novo país. Em torno de Dom Pedro I e da questão de sua permanência no trono muitas disputas iriam ocorrer, nos anos seguintes.

2.27. O BRASIL NO FIM DO PERÍODO COLONIAL

Antes de entrar na análise dos anos imediatamente posteriores à Independência, convém dar uma olhada geral no Brasil, tal como se apresentava no fim do período colonial. Vamos nos concentrar no território e na população.

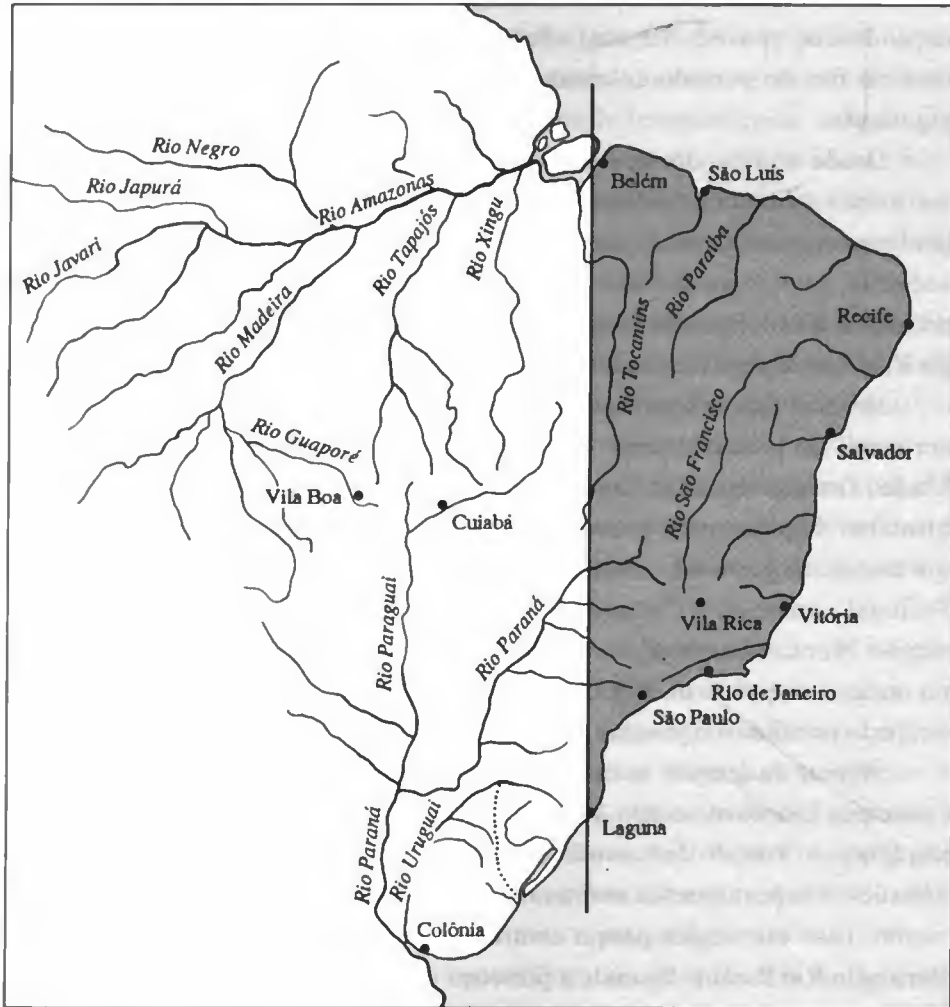
Desde o início do século XVIII, a extensão geográfica da Colônia nada mais tinha a ver com a incerta linha de Tordesilhas. A expansão das bandeiras paulistas, para o oeste, e dos criadores de gado e forças militares, para o sudoeste, ampliaram de fato as fronteiras do país. O avanço minerador, a partir do século XVIII, deu mais um empurrão, de modo que a fisionomia territorial do Brasil já se aproximava bastante da atual.

Restava fazer reconhecer de direito as novas fronteiras, uma questão a ser resolvida principalmente com a Espanha. Isso ocorreu com o Tratado de Madri, firmado entre as Coroas portuguesa e espanhola, que reconheceu o princípio de posse para quem fosse ocupante efetivo de uma área. Os portugueses saíam ganhando. Houve uma exceção referente às fronteiras do Sul: Portugal renunciou à Colônia do Sacramento, fundada no Rio da Prata, próximo a Montevidéu, hoje em território uruguaio. Em troca, recebeu uma área na margem esquerda do Rio Uruguai, o chamado Território das Sete Missões, ocupado por índios e jesuítas.

Apesar do acordo, as controvérsias a respeito das fronteiras do Sul não cessaram. Um novo acordo, datado de 1761, anulou o Tratado de Madri. Em seqüência, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) restituiu aos espanhóis as Sete Missões. Os portugueses mantiveram suas pretensões à Colônia do Sacramento, base estratégica para o contrabando da prata trazida da Bolívia e do Peru pelo Rio Paraná. Durante a presença de Dom João VI no Brasil, em duas oportunidades as tropas portuguesas intervieram na região. Mas, de um modo geral, as fronteiras brasileiras estavam definidas.

Isso não quer dizer que houvesse em todas as partes de território brasileiro uma população assentada. Pelo contrário, vastas regiões do país eram praticamente inexploradas, ou ocupadas por índios sem contato com os colonizadores. Não há números confiáveis sobre a população do Brasil no fim do período colonial. As contagens mandadas realizar pela Coroa excluíam com freqüência os menores de sete anos, os índios e algumas vezes até os escravos.

Brasil Antes e Depois do Tratado de Madri

Rio Negro
Rio Japurá
Rio Amazonas
Rio Javari
Rio Tapajós
Rio Xingu
Rio Madeira
Rio Guaporé
Vila Boa
Cuiabá
Rio Paraguai
Rio Paraná
Rio Uruguai
Colônia
Laguna
Belém
São Luís
Rio Tocantins
Rio Paraíba
Recife
Rio São Francisco
Salvador
Vila Rica
Vitória
Rio de Janeiro
São Paulo

— Fronteira do Tratado de Tordesilhas (1494)

Território português de acordo com o Tratado de Tordesilhas

Território português de acordo com o Tratado de Madri (1750)

Fronteira do Tratado de Santo Ildefonso

Fonte: CHLA, vol. I.

As indicações mais aproximadas da distribuição regional da população encontram-se na Tabela 1.

Tabela 1. População do Brasil Colonial em 1819

Regiões e Áreas Administrativas	População Livres	Escravos	Total
NORTE	104 211	39 040	143 251
Amazonas	13 310	6 040	19 350
Pará	90 901	33 000	123 901
NORDESTE	716 468	393 735	1 110 203
Maranhão	66 668	133 332	200 000
Piauí	48 821	12 405	61 226
Ceará	145 731	55 439	201 170
Rio Grande do Norte	61 812	9 109	70 921
Paraíba	79 725	16 723	96 448
Pernambuco	270 832	97 633	368 465
Alagoas	42 879	69 094	111 973
LESTE	1 299 287	508 351	1 807 638
Sergipe	88 783	26 213	114 996
Bahia	330 649	147 263	477 912
Minas Gerais	463 342	168 543	631 885
Espírito Santo	52 573	20 272	72 845
Rio de Janeiro	363 940	146 060	510 000
SUL	309 193	125 283	434 476
São Paulo	160 656	77 667	238 323
Paraná	49 751	10 191	59 942
Santa Catarina	34 859	9 172	44 031
Rio Grande do Sul	63 927	28 253	92 180
CENTRO-OESTE	59 584	40 980	100 564
Mato Grosso	23 216	14 180	37 396
Goiás	36 368	26 800	63 168
BRASIL	2 488 743	1 107 389	3 596 132

Fonte: Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. II, p. 63.

Do ponto de vista racial, os dados relativos às principais províncias sugerem que os brancos representavam menos de 30% da população total. As estimativas da população das cidades mais importantes constam da Tabela 2.

Tabela 2. Estimativas e Contagem das Principais Cidades Brasileiras, 1749-1810

Cidade	Data	Número de Habitantes
Belém, Pará	1749	6 574
	1788	10 620
	1801	12 500
São Luís, Maranhão	1757	7 162
	1810	20 500
Recife, Pernambuco	1750	7 000
	1776	18 207
	1782	17 934
	1810	25 000
Salvador, Bahia	1757	35 922
	1775	36 393
	1780	39 209
	1807	51 000
Rio de Janeiro	1760	30 000
	1780	38 707
	1799	43 376
	1803	46 944
São Paulo	1765	20 873
	1798	21 304
	1803	24 311
Porto Alegre, R. G. Sul	1808	6 035
Oeiras, Piauí	1762	1 120
	1810	2 000
Vila Boa, Goiás	1804	9 477
Vila Bela, Mato Grosso	1782	7 000
Ouro Preto, Minas Gerais	1740	20 000
	1804	7 000

Fonte: Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. II, p. 605.

A Marcha do Povoamento e a Urbanização – Século XVIII

Legenda

- • Cidades
- • Vilas
- --- Fronteira atual
- ■ Áreas provavelmente sob a influência das cidades e vilas
- □ Áreas conhecidas e povoadas de maneira mais ou menos estável, mas sem nenhuma vila ou cidade

100 0 100 200 300 400 500 km

Fonte: HGCB, Difel, tomo I, vol. 1

Essa era, em termos muito gerais, a fisionomia do Brasil no tocante ao território e à população, no fim do período colonial. Seus habitantes já não se arrastavam como caranguejos pelo litoral, porém ainda se concentravam – cerca de 74% – em torno dos principais portos exportadores e no interior das capitanias costeiras do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

3

O PRIMEIRO REINADO

1822-1831

3.1. A CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

A consolidação da Independência se deu em poucos anos, mas isso não se fez sem alguns conflitos militares relativamente graves. Os brasileiros favoráveis à Independência reuniram forças consideráveis para lutar contra as tropas portuguesas que aqui estavam desde a vinda da família real, em 1808. Papel importante na mobilização das tropas brasileiras foi desempenhado por comandantes europeus, entre os quais o oficial francês Pedro Labatut, que, antes da Independência, fora nomeado pelo príncipe regente para organizar os contingentes de terra leais a ele. Labatut teve um papel destacado nessa tarefa, embora tenha sido substituído após um motim das tropas pelo general brasileiro José Joaquim de Lima e Silva, em maio de 1823. Outro comandante europeu importante na consolidação da Independência foi Lorde Cochrane, contratado pelo imperador para enfrentar a esquadra lusa. Cochrane era um aristocrata inglês que fora excluído da Marinha britânica por um escândalo ocorrido na Bolsa de Valores, em 1814, e, a seguir, se tornara figura central da independência do Chile e do Peru.

Os conflitos mais importantes ocorreram no Sul do país e na Bahia. Na Província Cisplatina, atual Uruguai, as tropas portuguesas resistiram, mas acabaram se retirando em novembro de 1823. Aí começaria uma longa guerra pela independência uruguaia, mas já agora contra os brasileiros e não contra os portugueses. Na Bahia, as lutas entre as tropas portuguesas, lideradas pelo general Madeira de Melo, e as favoráveis à Independência resultaram em centenas de mortos. A facção lusa foi de início vitoriosa até que as forças brasileiras de terra, apoiadas pelos senhores de engenho do Recôncavo e por uma frota sob o comando de Cochrane, forçaram a retirada final dos portugueses, em 2 de julho de 1823. Esta data é considerada por muitos baianos pelo menos tão significativa quanto o 7 de setembro de 1822 para marcar a Independência do Brasil. A ação de Cochrane se estendeu logo depois ao Maranhão e ao Pará, províncias que tinham contatos mais próximos com Portugal do que com o resto do Brasil.

No plano internacional, os Estados Unidos reconheceram a Independência em maio de 1824. Informalmente, ela já era reconhecida pela Inglaterra, interessada em garantir a ordem na antiga Colônia. Assim, os ingleses preservavam suas vantagens comerciais em um país que, àquela altura, já era seu terceiro mercado externo. O reconhecimento formal só foi retardado porque os ingleses tentaram conseguir do Brasil a imediata extinção do tráfico de escravos. Mas, direta ou indiretamente, estiveram presentes na consolidação da Independência, servindo também de mediadores no reconhecimento da nova nação por Portugal.

Isso ocorreu em agosto de 1825, por um tratado em que o Brasil concordou em compensar a Metrópole em 2 milhões de libras pela perda da antiga colônia e em não permitir a união de qualquer outra colônia com o Brasil. A necessidade de indenizar a Coroa portuguesa deu origem ao primeiro empréstimo externo, contraído pelo Brasil em Londres. A segunda cláusula, aparentemente estranha, explica-se pelo fato de interesses brasileiros, ligados ao comércio de escravos, estarem fortemente implantados em algumas regiões da costa da África. Quando chegaram a Angola as notícias da separação, surgiram panfletos impressos no Brasil, convidando Benguela a aderir à "causa brasileira". A prevenção portuguesa não era, pois, sem fundamento.

14. *Retrato de D. Pedro I*, gravura em metal de Henrique José da Silva (autor) e Urban-Majsarc (gravador).

3.2. UMA TRANSIÇÃO SEM ABALOS

É lugar-comum na historiografia brasileira contrastar a relativa facilidade da consolidação da Independência do Brasil com o complicado processo de emancipação da América espanhola. Ressalta-se ainda que, enquanto o Brasil permaneceu unificado, a América espanhola se fragmentou em várias nações. Os dois temas estão inter-relacionados, mas vamos tratar aqui apenas do primeiro e deixar o segundo para depois da análise dos acontecimentos ocorridos entre 1822 e 1840, quando então ficará mais claro.

Não faltam objeções à tese segundo a qual a consolidação da Independência foi fácil. Seus críticos salientam que a Independência sob a forma de união em torno do Rio de Janeiro resultou de uma luta e não de um consenso geral. Nessa luta foram vencidos nas províncias os movimentos autonomistas e os que sustentavam a permanência da união com Portugal, como aconteceu no Pará. As objeções têm o mérito de chamar a atenção para o fato de que a Independência não correspondeu a uma passagem pacífica. Mas elas não invalidam a constatação de que, admitido o uso da força e as mortes daí resultantes, a consolidação da Independência se fez em poucos anos, sem grandes desgastes. Mais do que isso, a emancipação do Brasil não resultou em maiores alterações da ordem social e econômica, ou da forma de governo. Exemplo único na história da América Latina, o Brasil ficou sendo uma monarquia entre repúblicas.

Uma das principais razões dessa continuidade se encontra na vinda da família real para o Brasil e na forma como se deu o processo de independência. A abertura dos portos por parte de Dom João VI estabeleceu, como vimos, uma ponte entre a Coroa portuguesa e os setores dominantes da Colônia, especialmente os que se concentravam no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Os benefícios trazidos para a região fluminense, com a presença do rei no Brasil, vinham incentivar a expansão econômica daquela área, ligada aos negócios do açúcar, do café e do tráfico de escravos. Por certo, muitos descontentamentos com a Corte permaneceram, mas nada que lembrasse a insatisfação de algumas regiões do Nordeste, onde despontaram as idéias de república. A elite política promotora da Independência não tinha interesse em favorecer rupturas que pudessem pôr em risco a estabilidade da antiga Colônia. É significativo que os esforços pela autonomia, que desembocaram na Inde-

pendência, concentraram-se na figura do rei e depois na do príncipe regente. Nos primeiros anos após a Independência, a monarquia se transformou em um símbolo de autoridade, mesmo quando Dom Pedro I era contestado.

Na esfera internacional, vimos como a Inglaterra garantiu e apressou o reconhecimento da Independência. O Brasil não fez restrições ao comércio inglês, estabeleceu relações de dependência com o mundo financeiro britânico e, contrariando "as tendências republicanas e desagregadoras" do resto do continente, adotou o regime monárquico.

A afirmativa de que a Independência se realizou em tempo curto e sem grandes abalos não nos deve levar a duas conclusões errôneas. Uma consistiria em dizer que nada mudara, pois o Brasil passava da dependência inglesa via Portugal à dependência direta da Inglaterra. A outra seria supor a existência de uma elite política homogênea, com uma base social firme e um projeto claro para a nova nação.

A primeira conclusão seria equivocada por várias razões. A nova relação de dependência, que vinha se afirmando desde 1808 com a abertura dos portos, representava mais do que uma simples troca de nomes, importando em uma mudança da forma como a antiga Colônia se inseria no sistema econômico internacional. Além disso, a Independência impunha a tarefa de se construir um Estado nacional para organizar o país e garantir sua unidade.

A segunda conclusão seria igualmente equivocada porque, mesmo no interior do núcleo promotor da Independência, com José Bonifácio à frente, não havia um acordo sobre as linhas básicas que deveria ter a organização do Estado. Pelo contrário, os anos entre 1822 e 1840 seriam marcados por uma enorme flutuação política, por uma série de rebeliões e por tentativas contrastantes de organizar o poder.

3.3. A CONSTITUINTE

Nos dois primeiros anos após a Independência, o debate político se concentrou no problema da aprovação de uma Constituição. Como vimos, as eleições para uma Assembléia Constituinte, encarregada de elaborar a Constituição, já estavam previstas meses antes da Independência. Elas ocorreram após o 7 de setembro e a Constituinte começou a ser reunir no Rio de Janeiro,

em maio de 1823. Na fala de abertura dos trabalhos, Dom Pedro usou uma expressão indicativa do que poderia acontecer. A frase não era sua, sendo cópia da existente na carta constitucional da França, de junho de 1814, por meio da qual o Rei Luís XVIII tentou retomar a tradição monárquica, após a derrota de Napoleão. O imperador jurava defender a futura Constituição "se fosse digna do Brasil e dele próprio". O condicional deixava em suas mãos a última palavra.

Os membros integrantes da Constituinte não tinham nada de radicais. Eleito pela Bahia, Cipriano Barata – revolucionário de 1817 e nacionalista intransigente – negou-se a participar dela, por vê-la "cercada de mais de 7 mil baionetas, tropas formadas de grande número de nossos inimigos portugueses". Mesmo liberais com ativa presença no movimento da Independência, como José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo e o Cônego Januário Barbosa, tinham sido presos ou exilados. A maioria dos constituintes adotava uma postura liberal moderada, consistente em defender uma monarquia constitucional que garantisse os direitos individuais e estabelecesse limites ao poder do monarca.

Logo surgiram desavenças entre a Assembléia e Dom Pedro, apoiado a princípio por seu ministro José Bonifácio. Elas giraram em torno do campo de atribuições do Poder Executivo (no caso, o imperador) e do Legislativo – uma contenda que iria repetir-se, em situações muito diversas, em outros momentos da história brasileira. Os constituintes queriam que o imperador não tivesse o poder de dissolver a futura Câmara dos Deputados, forçando assim, quando julgasse necessário, novas eleições. Queriam também que ele não tivesse o poder de veto absoluto, ou seja, o direito de negar validade a qualquer lei aprovada pelo Legislativo. Para o imperador e os círculos políticos que o apoiavam, era necessário criar um Executivo forte, capaz de enfrentar as tendências "democráticas e desagregadoras", justificando-se assim a concentração de maiores atribuições nas mãos do imperador.

Os tempos eram de incerteza política. Menos de um ano após a Independência, em julho de 1823, José Bonifácio foi afastado do ministério, porque ficara espremido entre a crítica dos liberais e as insatisfações dos conservadores. Estes viam com maus olhos o comando pessoal do governo pelo ministro, que lhes fechava o acesso direto ao trono. Daí para a frente, na Constituinte, para a qual foram eleitos, e nas páginas do jornal *O Tamoio*,

José Bonifácio e seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco fariam constante oposição ao governo e aos democratas, insinuando que a independência do país se via ameaçada tanto pelos "corcundas" (reacionários) e "pés-de-chumbo" (portugueses) como pelos "radicais".

3.4. A CONSTITUIÇÃO DE 1824

A disputa entre os poderes acabou resultando na dissolução da Assembléia Constituinte por Dom Pedro, com o apoio dos militares. Foram presos vários deputados, entre eles os três Andradas. Logo a seguir, cuidou-se de elaborar um projeto de Constituição que resultou na Constituição promulgada a 25 de março de 1824. Ela não diferia muito da proposta dos constituintes anterior à dissolução da Assembléia, mas há uma diferença a ser ressaltada. A primeira Constituição brasileira nascia de cima para baixo, imposta pelo rei ao "povo", embora devamos entender por "povo" a minoria de brancos e mestiços que votava e que de algum modo tinha participação na vida política.

Antes de entrar no exame da Constituição, dois pontos devem ser ressaltados. Um contingente ponderável da população – os escravos – estava excluído de seus dispositivos. Deles não se cogita, a não ser obliquamente, quando se fala dos libertos. O outro ponto se refere à distância entre os princípios e a prática. A Constituição representava um avanço, ao organizar os poderes, definir atribuições, garantir direitos individuais. O problema é que, sobretudo no campo dos direitos, sua aplicação seria muito relativa. Aos direitos se sobrepunha a realidade de um país onde mesmo a massa da população livre dependia dos grandes proprietários rurais, onde só um pequeno grupo tinha instrução e onde existia uma tradição autoritária.

A Constituição de 1824 vigorou com algumas modificações até o fim do Império. Definiu o governo como monárquico, hereditário e constitucional. O Império teria uma nobreza, mas não uma aristocracia, ou seja, existiriam nobres por títulos concedidos pelo imperador (barão, conde, duque etc.), porém os títulos não seriam hereditários, eliminando, portanto, a possibilidade de uma "aristocracia de sangue". A religião católica romana continuava a ser religião oficial, permitindo-se apenas o culto particular de outras religiões, "sem forma alguma exterior de templo".

15. *D. Pedro I e Sua filha Maria da Glória*, litografia feita em Paris, em 1826, segundo quadro a óleo de D. A. Siqueira.

O Poder Legislativo foi dividido em Câmara e Senado, prevendo-se eleições para as duas casas, com diferenças essenciais. A eleição para a Câmara era temporária, enquanto a do Senado era vitalícia. Além disso, o processo eleitoral, no caso do Senado, destinava-se a eleger uma lista tríplice em cada província, cabendo ao imperador escolher um dos três nomes eleitos. Na prática, essas restrições fizeram com que o Senado fosse um órgão cujos membros eram nomeados pelo imperador, em caráter vitalício.

O voto era indireto e censitário. Indireto, porque os votantes, correspondentes hoje à massa dos eleitores, votavam em um corpo eleitoral, nas eleições chamadas de primárias; esse corpo eleitoral é que elegia os deputados. Censitário, porque só podia ser votante, fazer parte do colégio eleitoral, ser deputado ou senador quem atendesse a alguns requisitos, inclusive de natureza econômica, chamados de "censo".

A eleição para a Câmara de Deputados se processava da seguinte forma. Nas eleições primárias, votavam os cidadãos brasileiros, inclusive os escravos libertos, mas não podiam votar, entre outros, os menores de 25 anos, os criados de servir, os que não tivessem renda anual de pelo menos 100 mil-réis provenientes de bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou emprego. Os candidatos, por sua vez, só podiam ser pessoas que, além dos requisitos dos votantes, tivessem renda de, no mínimo, 200 mil-réis anuais e não fossem escravos libertos. Os escolhidos nessas eleições primárias formavam o corpo eleitoral que elegeria os deputados. Para ser candidato nessa segunda etapa, as exigências aumentavam: além dos requisitos anteriores era necessário ser católico e ter uma renda mínima anual de 400 mil-réis. Não havia referência expressa às mulheres, mas elas estavam excluídas desses direitos políticos pelas normas sociais. Curiosamente, até 1882 era praxe admitir o voto de grande número de analfabetos, tendo em vista o silêncio da Constituição a esse respeito.

O país foi dividido em províncias cujos presidentes seriam nomeados pelo imperador. Asseguraram-se os direitos individuais, entre eles a igualdade perante a lei, a liberdade de religião, com as restrições já apontadas, e a liberdade de pensamento e de manifestação.

Finalmente, instituíram-se o Conselho de Estado e o Poder Moderador, que desempenhariam papel de grande relevo na história política do Império.

O Conselho de Estado era um órgão composto por conselheiros vitalícios nomeados pelo imperador dentre cidadãos brasileiros com idade mínima de quarenta anos (uma idade avançada para a época), renda não inferior a 800 mil-réis e que fossem "pessoas de saber, capacidade e virtude". O Conselho de Estado deveria ser ouvido nos "negócios graves e medidas gerais da pública administração", como declaração de guerra e ajustes de pagamento.

O Poder Moderador provinha de uma idéia do escritor francês Benjamin Constant, cujos livros eram lidos por Dom Pedro e por muitos políticos da época. Benjamin Constant defendia a separação entre o Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado de neutro ou moderador. O rei não interviria na política e na administração do dia-a-dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando "a vontade e o interesse nacional". No Brasil, o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuições nas mãos do imperador. Pelos princípios constitucionais, a pessoa do imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma. Cabia a ele, entre outros pontos, a nomeação dos senadores, a faculdade de dissolver a Câmara e convocar eleições para renová-la e o direito de sancionar, isto é, aprovar ou vetar, as decisões da Câmara e do Senado.

3.5. A CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Dissolvendo a Constituinte e decretando a Constituição de 1824, o imperador deu uma clara demonstração de seu poder e dos burocratas e comerciantes, muitos deles portugueses, que faziam parte de seu círculo íntimo.

Em Pernambuco, esses atos discricionários puseram lenha em uma fogueira que não deixara de arder desde 1817 e mesmo antes. A propagação das idéias republicanas, antiportuguesas e federativas (opostas à centralização do poder) ganhou ímpeto com a presença no Recife de Cipriano Barata, vindo da Europa, onde representara a Bahia nas Cortes. É importante ressaltar, de passagem, o papel da imprensa na veiculação de críticas e propostas políticas, nesse período em que ela própria estava nascendo. Os Andradas, que tinham passado para a oposição depois das medidas autoritárias de Dom Pedro, lança-

ram seus ataques através de *O Tamoio*; Cipriano Barata e Frei Caneca combateram a monarquia centralizada, respectivamente, na *Sentinela da Liberdade* e no *Tífis Pernambucano*.

A atividade de Cipriano, em Pernambuco, não demorou muito. Após a dissolução da Constituinte, foi preso e enviado para o Rio de Janeiro, onde ficaria detido até 1830. Como figura central das críticas ao Império, passou então a destacar-se Frei Joaquim do Amor Divino – o Frei Caneca –, que participara ativamente da insurreição de 1817. O apelido indicava sua origem humilde, como vendedor de canecas, quando garoto, nas ruas do Recife. Educado no Seminário de Olinda, centro de difusão das idéias liberais, converteu-se em intelectual erudito e homem de ação.

A contrariedade provocada na província pela nomeação de um governador não-desejado abriu caminho para a revolta. Seu chefe ostensivo, Manuel de Carvalho, proclamou a Confederação do Equador, a 2 de julho de 1824. Carvalho foi uma figura curiosa, casado com uma americana e grande admirador dos Estados Unidos. No dia da outorga da Constituição de 1824, antes pois da rebelião, enviou ofício ao secretário de Estado americano, solicitando a remessa de uma pequena esquadra ao porto do Recife, para contrabalançar as ameaças à liberdade resultantes da presença de navios de guerra ingleses e franceses. No ofício, invocava a recente doutrina fixada pelo presidente Monroe, contrária à intervenção de potências européias nas Américas.

A Confederação do Equador deveria reunir sob forma federativa e republicana, além de Pernambuco, as províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e, possivelmente, o Piauí e o Pará. O levante teve conteúdo acentuadamente urbano e popular, diferenciando-se da ampla frente regional, com a liderança de proprietários rurais e alguns comerciantes, que caracterizara a Revolução de 1817.

A viajante inglesa Maria Graham, que esteve no Recife tentando alcançar um acordo entre as partes, comparou, guardadas as proporções, o ambiente do palácio governamental ocupado pelos rebeldes ao da Convenção Nacional, na Revolução Francesa. Viu as dependências palacianas ocupadas por elementos populares – verdadeiros *sans culottes* – de olhos arregalados e ouvidos à escuta, à espera de traições e ciladas.

Apesar de seu conteúdo nacionalista, diríamos melhor antilusitano, a rebelião contou com a presença de vários estrangeiros. Dentre eles, destacou-

se a figura de um liberal português, filho de polonês, chamado João Guilherme Ratcliff.

A Confederação do Equador não teve condições de se enraizar e de resistir militarmente às tropas do governo, sendo derrotada nas várias províncias do Nordeste, até terminar por completo em novembro de 1824. A punição dos revolucionários foi além das expectativas. Um tribunal manipulado pelo imperador condenou à morte, entre outros, Frei Caneca, Ratcliff e o major de pretos Agostinho Bezerra Cavalcanti. Os próprios adversários, entre eles comerciantes portugueses, enviaram ao rei pedidos de clemência em favor do último, que evitara excessos e mortes. Mas não foram ouvidos. Levado à forca, Frei Caneca acabou sendo fuzilado diante da recusa do carrasco em realizar o enforcamento.

As marcas da revolução de 1824 não se apagariam facilmente. De fato, ela pode ser vista como parte de uma série de rebeliões e revoltas ocorridas em Pernambuco entre 1817 e 1848, que fizeram da província um centro irradiador de muitas insatisfações do Nordeste.

3.6. A ABDICAÇÃO DE DOM PEDRO I

Por mais dignas de atenção que tenham sido as rebeliões nordestinas, o fato é que os rumos do país foram traçados, com menores sobresaltos e mudanças, a partir da capital e das províncias à sua volta. Foi assim na Independência, e seria assim no episódio da queda do primeiro imperador. Em março de 1824, Dom Pedro I dominava a cena, tendo condições políticas para dissolver a Constituinte e baixar uma Constituição. Sete anos depois, foi obrigado a abandonar o trono.

Que teria ocorrido nesse intervalo de tempo?

Comecemos por uma área até aqui pouco tocada: a política externa. O recém-criado Império brasileiro herdou os problemas gerados com a ocupação da Banda Oriental, sob a forma artificiosa de Província Cisplatina. Em 1825, uma rebelião regional proclamou a separação do Brasil e a incorporação às Províncias Unidas do Rio da Prata – futura Argentina. Este fato precipitou a guerra entre o Brasil e Buenos Aires, a partir de dezembro de 1825. A guerra foi um desastre militar para os brasileiros, vencidos em Ituzaingó (1827), e

uma catástrofe financeira para as duas partes envolvidas. A paz foi alcançada com a mediação da Inglaterra, interessada em restaurar as transações comerciais normais que o conflito aniquilara. O tratado que pôs fim ao conflito garantiu o surgimento do Uruguai como país independente e a livre navegação do Prata e de seus afluentes. Este último ponto interessava às potências européias, especialmente à Inglaterra, e também ao Brasil. No caso brasileiro, às razões econômicas mesclavam-se razões de natureza geopolítica, pois a navegação fluvial era a principal via de acesso à região de Mato Grosso.

Internamente, a guerra provocou o temido e impopular recrutamento da população através de métodos de pura força. O rei decidiu contratar tropas no exterior para completar as fileiras do exército. A maioria dessas tropas era formada por pessoas pobres, que nada tinham de militares profissionais e que se inscreveram na Europa com a perspectiva de se tornarem pequenos proprietários no Brasil. Como seria de se esperar, em nada contribuíram para fazer a guerra pender em favor do Império. Para piorar as coisas, algumas centenas de mercenários alemães e irlandeses, que faziam parte dessas tropas, se amotinaram no Rio de Janeiro em julho de 1828. A situação se tornou muito grave, e o governo viu-se forçado a recorrer à humilhante proteção de navios ingleses e franceses.

Os gastos militares vinham agravar os problemas econômico-financeiros já existentes. O volume físico de alguns produtos de exportação, como o café, aumentou consideravelmente ao longo da década de 1820, mas os preços do algodão, couro, cacau, fumo e do próprio café tenderam a cair. As rendas do governo central, dependentes em grande medida do imposto sobre as importações, eram insuficientes. A Inglaterra impôs, em agosto de 1827, um tratado comercial que mantinha a tarifa privilegiada de 15% sobre a entrada de seus produtos. Essa medida foi estendida depois às demais nações.

O Banco do Brasil, criado por Dom João VI em 1808, entrou em dificuldades desde 1821, quando o rei, pouco antes de partir para Portugal, retirou o ouro nele depositado. Dom Pedro recorreu à emissão de grande quantidade de moedas de cobre, dando origem a falsificações e ao aumento do custo de vida, sobretudo nos centros urbanos. Ainda não se empregava o termo "inflação", mas o deputado mineiro Bernardo de Vasconcelos já falava em algo parecido, quando aludia à "inchação" do meio circulante.

Mesmo o papel-moeda emitido pelo Banco do Brasil e pelo Tesouro era mal recebido fora do Rio. Em 1829, por exemplo, o papel-moeda circulava em São Paulo por 57% de seu valor nominal. Assim, uma nota de 100 mil-réis equivalia na província a 57 mil-réis. O Banco do Brasil foi afinal fechado em 1829. Lembremos, por último, que a moeda brasileira se desvalorizou seguidamente, com relação à libra inglesa, no curso da década de 1820. Isso favoreceu as exportações, mas, ao mesmo tempo, encareceu as importações de bens de consumo, tão desejados pelas elites e pelos nascentes setores médios urbanos. Os descontentamentos aprofundaram os atritos entre brasileiros e portugueses. Os portugueses, que controlavam boa parte do comércio de varejo, eram um alvo privilegiado dos ataques nativistas.

Na época de Dom Pedro, a elite política se dividia entre liberais e absolutistas. Estes eram defensores da ordem e da propriedade, garantida por seu imperador forte e respeitado. Temiam que a "liberdade excessiva" pusesse em risco seus privilégios e aceitavam, em nome da ordem, os atos imperiais contrários à legalidade. Os liberais se alinhavam na defesa da ordem e da propriedade, como os absolutistas, mas defendiam a liberdade constitucional para garanti-las, eram partidários das "novidades", especialmente da grande novidade de estar em oposição ao governo e ao próprio monarca.

Muitos membros da elite brasileira se colocaram ao lado de Dom Pedro, por desconfiarem do liberalismo e por terem assumido cargos na administração e recebido títulos honoríficos fartamente concedidos pelo imperador. É certo, porém, que no correr dos acontecimentos os brasileiros foram cada vez mais engrossando as fileiras liberais, enquanto os portugueses se apegavam à figura do imperador. Na população urbana e no Exército, o sentimento antiluso teve forte poder mobilizador. Havia no ar uma suspeita de que Dom Pedro tentaria voltar aos tempos do Reino Unido de Portugal e Algarves, especialmente porque, com a morte de Dom João VI, em 1826, abriu-se a possibilidade de ele assumir também, como filho mais velho, o trono português.

O Exército foi-se afastando do imperador. Sua base era recrutada entre a população mais pobre dos centros urbanos; a maioria dos soldados era formada por mulatos que sofriam com as más condições de vida, o atraso no pagamento do soldo, a rígida disciplina. A cúpula do Exército estava descontente com as derrotas militares e a presença de oficiais portugueses em postos de comando.

16. *Dona Leopoldina de Habsburgo, Mulher de Pedro I, e Seus Filhos (D. Pedro II no colo e à esquerda D. Maria da Glória)*, de Domenico Failutti.

A partir de meados de 1830, os fatos se precipitaram. A queda de Carlos X na França e o início da Monarquia de Julho, tida como liberal, repercutiram no Brasil, sendo objeto de discussões inclusive no Conselho de Estado. Em março de 1831, a temperatura política subiu no Rio de Janeiro. O imperador regressava de uma viagem a Minas, onde fora recebido com a maior frieza. Os portugueses decidiram realizar festejos, promovidos pela sociedade secreta Coluna do Trono, para demonstrar seu apoio a ele. Houve reação dos brasileiros, daí nascendo os primeiros tumultos, que se prolongaram por cinco dias. Uma noite desses cinco dias passou para o anedotário histórico, pois nela ocorreu uma briga juvenil travada por gente grande: foi a "noite das garrafadas", quando os cabras (brasileiros) atacaram as casas iluminadas dos "pés-de-chumbo" (portugueses) e estes responderam atirando garrafas e cacos de vidro.

Seguiram-se tentativas de formação de um novo ministério e novas manifestações de protesto. Os comandantes militares brasileiros de maior prestígio, como os irmãos Lima e Silva, um deles pai do futuro Duque de Caxias, aderiram à revolta. Por fim, Dom Pedro foi forçado a abdicar em favor de seu filho, Dom Pedro II, a 7 de abril de 1831.

O Brasil teria agora a perspectiva de sagrar um rei nascido no país, mas quase uma década se passaria antes disso. O menino Pedro tinha apenas cinco anos, quando o pai abdicou e partiu para a Inglaterra, sonhando em recuperar outro trono, o português, ocupado por seu irmão Dom Miguel.

4

A REGÊNCIA

1831-1840

O período posterior à abdicação de Dom Pedro I é chamado de Regência porque nele o país foi regido por figuras políticas em nome do imperador até a maioridade antecipada deste, em 1840. A princípio os regentes eram três, passando a ser apenas um, a partir de 1834.

O período regencial foi um dos mais agitados da história política do país e também um dos mais importantes. Naqueles anos, esteve em jogo a unidade territorial do Brasil, e o centro do debate político foi dominado pelos temas da centralização ou descentralização do poder, do grau de autonomia das províncias e da organização das Forças Armadas.

As reformas realizadas pelos regentes são um bom exemplo das dificuldades em se adotar uma prática liberal que fugisse aos males do absolutismo. Nas condições brasileiras da época, muitas medidas destinadas a dar alguma flexibilidade ao sistema político e a garantir as liberdades individuais acabaram resultando em violentos choques entre as elites e no predomínio do interesse de grupos locais.

Nem tudo se decidiu na época regencial. Podemos mesmo prolongar a periodização por dez anos e dizer que só por volta de 1850 a Monarquia centralizada se consolidou, quando as últimas rebeliões provinciais cessaram.

Um ponto importante a ser ressaltado para a compreensão das dificuldades desse período é o de que, entre as classes e os grupos dominantes, não havia consenso sobre qual o arranjo institucional mais conveniente para seus interesses. Mais ainda, não havia clareza sobre o papel do Estado como organizador dos interesses gerais dominantes, tendo para isso de sacrificar em certas circunstâncias interesses específicos de um determinado setor social.

A tendência política vencedora após o 7 de abril foi a dos liberais moderados, que se organizaram de acordo com a tradição maçônica na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Entre eles, havia uma alta proporção de políticos de Minas, São Paulo e do Rio de Janeiro. Havia também uma presença significativa de padres e alguns graduados por Coimbra. Muitos eram proprietários de terras e de escravos. Foram nomes de destaque entre os liberais moderados: Bernardo Pereira de Vasconcelos, magistrado mineiro educado em Coimbra; o Padre Diogo Feijó, nascido em São Paulo e futuro regente; e Evaristo da Veiga, responsável pela edição no Rio de Janeiro da *Aurora Fluminense*, o mais importante jornal liberal de seu tempo.

Na oposição, ficavam, de um lado, os "exaltados", e de outro, os absolutistas. Os exaltados defendiam a federação, ou seja, a efetiva autonomia das províncias, e as liberdades individuais; alguns, como Cipriano Barata e Borges da Fonseca, eram adeptos da República. Os absolutistas chamados de "caramurus", muitos deles portugueses, com postos na burocracia, no Exército e no alto comércio, lutavam pela volta ao trono de Dom Pedro I. Os sonhos restauradores não duraram muito, pois Dom Pedro I morreu em Portugal em 1834.

Não faltavam apelidos depreciativos para os portugueses, variando apenas de acordo com a época e a região: "marinheiros", "pés-de-chumbo", "marotos", "caramurus". Em represália, eles chamavam os brasileiros de "cabras".

4.1. AS REFORMAS INSTITUCIONAIS

As reformas do período regencial, entre outros pontos, trataram de suprimir ou diminuir as atribuições de órgãos da Monarquia e criar uma nova forma de organização militar, que reduzisse o papel do Exército.

Em 1832, entrou em vigor o Código de Processo Criminal, que fixou normas para a aplicação do Código Criminal de 1830. O Código de Processo deu maiores poderes aos juízes de paz, eleitos nas localidades já no reinado de Dom Pedro I, mas que agora podiam, por exemplo, prender e julgar pessoas acusadas de cometer pequenas infrações. Ao mesmo tempo, seguindo o modelo americano e inglês, o Código de Processo instituiu o júri, para julgar a grande maioria dos crimes, e o *habeas corpus*, a ser concedido a pessoas presas ilegalmente, ou cuja liberdade fosse ameaçada. Logo adiante, ao tratar da questão da escravatura e do poder local, veremos como essas medidas, em princípio positivas, acabaram muitas vezes por resultar na impunidade de traficantes e assassinos.

Uma lei de agosto de 1834, chamada de Ato Adicional, porque fez adições e alterações na Constituição de 1824, determinou que o Poder Moderador não poderia ser exercido durante a Regência. Suprimiu também o Conselho de Estado. Os presidentes de província continuaram a ser designados pelo governo central, mas criaram-se Assembléias Provinciais com maiores poderes, em substituição aos antigos Conselhos Gerais.

Além disso, legislou-se sobre a repartição de rendas entre o governo central, as províncias e os municípios. Atribuiu-se às Assembléias Provinciais competência para fixar as despesas municipais e das províncias e para lançar os impostos necessários ao atendimento dessas despesas, contanto que não prejudicassem as rendas a serem arrecadadas pelo governo central. Essa fórmula vaga de repartição de impostos permitiu às províncias a obtenção de recursos próprios, à custa do enfraquecimento do governo central. Uma das atribuições mais importantes dadas às Assembléias Provinciais foi a de nomear e demitir funcionários públicos. Desse modo, colocava-se nas mãos dos políticos regionais uma arma significativa, tanto para obter votos em troca de favores como para perseguir inimigos.

Quando começou o período regencial, o Exército era uma instituição mal organizada, vista pelo governo com muita suspeita. Mesmo após a abdicação de Dom Pedro, o número de oficiais portugueses continuou a ser significativo. A maior preocupação vinha, porém, da base do Exército, formada por gente mal paga, insatisfeita e propensa a aliar-se ao povo nas rebeliões urbanas.

Uma lei de agosto de 1831 criou a Guarda Nacional, em substituição às antigas milícias. Ela era cópia de uma lei francesa do mesmo ano. A idéia

consistia em organizar um corpo armado de cidadãos confiáveis, capaz de reduzir tanto os excessos do governo centralizado como as ameaças das "classes perigosas". Na prática, a nova instituição ficou incumbida de manter a ordem no município onde fosse formada. Foi chamada, em casos especiais, a enfrentar rebeliões fora do município e a proteger as fronteiras do país, sob o comando do Exército. Compunham obrigatoriamente a Guarda Nacional, como regra geral, todos os cidadãos com direito de voto nas eleições primárias que tivessem entre 21 e 60 anos. O alistamento obrigatório para a Guarda Nacional desfalcou os quadros do Exército, pois quem pertencesse à primeira ficava dispensado de servir no segundo. Até 1850, os oficiais inferiores da Guarda Nacional eram eleitos pelos integrantes da corporação, em eleição presidida pelo juiz de paz. A realidade nacional e as necessidades de estabelecer uma hierarquia se sobrepuseram ao princípio eletivo. As eleições foram se tornando letra morta e desapareceram antes mesmo que a lei fosse mudada.

4.2. AS REVOLTAS PROVINCIAIS

As revoltas do período regencial não se enquadram em uma moldura única. Elas tinham a ver com as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas da organização política, mas cada uma delas resultou de realidades específicas, provinciais ou locais. Muitas rebeliões, sobretudo até meados da década iniciada em 1830, ocorreram nas capitais mais importantes, tendo como protagonistas a tropa e o povo. No Rio de Janeiro, houve cinco levantes, entre 1831 e 1832. Em 1832, a situação se tornou tão séria que o Conselho de Estado foi consultado sobre que medidas deveriam ser tomadas para salvar o imperador menino, caso a anarquia se instalasse na cidade e as províncias do Norte se separassem das do Sul.

4.2.1. AS REVOLTAS NO NORTE E NO NORDESTE

Muito diferente dessas revoltas foi a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco, entre 1832 e 1835, um movimento essencialmente rural que se dife-

renciou também das anteriores insurreições pernambucanas, por seu conteúdo. Os cabanos reuniam pequenos proprietários, trabalhadores do campo, índios, escravos e, no início, alguns senhores de engenho. Sob alguns aspectos, constituíram uma antecipação do que seria a revolta sertaneja de Canudos, no início da República. Lutaram em nome da religião, pelo retorno do imperador contra os chamados "carbonários jacobinos", em uma referência feita por seus líderes aos revolucionários franceses e às sociedades secretas liberais européias do século XIX. Dessa forma, camadas pobres da população rural expressavam suas queixas contra mudanças que não entendiam e eram distantes de seu mundo. Os cabanos contaram com o apoio de comerciantes portugueses do Recife e de políticos restauracionistas na capital do Império.

Depois de uma guerra de guerrilhas, os rebeldes foram afinal derrotados, ironicamente, por Manuel Carvalho Pais de Andrade, a mesma pessoa que proclamara em 1824 a Confederação do Equador e era agora presidente da província.

Após o Ato Adicional de 1834, ocorreram a Cabanagem, no Pará (1835-1840), que não deve ser confundida com a Guerra dos Cabanos em Pernambuco, a Sabinada, na Bahia (1837-1838), a Balaiada, no Maranhão (1838-1840), e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul (1836-1845).

Quando se sabe que muitas das antigas queixas das províncias se voltavam contra a centralização monárquica, pode parecer estranho o surgimento de tantas revoltas nesse período. Afinal de contas, a Regência procurou dar alguma autonomia às Assembléias Provinciais e organizar a distribuição de rendas entre o governo central e as províncias. Ocorre porém que, agindo nesse sentido, os regentes acabaram incentivando as disputas entre elites regionais pelo controle das províncias cuja importância crescia. Além disso, o governo perdera a aura de legitimidade que, bem ou mal, tivera enquanto um imperador esteve no trono. Algumas indicações equivocadas para presidente de províncias fizeram o resto.

A Cabanagem explodiu no Pará, região frouxamente ligada ao Rio de Janeiro. A estrutura social não tinha aí a estabilidade de outras províncias, nem havia uma classe de proprietários rurais bem estabelecida. Era um mundo de índios, mestiços, trabalhadores escravos ou dependentes e uma minoria branca, formada por comerciantes portugueses e uns poucos ingleses e franceses. Essa minoria se concentrava em Belém, uma pequena cidade de 12 mil

habitantes. Por aí escoava a modesta produção de tabaco, cacau, borracha e arroz. Uma contenda entre grupos da elite local, sobre a nomeação do presidente da província, abriu caminho para a rebelião popular. Foi proclamada a independência do Pará. Uma tropa cuja base se compunha de negros, mestiços e índios atacou Belém e conquistou a cidade, após vários dias de dura luta. A partir daí, a revolta se estendeu ao interior da província.

Em meio à luta, destacou-se na liderança dos rebeldes Eduardo Angelim, um cearense de apenas 21 anos que migrara para o Pará após uma grande seca ocorrida no Ceará, em 1827. Angelim tentou organizar um governo, colocando como seu secretário um padre, uma das poucas pessoas capazes de escrever fluentemente.

Os cabanos não chegaram a oferecer uma organização alternativa ao Pará, concentrando-se no ataque aos estrangeiros, aos maçons, e na defesa da religião católica, dos brasileiros, de Dom Pedro II, do Pará e da liberdade. É curioso observar que, embora entre os cabanos existissem muitos escravos, a escravidão não foi abolida. Uma insurreição de escravos foi mesmo reprimida por Angelim. Como se vê, aparecem na Cabanagem paraense alguns traços já encontrados na Guerra dos Cabanos de Pernambuco, embora entre os dois movimentos tenha havido apenas uma relação de nome.

A rebelião foi vencida pelas tropas legalistas, depois do bloqueio da entrada do Rio Amazonas e uma série de longos e cruéis confrontos. Belém acabou sendo praticamente destruída e a economia, devastada. Calcula-se que 30 mil pessoas morreram, entre rebeldes e legalistas, ou seja, cerca de 20% da população estimada da província.

A Sabinada deriva a designação de seu principal líder, Sabino Barroso, jornalista e professor da Escola de Medicina de Salvador. A Bahia vinha sendo cenário de várias revoltas urbanas desde a Independência, entre as quais rebeliões de escravos ou com sua participação. A Sabinada reuniu uma base ampla de apoio, incluindo pessoas da classe média e do comércio de Salvador, em torno de idéias federalistas e republicanas. O movimento buscou um compromisso com relação aos escravos, dividindo-os entre nacionais – nascidos no Brasil – e estrangeiros – nascidos na África. Seriam libertados os cativos nacionais que houvessem pegado em armas pela revolução; os demais continuariam escravizados.

Os "sabinos" não conseguiram penetrar no Recôncavo, onde os senhores de engenho apoiaram o governo. Após o cerco de Salvador por terra e mar, as forças governamentais recuperaram a cidade através de uma luta corpo a corpo que resultou em cerca de 1 800 mortos.

A Balaiada maranhense começou a partir de uma série de disputas entre grupos da elite local. As rivalidades acabaram resultando em uma revolta popular. Ela se concentrou no sul do Maranhão, junto à fronteira do Piauí, uma área de pequenos produtores de algodão e criadores de gado. À frente do movimento estavam o cafuzo Raimundo Gomes, envolvido na política local, e Francisco dos Anjos Ferreira, de cujo ofício – fazer e vender balaios – derivou o nome da revolta. Ferreira aderiu à rebelião para vingar a honra de uma filha, violentada por um capitão de polícia. Paralelamente, surgiu um líder negro conhecido como Cosme – sem sobrenome pelo menos nos relatos históricos – à frente de 3 mil escravos fugidos.

Os balaios chegaram a ocupar Caxias, segunda cidade da província. De suas raras proclamações por escrito constam vivas à religião católica, à Constituição, a Dom Pedro II, à "santa causa da liberdade". Temas de natureza social ou econômica não são evocados, mas é difícil imaginar que Cosme e seus homens não estivessem lutando por sua causa pessoal de liberdade, fosse ela santa ou não.

As várias tendências existentes entre os balaios resultaram em desentendimentos. Por sua vez, a ação das tropas do governo central foi rápida e eficaz. Os rebeldes foram derrotados em meados de 1840. Seguiu-se a concessão de uma anistia, condicionada à reescravização dos negros rebeldes. Cosme foi enforcado em 1842. No comando das tropas imperiais estava um oficial com presença constante nos confrontos políticos e nas batalhas do Segundo Reinado: Luís Alves de Lima e Silva, que na ocasião recebeu o título de Barão de Caxias.

4.2.2. A GUERRA DOS FARRAPOS

A milhares de quilômetros do Norte e do Nordeste, eclodiu em 1835, no Rio Grande do Sul, a Guerra dos Farrapos, ou Farroupilhas. "Farrapos" e "farroupilhas" são expressões sinônimas, que significam "maltrapilhos", "gen-

te vestida com farrapos". Elas parecem ter-se referido inicialmente aos trajes usados por Cipriano Barata nas ruas de Lisboa, com o acréscimo de um chapéu de palha. Assim, ele se distinguia dos portugueses como se fosse um matuto brasileiro. Os adversários dos farrapos gaúchos deram a eles esse apelido para depreciá-los. Mas a verdade é que se suas tropas podiam ser farroupilhas, os dirigentes pouco tinham disso, pois representavam a elite dos estancieiros, criadores de gado da província.

O Rio Grande do Sul era um caso especial entre as regiões brasileiras, desde os tempos da Colônia. Por sua posição geográfica, formação econômica e vínculos sociais, os gaúchos tinham muitas relações com o mundo platino, em especial com o Uruguai. Os chefes de grupos militarizados da fronteira – os caudilhos –, que eram também criadores de gado, mantinham extensas relações naquele país. Aí possuíam terras e se ligavam pelo casamento com muitas famílias.

Por outro lado, a economia rio-grandense, do ponto de vista da destinação de seus produtos, estava tradicionalmente ligada ao mercado interno brasileiro. A criação de mulas teve importante papel no transporte de mercadorias no Centro-Sul do país, antes da construção das ferrovias. No período de renascimento agrícola das últimas décadas do século XVIII, colonos vindos dos Açores plantaram trigo no Sul, consumido nas outras regiões do Brasil. Quando foi proclamada a Independência, em 1822, esse período de expansão do trigo já se encerrara, devido às pragas e à concorrência americana, mas os vínculos com o resto do país permaneceram.

A criação de gado se generalizou, na região, assim como a transformação da carne bovina em charque (carne-seca). O charque era um produto vital, destinado ao consumo da população pobre e dos escravos do Sul e do Centro-Sul do Brasil. Criadores de gado e charqueadores formavam dois grupos separados. Os criadores estavam estabelecidos na região da Campanha, situada na fronteira com o Uruguai. Os charqueadores tinham suas indústrias instaladas no litoral, nas áreas das lagoas, onde se concentravam cidades como Rio Grande e Pelotas. Criadores e charqueadores se utilizavam de mão-de-obra escrava, além de trabalhadores dependentes deles.

As queixas do Rio Grande do Sul contra o governo central vinham de longe. Os gaúchos achavam que, apesar da contribuição da província para a economia brasileira, ela era explorada por um sistema de pesados impostos.

As reivindicações de autonomia, e mesmo de separação, eram antigas e feitas, muitas vezes, tanto por conservadores como por liberais.

A Regência e o Ato Adicional não abrandaram as queixas. As províncias que não podiam arcar com todas as suas despesas recebiam recursos do governo central provenientes em parte de outras províncias. Isso acontecia antes do Ato Adicional e continuou a acontecer depois dele. O Rio Grande do Sul mandava, seguidamente, fundos para cobrir despesas de Santa Catarina e de outras regiões.

Entretanto, a revolta não uniu todos os setores da população gaúcha. Ela foi preparada por estancieiros da fronteira e algumas figuras da classe média das cidades, obtendo apoio principalmente nesses setores sociais. Os charqueadores que dependiam do Rio de Janeiro – maior centro consumidor brasileiro de charque e de couros – ficaram ao lado do governo central.

Além das queixas gerais já apontadas, os estancieiros tinham razões próprias de descontentamento. Eles pretendiam acabar com a taxação de gado na fronteira com o Uruguai ou reduzi-la, estabelecendo a livre circulação dos rebanhos que possuíam nos dois países. Além disso, como já estavam organizados militarmente com seus pequenos exércitos particulares, baseados em uma chefia indiscutível, consideravam uma novidade perigosa a criação da Guarda Nacional, com cargos eletivos de oficiais.

Os farrapos contaram com o concurso de alguns oficiais do Exército, chegados recentemente ao Rio Grande do Sul, entre eles João Manuel de Lima e Silva, irmão de um dos primeiros regentes e tio de Caxias. Nas fileiras dos revoltosos, destacaram-se pelo menos duas dezenas de revolucionários italianos refugiados no Brasil, sendo o mais célebre deles Giuseppe Garibaldi. A figura mais importante do movimento foi Bento Gonçalves, filho de um rico estancieiro, com larga experiência militar nas guerras da região. Ele organizou lojas maçônicas na fronteira e usou o serviço postal dos maçons como alternativa para sua correspondência secreta. Estendeu, assim, à fronteira as sociedades maçônicas que proliferavam em todo o Rio Grande.

A luta foi longa e baseada na ação da cavalaria. Garibaldi e Davi Canabarro levaram a guerra para o norte da província, assumindo por uns tempos o controle de Santa Catarina. Na região gaúcha dominada pelos rebeldes, foi proclamada na cidade de Piratini, em 1838, a República de Piratini cuja presidência coube a Bento Gonçalves. A República não existiu apenas no

papel, mas teve uma existência real, incluindo o estímulo à criação de gado e à exportação de charque e de couros.

A posição do governo central foi entremeada de combate e concessões aos rebeldes. Os farrapos não eram gente esfarrapada, e a região onde lutavam tinha para o Império grande importância estratégica. Por exemplo, em princípios de 1840, o governo central cedeu a uma das principais exigências econômicas dos farrapos, decretando uma taxa de importação de 25% sobre a carne salgada vinda do Prata e que concorria com a nacional.

Um passo importante para pôr fim ao conflito ocorreu quando, em 1842, Caxias foi nomeado presidente e comandante de armas da província. Ele combinou habilmente uma política de ataque militar e medidas de apaziguamento.

Afinal, em 1845, após acordos em separado com vários chefes rebeldes, Caxias e Canabarro assinaram a paz. Não era uma rendição incondicional. Foi concedida anistia geral aos revoltosos, os oficiais farroupilhas integraram-se de acordo com suas patentes ao Exército brasileiro e o governo imperial assumiu as dívidas da República de Piratini.

Há controvérsia entre os historiadores sobre se os farrapos desejavam ou não separar-se do Brasil, formando um novo país com o Uruguai e as províncias do Prata. Seja como for, um ponto comum entre os rebeldes era o de fazer do Rio Grande do Sul pelo menos uma província autônoma, com rendas próprias, livre da centralização do poder imposta pelo Rio de Janeiro.

A revolução farroupilha forçou o Brasil a realizar uma política externa na região platina, bem diferente da tradicional. Durante anos, o Brasil seria forçado a não ter uma política agressiva no Prata e a buscar acordos com Buenos Aires, para ocupar-se de uma revolução no interior de suas fronteiras.

O fim da farroupilha reacendeu as pretensões brasileiras de manter forte influência no Uruguai e os temores de que um mesmo poder – a Argentina – controlasse as duas margens do rio da Prata. Estes temores cresciam na medida em que, naquele país, à frente de Buenos Aires e outras províncias, Juan Manuel de Rosas promovia uma tentativa de consolidação do poder.

Uma coalizão anti-rosista se formou entre o Brasil, a facção dos "colorados", tradicionais aliados do Brasil no Uruguai, e as províncias argentinas de Corrientes e Entre Ríos, rebeladas contra Rosas. A presença brasileira foi dominante, na guerra iniciada em 1851, quando o Imperador Pedro II já

assumira o trono. Cerca de 24 mil soldados brasileiros, recrutados principalmente no Rio Grande do Sul, participaram do conflito. Garantido o controle do Uruguai pelos "colorados", as tropas rosistas foram derrotadas em território argentino (Monte Caseros, fevereiro de 1852).

4.3. A POLÍTICA NO PERÍODO REGENCIAL

Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam-se definindo. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

O sistema político porém ainda não se estabilizara. Nas eleições para a regência única, realizadas em abril de 1835, o Padre Feijó derrotou seu principal competidor, Holanda Cavalcanti, proprietário rural de Pernambuco. O corpo eleitoral era extremamente reduzido, somando cerca de 6 mil eleitores. Feijó recebeu 2 826 votos, e Cavalcanti, 2 251. Pouco mais de dois anos depois, em setembro de 1837, Feijó renunciou. Ele sofrera pressões do Congresso, sendo acusado de não empregar suficiente energia na repressão aos farrapos, entre cujos chefes estava um de seus primos. Nas eleições que se seguiram, triunfou Pedro de Araújo Lima, futuro Marquês de Olinda, antigo presidente da Câmara e senhor de engenho em Pernambuco.

A vitória de Araújo Lima simbolizou o início do "regresso". A palavra indica a atuação da corrente conservadora desejosa de "regressar" à centralização política e ao reforço da autoridade. Uma das primeiras leis nesse sentido consistiu em uma "interpretação" do Ato Adicional (maio de 1840), que retirava das províncias várias de suas atribuições, especialmente no que dizia respeito à nomeação de funcionários públicos.

5

O SEGUNDO REINADO

1840-1889

Por um desses paradoxos comuns à política, e mais ainda à política brasileira, não foram os conservadores, mas os liberais, que apressaram a ascensão de Dom Pedro II ao trono. Superados pelas iniciativas "regressionistas", os liberais promoveram no Congresso a antecipação da maioridade do rei, por mais uma interpretação arranjada do Ato Adicional. Assim, ainda adolescente, Pedro II assumiu aos catorze anos o trono do Brasil, em julho de 1840.

5.1. O "REGRESSO"

As medidas de "regresso" prosseguiram após 1840. O Conselho de Estado foi restabelecido, e o Código de Processo Criminal, modificado em 1841. Todo o aparelho administrativo e judiciário voltou às mãos do governo central, com exceção dos juízes de paz. Mas eles perderam importância, em favor da polícia.

Em cada capital de província havia agora um chefe de polícia nomeado pelo ministro da Justiça. Foram criados cargos de delegado e subdelegado nas paróquias e municípios. Eles assumiram muitas funções antes atribuídas aos

juízes de paz, inclusive as de julgar pequenas causas criminais. Passava pois a polícia, em alguns casos, a ter atribuições não só de investigar como de processar pessoas e aplicar penas.

O processo de centralização política e de reforço da figura do imperador – objetivos principais do "regresso" – completou-se com a reforma da Guarda Nacional. O princípio eletivo, que na prática não funcionara, desapareceu por completo. Os oficiais passaram a ser escolhidos pelo governo central ou pelos presidentes de província, aumentando-se as exigências de renda para assumir os postos. A hierarquia ficava reforçada e se garantia o recrutamento dos oficiais em círculos mais restritos. A partir daí, em vez de concorrência entre a Guarda Nacional e o Exército, existiria um divisão de funções. Caberia à Guarda Nacional a manutenção da ordem e a defesa dos grupos dominantes, em nível local, ficando o Exército encarregado de arbitrar as disputas, garantir as fronteiras e manter a estabilidade geral do país.

5.2. A LUTA CONTRA O IMPÉRIO CENTRALIZADO

Embora os liberais se beneficiassem das medidas centralizadoras quando estavam no poder, nem tudo ocorreu tranqüilamente. Nos primeiros anos da década de 1840, o governo imperial carecia ainda de uma sólida base social de apoio. Escrevendo em 1843, Justiniano José da Rocha, o mais brilhante jornalista conservador, preocupava-se com esse problema. Segundo ele, o apoio não poderia vir da inquieta e desiludida massa da população, do campo ou das cidades, mas sim do grande comércio e da grande agricultura. Em suas palavras, "dê o governo a essas duas classes toda a consideração, vincule-as por todos os modos à ordem estabelecida, identifique-as com as instituições do país, e o futuro estará em máxima parte consolidado".

O jornalista conservador tinha em mente as revoltas liberais surgidas em maio e junho de 1842, em duas províncias pouco afetadas por rebeliões, São Paulo e Minas Gerais, com ramificações no Rio de Janeiro. Entre seus líderes estavam figuras importantes, como o Padre Feijó e Campos Vergueiro, de São Paulo, Limpo de Abreu e Teófilo Ottoni, de Minas. Os grandes proprietários rurais se dividiram entre os dois campos em luta. No Rio de Janeiro, o líder dos rebeldes era Joaquim de Sousa Breves, fazendeiro de café e o homem

17. *Retrato de D. Pedro II aos Dezenove Anos*, de Manuel Joaquim de Mello Corte.

mais rico da província. Breves opunha-se ao governo central porque este tentava combater a sonegação de impostos sobre o café e tomara medidas de combate ao tráfico de escravos.

Alguns anos mais tarde, em 1848, surgiu em Pernambuco a Revolução Praieira. A denominação deriva de um jornal liberal – *o Diário Novo* – cuja sede ficava na Rua da Praia, no Recife. É importante lembrar que 1848 não foi um ano qualquer, pois nele uma série de revoluções democráticas varreu a Europa. Em Olinda e Recife, respirava-se o que um autor anônimo, adversário das revoluções, chamara muitos anos antes de "maligno vapor pernambucano". O vapor se compunha agora também de crítica social e idéias socialistas.

Um exemplo de crítico social contundente é Antônio Pedro de Figueiredo, apelidado por seus adversários de Cousin Fusco, por ser mulato (fusco) e ter traduzido para o português uma *História da Filosofia* do escritor francês Victor Cousin. Nas páginas de sua revista *O Progresso*, publicada entre 1846 e 1848, Figueiredo apontou como grandes males sociais da província a estrutura agrária, com a concentração da terra nas mãos de uns poucos proprietários, e o monopólio do comércio pelos estrangeiros.

Idéias socialistas foram veiculadas por gente tão diversa como Louis Vauthier, contratado pelo presidente da província para embelezar o Recife, e o general Abreu e Lima, autor, anos mais tarde, de um pequeno livro intitulado *O Socialismo*. Não era o socialismo de Marx, pouco conhecido naquela altura, mesmo na Europa, mas o de autores franceses como Proudhon, Fourier e o inglês Owen.

Não imaginemos porém que a Praieira tenha sido uma revolução socialista. Precedida por manifestações contra os portugueses, com várias mortes, no Recife, ela teve como base, no campo, senhores de engenho ligados ao Partido Liberal. Sua razão de queixa era a perda do controle da província para os conservadores. Cerca de 2 500 homens atacaram o Recife, sendo porém derrotados. A luta sob a forma de guerrilhas prosseguiu até 1850, sem causar porém maiores problemas ao governo imperial.

O núcleo urbano dos praieiros, no qual se destacava a figura do velho republicano Borges da Fonseca, sustentou um programa favorável ao federalismo, à abolição do Poder Moderador, à expulsão dos portugueses e à nacionalização do comércio a varejo, controlado em grande parte por eles. Como novidade, aparece a defesa do sufrágio universal, ou seja, do direito de voto

para todos os brasileiros, admitidas algumas restrições, como idade mínima para votar e ser votado, mas sem a exigência de um mínimo de renda.

5.3. O ACORDO DAS ELITES E O "PARLAMENTARISMO"

A Praieira foi a última das rebeliões provinciais. Ao mesmo tempo, marcou o fim do ciclo revolucionário em Pernambuco, que vinha desde a guerra contra os holandeses, com a integração da província à ordem imperial.

Bem antes de eclodir a Praieira, as elites imperiais vinham procurando formalizar as regras do jogo político. O grande acordo, afinal alcançado, tinha como pontos básicos o reforço da figura do imperador, com a restauração do Poder Moderador e do Conselho de Estado, e um conjunto de normas escritas e não escritas. As últimas constituíam o que se chamava, de forma deliberadamente vaga, "o espirito do regime".

Começou a funcionar um sistema de governo assemelhado ao parlamentar, mas que não se confunde com o parlamentarismo no sentido próprio da expressão. Em primeiro lugar, lembremos o fato de que a Constituição de 1824 não tinha nada de parlamentarista. De acordo com seus dispositivos, o Poder Executivo era chefiado pelo imperador e exercido por ministros de Estado livremente nomeados por ele. Esse critério é diverso do parlamentarismo, pois nesse sistema o ministério – chamado de gabinete – depende essencialmente do Parlamento, de onde sai a maioria de seus membros.

Durante o Primeiro Reinado e a Regência não houve prática parlamentarista. Ela foi se desenhando e, mesmo assim, de forma peculiar e restrita, a partir de 1847. Naquele ano, um decreto criou o cargo de presidente do Conselho de Ministros, indicado pelo imperador. Essa personagem política passou a formar o ministério cujo conjunto constituía o Conselho de Ministros, ou gabinete, encarregado do Poder Executivo. O funcionamento do sistema presumia que, para manter-se no governo, o gabinete devia merecer a confiança, tanto da Câmara como do imperador. Houve casos em que a Câmara forçou a mudança de composição do Conselho de Ministros, mas o imperador detinha uma considerável soma de atribuições através do Poder Moderador e isso distingue o sistema político imperial do parlamentarismo. O imperador usava as prerrogativas do Poder Moderador, quando a Câmara não apoiava o gabi-

nete de sua preferência. Nesse caso, com base no Poder Moderador, dissolvia a Câmara, após ouvir o Conselho de Estado, e convocava novas eleições. Como nas eleições o peso do governo era muito grande, o imperador conseguia eleger uma Câmara que se harmonizava com o gabinete por ele preferido.

Como resultado desse mecanismo, houve, em um governo de cinqüenta anos, a sucessão de 36 gabinetes, com a média de um ano e três meses de duração cada um. Aparentemente, havia uma grande instabilidade, mas, de fato, não era bem isso o que ocorria. Na verdade, tratava-se de um sistema flexível que permitia o rodízio dos dois principais partidos no governo, sem maiores traumas. Para quem estivesse na oposição, havia sempre a esperança de ser chamado a governar. Assim, o recurso às armas se tornou desnecessário.

5.4. OS PARTIDOS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Os dois grandes partidos imperiais – o Conservador e o Liberal – completaram sua formação em fins da década de 1830, como agremiações políticas opostas. Mas havia mesmo diferenças ideológicas ou sociais entre eles? Não passariam no fundo de grupos quase idênticos, separados apenas por rivalidades pessoais?

Muitos contemporâneos afirmavam isso. Ficou célebre uma frase atribuída ao político pernambucano Holanda Cavalcanti: "Nada se assemelha mais a um 'saquarema' do que um 'luzia' no poder". "Saquarema", nos primeiros anos do Segundo Império, era o apelido dos conservadores. Derivava do município fluminense de Saquarema, onde os principais chefes do partido possuíam terras e se notabilizaram pelos desmandos eleitorais. "Luzia" era o apelido dos liberais, em uma alusão à Vila de Santa Luzia, em Minas Gerais, onde ocorreu a maior derrota destes, no curso da Revolução de 1842. A idéia de indiferenciação dos partidos parecia também confirmar-se pelo fato de ser freqüente a passagem de políticos de um campo para o outro.

Na historiografia, existem opiniões diversas sobre o tema, variando de acordo com as concepções gerais dos autores sobre o período e mesmo sobre a formação social brasileira. Por exemplo, Caio Prado Júnior admite a existência de certo conflito entre o que chama de burguesia reacionária, representada pelos donos de terras e senhores de escravos, e a burguesia progressista,

representada pelos comerciantes e financistas. Mas, segundo ele, a divergência não se manifestava através da política partidária. As duas correntes se misturavam nos dois partidos, embora houvesse certa preferência dos retrógrados pelo Partido Conservador.

Por sua vez, Raimundo Faoro vê no Partido Conservador a representação da burocracia, enquanto o Partido Liberal representaria os interesses agrários, opostos ao reforço do poder central promovido pelos burocratas.

Ao considerar a questão, devemos ter em conta que a política desse período, e não só dele, em boa medida não se fazia para se alcançarem grandes objetivos ideológicos. Chegar ao poder significava obter prestígio e benefícios para si próprio e sua gente. Nas eleições, não se esperava que o candidato cumprisse bandeiras programáticas, mas as promessas feitas a seus partidários. Conservadores e liberais utilizavam-se dos mesmos recursos para lograr vitórias eleitorais, concedendo favores aos amigos e empregando a violência com relação aos indecisos e aos adversários. Aliás, havia uma dose considerada aceitável no uso desses recursos, e certas eleições ficaram famosas por superarem essa dose. É o caso da "eleição do cacete", que, em 1840, garantiu a permanência dos liberais no governo. A divisão entre liberais e conservadores tem, assim, muito de uma disputa entre clientelas opostas, em busca das vantagens ou das migalhas do poder.

Ao mesmo tempo, a política não se reduzia apenas ao interesse pessoal, devendo a elite política do Império lidar, em um plano mais amplo, com os grandes temas da organização do Estado, das liberdades públicas, da representação, da escravatura. As linhas divisórias dessas questões corresponderiam às divisões partidárias e, se isso ocorreu, que significariam essas divisões?

Vamos deixar para mais adiante o problema da escravatura, por ser merecedor de um tratamento à parte, lidando aqui com as outras questões. O tema da centralização ou da descentralização do poder que diz respeito à organização do Estado dividiu, como vimos, conservadores e liberais. Ressalvemos porém que, na prática, essa divisão só foi relevante na década de 1830, quando as duas tendências ainda não chegavam a ser partidos. As medidas do "regresso" e a maioridade de Dom Pedro II, promovida, aliás, pelos próprios liberais, assinalaram a vitória do modelo centralizador. Daí para a frente, os dois partidos aderiram a ele, embora os liberais insistissem, da boca para fora, em defender a descentralização.

A defesa das liberdades e de uma representação política mais ampla dos cidadãos foram bandeiras levantadas pelo Partido Liberal, mas foi só a partir da década de 1860 que estes temas ganharam força em seu ideário, juntamente com a retomada das propostas de descentralização. O chamado "novo" Partido Liberal, organizado em 1870 com a adesão de conservadores como Nabuco de Araújo e Zacarias de Góis, defendia em seu programa a eleição direta nas cidades maiores; o Senado temporário; a redução das atribuições do Conselho de Estado; a garantia das liberdades de consciência, de educação, de comércio e de indústria; e a abolição gradual da escravatura. Algumas figuras do liberalismo, como o senador Silveira da Motta, chegaram mesmo a introduzir um tema hoje atual, ao dizer que as reformas deviam originar-se da opinião pública – da sociedade civil na linguagem de nossos dias – e não do governo, como sempre acontecera no país.

Se havia uma certa diferenciação ideológica entre os dois partidos, cabe perguntar a que se devia. Ao analisar a composição dos ministérios imperiais, José Murilo de Carvalho chega a algumas conclusões significativas. A seu ver, nas décadas de 1840 e 1850, sobretudo, o Partido Conservador representava uma coalizão de proprietários rurais e burocratas do governo a que se juntou um setor de grandes comerciantes preocupados com as agitações urbanas. O Partido Liberal reunia, principalmente, proprietários rurais e profissionais liberais.

Uma distinção importante dizia respeito às bases regionais dos dois partidos. Enquanto os conservadores extraíam sua maior força da Bahia e Pernambuco, os liberais eram mais fortes em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A união entre burocratas, com destaque para os magistrados, e os grandes proprietários rurais fluminenses representou o coração da política centralizadora sustentada pelos conservadores.

A concepção de um Império estável e unificado, originária da burocracia governamental, foi assumida pelos donos de terra fluminenses, estritamente vinculados à Corte pela geografia e por seus negócios. O setor de proprietários rurais da Bahia e Pernambuco, pertencente ao Partido Conservador, tinha vivido e ainda estava vivendo a experiência das lutas pela autonomia regional com conteúdo popular. Esta seria sua razão básica para apoiar a idéia de um governo central, dotado de grande autoridade.

Por sua vez, em uma primeira fase, as propostas liberais de descentralização partiam de áreas como São Paulo e Rio Grande do Sul, onde havia uma tradição de autonomia na classe dominante. O liberalismo, no caso de Minas, provinha tanto de proprietários rurais como da população urbana das velhas cidades geradas pela mineração.

Por outro lado, a introdução de propostas como a ampliação da representação política e a ênfase no papel da opinião pública teria resultado da presença de profissionais liberais urbanos no Partido Liberal. Essa presença só se tornou significativa a partir da década de 1860, com o desenvolvimento das cidades e o aumento do número de pessoas com educação superior.

Lembremos por último que, por volta de 1870, principalmente em São Paulo, as transformações socioeconômicas haviam gerado uma classe baseada na produção cafeeira, e essa classe assumiu com toda a conseqüência um dos aspectos principais da descentralização: a defesa da autonomia provincial.

Ao mesmo tempo, entre grupos de base social diversa, como essa burguesia cafeeira e a classe média urbana, surgia uma convicção nova. Ela consistia na descrença de que reformas descentralizadoras ou de ampliação da representação política pudessem ocorrer nos quadros da monarquia.

Nascia assim o movimento republicano.

5.5. A PRESERVAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL

Estamos agora em melhores condições para discutir uma questão a que já aludimos páginas atrás. Por que o Brasil não se fragmentou e manteve a unidade territorial que vinha dos tempos da Colônia? As rebeliões provinciais e as incertezas sobre a forma de organizar o poder central indicam que a unidade do país não estava garantida, ao ser proclamada a Independência. A unidade foi produto da resolução de conflitos pela força e pela habilidade, e do esforço dos governantes no sentido de construir um Estado centralizado. Mas não há dúvida de que nesse processo a hipótese de separação das províncias foi sempre menos provável do que a permanência da unidade. Para explicar isso, os historiadores têm buscado várias respostas. Vamos nos referir a duas, relativamente recentes, contrastantes entre si.

Em seu livro *A Construção da Ordem*, José Murilo de Carvalho propõe uma explicação que dá peso maior à natureza da elite política imperial, que teria tido melhores condições de enfrentar com êxito a tarefa de construir o Estado nacional, por ser bastante homogênea. Essa homogeneidade resultaria, principalmente, da educação e da profissão comuns. A maioria dos membros da elite era formada por gente que tinha educação de nível superior. Esse fato constituía, na opinião de José Murilo, um elemento poderoso de unificação ideológica por três razões. Em primeiro lugar, como muito poucas pessoas tinham instrução, a elite era uma ilha de letrados em um mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava nos estudos jurídicos e fornecia assim um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque as faculdades de direito se resumiam, até a Independência, aos cursos da Universidade de Coimbra e, depois, às Faculdades de São Paulo e Olinda/Recife. A concentração geográfica e a identidade de formação intelectual promoviam contatos pessoais entre estudantes de várias capitanias e províncias. Incutia neles uma ideologia comum, dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos, tanto de Portugal como do Brasil.

Ainda segundo José Murilo de Carvalho, deve-se acrescentar a isso o fato de que uma parte significativa da elite política era constituída de magistrados. Desse modo, a profissão contribuiu para aumentar os índices de homogeneidade da elite política, em termos de visão do mundo, interesses e objetivos a serem alcançados. A elite que assumiu o poder e foi, ao mesmo tempo, se construindo no Brasil pós-independência possuía características básicas de unidade ideológica e de treinamento que não estavam presentes nas elites de outros países. Apesar de não ser nada representativa do conjunto da população, teve condições de realizar uma política de construção de um Estado centralizado e conservador, que acabou por assegurar a unidade do país.

Por outro lado, Luís Filipe de Alencastro parte de premissas bem diversas para explicar a não-fragmentação da antiga colônia portuguesa. Sua argumentação se desenvolve a partir de duas constatações básicas: o papel fundamental do sistema escravista e o quadro de relações internacionais, vigente na primeira metade do século XIX. Sob o último aspecto, Alencastro acentua o inter-relacionamento conflituoso entre o Império brasileiro, interes-

sado na manutenção do tráfico de escravos e do escravismo, e as pressões inglesas com o objetivo de, pelo menos, pôr fim ao tráfico. Nesse jogo de interesses, a Inglaterrra era, sem dúvida, a potência dominante, mas o Brasil dispunha de um trunfo significativo, por ser a única monarquia implantada na América do Sul. Na perspectiva de Londres, o Império era encarado como uma garantia de ordem e um freio à propagação de idéias republicanas no continente.

O Brasil conseguiu adiar, por vários anos, medidas efetivas no sentido de acabar com o tráfico de escravos, após ver sua independência reconhecida pela Inglaterra. Mas é certo que a Inglaterra continuou pressionando o governo imperial brasileiro.

Alencastro parte desse contexto e lembra que as principais províncias brasileiras assentavam sua prosperidade no sistema escravista, para se perguntar: como iriam suas elites aventurar-se a uma separação do Império, com o risco de enfrentar sozinhas a poderosa Inglaterra? Quem melhor do que um Império unitário e centralizado para contemporizar na questão do fim do tráfico e encaminhar o problema sem grandes abalos?

Para reforçar sua tese, Alencastro lembra que as duas rebeliões regionais mais violentas no período da Regência estouraram no sertão do Maranhão – a Balaiada – e no Rio Grande do Sul – a Farroupilha. As duas regiões tinham na criação de gado sua atividade fundamental e o trabalho escravo, assim como o tráfico, não desempenhava nelas um papel determinante.

As diferenças entre as abordagens de José Murilo de Carvalho e de Luís Filipe de Alencastro acerca da unidade do Império são indicativas de que esta não é uma questão simples. Sem aderir a esta ou aquela explicação, sugiro que, ao contrário do que parece à primeira vista, uma não exclui a outra. O próprio Alencastro nos dá uma pista nesse sentido quando, ao dar conta do quadro complexo de relações entre o Brasil e a Inglaterra, diz que a aptidão histórica da burocracia luso-brasileira ganha sentido no âmbito desse quadro. Podemos considerar assim que, se o escravismo limitou as possibilidades do separatismo, uma elite homogênea soube tirar partido disso, garantindo a integridade territorial do Império.

5.6. A ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA E A ESCRAVIDÃO

Até aqui, concentramos nossa atenção nas questões da organização do Estado e da política imperial, nos anos de 1822-1850. Vamos agora examinar as mudanças na estrutura socioeconômica e o problema do tráfico de escravos.

5.6.1. A ECONOMIA CAFEEIRA

A grande novidade na economia brasileira das primeiras décadas do século XIX foi o surgimento da produção do café para exportação. A introdução do cafeeiro no Brasil deveu-se a Francisco de Melo Palheta, que em 1727 trouxe para o Pará as primeiras sementes da planta. Utilizado no consumo doméstico, o café chegou ao Rio de Janeiro por volta de 1760, misturando-se aos pequenos cultivos de pomares e hortas dos arredores da capital da Colônia.

Foi porém no extenso Vale do Rio Paraíba, atravessando uma parte do Rio e de São Paulo, que se reuniram as condições para sua primeira grande expansão em níveis comerciais. A área era conhecida e cortada por alguns caminhos e trilhas que, desde os tempos de apogeu da mineração, se dirigiam a Minas Gerais; aí existiam terra virgem disponível e clima favorável. Além disso, a proximidade do porto do Rio de Janeiro, apesar de o transporte ser precário, facilitava o escoamento do produto e os contatos para a obtenção de crédito, a compra de mercadorias etc.

A implantação das fazendas se deu pela forma tradicional da *plantation*, com o emprego de força de trabalho escrava. Não era impossível produzir café exportável em pequenas unidades, como o exemplo da Colômbia iria demonstrar. Entretanto, nas condições brasileiras de acesso à terra e de organização e suprimento de mão-de-obra, a grande propriedade se impôs.

Apesar da inexistência de estudos globais sobre a origem social dos fazendeiros do Vale do Paraíba, alguns trabalhos indicam que os primeiros proprietários de fazendas de café não tinham ascendentes muito privilegiados. Em seu estudo sobre Vassouras, o historiador Stanley Stein observa que muitas das famílias dominantes no município provinham de antepassados comerciantes, pequenos proprietários e, em alguns casos, militares de patente alta.

De qualquer forma, famílias importantes, como os Werneck e os Ribeiro de Avelar, já no início do século XIX estavam estrategicamente situadas, pois eram proprietárias de extensas sesmarias.

A história da ocupação das terras seguiu um padrão que vinha do passado e iria se repetir ao longo da história do Brasil. Havia uma total indefinição dos limites das propriedades e muitas terras não eram exploradas. Os títulos de propriedade, quando existentes, podiam ser contestados porque, entre outras coisas, uns se sobrepunham a outros.

Em um quadro desse tipo, prevaleceu a lei do mais forte. O mais forte era quem reunia condições para manter-se na terra, desalojar posseiros destituídos de recursos, contratar bons advogados, influenciar juízes e legalizar assim a posse de terras.

Os contemporâneos tinham consciência desse estado de coisas. O presidente da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, em seu relatório de 1840, afirmava claramente que assumir a posse de uma área e conservá-la dependia da força. Um proprietário ou posseiro que não dispusesse desse recurso se via obrigado a ceder a terra ou vendê-la a quem pudesse se manter nela pelas armas.

Para implantar uma fazenda de café, o fazendeiro tinha de fazer investimentos significativos, que incluíam a derrubada da mata, o preparo da terra, o plantio, as instalações e a compra de escravos. Além disso, se o cafeeiro é uma planta perene – ou seja, o plantio não deve ser renovado a curto prazo – as primeiras colheitas só ocorrem após quatro anos. Ao que tudo indica, no começo, os recursos para se implantar uma fazenda se originaram, principalmente, da poupança obtida com a grande expansão do comércio, após a vinda de Dom João VI para o Brasil. Com o tempo, os lucros da própria cafeicultura e, a partir de 1850, os capitais liberados pela extinção do tráfico de escravos tornaram-se fontes de investimento.

Durante quase todo o período monárquico, o cultivo do café foi feito com o emprego de técnicas bastante simples. Algumas dessas técnicas de uso do solo, ou, em certos aspectos, de depredação do solo, existem até hoje. A produção era extensiva, isto é, não havia interesse ou preocupação com a produtividade da terra. Esgotado o solo, pela ausência de adubos e outros cuidados, estendia-se o cultivo a novas áreas, ficando a antiga em abandono, ou destinada a roças de alimentos.

Os instrumentos de trabalho básicos, e quase exclusivos, da grande lavoura cafeeira foram a enxada e a foice. Os escravos sabiam usar muito bem essas ferramentas tradicionais do trabalhador da terra no Brasil, e as condições topográficas do Vale do Paraíba favoreceram seu uso. O emprego do arado só iria estender-se, por volta de 1870, nas zonas novas de São Paulo.

Deixando de lado casos excepcionais, as tarefas se desenvolviam do seguinte modo. Derrubada a mata, utilizava-se parte da madeira e tocava-se fogo no resto. O plantio era feito com o uso de mudas e, no começo, os fazendeiros não faziam nem mesmo o alinhamento delas. Seguindo o costume existente nas Antilhas, intercalavam-se culturas alimentícias de feijão, milho, mandioca, no intervalo de terra entre os pés de café novos. Isso tinha a vantagem de proporcionar sombra necessária às mudas em crescimento e de fornecer comida aos proprietários, seus dependentes e escravos.

O trato dos cafezais consistia essencialmente apenas em carpir a terra à sua volta para extirpá-la de ervas daninhas. Quando o arbusto começava a produzir, os escravos faziam manualmente a colheita anual. Calcula-se que, em média, nas lavouras fluminenses um escravo tratava de 4 mil até 7 mil pés de café, uma proporção indicativa de poucos cuidados.

Em seguida à colheita, os grãos de café eram expostos ao sol para a secagem em terreiros, a princípio de terra e depois de pedra ou tijolo. Essa operação levava de trinta a noventa dias. Passava-se então ao beneficiamento, um processo destinado a despojar os grãos de seus revestimentos. O procedimento mais comum, na cultura em grande escala dessa época, consistia no uso do monjolo, uma engenhoca primitiva formada por vários pilões socadores, movidos pela água, pela força animal ou por ambas. Desse modo, os fazendeiros transferiram para o beneficiamento do café a técnica de baterias de pilões existente na zona de mineração e nas plantações de algodão das províncias do Norte.

Se as técnicas de produção e beneficiamento eram pré-industriais, também o transporte, após o café ser ensacado, com destino à exportação, se caracterizava pela precariedade. Antes da construção das ferrovias, o transporte era feito por tropas de burros, a cargo de um guia chamado de arreador e de tropeiros escravos. Essas tropas percorriam várias vezes por ano os caminhos que iam do Vale do Paraíba ao Rio de Janeiro. Na ida, carregavam a produção da fazenda e na volta traziam ferramentas e mantimentos, como bacalhau,

carne-seca e toucinho. Com o tempo, móveis e peças de luxo, como cristais e porcelanas importados, foram sendo comprados pelos fazendeiros.

Uma personagem importante na comercialização do café era o comissário. Estabelecido nos portos, a princípio no Rio de Janeiro e depois também em Santos, o comissário atuava como intermediário, entre produtores e exportadores. Ele recebia a mercadoria para vender aos exportadores, no momento considerado oportuno. Por conta da mercadoria que lhe era entregue, ou ia ser entregue, fornecia os bens de consumo e os instrumentos encomendados pelo fazendeiro, ganhando comissões sobre o negócio. Estabelecia-se assim uma relação de confiança entre fazendeiro e comissário. Este abria uma conta corrente onde lançava os créditos e débitos do fazendeiro. Em certos casos, essa relação chegou ao ponto de os comissários guiarem seus clientes nas visitas à capital, ou orientarem seus filhos que vinham ali estudar. Produtores e comissários eram, em regra, brasileiros, mas a exportação do café esteve desde os primeiros tempos em mãos de grandes organizações americanas e inglesas.

Embora o hábito de consumir café se generalizasse no Brasil, o mercado interno era insuficiente para absorver uma produção em larga escala. O destino dos negócios cafeeiros dependia, e ainda hoje depende, do mercado externo. O avanço da produção caminhou lado a lado com a ampliação do hábito de consumir café entre a classe média cada vez mais numerosa nos Estados Unidos e nos países da Europa. Os Estados Unidos tornaram-se o principal país consumidor do café brasileiro, exportado também para a Alemanha, os Países Baixos e a Escandinávia.

A Inglaterra, onde o costume de se tomar chá estava arraigado, nunca foi uma grande consumidora. O pouco que consumia vinha de suas colônias do Caribe, da América Central e do sul da Ásia. O café dessa proveniência entrava no mercado inglês pagando impostos reduzidos, tornando ainda mais inviável o ingresso do café brasileiro. Essa seria uma característica importante das relações internacionais do Brasil, no plano econômico e financeiro, durante o século XIX e parte do século XX. O país dependia essencialmente da Inglaterra para conseguir créditos e empréstimos. Sua dívida externa era, pois, sobretudo para com os banqueiros ingleses. Mas não obtinha das transações comerciais com a Inglaterra receitas suficientes para pagar as importações dela provenientes e atender aos compromissos da dívida.

O avanço da produção cafeeira pode ser medido pelos dados da Tabela 3, que abrange o período de 1821 a 1900. Por ela se vê como um artigo de sobremesa se tornou o principal produto de exportação do Brasil.

Do ponto de vista socioeconômico, o complexo cafeeiro abrangia um leque de atividades que deslocou definitivamente o pólo dinâmico do país para o Centro-Sul. Em função do café, aparelharam-se portos, criaram-se empregos e novos mecanismos de crédito, revolucionaram-se os transportes. Isso não ocorreu da noite para o dia. Houve um processo relativamente longo de decadência do Nordeste e de fortalecimento do Centro-Sul, que se tornou irreversível por volta de 1870.

Os grandes fazendeiros do Vale do Paraíba receberam benefícios do poder central e sua vaidade foi afagada com a concessão de títulos de nobreza. A aventura de Joaquim de Sousa Breves, colocando-se à frente dos rebeldes liberais em 1842, tornou-se coisa do passado. Em meados do século XIX, as esperanças de Justiniano José da Rocha haviam se concretizado. O Império tinha agora uma base de apoio nos grandes comerciantes e proprietários rurais, entre os quais se incluíam com destaque os barões do café fluminenses.

A afirmação não deve ser entendida no sentido de que esses setores sociais tenham se apropriado do Estado. Entre o Estado e os grupos dominantes na sociedade existiam diferenças. Um indício disso se encontra no fato de que os presidentes de província eram, em regra, escolhidos fora dos quadros da elite provincial. Esse procedimento evitava a identificação pura e simples do nomeado com os interesses regionais. Desse modo, o governo central conservava maior independência para realizar sua política, em cada província.

O imperador e a burocracia imperial atendiam à essência dos interesses dominantes, ao promover a ordem em geral, ao dar tratamento gradativo ao problema da escravidão etc. Mas assim agiam contrariando, às vezes, os pontos de vista de sua base de apoio. A Lei do Ventre Livre, proposta pelo imperador apesar da oposição quase generalizada dos fazendeiros, é um exemplo disso. O núcleo de uma visão estatista do Brasil se concentrava nos membros vitalícios do Conselho de Estado. Uma bela imagem de José Murilo de Carvalho resume essa visão: para os conselheiros do Império, o Brasil era como um sistema heliocêntrico, dominado pelo sol do Estado, em torno do qual giravam os grandes planetas do que chamavam "as classes conservadoras" e, muito longe, a miríade de estrelas da grande massa do povo.

Tabela 3. Brasil – Exportação de Mercadorias
(% do valor dos oito produtos principais sobre o valor total da exportação)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821-1830	85,8	18,4	30,1	0,5	–	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-1860	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-1870	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891-1900	95,6	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: Comércio Exterior do Brasil, nº 1, C. E. e nº 12-A, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, em Hélio Schlittler Silva, "Tendências e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX", *Revista de História da Economia Brasileira*, ano 1, jun. 1953, p. 8.

5.6.2. O TRÁFICO DE ESCRAVOS E SUA EXTINÇÃO

"O Brasil é o café e o café é o negro." Essa frase, comum nos círculos dominantes da primeira metade do século XIX, só em parte é verdadeira. O Brasil não era só café, como não fora só açúcar. Além disso, a produção cafeeira iria prosseguir no futuro, sem o concurso do trabalho escravo. Mas não há dúvida de que nesse período boa parte da expansão do tráfico de escravos se deveu às necessidades da lavoura do café.

Após a Independência o governo brasileiro encontrava-se em uma situação complicada. Afora vozes isoladas, não apenas os grandes proprietários e traficantes, como toda a população livre, estavam convencidos de que o fim do tráfico de escravos, a curto prazo, provocaria um colapso na sociedade brasileira. Entretanto, a Inglaterra – de quem o país dependia – pressionava cada vez mais em sentido contrário. As desavenças e acordos entre Brasil e Inglaterra, nessa questão, mostram como, apesar da dependência brasileira, nem tudo podia ser resolvido conforme os objetivos ingleses, de uma hora para outra.

Vejamos em resumo como as coisas se passaram. No decênio da Independência, o tráfico aumentou com relação ao período anterior. Segundo as estatísticas oficiais, a média anual de ingresso de escravos no Brasil foi de 32 770 cativos, no período 1811-1820, e de 43 140, no período 1821-1830. A concentração da entrada de escravos pelos portos ao sul da Bahia, com amplo destaque para o Rio de Janeiro, cresceu enormemente. Esses portos receberam 53% do total de escravos importados entre 1811 e 1820 e 69% do total entre 1821 e 1830. A maioria dos cativos foi enviada para as lavouras cafeeiras do Vale do Paraíba ou ficou no Rio de Janeiro. Foi, aliás, a importação e não o deslocamento de escravos da região de Minas Gerais, como se pensava há alguns anos, a principal fonte de suprimento de cativos nessa fase da economia cafeeira.

Em 1826, a Inglaterra arrancou do Brasil um tratado pelo qual, três anos após sua ratificação, seria declarado ilegal o tráfico de escravos para o Brasil, de qualquer proveniência. A Inglaterra se reservou ainda o direito de inspecionar, em alto-mar, navios suspeitos de comércio ilegal. O acordo entrou em vigor em março de 1827, devendo pois ter eficácia a partir de março de 1830.

18. *Batuque*. Negros em festa, na visão do naturalista Martius, litogravura, Nach Skizzen von Dr. V. Martins.

19. *Viagem pelo Sertão*, litogravura, Nach Skizzen von Dr. V. Martins.

Uma lei de 7 de novembro de 1831 tentou pôr em andamento o tratado ao prever a aplicação de severas penas aos traficantes e declarar livres todos os cativos que entrassem no Brasil, após aquela data. A lei foi aprovada em um momento de temporária queda no fluxo de escravos. Logo depois, o fluxo voltou a crescer e os dispositivos da lei não foram praticamente aplicados.

Os traficantes ainda não eram malvistos nas camadas dominantes e se beneficiaram também das reformas descentralizadoras, realizadas pela Regência. Os júris locais, controlados pelos grandes proprietários, absolviam os poucos acusados que iam a julgamento. A lei de 1831 foi considerada uma lei "para inglês ver". Daí em diante, essa expressão, hoje fora de moda, se tornou comum para indicar alguma atitude que só tem aparência e não é para valer.

São várias as razões pelas quais os grupos dominantes se apegavam ao trabalho escravo. Destaquemos, entre elas, o fato de que não havia ainda uma alternativa viável ao trabalhador cativo na grande propriedade e a inexistência de rebeliões generalizadas de escravos.

Uma exceção parcial, sob este último aspecto, foram o Recôncavo e a cidade de Salvador. Desde o início do século XIX, a rebeldia de escravos instalou-se na região. A revolta mais significativa ocorreu em 1835, quando centenas de negros africanos, escravos e libertos, adeptos da religião muçulmana, se levantaram em Salvador. Os negros muçulmanos eram conhecidos como malês e vem daí o nome dado à rebelião. O levante dos malês foi reprimido com violência, ocasionando a morte de cerca de setenta participantes. Mais de quinhentos africanos foram vítimas de repressão, que incluiu a pena de morte em alguns casos, prisão, açoites e deportação.

A situação da Bahia era excepcional e mesmo aí não ocorreram mais rebeliões depois de 1835. No Rio de Janeiro, onde existia uma massa escrava superior a 40% da população, nada ocorreu de semelhante. A repressão, as esperanças de obter a liberdade, as divisões entre escravos em melhor e pior situação, entre libertos e escravos, entre crioulos e africanos foram os vários fatores que concorreram para isso.

A Inglaterra não cruzou os braços diante da inércia do governo brasileiro. Muitos navios que transportavam escravos foram apreendidos. Em 1846, deveria terminar o acordo pelo qual se concedia à Inglaterra o direito de visita, e o Brasil não se dispunha a prorrogá-lo. Diante disso, o Parlamento inglês aprovou um ato que no Brasil ficou conhecido como "Bill Aberdeen", em uma

referência a Lorde Aberdeen, então ministro das Relações Exteriores do governo britânico. O ato autorizou a marinha inglesa a tratar os navios negreiros como navios de piratas, com direito à sua apreensão e julgamento dos envolvidos pelos tribunais ingleses. No Brasil, o Bill Aberdeen foi alvo de ataques com um recheio nacionalista. Mesmo na Inglaterra, muitas vozes se levantaram contra o papel que o país se atribuía de "guardião moral do mundo".

Em setembro de 1848, subiu ao poder no Brasil um gabinete conservador, presidido a partir de outubro de 1849 pelo Marquês de Porto Alegre. O gabinete representava uma aliança de burocratas, magistrados e grandes proprietários, em especial os fazendeiros de café fluminenses. Para ministro da Justiça foi indicado Eusébio de Queiros. Filho de um juiz luso-angolano, Eusébio de Queiros nascera em Angola e se casara com uma moça proveniente de uma família ligada aos negócios urbanos do Rio de Janeiro. Partiu do Ministério da Justiça um projeto de lei, submetido ao Parlamento, para que fossem tomadas medidas mais eficazes contra o tráfico, reforçando-se a lei de 1831. Entre outros pontos, o Brasil reconheceria que o tráfico equivalia à pirataria e tribunais especiais julgariam os infratores. O projeto se converteu em lei em setembro de 1850. Dessa vez, a lei "pegou". A entrada de escravos no país caiu de cerca de 54 mil cativos, em 1849, para menos de 23 mil, em 1850, e em torno de 3 300, em 1851, desaparecendo praticamente a partir daí.

Que teria acontecido entre 1831 e 1850? Por que a segunda lei pegou e a primeira não?

A resposta a essas perguntas liga-se às condições existentes no fim dos anos 1840, destacando-se o incremento da pressão da Inglaterra. Com base no Bill Aberdeen, a marinha inglesa não se limitou a apreender em alto-mar navios suspeitos de contrabandear escravos. Navios britânicos penetraram em águas territoriais brasileiras, ameaçando mesmo bloquear os principais portos. A escalada britânica provocou incidentes ao longo da costa; o mais sério consistiu na troca de tiros entre um navio da esquadra inglesa e o Forte de Paranaguá, no Paraná. As possibilidades de resistência do governo imperial diante dessa grande pressão eram muito reduzidas, tanto mais que o Brasil se via ameaçado ao sul por uma invasão argentina e necessitava de proteção inglesa.

A pressão externa foi, assim, um dado essencial na extinção do tráfico. Não devemos esquecer, porém, outros fatores. Depois de anos de intensa

importação de escravos, o mercado brasileiro se encontrava abastecido, no final dos anos 1840. Fazendeiros fluminenses tinham hipotecado suas propriedades para grandes traficantes, com o objetivo de obter recursos destinados à compra de escravos. Os traficantes, entre os quais se encontravam muitos portugueses, passavam a ser vistos com ressentimento. Como conseqüência, a frente interna antibritânica se enfraquecia. Além disso, o reforço do governo central, alcançado por iniciativa dos conservadores, facilitou a ação repressiva. Homens como João Maurício Wanderley, futuro Barão de Cotejipe, e Nabuco de Araújo destacaram-se na luta contra o tráfico, que durou uns cinco anos. Na qualidade de chefe de polícia da Bahia em 1850, Wanderley – apesar de ser senhor de engenho – enfrentou quase sozinho os traficantes, os membros do Poder Judiciário baiano e a maioria da população. Nabuco de Araújo, ministro da Justiça de 1853 a 1857, chegou a forçar a substituição do presidente da província de Pernambuco por outro mais decidido, quando ocorreu em Serinhaém uma das últimas tentativas de desembarque de escravos.

Após a tomada de medidas efetivas de combate ao tráfico, a escravidão estava destinada a acabar. Os proprietários de escravos no Brasil nunca se preocuparam com sua reprodução, ficando na dependência do fluxo das importações. Estancadas as importações, o número de cativos tendia a tornar-se insuficiente. Além disso, o fim do tráfico constituía um divisor de águas, do ponto de vista político e ideológico. Se o Brasil tornava ilegal a importação de escravos, a manutenção do escravismo no país perdia legitimidade. A partir daí, várias perguntas surgiam: em que prazo e de que forma acabaria a escravidão no Brasil? quem substituiria a mão-de-obra escrava?

Uma parte da resposta se encontra na Lei de Terras, aprovada em 1850, duas semanas após a extinção do tráfico. A lei tentou pôr ordem na confusão existente em matéria de propriedade rural, determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias, estabeleceu normas para legalizar a posse de terras e procurou forçar o registro das propriedades.

A Lei de Terras foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes. Ela estabelecia, por exemplo, que as terras públicas deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado para afastar posseiros e imigrantes pobres. Estrangeiros que tivessem passagens financiadas para vir ao Brasil ficavam proibidos de adqui-

rir terras, antes de três anos após a chegada. Em resumo, os grandes fazendeiros queriam atrair imigrantes para começar a substituir a mão-de-obra escrava, tratando de evitar que logo eles se convertessem em proprietários. Mas a grande imigração estava ainda distante. A opção largamente utilizada pelos fazendeiros do Centro-Sul foi a de abastecer-se de escravos no mercado interno, comprando-os nas regiões em decadência.

5.6.3. Em Busca da Modernização Capitalista

1850 não assinalou no Brasil apenas a metade do século. Foi o ano de várias medidas que tentavam mudar a fisionomia do país, encaminhando-o para o que então se considerava modernidade. Extinguiu-se o tráfico de escravos, promulgou-se a Lei de Terras, centralizou-se a Guarda Nacional e foi aprovado o primeiro Código Comercial. Este trazia inovações e ao mesmo tempo integrava os textos dispersos que vinham do período colonial. Entre outros pontos, definiu os tipos de companhias que poderiam ser organizadas no país e regulou suas operações. Assim como ocorreu com a Lei de Terras, tinha como ponto de referência a extinção do tráfico.

A liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos deu origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor etc. Graças a um aumento nas tarifas dos produtos importados, decretado em meados da década anterior (1844), as rendas governamentais cresceram. Em 1852-1853, elas representavam o dobro do que tinham sido em 1842-1843.

No plano político, liberais e conservadores chegaram provisoriamente a um acordo nacional, expresso sobretudo no Ministério de Conciliação (1853-1856), presidido pelo Marquês de Paraná. De algum modo, o acordo perdurou nos ministérios seguintes, até 1861.

Esboçavam-se assim, nas áreas mais dinâmicas do país, mudanças no sentido de uma modernização capitalista; ou seja, nasciam as primeiras tentativas para se criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis. Uma das figuras que mais se projetaram nessa época foi Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá.

Mauá começou a trabalhar como mensageiro de uma empresa importadora inglesa, no Rio de Janeiro. Muito jovem, tornou-se sócio da firma. A partir daí, montou uma fundição de ferro, aplicou seus capitais na construção de ferrovias, navios e no serviço de gás da capital do Império, sendo ainda importante banqueiro. A perda de favores governamentais e uma série de investimentos arriscados levaram os negócios de Mauá ao declínio. Atingido pelas crises financeiras dos anos de 1860 e 1870, acabou falindo em 1875.

A modernização do país devia passar pela melhoria do precário sistema de transportes. Data dessa época o empreendimento rodoviário mais importante de todo o século, a Estrada União e Indústria, construída por iniciativa de Mariano Procópio, que ligava Petrópolis a Juiz de Fora. Iniciada em 1856, só em 1861 alcançou Juiz de Fora, tendo uma extensão de 144 quilômetros. Era uma via pavimentada com pedra britada, macadamizada, como se dizia na época, pois o sistema fora inventado pelo engenheiro inglês Mac Adam. Impressionava por suas pontes metálicas e pelas estações de cavalos de uma linha regular de diligências que nela corria. A União e Indústria teve porém um custo muito alto e era de difícil conservação. Logo seria vencida pela concorrência da ferrovia.

Um decreto de junho de 1852 concedeu "privilégio de zona" e "garantia de juros" às empresas ou pessoas que se dispusessem a ligar a Corte, por estrada de ferro, aos pontos mais convenientes das províncias de Minas Gerais e São Paulo. O privilégio de zona importava na proibição de outra empresa ferroviária estabelecer-se a menos de trinta quilômetros de cada lado da linha construída. Pela garantia de juros, o governo imperial assegurava o lucro dos empreendedores, em caso de resultados adversos. Limitado inicialmente a Minas, São Paulo e Rio, esse modelo de incentivo governamental iria se estender às concessões para se construir ferrovias em qualquer parte do país.

A primeira estrada de ferro inaugurada no Brasil (1854) não se beneficiou, entretanto, desses favores. Foram os modestos catorze quilômetros de uma linha construída por Mauá, que ligava o porto de Mauá, na Baía de Guanabara, à estação de Fragoso, próxima à raiz da serra, em direção a Petrópolis. Mauá pretendia unir o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba e mais tarde a Minas por um complicado sistema misto de transporte marítimo, ferroviário e rodoviário, mas o projeto não se concretizou.

As maiores iniciativas de construção de ferrovias no país decorreram da necessidade de melhorar as condições de transporte das principais mercadorias de exportação para os portos mais importantes do país. Era preciso superar os inconvenientes resultantes de caminhos precários e das cargas em lombo de burro, que encareciam custos e dificultavam um fluxo adequado dos produtos.

No Nordeste, os empreendimentos mais importantes se concentraram em Pernambuco, tendo como função básica o escoamento da safra de açúcar. Surgiram ali empresas de capital inglês: a pioneira Recife–São Francisco, cuja construção foi iniciada em 1855 e, bem mais tarde, já na década de 1880, a Great Western.

No Centro-Sul, o objetivo maior das ferrovias era o transporte do café, problema cada vez mais premente, na medida em que as plantações se afastavam da Corte, estendendo-se à Zona da Mata, em Minas Gerais, e depois ao chamado Oeste Paulista. Para a instalação da rede, os privilégios concedidos pelo governo não bastavam. Era necessário reunir um capital considerável, dado o vulto do empreendimento. Esse requisito foi muitas vezes preenchido pelo capital inglês, seja sob a forma de investimentos diretos, seja sob a forma de empréstimos. A construção de ferrovias e a navegação a vapor revolucionaram a economia inglesa entre 1840 e 1880, incrementando a produção da indústria pesada do ferro, do aço e do carvão. A acumulação de capitais tornou possível a concessão de empréstimos e investimentos no exterior, sendo as inversões em ferrovias um setor privilegiado.

Por volta de 1850, a economia cafeeira do Vale do Paraíba chegou ao auge. Vassouras, considerada a capital do café, e Cantagalo destacavam-se na área fluminense do vale. Areias e Bananal constituíam os maiores centros da área paulista. Na Zona da Mata mineira, várias cidades, como Muriaé, Leopoldina, Juiz de Fora, Cataguases, Carangola, vinculavam-se à produção cafeeira, ocupando a velha zona de passagem, entre a região de Minas e a província do Rio de Janeiro.

O problema do transporte no Vale do Paraíba foi em grande parte solucionado com a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, mais tarde denominada Central do Brasil. A construção começou em 1855, sendo inaugurados, ao longo dos anos, trechos sucessivos da linha que chegou a Cachoeira, em território paulista, somente em 1875. Posteriormente, uma empresa organi-

zada em São Paulo faria a união entre Cachoeira e a capital da província, completando assim a ligação entre o Rio de Janeiro e São Paulo.

A família Teixeira Leite, de Vassouras, foi a grande animadora do projeto da Pedro II. A princípio, os acionistas da companhia eram principalmente bancos, comerciantes e pessoas ligadas ao comércio do Rio de Janeiro. A própria família Teixeira Leite era proprietária de fazendas em Vassouras, mas tinha também atividade comercial e financeira na Corte. Parte dos recursos vieram do governo imperial e de um empréstimo obtido em Londres. Logo porém os fundos se esgotaram e a empresa foi encampada pelo governo em 1865.

5.6.4. A Expansão Cafeeira no Oeste Paulista

Enquanto isso, o café começava a se implantar em uma nova zona, no interior de São Paulo – o chamado Oeste Paulista. Nas referências históricas, essa região não corresponde rigorosamente ao oeste geográfico. Ela abrange a área que vai de Campinas a Rio Claro, São Carlos, Araraquara, Catanduva, na linha férrea da Companhia Paulista; e de Campinas para Piraçununga, Casa Branca e Ribeirão Preto, na Estrada de Ferro Mojiana.

O cafeeiro aí foi introduzido, em parte, para substituir a cana nas antigas fazendas. São Paulo fora sempre um produtor marginal de açúcar, no conjunto da economia brasileira. A tendência à queda de preço do produto, em contraste com o café, impulsionou a mudança de uma cultura para a outra. A cana-de-açúcar só voltaria ao Estado de São Paulo, com uma produção expressiva, muitos anos mais tarde, a partir das décadas de 1940 e 1950.

A expansão cafeeira ocorreu também pela gradativa ocupação das terras escassamente exploradas de São Paulo, que constituíam um grande espaço sobretudo na direção oeste, chegando ao Rio Paraná, na divisa com Mato Grosso. Essa ocupação se fez no curso de muitos anos, e seu apogeu foi um fenômeno das décadas de 1930 e 1940.

O êxito da economia cafeeira do Oeste Paulista dependia essencialmente de transportes e de um porto viável de exportação, pois o Rio de Janeiro ficava muito distante. A dificuldade maior consistia em atravessar a escarpa da Serra do Mar e chegar ao litoral. Ela foi vencida com a construção da estrada de

ferro de Santos a Jundiaí por uma companhia concessionária inglesa, a São Paulo Railway Co. Limited (SPR), que começou a funcionar em 1868. Santos exportava em pequenas quantidades café plantado no litoral paulista, desde fins do século XVIII. A instalação da ferrovia representou um salto na afirmação da cidade como centro exportador.

A SPR tinha concessão para prolongar a linha de Jundiaí até Rio Claro. Desinteressou-se porém do trecho, alegando dificuldades no mercado de capitais de Londres. É possível que tenham prevalecido considerações estratégicas, pois a companhia monopolizava, na prática, o acesso do interior ao porto de Santos.

Surgiu então, a partir das primeiras medidas tomadas em 1868, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, empresa formada com capitais brasileiros ligados aos negócios do café. A ela se seguiram a Mojiana, a Ituana, a Sorocabana. Esta última foi uma exceção, pois não se vinculou ao café e sim à produção algodoeira que se desenvolveu na década de 1860, na área de Sorocaba.

Seria engano pensar que as ferrovias estabeleceram rapidamente as comunicações por todo o território paulista. Para se ter uma idéia, só em 1912 o trem chegou, na Alta Araraquarense, a uma boca de sertão como São José do Rio Preto, hoje uma das maiores cidades do Estado. Na região noroeste, a Sorocabana alcançou Bauru em 1905. Daí para a frente, era o desconhecido. Em mapas anteriores a 1906, a zona situada a oeste de Bauru e ao sul do Rio Tietê aparecia com o título de "terras habitadas por índios bravios" ou "território inexplorado".

As economias cafeeiras do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista seguiram trajetórias opostas. A partir das duas últimas décadas do Império, enquanto a primeira declinava, a segunda continuava em franca expansão. Praticava-se a agricultura extensiva tanto no vale como no Oeste Paulista. Mas no Oeste existia uma grande disponibilidade de terras, permitindo a incorporação contínua de novas áreas; o Vale do Paraíba tinha limites geográficos claros e não havia muito por onde avançar. Como resultado, as terras cansadas, atingidas pela erosão, tornaram-se de baixa rentabilidade e seu valor declinou. Às vesperas da abolição da escravatura, o grande investimento dos fazendeiros da região era constituído de escravos, fato que por si só demonstra o impacto aí causado pela chamada Lei Áurea.

São muitos os exemplos numéricos e pessoais da decadência. O município de Bananal que, pelo relatório provincial de 1854, figurava como principal produtor de café de São Paulo, com 554 600 arrobas anuais, produzia em 1920 apenas 15 847 arrobas de uma mercadoria de qualidade inferior. Os centros cafeeiros do vale paulista se transformaram nas "cidades mortas" descritas pelo escritor Monteiro Lobato, que foi promotor público em Areias.

Na área fluminense, assim como na de São Paulo, sobreviveram algumas fazendas e casarões. Outros desapareceram. Quando um jornal carioca fez uma reportagem sobre a cultura do café em 1927, pôde fotografar apenas as ruínas do imenso solar que nosso já conhecido Joaquim de Sousa Breves possuía em São João Marcos, onde podiam se hospedar mais de duzentas pessoas.

Já nos referimos ao fato essencial de que a economia do Oeste Paulista foi favorecida pela disponibilidade de terras. Outros fatores concorreram para explicar sua trajetória ascendente, dizendo respeito ao meio físico, à tecnologia e ao momento histórico. Quanto ao meio físico: no grande planalto do interior de São Paulo, reuniam-se as mais favoráveis condições de solo e de clima para a lavoura do café. Aí se encontra a terra roxa, de alta produtividade, onde o rendimento do cafeeiro podia chegar a trinta anos, enquanto em outras terras não ia além de um quarto de século. Trata-se na realidade de terra vermelha, chamada de *rossa* (vermelha) pelos imigrantes italianos; por um curioso fenômeno lingüístico, *rossa* virou "roxa".

No que se refere à tecnologia, foi no Oeste Paulista que se introduziram o arado e o despolpador. Este significou uma verdadeira revolução na técnica de descascamento dos grãos.

Por último, lembremos o momento histórico: na região, a acumulação de capitais se deu em uma fase da vida do país em que era clara a necessidade de buscar alternativas para substituir a força de trabalho escrava. A área cafeeira do Vale do Paraíba nasceu mais cedo, tendo como horizonte o sistema escravista. Só quando ela chegou ao apogeu, veio a extinção do tráfico. Na medida em que a produtividade declinava, a dificuldade de encontrar uma alternativa para o problema da mão-de-obra tornou-se maior e não foi conseguida.

Formaram-se assim duas classes regionais com um destino diverso. Os fazendeiros do vale sustentaram a Monarquia e dela foram se separando quando se aprovaram medidas tendentes a abolir gradualmente a escravatura. Esse

processo de afastamento completou-se com a Abolição, em 1888, mas já aí os barões do vale não tinham grande peso social e político.

A economia do Oeste Paulista deu origem a uma nova classe que se costuma denominar burguesia do café. A expressão indica que, a partir das últimas décadas do século XIX, a região de São Paulo entrou em um processo de transformações no sentido da constituição de uma economia capitalista. Isso não ocorreu de um momento para outro. Sob certos aspectos, a introdução do capitalismo só se completou em anos recentes. Ao longo de várias décadas, ocorreu um processo de acumulação de capitais, de diversificação da economia, de formação de um mercado de terras, de produção e de consumo.

A acumulação de capitais se deu, em um primeiro momento, como resultado da produção cafeeira; a seguir, foi se combinando com as inversões em ferrovias, em bancos e no comércio. A expansão do café gerou uma rede de núcleos urbanos: Jaú (1858); Ribeirão Preto (1870); Barretos (1874); São José do Rio Preto (1879); Bauru (1880), que se tornaram centros de pequena produção industrial e de consumo. A entrada em massa de imigrantes, a partir da década de 1880, foi um fator decisivo de diversificação da economia.

Seria ilusório pensar que os grupos sociais do Vale do Paraiba e do Oeste Paulista fossem inteiramente diversos, um representando o "velho", a aristocracia decadente, e o outro o "novo", a burguesia empreendedora. Até porque membros de famílias do vale, como os Paula Machado, os Alves Porto, abriram fazendas nas áreas novas. O coronel Virgílio Rodrigues Alves, irmão do futuro presidente da República, proprietário de uma grande fazenda em Guaratinguetá, associou-se a parentes para plantar café em São Manuel e em Piratininga, perto de Bauru.

Na realidade, os dois grupos partiram de pressupostos comuns e se diversificaram em função de realidades diferentes do meio físico e social. Ambos praticaram a agricultura extensiva e utilizaram amplamente a mão-deobra escrava. Os fazendeiros paulistas não se voltaram para o imigrante porque acreditavam nas virtudes ou na maior rentabilidade do trabalho livre, mas porque a alternativa do escravo desaparecia e era preciso dar uma resposta para o problema. Em 1887, menos de um ano antes da Abolição, São Paulo figurava em terceiro lugar na população escrava das províncias, com 107 329 cativos, vindo em primeiro Minas Gerais (191 952) e em segundo o Rio de Janeiro (162 421).

O suprimento de cativos após 1850 se deu através do tráfico interprovincial, sob a triste forma da transferência forçada de escravos de uma região para outra. Surgiram novos traficantes e uma nova profissão: a de comprador-viajante de escravos que percorria as províncias, convencendo os fazendeiros mais pobres ou moradores das cidades a venderem um ou dois escravos. Transportavam-se cativos não só por via marítima para as regiões cafeeiras. Possivelmente com o objetivo de escapar ao pagamento do imposto devido nos portos de embarque, muitos escravos eram obrigados a viajar por terra, pelo interior da Bahia e Minas, até chegar às regiões do café.

Não existem dados seguros sobre o volume do tráfico interprovincial. Estimativas globais indicam que, entre 1850 e 1888, de 100 mil a 200 mil cativos foram deslocados das zonas açucareiras do Nordeste, no sentido centro-sul.

Entre 1864 e 1874, o número de escravos no Nordeste declinou de 774 mil (45% do total de escravos existentes no Brasil) para 435 687 (28% do total). No mesmo período, nas regiões cafeeiras, a população escrava aumentou de 645 mil (43% do total de escravos) para 809 575 (56% do total) e só na Província de São Paulo o número de cativos dobrou, passando de 80 mil a 174 622.

Com a alta de preços dos escravos resultante da extinção do tráfico, mesmo zonas produtoras tradicionais, como Bahia e Pernambuco, exportaram escravos em grande número. A partir de 1874, houve declínio da população escrava em todas as regiões do país, acentuando-se essa tendência a partir de 1885. Mesmo assim, a queda foi muito mais nítida no Nordeste do que no Centro-Sul. Enquanto a média geral de declínio foi de 19,5% entre 1874 e 1884, ela correspondeu a 9% no Centro-Sul e a 30,8% no Nordeste. O Sul apresentou também uma forte queda, com o Rio Grande do Sul à frente, onde a população escrava decresceu em 38,9% no período.

5.6.6. O Início da Grande Imigração

A dependência regional maior ou menor da mão-de-obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura.

Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam ao mesmo tempo papel relevante.

A solução alternativa consistiu na atração de mão-de-obra européia para vir trabalhar nas fazendas de café. Devemos nos perguntar, inicialmente, por que não se tentou transformar escravos em trabalhadores livres, ou por que não se incentivou a vinda de gente das áreas pobres do Nordeste.

A resposta à primeira pergunta envolve dois aspectos: de um lado, o preconceito dos grandes fazendeiros dificultava ou mesmo impedia que eles imaginassem a hipótese de mudança de regime de trabalho da massa escrava; de outro, é duvidoso que, após anos de servidão, os escravos estivessem dispostos a ficar em uma situação não muito diversa da que tinham. Lembremos, nesse sentido, o fato de que os imigrantes se viram forçados a pressionar os fazendeiros, sobretudo quando ainda existia o regime servil, para conseguirem melhores condições do que as dos escravos.

A resposta à segunda pergunta tem a ver com a argumentação racista que ganhou a mentalidade dos círculos dirigentes do Império, a partir de autores europeus como Buckle e Gobineau. Eles não desvalorizavam apenas os escravos ou ex-escravos. Os mestiços nascidos ao longo da colonização portuguesa eram também considerados seres inferiores, e a única salvação para o Brasil consistiria em europeizá-lo o mais depressa possível.

Ao lado desse fator cultural, outros devem ser considerados. Entre eles, o fato de que os senhores de engenho e plantadores de algodão do Nordeste haviam-se desfalcado, recentemente, de mão-de-obra escrava e não veriam com bons olhos a transferência de uma força de trabalho sob seu controle para o Centro-Sul.

É certo que a seca atingia periodicamente alguns Estados do Nordeste, gerando uma massa de flagelados. Porém, muitos ficaram ao abandono e outros foram recrutados para trabalhar na extração de borracha no Norte do país ou nos cacauais da Bahia. O sonho de riqueza ou pelo menos de uma vida melhor, nos últimos anos do século XIX, não se localizava no distante Centro-Sul e sim na Amazônia e em certas regiões do próprio Nordeste.

A história da imigração para as zonas cafeeiras de São Paulo começa no Segundo Reinado mas tem maior impacto nos anos posteriores à proclamação da República. O incentivo à vinda de imigrantes passou por alguns ensaios e erros. Em 1847, Nicolau de Campos Vergueiro, antigo regente do Império e

fazendeiro, cuja fortuna provinha em boa parte do comércio de importação de escravos, tentou uma primeira experiência. Com recursos do governo imperial, trouxe imigrantes alemães e suíços para trabalhar em suas fazendas e outras do Oeste Paulista, pelo regime de parceria. Os parceiros se dedicavam principalmente ao trato e à colheita do café, dividindo com o proprietário da terra os lucros ou prejuízos anuais. A experiência resultou em inúmeros atritos. Mesmo sendo provenientes de regiões da Europa batidas pela crise de alimentos, os parceiros não se conformaram com as condições de existência encontradas no Brasil. Eles eram submetidos a uma disciplina estrita, incluindo a censura de correspondência e o bloqueio da locomoção nas fazendas. Por fim, uma revolta explodiu em 1856 na Fazenda Ibicaba, de propriedade de Vergueiro, na região de Limeira. Daí para a frente, as tentativas de parceria cessaram.

A retomada dos esforços para atrair imigrantes ocorreu a partir de 1871, coincidindo com a aprovação da Lei do Ventre Livre. A iniciativa partiu do governo provincial, o que mostra claramente as ligações entre a elite política de São Paulo e os fazendeiros de café e como, dadas as grandes somas envolvidas, o governo já dispunha de uma sólida base financeira. Uma lei provincial de março de 1871 autorizou o governo paulista a tomar dinheiro junto ao público, através de apólices, para emprestá-lo aos fazendeiros, com o fim de introduzir trabalhadores agrícolas nas fazendas. No sentido de atrair imigrantes, previu-se um auxílio para as despesas de viagem. Começava assim a imigração subvencionada para São Paulo. Ao longo dos anos, a subvenção variou, incluindo a hospedagem por oito dias na capital, em um prédio construído pelo governo, e o transporte para as fazendas. A Hospedaria de Imigrantes do Brás, completada em 1888, em substituição à velha Hospedaria do Bom Retiro, foi edificada por iniciativa do presidente da província, Antônio de Queirós Teles. O prédio até hoje existente tinha capacidade para abrigar cerca de 4 mil pessoas.

A atração dos imigrantes se fez através de companhias particulares, sem fins lucrativos, cujos recursos provinham do Estado. Em 1884, foi aprovada uma lei que indica bem o sentido da política de mão-de-obra do governo provincial. Criou-se um imposto anual por escravo empregado na agricultura, a ser pago em dobro quando se tratasse de escravo destinado a outras ocupações. A renda seria usada para custear os serviços de imigração.

Não imaginemos porém que, desde a criação da primeira companhia em 1871, a imigração subsidiada tenha funcionado bem. O número de pessoas que entraram em São Paulo como imigrantes foi pequeno até os primeiros anos da década de 1880. Entre 1875 e 1879, registrou-se o ingresso de apenas 10 455 pessoas, uma cifra muito abaixo das necessidades da produção cafeeira. Os italianos que haviam começado a chegar, pouco a pouco, a partir de 1874, não se conformavam com as condições de vida existentes no Brasil e muitos retornaram a sua terra. Em 1885, o governo italiano divulgou uma circular, na qual descrevia São Paulo como uma região inóspita e insalubre, e desaconselhou a imigração para o Brasil.

As figuras mais proeminentes da elite paulista reagiram a esse estado de coisas, em um momento sensível, quando a desorganização do sistema escravista se tornava evidente. A Sociedade Promotora da Imigração, fundada em 1886 por iniciativa, entre outros, dos irmãos Martinho Prado Jr. e Antônio da Silva Prado, tomou uma série de providências no sentido de atrair imigrantes para as fazendas de café. A entidade publicou folhetos em português, alemão e italiano, nos quais salientava as vantagens da imigração para São Paulo. Fazia comparações favoráveis relativamente a outros países receptores de imigrantes, como os Estados Unidos e a Argentina, cujos atrativos eram maiores. Não mencionava, entre outros males, a existência da escravidão. Martinho Prado Jr. realizou uma viagem ao norte da Itália para estudar formas de aliciar imigrantes e um escritório da Sociedade Promotora foi aberto em Gênova.

Vários fatores, de um lado e de outro do oceano, favoreceram afinal o afluxo de imigrantes em grande número. A crise na Itália que se abateu com mais força sobre a população pobre, resultante da unificação do país e das transformações capitalistas, foi um fator fundamental. Ao mesmo tempo, o pagamento de transporte e o alojamento representaram, bem ou mal, um incentivo.

A maioria dos imigrantes que chegaram a São Paulo, até os primeiros anos do século XX, era formada por trabalhadores do campo ou pequenos proprietários rurais do norte da Itália – das regiões do Vêneto e da Lombardia sobretudo –, sem condições de sobreviver com o cultivo de seu pedaço de terra.

Nos últimos anos do Império, a imigração para São Paulo, de qualquer procedência, saltou de 6 500 pessoas em 1885 para 91 826 em 1888. Neste

último ano, os italianos constituíam quase 90% do total. Significativamente, a colheita do café de 1888, que se seguiu à abolição da escravatura, em maio daquele ano, pôde ser feita sem problemas de mão-de-obra disponível.

Vamos retomar mais adiante, com maior amplitude, o tema da imigração. Por ora, lembremos que a política imigratória foi um êxito da classe dominante paulista e um exemplo claro da representação de seus interesses pelo governo provincial.

5.7. A GUERRA DO PARAGUAI

Enquanto o café seguia sua marcha no Oeste Paulista e as propostas de abolição gradual da escravatura davam os primeiros passos, um acontecimento internacional iria marcar profundamente a história do Segundo Império. Esse acontecimento foi a Guerra do Paraguai, travada por mais de cinco anos, entre 11 de novembro de 1864, quando ocorreu o primeiro ato das hostilidades, e 1 de março de 1870. Ela é conhecida, na América espanhola, como Guerra da Tríplice Aliança.

A guerra constitui um claro exemplo de como a História, sem ser arbitrária, é um trabalho de criação que pode servir a vários fins. Na versão tradicional da historiografia brasileira, o conflito resultou da megalomania e dos planos expansionistas do ditador paraguaio Solano López. Membros das Forças Armadas – especialmente do Exército – encaram os episódios da guerra como exemplos da capacidade militar brasileira, exaltando os feitos heróicos de Tamandaré, de Osório e, em especial, de Caxias. Nas escolas brasileiras, pelo menos até alguns anos atrás, admirávamos esses heróis e olhávamos com desdém para a figura sisuda do barbudo Solano.

Atravessando a fronteira, encontramos no Paraguai uma historiografia oposta. O conflito é aí visto como uma agressão de vizinhos poderosos a um pequeno país independente. Essa versão serviu em anos recentes para glorificar o ditador paraguaio Alfredo Stroessner, chefe do Partido Colorado e amigo dos governantes brasileiros desde a época de Getúlio Vargas. Stroessner apresentava-se como continuador da obra do general Bernardino Caballero, fundador dos *colorados* paraguaios, em 1887, e oficial de confiança de Solano López nos anos da guerra.

Na década de 1960, surgiu entre os historiadores de esquerda, como o argentino León Pomer, uma nova versão. O conflito teria sido fomentado pelo imperialismo inglês. O Paraguai era um país de pequenos proprietários que optara pelo desenvolvimento autônomo, livrando-se da dependência externa. Brasil e Argentina definiam-se como nações dependentes, baseadas no comércio externo e no ingresso de recursos e tecnologia estrangeiros. Esses dois países teriam sido manipulados pela Inglaterra para destruir uma pequena nação cujo caminho não lhe convinha. Além disso, os ingleses estariam interessados em controlar o comércio do algodão paraguaio, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil britânica.

Essa interpretação está muito ligada às concepções correntes na esquerda latino-americana das décadas de 1960 e 1970. Pensava-se naqueles anos que os problemas do continente resultavam basicamente da exploração imperialista. A Guerra do Paraguai seria um exemplo a mais de como a América Latina, ao longo do tempo, tinha apenas trocado de dono, passando de mãos inglesas para norte-americanas.

Nos últimos anos, a partir de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, surgiu uma nova explicação. Não se trata da última palavra no campo da História, mas de uma versão menos ideológica, mais coerente e bem apoiada em documentos. Ela concentra sua atenção nas relações entre os países envolvidos no conflito. Tem a vantagem de procurar entender cada um desses países a partir de sua fisionomia própria, sem negar a grande influência do capitalismo inglês na região. Chama a atenção, assim, para o processo de formação dos Estados nacionais da América Latina e da luta entre eles para assumir uma posição dominante no continente.

Comecemos definindo os traços mais gerais das nações envolvidas no conflito e de seu inter-relacionamento.

O Vice-Reinado do Rio da Prata não sobreviveu como unidade política ao fim do colonialismo espanhol, nas primeiras décadas do século XIX. Naquele espaço territorial, após longos conflitos, nasceram a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. O nascimento da República Argentina ocorreu depois de muitos vaivéns e guerras, em que se opunham as correntes unitária e federalista.

Os unitários representavam principalmente os comerciantes de Buenos Aires, defendendo um modelo de Estado centralizado sob o comando da

capital do antigo Vice-Reinado. Os setores comerciais, através do porto de Buenos Aires, poderiam assegurar assim o controle do comércio exterior argentino e apropriar-se das rendas provenientes dos impostos alfandegários sobre as importações.

Os federalistas reuniam as elites regionais, os grandes proprietários, pequenos industriais e comerciantes mais voltados para o mercado interno. Defendiam o Estado descentralizado para que suas rendas fossem garantidas e não se submetessem a impostos estabelecidos pela burguesia comercial de Buenos Aires.

O Uruguai nasceu em 1828 após três anos de luta entre argentinos, brasileiros e partidários da independência. A Inglaterra viu com bons olhos a criação do país, que deveria servir para estabilizar a área do estuário do Rio da Prata, onde os ingleses tinham interesses financeiros e comerciais. Mas a história uruguaia no século XIX não teve nada de pacífica. As facções dos *blancos* e dos *colorados* disputaram o poder a ferro e fogo. Os *colorados* ligavam-se aos comerciantes e às potências européias, simpatizando com as idéias liberais. Os *blancos*, compostos principalmente de proprietários rurais, herdaram a velha tradição autoritária espanhola e viam com suspeita os avanços das novas potências européias no país.

A antiga Província do Paraguai tem também uma história própria. Seus habitantes, descendentes em grande número de índios guaranis, não aceitaram submeter-se à burguesia portenha – isto é, do porto de Buenos Aires – e passaram a agir de forma autônoma, desde a década de 1810. Essa autonomia não foi reconhecida pelos portenhos que, em 1813, impediram praticamente o comércio paraguaio com o exterior. Eles bloquearam a via natural de acesso ao mar pelo estuário do Prata, alcançada pelos paraguaios através dos Rios Paraguai e Paraná. O bloqueio levou o líder paraguaio José Gaspar de Francia a isolar o país e a converter-se em seu ditador perpétuo. O Estado expropriou terras pertencentes à Igreja e a um setor da elite favorável ao entendimento com Buenos Aires, tornando-se o principal agente da produção e do comércio.

A definição do Paraguai como um país de pequenos proprietários sob o comando de um Estado clarividente refere-se sobretudo à época de Francia. É verdade que ele tomou medidas excepcionais no contexto da América do Sul, mas catalogá-las como progressistas simplifica seu conteúdo. Nas terras confiscadas, o governo organizou as Estâncias da Pátria, exploradas por ele ou

por pequenos arrendatários. Nas estâncias do governo, utilizavam-se mão-de-obra escrava ou prisioneiros. A economia deixou de ser monetária: tanto a renda da terra como os impostos eram pagos em produtos, não se utilizando a moeda.

Após a morte de Francia, foi designado presidente Carlos Antonio López, que proclamou formalmente a independência do Paraguai em 1842. López procurou romper o isolamento do país, instalando uma ferrovia e estimulando o comércio exterior. Seu filho Francisco Solano López foi enviado à Inglaterra, onde comprou material de guerra e recrutou técnicos europeus para modernizar o país. Gradativamente, o Paraguai buscou crescer, vinculando-se ao mercado externo. Aumentou então seu interesse pelo controle da navegação fluvial dos Rios Paraguai e Paraná e pelo livre trânsito através do porto de Buenos Aires. Foi nesse quadro que Solano López ascendeu ao poder em 1862, depois da morte de seu pai.

Na primeira metade do século XIX, a posição do Brasil diante de seus vizinhos pode ser assim resumida. A maior preocupação do governo imperial se concentrava na Argentina. Temia-se a unificação do país, que poderia se transformar em uma República forte, capaz de neutralizar a hegemonia brasileira e atrair a inquieta província do Rio Grande do Sul.

No que diz respeito ao Uruguai, houve sempre uma política de influência brasileira no país. Os gaúchos tinham interesses econômicos no Uruguai, como criadores de gado, e viam com maus olhos medidas de repressão ao contrabando na fronteira. O Brasil colocou-se ao lado dos *colorados*, cuja linha política se aproximava de seus interesses. O governo imperial chegou mesmo a um acordo secreto com os *colorados*, adversários de Rosas, pelo qual se comprometeu a lhes fornecer uma contribuição mensal em dinheiro. O Barão de Mauá, que era gaúcho e tinha um banco no Uruguai, foi intermediário do acerto.

As relações do Brasil com o Paraguai, na primeira metade do século XIX, dependeram do estado das relações entre o Brasil e a Argentina. Quando as rivalidades entre os dois países aumentavam, o governo imperial tendia a aproximar-se do Paraguai. Quando as coisas se acomodavam, vinham à tona as diferenças entre o Brasil e o Paraguai. As divergências diziam respeito a questões de fronteira e à insistência brasileira na garantia de livre navegação pelo Rio Paraguai, principal via de acesso a Mato Grosso.

Aparentemente, as possibilidades de uma aliança Brasil-Argentina-Uruguai contra o Paraguai, e mais ainda de uma guerra com essa configuração, pareciam remotas. Mas foi exatamente isso o que aconteceu. A aproximação entre os futuros aliados teve início em 1862, quando Bartolomé Mitre chegou ao poder na Argentina, derrotando os federalistas. O país foi reunificado sob o nome de República Argentina, sendo Mitre eleito presidente. Ele começou a realizar uma política bem vista pelos liberais brasileiros, que haviam assumido o governo naquele mesmo ano. Aproximou-se dos *colorados* uruguaios e se tornou um defensor da livre negociação dos rios.

Esses acertos deram espaço às rivalidades entre Brasil e Paraguai. Embora houvesse competição entre os dois países pelos mercados de erva-mate, as disputas, sob o ângulo do governo brasileiro, tinham um conteúdo predominantemente geopolítico (fronteiras, livre navegação dos rios). Buscando romper de vez o isolamento do Paraguai e ter uma presença na região, Solano López aliou-se aos *blancos*, então no poder no Uruguai, e aos adversários de Mitre, líderes das províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes.

Longe de agir no início da década de 1860 como um instrumento dos interesses ingleses, o governo imperial envolveu-se em vários incidentes com a Inglaterra, conhecidos como Questão Christie, nome do embaixador britânico no Brasil. Após a apreensão de navios mercantes brasileiros pela Marinha britânica estacionada no Rio de Janeiro, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra no início de 1863. Criou-se no país um clima de exaltação patriótica, incentivado também pelas notícias de que cidadãos brasileiros estavam sofrendo violências no Uruguai, onde os *blancos* se encontravam no poder. O governo do Império invadiu o Uruguai, em setembro de 1864, com o objetivo de ajudar a colocar os *colorados* no poder.

Provavelmente, López considerou que o expansionismo brasileiro e argentino estava em marcha e acabaria por sufocar o Paraguai. Decidiu então tomar a iniciativa. Em 11 de novembro de 1864, uma canhoneira paraguaia aprisionou no Rio Paraguai o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, seguindo-se a esse ato o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países. As operações de guerra começaram efetivamente a 23 de dezembro de 1864 quando López lançou uma ofensiva contra Mato Grosso. Logo depois, pediu autorização à Argentina para passar com tropas pela Província de Corrientes,

visando atacar as forças brasileiras no Rio Grande do Sul e no Uruguai. O pedido foi negado.

Especula-se muito sobre as razões que teriam levado Solano López a iniciar o conflito, com o risco de provocar a união contra o Paraguai de dois velhos rivais – o Brasil e a Argentina. Aparentemente, ele esperava neutralizar as ameaças de seus poderosos vizinhos e transformar o Paraguai em uma força no jogo político do continente. Contava para isso com uma vitória no desguarnecido Mato Grosso – que levasse o Brasil a um acordo – e com o apoio dos *blancos* uruguaios e das províncias argentinas adversárias de Mitre.

Essas expectativas não se realizaram. O suporte das províncias falhou; no Uruguai, o governo brasileiro forçou o ascenso ao poder do *colorado* Venancio Flores. Em março de 1865, o Paraguai declarou guerra à Argentina e a 1º de maio desse ano os governos argentino, brasileiro e uruguaio assinaram o Tratado da Tríplice Aliança. O presidente argentino Mitre assumiu o comando das forças aliadas.

O peso econômico e demográfico dos três países da aliança era muito superior ao do Paraguai. No Brasil e na Argentina, acreditava-se – como é comum no início de muitos conflitos – que a guerra seria um passeio. Mas isso não ocorreu. López, ao contrário de seus adversários, estava bem preparado militarmente. Ao que parece, pois não há números seguros, no início da guerra os efetivos dos exércitos eram de 18 mil homens no Brasil, 8 mil na Argentina e 1 mil no Uruguai, enquanto no Paraguai chegavam a 64 mil, afora uma reserva de veteranos, calculada em 28 mil homens. O Brasil tinha porém ampla superioridade naval para o combate nos rios.

No correr dos anos, as forças da Tríplice Aliança cresceram, com predominância dos brasileiros, que representavam pelo menos dois terços do total. Calcula-se entre 135 mil e 200 mil o número geral de brasileiros mobilizados, para uma população masculina estimada de 4,9 milhões, em 1865. As tropas foram organizadas com o Exército regular, os batalhões da Guarda Nacional e gente recrutada em sua maioria segundo os velhos métodos de recrutamento forçado que vinham da Colônia. Apesar disso, muitos foram integrados no corpo dos Voluntários da Pátria, como se tivessem se apresentado para combater por vontade própria.

Senhores de escravos cederam cativos para lutar como soldados. Uma lei de 1866 concedeu liberdade aos "escravos da Nação" que servissem no

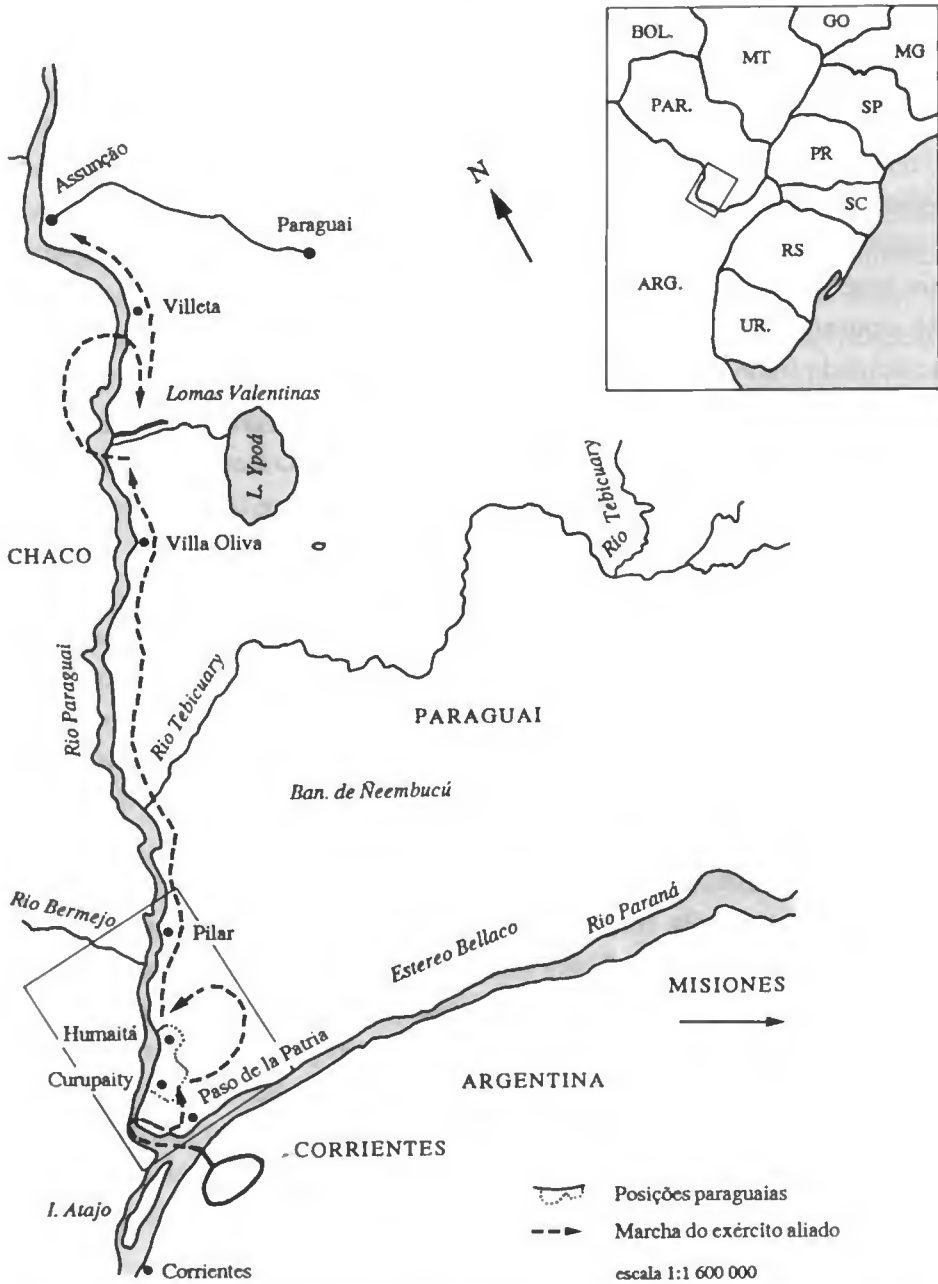
Exército. A lei se referia aos africanos entrados ilegalmente no país, após a extinção do tráfico, que haviam sido apreendidos e se encontravam sob a guarda do governo imperial.

O Exército brasileiro foi se consolidando no correr da Guerra do Paraguai. Até então, o Império contara com um reduzido corpo profissional de oficiais e encontrara muitas dificuldades para ampliar os efetivos. Não havia serviço militar obrigatório, e sim um sorteio muito restrito, para servir no Exército. Os componentes da Guarda Nacional, que eram a grande maioria da população branca, estavam isentos desse serviço. Até a Guerra do Paraguai, a milícia gaúcha dera conta das campanhas militares do Brasil no Prata, mas ela se revelou incapaz de enfrentar um exército moderno como o paraguaio.

Na história da guerra, feitos militares de ambos os lados combinam-se com as imagens de privações, de mortes em combate e por doenças, como, por exemplo, a epidemia de cólera que dizimou os combatentes em Mato Grosso. No início do conflito (11 de junho de 1865), a Marinha brasileira, sob o comando do almirante Tamandaré, destroçou a paraguaia, em território argentino, na Batalha de Riachuelo. Com isso, os aliados bloquearam o Paraguai, impedindo sua única via de acesso ao exterior, pelo Rio Paraná. A vantagem não foi entretanto inteiramente aproveitada. Temerosos das fortificações inimigas ao longo do Rio Paraguai – especialmente em torno de Humaitá –, os aliados permaneceram por vários anos imobilizados pelo sistema defensivo terrestre dos paraguaios.

Também no mês de junho de 1865, as forças paraguaias já instaladas em Corrientes, na Argentina, invadiram o Rio Grande do Sul, sendo pouco depois derrotadas. A partir de novembro daquele ano, com exceção de Mato Grosso, que se tornara uma frente secundária de luta, o conflito se desenvolveu no território do Paraguai. Travou-se em Tuiuti (maio de 1866) a maior batalha campal da guerra, associada, do lado brasileiro, ao nome do general Osório. Apesar da derrota paraguaia, os aliados não conseguiram tirar proveito da situação, sofrendo a seguir um sério revés em Curupaiti. Esses combates tinham por objetivo tomar a fortaleza de Humaitá.

Um fato importante nos rumos da guerra foi a nomeação de Caxias para o comando das forças brasileiras, em outubro de 1866. Ela se deu por pressão do Partido Conservador, na oposição, que responsabilizava os liberais pelas incertezas do conflito. No início de 1868, Caxias assumiu também o comando

Guerra do Paraguai: Trecho do Teatro de Operações

Fonte: Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, São Paulo, Paz e Terra, p. 82.

das forças aliadas. Mitre fora obrigado a retornar a Buenos Aires para enfrentar problemas de política interna, entre os quais se destacava a oposição das províncias ao envio de tropas ao Paraguai. Daí para a frente, o Brasil prosseguiu no conflito praticamente sozinho.

Antes de atacar Humaitá, Caxias concentrou-se na tarefa de dotar o Exército de uma infra-estrutura adequada. Só então partiu para a ofensiva. Humaitá capitulou em agosto de 1868, e em janeiro de 1869 os brasileiros entraram em Assunção. Doente, desejando a paz, pois a continuação da guerra era motivada agora apenas por uma política de destruição, Caxias retirou-se do comando. Foi substituído pelo Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel, herdeira do trono imperial.

Após vários combates, as tropas brasileiras derrotaram um último e pequeno exército de paraguaios, formado por velhos, meninos e enfermos. Solano López foi afinal cercado em seu acampamento e morto por soldados brasileiros a 1º de março de 1870.

O Paraguai saiu arrasado do conflito, perdendo partes de seu território para o Brasil e a Argentina e seu próprio futuro. O processo de modernização tornou-se coisa do passado, e o país se converteu em um exportador de produtos de pouca importância. Os cálculos mais confiáveis indicam que metade da população paraguaia morreu, caindo de aproximadamente 406 mil habitantes, em 1864, para 231 mil em 1872. A maioria dos sobreviventes era de velhos, mulheres e crianças.

Para o Brasil, uma das conseqüências do conflito foi que o país ficou ainda mais endividado com a Inglaterra, com a qual tinha restaurado as relações diplomáticas, no início das hostilidades. Mas a maior conseqüência foi a afirmação do Exército como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios. Entre outros pontos, as queixas contra o governo do Império, que vinham de longe, ganharam outra expressão. Afinal de contas, o Exército sustentara a luta na frente de batalha, com seus acertos e erros. Enquanto isso, as elites civis – os "casacas", como passaram a ser desdenhosamente chamados – haviam ficado a salvo e, em certos casos, enriqueceram com os negócios de fornecimento para a tropa.

A Guerra do Paraguai dividiu também duas gerações no interior do Exército, como veremos mais adiante. Por ora, lembremos apenas que comba-

tentes como Deodoro e Floriano, representando tendências diversas, iriam se tornar figuras centrais da queda do Império e dos primeiros anos da República.

5.8. A CRISE DO SEGUNDO REINADO (1870-1889)

A partir da década de 1870, começaram a surgir uma série de sintomas de crise do Segundo Reinado. Dentre eles, o início do movimento republicano e os atritos do governo imperial com o Exército e a Igreja. Além disso, o encaminhamento do problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre o Estado e suas bases sociais de apoio. Esses fatores não tiveram um peso igual na queda do regime monárquico, explicável também por um conjunto de razões de fundo onde estão presentes as transformações socioeconômicas que deram origem a novos grupos sociais e à receptividade às idéias de reforma.

Vamos examinar as questões mais importantes do período 1870-1889. Assim poderemos entender melhor a crise final do Império e a proclamação da República. Comecemos pelo problema básico da escravidão.

5.8.1. O Fim da Escravidão

A extinção da escravatura foi encaminhada por etapas até o final, em 1888. A maior controvérsia quanto às medidas legais não ocorreu em 1888, mas quando o governo imperial propôs a chamada Lei do Ventre Livre, em 1871. A proposta declarava livres os filhos de mulher escrava nascidos após a lei, os quais ficariam em poder dos senhores de suas mães até a idade de oito anos. A partir dessa idade, os senhores podiam optar entre receber do Estado uma indenização ou utilizar os serviços do menor até completar 21 anos. O projeto partiu de um gabinete conservador, presidido pelo Visconde do Rio Branco, arrebatando desse modo a bandeira do abolicionismo das mãos dos liberais.

O que teria levado o governo a propor uma lei que, sem ter nada de revolucionária, criava problemas nas relações com sua base social de apoio?

A explicação mais razoável é de que a iniciativa resultou de uma opção pessoal do imperador e de seus conselheiros. Embora não estivessem ocorrendo insurreições de escravos, considerava-se nos círculos dirigentes, logo após a Guerra do Paraguai, que o Brasil sofria de uma fraqueza básica em sua frente interna, pois não podia contar com a lealdade de uma grande parcela da população. O encaminhamento da questão servil, mesmo ferindo interesses econômicos importantes, era visto como um mal menor diante desse problema e do risco potencial de revoltas de escravos.

A classe social dominante, pelo contrário, via no projeto um grave risco de subversão da ordem. Libertar escravos por um ato de generosidade do senhor levava os beneficiados ao reconhecimento e à obediência. Abrir caminho à liberdade por força da lei gerava nos escravos a idéia de um direito, o que conduziria o país à guerra entre as raças.

As posições dos deputados em torno do projeto afinal aprovado são bastante reveladoras. Enquanto os representantes do Nordeste votaram maciçamente a favor da proposta (39 votos a favor e 6 contra), os do Centro-Sul inverteram essa tendência (30 votos contra e 12 a favor). Isso refletia, em parte, o fato de que o tráfico interprovincial vinha diminuindo a dependência do Nordeste com relação à mão-de-obra escrava.

Havia também outro dado importante, relativo à profissão. Um número significativo de deputados era constituído de funcionários públicos, especialmente magistrados. Esse grupo, que em sua maioria provinha do Nordeste e do Norte, seguia a orientação do governo e votou em peso com ele. Do ponto de vista partidário, não houve uma nítida divisão do voto de liberais e conservadores. Deputados dos dois partidos, indistintamente, votaram a favor ou contra o projeto.

Na prática, a lei de 1871 produziu escassos efeitos. Poucos meninos foram entregues ao poder público e os donos de escravos continuaram a usar seus serviços.

A partir da década de 1880, o movimento abolicionista ganhou força, com a aparição de associações, jornais e o avanço da propaganda. Gente de condição social diversa participou das campanhas abolicionistas. Entre várias figuras de elite, destacou-se Joaquim Nabuco, importante parlamentar e escritor, oriundo de uma família de políticos e grandes proprietários rurais de

Pernambuco. Entre as pessoas negras ou mestiças, de origem pobre, os nomes mais conhecidos são os de José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama.

Patrocínio era filho de um padre, que também era fazendeiro dono de escravos, e de uma negra vendedora de frutas. Foi proprietário da *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista do Rio de Janeiro, ficando famoso por seus discursos emocionados.

O engenheiro Rebouças representava o tipo oposto, uma figura retraída, professor de botânica, cálculo e geometria da Escola Politécnica da Corte. Ele ligava o fim da escravidão ao estabelecimento de uma "democracia rural", defendendo a distribuição das terras para os escravos libertados e a criação de um imposto territorial que forçasse a venda e subdivisão dos latifúndios.

Luís Gama tem uma biografia de novela. Seu pai pertencia a uma rica família portuguesa da Bahia e sua mãe Luísa Mahin, na afirmação orgulhosa do filho, "era uma negra africana livre que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã". Gama foi vendido ilegalmente como escravo pelo pai empobrecido, sendo enviado para o Rio e depois para Santos. Junto com outros cem escravos, descalço e faminto, subiu a Serra do Mar. Fugiu da casa de seu senhor, tornou-se soldado e, mais tarde, poeta, advogado e jornalista em São Paulo.

Enquanto o abolicionismo crescia, as províncias do Norte se desinteressavam da manutenção do sistema escravista, a ponto de o Ceará ter declarado extinta a escravidão por conta própria, em 1884. Nesse quadro, ocorreu em 1885 a aprovação da Lei dos Sexagenários, também chamada de Lei Saraiva-Cotejipe. Proposta por um gabinete liberal presidido pelo conselheiro Saraiva, a medida foi aprovada no Senado quando os conservadores, tendo à frente o Barão de Cotejipe, haviam voltado ao poder. Em linhas gerais, ela concedia liberdade aos cativos maiores de sessenta anos e estabelecia normas para a libertação gradual de todos os escravos, mediante indenização. A lei foi pensada como forma de se deter o abolicionismo radical e não alcançou seu objetivo.

Entre 1885 e 1888, após uma breve parada, a campanha abolicionista ganhou ímpeto. O fato mais importante agora era a desorganização do trabalho nas fazendas paulistas, provocada pela fuga em massa de escravos. Ativistas liderados por Antônio Bento, membro de uma família rica de São Paulo, partiam para as fazendas e cidades do interior, incentivando os atos de rebel-

dia. Em pouco tempo, Santos converteu-se no centro onde se abrigavam os escravos fugidos. Nesse ínterim, como vimos, a elite cafeeira paulista apressou o funcionamento do plano de imigração, percebendo que o sistema escravista se desagregava rapidamente.

No ano de 1888, apegavam-se à escravidão apenas os representantes das velhas zonas cafeeiras do Vale do Paraíba, cujas fortunas em declínio se concentravam nos escravos. Um projeto preparado pelo senador conservador de São Paulo, Antônio Prado, ligado ao Oeste Paulista, tentou ainda contemporizar. Previa a imediata libertação dos escravos, sujeita à indenização e prestação de serviços por três meses, de modo a assegurar a próxima colheita.

Diante da oposição dos liberais, o presidente do Conselho, o conservador João Alfredo, decidiu propor a Abolição sem restrições. A iniciativa foi aprovada por grande maioria parlamentar, sendo sancionada a 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, que se encontrava na regência do trono. Dos nove deputados que votaram contra o projeto, oito representavam a província do Rio de Janeiro. No Senado, o Barão de Cotejipe chefiou a frágil resistência, lançando uma ameaça: "Daqui a pouco se pedirá a divisão das terras e o Estado poderá decretar a expropriação sem indenização".

O destino dos ex-escravos variou de acordo com a região do país. No Nordeste, transformaram-se, em regra, em dependentes dos grandes proprietários. O Maranhão representou uma exceção, pois aí os libertos abandonaram as fazendas e se instalaram nas terras desocupadas como posseiros.

No Vale do Paraíba, os antigos escravos viraram parceiros nas fazendas de café em decadência e, mais tarde, pequenos sitiantes ou peões para cuidar do gado.

A fuga em massa foi característica dos últimos anos que antecederam a Abolição no Oeste Paulista. Mesmo assim o fluxo de negros para a cidade de São Paulo e outras regiões durou pelo menos dez anos.

Nos centros urbanos de São Paulo e do Rio de Janeiro, a situação variou. Enquanto em São Paulo os empregos estáveis foram ocupados pelos trabalhadores imigrantes, relegando-se os ex-escravos aos serviços irregulares e mal pagos, no Rio o quadro foi algo diverso. Tendo em vista a tradição de emprego de negros escravos e livres nas oficinas artesanais e manufaturas, assim como o menor peso da imigração, o trabalhador negro teve aí oportunidades relativamente maiores. Por exemplo, eram negros cerca de 30% dos

trabalhadores fabris cariocas em 1891, ao passo que só os imigrantes ocupavam 84% dos empregos na indústria paulistana em 1893. No Rio Grande do Sul ocorreu, como em São Paulo, um processo de substituição de escravos ou ex-escravos por imigrantes nas oportunidades de trabalho regular.

Apesar das variações de acordo com as diferentes regiões do país, a abolição da escravatura não eliminou o problema do negro. A opção pelo trabalhador imigrante, nas áreas regionais mais dinâmicas da economia, e as escassas oportunidades abertas ao ex-escravo, em outras áreas, resultaram em uma profunda desigualdade social da população negra. Fruto em parte do preconceito, essa desigualdade acabou por reforçar o próprio preconceito contra o negro. Sobretudo nas regiões de forte imigração, ele foi considerado um ser inferior, perigoso, vadio e propenso ao crime; mas útil quando subserviente.

5.8.2. As Controvérsias Sobre a Escravidão

Poucos temas da história brasileira têm sido tão discutidos e investigados como a escravidão. Há apaixonadas controvérsias sobre os índices de mortalidade de escravos na travessia do Atlântico, sobre as possibilidades de organização familiar dos escravos, sobre o significado das alforrias, ou seja, da libertação de cativos anterior a 1888, sobre a chamada "brecha camponesa", sobre a condição do escravo em situações de trabalho diversas etc.

A controvérsia permitiu dar maior substância à constatação de que o sistema escravista não se sustentou apenas pela violência aberta, embora esta fosse fundamental. Ele teve uma longa vida também por sua abrangência, pela diferenciação entre escravos, pelas expectativas reais ou imaginárias de alcançar a liberdade. Já vimos como os escravos se distinguiam segundo a nacionalidade, o tempo de permanência no país quando africanos, a cor da pele, o tipo de atividade. Examinaremos agora, na impossibilidade de abordar todas as questões, duas das mais significativas: a questão da "brecha camponesa" e a das alforrias.

A existência de uma "brecha camponesa" é sustentada pelos autores, com Ciro Cardoso à frente, que destacam a importância do setor dedicado ao mercado interno, na economia brasileira colonial e do século XIX. A tese parte

20. *Negro Africano*, foto de Christiano Jr. As cicatrizes simétricas do rosto resultam de um costume tribal. (Esta foto e as seguintes foram tiradas entre 1864 e 1866 e destinavam-se ao público europeu, consumidor de "imagens exóticas de pretos".)

21. Foto de Christiano Jr.

22. *Mulheres em Traje de Baiana, Oriundo da África*, foto de Christiano Jr.

23. Foto de Christiano Jr. O fotógrafo tinha estúdio no Rio de Janeiro.

da constatação de que nas fazendas de cana, e sobretudo de café, os escravos tiveram permissão de trabalhar em quintais próximos a suas cabanas ou em pequenos lotes de terra, produzindo gêneros alimentícios para seu sustento e para venda no mercado. Essa permissão teria se generalizado, a ponto de se converter em um costume. Desse modo, afirma-se que, ao produzir por conta própria para o mercado, o escravo se tornou também um camponês, abrindo uma brecha no sistema escravista. A constatação aponta ainda para o fato de que, embora o escravo fosse juridicamente uma coisa, acabava, na prática das relações sociais, por ter certos direitos derivados do costume.

Existe, porém, controvérsia sobre o vulto da produção escrava para o mercado, havendo autores, como Jacob Gorender, que, sem negar sua existência, consideram-na pouco relevante.

O problema da alforria é suscitado pela existência de um grande número de escravos libertos nas colônias espanholas e no Brasil, em comparação com as possessões inglesas e francesas.

De fato, apesar da precariedade dos números, constatamos que, no fim do período colonial, os libertos ou livres representavam 42% da população de origem africana (negros ou mulatos) e 27,8% do total da população brasileira, enquanto os escravos correspondiam a 38,1% desse total. Segundo os dados do recenseamento de 1872, libertos ou livres eram 73% da população de origem africana e 43% do total da população brasileira, sendo escravos 15% deste total. Livres eram negros ou mulatos já nascidos em liberdade; libertos eram escravos que obtiveram a liberdade no curso da vida. As alforrias ocorriam quando o próprio escravo ou um terceiro comprava sua liberdade ou quando o senhor decidia libertá-lo. O fato de que o maior número de alforrias, mediante pagamento, tenha ocorrido nas cidades indica que nelas existia maior possibilidade de o escravo juntar economias.

Uma explicação fácil para os atos de libertação por iniciativa dos senhores é a de que eram libertados apenas velhos e doentes, por razões econômicas. Entretanto, alguns estudos põem em dúvida essa hipótese. Por exemplo, uma pesquisa que abrangeu 7 mil libertos em Salvador, entre 1684 e 1785, revelou que a idade média dos beneficiados era de apenas quinze anos.

Isso não quer dizer que se devam eliminar as considerações econômicas entre as causas do grande número de alforrias. Os estudos existentes sugerem

que, na comparação entre zonas de economia em expansão e zonas em decadência, havia mais alforrias nestas do que nas primeiras.

Lembremos porém que razões afetivas podem ter pesado fortemente nos atos de libertação, pois, na divisão entre sexos, constata-se uma nítida predominância de mulheres. Assim, na cidade do Rio de Janeiro, entre 1807 e 1831, as mulheres constituíram 64% dos alforriados. Essa proporção é bastante alta se considerarmos que a proporção de homens na população escrava era bem superior à de mulheres.

É importante salientar que os libertos não tinham condição idêntica à da população livre. Até 1865, a alforria mediante pagamento ou gratuita podia ser revogada pelo antigo senhor sob a simples alegação de ingratidão. Além disso, no papel ou na prática, a libertação, em muitos casos, era acompanhada de uma série de restrições, como a de prestar serviços ao dono por um certo tempo. A legislação posterior a 1870 incorporou aliás esse costume, ao determinar a liberdade de crianças e velhos sob condição.

Outro fato digno de nota é o de que, embora encontremos libertos em ações rebeldes da população negra, isso não era muito comum, porque eles ficaram em uma posição intermediária entre livres e escravos, aproximando-se socialmente dos brancos pobres. As alforrias suavizaram assim o choque racial direto. Finalmente, cabe ressaltar que, em certas condições de forte presença da população negra, os alforriados tiveram um papel importante de preservação comunitária. O caso mais típico é o da Bahia, onde os libertos no século XIX asseguraram a existência de uma comunidade que combinou culturas africanas e européias.

5.8.3. O REPUBLICANISMO

O ideal republicano, como vimos, teve livre curso nos dois movimentos pela Independência, a partir de fins do século XVIII, associando-se à idéia de revolução e de algum tipo de reforma da sociedade. Alguns membros do movimento republicano que nasceu em 1870 no Rio de Janeiro herdaram essa concepção. Homens como Lopes Trovão, signatário do manifesto republicano de 1870, e Silva Jardim – este já nos últimos anos do Império – eram defensores de uma revolução popular como caminho para se chegar à República.

Mas a grande maioria seguia a opinião de Quintino Bocaiúva, partidário de uma transição pacífica de um regime para o outro, aguardando-se, se possível, a morte de Dom Pedro II.

A base social do republicanismo nas cidades era constituída principalmente de profissionais liberais e jornalistas, um grupo cuja emergência resultou do desenvolvimento urbano e da expansão do ensino. As idéias republicanas tiveram influência também entre os militares, mas o caso destes, por seus traços próprios, será tratado à parte. Os republicanos do Rio de Janeiro associavam a República à maior representação política dos cidadãos, aos direitos e garantias individuais, à federação, ao fim do regime escravista.

A novidade da década de 1870 foi o surgimento de um movimento republicano conservador nas províncias, tendo como maior expressão o Partido Republicano Paulista (PRP), fundado em 1873. Os quadros do PRP provinham majoritariamente da burguesia cafeeira. O ponto fundamental do programa do partido consistia na defesa da federação, ou seja, de um modelo de organização política do país em que as unidades básicas são as províncias.

Embora um dos grandes inspiradores do federalismo – Tavares Bastos – sustentasse a idéia de uma monarquia federativa, os republicanos de São Paulo convenceram-se de que o Império seria incompatível com a autonomia provincial. Entre outras coisas, a autonomia significaria o controle pelas províncias da política bancária e de imigração, assim como a descentralização das rendas.

O republicanismo paulista se diferenciava do existente no Rio de Janeiro pela maior ênfase dada à idéia de federação, pelo menor interesse na defesa das liberdades civis e políticas, e pela forma de lidar com o problema da escravidão. Não por acaso, tendo em vista sua composição social, o PRP evitou tomar uma posição clara acerca da escravatura, ou mesmo discutir o problema, até as vésperas da Abolição.

As queixas dos republicanos paulistas contra o governo central tinham em certos aspectos uma ressonância atual. São Paulo estava sub-representado no Parlamento e nos órgãos da Monarquia. Em 1883, cada deputado paulista representava 145 141 habitantes, enquanto os de Pernambuco representavam 85 448, e os do Amazonas, 40 327 habitantes. Havia também reclamações na aplicação das rendas governamentais. Salientava-se que São Paulo, cuja eco-

nomia estava em expansão, contribuía cada vez mais para a receita do Império, sem receber benefícios proporcionais.

Apesar de muito ativo na propaganda e na edição de jornais, o movimento republicano do Rio de Janeiro não conseguiu organizar-se em partido político. Os partidos republicanos com significação até o fim do Império foram os de São Paulo e Minas Gerais, especialmente o primeiro. Em 1884, aliado aos conservadores na oposição, o PRP elegeu para a Câmara dos Deputados Prudente de Morais e Campos Sales, que seriam mais tarde os dois primeiros presidentes civis da República. Segundo estimativas de 1889, um quarto do eleitorado paulista (3 593 pessoas) era republicano, ficando porém atrás dos liberais (6 637) e dos conservadores (3 957).

5.8.4. As Tensões Entre Estado e Igreja

Na década de 1870, as relações entre o Estado e a Igreja se tornaram tensas. A união entre "o trono e o altar", prevista na Constituição de 1824, representava em si mesma fonte potencial de conflito. Se a religião católica era oficial, a própria Constituição reservava ao Estado o direito de conceder ou negar validade a decretos eclesiásticos, desde que não se opusessem à Constituição.

O conflito teve origem nas novas diretrizes do Vaticano, a partir de 1848, no pontificado de Pio IX. O pontífice condenou "as liberdades modernas" e tratou de afirmar o predomínio espiritual da Igreja no mundo. Em 1870, o poder do papa foi reforçado quando um Concílio Vaticano proclamou o dogma de sua infalibilidade.

No Brasil, a política do Vaticano incentivou uma atitude mais rígida dos padres em matéria de disciplina religiosa e uma reivindicação de autonomia perante o Estado.

O conflito nasceu quando o bispo de Olinda, Dom Vital, em obediência à determinação do papa, decidiu proibir o ingresso de maçons nas irmandades religiosas. Apesar de numericamente pequena, a maçonaria tinha influência nos círculos dirigentes. O Visconde do Rio Branco, por exemplo, que presidia então o Conselho de Ministros, era maçom.

Tratado como "funcionário rebelde", Dom Vital foi preso e condenado, ocorrendo depois a prisão e condenação de outro bispo. A tempestade só amainou depois de um arranjo (1874-1875) que resultou na substituição do gabinete Rio Branco, na anistia dos bispos e na suspensão pelo papa das proibições aplicadas aos maçons.

5.8.5. O Papel dos Militares

A participação de oficiais do Exército no governo foi significativa até a abdicação de Dom Pedro I. A partir daí, a importância dos militares decresceu cada vez mais. A presença da tropa nas agitações populares, após a Independência, contribuiu para que a instituição fosse olhada com desconfiança. Os liberais do período regencial, com Feijó à frente, reduziram os efetivos militares e criaram a Guarda Nacional. Argumentava-se que um grande exército permanente levaria ao surgimento de pequenos Bonapartes, como já acontecia na Argentina e no México.

A Marinha, pelo contrário, recebeu muitas atenções, sendo vista como uma corporação nobre, até porque havia incorporado oficiais ingleses, nos primeiros anos após a Independência.

Apesar dessa desigualdade de tratamento, o quadro de oficiais do Exército teve características de elite até 1850. Essa composição social mudou bastante nas décadas seguintes. A baixa remuneração, as pobres condições de vida e a lentidão das promoções tendiam a desencorajar os filhos das grandes famílias a dedicar-se à carreira militar. Ao mesmo tempo, cresceu o número de oficiais provenientes de famílias dos próprios militares ou de burocratas.

Do ponto de vista regional, a maioria dos novos oficiais provinha de municípios do interior do Nordeste e do Rio Grande do Sul. Em geral, os do Nordeste eram originários de famílias tradicionais em declínio, que não podiam pagar o estudo de seus filhos. No Rio Grande do Sul, região de fronteira onde se concentravam contingentes militares, a carreira no Exército se apresentava como relativamente prestigiosa. Uma indicação disso é o fato de que, em 1853, o governo criou naquela província uma Academia Militar para oficiais de infantaria e cavalaria.

A mudança de composição social do Exército contribuiu para afastar os oficiais da elite política do Império, especialmente dos bacharéis formados pelas faculdades de direito. Os "legistas", como eram chamados os bacharéis, sintetizavam na visão militar a cultura inútil, a corrupção eleitoral e impediam com sua teia de leis e regulamentos o desenvolvimento do país.

Na década de 1850, em um período de prosperidade, o governo tomou algumas medidas para reformar o Exército. Uma lei de setembro daquele ano transformou a estrutura do corpo de oficiais, atribuindo aos portadores de diploma na Academia Militar privilégios em relação aos que não o possuíssem. A Academia Militar, existente na Corte desde 1810, abrangia um currículo de engenharia civil combinado com outro de ensino militar estrito. Em 1858, o ministro da Guerra incentivou a especialização, separando o curso de engenharia do curso militar, transferido para a Praia Vermelha, onde permaneceu até 1904.

Antes da Guerra do Paraguai já haviam surgido entre os oficiais críticas contra o governo do Império. Essas críticas se referiam tanto a questões específicas da corporação, como o critério de promoções e o direito de casar-se sem pedir consentimento ao ministro da Guerra, quanto a outras mais gerais, referentes à situação do país. Os jovens militares defendiam o fim da escravatura e uma maior atenção à educação, à indústria e à construção de estradas de ferro.

Com a reorganização da Academia Militar e após a guerra, o Exército se reforçou como corporação. Ao intervir na área política, muitos oficiais passaram a se expressar como militares e não como militares que fossem também políticos. Os exemplos mais notáveis, marcando as diferenças entre duas gerações, são os de Caxias e Floriano. Caxias era sem dúvida uma figura de grande prestígio no Exército, mas era também um dos líderes do Partido Conservador, a ponto de chegar já antes da Guerra do Paraguai à presidência do Conselho de Ministros. Floriano, apesar de suas conexões com a cúpula do Partido Liberal que o ajudaram a progredir na carreira, falava como militar e como cidadão. Sua lealdade básica se localizava no Exército.

A Escola Militar da Praia Vermelha, pensada na origem como instituição de ensino militar, converteu-se na prática em um centro de estudos de matemática, filosofia e letras. Foi no seu ambiente que os ataques ao governo passaram a ter como alvo o próprio regime monárquico. Ganhava terreno a idéia de Re-

pública. Para isso, foi muito importante a influência do positivismo, doutrina que teve crescente aceitação depois de 1872, quando Benjamim Constant se tornou professor da escola.

5.8.6. O POSITIVISMO

O positivismo é uma corrente de pensamento cujos princípios básicos foram formulados pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857). Não cabe aqui tentar resumir seus vários aspectos, mas apenas assinalar os pontos mais atraentes para os militares brasileiros.

Partindo da tradição romana e da experiência jacobina na Revolução Francesa de 1789, Comte considerava ser a ditadura republicana a melhor forma de governo para as condições de sua época. Opunha-se assim à República liberal, que se baseia na idéia de soberania popular, sendo o poder exercido em nome do povo através de um mandato. Membros do Congresso ou o presidente da República recebem dos eleitores esse mandato periodicamente renovável, por ocasião das eleições. O princípio de representação é assim básico no modelo liberal de República.

A ditadura republicana concebida por Comte não correspondia ao despotismo, mas implicava a idéia de um governo de salvação no interesse do povo. Teoricamente, o ditador republicano deveria ser representativo, mas poderia afastar-se do povo em nome do bem da República. Ele seria eleito por toda a vida e poderia influir na escolha de seu sucessor.

Nos meios militares brasileiros, a influência do positivismo só raramente se deu pela aceitação ortodoxa de seus princípios. Em geral, os oficiais do Exército, assim como muitos estudantes e professores, absorveram aqueles aspectos mais afinados com suas percepções. A ditadura republicana assumiu a forma da defesa de um Executivo forte e intervencionista, capaz de modernizar o país, ou simplesmente a da ditadura militar.

Outros elementos de atração do positivismo eram a separação da Igreja e do Estado e a clara preferência da doutrina pela formação técnica, pela ciência e pelo desenvolvimento industrial. Em resumo, o positivismo, com sua ênfase na ação do Estado e na neutralização dos políticos tradicionais,

continha uma fórmula de modernização conservadora do país, que era muito atraente para os militares.

5.8.7. O Reformismo do Império

Convém lembrar que a Monarquia não ficou surda aos novos tempos, embora as iniciativas de reforma tivessem muitas vezes efeitos até negativos para a sua sobrevivência. Em geral, pareciam insuficientes para as correntes reformistas e radicais aos olhos dos conservadores.

Afora a abolição da escravatura, uma das medidas mais importantes do Império na década de 1880 foi a aprovação de uma reforma eleitoral conhecida como Lei Saraiva, em janeiro de 1881. Essa lei não deve ser confundida com a dos Sexagenários, também chamada de Saraiva-Cotejipe.

A reforma eleitoral estabeleceu o voto direto para as eleições legislativas, acabando assim com a distinção restritiva entre votantes e eleitores. Todos, isto é, as pessoas em condições de votar, eram agora eleitores. Manteve-se a exigência de um nível mínimo de renda – o censo econômico – e introduziu-se claramente, a partir de 1882, o censo literário, isto é, daquele ano em diante só poderiam votar as pessoas que soubessem ler e escrever. O direito de voto foi estendido aos não-católicos, aos brasileiros naturalizados e aos libertos.

Pensada como instrumento de moralização das eleições e de ampliação da cidadania, a Lei Saraiva começou a ser aplicada com êxito nas eleições de 1881. As unanimidades pareciam ter acabado, pois o Partido Conservador, embora ficasse em minoria, elegeu uma expressiva bancada de 47 deputados. Nos anos seguintes porém voltaram os velhos vícios, as fraudes e pressões sobre os eleitores. A esperança de alcançar a "verdade eleitoral", desejada nos meios urbanos e letrados do Império, acabou assim se apagando.

5.8.8. Problemas com os Militares

A partir de 1883, surgiram vários desentendimentos entre governo, deputados e oficiais do Exército. Um dos mais expressivos atritos ocorreu quando em 1884 o Tenente-coronel Sena Madureira, oficial de prestígio e amigo do imperador, convidou um dos jangadeiros que havia participado da luta pela

libertação dos escravos no Ceará a visitar a Escola de Tiro do Rio de Janeiro, da qual era comandante. O oficial foi punido com sua transferência para o Rio Grande do Sul. Aí publicou no jornal republicano, *A Federação*, um artigo, narrando o episódio do Ceará, que acirrou os ânimos.

Ao lado do caso Sena Madureira havia outros gerando polêmicas, nos jornais. O ministro de Guerra assinou então uma ordem em que proibia militares de discutir pela imprensa questões políticas ou da corporação. Os oficiais sediados no Rio Grande do Sul realizaram uma grande reunião em Porto Alegre, protestando contra a proibição do ministro. Deodoro da Fonseca, na presidência da Província do Rio Grande do Sul, recusou-se a punir os oficiais, sendo chamado ao Rio de Janeiro. Afinal, surgiu uma fórmula conciliatória, favorável aos militares. Revogou-se a proibição e o gabinete foi censurado pelo Congresso.

Nessa altura (junho de 1887), os oficiais organizaram o Clube Militar como associação permanente para defender seus interesses, sendo Deodoro eleito presidente. No mesmo mês de fundação do clube, Deodoro solicitou ao ministro da Guerra que o Exército não fosse mais obrigado a caçar escravos fugidos. Isso aconteceu na prática, apesar da recusa do ministro em atender ao pedido.

A insatisfação militar e a propaganda republicana cresciam quando, em junho de 1889, o imperador convidou um liberal – o Visconde de Ouro Preto – para formar novo gabinete. Ouro Preto propôs uma série de reformas, mas contribuiu para acender os ânimos ao nomear para a presidência do Rio Grande do Sul Silveira Martins, inimigo pessoal de Deodoro.

Contatos entre alguns líderes republicanos paulistas e gaúchos e os militares, visando a derrubar a Monarquia, vinham acontecendo esporadicamente desde 1887. A 11 de novembro de 1889, figuras civis e militares, como Rui Barbosa, Benjamim Constant, Aristides Lobo e Quintino Bocaiúva reuniram-se com o marechal Deodoro, tratando de convencê-lo a liderar um movimento contra o regime. A participação de Deodoro era importante como figura conservadora e de prestígio no Exército. Ele resistia por ser amigo do imperador e não gostar da presença de paisanos na conspiração. O problema lhe parecia de ordem estritamente militar. Mas uma série de boatos espalhados pelos jovens militares, falando da prisão de Deodoro, da redução dos efetivos

ou mesmo da extinção do Exército, levou Deodoro a decidir-se pelo menos a derrubar Ouro Preto.

Nas primeiras horas da manhã de 15 de novembro de 1889, Deodoro assumiu o comando da tropa e marchou para o Ministério da Guerra, onde se encontravam os líderes monarquistas. Seguiu-se um episódio confuso, para o qual existem versões diversas, não se sabendo ao certo se naquele dia Deodoro proclamou a República ou apenas considerou derrubado o ministério. Seja como for, no dia seguinte a queda da Monarquia estava consumada. Alguns dias mais tarde, a família real partia para o exílio.

5.8.9. A Queda da Monarquia

O fim do regime monárquico resultou de uma série de fatores cujo peso não é o mesmo. Duas forças, de características muito diversas, devem ser ressaltadas em primeiro lugar: o Exército e um setor expressivo da burguesia cafeeira de São Paulo, organizado politicamente no PRP. O episódio de 15 de novembro resultou da iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um pequeno mas decisivo empurrão para apressar a queda da Monarquia. Por outro lado, a burguesia cafeeira permitiria à República contar com uma base social estável, que nem o Exército, nem a população urbana do Rio de Janeiro podiam, por si mesmos, proporcionar.

Não devemos esquecer ainda fatores humanos, às vezes esquecidos, como se a História não fosse feita por gente de carne e osso. A doença do imperador, atacado de diabetes, tirou do centro das disputas um importante elemento estabilizador. Com seu prestígio pessoal e o derivado do trono, Pedro II servia de amortecedor das queixas militares. Sua ausência colocou os oficiais do Exército em confronto direto com a elite imperial, a quem eles faziam muitas restrições. A elite, por sua vez, não abriu mão de sua crença no predomínio da autoridade civil, revelada entre tantos exemplos na nomeação de civis para o Ministério da Guerra, em momentos em que a prudência não recomendava esse procedimento. Outro problema consistia na falta de uma perspectiva animadora para um terceiro Reinado. Por morte de Dom Pedro, subiria ao trono a Princesa Isabel, cujo marido – o Conde d'Eu – era francês e, no mínimo, uma personalidade muito discutível.

Foi comum atribuir-se papel importante na queda da Monarquia a dois outros fatores: a disputa entre a Igreja e o Estado e a Abolição. O primeiro deles contribuiu em alguma medida para o desgaste do regime, mas seu peso não deve ser exagerado. A queda da Monarquia restringiu-se a uma disputa entre elites divergentes, e nem entre os monarquistas nem entre os republicanos a Igreja tinha forte influência.

Quanto à Abolição, as iniciativas do imperador no sentido de extinguir gradualmente o sistema escravista provocaram fortes ressentimentos entre proprietários rurais, e não só entre eles. Os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desiludiram-se do Império, de quem esperavam uma atitude de defesa de seus interesses. Com isso, o regime perdeu sua principal base social de apoio. Mas o episódio em si da Abolição não teve maior significado no fim do regime. Os barões fluminenses, únicos adversários frontais da medida, tinham-se tornado inexpressivos como força social em 1888.

5.9. BALANÇO ECONÔMICO E POPULACIONAL

Antes de iniciar o estudo da Primeira República, vamos fazer um balanço de alguns aspectos do Brasil, em sua primeira fase como país independente, entre 1822 e 1890.

Comecemos pela população. No período que estamos considerando, realizaram-se os dois primeiros recenseamentos gerais da população, em 1872 e 1890. Admitidos todos os seus defeitos, os recenseamentos, ou simplesmente censos, começaram a apresentar números mais confiáveis do que os até então existentes. De uma população calculada em torno de 4,6 milhões de pessoas incluindo-se 800 mil índios em 1819, chegou-se a 9,93 milhões em 1872 e a 14,333 milhões, em 1890. Segundo os dados de 1872, Minas Gerais continuava a ser a província mais povoada, com aproximadamente 2,1 milhões de habitantes, vindo a seguir a Bahia com 1,38 milhão. Pernambuco e São Paulo tinham populações muito semelhantes, em torno de 840 mil pessoas. As alterações mais relevantes eram a ascensão de São Paulo e a queda da província do Rio de Janeiro, que passou do segundo para o quinto lugar.

Do ponto de vista racial, os mulatos constituíam cerca de 42% da população, os brancos 38% e os negros 20%. Cresceu assim a proporção de brancos,

estimada em menos de 30% em 1819. Isso se liga ao ingresso de imigrantes. Pouco mais de 300 mil entraram no país entre 1846 e 1875, em uma média de 10 mil por ano, metade dos quais eram portugueses.

Os primeiros dados gerais sobre instrução mostram enormes carências nessa área. Em 1872, entre os escravos, o índice de analfabetos atingia 99,9% e entre a população livre aproximadamente 80%, subindo para mais de 86% quando consideramos só as mulheres. Mesmo descontando-se o fato de que os percentuais se referem à população total, sem excluir crianças nos primeiros anos de vida, eles são bastante elevados. Apurou-se ainda que somente 16,85% da população entre seis e quinze anos freqüentavam escolas. Havia apenas 12 mil alunos matriculados em colégios secundários. Entretanto, calcula-se que chegava a 8 mil o número de pessoas com educação superior no país. Um abismo separava, pois, a elite letrada da grande massa de analfabetos e gente com educação rudimentar. Escolas de cirurgia e outros ramos da medicina surgiram na Bahia e no Rio de Janeiro, por ocasião da vinda de Dom João VI. Essas escolas, assim como a de engenharia, estavam vinculadas em sua origem a instituições militares. Do ponto de vista da formação da clite, o passo mais importante foi a fundação da Faculdade de Direito de São Paulo (1827) e de Olinda/Recife (1828). Delas saíram os bacharéis que, como magistrados e advogados, formaram o núcleo dos quadros políticos do Império.

O Brasil continuava a ser um país essencialmente agrícola. Considerando-se as pessoas em atividade em 1872, 80% se dedicavam ao setor agrícola, 13% ao de serviços e 7% à indústria. Observemos que na categoria "serviços" mais da metade se refere a empregados domésticos. Vê-se como era ainda incipiente a indústria, tanto mais que neste item está incluída a mineração.

O Rio de Janeiro, com seus 522 mil habitantes em 1890, constituía o único grande centro urbano. A capital do Império concentrava a vida política, as diversões e um grande número de investimentos em transportes, iluminação, embelezamento da cidade. Vinham a seguir Salvador, Recife, Belém e só então São Paulo com modestos 65 mil habitantes. Mas a cidade, que se convertia no centro dos negócios cafeeiros e atraía cada vez mais imigrantes, começara uma arrancada de longo alcance, crescendo a uma taxa geométrica anual de 3%, entre 1872 e 1886, e de 8%, entre 1886 e 1890.

Por volta de 1870, consolidou-se a tendência de desenvolvimento econômico do Centro-Sul e de declínio do Nordeste. Isso, em grande medida, resultou de estímulos diversos provenientes do exterior para a produção agrícola. Nos países consumidores do café, o número de habitantes e sua renda aumentou enormemente. A população dos Estados Unidos – maior país consumidor – quase triplicou entre 1850 e 1900 e o hábito de tomar café se ampliou. Esse fato, ao lado de outras circunstâncias, permitiu aos produtores absorver as flutuações de preço, ou seja, dada a expansão da demanda, foi possível enfrentar eventuais perdas, nos períodos em que o preço do café caía no mercado internacional.

A principal atividade econômica do Nordeste não teve o mesmo destino do café. Seria engano porém pensar que a produção açucareira deixou de ser relevante. O açúcar manteve o segundo lugar na pauta das exportações brasileiras, após ser superado pelo café, com exceção do período 1861-1870, em que foi ultrapassado pelo algodão.

Mas a situação do açúcar brasileiro no mercado mundial não era boa. O produto tinha dois fortes concorrentes: o açúcar extraído da beterraba, que em meados do século XIX passou a ser produzido em larga escala na Alemanha, e o de cana proveniente do Caribe, onde se destacava Cuba. Ao contrário do Brasil, a ilha enfrentava dificuldades de mão-de-obra. Entretanto, a fertilidade das terras e os capitais disponíveis – espanhóis e depois norte-americanos – deram a Cuba uma posição de liderança, não só na produção como na modernização da indústria açucareira. Outro fator a ser lembrado é a maior proximidade entre Cuba e os centros consumidores. Quanto à tecnologia, a posição de Cuba também era melhor: em torno de 1860, 70% dos engenhos cubanos usavam máquinas a vapor, em comparação com apenas 2% dos engenhos pernambucanos. No Nordeste brasileiro, os esforços de modernização, com auxílio governamental, foram lentos e os resultados bem mais restritos. Não é assim de se surpreender que, por volta de 1875, a participação do Brasil no mercado mundial de açúcar, que sempre fora de 10%, tenha caído para 5%.

O cultivo de algodão estendia-se desde a Colônia, pelas províncias do Norte e do Nordeste, concentrando-se em Pernambuco, no Maranhão, em Alagoas e na Paraíba. Era produzido por pequenos e médios lavradores, em combinação com culturas de alimentos, para a própria subsistência e para

venda nos mercados locais. Desde o início do século XIX, a concorrência do algodão americano começou a desbancar a produção brasileira no principal mercado importador: a indústria têxtil inglesa. A Guerra Civil nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, deu um súbito alento às exportações brasileiras, a ponto de o algodão figurar, como vimos, em segundo lugar na pauta das exportações no decênio 1861-1870. Mas essa foi uma situação efêmera e logo se seguiu o declínio. O impulso posterior da produção algodoeira estaria vinculado ao mercado interno, com a expansão das indústrias têxteis no país.

Na região amazônica, a extração da borracha começou a ganhar importância, atraindo a esparsa população local e os trabalhadores disponíveis do Nordeste. A demanda mundial pelo produto surgiu a partir de 1839, quando Charles Goodyear aperfeiçoou o processo de vulcanização. Graças a ele, a borracha se tornou resistente ao calor e ao frio, sendo utilizada, a princípio, em produtos diversos como correias, mangueiras, sapatos, capas de chuva.

Até 1850, as exportações brasileiras de borracha eram insignificantes. Elas cresceram ao longo dos anos, figurando na década de 1881-1890 em terceiro lugar entre os produtos brasileiros exportados, com 8% do valor total das exportações, percentagem muito próxima à do açucar (9,9%). A grande expansão, o *boom* da borracha começa nessa época. Não só as exportações aumentaram como ocorreu a formação de um pólo econômico regional. Até aí, extraída a borracha em condições penosas pelos trabalhadores, os negócios se concentravam nas mãos de um pequeno grupo de intermediários portugueses e de algumas casas exportadoras estrangeiras. Com a expansão, surgiu uma rede bancária, cresceu o número de intermediários, de casas importadoras de bens de consumo, daí resultando o crescimento de Belém e Manaus. Só a sorte do trabalhador e do pequeno seringueiro não melhorou.

Apesar de os Estados Unidos serem o principal país importador do café brasileiro, a Inglaterra até a década de 1870-1880 figurou em primeiro lugar entre os países de destino das mercadorias exportadas pelo Brasil. Entre 1870 e 1873, correspondeu à Inglaterra 39,4% do valor das exportações brasileiras, vindo a seguir os Estados Unidos com 28,8%. Tomando-se os mesmos anos como referência, verificamos que o Brasil importava bens predominantemente da Inglaterra (53,4% do valor total), vindo a França em um distante segundo lugar (12,2%).

A partir de 1861 até o fim do Império, a balança comercial apresentou saldo, ou seja, o valor das exportações superou o das importações. Entretanto, esses saldos tiveram de atender, em grande parte, ao serviço da dívida externa, que consiste no pagamento de prestações, juros e comissões de empréstimos contraídos no exterior. Esse serviço consumiu 50% a 99% dos saldos até 1889, sem se incluir aí remessa de lucros e outros pagamentos.

Assim como ocorrera na época colonial, nem toda a produção do país se destinava à exportação. Várias áreas dedicaram-se à criação de gado e outros animais e à produção de alimentos, tanto para subsistência como para venda no mercado interno. Duas delas se destacaram sob esse aspecto. Minas Gerais e o Sul do país, especialmente o Rio Grande do Sul.

O território mineiro se dividia em várias regiões muito diversas e fracamente integradas por causa das deficientes vias de comunicação. A Zona da Mata, onde se localizavam cidades como Juiz de Fora, Leopoldina, Mar de Espanha, produzia café e estava ligada fortemente ao Rio de Janeiro. O Vale do São Francisco era uma zona de criação de gado que tinha relações mais estreitas com a Bahia e Pernambuco do que com o resto da província. O sul, onde se localizavam Pouso Alegre, Passos, Itajubá, vinculava-se a São Paulo e à capital do Império. Apesar do crescimento da produção cafeeira, exportada pelo Rio de Janeiro, Minas não se vinculava predominantemente ao mercado externo. A base de sua economia consistia na criação de animais e no cultivo de alimentos. Ao que parece, grande parte dos alimentos vegetais, como o milho, o feijão, a farinha de mandioca, era consumida na própria província, enquanto bovinos, porcos e seus derivados representavam o item mais importante das exportações para outras regiões.

Até a Abolição, Minas Gerais foi a província com maior população do país e o maior número de escravos, embora proporcionalmente a província do Rio de Janeiro a superasse em número de cativos. A expansão do café absorveu um grande número de escravos, mas ainda a maior concentração ficou nas regiões não-cafeeiras. Manteve-se assim uma característica que vinha da Colônia. Ou seja, a combinação de relações escravistas com uma economia voltada principalmente para o mercado interno.

No Sul do país, a produção para esse mercado liga-se ao setor tradicional dos criadores de gado e ao ingresso de imigrantes. A atração de imigrantes para a região nasceu mais cedo do que em São Paulo e teve características

bem diferentes. Enquanto em São Paulo tinha por objetivo fornecer trabalhadores para a grande lavoura, no Sul esteve ligada aos planos de colonização baseados na pequena propriedade. Pouco antes da Independência, José Bonifácio e Dom Pedro, por razões socioeconômicas e militares, realizaram os primeiros esforços no sentido de atrair colonos alemães para o Sul, especialmente Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. José Bonifácio esperava incentivar a formação no Brasil de uma classe média rural. Perto de São Paulo, surgiram as colônias de Santo Amaro e Itapecerica (1829); junto a Florianópolis, a de São Pedro de Alcântara (1828) e, perto de Porto Alegre, a mais bem-sucedida de todas – a colônia alemã de São Leopoldo (1824). A colonização alemã se estendeu pelo nordeste de Santa Catarina, onde surgiram as colônias de Blumenau (1850), Brusque e Dona Francisca, atual Joinville.

Os imigrantes dedicaram-se à criação de porcos, galinhas, vacas leiteiras, batatas, verduras e frutas até então inexistentes no Brasil, como a maçã. Tiveram também um papel importante na instalação de oficinas e estabelecimentos industriais. Surgiram assim, a princípio modestamente, a indústria da banha, de laticínios, de conserva de carne, de cerveja e outras bebidas.

Graças sobretudo ao fluxo para o Sul, os alemães figuraram em segundo lugar na imigração de estrangeiros para o Brasil entre 1846 e 1875 (39 mil pessoas), embora estivessem muito distantes dos portugueses (152 mil). Entretanto, desde 1860 o fluxo começou a diminuir, como resultado de uma série de razões, entre elas as más condições de tratamento dos colonos, especialmente dos suíços e alemães engajados na experiência de parceria do senador Vergueiro, em São Paulo. Em novembro de 1859, a Rússia suspendeu o apoio à imigração para o Brasil, medida também tomada depois pelo império alemão unificado (1871). Os dados referentes ao Rio Grande do Sul mostram a diferença entre duas épocas: os alemães representaram 93,5% dos imigrantes recebidos de 1824 a 1870 e apenas 15% dos que entraram entre 1889 e 1914.

Depois de 1870, o governo imperial incentivou a vinda de colonos italianos para o Rio Grande do Sul. Pequenos cultivadores procedentes em sua maioria do Tirol, do Vêneto e da Lombardia estabeleceram uma série de colônias, das quais a de Caxias foi a mais importante. A atividade econômica dos italianos, além de seguir alguns caminhos semelhantes à dos alemães, especializou-se no cultivo da uva e na produção de vinho. Entre 1882 e 1889,

em um total de 41 616 imigrantes que ingressaram no Rio Grande do Sul, 34 418 eram italianos.

A única semelhança entre a economia dos imigrantes e a dos criadores de gado residia no fato de que ambos produziam para o mercado interno. No mais, tudo era diferente, desde a época de ocupação da terra até a estrutura da propriedade. Os estancieiros concentravam-se e ainda hoje se concentram na Campanha gaúcha – a região de fronteira com o Uruguai – e em território uruguaio, sendo proprietários de grandes extensões de terra. Do gado, utilizavam o couro processado nos curtumes e, em especial, a carne. Em uma época em que os frigoríficos ainda não existiam, a carne era consumida localmente ou transformada em charque, nas charqueadoras estabelecidas na região do litoral. O charque se destinava a alimentar a população pobre e escrava do Centro-Sul. Os criadores e charqueadores gaúchos produziam, assim, essencialmente para o mercado interno. Sua constante dor de cabeça nascia da concorrência da carne platina, capaz de competir em melhores condições no próprio mercado brasileiro.

Um último traço que deve ser destacado, neste balanço das bases econômicas do Brasil imperial, é a persistência da escassa integração territorial e econômica do país, apesar do relativo avanço dos transportes. Tal como sucedera na Colônia, a administração imperial centralizada estava muito presente nas regiões próximas à Corte e em algumas capitais de província, esfarelando-se nas áreas mais distantes. Mesmo no âmbito de cada província, havia regiões diversas e dispersas. Veremos como a República assumiu, na sua organização política, essa marca regional que esteve na base do regime federativo.

6

A PRIMEIRA REPÚBLICA

1889-1930

Como episódio, a passagem do Império para a República foi quase um passeio. Em compensação, os anos posteriores ao 15 de novembro se caracterizaram por uma grande incerteza. Os vários grupos que disputavam o poder tinham interesses diversos e divergiam em suas concepções de como organizar a República. Os representantes políticos da classe dominante das principais províncias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – defendiam a idéia da República federativa, que asseguraria um grau considerável de autonomia às unidades regionais. Distinguiam-se porém em outros aspectos da organização do poder. O PRP e os políticos mineiros sustentavam o modelo liberal. A base da República seria constituída de cidadãos, representados na direção do Estado por um presidente eleito e pelo Congresso. Os republicanos gaúchos eram positivistas. Não são claras as razões pelas quais, sob o comando de Júlio de Castilhos, o Rio Grande do Sul se tornou a principal região de influência do positivismo. É possível que para isso tenha concorrido a tradição militar naquela área e o fato de que os republicanos gaúchos formavam uma minoria que precisava de uma doutrina capaz de lhes dar forte coesão e os habilitasse a lutar contra a corrente política tradicional, representada pelo Partido Liberal.

Outro setor importante da República nascente foi o dos militares. O marechal Deodoro da Fonseca tornou-se chefe do governo provisório e algumas dezenas de oficiais foram eleitos para o Congresso Constituinte. Mas eles não constituíam um grupo homogêneo. Havia rivalidades entre o Exército e a Marinha; enquanto o Exército tinha sido o artífice do novo regime, a Marinha era vista como ligada à Monarquia.

Existiam ainda diferenças pessoais e de concepções, separando os partidários de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto. Em torno do velho marechal, reuniam-se os chamados tarimbeiros, quase todos veteranos da Guerra do Paraguai. Muitos desses oficiais não haviam freqüentado a Escola Militar e distanciavam-se das idéias positivistas. Eles tinham ajudado a derrubar a Monarquia para salvar a honra do Exército e não possuíam uma visão elaborada da República, a não ser a idéia de que o Exército deveria ter um papel maior do que o desempenhado no Império.

Embora Floriano não fosse positivista e tivesse participado também da Guerra do Paraguai, os oficiais que se reuniam à sua volta possuíam outras características. Eram jovens que haviam freqüentado a Escola Militar e recebido a influência do positivismo. Concebiam sua inserção na sociedade como soldados-cidadãos, com a missão de dar um sentido aos rumos do país. A República deveria ter ordem e também progresso. Progresso significava, como vimos, a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações.

Apesar da profunda rivalidade existente entre os grupos no interior do Exército, eles se aproximavam em um ponto fundamental. Não expressavam os interesses de uma classe social, como era o caso dos defensores da República liberal. Eram sim, antes de mais nada, os porta-vozes de uma instituição – o Exército – que era parte do aparelho do Estado. Pela natureza de suas funções, pelo tipo de cultura desenvolvida no interior da instituição, os oficiais do Exército, positivistas ou não, posicionavam-se como adversários do liberalismo.

Para eles, a República deveria ser dotada de um Poder Executivo forte, ou passar por uma fase mais ou menos prolongada de ditadura. A autonomia das províncias tinha um sentido suspeito, não só por servir aos interesses dos grandes proprietários rurais como por incorrer no risco de fragmentar o país.

24. *Proclamação da República*, alegoria. Como foi comum na França e no Brasil, a República é representada por uma figura feminina. Um representante masculino da Monarquia prosterna-se a seus pés.

Lembremos que, durante a Primeira República, só muito excepcionalmente os chefes militares provinham das duas regiões de maior importância política: São Paulo e Minas Gerais.

Recebida com restrições na Inglaterra, a proclamação da República brasileira foi saudada com entusiasmo na Argentina e aproximou o Brasil dos Estados Unidos. A mudança de regime se deu quando estava em curso, em Washington, a I Conferência Internacional Americana, convocada por iniciativa dos Estados Unidos. O representante brasileiro à conferência foi substituído por Salvador de Mendonça, republicano histórico, que se aproximou dos pontos de vista norte-americanos.

O nítido deslocamento do eixo da diplomacia brasileira de Londres para Washington se deu com a entrada do Barão do Rio Branco para o Ministério das Relações Exteriores, onde permaneceu por longos anos, entre 1902 e 1912, atravessando várias sucessões presidenciais. A política de Rio Branco, contando com a eficaz ação de Joaquim Nabuco, embaixador brasileiro em Washington, não consistiu em um alinhamento automático com os Estados Unidos, mas em uma forte aproximação que garantisse ao Brasil a condição de primeira potência sul-americana. Os tempos de euforia nas relações Brasil-Argentina tinham passado e os dois países entraram em uma aberta competição, na esfera comercial e de equipamento militar. O Brasil tratou de captar a simpatia de nações menores, como o Uruguai e o Paraguai, e de aproximar-se do Chile para limitar a influência da Argentina. Mesmo assim, sobretudo nos últimos anos de sua gestão, Rio Branco tentou sem êxito implantar um acordo estável entre Argentina-Brasil-Chile, conhecido como ABC.

Na gestão do Barão do Rio Branco, o Brasil definiu questões de limites com vários países da América do Sul, entre eles o Uruguai, o Peru e a Colômbia. Um conflito armado opôs brasileiros e bolivianos na disputa pelo Acre, na região amazônica, subitamente valorizado pela exploração da borracha. A área, considerada território boliviano, era ocupada em grande parte por migrantes brasileiros. Uma solução negociada resultou no Tratado de Petrópolis (1903), pelo qual a Bolívia reconheceu a soberania brasileira no Acre, recebendo em troca uma indenização de 2,5 milhões de libras esterlinas.

6.1. A PRIMEIRA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA

Os partidários da República liberal apressaram-se em garantir a convocação de uma Assembléia Constituinte, temerosos do prolongamemento de uma semiditadura sob o comando pessoal de Deodoro. O novo regime fora recebido com desconfianças na Europa. Como dizia Rui Barbosa – ministro da Fazenda do governo provisório –, era necessário dar uma forma constitucional ao país para garantir o reconhecimento da República e a obtenção de créditos no exterior.

Uma comissão de cinco pessoas foi encarregada de redigir um projeto de Constituição, submetido depois a profunda revisão por parte de Rui Barbosa. A seguir, encaminhou-se o projeto à apreciação da Assembléia Constituinte, que, após muitas discussões e algumas emendas, promulgou o texto a 24 de fevereiro de 1891.

A primeira Constituição da República inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República federativa liberal. A chave da autonomia dos Estados – designação dada às antigas províncias – estava no artigo 65, § 2º da Constituição. Aí se dizia caber aos Estados poderes e direitos que não lhes fossem negados por dispositivos do texto constitucional. Desse modo, os Estados ficaram implicitamente autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias: as forças públicas estaduais. Tais atribuições eram do interesse dos grandes Estados e, sobretudo, de São Paulo. Como veremos mais adiante, a possibilidade de contrair empréstimos no exterior seria vital para que o governo paulista pudesse pôr em prática planos de valorização do café. Uma atribuição importante para os Estados exportadores – e portanto para São Paulo – foi a de decretar impostos sobre a exportação de suas mercadorias. Desse modo, eles garantiam uma importante fonte de renda que possibilitava o exercício da autonomia. Os Estados ficaram também com a faculdade de organizar uma justiça própria.

Não devemos pensar que o governo federal, também chamado de União, ficou completamente sem poderes. A idéia de um ultrafederalismo, sustentada pelos positivistas gaúchos, foi combatida tanto pelos militares como pelos paulistas. O esfacelamento do poder central era um risco que, por razões diversas, esses setores não queriam correr. A União ficou com os impostos de importação, com os direitos de criar bancos emissores de moeda, de organizar as forças armadas nacionais etc. Ficou ainda com a faculdade de intervir nos

25. *O Desrespeito à Constituição no Governo de Deodoro.*

Estados para restabelecer a ordem, para manter a forma republicana federativa, e em outras situações.

A Constituição estabeleceu os três poderes – o Executivo, o Legislativo e o Judiciário –, "harmônicos e independentes entre si". O Poder Executivo, que antes coubera ao imperador, seria exercido por um presidente da República, eleito por um período de quatro anos. Como no Império, o Legislativo foi dividido em Câmara de Deputados e Senado, mas os senadores deixaram de ser vitalícios. Os deputados seriam eleitos em cada Estado, em número proporcional ao de seus habitantes, por um período de três anos. Os senadores teriam um mandato de nove anos, três senadores representando cada Estado e três representando o Distrito Federal, isto é, a capital da República.

Os projetos de lei podiam ter início tanto na Câmara como no Senado. No caso de aprovação, eram encaminhados à sanção do presidente da Repúbli-

ca. Caso fosse negada, o projeto voltava ao Congresso; este poderia aprová-lo, mesmo sem a assinatura do presidente da República, desde que se obtivessem dois terços de votos favoráveis dos membros presentes à reunião na qual se examinasse o veto presidencial.

A Constituição estabeleceu o sistema presidencialista de governo. Os ministros se tornaram pessoas de confiança do presidente, que podia nomeá-los e demiti-los livremente.

Para proceder às eleições, fixou-se o sistema do voto direto e universal, ou seja, suprimiu-se o censo econômico. Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A Constituição não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar.

Excepcionalmente, os primeiros presidente e vice-presidente da República seriam eleitos pelo voto indireto da Assembléia Constituinte, transformada em Congresso comum.

O texto constitucional consagrou o direito dos brasileiros e estrangeiros residentes no país à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Extinguiu a pena de morte, aliás raramente aplicada no Império.

Estado e Igreja passaram a ser instituições separadas. Deixou assim de existir uma religião oficial no Brasil. Importantes funções, até então monopolizadas pela Igreja Católica, foram atribuídas ao Estado. A República só reconheceria o casamento civil, e os cemitérios passaram às mãos da administração municipal. Neles seria livre o culto de todas as crenças religiosas. Uma lei veio completar, em 1893, esses preceitos constitucionais, criando o registro civil para o nascimento e o falecimento das pessoas.

As medidas refletiam a convicção laica dos dirigentes republicanos, a necessidade de aplainar os conflitos entre o Estado e a Igreja e o objetivo de facilitar a integração dos imigrantes. Os imigrantes alemães não eram em sua maioria católicos, e sim protestantes luteranos. Outra medida destinada a integrar os imigrantes foi a chamada grande naturalização. Por ela, tornaram-se cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se no Brasil a 15 de novembro de 1889, não declarassem, dentro de seis meses após entrar em vigor a Constituição, o desejo de conservar a nacionalidade de origem.

6.2. O ENCILHAMENTO

O primeiro ano da República foi marcado por uma febre de negócios e de especulação financeira conhecida como Encilhamento. Não se sabe com certeza por que essa expressão foi consagrada. A explicação mais plausível é a de que se tomou um dos sentidos da palavra "encilhamento" – local onde são dados os últimos retoques nos cavalos de corrida antes de disputarem os páreos. Por analogia, teria sido aplicada à disputa entre as ações das empresas na Bolsa do Rio de Janeiro, trazendo em si a idéia de jogatina.

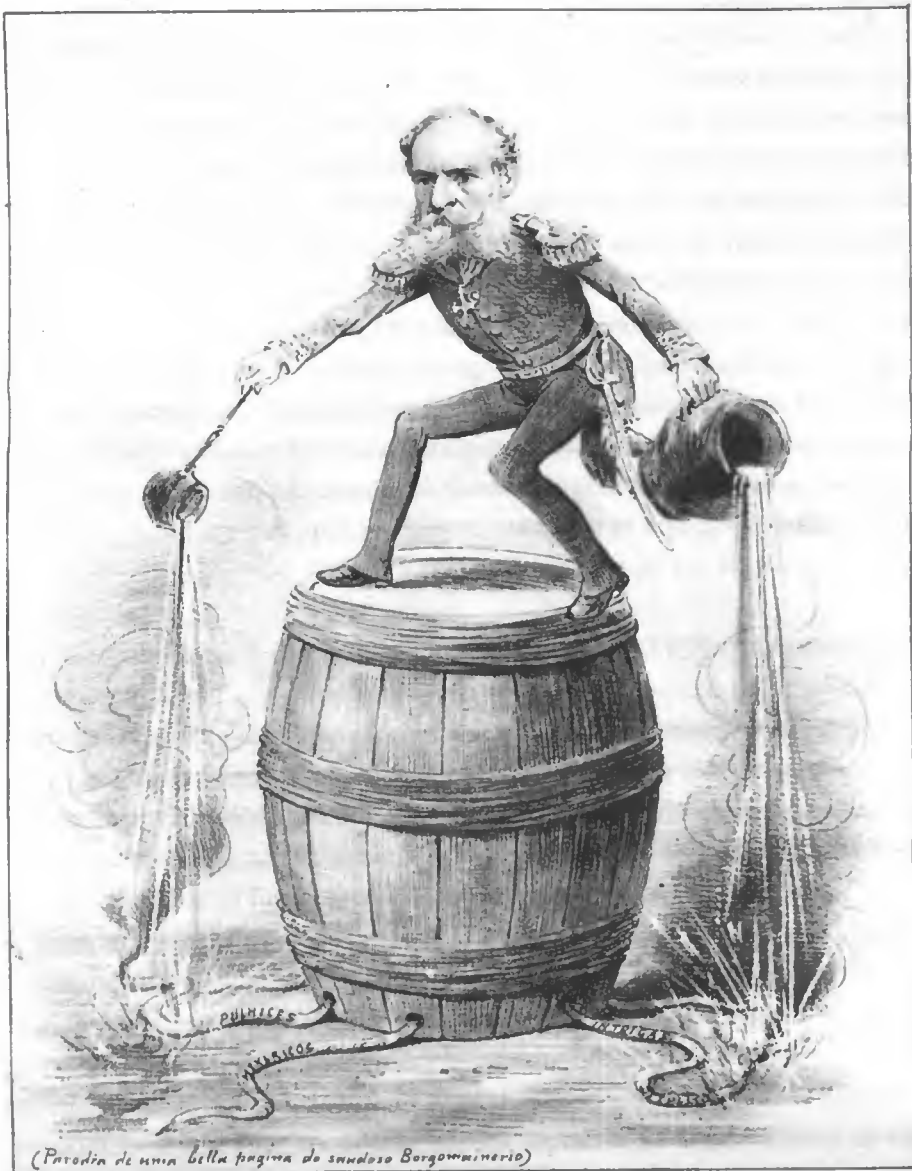
Desde os últimos dias do Império, constatava-se que o meio circulante – quantidade de moeda em circulação no país – era incompatível com as novas realidades do trabalho assalariado e do ingresso em massa de imigrantes.

Ao assumir o Ministério da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa baixou vários decretos com o objetivo de aumentar a oferta de moeda e facilitar a criação de sociedades anônimas. A medida mais importante foi a que deu a alguns bancos a faculdade de emitir moeda. O papel fundamental coube ao banco emissor do Rio de Janeiro, o Banco dos Estados Unidos do Brasil, dirigido por um dos grandes empresários da época, Francisco de Paula Mayrink.

As iniciativas de Rui Barbosa concorreram para expandir o crédito e gerar a idéia de que a República seria o reino dos negócios. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente.

No início de 1891 veio a crise, com a derrubada do preço das ações, a falência de estabelecimentos bancários e empresas. O valor da moeda brasileira, cotado em relação à libra inglesa, começou a despencar. É possível que para isso tenha concorrido um refluxo na aplicação de capitais britânicos na América Latina após uma grave crise financeira na Argentina (1890).

6.3. DEODORO NA PRESIDÊNCIA

Em plena crise do Encilhamento, o Congresso elegeu Deodoro à presidência da República e Floriano à vice-presidência. A vitória de Deodoro se deu pela margem relativamente estreita de 129 votos contra 97, atribuídos ao

(Parodia de uma bella pagina do saudoso Borgomainerio)

O governo da Republica, tranquillo, vai apagando o fogo traiçoeiro das explorações dos inimigos da Patria.

26. *Crise no Governo de Deodoro*. O marechal tenta jogar água fria nos problemas.

paulista Prudente de Morais (25 de fevereiro de 1891), que contou não só com os votos de congressistas dos grandes Estados como também dos florianistas.

Deodoro entrou em choque com o Congresso e atraiu suspeitas ao substituir o ministério, que vinha do governo provisório, por outro sob o comando de um tradicional político monárquico – o Barão de Lucena. Juntos tentaram reforçar o Poder Executivo, tendo como modelo o extinto Poder Moderador. A 3 de novembro de 1891, Deodoro fechou o Congresso, prometendo para o futuro novas eleições e uma revisão da Constituição.

Nas palavras do Marechal, a revisão iria no sentido de "fortalecimento do Poder Executivo da União e de uma comedida autonomia dos Estados, sem os exageros de soberania que trariam fatalmente a dissolução nacional". Outros pontos seriam a unidade da magistratura, ou seja, o fim da organização da Justiça pelos Estados e a igualdade de representação dos Estados na Câmara, anulando o peso que nela tinham os grandes Estados.

6.4. FLORIANO PEIXOTO

O êxito dos planos de Deodoro dependia da unidade das Forças Armadas. Isso, como sabemos, não ocorria. Ante a reação dos florianistas, da oposição civil e de setores da Marinha, Deodoro acabou renunciando, a 23 de novembro de 1891. Subiu ao poder o vice-presidente Floriano Peixoto.

O marechal Floriano encarnava uma visão da República não identificada com as forças econômicas dominantes. Pensava construir um governo estável, centralizado, vagamente nacionalista, baseado sobretudo no Exército e na mocidade das escolas civis e militares. Essa visão chocava-se com a da chamada "República dos fazendeiros", liberal e descentralizada, que via com suspeitas o reforço do Exército e as manifestações da população urbana do Rio de Janeiro. Mas, ao contrário do que se poderia prever, houve na presidência de Floriano um acordo tático entre o presidente e o PRP. As razões básicas para isso foram os riscos, alguns reais, outros imaginários, que corria o regime republicano. A elite política de São Paulo via na figura de Floriano a possibilidade mais segura de garantir a sobrevivência da República, a partir do poder central. Floriano, por sua vez, percebia que sem o PRP não teria base política para governar.

6.5. A REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Uma das regiões politicamente mais instáveis do país nos primeiros anos da República era o Rio Grande do Sul. Sem entrar em detalhes, basta dizer que entre a proclamação da República e a eleição de Júlio de Castilhos à presidência do Estado em novembro de 1893, dezessete governos se sucederam no comando do Estado. Opunham-se, de um lado, os republicanos históricos, adeptos do positivismo, organizados no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), e, de outro lado, os liberais. Em março de 1892, estes fundaram o Partido Federalista, aclamando seu líder Silveira Martins, prestigiosa figura do Partido Liberal no Império. O partido defendia a revogação da Constituição estadual baseada nas idéias positivistas e a instauração de um governo parlamentar. A Constituição previa a concentração de poderes no Executivo, ficando o Legislativo encarregado apenas de aprovar a legislação financeira. Não existiam limites à reeleição do presidente do Estado, como eram chamados os atuais governadores.

As bases sociais dos federalistas encontravam-se principalmente entre os estancieiros da Campanha. Eles constituíam a elite política tradicional, com raízes no Império. Os republicanos baseavam-se na população do litoral e da serra, onde se encontravam muitos imigrantes. Formavam uma elite mais recente que irrompia na política disposta a monopolizar o poder.

A guerra civil entre os dois grupos, conhecida como Revolução Federalista, começou em fevereiro de 1893 e só terminou mais de dois anos e meio depois, já na presidência de Prudente de Morais. A luta foi implacável, dela resultando milhares de mortos. Muitos deles não morreram em combate; foram degolados após terem caído prisioneiros.

O ponto alto da revolução ocorreu em fins de 1893, quando colunas de maragatos – apelido dado aos federalistas – avançaram sobre Santa Catarina, juntando-se aí aos integrantes da Revolta da Armada. Esta se iniciara nos navios estacionados no Rio de Janeiro, tendo como causa as rivalidades entre o Exército e a Marinha e ressentimentos do almirante Custódio José de Melo, que se vira frustrado em seu objetivo de suceder a Floriano na presidência da República. Uma parte da esquadra rebelde deslocou-se para o Sul e ocupou Desterro (Florianópolis). Após a junção das duas forças, os federalistas invadiram o Paraná e tomaram Curitiba. A partir daí, tiveram de recuar, concen-

trando-se no Rio Grande do Sul. Os combates aí prosseguiram até a deposição das armas pelos revoltosos, em agosto de 1895. A rendição resultou de um acordo que teve a mediação do presidente Prudente de Morais.

Desde o início da luta, Floriano colocou-se ao lado do PRR, embora Júlio de Castilhos tivesse sido partidário de Deodoro. As tropas do governo federal tiveram o apoio financeiro de São Paulo e de sua bem organizada Força Pública. Ao mesmo tempo, a influência dos militares no governo foi declinando. No Ministério da Fazenda estava Rodrigues Alves, de uma família paulista do Vale do Paraíba, antigo conselheiro do Império convertido à República. A presidência da Câmara e do Senado encontrava-se também em mãos do PRP.

6.6. PRUDENTE DE MORAIS

O acordo tático entre Floriano e a elite política de São Paulo terminou por ocasião da escolha de seu sucessor. Dispondo de poucas bases de apoio, entre as quais se encontravam os ruidosos mas pouco eficazes jacobinos, Floriano não teve condições de designar seu candidato a sucessor. Prevaleceu o nome do paulista Prudente de Morais, eleito a 1º de março de 1894. O marechal demonstrou sua contrariedade não comparecendo à posse. Segundo as crônicas da época, preferiu ficar em sua casa modesta, cuidando das rosas.

A sucessão marcou o fim da presença de figuras do Exército na presidência da República, com exceção do marechal Hermes da Fonseca, eleito para o período 1910-1914. Além disso, a atividade política dos militares como um todo declinou. O Clube Militar, que coordenava essas atividades, ficou fechado entre 1896 e 1901.

No governo de Prudente, tornou-se aguda a oposição, já existente na época de Floriano, entre a elite política dos grande Estados e o republicanismo jacobino, concentrado no Rio de Janeiro. Os jacobinos derivavam seu nome de uma das correntes predominantes da Revolução Francesa. Formavam um contingente de membros da baixa classe média, alguns operários e militares atingidos pela carestia e as más condições de vida.

Suas motivações não eram apenas materiais. Acreditavam em uma República forte, capaz de combater as ameaças monarquistas que, para eles,

estavam em toda parte. Adversários da República liberal, assumiam também a velha tradição patriótica e antilusitana. Os "galegos", em cujas mãos estava grande parte do comércio carioca, eram alvo de violentos ataques. Os jacobinos apoiaram Floriano e o transformaram em uma bandeira depois da morte do marechal, ocorrida em junho de 1895.

6.6.1. CANUDOS

Um acontecimento muito distante do Rio de Janeiro, mas com conseqüências na política da República, assinalou os anos do governo de Prudente de Morais. Para conhecê-lo, devemos dar um salto ao norte do sertão da Bahia. Aí se formara em 1893, às margens do Rio Vaza-Barris, em uma fazenda abandonada, uma povoação conhecida como Arraial de Canudos. Seu líder era Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antônio Conselheiro. O Conselheiro nascera no Ceará, filho de um comerciante que pretendia fazer dele um padre. Depois de ter problemas financeiros e complicações domésticas, exerceu várias profissões como professor, vendedor ambulante, até se converter em beato – um misto de sacerdote e chefe de jagunços. Levava uma vida nômade pelo sertão, congregando o povo para construir e reconstruir igrejas, erguer muros de cemitério e seguir o caminho de uma vida ascética. Fixou-se depois em Canudos, atraindo a população sertaneja, em número que alcançou de 20 mil a 30 mil habitantes.

A pregação do Conselheiro concorria com a da Igreja; um incidente sem maior importância, em torno do corte de madeira, levou o governador da Bahia à decisão de dar uma lição aos "fanáticos". Surpreendentemente, a força baiana foi derrotada. O governador apelou então para as tropas federais. A derrota de duas expedições municiadas com canhões e metralhadoras, em uma das quais morreu seu comandante – o coronel Moreira César –, provocou uma onda de protestos e de violência no Rio de Janeiro.

Os jacobinos viam o dedo oculto dos políticos monarquistas em um episódio ligado às condições de vida do sertão e ao universo mental dos sertanejos. Essa fantasia era alimentada pelo fato de o Conselheiro pregar a volta da Monarquia. A República só podia ser coisa de ateus e maçons, como comprovavam a introdução do casamento civil e uma suposta interdição da Companhia de Jesus.

Uma expedição sob o comando do general Arthur Oscar, constituída de 8 mil homens e dotada de equipamento moderno, arrasou o arraial em agosto de 1897, após um mês e meio de luta. Seus defensores morreram em combate e, quando prisioneiros, foram degolados.

Para os oficiais positivistas e os políticos republicanos, aquela tinha sido uma luta da civilização contra a barbárie. Na verdade, havia "barbárie" em ambos os lados e mais entre aqueles homens instruídos que tinham sido incapazes de pelo menos tentar entender a gente sertaneja.

6.7. CAMPOS SALES

A consolidação da República liberal foi completada com a sucessão de Prudente por outro paulista, Campos Sales (1898-1902). O movimento jacobino esfacelou-se, depois de alguns de seus membros terem-se envolvido em uma tentativa de assassinar Prudente de Morais. Os militares, como vimos, voltaram em sua maioria aos quartéis.

A elite política dos grandes Estados, com São Paulo à frente, tinha triunfado. Faltava porém criar instrumentos para que a República oligárquica, ou seja, a República de uns poucos, pudesse se assentar em um sistema político estável.

Devemos lembrar que o grande papel atribuído aos Estados provocou em alguns deles lutas de grupos rivais. O governo federal aí intervinha, usando de seus controvertidos poderes estabelecidos na Constituição. Isso tornava incerto o controle do poder em alguns Estados e reduzia as possibilidades de um acerto duradouro entre estes e a União. Acrescente-se a isso o fato de que o Poder Executivo encontrava dificuldades em impor-se ao Legislativo como pretendia, embora a Constituição dissesse que "os poderes eram harmônicos e independentes entre si".

6.7.1. A POLÍTICA DOS GOVERNADORES

A partir dessas questões, Campos Sales concebeu um arranjo conhecido como política dos governadores. Seus objetivos podem ser assim resumidos:

reduzir ao máximo as disputas políticas no âmbito de cada Estado, prestigiando os grupos mais fortes; chegar a um acordo básico entre a União e os Estados; pôr fim à hostilidade existente entre Executivo e Legislativo, domesticando a escolha dos deputados. O governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos Estados, enquanto estes, em troca, apoiariam a política do presidente da República. Para ajustar a Câmara dos Deputados a esses fins, processou-se uma pequena mas importante modificação em seu regimento. Apesar de um pouco complicada, vale a pena conhecê-la, entre outras coisas por ser um exemplo vivo de como se manipulava a representação popular.

Por ocasião das eleições para a Câmara, realizadas nos Estados com o emprego de todo tipo de ilegalidades, os candidatos eleitos recebiam um diploma. Entretanto, ele era muitas vezes contestado. Na falta de uma justiça eleitoral como existe hoje, a validade do diploma dependia de exame por parte de uma comissão de verificação de poderes, constituída de deputados escolhidos pelo plenário da Câmara.

O presidente temporário da nova Câmara eleita desempenhava, entretanto, um papel decisivo na escolha dos membros da comissão. Até a reforma incentivada por Campos Sales, o presidente temporário da Câmara era o mais velho dos deputados diplomados. A partir daí, passou a ser o antigo presidente da Câmara cujo período legislativo tinha terminado, desde que ele tivesse voltado a ser eleito deputado. Este era em regra uma figura afinada com o presidente da República, e não um nome incerto, como o mais velho eleito.

Desse modo, um presidente da Câmara, temporário e de confiança, influía na composição da comissão de verificação de poderes, de modo a garantir mandato de deputado a quem representasse os grupos dominantes nos Estados e tendesse a ser fiel ao governo federal. Os não-merecedores desse tipo de confiança eram excluídos, ou "degolados", como se dizia na gíria política da época.

6.7.2. Os Problemas Financeiros

No plano financeiro, a grave situação que vinha dos tempos da Monarquia tornou-se dramática. O governo republicano herdara do Império uma dívida externa que consumia anualmente grande parte do saldo da balança

comercial. O quadro tendeu a se agravar no curso da década de 1890, com o aumento do déficit público, ou seja, crescia a desproporção entre o que o governo gastava e o que arrecadava.

Muitas despesas relacionavam-se com os custos das operações militares naquele incerto período. O apelo ao crédito externo foi utilizado com freqüência, e a dívida cresceu em cerca de 30% entre 1890 e 1897, gerando novos compromissos de pagamento. Por outro lado, a extensão das plantações de café no início da década resultaram em grandes colheitas em 1896 e 1897. A ampliação da oferta do produto no mercado internacional provocou acentuada queda de preços e uma redução do ingresso de divisas, isto é, de moeda estrangeira forte, representada naquela época principalmente pela libra inglesa.

No fim de seu governo, quando se tornou clara a impossibilidade de continuar o serviço da dívida, Prudente de Morais iniciou conversações para chegar a um acordo com os credores internacionais. Houve entendimentos no Rio de Janeiro com o London and River Plate Bank, enquanto Campos Sales – presidente eleito mas ainda não empossado – foi a Londres para se entender com a Casa Rothschild. Os Rothschild desempenhavam, desde a Independência, o papel de agente financeiro do Brasil na Europa.

Afinal, já no governo de Campos Sales, foi acertado o penoso *funding loan*, em junho de 1898. *Funding loan* significa um empréstimo de consolidação de uma dívida. Na prática, era um esquema para dar folga e garantir através de um novo empréstimo o pagamento dos juros e do montante de empréstimos anteriores.

O Brasil recebeu um crédito de 10 milhões de libras, emitindo novos títulos de dívida correspondentes a esse crédito. Parte dos títulos serviu para pagar durante três anos os juros da dívida total, sem necessidade, pois, de se desembolsar dinheiro. Ficaram suspensas as amortizações, isto é, o pagamento do próprio débito, até junho de 1911. As amortizações vieram depois a ser antecipadas. Em troca, o Brasil deu em garantia aos credores as rendas da alfândega do Rio de Janeiro e ficou proibido de contrair novos empréstimos, até junho de 1901. Comprometeu-se ainda a cumprir um duro programa de deflação, incinerando parte do papel-moeda em circulação. O país escapava assim da insolvência. Mas, nos anos seguintes, pagaria um pesado tributo por essas medidas, e outras que se seguiram no governo de Campos Sales, gerando a queda da atividade econômica e a quebra de bancos e outras empresas.

6.8. CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A descrição do processo político que vai da proclamação da República às presidências civis nos permitiu ter uma idéia de como se consolidou um certo tipo de República. Até aqui, deliberadamente, ela foi chamada quase sempre de República liberal. Fizemos isso, tendo em vista preceitos da Constituição que ela adotou e a ideologia dos setores que prevaleceram na organização do novo regime. Entretanto, a Primeira República recebeu outras designações. As mais sugestivas são as de República oligárquica, República dos "coronéis", República do "café-com-leite". Um bom caminho para se fazer uma caracterização geral do período consiste em perguntar se essas denominações são ou não adequadas.

6.8.1. AS OLIGARQUIAS

Comecemos pela expressão "República oligárquica". *Oligarquia* é uma palavra grega que significa governo de poucas pessoas, pertencentes a uma classe ou uma família. De fato, embora a aparência de organização do país fosse liberal, na prática o poder foi controlado por um reduzido grupo de políticos em cada Estado.

A República concretizou a autonomia estadual, dando plena expressão aos interesses de cada região. Isso se refletiu no plano da política através da formação dos partidos republicanos restritos a cada Estado. As tentativas de organizar partidos nacionais foram transitórias ou fracassaram. Controlados por uma elite reduzida, os partidos republicanos decidiam os destinos da política nacional e fechavam os acordos para a indicação de candidatos à presidência da República.

Mas o que representavam as diversas oligarquias estaduais? O que significava falar em nome de São Paulo, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais, para ficar nos exemplos mais expressivos?

Se havia um traço comum na forma pela qual essas oligarquias monopolizavam o poder político, havia também diferenças nas suas relações com a sociedade. Em São Paulo, a elite política oligárquica esteve mais próxima dos interesses dominantes, ligados à economia cafeeira e, com o correr do

tempo, também à indústria. O que não quer dizer que ela fosse simples preposta de grupos. A oligarquia paulista soube organizar o Estado de São Paulo com eficiência, tendo em vista os interesses mais gerais da classe dominante.

Tanto a oligarquia gaúcha como a mineira, que controlavam respectivamente o PRR e o PRM (Partido Republicano Mineiro), tiveram bastante autonomia em suas relações com a sociedade. O PRR impôs-se como uma máquina política forte, inspirada em uma versão autoritária do positivismo, arbitrando os interesses de estancieiros e imigrantes em ascensão. A oligarquia mineira não foi também "pau-mandado" de cafeicultores ou criadores de gado. Tendo de levar em conta esses setores da sociedade, constituiu uma máquina de políticos profissionais que, em grande medida, tinha nela própria a fonte do poder, nomeando funcionários, legalizando a posse de terras, decidindo sobre investimentos em educação, transporte etc. etc.

À primeira vista, pareceria que o domínio das oligarquias poderia ser quebrado pela massa da população através do voto. Entretanto, devemos lembrar que o voto não era obrigatório e o povo, em regra, encarava a política como um jogo entre os grandes ou uma troca de favores. Seu desinteresse crescia quando nas eleições para presidente os partidos estaduais se acertavam, lançando candidaturas únicas, ou quando os candidatos de oposição não tinham qualquer possibilidade de êxito. A porcentagem de votantes oscilou entre um mínimo de 1,4% da população total do país (eleição de Afonso Pena em 1906) e um máximo de 5,7% (eleição de Júlio Prestes em 1930).

Outro aspecto a ser ressaltado é o de que os resultados eleitorais não espelhavam a realidade. O voto não era secreto e a maioria dos eleitores estava sujeita à pressão dos chefes políticos, a quem tratava também de agradar. Como se isso não bastasse, havia a fraude eleitoral através da falsificação de atas, do voto dos mortos, dos estrangeiros etc. Essas distorções não eram, aliás, novidade, representando o prolongamento de um quadro que vinha da Monarquia.

Apesar de tudo, algumas ressalvas devem ser feitas. Comparativamente, o comparecimento eleitoral cresceu em relação ao Império. Confrontando-se as eleições para a última legislatura do Parlamento imperial (1886) com a primeira eleição para a presidência da República, em que votaram eleitores de todos os Estados (1898), verificamos que a participação eleitoral aumentou em 400%.

Além disso, nem todas as eleições para presidente da República foram uma simples ratificação de um nome. Houve bastante disputa nas eleições de 1910, 1922 e 1930, quando se elegeram, respectivamente, Hermes da Fonseca, Artur Bernardes e Júlio Prestes.

6.8.2. Os Coronéis

A denominação "República dos coronéis" refere-se aos coronéis da antiga Guarda Nacional, que eram em sua maioria proprietários rurais com base local de poder. A expressão pode prestar-se a equívocos porque se, de um lado, o fenômeno do coronelismo se associa à Primeira República, de outro seria errôneo dizer que a República "pertenceu" aos "coronéis".

Expliquemos melhor essa distinção. O coronelismo representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo –, existente tanto no campo como nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadões efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público.

Todas essas características vinham dos tempos da Colônia, mas a República criou condições para que os chefes políticos locais concentrassem maior soma de poder. Isso resultou, principalmente, da ampliação da parte dos impostos atribuída aos municípios e da eleição dos prefeitos.

Do ponto de vista eleitoral, o "coronel" controlava os votantes em sua área de influência. Trocava votos em candidatos por ele indicados por favores tão variados como um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora.

Seria errôneo porém pensar que os "coronéis" dominaram a cena política na Primeira República. Em primeiro lugar, lembremos que outros grupos, expressando diversos interesses urbanos, tiveram papel significativo na condução da política. Além disso, apesar de serem importantes para a sustentação da base do sistema oligárquico, os "coronéis" dependiam de outras instâncias para manter seu poder. Entre essas instâncias destacava-se, nos grandes Estados, o governo estadual, que não correspondia a um ajuntamento de "coronéis". Os "coronéis" forneciam votos aos chefes políticos do respectivo

Estado, mas dependiam deles para proporcionar muitos dos benefícios esperados pelos eleitores. Isso ocorria sobretudo quando os benefícios eram coletivos, quando se tratava, por exemplo, de consertar estradas ou instalar escolas.

O coronelismo teve marcas distintas, de acordo com a realidade sociopolítica de cada região do país. Um exemplo extremo de poder dos "coronéis" se encontra em áreas do interior do Nordeste, em torno do Rio São Francisco, onde surgiram verdadeiras "nações de coronéis", com suas forças militares próprias.

Na Bahia, o governo do Estado – constituído principalmente de políticos profissionais, de representantes do comércio e dos produtores para a exportação – tinha de se harmonizar com os "coronéis" do sertão. De outra forma, não seria possível governar. Um desacerto entre os dois setores provocou, em 1920, uma insurreição dos "coronéis". Eles derrotaram, em vários combates, as forças estaduais e ameaçaram entrar em Salvador. Afinal, o presidente da República Epitácio Pessoa viu-se obrigado a arbitrar a disputa através do comandante militar da Bahia.

A arbitragem revelou o poder dos "coronéis" baianos. O mais famoso deles – Horácio de Matos – obteve o direito de conservar suas armas e munições, bem como o controle de doze municípios sob sua influência. Durante os anos 20, o poder estadual se enfraqueceu na Bahia e os "coronéis" conservaram um grau considerável de autonomia. O grande árbitro das disputas não foi aí o governador, e sim o presidente da República.

Em contraste, nos Estados mais importantes, os "coronéis" dependiam de estruturas mais amplas, ou seja, a máquina do governo e o Partido Republicano. No âmbito desse quadro, bem diverso do existente na Bahia, lembremos os exemplos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, cada qual, por sua vez, com suas peculiaridades.

Ao longo dos anos, cresceu em São Paulo a expressão do Estado como representante de interesses de classe, e não apenas de alguns grupos de poderosos. Cresceu também o aparelho estatal como corpo administrativo que tendeu a restringir o poder local. Exemplos nesse sentido encontram-se nas medidas tomadas pelo governador Jorge Tibiriçá, em 1906, criando uma polícia de carreira, e por Washington Luís, em 1921, estimulando a profissionalização dos integrantes do Poder Judiciário. Washington Luís estabeleceu o

exame de ingresso à magistratura, formulou critérios de promoção e aumentou salários. Embora houvesse uma distância entre as medidas legais e a prática, elas concorreram para tornar a polícia e os juízes menos dependentes dos grandes proprietários rurais.

No Rio Grande do Sul, como nas outras áreas, os "coronéis" eram geralmente proprietários rurais. Mas um requisito mais importante consistia em ser obediente às ordens de cima, no caso o governo do Estado. Daí o nome de "coronéis burocratas", aplicado aos "coronéis" gaúchos. O PRR controlava a eleição de prefeitos e forçava sua demissão quando eles não atendiam às exigências partidárias. A falta de autonomia municipal foi a causa de constantes desentendimentos políticos após a Revolução Federalista.

O caso de Minas Gerais pode ser resumido em uma frase que quase ninguém ousava contestar: "Fora do PRM não há salvação". De fato, desde a formação do Partido Republicano Mineiro, em 1897, os "coronéis" subordinaram-se ao governador e à máquina política do Estado.

6.8.3. Relações Entre a União e os Estados

A Primeira República foi a época do "café-com-leite", como é comum se dizer?

O "café-com-leite" exprime a idéia de que uma aliança entre São Paulo e Minas comandou, no período, a política nacional. A realidade era porém mais complexa do que isso. Para entendê-la, devemos olhar mais de perto as relações entre a União e pelo menos três Estados – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul –, bastante diversos entre si.

SÃO PAULO E OS PLANOS VALORIZADORES

Como vimos, sem pretender esfacelar o governo federal, São Paulo tratou de assegurar sua autonomia, garantida pelas rendas de uma economia em expansão e por uma poderosa Força Pública. Mas os paulistas não podiam se dar ao luxo de contar apenas consigo mesmos. Para ficar no exemplo mais relevante, cabia à União o papel fundamental de definir a política monetária e cambial, que, além de decidir os rumos financeiros do país, tinha reflexos na

sorte dos negócios cafeeiros. Na esfera federal, os políticos paulistas concentraram-se nesses assuntos e nas iniciativas para obter o apoio do governo federal aos planos de valorização do café. Desse modo, embora a economia de São Paulo tenha se diversificado no curso da Primeira República, sua elite política agiu principalmente no interesse da burguesia do café, de onde se originavam aliás muitos de seus membros.

A política de valorização do café constitui um dos exemplos mais nítidos do papel de São Paulo na Federação e das relações entre os vários Estados. A partir da década de 1890, a produção cafeeira de São Paulo cresceu enormemente, gerando problemas para a renda da cafeicultura. Esses problemas tinham duas fontes básicas: a grande oferta do produto fazia o preço baixar no mercado internacional; a valorização da moeda brasileira, a partir do governo Campos Sales, impedia a compensação da queda de preços internacionais por uma receita maior em moeda nacional. As receitas das exportações eram pagas aos produtores e intermediários em moeda nacional. Se, em números imaginários, o preço da saca de café caísse de trinta para vinte libras esterlinas e a moeda brasileira se desvalorizasse na mesma proporção, os cafeicultores receberiam, em moeda nacional, o mesmo valor que obtinham antes da queda de preço no mercado internacional. E vice-versa, se a queda de preço fosse acompanhada de uma valorização da moeda brasileira, o setor da cafeicultura perderia, tanto ao vender a mercadoria a preço internacional mais baixo como ao trocar libras por uma quantidade inferior de mil-réis.

Para garantir a renda da cafeicultura, surgiram em São Paulo, no começo do século, vários planos de intervenção governamental no mercado cafeeiro. Afinal, chegou-se em fevereiro de 1906 a um acordo, chamado de Convênio de Taubaté, por ter sido celebrado nessa cidade paulista. Assinaram o acordo os Estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro.

O dois pontos básicos do convênio eram os seguintes: negociação de um empréstimo de 15 milhões de libras esterlinas para custear a intervenção do Estado no mercado por meio da compra do produto por um preço conveniente à cafeicultura; criação de um mecanismo destinado a estabilizar o câmbio, impedindo a valorização da moeda brasileira. O governo deveria comprar com os recursos externos as safras abundantes, fazendo estoques da mercadoria para vendê-la no mercado internacional no momento oportuno. O plano se

baseava assim na idéia correta da alternância entre boas e más colheitas e na expectativa de que as compras governamentais reduziriam a oferta de café, fazendo subir os preços.

As resistências opostas pelo governo federal ao plano e as reticências dos demais Estados integrantes do convênio levaram o Estado de São Paulo a agir por conta própria, associando-se a um grupo de importadores dos Estados Unidos, liderados por Hermann Sielcken. O financiamento desse grupo e empréstimos bancários possibilitaram a retirada do café do mercado. Até o fim de 1907, São Paulo comprou cerca de 8,2 milhões de sacas, que foram armazenadas nas principais cidades da Europa e dos Estados Unidos. Esses números fazem sentido, quando comparados com o total de 20 milhões de sacas da safra brasileira de 1906-1907, a maior até então colhida no país. Entretanto, era impossível manter a situação por muito tempo, sem a obtenção de um financiamento a longo prazo e de maior vulto.

No segundo semestre de 1908, o presidente Afonso Pena encaminhou ao Congresso Nacional mensagem solicitando autorização legislativa para que a União fosse fiadora de um empréstimo de até 15 milhões de libras, que São Paulo pretendia contrair. A proposta foi aprovada sem emendas, apesar da resistência de alguns congressistas. Eles concentraram suas críticas no favorecimento de São Paulo e no abandono dos demais Estados da Federação. O deputado Pandiá Calógeras, por exemplo, eleito por Minas Gerais, disse do alto de seu conservadorismo que a nação inteira não podia se responsabilizar pelos desatinos da lavoura paulista, nem o proletariado brasileiro pagar pelos erros de São Paulo.

A partir da aprovação da proposta, o Estado de São Paulo, com a garantia do governo federal, contraiu um empréstimo de 15 milhões de libras para prosseguir a operação valorizadora, entregando o controle da operação aos banqueiros internacionais. Os primeiros resultados do esquema surgiram em 1909. Os preços internacionais do café começaram a subir e se mantiveram em alta até 1912, graças à retração da oferta provocada pela "estocagem" e à diminuição do volume das safras. Em junho de 1913, o empréstimo foi pago.

Houve uma segunda operação valorizadora, iniciada no curso da Primeira Guerra Mundial, estendendo-se até 1919. Ela se realizou em condições anormais das transações internacionais e foi financiada com a emissão de papel-moeda pelo governo federal.

Em 1921, o presidente paraibano Epitácio Pessoa deu andamento a uma terceira valorização, pressionado pelos paulistas com o apoio dos políticos mineiros.

Afinal, em 1924, quando o presidente Artur Bernardes, preocupado com o orçamento federal, abandonou a defesa do café, o Estado de São Paulo assumiu diretamente em suas mãos a defesa permanente do produto.

Esta breve síntese ilustra o tipo de relações existente entre São Paulo e a União. Os paulistas tiveram meios de garantir sua autonomia e, até certo ponto, levar seus planos econômicos adiante, mesmo sem contar com o apoio do governo federal. Mas a política cambial da União repercutia em sentido desfavorável na cafeicultura paulista, quando eram tomadas medidas de valorização do câmbio. Além disso, a garantia do governo federal podia ser imprescindível ou, pelo menos, podia facilitar a obtenção de empréstimos no exterior.

MINAS GERAIS E A UNIÃO

A postura dos políticos mineiros era diferente. Eles representavam um Estado economicamente fragmentado entre o café, o gado e, de certo modo, a indústria, sem ter um pólo dominante. Além disso, Minas não tinha o potencial econômico de São Paulo e dependia dos benefícios da União.

Esse quadro levou a elite política mineira a guardar certa distância dos interesses específicos do "café" e do "leite", e a acumular poder como políticos profissionais. Os mineiros exerciam forte influência na Câmara dos Deputados, onde tinham uma bancada de 37 membros, enquanto os paulistas eram apenas 22. Essa proporção foi estabelecida de acordo com o censo de 1890. Depois do censo realizado em 1920, demonstrando o grande crescimento populacional de São Paulo, os paulistas tentaram inutilmente obter uma revisão da proporcionalidade.

Além disso, os políticos de Minas controlaram o acesso a muitos cargos federais e tiveram êxito em um de seus objetivos prioritários: a construção de ferrovias em território mineiro. Nos anos 20, quase 40% das novas construções de estradas de ferro federais aí se concentraram. Ao mesmo tempo, buscaram a proteção dos produtos de Minas consumidos no mercado interno e apoiaram, de acordo com as circunstâncias, a valorização do café.

O RIO GRANDE DO SUL E A UNIÃO

A presença dos gaúchos na política nacional teve a peculiaridade de relacionar-se com a presença militar. A aproximação não significa que houvesse identidade entre os militares e o PRR. Entre 1894 e 1910, os gaúchos – assim como a cúpula do Exército – estiveram quase ausentes da administração federal. Aí reapareceram quando da eleição do marechal Hermes da Fonseca.

Há várias razões para a afinidade apontada. Desde os tempos do Império, o Rio Grande do Sul concentrava os maiores efetivos do Exército, variando, na Primeira República, entre um terço e um quarto dos efetivos nacionais. A III Região Militar, criada em 1919, constituiu uma ponte para a alta administração, pois vários de seus comandantes foram para o Ministério da Guerra. A importância do setor militar incentivou os gaúchos de certo nível social a seguir a carreira das armas, contribuindo com o maior número de ministros da Guerra e de presidentes do Clube Militar, na Primeira República.

Por outro lado, a intermitente luta armada na região favoreceu o contato entre os oficiais e os partidos políticos. Da Revolução Federalista, por exemplo, nasceram os laços de vários oficiais com o PRR.

Certos traços ideológicos e peculiaridades políticas concorreram também para a aproximação. O positivismo, cuja importância difusa se manteve no interior do Exército, foi o principal traço ideológico. Além disso, a política econômica e financeira defendida pelos republicanos gaúchos tendeu a coincidir com a visão do grupo militar.

Os políticos gaúchos representavam um Estado dedicado essencialmente a atividades voltadas para o mercado interno. Nessa condição, trataram de garantir a proteção de seus produtos, especialmente o charque, que sofria a concorrência platina.

Por motivos ideológicos e de interesse, o PRR defendeu uma política conservadora de gastos do governo federal e a estabilização dos preços. A inflação criaria problemas para o mercado do "charque". O produto era consumido principalmente pelas classes populares do Nordeste e do Distrito Federal. Qualquer redução do poder aquisitivo dessas classes resultava em restrição da demanda.

Essa perspectiva, apesar da diferença de motivações, estabelecia uma ponte com os militares. Estes viam com bons olhos a adoção de um política

financeira conservadora. As rebeliões tenentistas da década de 1920, por exemplo, apontaram a inflação e o desequilíbrio orçamentário como males tão graves quanto a fraude e as desigualdades regionais.

O NORDESTE

Qual teria sido a influência das oligarquias do Nordeste na política nacional?

Em princípio, um bloco da região poderia ser influente. Na Câmara, a Bahia tinha uma representação de 22 deputados – idêntica à de São Paulo – e Pernambuco, de dezessete deputados. Por algum tempo, entre 1896 e 1911, Pernambuco exerceu um papel de liderança do Nordeste, sob o comando de Francisco Rosa e Silva. Contudo, só esporadicamente ele conseguiu realizar uma coalizão das forças políticas regionais. Isso aconteceu, por exemplo, quando houve a tentativa no Congresso de impedir a aprovação da garantia federal ao plano de valorização do café, em 1906. Uma coalizão de Estados do Nordeste era muito dificultada, entre outras razões, pelos escassos recursos obtidos pelo imposto de exportação em cada Estado. Desse modo, os Estados competiam uns com os outros pelos favores do governo federal; envolviam-se também em intermináveis disputas acerca do direito de cobrar impostos interestaduais sobre mercadorias que circulavam de um Estado para outro.

"CAFÉ-COM-LEITE"

Até que ponto, a partir de posturas e interesses diversos, as oligarquias paulista e mineira dominaram a cena política nacional na Primeira República?

Um breve relato mostrará como a união de ambas foi um traço fundamental mas que não conta toda a história do período. A união foi feita com a preponderância de uma ou de outra das duas forças. Com o tempo, surgiram as discussões e um grande desacerto final.

Apesar da influência militar, São Paulo saiu à frente nos primeiros anos da República. Sem fazer muito barulho, os paulistas alcançaram seus objetivos na Constituinte, com o apoio dos mineiros, e prepararam o caminho para as presidências civis. Entre 1894 e 1902, foram eleitos seguidamente três presi-

dentes paulistas – Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves –, fato que nunca mais iria se repetir. A preponderância política de São Paulo, nesses anos, não se explica apenas por sua importância econômica. Um fator muito importante nesse sentido foi o fato de que a grande maioria da elite paulista abandonou, rapidamente, suas antigas divergências e cerrou fileiras em torno do PRP.

A situação foi diversa em Minas, onde as divergências de grupos só se acalmaram com a chamada segunda fundação do PRM, em 1897. Daí para a frente, a presença mineira na política nacional cresceu cada vez mais.

Um acordo entre São Paulo e Minas perdurou de 1898, com a eleição de Campos Sales, até 1909. Nesse ano, abriu-se a dissidência entre os dois Estados, que facilitou a volta provisória dos militares e a volta permanente do Rio Grande do Sul à cena política nacional. A campanha para a presidência da República, em 1909-1910, foi a primeira efetiva disputa eleitoral da vida republicana. O marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro, saiu candidato com o apoio do Rio Grande do Sul, de Minas e dos militares. São Paulo, na oposição, lançou a candidatura de Rui Barbosa, em aliança com a Bahia.

Rui procurou atrair o voto da classe média urbana, defendendo os princípios democráticos e o voto secreto. Deu à campanha um tom de reação contra a intervenção do Exército na política. Atacou os chefes militares e contrapôs a Força Pública estadual ao Exército, como modelo a ser seguido. Embora a base política mais importante de Rui Barbosa fosse, naquela altura, a oligarquia de São Paulo, sua campanha se apresentou como a luta da inteligência pelas liberdades públicas, pela cultura, pelas tradições liberais, contra o Brasil inculto, oligárquico e autoritário. A vitória de Hermes produziu grandes desilusões na restrita intelectualidade da época.

A estrela do Rio Grande do Sul começou a dar sinais de vida por ocasião dos entendimentos que levaram à candidatura do mineiro Afonso Pena (1906). A partir do governo Hermes, ela passou a brilhar como estrela de terceira grandeza, na constelação do "café-com-leite".

Por alguns anos, a presença gaúcha na política nacional esteve associada ao nome do senador Pinheiro Machado. Ele fazia dupla com o grande herdeiro de Júlio de Castilhos – Borges de Medeiros. Enquanto Borges controlava o PRR em seu Estado, elegendo-se sucessivamente governador, Pinheiro proje-

tava-se no plano nacional. A fonte de seu poder se encontrava no controle da Comissão de Verificação de Poderes do Senado e, até certo ponto, da Câmara de Deputados. Através dessas comissões, manejava a representação do Nordeste, cujos Estados se tornaram satélites da política gaúcha. Por algum tempo, reuniu as oligarquias em um "partido nacional" – o Partido Republicano Conservador –, fundado em novembro de 1910. Dele estava ausente a facção majoritária do PRP de São Paulo.

A percepção política de Pinheiro Machado levou, entretanto, a tentar evitar choques com São Paulo, defendendo os planos paulistas de valorização do café. Ele era, aliás, filho de pai paulista, casado com uma paulista e freqüentara a Faculdade de Direito de São Paulo. Seja como for, sua ação complicava a composição de forças das duas maiores oligarquias. Esse fato e os acontecimentos do governo Hermes, aos quais faremos referência mais adiante, levaram São Paulo e Minas a evitar novas dissensões. Um pacto não-escrito foi concluído em 1913 na cidade mineira de Ouro Fino, pelo qual mineiros e paulistas tratariam de se revezar na presidência da República. O prestígio de Pinheiro Machado declinou e ele terminou seus dias assassinado no Rio de Janeiro (setembro de 1915).

Entretanto, a presença gaúcha na política nacional não desapareceu. Podemos dizer que, mesmo sem dar as cartas nas eleições para presidente da República, a oligarquia gaúcha ascendeu após 1910, enquanto a de São Paulo tendeu a se concentrar em seu Estado. Um indicador desse fato são os anos de permanência de políticos paulistas e gaúchos nos ministérios fundamentais da Fazenda, Viação e Obras Públicas e Justiça. Entre 1889-1910, São Paulo esteve por 7,29 anos à frente desses ministérios e o Rio Grande do Sul, por apenas 1,51 ano. No período de 1910-1930, o Rio Grande do Sul saltou para 15,14 anos e São Paulo caiu para 6,71.

No plano do ajuste com o objetivo de indicar o candidato a presidente da República, São Paulo e Minas só tiveram um breve problema quando Rodrigues Alves, novamente eleito em 1918, faleceu sem chegar a tomar posse. A saída consistiu na escolha do paraibano Epitácio Pessoa, uma combinação de figura internacional (na época, era chefe da delegação brasileira do Congresso de Paz de Versalhes) e chefe oligarca em seu Estado. Apesar de algumas tentativas de mostrar independência, Epitácio acabou se curvando aos dois grandes Estados.

Afinal, o não-cumprimento das regras do jogo por parte do presidente Washington Luís, que indicou para sua sucessão, em 1929, o paulista Júlio Prestes em vez de um mineiro, como seria a regra de revezamento do "café-com-leite", foi um fator central da ruptura política ocorrida em 1930. Esse fato mostra nitidamente a importância do acordo São Paulo-Minas, para a estabilidade da Primeira República. Vamos deixar porém para mais adiante o lance final desse período da política brasileira.

6.9. O ESTADO E A BURGUESIA DO CAFÉ

A análise dos acordos entre as várias oligarquias nos indica que o Estado – no sentido de poder central – não foi um simples clube dos fazendeiros de café. O Estado se definiu como articulador de uma integração nacional que, mesmo frágil, nem por isso era inexistente. Tinha de garantir uma certa estabilidade no país, conciliar interesses diversos, atrair investimentos estrangeiros, cuidar da questão da dívida externa. Isso não quer dizer que os negócios do café – nos quais os fazendeiros representavam apenas um elo de uma cadeia que ia até os consumidores externos, passando pelos exportadores – tivessem importância secundária. Pelo contrário, eles foram o eixo da economia do período. Ao longo da República Velha, o café manteve de longe o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras, com uma média em torno de 60% do valor total. No fim do período, representava em média 72,5% das exportações. Dependiam do produto o crescimento e o emprego, nas áreas mais desenvolvidas do país. Ele fornecia também a maior parte das divisas necessárias para as importações e o atendimento dos compromissos no exterior, especialmente os da dívida externa.

Apesar de seus limites regionais, a burguesia do café constituiu uma classe articulada, capaz de expressar seus interesses através do PRP e de suas associações de classe. Na formulação de sua política, o governo federal não podia ignorar o peso do setor cafeeiro, qualquer que fosse a origem regional do presidente da República. Mas a coisa não era tão simples assim, e vários governantes supostamente ligados aos interesses do café nem sempre agiram como seus defensores. Três presidentes provenientes de São Paulo – Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luís – desagradaram

ao setor cafeeiro ou se chocaram com ele. Esse comportamento, na aparência estranho, se deve principalmente ao fato de que o presidente da República tinha de preocupar-se não só com o café mas com os interesses gerais do país. Esses interesses passavam pela estabilização das finanças e pelo acordo com os credores externos. O presidente Rodrigues Alves, por exemplo, nos primeiros anos do século, não era contrário a medidas para solucionar a crise existente na época e melhorar a renda dos cafeicultores – classe à qual pertencia, como declarava em seus pronunciamentos. Mas, por outro lado, não se sentia em condições de desagradar à Casa Rothschild, principal sustentáculo da política de contenção das emissões, equilíbrio orçamentário e valorização da moeda.

Os Rothschild – como principais agentes financeiros do Brasil no exterior – opuseram-se ao Convênio de Taubaté, que previa a adoção de medidas tendentes a estabilizar o câmbio brasileiro em níveis mais baixos. Eles temiam o surgimento de problemas no serviço da dívida. Rodrigues Alves aceitou o ponto de vista dos Rothschild, convertendo-se no principal obstáculo ao apoio da União às iniciativas de São Paulo. Esse apoio foi obtido no governo seguinte, de Afonso Pena (1906-1909).

Um argumento muito comum para se demonstrar o controle do Estado pelos interesses cafeeiros é o da política cambial, posta em prática pelas governantes republicanos. Afirma-se que essa política consistia deliberadamente em desvalorizar o mil-réis, para sustentar a renda da cafeicultura em moeda nacional. A afirmativa vem acompanhada da noção de que, por meio desse mecanismo, ocorreu o que o economista Celso Furtado chamou de "socialização de perdas". Ou seja: desvalorizando a moeda nacional para favorecer a cafeicultura exportadora, o governo encarecia as importações que deveriam ser pagas pelo conjunto da população. Desse modo, as perdas do setor cafeeiro seriam socializadas, isto é, divididas por toda a sociedade.

A associação entre desvalorização da moeda brasileira e proteção aos interesses da cafeicultura tem sido recentemente bastante contestada. Não vamos entrar na complexidade dos argumentos. Lembremos apenas que a tendência, a longo prazo, de depreciação cambial vem sendo encarada mais como resultado da precária situação das finanças brasileiras do que como uma deliberada opção governamental para favorecer o setor exportador.

6.10. PRINCIPAIS MUDANÇAS SOCIOECONÔMICAS – 1890 A 1930

Passemos agora a examinar algumas das principais mudanças socioeconômicas ocorridas no Brasil, a partir das últimas décadas do século XIX até 1930.

6.10.1. A IMIGRAÇÃO

Comecemos pela imigração em massa. O Brasil foi um dos países receptores dos milhões de europeus e asiáticos que vieram para as Américas em busca de oportunidade de trabalho e ascensão social. Ao lado dele figuram, entre outros, os Estados Unidos, a Argentina e o Canadá.

Cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil entre 1887 e 1930. O período 1887-1914 concentrou o maior número, com a cifra aproximada de 2,74 milhões, cerca de 72% do total. Essa concentração se explica, entre outros fatores, pela forte demanda de força de trabalho para a lavoura de café, naqueles anos. A Primeira Guerra Mundial reduziu muito o fluxo de imigrantes, mas após o fim do conflito (1918) constatamos uma nova corrente imigratória que se prolonga até 1930.

Tabela 4. Imigração Líquida: Brasil, 1881-1930 (em milhares)

	Chegadas	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses
1881-1885	133,4	32	47	8	8	–
1886-1890	391,6	19	59	8	3	–
1891-1895	659,7	20	57	14	1	–
1896-1900	470,3	15	64	13	1	–
1901-1905	279,7	26	48	16	1	–
1906-1910	391,6	37	21	22	4	1
1911-1915	611,4	40	17	21	3	2
1916-1920	186,4	42	15	22	3	7
1921-1925	386,6	32	16	12	13	5
1926-1930	453,6	36	9	7	6	13
	3 964,3	29	36	14	5	3

Fonte: Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. IV, p. 131.

A partir de 1930, a crise mundial iniciada em 1929 e as mudanças políticas no Brasil e na Europa fizeram com que o ingresso de imigrantes como força de trabalho deixasse de ser significativo. Os japoneses constituíram a única exceção, pois, tomando-se períodos de tempo de dez anos, foi entre 1931 e 1940 que eles entraram no país em maior número.

Não há dados gerais precisos sobre o percentual de retorno de imigrantes a seus países de origem. Considerando o número de estrangeiros que entraram no Brasil pelo porto de Santos e os que saíram pelo mesmo porto como passageiros de terceira classe, constatamos o seguinte. Entre 1892 e 1930 ingressaram 1,895 milhão de pessoas e regressaram 1,017 milhão.

As regiões Centro-Sul, Sul e Leste foram as que receberam imigrantes maciçamente. Um dado eloqüente nesse sentido: em 1920, 93,4% da população estrangeira vivendo no Brasil estavam nessas regiões. O Estado de São Paulo se destacou no conjunto, concentrando sozinho a maioria de todos os residentes estrangeiros no país (52,4%). Essa preferência se explica pelas facilidades concedidas pelo Estado (passagens, alojamento) e pelas oportunidades de trabalho abertas por uma economia em expansão.

Considerando-se o período 1887-1930, os italianos formaram o grupo mais numeroso, com 35,5% do total, vindo a seguir os portugueses (29%) e os espanhóis (14,6%). Mas antes de examinarmos as três etnias majoritárias, assinalemos que grupos relativamente pouco numerosos, em termos globais, foram qualitativamente importantes. O caso mais expressivo é o dos japoneses, os quais vieram sobretudo para o Estado de São Paulo. Em 1920, 87,3% dos japoneses moravam nesse Estado. A primeira leva chegou a Santos em 1908, com destino às fazendas de café. Apesar da dificuldade em fixar os japoneses nas fazendas, a administração paulista, até 1925, concedeu em vários anos subsídios para a imigração japonesa. No curso da Primeira Guerra Mundial, com a interrupção do fluxo europeu, havia o temor de que "faltassem braços para a lavoura". A partir de 1925, o governo japonês passou a financiar as viagens dos imigrantes. Os japoneses, por essa época, já não eram encaminhados para as fazendas de café. Eles se fixaram no campo por mais tempo do que qualquer outra etnia, mas como pequenos proprietários, tendo um papel expressivo na diversificação das atividades agrícolas.

Outros grupos minoritários importantes foram os sírio-libaneses e os judeus, os quais tiveram algumas características semelhantes. Ao contrário

27. Imigrantes italianos de classe média. Foto de passaporte da família de Arturo Brussi.

28. Família de colonos diante de uma porta lateral da Hospedaria dos Imigrantes.

Ziņas par pases īpašnieku:

Dzimšanas datums

Tautība

Nodarbošanās

Dzimšanas vieta

Dzīves vieta

Pase derīga mēnešu laikā,

skaitot no izdošanas dienas

reizēj ceļojum

pases nodokļa saņemts,

192 g.

Ārzemju Pasu Nodaļas vadītājs:

Sekretārs:

29. Passaporte de imigrante lituano, trabalhador da fazenda Pitangueiras, São Paulo, 1926.

ŽYMĖS

SIGNALEMENT

Viela gimimo ir laikas

Veidas

Akių spalva

Couleur des yeux

Plaukų spalva

Couleur des cheveux

Vaikai — Enfants

Parašas paso savininko

Signature du porteur

Šalys kurioms pasas galioja.

30. Passaporte de imigrante lituana, trabalhadora da colônia Lettonia, Estado de São Paulo, 1926.

dos japoneses, dos italianos e dos espanhóis, os dois grupos se concentraram, desde sua chegada, principalmente nas cidades. Ambos constituíram também uma imigração espontânea, não subsidiada, pois o auxílio governamental brasileiro só era fornecido a quem fosse encaminhado para as fazendas. Os sírio-libaneses começaram a chegar ao Brasil, em números significativos, no começo do século; os judeus vieram depois, sobretudo a partir da década de 1920. Muitos sírio-libaneses iniciaram a vida na nova terra como mascates, vendendo mercadorias de porta em porta, ou de porteira em porteira, nas pequenas cidades do interior e nas fazendas. Depois, no correr dos anos, vários deles se tornaram comerciantes com negócios instalados e industriais. Essa trajetória foi semelhante à de muitos judeus, que partiram da condição de mascate, substituindo os sírio-libaneses, com mais tempo no país e já em ascensão.

Os italianos vieram principalmente para São Paulo e para o Rio Grande do Sul. Em 1920, 71,4% dos italianos existentes no Brasil viviam no Estado de São Paulo e representavam 9% de sua população total. A origem regional se alterou no curso dos anos. Enquanto os italianos do norte predominaram até a virada do século, os do sul – sobretudo calabreses e napolitanos – passaram a chegar em maior número, a partir do século XX.

Os italianos foram a principal etnia que forneceu mão-de-obra para a lavoura de café. Entre 1887 e 1900, 73% dos imigrantes que entraram no Estado de São Paulo eram italianos, embora nem todos tenham-se fixado na agricultura. A pobreza dessa gente se revela, entre outros dados, pelo fato de que os subsídios oferecidos pelo governo paulista representaram uma forte atração. Problemas nesse esquema repercutiram diretamente no volume do fluxo de imigrantes.

As más condições de recepção dos recém-chegados levou o governo italiano a tomar medidas contra o recrutamento de imigrantes. Isso aconteceu provisoriamente entre março de 1889 e julho de 1891. Em março de 1902, uma decisão das autoridades italianas conhecida como Decreto Prinetti – nome do ministro das Relações Exteriores da Itália – proibiu a imigração subsidiada para o Brasil. Daí para a frente, quem quisesse emigrar para o Brasil poderia continuar a fazê-lo livremente, mas sem obter passagens e outras pequenas facilidades. A medida resultou de crescentes queixas dos italianos residentes no Brasil a seus cônsules sobre a precariedade de

sua condição de vida, agravada pelas periódicas crises do café. É possível que a melhora do quadro socioeconômico na Itália tenha também concorrido para ela.

O fluxo da imigração italiana não se interrompeu. Entretanto, o Decreto Prinetti, a crise do café e a situação no país de origem contribuíram para reduzi-lo. Considerando as entradas e saídas de imigrantes sem distinção de nacionalidade pelo porto de Santos, verificamos que, em vários anos, o número dos que saíram foi maior do que as entradas naquele porto. Por exemplo, em plena crise do café, em 1900, entraram 21 038 imigrantes e saíram 21 917. Logo após o Decreto Prinetti, em 1903, entraram 16 553 imigrantes e saíram 36 410. O ano seguinte registrou também saldo negativo.

Durante o período 1901-1930, a proveniência étnica dos imigrantes para São Paulo se tornou bem mais equilibrada. A proporção de italianos caiu para 26%, seguidos pelos portugueses (23%) e pelos espanhóis (22%).

A imigração portuguesa concentrou-se nitidamente no Distrito Federal e em São Paulo. A capital da República continha o maior contingente de portugueses, mesmo quando a comparação é feita com Estados inteiros. O censo de 1920, por exemplo, contou 172 338 portugueses residentes no Distrito Federal e 167 198 no Estado de São Paulo.

Comparativamente, uma característica da imigração portuguesa foi sua maior concentração nas cidades. Em 1920, havia 65 mil portugueses na cidade de São Paulo, representando 11% da população total; os números subiam a 172 mil no Rio de Janeiro, correspondendo a 15% da população. Esses dados não significam que imigrantes portugueses não se tenham destinado para a lavoura do café e a agricultura em geral. Mas eles ficaram mais conhecidos por seu papel no pequeno e grande comércio, assim como na indústria, sobretudo no Rio de Janeiro.

Como ocorreu com os italianos, o maior fluxo de imigrantes espanhóis concentrou-se entre 1887 e 1914. Mas houve uma diferença: enquanto os italianos predominaram largamente sobre os espanhóis de 1887 a 1903, estes os superaram entre 1906 e 1920. Após os japoneses, foram os espanhóis os que proporcionalmente mais se concentraram no Estado de São Paulo. Assim, em 1920, 78,2% dos imigrantes espanhóis aí residiam. Em alguns aspectos, a imigração espanhola tem traços semelhantes à japonesa. Como ocorreu com os japoneses, vinham famílias inteiras e não apenas homens solteiros. Os

espanhóis aproximaram-se também dos japoneses pelo longo tempo de permanência nas atividades agrícolas e pela preferência por viver nas pequenas cidades do interior e não na capital de São Paulo.

Os imigrantes mudaram a paisagem social do Centro-Sul do país, com sua presença nas atividades econômicas, seus costumes, seus hábitos alimentares, contribuindo também para valorizar uma ética do trabalho. Vamos reencontrá-los em outros momentos desta narrativa. Por ora, façamos uma pergunta geral: os imigrantes, em sua grande maioria pobres, tiveram êxito na nova terra? Quando pensamos no seu papel no desenvolvimento do comércio e da indústria, em Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, a resposta afirmativa é quase espontânea.

O caso do campo é mais complicado. No Estado de São Paulo, por exemplo, nos primeiros anos da imigração em massa, os imigrantes foram submetidos a duras condições de existência, resultantes das condições gerais de tratamento dos trabalhadores no país, onde quase equivaliam aos escravos. Atestam esse quadro o grande número dos que voltaram ao país de origem, as queixas dos cônsules, as medidas tomadas pelo governo italiano.

Se tomarmos porém a história da imigração em período mais longo de tempo, verificaremos que também no campo muitos imigrantes subiram na escala social. Uns poucos, como Francisco Schmidt e Geremia Lunardelli, tornaram-se grandes fazendeiros. A maioria passou à condição de pequenos e médios proprietários, abrindo caminho para que seus descendentes viessem a ser figuras centrais da agroindústria paulista. O censo agrícola de São Paulo, realizado em 1934, revelou que 30,2% das terras estavam em mãos de estrangeiros, cabendo aos italianos 12,2%, aos espanhóis 5,2%, aos japoneses 5,1%, aos portugueses 4,3% e o restante a outras nacionalidades. Esses números exprimem apenas parte da ascensão dos imigrantes, pois não incluem seus descendentes, que, é claro, tinham nacionalidade brasileiras.

6.10.2. O Peso das Atividades Agrícolas

No curso das últimas décadas do século XIX até 1930, o Brasil continuou a ser um país predominantemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agri-

cultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços. Devemos notar que "serviços" englobam atividades urbanas de baixa produtividade, como os serviços domésticos remunerados e "bicos" de vários tipos. O dado mais revelador é o do crescimento do número de pessoas na área industrial, que, pelo censo de 1872, não passava de 7% da população em atividade, mas é bom lembrar que muitas "indústrias" não passavam de pequenas oficinas. De qualquer modo, se é verdadeira a noção de predomínio das atividades agroexportadoras, com o café em primeiro lugar, durante a Primeira República, não devemos pensá-la em termos absolutos. Não só a produção agrícola para o mercado interno teve significação como a indústria foi-se implantando com força crescente.

Podemos entender melhor o crescimento econômico e as mudanças sociais ocorridas sobretudo no Centro-Sul do país, analisando um pouco da história regional. O Estado de São Paulo esteve à frente de um processo de desenvolvimento capitalista, caracterizado pela diversificação agrícola, a urbanização e o surto industrial. O café continuou a ser o eixo da economia e constituiu a base inicial desse processo. Já vimos que nem tudo eram flores para os negócios cafeeiros, mas a renda da cafeicultura foi assegurada, nos anos críticos de excesso de oferta e preços baixos, pelo apoio do governo paulista e, em menor medida, do governo federal aos planos de valorização. Um ponto importante que assegurou a produção cafeeira se encontra nas fórmulas encontradas para resolver os problemas do fluxo de mão-de-obra e da estruturação das relações de trabalho. O primeiro problema foi resolvido pela imigração; o segundo, pelo colonato.

O colonato veio substituir a experiência fracassada da parceria. Os colonos, ou seja, a família de trabalhadores imigrantes, se responsabilizavam pelo trato do cafezal e pela colheita, recebendo basicamente dois pagamentos em dinheiro: um anual, pelo trato de tantos mil pés de café, e outro por ocasião da colheita. Este último pagamento variava de acordo com o resultado da tarefa, em termos de quantidade colhida. O fazendeiro fornecia moradia e cedia pequenas parcelas de terra, onde os colonos podiam produzir gêneros alimentícios. O colonato era distinto da parceria porque, entre outras características, não existia divisão de lucros da venda do café. Não constituía também uma forma pura de trabalho assalariado, pois envolvia outros tipos de retribuição.

31. Depósito de café no porto de Santos.

No âmbito desse sistema, devemos considerar à parte o caso das plantações novas que eram objeto dos chamados "contratos de formação". Os colonos plantavam o café e cuidavam da planta durante um período de quatro a seis anos, pois era em geral no quarto ano que os cafeeiros começavam a produzir. Os "formadores" não recebiam praticamente salários, podendo porém dedicar-se à produção de gêneros alimentícios entre as filas dos cafezais novos. Como esse tipo de relação de trabalho tinha a preferência dos colonos, é razoável inferir que a produção de gêneros abrangia não apenas o consumo dos próprios formadores, mas também a venda para os mercados locais.

Quando afirmamos que o colonato estabilizou as relações de trabalho, não pretendemos dizer que os problemas entre colonos e fazendeiros terminaram. Ocorreram constantes atritos individuais e mesmo greves. Além disso, os colonos não eram escravos e tinham intensa mobilidade geográfica, des-

locando-se de uma fazenda para outra, ou para os centros urbanos, em busca de melhores oportunidades. Mas, como um todo, de um lado a oferta de mão-de-obra imigrante e, de outro, as possibilidades relativas de ganho abertas pelo colonato garantiram a produção cafeeira e a relativa estabilidade das relações de trabalho na cafeicultura.

Ao mesmo tempo que a produção cafeeira tendeu a aumentar, ocorreu em São Paulo uma diversificação agrícola que se liga à ascensão dos imigrantes. Estimulada pela demanda das cidades em crescimento, a produção de arroz, feijão e milho expandiu-se. No começo do século XX, São Paulo importava parte desses produtos de outros Estados, destacando-se o arroz do Rio Grande do Sul. Por volta da Primeira Guerra Mundial, o Estado se tornara auto-suficiente nesses itens, começando a exportar. Comparando-se as médias de 1901-1906 com as de 1925-1930, constatamos que a produção de arroz cresceu 6,89 vezes, a de feijão, 3,31 e a de milho, 2,15 vezes. O algodão também se implantou. Por volta de 1919, São Paulo se tornou o maior Estado produtor do país, com aproximadamente um terço do total. Ficava assim assegurado o fornecimento de matéria-prima para a indústria têxtil. Além disso, o plantio combinado de café e algodão, com maior ênfase no café, chegou a ser providencial para os fazendeiros. Quando em 1918 a geada devastou as plantações de café, muitos deles se salvaram da ruína graças à produção algodoeira.

6.10.3. A Urbanização

Outro fenômeno importante foi a urbanização. Todas as cidades cresceram, mas o salto mais espetacular se deu na capital do Estado de São Paulo. A razão principal desse salto se encontra no afluxo de imigrantes espontâneos e de outros que trataram de sair das atividades agrícolas. A cidade oferecia um campo aberto ao artesanato, ao comércio de rua, às fabriquetas de fundo de quintal, aos construtores autodenominados "mestres italianos", aos profissionais liberais. Como opção mais precária, era possível empregar-se nas fábricas nascentes ou no serviço doméstico.

A capital paulista era também o grande centro distribuidor dos produtos importados, o elo entre a produção cafeeira e o porto de Santos, e nela se encontravam a sede dos maiores bancos e os principais empregos burocráticos.

32. Saída da fábrica. Note-se a presença de mulheres e crianças. São Paulo, início do século XX.

33. Rua 15 de Novembro, São Paulo.

A partir de 1886, São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado. A grande arrancada se deu entre 1890 e 1900, período em que a população paulistana passou de 64 934 para 239 820 habitantes, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a uma taxa geométrica de 14% de crescimento anual. Em 1890, São Paulo era a quinta cidade brasileira, abaixo do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século chegaria ao segundo lugar, embora ainda muito distante dos 688 mil habitantes da capital da República. Em comparação com o Rio de Janeiro, São Paulo continuava a ser apenas a capital de uma grande província.

6.10.4. A INDUSTRIALIZAÇÃO

O crescimento industrial deve ser visto em uma perspectiva geográfica mais ampla, abrangendo várias regiões. Aqui vamos nos deter sobretudo nas condições da industrialização no Distrito Federal e em São Paulo.

As poucas fábricas que surgiram no Brasil, em meados do século XIX, destinavam-se principalmente a produzir tecidos de algodão de baixa qualidade, consumidos pela população pobre e pelos escravos. A Bahia foi o primeiro núcleo das atividades do ramo, reunindo cinco das nove fábricas existentes no país em 1866.

Em 1885, a produção industrial se deslocara para o Centro-Sul. Considerando-se o número de unidades fabris, Minas assumira o primeiro lugar, mas o Distrito Federal concentrava as fábricas mais importantes. Excluindo-se a agroindústria do açúcar, por volta de 1889, a capital do país detinha 57% do capital industrial brasileiro.

A instalação de fábricas no Rio deveu-se a vários fatores. Aí haviam-se acumulado capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior porque, com a decadência do Vale do Paraíba, não se faziam novas inversões no setor cafeeiro. Os grandes bancos, cujas sedes estavam localizadas na capital do país, tinham, assim, condições de financiar outras atividades. Além disso, o mercado de consumo tinha proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região à sua volta, servida pelas ferrovias.

No que diz respeito à mão-de-obra, havia problemas no suprimento de trabalhadores especializados, mas não faltavam operários de baixa qualifi-

cação. Eles eram recrutados entre a população pobre, os imigrantes e os migrantes internos, para quem o Rio de Janeiro era um pólo de atração.

Por último, devemos salientar, no desenvolvimento do Rio, o papel da energia a vapor, antes da introdução da energia elétrica. Ela veio substituir as antigas fábricas movidas a água, cujo suprimento era irregular. O uso do carvão importado para gerar a energia a vapor foi facilitado por não depender de um transporte adicional, como era o caso das cidades do interior.

O crescimento industrial paulista data do período posterior à abolição da escravatura, embora se esboçasse desde a década de 1870. Originou-se de pelo menos duas fontes inter-relacionadas: o setor cafeeiro e os imigrantes. Os negócios do café lançaram as bases para o primeiro surto da indústria por várias razões: em primeiro lugar, ao promover a imigração e os empregos urbanos vinculados ao complexo cafeeiro, criaram um mercado para produtos manufaturados; em segundo, ao promover o investimento em estradas de ferro, ampliaram e integraram esse mercado; em terceiro, ao desenvolver o comércio de exportação e importação, contribuíram para a criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados. Por último, lembremos que as máquinas industriais eram importadas e a exportação do café fornecia os recursos em moeda estrangeira para pagá-las.

Membros da burguesia do café tornaram-se investidores em uma série de atividades. Um exemplo significativo é o do senador Lacerda Franco, fazendeiro e fundador de uma empresa corretora de café. Proclamada a República, obteve a concessão para criar um banco de emissão e iniciou uma grande fábrica de tecidos em Sorocaba. Mais tarde, fundou outra menor em Jundiaí, uma companhia telefônica e foi diretor da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Os imigrantes surgem nas duas pontas da indústria, como donos de empresas e como operários. Além disso, vários deles foram técnicos especializados. A história dos trabalhadores estrangeiros é parte da história dos imigrantes que vieram "fazer a América" e viram seus sonhos se desfazer na nova terra. Eles tiveram papel fundamental nas empresas manufatureiras da capital de São Paulo, nas quais, em 1893, 70% de seus integrantes eram estrangeiros. Na indústria do Rio de Janeiro a porcentagem era menor, mas, mesmo assim, muito expressiva: 39%, em 1890.

O caminho do imigrante para a condição de industrial variou. Alguns partiram quase do nada, beneficiando-se das oportunidades abertas pelo capi-

talismo em formação, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Outros vislumbraram oportunidades na indústria, por serem importadores. Esta atividade facilitava contatos para importar maquinaria e era uma fonte de conhecimento sobre onde se encontravam as possibilidades de investimento mais lucrativo no país. Os dois maiores industriais italianos de São Paulo – Matarazzo e Crespi – começaram como importadores.

Considerando-se o valor da produção industrial, em 1907 o Distrito Federal surgia na frente dos Estados com 33,2% da produção, seguido de São Paulo com 16,6% e o Rio Grande do Sul com 14,9%. Em 1920, o Estado de São Paulo passara para o primeiro lugar com 31,5% da produção, o Distrito Federal caíra para 20,8%, vindo em terceiro o Rio Grande do Sul com 11%. Estamos comparando Estados com uma cidade. Em termos de cidades, os dados são imprecisos: São Paulo (capital) superou o Rio de Janeiro em algum momento entre 1920 e 1938.

Os principais ramos industriais da época foram o têxtil em primeiro lugar e a seguir a alimentação, incluindo bebidas, e o vestuário. A indústria têxtil, sobretudo a de tecidos de algodão, foi a verdadeiramente fabril pela concentração do capital nela investido e pelo número de operários. Várias fábricas chegaram a ter mais de mil trabalhadores. Já por volta da Primeira Guerra Mundial, 80% dos tecidos consumidos no país eram nacionais, indicando uma melhora de sua qualidade. Quando, nos últimos anos da década de 1920, uma crise atingiu a indústria têxtil, sua capacidade produtiva era considerável. Veremos mais adiante os efeitos desse fato, ao tratar do quadro econômico nos anos 30.

Apesar desse relativo avanço na produção industrial, havia profunda carência de uma indústria de base (cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos). Desse modo, grande parte do surto industrial dependia de importações.

É comum a referência à Primeira Guerra Mundial como um período de incentivo às indústrias, dada a interrupção da concorrência de produtos importados. Mas a década de 1920 foi pelo menos tão significativa quanto os anos da guerra, pois nela começaram a aparecer tentativas de superar os limites de expansão industrial. Incentivadas pelo governo, surgiram duas empresas importantes: em Minas Gerais, a Siderúrgica Belgo-Mineira, que começou a produzir em 1924; em São Paulo, a Companhia de Cimento Portland, cuja produção foi iniciada em 1926. Ao mesmo tempo, a partir da experiência e

34. Grupo de trabalhadoras fiandeiras, início do século XX.

dos lucros acumulados durante a Primeira Guerra, pequenas oficinas de consertos foram se transformando em indústrias de máquinas e equipamentos.

Teria o Estado facilitado ou dificultado o crescimento industrial?

A principal preocupação do Estado não estava voltada para a indústria, mas para os interesses agroexportadores. Entretanto, não se pode dizer que o governo tenha adotado um comportamento antiindustrialista. Houve proteção governamental em certos períodos à importação de maquinaria, reduzindo-se as tarifas da alfândega. Em alguns casos, o Estado concedeu empréstimos e isenção de impostos para a instalação de indústrias de base. Por outro lado, a tendência de longo prazo das finanças brasileiras no sentido da queda da taxa de câmbio tinha efeitos contraditórios com relação à indústria. A desvalorização da moeda encarecia a importação dos bens de consumo e, portanto, estimulava a indústria nacional, mas, ao mesmo tempo, tornava mais cara a importação de máquinas de que o parque industrial dependia.

Resumindo, se o Estado não foi um adversário da indústria, esteve longe de promover uma política deliberada de desenvolvimento industrial.

6.10.5. A Diversificação Econômica e o Rio Grande do Sul

Devemos fazer referência ainda a duas áreas regionais separadas por pontos geográficos extremos: o Rio Grande do Sul e a Amazônia. No Rio Grande do Sul, acentuou-se ao longo da Primeira República a diversificação da atividade econômica, destinada ao próprio Estado e ao mercado interno nacional. Os protagonistas dessa diversificação foram os imigrantes que se instalaram como pequenos proprietários na região serrana e, a partir daí, expandiram-se para outras regiões. No setor agrícola, destacou-se, em primeiro lugar por ordem de importância, a produção de arroz, em seguida as do milho, do feijão e do fumo. O milho destinava-se ao mercado estadual, servindo de alimento para a criação de porcos.

Tal como acontecia em outras partes do país, em termos de capital investido, a indústria têxtil ficava na frente na área industrial, vindo a seguir a de bebidas. Nesta última, salientava-se a produção de vinho. Ela datava do período colonial e ganhou impulso com a chegada dos imigrantes italianos e alemães.

A instalação de frigoríficos representou uma transformação nos processos precários de conservação de carne e possibilitou a sua "estocagem". Em 1917, as empresas norte-americanas Armour e Wilson estabeleceram-se, respectivamente, em Santana do Livramento e em Rio Grande. Uma tentativa de manter um frigorífico por parte dos criadores gaúchos fracassou por falta de recursos. A empresa foi vendida em 1921 ao Frigorífico Anglo. Todas essas iniciativas ocorreram no quadro de uma relativa decadência da pecuária, do charque e principalmente dos couros. Podemos ter uma idéia disso comparando dois momentos da pauta de exportação do Estado. Em 1890, charque e couros juntos representavam 54,7% do valor das exportações. Em 1927 não passavam de 24,5%, tendo os couros caído de 37,2% para apenas 6,8% do valor das exportações. Naquele ano de 1927, individualmente, a banha ficou em primeiro lugar (19,7%), seguida do charque (17,7%) e do arroz (13%).

Embora tanto em São Paulo como no Rio Grande do Sul tenha havido uma diversificação das atividades econômicas, um ponto a ser ressaltado é o seguinte: enquanto São Paulo teve como centro de suas atividades a agricultura de exportação, o Rio Grande desenvolveu-se quase inteiramente em função do mercado interno.

6.10.6. A Borracha Amazônica

A Amazônia viveu um sonho transitório de riqueza graças à borracha. O avanço da produção que vinha ocorrendo em décadas anteriores tomou grande impulso a partir de 1880. A verdadeira mania pela bicicleta, nos anos 1890, e a gradativa popularização do automóvel, a partir da virada do século, incentivaram ainda mais a produção.

Em toda a época de seu apogeu, a borracha ocupou folgadamente o segundo lugar entre os produtos brasileiros de exportação, alcançando o ponto máximo entre 1898 e 1910. Nesse período correspondeu a 25,7% do valor das exportações, sendo superada apenas pelo café (52,7%). Ficou muito à frente do item que vinha abaixo dela – os couros – com apenas 4,2%, (Tabela 5)

A expansão da borracha foi responsável por uma significativa migração para a Amazônia. Calcula-se que entre 1890 e 1900 a migração líquida para a região – ou seja, a diferença entre os que entraram e saíram – foi de cerca de 110 mil pessoas. Elas provinham sobretudo do Ceará, um Estado periodicamente batido pela seca. A economia da borracha trouxe como conseqüência o crescimento da população urbana e a melhora das condições de vida de pelo menos uma parte dela, em Belém e Manaus. Entre 1890 e 1900, a população de Belém quase dobrou, passando de 50 mil para 96 mil pessoas. As duas maiores cidades da Amazônia contaram com linhas elétricas de bonde, serviços de telefone, água encanada, iluminação elétrica nas ruas, quando tudo isso em muitas cidades brasileiras era ainda um luxo.

Essas mudanças não conduziram, entretanto, à modificação das miseráveis condições de vida dos seringueiros que extraíam a borracha no interior. Não levaram também a uma diversificação das atividades econômicas, capaz de sustentar o crescimento em uma situação de crise da borracha. E a crise veio avassaladora, a partir de 1910, com uma forte queda de preços, cuja razão básica era a concorrência internacional. A borracha nativa do Brasil sempre sofrera a concorrência da exportada pela América Central e pela África, que eram, porém, de qualidade inferior. As plantações realizadas principalmente por ingleses e holandeses em suas colônias da Ásia mudaram esse quadro. A borracha produzida por eles era de boa qualidade, de baixo custo e seu cultivo podia estender-se por uma grande área. Enquanto isso, tornava-se cada vez mais dispendioso extrair borracha nativa nas regiões distantes da Amazônia.

Tabela 5. Brasil, Principais Produtos da Exportação, 1889-1945 (em Percentagens)

Períodos	Café	Açucar	Cacau	Mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e pele	Outros
1889-1897	67,6	6,5	1,5	1,1	1,2	2,9	11,8	2,4	4,8
1898-1910	52,7	1,9	2,7	2,7	2,8	2,1	25,7	4,2	5,2
1911-1913	61,7	0,3	2,3	3,1	1,9	2,1	20,0	4,2	4,4
1914-1918	47,4	3,9	4,2	3,4	2,8	1,4	12,0	7,5	17,4
1919-1923	58,8	4,7	3,3	2,4	2,6	3,4	3,0	5,3	16,5
1924-1929	72,5	0,4	3,3	2,9	2,0	1,9	2,8	4,5	9,7
1930-1933	69,1	0,6	3,5	3,0	1,8	1,4	0,8	4,3	15,5
1934-1939	47,8	0,5	4,3	1,4	1,6	17,6	1,1	4,4	21,3
1940-1945	32,5	0,6	3,2	0,9	1,2	9,1	2,4	3,6	46,5

Fonte: Annibal Villanova Vilela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, p. 70.

Para se ter uma idéia da reviravolta, lembremos que, em 1910, a borracha asiática representava pouco mais de 13% da produção mundial; em 1912, subira para 28% e em 1915 chegava a 68%.

As tentativas de substituição da simples coleta na mata pelo plantio não foram para a frente, sendo as plantas atingidas com freqüência pelas pragas. Um exemplo disso foi a experiência realizada pela Ford – a Fordlândia – em fins da década de 1920, que resultou em um imenso fracasso. Da época de ouro, ficaram como marcas mais expressivas os dois belos teatros de Belém e Manaus.

6.10.7. Relações Financeiras Internacionais

Ao longo da Primeira República ocorreram algumas mudanças significativas nas relações internacionais do Brasil no plano econômico-financeiro. A maioria dos empréstimos e investimentos continuou a se originar da Grã-Bretanha; os Estados Unidos mantiveram também sua posição de principal mercado para o mais importante produto brasileiro de exportação – o café. Entretanto, no correr dos anos, houve uma tendência a um maior relacionamento com os Estados Unidos que se tornou mais nítido na década de 1920. Desde a Primeira Guerra Mundial, o valor das importações provenientes daquele país já superara o da Grã-Bretanha.

Podemos dividir o ingresso de capitais estrangeiros em duas formas básicas: empréstimos e investimentos. Vimos como desde a Independência o Brasil apelou para os empréstimos externos. Eles se destinaram na República à manutenção do Estado, ao financiamento da infra-estrutura de portos e ferrovias, à valorização do café ou simplesmente a cobrir a dívida crescente.

Em 1928, o Brasil era o país com a maior dívida externa da América Latina, com 44,2% do total, vindo a seguir a Argentina com 27,5% e o Chile com 11,8%. Calcula-se que em 1923 o serviço da dívida consumia 22% da receita da exportação. A dívida pesou sobre as finanças brasileiras, levando o país a penosos acordos cujo exemplo mais evidente é o *funding loan* de 1898.

Nas últimas décadas do Império, os investimentos estrangeiros concentravam-se nas ferrovias. Na República, esses investimentos tenderam a passar para um segundo plano, sendo superados pelo capital inicial das companhias

de seguros, empresas de navegação, bancos e empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

Os serviços básicos das maiores cidades estavam em mãos de companhias estrangeiras. O caso mais notável foi o da Light, uma empresa canadense fundada em Toronto em 1899. Ela atuou a princípio em São Paulo e, a partir de 1905, na capital da República. A Light desbancou, na cidade de São Paulo, uma empresa local de transporte por bondes e assumiu também o controle do fornecimento e distribuição de energia elétrica. O surto de industrialização da cidade esteve estreitamente associado a seus investimentos de infra-estrutura.

No que diz respeito à economia exportadora, houve poucos investimentos estrangeiros na produção. Mas eles estiveram presentes de várias formas: financiavam a comercialização, controlavam parte do transporte ferroviário, praticamente toda a exportação, o transporte marítimo e o seguro das mercadorias.

Não há dados seguros sobre o lucro das empresas estrangeiras. Ao que parece, os maiores lucros foram realizados pelos bancos, que ganhavam especulando com a instabilidade da moeda brasileira ou com a recessão. Após o *funding loan* de 1898 muitos bancos nacionais faliram e a posição dos estrangeiros se tornou mais forte. O maior banco inglês, o London and Brazilian Bank, tinha muito mais recursos do que o Banco do Brasil. Ainda em 1929, os estabelecimentos bancários estrangeiros eram responsáveis por metade das transações.

Uma observação geral sobre o papel desempenhado pelo capital estrangeiro na Primeira República, válida de algum modo para períodos posteriores, consiste em dizer que ele não dominou a economia, mas se localizou em setores estratégicos.

Os investidores externos teriam apenas explorado o país, remetendo seus lucros para o exterior, ou teriam contribuído de forma decisiva para seu desenvolvimento?

A falta de dados impede um juízo mais seguro, mas, sem dúvida, uma resposta inteiramente em uma ou outra direção seria falsa.

Os investidores estrangeiros tenderam a controlar as áreas de sua atuação e a desalojar os capitais nacionais. Levaram vantagens derivadas do vulto dos investimentos, tiveram advogados poderosos e olharam com desdém para um

país atrasado. Seus métodos não foram, porém, diferentes dos da elite local. De qualquer modo, o capital estrangeiro teve um papel importante na criação de uma estrutura básica de serviços e transportes, contribuindo assim para a modernização do país.

6.11. OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Ao longo da Primeira República, a estrutura social se diversificou com o avanço da pequena propriedade produtiva no campo, a expansão da classe média urbana e a ampliação da base da sociedade. A grande novidade sob este último aspecto foi o surgimento do "colonato" na área rural e sobretudo da classe operária nos centros urbanos.

6.11.1. MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Os primeiros movimentos sociais da classe operária se situam na República. Antes de falar deles, vamos fazer uma referência aos movimentos sociais no campo. Eles podem ser divididos em três grandes grupos: *1.* os que combinaram conteúdo religioso com carência social; *2.* os que combinaram conteúdo religioso com reivindicação social; *3.* os que expressaram reivindicações sociais sem conteúdo religioso.

Canudos, do qual já falamos, é um exemplo do primeiro grupo. Outro é o do movimento que se formou em torno do Padre Cícero Romão Batista entre 1872 e 1924, tendo como centro a cidade cearense de Juazeiro. O padre começou reunindo fiéis para rezar e fazer promessas nos desastrosos períodos de seca. Logo ganhou fama de milagreiro e passou a reunir adeptos em número crescente. Estes passaram a residir em Juazeiro ou a visitá-lo em grandes romarias.

O Padre Cícero chocou-se com as autoridades da Igreja Católica e, ao mesmo tempo, integrou-se no sistema coronelista. Ele se transformou em um misto de padre e coronel que se envolveu com suas forças militares, nas lutas políticas da região. Sua gente disciplinada foi posta a serviço de atividades diversas. Na época da colheita do algodão, milhares de moradores de Juazeiro,

em sua maioria mulheres, dirigiam-se ao sertão da Paraíba. A mão-de-obra necessária à construção de açudes, nos anos 1920, foi recrutada graças a seu prestígio. Mesmo após sua morte, em 1934, a devoção ao Padre Cícero continuou no Nordeste, chegando a nossos dias.

O movimento do Contestado se enquadra no segundo grupo. Ele surgiu à margem do sistema dominante, ao contrário do que sucedeu com o de Juazeiro. A forma como os rebeldes foram tratados pelas autoridades republicanas indica isso claramente.

O Contestado era uma região limítrofe entre o Paraná e Santa Catarina, cuja posse vinha sendo reivindicada por ambos os Estados. Havia pois uma contestação sobre a área. O movimento social aí surgido em 1911, porém, não tinha por objeto essa disputa. Nasceu reunindo seguidores de um "coronel" tido como amigo dos pobres e pessoas de diversas origens, atingidas pelas mudanças que vinham ocorrendo na área. Entre elas, trabalhadores rurais expulsos da terra pela construção de uma ferrovia e por uma empresa madeireira e gente que tinha sido recrutada na construção da ferrovia, ficando novamente desempregada no fim de seus contratos. Os rebeldes se agruparam em torno de José Maria, uma figura que morreu nos primeiros choques com a milícia estadual e foi santificada. Estabeleceram vários acampamentos, organizados na base da igualdade e fraternidade entre os membros. Reivindicaram a posse da terra, enquanto esperavam a ressurreição de José Maria. Fustigados por tropas estaduais e do Exército, os rebeldes foram liquidados em 1915.

O terceiro grupo de movimentos sociais no campo tem como exemplo mais expressivo as greves por salários e melhores condições de trabalho ocorridas nas fazendas de café de São Paulo. Houve centenas de greves localizadas que deixaram um registro escasso. A mais importante ocorreu em 1913, reunindo milhares de colonos da região de Ribeirão Preto, por ocasião da safra. Eles pretendiam a revisão de seus contratos de trabalho e paralisaram as grandes fazendas de Francisco Schmidt e a Dumont, de propriedade inglesa. Houve intervenção da polícia e do cônsul da Itália, que procurava servir como intermediário nas negociações. Afinal, os objetivos dos colonos não foram alcançados.

6.11.2. Movimentos Sociais Urbanos

O crescimento das cidades e a diversificação de suas atividades foram os requisitos mínimos de constituição de um movimento da classe trabalhadora. As cidades concentraram fábricas e serviços, reunindo centenas de trabalhadores que participavam de uma condição comum. Sob este último aspecto, não havia muita diferença com as grandes fazendas de café. Mas nos centros urbanos a liberdade de circulação era muito maior, assim como era maior a circulação das idéias, por maiores que fossem as diferenças de instrução e a ausência de veículos amplos de divulgação, como viriam a ser o rádio e a televisão.

Mesmo assim, não devemos exagerar. O movimento da classe trabalhadora urbana no curso da Primeira República foi limitado e só excepcionalmente alcançou êxitos. As principais razões desse fato se encontram no reduzido significado da indústria, sob o aspecto econômico, e da classe operária, sob o aspecto político. As greves só tinham forte repercussão quando eram gerais ou quando atingiam setores-chave do sistema agroexportador, como as ferrovias e os portos. Por sua vez, o jogo político oligárquico podia ser feito sem necessidade de se agradar à massa operária nascente. Os operários se dividiam por rivalidades étnicas e estavam pouco propensos a organizar-se, pois a simples sindicalização já os colocava na "lista negra" dos industriais. Além disso, muito deles eram imigrantes que não tinham abandonado ainda as esperanças de "fazer a América" e voltar para a Europa.

A partir dessas constatações, vamos nos concentrar no movimento operário do Distrito Federal e de São Paulo, os quais apresentaram várias diferenças. Na capital da República, quando do surgimento dos primeiros partidos operários no fim do século XIX, predominaram um vago socialismo e um sindicalismo que hoje chamaríamos "de resultados". Ou seja, o movimento operário carioca tendeu a buscar o alcance de reivindicações imediatas, como aumento de salário, limitação da jornada de trabalho, salubridade, ou de médio alcance, como o reconhecimento dos sindicatos pelos patrões e pelo Estado. A transformação radical da sociedade não fazia parte de sua preocupações.

Contrastando com esse quadro, em São Paulo predominou o anarquismo, ou melhor, uma versão dele: o anarco-sindicalismo, uma corrente do movimento operário que teve seu apogeu na Europa e nos Estados Unidos entre as

últimas décadas do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial. Tinha por objetivo a transformação radical da sociedade e a implantação do socialismo.

Os anarco-sindicalistas acreditavam que seu objetivo seria atingido com a derrubada da burguesia do poder, sem um longo período de transição posterior. Isso seria alcançado através de um grande ato: a greve geral revolucionária. O sindicato anarquista, dirigido por comissões que deveriam expressar a vontade dos sindicalizados e não sua vontade própria, representava um esboço da sociedade que pretendiam instaurar. Uma sociedade sem Estado, sem desigualdade, organizada em uma federação livre de trabalhadores.

A partir dessa breve descrição, podemos perceber que os anarquistas encaravam as lutas por reivindicações imediatas como simples instrumento da grande ação revolucionária. Além disso, a obtenção de conquistas deveria ser feita sem o auxílio do Estado e mesmo contra o Estado. Qualquer vantagem assegurada em lei poria em risco os objetivos estratégicos do movimento operário. Adversários do marxismo, eles assumiam entretanto, ao pé da letra, a afirmação de Marx de que a emancipação dos trabalhadores cabia aos próprios trabalhadores.

Na prática, tendo em vista a distância entre seu programa e a realidade social brasileira, os anarquistas foram levados a concentrar esforços nas mesmas reivindicações sustentadas por seus adversários. Isso não impediu que as duas tendências guerreassem entre si, debilitando o já frágil movimento operário.

As diferenças ideológicas e de método de ação entre o movimento operário do Rio de Janeiro e de São Paulo se deve a um conjunto de fatores. Eles dizem respeito às características das duas cidades e à composição da classe trabalhadora. Em fins do século XIX, a capital da República tinha uma estrutura social muito mais complexa do que a existente em São Paulo. Nela se concentravam setores sociais menos dependentes das classes agrárias: a classe média profissional e burocrática, militares de carreira, alunos da Escola Militar, estudantes das escolas superiores. A presença dos jovens militares e a menor dependência da classe média com relação às classes agrárias favoreceu até certo ponto uma política de colaboração de classes. Os movimentos de protesto no Rio de Janeiro, até 1917, tiveram assim um conteúdo mais popular do que especificamente operário. Um exemplo disso foi a "revolta da vacina",

ocorrida em 1904, no governo de Rodrigues Alves, contra a introdução da vacina contra a febre amarela, promovida por Osvaldo Cruz.

Do ângulo da composição da classe trabalhadora, devemos lembrar que ela se concentrava principalmente em setores vitais dos serviços (ferroviários, marítimos, doqueiros), tratados com um mínimo de consideração pelo governo. Havia também no Rio maior contingente de trabalhadores nacionais, imbuídos de uma tradição paternalista nas relações com os patrões e o governo.

Apesar do crescimento, São Paulo tinha ainda uma estrutura social menos diversificada. A classe média girava em torno da burguesia do café e não havia grupos militares inquietos, dispostos a se aliar com "os de baixo". A maior presença de operários estrangeiros, sem raízes na nova terra, favorecia a influência difusa do anarquismo: os patrões e o governo, principalmente este último, eram o "outro", o inimigo. Ressalvemos apenas que falamos de tendências. Houve sindicalistas contrários ao anarquismo em São Paulo, assim como anarquistas no Distrito Federal. A influência dos últimos se tornou mais evidente entre 1917 e 1920.

Desde o início da Primeira República, surgiram expressões da organização e mobilização dos trabalhadores: partidos intitulados de operários, aliás com poucos operários, que logo desapareceram; sindicatos, greves. Os anarquistas tentaram mesmo organizar a classe operária em nível nacional, com a criação da Confederação Operária Brasileira em 1906.

Todos esses esforços não foram desprezíveis, mas não ocultam as dificuldades de organização. O movimento era esparso e raramente despertava a atenção e a preocupação da elite. Pressionando os patrões obtinham-se direitos, mas estes não eram assegurados em lei. Passado o momento de pressão, os direitos se perdiam.

Esse quadro foi quebrado entre 1917 e 1920, quando um ciclo de greves de grandes proporções surgiu nas principais cidades do país, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na raiz desse ciclo estavam dois fatores: primeiro, o agravamento da carestia, em conseqüência das perturbações causadas pela Primeira Guerra Mundial e pela especulação com gêneros alimentícios; segundo, a existência de uma vaga revolucionária na Europa, aberta com a revolução de fevereiro de 1917, seguida da Revolução de Outubro do mesmo ano, na Rússia czarista.

A emergência de uma nova conjuntura se torna clara por várias constatações. O número de greves cresceu muito, chegando entre 1917 e 1920, segundo os dados mais confiáveis, à casa dos cem, em São Paulo, e a mais de sessenta, no Rio de Janeiro, afora pequenas paralisações não registradas pela imprensa. A sindicalização ganhou ímpeto, embora não existam dados seguros da proporção de operários sindicalizados. Um exemplo de alta taxa de sindicalização é o da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro, que, em 1918, afirmava ter 19 mil filiados.

Por outro lado, o movimento operário ganhou a primeira página dos jornais e passou a preocupar a elite dirigente.

Curiosamente, um ponto fraco da onda grevista é que ela se concentrou no proletariado de fábrica, sobretudo nas têxteis, onde havia um grande número de mulheres e crianças. Embora as mulheres fossem muito combativas, tanto elas como as crianças eram mais vulneráveis. As paralisações nas ferrovias e nos portos surgiram quando o movimento geral começou a declinar ou já estava em franco declínio entre 1920 e 1921.

Os trabalhadores não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos. O que não quer dizer que muitos não fossem embalados na ação pelo sonho de uma sociedade igualitária. Por exemplo, o Comitê de Defesa Proletária, que se formou em São Paulo no curso da greve geral de 1917, tinha como pontos principais de seu programa: aumento de salários; proibição do trabalho de menores de catorze anos; abolição do trabalho noturno de mulheres e menores de dezoito anos; jornada de oito horas, com acréscimo de 50% nas horas extras; fim do trabalho nos sábados à tarde; garantia de emprego; respeito ao direito de associação. Além disso, propunha medidas contra a carestia pela intervenção do Estado – separando-se pois neste aspecto da pureza doutrinária anarquista – e pela redução de 50% dos aluguéis.

Dentre as três greves gerais do período, a de junho/julho de 1917 em São Paulo permaneceu mais forte na memória histórica, a tal ponto que a atenção dos historiadores tende a se concentrar nela, esquecendo-se o quadro mais amplo das mobilizações. Apesar dessa ressalva, a greve de 1917 realmente merece uma referência especial por seu impacto e dramaticidade.

Começando por duas fábricas têxteis, ela abrangeu praticamente toda a classe trabalhadora da cidade, em um total de 50 mil pessoas. Durante alguns

35. Greve Geral em São Paulo, 1917. Multidão de grevistas descendo a ladeira do Carmo.

36. Greve Geral de 1917 em São Paulo. Enterro do sapateiro José I. Martinez. Sua morte pela polícia eletrizou o movimento grevista.

dias, os bairros operários do Brás, da Mooca e do Ipiranga estiveram em mãos dos grevistas. O governo mobilizou tropas, e a Marinha mandou dois navios de guerra para Santos. Afinal, chegou-se a um acordo com os industriais e o governo pela mediação de um Comitê de Jornalistas. Houve um aumento de salários, aliás logo corroído pela inflação, e vagas promessas de se atender às demais reivindicações.

A onda grevista arrefeceu a partir de 1920, seja pela dificuldade de alcançar êxitos, seja pela repressão. Esta se abateu principalmente sobre os dirigentes operários estrangeiros que tinham papel importante como organizadores. Muitos deles foram expulsos do país. Em janeiro de 1921, o Congresso aprovou duas leis que dotaram o governo de instrumentos repressivos. Uma delas previa a expulsão dos estrangeiros cuja conduta fosse considerada nociva à ordem pública ou à segurança nacional. A outra regulou o combate ao anarquismo, considerando crime não só a prática de atos violentos como "fazer a apologia dos delitos praticados contra a organização da sociedade". Por aí se atingia o direito de expressão.

Seria exagerado dizer que antes da onda grevista de 1917-1920 o Estado tenha-se desinteressado inteiramente de regular as relações de trabalho ou a sindicalização operária. Por exemplo, desde 1907, uma lei previa a forma legal de organização dos sindicatos, mas ela ficou no papel. Em 1912, o tenente Mário Hermes – filho do presidente da República e deputado pela Bahia – realizou um congresso operário no Rio de Janeiro, com o objetivo de sistematizar reivindicações que se propunha levar ao Parlamento. Mas só compareceram à reunião associações pouco expressivas, exceto a dos ferroviários do Distrito Federal. Nenhum sindicato de São Paulo esteve presente.

Na área estadual, o governo de São Paulo criou em 1912 o Patronato Agrícola, que resolveu muitas disputas entre colonos e fazendeiros.

Poderíamos dar outros exemplos dessas iniciativas esparsas. Foi, entretanto, só no curso da vaga de greves que se cogitou de aprovar uma legislação operária. As principais propostas partiram dos deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento. Elas foram reunidas em um projeto de Código de Trabalho, em que se previam a jornada de oito horas, limites ao trabalho de mulheres e menores, a licença para as mulheres grávidas. O projeto foi bombardeado pelos industriais e pela maioria dos congressistas. Restou apenas a lei que regulava a indenização por acidentes de trabalho, aprovada em 1919.

Na década de 1920, enquanto o movimento operário arrefecia, surgiram claros indícios de uma ação do Estado no sentido de intervir nas relações de trabalho, pela aprovação de leis que concediam alguns direitos aos trabalhadores. Duas leis foram importantes nesse sentido: a que previa quinze dias de férias anuais aos trabalhadores do comércio e da indústria (1925) e a que limitava o trabalho dos menores. Entretanto, a lei de férias dependia de regulamentação e até 1930 não foi aplicada na área da indústria, por pressão dos industriais.

6.11.3. O PCB

No começo dos anos 20, surgiu uma crise no interior do anarquismo. Ela foi conseqüência principalmente de dois fatores. Os poucos resultados obtidos pelas greves, apesar de seu ímpeto, abriram caminho para as dúvidas sobre as concepções anarquistas. Ao mesmo tempo, no plano internacional, chegavam ao Brasil notícias da ruptura entre os anarquistas e os comunistas que tinham triunfado na Rússia. A Revolução de Outubro de 1917 parecia anunciar a "aurora de novos tempos", e as correntes de esquerda que lhes faziam restrições aparentemente "iam contra a marcha da História". Nasceu assim em março de 1922 o Partido Comunista do Brasil, cujos fundadores, em sua maioria, provinham do anarquismo. Essa origem foi excepcional na América Latina, onde praticamente todos os partidos comunistas resultaram de cisões do Partido Socialista.

Os comunistas colocam no horizonte a sociedade socialista, mas distinguem-se dos anarquistas em pontos fundamentais. Em primeiro lugar, valorizam o papel do Estado. Não só defendem a necessidade de ganhar posições no Estado, antes da conquista do poder, como, após essa conquista, sustentam a necessidade de estabelecer um período de transição por tempo indefinido – a ditadura do proletariado –, onde o Estado é reforçado antes de perecer.

Enquanto os anarquistas vêem a política e os partidos como campo de emergência de novas desigualdades, a questão política é básica para os comunistas. Sua atuação se dá nesse terreno de várias formas, com primazia para o papel do partido, autodefinido como representante do proletariado.

No terreno sindical, os comunistas opõem-se aos anarquistas ao tratarem de criar uma organização centralizada, com poderes concentrados nas mãos dos dirigentes. Além disso, os anarquistas negam a existência de uma questão nacional, pois o objetivo a ser alcançado seria igual em todas as partes: a fraternidade dos trabalhadores sem pátria nem patrões. O reconhecimento de uma questão nacional por parte dos comunistas levou-os à introdução de novas reivindicações nos países do Terceiro Mundo, como por exemplo a reforma agrária e a luta contra o imperialismo.

Por outro lado, comunistas e socialistas divergiam em suas perspectivas estratégicas. Enquanto os comunistas encaravam as reformas como caminho para a revolução, os socialistas acreditavam nas reformas em si mesmas. As mudanças por etapas acabariam por conduzir a uma sociedade socialista, pela via pacífica.

Até 1930, o PCB foi um partido de quadros predominantemente operários. Ele se subordinou à estratégia da III Internacional, com sede em Moscou, que pregava para os países coloniais e semicoloniais a revolução democrático-burguesa. Esta abriria caminho para a revolução socialista.

O PCB esteve na ilegalidade em quase toda a sua história. Até 1945, conheceu dois breves períodos de atuação legal, entre março e julho de 1922 e entre janeiro e agosto de 1927. A partir de julho de 1922, a repressão ao comunismo foi uma espécie de subproduto da preocupação maior do presidente Artur Bernardes que eram os tenentes rebelados. Os meses de legalidade do ano de 1927 findaram com a aprovação da Lei Aníbal de Toledo, também chamada de Lei Celerada, que aumentou os poderes do governo para fechar organizações cujos atos fossem considerados lesivos ao bem público.

O número de militantes do PCB até 1930 foi pequeno, nunca ultrapassando mil membros, mas o partido tinha alguma força nos meios operários, sobretudo no Distrito Federal, no Recife e em São Paulo. No plano eleitoral, seus maiores êxitos foram a eleição do médico Azevedo Lima para deputado federal, em fevereiro de 1927, e as de Otávio Brandão e do operário Minervino de Oliveira para a Câmara de Vereadores do Distrito Federal, em outubro de 1928. Todos eles concorreram em nome do Bloco Operário ou Bloco Operário Camponês, que era na realidade uma frente legal do partido.

Como observação geral e final acerca da classe trabalhadora urbana, devemos lembrar o seguinte: apesar das greves, das leis esparsas e da exis-

tência de movimentos e partidos que tratavam de arregimentar a classe operária, ou falar em nome dela, a massa trabalhadora continuava em sua grande maioria carente de direitos e de organização. Essa carência seria um campo fértil nos anos 30 para a ação do Estado através da política trabalhista de Getúlio Vargas.

6.12. O PROCESSO POLÍTICO NOS ANOS 20

Vamos agora acompanhar o processo político nos anos 20. Ele foi condicionado pelas mudanças na estrutura socioeconômica do país, mas não pode ser reduzido a elas. Após a Primeira Guerra Mundial, a presença da classe média urbana na cena política tornou-se mais visível. De um modo geral, esse setor da sociedade tendia a apoiar figuras e movimentos que levantassem a bandeira de um liberalismo autêntico. Ou seja, a defesa de um governo capaz de levar à prática as normas da Constituição e das leis do país, transformando a República oligárquica em República liberal. Isso significava, entre outras coisas, eleições limpas e respeito aos direitos individuais. Falava-se de reforma social, mas a maior esperança era depositada na educação do povo, no voto secreto, na criação de uma justiça eleitoral.

Um indício claro da maior participação política da população urbana foi a eleição de 1919. Rui Barbosa, candidato derrotado em 1910 e 1914, apresentou-se à eleição, enfrentando Epitácio Pessoa, para realizar um protesto. Ele não tinha o apoio de qualquer máquina eleitoral. Mesmo assim, obteve cerca de um terço dos votos e venceu no Distrito Federal.

Os ajustes e desgastes entre as oligarquias, nas sucessões presidenciais, ganharam novos contornos. Um bom exemplo é a disputa pela sucessão de Epitácio Pessoa. O eixo São Paulo-Minas lançou como candidato, nos primeiros meses de 1921, o governador mineiro Artur Bernardes. Contra essa candidatura levantou-se o Rio Grande do Sul, liderado por Borges de Medeiros que denunciou o arranjo político São Paulo-Minas como uma forma de garantir recursos para os esquemas de valorização do café, quando o país necessitava de finanças equilibradas. Os gaúchos temiam também que se concretizasse uma revisão constitucional – realizada efetivamente por Bernardes em 1926 – limitando a autonomia do Estado.

Uniram-se ao Rio Grande do Sul a Bahia, Pernambuco, Estado do Rio – terceiro, quarto, quinto e sexto Estados em importância eleitoral –, formando a Reação Republicana que apresentou o nome de Nilo Peçanha. Anteriormente, Nilo Peçanha fora eleito vice-presidente da República (1906) e ocupara por alguns meses a Presidência, após a morte de Afonso Pena; na chefia do governo, contribuíra decisivamente para o triunfo de Hermes da Fonseca. Sua carreira era um contraponto, na esfera civil, da ascensão de muitos militares "plebeus". De origem modesta, florianista, tinha sua base política na oligarquia do Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu.

A oposição tentou realizar uma campanha "à americana", como se dizia na época, percorrendo boa parte do país e procurando atrair o voto urbano. A plataforma da Reação Republicana, inspirada diretamente pelos gaúchos, se pronunciava no plano financeiro contra a inflação, a favor da conversibilidade da moeda, dos orçamentos equilibrados, da política, em suma, inaugurada pelo paulista Campos Sales em um momento muito difícil e mais tarde abandonada.

Na campanha, surgiram ataques ao imperialismo dos grandes Estados e pediu-se proteção para os produtos brasileiros de exportação em geral e não apenas para o café. Nilo não se opôs à valorização cafeeira em curso, de que o Estado do Rio também se beneficiava, mas atacou o tratamento especial dado ao produto. Esse era um tema de especial predileção dos gaúchos.

Foi no curso da disputa eleitoral que veio à tona a insatisfação militar. A impressão corrente nos meios do Exército de que a candidatura Bernardes era antimilitar ganhou dramaticidade com uma carta publicada no *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, em outubro de 1921. Aparentemente, tratava-se de cartas – pois havia duas – enviadas por Bernardes ao líder político mineiro Raul Soares onde se dizia entre outras coisas o seguinte: "Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargento sem compostura, aos seus apaniguados e de tudo o que nessa orgia se passou. Espero que use de toda a energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. [...] A situação não admite contemporizações: os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com seus bordados e galões". A alusão ao "banquete dado pelo Hermes" referia-se ao banquete promovido por ocasião da posse do ex-presidente da República na presidência do Clube Militar.

As cartas falsas puseram lenha na fogueira. O objetivo de seus autores de indispor ainda mais as Forças Armadas contra a candidatura Bernardes já tinha sido alcançado quando, pouco antes das eleições de 1º de março de 1922, dois falsários assumiram a autoria dos escritos.

A situação continuou a se complicar em junho de 1922, época em que Bernardes já era vitorioso mas ainda não tomara posse na Presidência, o que só ocorreria a 15 de novembro. O Clube Militar lançou um protesto contra a utilização, pelo governo, de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou a repreensão e a seguir a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar. A afronta era agravada ainda mais pelo fato de ser invocada, como fundamento legal para o fechamento do clube, a lei de 1921 contra as associações nocivas ou contrárias à sociedade.

6.12.1. O Tenentismo

Todos esses fatos precipitaram a eclosão do movimento tenentista, cujas raízes vão muito além deles. O movimento ficou assim conhecido porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes em primeiro lugar e capitães. Por aí, já podemos perceber que as revoltas militares que marcaram os anos de 1922 a 1927 não arrastaram a cúpula das Forças Armadas. Apesar de suas queixas, o alto comando militar manteve-se alheio a uma ruptura pelas armas.

Há uma história do tenentismo antes e depois de 1930. Os dois períodos dividem-se por uma diferença essencial. Antes de 1930, o tenentismo foi um movimento de rebeldia contra o governo da República; depois de 1930, os "tenentes" entraram no governo e procuraram lhe dar um rumo que promovesse seus objetivos.

Mas antes de qualquer análise lembremos os principais episódios do movimento tenentista, entre 1922 e 1927. O primeiro ato de rebeldia foi a revolta do Forte de Copacabana, ocorrida a 5 de julho de 1922. O clima de ofensas, falsas ou verdadeiras, ao Exército e a repressão contra o Clube Militar levaram os jovens "tenentes" a se rebelar, como um protesto destinado a "salvar a honra do Exército". A revolta não se estendeu a outras unidades.

37. *Tenentismo*. Participantes do levante da Vila Militar no Rio de Janeiro, presos a bordo do navio Alfenas, julho, 1922.

Depois de lançar os primeiros tiros de canhão, os rebeldes sofreram bombardeios em represália e ficaram cercados.

No dia seguinte, centenas deles se entregaram, atendendo a um apelo do governo. Um grupo se dispôs, porém, a resistir. O forte voltou a ser bombardeado por mar e por aviões. Dezessete militares, com a adesão ocasional de um civil, decidiram sair pela praia de Copacabana, ao encontro das forças governamentais. Na troca de tiros, morreram dezesseis, ficando feridos os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Os Dezoito do Forte começavam a criar a legenda do "tenentismo".

Dois anos depois, explodiu o chamado Segundo 5 de Julho, em São Paulo. A data foi escolhida para homenagear o primeiro movimento, e o local, pela importância do Estado. A Revolução de 1924 foi mais bem preparada, tendo como objetivo expresso derrubar o governo de Artur Bernardes. Nos anos 20, Bernardes personificou o ódio que os "tenentes" tinham da oligarquia dominante. No curso de 1923, houve uma articulação de militares em torno de Nilo Peçanha, visto como possível líder de um novo movimento rebelde. Porém Nilo morreu no começo de 1924 e os conspiradores voltaram-se para o

nome do general reformado Isidoro Dias Lopes – um oficial gaúcho que se colocara ao lado dos federalistas, na época de Floriano. Isidoro foi líder ostensivo da revolta. Entre os oficiais mais atuantes, encontram-se os irmãos Távora (Juarez e Joaquim), Eduardo Gomes, Estillac Leal, João Cabanas, Miguel Costa. A presença de Miguel Costa – oficial de prestígio da Força Pública paulista – trazia para os rebedes o apoio de uma parte da milícia estadual.

Iniciado o movimento com a tomada de alguns quartéis, desenvolveu-se uma batalha pelo controle de São Paulo. Os choques foram marcados por uma grande desinformação de ambos os lados. A 9 de julho, quando os revolucionários se preparavam para abandonar a cidade, chegou a eles a notícia de que a sede do governo – os Campos Elísios – estava vazia. De fato, o governador Carlos de Campos, a conselho militar, saíra da cidade, instalando-se em seus arredores.

A presença dos "tenentes" na capital paulista durou até o dia 27. No começo, a falta de gêneros alimentícios provocou vários saques de armazéns e do mercado municipal. Os "tenentes" entenderam-se com o prefeito e o presidente da Associação Comercial, tentando assegurar o abastecimento e a normalidade da vida na cidade. Era difícil, entretanto, alcançar este último objetivo, pois o governo empregou artilharia contra os rebeldes sem maior discriminação. Militares e civis foram atingidos e ocorreram sérios estragos materiais.

Afinal, os revoltosos abandonaram a cidade a 27 de julho, deslocando-se pelo interior de São Paulo, em direção a Bauru. A manobra foi facilitada pela eclosão de revoltas tenentistas em cidades do interior. Essa foi a chamada "coluna paulista", que se fixou no oeste do Paraná, em um lugarejo próximo à foz do Iguaçu. Aí as tropas vindas de São Paulo enfrentaram os legalistas, à espera de uma outra coluna proveniente do Rio Grande do Sul. Neste Estado, estourara uma revolta tenentista em outubro de 1924, na qual se destacaram o tenente João Alberto e o capitão Luís Carlos Prestes. Ela contara com o apoio da oposição gaúcha ao PRR, mesclando assim o tenentismo com as divergências da política estadual. Depois de vários combates, os gaúchos se deslocaram em direção ao Paraná, indo ao encontro das forças paulistas. Eles se juntaram em abril de 1925, decidindo percorrer o Brasil para propagar a idéia de revolução e levantar a população contra as oligarquias. Tinham também a es-

perança de chamar para si a atenção do governo, facilitando o surgimento de novas revoltas nos centros urbanos.

Assim nasceu a coluna Miguel Costa–Luís Carlos Prestes, que acabou ficando conhecida como Coluna Prestes. A Coluna realizou uma incrível marcha pelo interior do país, percorrendo cerca de 24 mil quilômetros até fevereiro/março de 1927, quando seus remanescentes deram o movimento por terminado e se internaram na Bolívia e no Paraguai. Seus componentes nunca passaram de 1 500 pessoas, oscilando muito com a entrada e saída de participantes transitórios. A Coluna evitou entrar em choque com forças militares ponderáveis, deslocando-se rapidamente de um ponto para outro. O apoio da população rural não passou de uma ilusão, e as possibilidades de êxito militar eram praticamente nulas. Entretanto, ela teve um efeito simbólico entre os setores da população urbana insatisfeitos com a elite dirigente. Para esses setores, havia esperanças de mudar os destinos da República, como mostravam aqueles heróis que corriam todos os riscos para salvar a nação.

Antes de procurar entender o sentido do tenentismo, devemos lembrar que ele foi sobretudo um movimento do Exército. Na Marinha, o único epi-

38. A Coluna Prestes no exílio, por ocasião da visita de Rafael Correia de Oliveira a Guaíba (Bolívia), entre fevereiro e abril de 1927.

39. Mapa do Brasil com o percurso da Coluna Prestes.

sódio de ressonância, que envolveu quadros intermediários, foi a revolta do encouraçado *São Paulo*, liderada pelo tenente Hercolino Cascardo, em novembro de 1924. Depois de trocar tiros com as fortalezas da Baía de Guanabara, o *São Paulo* partiu para o alto-mar até chegar a Montevidéu, onde os rebelados se exilaram. A maior revolta ocorrida na Marinha durante a Primeira República teve como protagonistas os marinheiros, quase todos negros e mulatos, recrutados entre as camadas mais pobres da população. Foi a chamada Revolta da Chibata, iniciada a 22 de novembro de 1910. Os participantes não queriam

derrubar o governo, mas acabar com os maus tratos e a violência dos castigos físicos a que eram submetidos.

O movimento começou quase simultaneamente em vários navios de guerra fundeados na Guanabara, com a morte de surpresa de vários oficiais. Um de seus principais líderes era o marinheiro João Cândido. Sob ameaça da esquadra revoltada, o Congresso decretou uma anistia se os revoltosos se submetessem às autoridades, estabelecendo-se um compromisso de acabar com a chibata como castigo físico constante do regimento disciplinar da Marinha. Os rebelados aceitaram as condições e o movimento se encerrou. Mas logo depois explodiu uma outra revolta, desta vez de fuzileiros navais, seguida de intensa repressão, de que não escaparam João Cândido e os outros líderes da Revolta da Chibata. Um "navio da morte" – o *Satélite* – saiu do Rio de Janeiro com destino à Amazônia, levando marinheiros revoltados, ladrões, exploradores de mulheres e prostitutas. Muitos morreram ou foram fuzilados

40. *Revolta da Armada*. João Cândido e outros marinheiros.

no caminho. Os integrantes da Revolta da Chibata foram julgados sob a alegação de envolvimento no episódio dos fuzileiros navais. Acabaram sendo absolvidos, mas passaram dezoito meses na prisão, incomunicáveis e sofrendo violências físicas.

O SENTIDO DO TENENTISMO

O que representou o tenentismo? Quais eram seus objetivos?

Para responder a essas questões devemos examinar o que se passava no interior do Exército e na sociedade. Nesse sentido, a primeira constatação importante é o fato de que a formação dos oficiais mudou muito desde os primeiros tempos da República. A Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada definitivamente em 1904, quando ocorreu sua última revolta, e até 1911 o governo manteve apenas a Escola de Guerra de Porto Alegre. Nessa data, criou-se no Rio de Janeiro a Escola Militar do Realengo.

O ensino no Realengo era muito diverso do que existira em sua antecessora. O currículo concentrava-se em matérias de conhecimento militar, sem a diversidade da velha escola influenciada pelo positivismo. O propósito da escola não era o de formar soldados-cidadãos, com um pé no Exército e o outro na sociedade civil e na política. Agora, tratava-se de formar soldados profissionais. O treinamento dos oficiais melhorou com a ida de três turmas à Alemanha, entre 1906 e 1910. Hermes da Fonseca era um entusiasta da organização militar alemã, tendo assistido às grandes manobras militares sob o comando do chefe de Estado daquele país, em 1910. Anos depois, em 1920, a renovação do Exército se ampliou com a vinda da missão francesa. A Alemanha perdera a guerra e era inevitável a procura de um outro modelo.

Apesar de sua maior profissionalização, os oficiais do Exército não poderiam deixar de ter uma concepção sobre a sociedade e sobre o sistema de poder existente. Durante a presidência do marechal Hermes, um grupo de militares e civis formara uma espécie de grupo de pressão em torno do presidente. Eles foram chamados de "salvacionistas", por pretenderem salvar as instituições republicanas.

Em que consistia a "salvação"?

Tratava-se de reduzir o poder das oligarquias nas áreas onde isso parecia mais fácil e onde eram mais chocantes as desigualdades sociais. Daí a atuação

dos "salvacionistas" em Estados do Norte e do Nordeste: Ceará, Pernambuco, Alagoas. Tendo muitos laços com a política local, não conseguiram mais do que substituir velhas oligarquias por novas.

Os "tenentes" podem ser vistos como herdeiros dos "salvacionistas", em um contexto de agravamento de problemas no interior do Exército e fora dele. Além disso, já não havia um presidente militar, mas civis encarados com muitas restrições. Uma das principais razões de queixa dos quadros intermediários do Exército residia na estrutura da carreira, que dificultava a ascensão aos postos mais altos. Além disso, os "tenentes" tinham desprezo por personagens da cúpula militar que haviam se associado aos figurões da República. Por exemplo, em seu livro *À Guisa de Depoimento*, escrito provavelmente em 1927, o tenente Juarez Távora atacava o ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, acusando-o de exercer uma espécie de militarismo de encomenda "tacanho e porco", explorando caprichos e fraquezas de Artur Bernardes. Desse modo, os "tenentes" não queriam apenas purificar a sociedade, mas também a instituição de onde provinham.

Mas em que consistia a missão regeneradora?

Não é simples responder à pergunta, pois pela própria natureza de seu movimento os "tenentes" agiram muito e falaram pouco. De qualquer forma, a restrição da fala é um indício forte de que, nos anos 20, eles não tinham uma proposta clara de reformulação política. No fundo, pretendiam dotar o país de um poder centralizado, com o objetivo de educar o povo e seguir uma política vagamente nacionalista. Tratava-se de reconstruir o Estado para construir a nação. O grande mal das oligarquias – pensavam eles – consistia na fragmentação do Brasil, na sua transformação "em vinte feudos" cujos senhores são escolhidos pela política dominante.

Embora não chegassem nessa época a formular um programa antiliberal, os "tenentes" não acreditavam que o "liberalismo autêntico" fosse o caminho para a recuperação do país. Faziam restrições às eleições diretas, ao sufrágio universal, insinuando a crença em uma via autoritária para a reforma do Estado e da sociedade.

É muito comum ouvir-se a afirmação de que os "tenentes" foram os representantes da classe média urbana. Ela é explicável pela aparente analogia entre setores intermediários da sociedade e do Exército e pelo inegável prestígio do "tenentismo" na população urbana até o fim da década de 20. Entre-

tanto, considerar o "tenentismo" um movimento representativo de classe seria uma simplificação de sua natureza. Do ponto de vista da origem social, os "tenentes" provinham em sua maioria de famílias militares ou de ramos empobrecidos de famílias de elite do Nordeste. Muito poucos foram os recrutados entre a população urbana do Rio ou de São Paulo. Acima de tudo, devemos lembrar que os "tenentes" eram tenentes, ou seja, integrantes do Exército. Sua visão de mundo formou-se sobretudo por sua socialização no interior das Forças Armadas. Essa visão era específica deles, assim como as queixas contra a instituição de que faziam parte.

Descontados alguns apoios, os "tenentes" acabaram enfrentando o governo praticamente sozinhos. Não conseguiram arrastar o Exército atrás de si. Nenhum setor ponderável da elite civil até 1930 mostrou-se disposto a jogar uma cartada tão radical. Radical não por seu conteúdo, mas por seu método: a confrontação armada.

6.12.2. AS ELITES CIVIS

Deixemos, por ora, os "tenentes" no exílio ou na clandestinidade e acompanhemos os acontecimentos que tiveram como centro as elites civis dos vários Estados e a emergente classe média urbana.

O mineiro Artur Bernardes (1922-1926) governou em meio a uma situação difícil, recorrendo a seguidas decretações do estado de sítio. Extremamente impopular nas áreas urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, lançou-se a uma dura repressão para os padrões da época. A insatisfação popular tinha raízes em um quadro financeiro complicado. As emissões maciças de moeda, feitas por Epitácio Pessoa entre 1921 e 1923 para realizar a terceira valorização do café, foram responsáveis pela desvalorização do câmbio e pela inflação.

No governo Bernardes, ocorreu um fato importante no plano da política do café. Entre as preocupações centrais do presidente estavam os pagamentos da dívida externa, que se elevariam com a retomada do pagamento não só dos juros como do principal, a partir de 1927. Uma missão financeira inglesa, chefiada por Lorde Montagu, esteve no Brasil em fins de 1924 e fez um exame da situação do país. Em seu relatório à presidência da República, apontou os sérios riscos decorrentes das operações valorizadoras e das emissões de papel-

moeda. Obviamente, os credores internacionais receavam que o Brasil não pudesse cumprir seus compromissos. Nesse contexto, o governo federal mostrava pouca disposição em arcar com a defesa do café. Ao mesmo tempo, as críticas do setor cafeeiro contra uma "situação de abandono" cresciam. A saída foi transferir a defesa do café da União para o Estado de São Paulo. Uma lei estadual de dezembro de 1924 criou o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café, que passou depois a denominar-se Instituto do Café do Estado de São Paulo.

Embora a defesa permanente constasse das medidas aprovadas no período de Epitácio, foi só com a passagem do esquema de proteção da União para São Paulo que ela se tornou realidade. A defesa permanente mudava a orientação da política do café. Daí para a frente, o governo não se dispunha a abrir o guarda-chuva para o setor cafeeiro apenas nos momentos de crise. O guarda-chuva deveria ficar permanentemente aberto. O governo paulista assumia a atribuição de regular a entrada de café no porto de Santos e efetuar compras da mercadoria quando julgasse necessário. Aparentemente, a ação do Estado acabaria para sempre ou pelo menos suavizaria as crises do café.

A sucessão de Bernardes foi tranqüila. A rotação entre São Paulo e Minas se cumpriu com a eleição de Washington Luís, embora Washington fosse um "paulista de Macaé", por ter nascido naquela cidade fluminense. O grande sonho do novo presidente consistia na estabilização da moeda, pretendendo como objetivo final a conversibilidade de todo o papel-moeda em circulação. Ou seja, no futuro, a moeda nacional teria um valor correspondente às reservas de ouro detidas pelo país, sendo pois conversível naquele metal ou em moeda estrangeira forte. A moeda deixaria de ser fiduciária, isto é, baseada na confiança, para corresponder a um valor real.

A ASCENSÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Na década de 1920, a evolução política do Rio Grande do Sul e de São Paulo teve sentidos opostos. Enquanto no Rio Grande do Sul a elite tendeu à aproximação depois de um grande confronto armado, em São Paulo deu-se a ruptura do monopólio partidário detido pelo PRP.

A derrota dos federalistas no período Floriano não representou o fim das oposições no Rio Grande do Sul. O PRR dominava o Estado, mas os

opositores continuavam a agir, legal e ilegalmente. Por vários anos, eles não se entenderam. De um lado, estavam os antigos federalistas; de outro, dissidentes republicanos desgostosos com medidas tomadas pelos chefões do PRR. As feridas abertas pela guerra civil demoraram a cicatrizar.

Afinal, em 1922, os dois grupos se uniram, formando a Aliança Libertadora, com o propósito de impedir mais uma reeleição de Borges de Medeiros ao governo do Estado. A Aliança iria se converter no Partido Libertador, em 1928. O candidato da oposição era Assis Brasil, velha figura liberal, cunhado de Júlio de Castilhos, conhecido por seu talento oratório, desde os tempos em que freqüentara os bancos da Faculdade de Direito de São Paulo.

A derrota da Aliança Libertadora e as acusações de fraude eleitoral levaram a uma nova guerra civil em janeiro de 1923. Após onze meses de confronto, o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, enviado ao Rio Grande do Sul como mediador pelo presidente Bernardes, conseguiu pôr fim à luta. Borges se manteve no cargo, mas seu poder foi limitado.

Até 1927, apesar do acordo de Pedras Altas (dezembro de 1923), ocorreram choques no Rio Grande do Sul. Naquele ano de 1927, elegeu-se governador do Estado um ex-ministro da Fazenda de Washington Luís: Getúlio Vargas. Getúlio incentivou um acordo entre o PRR e os libertadores. Esse entendimento teria repercussões na presença gaúcha no plano federal. Ela se reforçava bastante, como os acontecimentos de 1929-1930 iriam demonstrar.

O PARTIDO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO

Em São Paulo, a diferenciação da sociedade, entre outros fatores, tornou inviável abrigar no PRP todos os interesses – muitos deles pessoais – e concepções políticas. As dissidências no partido não eram novidade, mas seu ímpeto foi reduzido até os anos 20. Os dissidentes acabavam por retornar ao PRP ou desistiam da política.

Em 1926, após a aparição de movimentos e pequenos partidos como a Liga Nacionalista e o Partido da Mocidade, surgiu o Partido Democrático (PD), com um programa liberal. Seu objetivo central era a reforma política por meio do voto secreto e obrigatório, a representação das minorias, independência dos três poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário), a atribuição ao Judiciário da fiscalização eleitoral.

Até 1930 pelo menos, os quadros dirigentes do PD, em sua maioria, constituíam-se de profissionais liberais de prestígio e jovens filhos de fazendeiros de café. Entre eles encontravam-se professores da Faculdade de Direito, como Waldemar Ferreira e Francisco Morato, o advogado criminalista Marrey Júnior, o jornalista Paulo Duarte, figuras ligadas ao café, como Paulo Morais Barros, Sampaio Vidal, Paulo Nogueira Filho. Para presidir o partido foi escolhido o respeitado conselheiro Antônio Prado, representante da grande burguesia paulista e velho adversário do "perrepismo".

O PD atraiu alguns imigrantes, mas a linha de seu jornal – o *Diário Nacional* – indica que suas bases estavam na classe média dos "quatrocentões". Os imigrantes enriquecidos foram alvo de violentas críticas, em especial os "plutocratas da indústria". O Conde Francisco Matarazzo figurava em primeiro lugar como alvo dessas investidas.

O PD se diferenciava do PRP pelo seu liberalismo, que o partido no poder repudiara na prática, e pela maior juventude relativa de seus integrantes. Ele despertou entusiasmo em uma parcela ponderável da classe média que não era contemplada pelos favores do "perrepismo" e aspirava a ampliar oportunidades na sociedade e na administração pública. Em fins de 1926, o PD reuniu 50 mil nomes em listas de apoio publicadas nos jornais. Apesar das fraudes, elegeu três deputados federais na eleição de fevereiro de 1927 – um êxito que não se repetiu na eleição estadual de 1928. Nessa ocasião, foram eleitos dois deputados, um resultado aquém das expectativas do partido.

Seria engano pensar que o PD se definia como um partido moderno que controlava as grandes cidades, enquanto o arcaico PRP controlava o campo. Os democráticos também tinham redutos na área rural, onde se utilizavam das mesmas práticas coronelistas de seus adversários. Os métodos do clientelismo e o recurso à fraude eram comuns também na capital do Estado. O PRP tirava ampla vantagem desses instrumentos. Por exemplo, em 1929, o PD não só perdeu as eleições para prefeito de São Paulo como não conseguiu eleger um único vereador.

No plano da política nacional, a divisão partidária contribuiu para tornar problemática a presença paulista, em uma evolução oposta ao Rio Grande do Sul.

6.13. REVOLUÇÃO DE 1930

Seria muito difícil prever, no início de 1929, que após a presidência relativamente tranqüila de Washington Luís surgiria uma forte cisão entre as elites dos grandes Estados. Mais ainda, que essa cisão acabaria por levar ao fim da Primeira República. Os desentendimentos começaram quando, de forma surpreendente, Washington Luís insistiu na candidatura de um paulista à sua sucessão. Como se isso não bastasse, fechou questão em torno do governador de São Paulo, Júlio Prestes. Até hoje, as razões da intransigência de Washington Luís são discutidas. Não devemos menosprezar um componente psicológico, mas ele não representa tudo. É provável que o presidente considerasse ser Júlio Prestes o homem capaz de assegurar a continuidade de seu plano financciro. Júlio Prestes, na qualidade de líder da maioria no Congresso, garantira a aprovação do plano.

Seja como for, a atitude de Washington Luís empurrou mineiros e gaúchos para um acordo, reproduzindo até certo ponto o alinhamento de forças da campanha 1909-1910. A articulação de uma candidatura de oposição partiu do governador de Minas – Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Para lançar o Rio Grande em uma contenda que representaria uma ruptura na acomodação com o governo federal e a perda das vantagens que isso significava, era preciso oferecer aos gaúchos a própria presidência. Em meados de 1929, após várias conversações, as oposições lançaram as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência. João Pessoa era sobrinho de Epitácio Pessoa e governador da Paraíba. Formaram, ao mesmo tempo, a Aliança Liberal, em nome da qual seria feita a campanha. Getúlio recebeu o apoio dos democráticos de São Paulo, enquanto em Minas uma cisão do PRM apoiou Júlio Prestes.

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava nesse ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor

e das mulheres e aplicação da lei de férias. Em evidente resposta ao presidente Washington Luís, que afirmava ser a questão social no Brasil "uma questão de polícia", a plataforma da oposição dizia não se poder negar sua existência, "como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos". Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.

Apesar das reticências de Getúlio, que, por algum tempo, procurou um acordo com Washington Luís, a campanha ganhou ímpeto. As caravanas liberais, formadas pelos elementos mais jovens, percorreram as principais cidades do Nordeste. Getúlio foi recebido com entusiasmo nos comícios realizados no Rio e em São Paulo. Anos mais tarde, um membro do PD – Paulo Nogueira Filho – relembraria um fato significativo com relação ao comício de São Paulo: a presença da massa proletária. Em suas palavras, ela viera do bairro do Brás e se fundira com a burguesia, invadindo como casa sua o centro da cidade para aplaudir Getúlio.

Em plena campanha eleitoral, estourou em outubro de 1929 a crise mundial. Ela apanhou a cafeicultura em uma situação complicada. A defesa permanente do café gerara a expectativa de lucros certos, garantidos pelo Estado. Em conseqüência, as plantações se estenderam no Estado de São Paulo. Muita gente tomou empréstimos a juros mensais de 2% – uma taxa na época muita alta – para plantar café. A safra de 1927-1928 chegou a quase 30 milhões de sacas, sendo quase duas vezes superior à média das últimas três. Esperava-se que 1929 fosse um ano de produção reduzida, dada a alternância de boas e más safras. Mas provavelmente as boas condições climáticas e a melhora do trato dos cafezais fizeram com que isso não acontecesse. Com a crise, os preços internacionais caíram bruscamente. Como houve retração do consumo, tornou-se impossível compensar a queda de preços com a ampliação do volume de vendas. Os fazendeiros que tinham se endividado, contando com a realização de lucros futuros, ficaram sem saída.

Surgiu então o desentendimento entre o setor cafeeiro e o governo federal. Os cafeicultores solicitaram a Washington Luís o enfrentamento da crise, por meio da concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Os financiamentos seriam feitos pelo Banco do Brasil, com recurso às emissões, tendo em vista as dificuldades pelas quais passava o Banco do

Estado. Preocupado em manter o plano de estabilidade cambial, que, aliás, acabou indo por água abaixo, o presidente recusou.

Uma onda de descontentamento se levantou em São Paulo. Realizou-se um congresso de lavradores em fins de dezembro de 1929/janeiro de 1930, no qual o governo foi violentamente atacado. O congresso tinha sido preparado não só pelo PD como por todas as associações rurais, cujos dirigentes, em sua maioria, estavam ligados ao PRP.

Não houve porém uma ruptura entre o setor cafeeiro e o governo federal, e o rendimento eleitoral da crise para a oposição foi escasso. Embora o PD estivesse integrado na Aliança, como uma ponte desta em São Paulo, não havia razões para acreditar que a vitória da oposição levaria a uma atenção maior aos interesses cafeeiros. Pela composição regional da Aliança e por alguns pronunciamentos de seus integrantes era possível até prever o contrário.

Apesar disso, os descontentamentos resultantes da crise mundial deixaram marcas em São Paulo. Se os democráticos já estavam na oposição, crescia o número daqueles que podiam até votar no governo, mas não se dispunham a jogar nele toda a sua sorte.

6.13.1. Os Jovens Políticos e os Tenentes

Júlio Prestes venceu as eleições de 1º de março de 1930. Os recursos políticos imperantes, condenados verbalmente pela Aliança, foram utilizados também por ela. As "máquinas eleitorais" produziram votos em todos os Estados, inclusive no Rio Grande do Sul, onde Getúlio teria vencido por 298 627 votos contra 982.

Apesar de todos os problemas e da disputa acirrada entre os grupos envolvidos, o resultado das eleições parecia marcar o fim da cisão regional. Em uma entrevista ao jornal carioca *A Noite* (19 de março de 1930), Borges de Medeiros reconheceu a vitória de Júlio Prestes, declarando ainda que o Rio Grande do Sul se disporia a colaborar com o novo governo, caso fosse convidado. Mas nem todos na oposição pensavam assim. Começou a aparecer como alternativa o ponto de vista dos chamados "tenentes civis", que queriam uma resposta pelas armas.

Nessa altura, tornou-se clara uma diferenciação no interior da Aliança Liberal, mais explicável em termos de geração do que de discordância ideológica. Ao lado dos quadros tradicionais, uma camada mais jovem se formara em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, ascendendo na carreira política, à sombra dos velhos oligarcas. No Rio Grande do Sul, homens como Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Maurício Cardoso, Paim Filho constituíam um grupo conhecido como a "geração de 1907", ano em que terminaram sua formação universitária. Em Minas Gerais, surgiram também figuras mais novas, como Virgílio de Melo Franco e Francisco Campos, descendentes de famílias tradicionais da região. Até os fins da década de 1920, esses homens não se haviam destacado por nenhuma atitude contra o sistema, mas a experiência lhes mostrara que sua plena ascensão política ficava na dependência da boa vontade de um estreito círculo.

Um setor da classe dominante dispunha-se assim a seguir o caminho que os tenentes haviam tomado praticamente sozinhos. Embora derrotado, o movimento tenentista continuava sendo uma força de importância, por sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército. A aproximação entre os políticos mais jovens e os militares rebeldes tinha agora condições de realizar-se. Já no curso da disputa eleitoral, alguns contatos haviam sido feitos nesse sentido, mas os tenentes revelavam desconfianças. O balanço de suas relações com a oposição consentida era bastante negativo. Eles tinham sido utilizados para proveito próprio da oposição, sem nada receber em troca. Além disso, na Aliança Liberal estavam alguns de seus maiores inimigos: Bernardes, o perseguidor da Coluna, que simbolizava todos os vícios da República; João Pessoa, promotor militar, acusador de muitos militares rebeldes; entre os jovens, vários deles, como Osvaldo Aranha, tinham-se destacado na luta contra as insurreições tenentistas, no Rio Grande do Sul.

Apesar dessas restrições, que aliás eram recíprocas, chegou-se a um acordo. A única exceção importante foi Luís Carlos Prestes. Em maio de 1930, o nome de maior prestígio entre os "tenentes" lançou um manifesto no qual se declarava socialista revolucionário e condenava o apoio às oligarquias dissidentes. Na sua concepção, as forças em luta eram apenas um joguete da luta maior entre o imperialismo britânico e o americano, pelo controle da América Latina.

Tanto para a elite política como para o grande público, o manifesto de Prestes estourou como uma bomba. Na verdade, ele vinha sendo influenciado pelos comunistas desde um encontro que tivera com um dos fundadores do PCB – Astrogildo Pereira – quando estava exilado na Bolívia. A influência cresceu através de leituras e de contatos com líderes comunistas argentinos e uruguaios.

Prestes não entrou imediatamente no PCB. Com um pequeno grupo, fundou a Liga da Ação Revolucionária. Por alguns anos, o PCB condenou o "personalismo prestista" até que uma ordem vinda de Moscou garantiu o ingresso de Prestes no partido, em 1934.

6.13.2. O Estopim da Revolução

Apesar das adesões, em meados de 1930 a conspiração revolucionária andava mal. Um acontecimento inesperado veio lhe dar alento. A 26 de julho, João Pessoa era assassinado em uma confeitaria do Recife por João Dantas, um de seus adversários políticos. O crime combinava razões privadas e públicas mas, na época, só se deu destaque às últimas, pois as primeiras arranhariam a figura de João Pessoa como mártir da revolução.

A luta de grupos na Paraíba vinha de muito tempo. Eleito governador do Estado, João Pessoa tentou realizar uma administração modernizante, submetendo a seu comando os "coronéis" do interior. Uma de suas preocupações consistiu em canalizar as transações comerciais pelos portos da capital e de Cabedelo, com dois objetivos: garantir o recebimento dos impostos devidos e diminuir a dependência comercial e financeira em relação ao Recife. Suas iniciativas se chocaram com os interesses dos produtores do interior – sobretudo de algodão –, os quais negociavam por terra com o Recife e escapavam facilmente à tributação. A divergência de interesses e os ódios pessoais acumulados resultaram na revolta de Princesa – uma cidade do sudoeste da Paraíba, quase no limite de Pernambuco – sob o comando do "coronel" José Pereira (março de 1930). A família Dantas, amiga do "coronel", colocou-se a seu lado. Em meio a violências recíprocas, a polícia invadiu o escritório de advocacia de João Dantas na capital do Estado e retirou de um cofre alguns papéis. Entre eles, existiam cartas de amor trocadas entre Dantas e uma jovem professora

primária, Anaíde Beiriz. Ambos eram solteiros. O jornal governista *A União* completou a obra, atribuindo a Dantas a narrativa de atos amorais, em documentos que a decência impedia de publicar mas que se encontravam na polícia para quem quisesse lê-los. Anaíde caiu em desgraça e, abandonada pela família, fugiu para o Recife. Dantas "lavou a honra" assassinando João Pessoa. Preso após a Revolução de 1930, João Dantas foi assassinado na prisão e Anaíde Beiriz acabou se suicidando.

A morte de João Pessoa teve grande ressonância e foi explorada politicamente. Seu enterro na capital da República, para onde o corpo foi trasladado, reuniu uma grande massa. Os oposicionistas recebiam de presente uma grande arma. Daí em diante, tornou-se mais fácil desenvolver a articulação revolucionária. Um ponto importante foram os ganhos conseguidos no interior do Exército. Tanto assim que o comando geral do movimento armado foi entregue a um homem considerado representante de setores responsáveis das forças armadas. Era o então tenente-coronel Góis Monteiro, nascido em Alagoas, cuja carreira estava ligada ao Rio Grande do Sul. Desde 1906, quando cursava a Escola Militar, Góes conhecia Getúlio, João Neves, Paim Filho, com os quais colaborara nas disputas internas do Estado. Na década de 20, não tinha sido um revolucionário; pelo contrário, combatera a Coluna Prestes nos Estados do Nordeste.

6.13.3. AS AÇÕES MILITARES

A revolução estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, em 3 de outubro de 1930. Em São Paulo, o PD esteve praticamente à margem das articulações revolucionárias e a situação não se alterou. Em Minas, houve alguma resistência em Belo Horizonte, onde um regimento de infantaria lutou durante cinco dias até entregar-se por falta de água e alimentos.

No Nordeste, o movimento foi desfechado na madrugada do dia 4, sob o comando de Juarez Távora, tendo a Paraíba como centro de operações. Para garantir o êxito da revolução em Pernambuco, Juarez contou com o apoio da população do Recife. O povo ocupou prédios federais e um depósito de armas, enquanto os ferroviários da Great Western entraram em greve.

A situação no Nordeste logo pendeu para os revolucionários, e as atenções se concentraram na tropa formada por contingentes do Exército, brigada

militar e voluntários que, tendo assumido o controle do Sul do país, preparava-se para invadir o Estado de São Paulo. Os revolucionários estacionaram em Ponta Grossa, no norte do Paraná, onde Góis Monteiro montou seu quartel-general, e Getúlio Vargas com suas comitiva se instalou em um vagão de trem. Aí foi planejado um ataque geral às forças militares que apoiavam Washington Luís, a partir de Itararé, já em território paulista. Mas a "batalha de Itararé" ficou conhecida na história como a batalha que não ocorreu. Antes do confronto decisivo, a 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro, pelo Exército, e o almirante Isaías Noronha, pela Marinha, depuseram o presidente da República no Rio de Janeiro, constituindo uma junta provisória de governo.

A junta tentou permanecer no poder mas recuou, diante das manifestações populares e da pressão dos revolucionários vindos do Sul. Getúlio Vargas deslocou-se de trem a São Paulo e daí seguiu para o Rio, onde chegou precedido por 3 mil soldados gaúchos. O homem que, no comando da nação, iria insistir no tema da unidade nacional, fez questão de fazer transparecer, naquele momento, seus traços regionais. Desembarcou na capital da República em uniforme militar, ostentando um grande chapéu dos pampas. O simbolismo do triunfo regional se completou quando os gaúchos foram amarrar seus cavalos em um obelisco existente na Avenida Rio Branco. A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos.

6.13.4. UMA COMPLEXA BASE SOCIAL E POLÍTICA

A Revolução de 1930 não foi feita por representantes de uma suposta nova classe social: a classe média ou a burguesia industrial. A classe média deu lastro à Aliança Liberal, mas era por demais heterogênea e dependente das forças agrárias para que, no plano político, se formulasse um programa em seu nome.

Quanto aos industriais, devemos lembrar que a formação social na Primeira República acentuou, em um primeiro momento, a marca regional dos diferentes setores de classe. Tomando-se o exemplo de São Paulo, é verdade que ao longo dos anos começou a ocorrer uma diferenciação entre a burguesia

industrial e o setor agrário, expressa na fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928. Mas a diferenciação não chegou a ponto de romper o acordo da classe dominante, em nome dos interesses paulistas. Os grandes industriais contavam com a proteção do PRP, no qual estavam representados. Não tinham também razões para simpatizar com a oposição, pois eram um dos alvos de suas críticas. Por isso, não é de se estranhar que as associações industriais tenham apoiado abertamente a candidatura de Júlio Prestes.

No Rio de Janeiro, os industriais estavam organizados no Centro Industrial do Brasil (CIB). Nos últimos anos da década de 1920, havia representantes da burguesia industrial carioca nos postos de governo. Por exemplo, em 1929, em meio à crise econômica, o grande industrial têxtil Manuel Guilherme da Silveira foi eleito presidente do Banco do Brasil. Quando estourou a Revolução de 1930, o CIB expressou sua solidariedade a Washington Luís e considerou a insurreição um "fato muito prejudicial à situação econômica do país". É bem verdade que, logo após a vitória dos revolucionários, os industriais do Rio de Janeiro trataram de se aproximar do governo, mas isso não quer dizer que Getúlio Vargas fosse o representante do empresariado. Apenas mostra que, antes ou depois de 1930, a aproximação com o Estado era fator decisivo para o fortalecimento da burguesia industrial.

Esses fatos são suficientes para mostrar que é simplista a tese segundo a qual a Revolução de 1930 significou a tomada direta do poder por esta ou aquela classe social. Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político. Eles tinham-se unido contra um mesmo adversário, com perspectivas diversas: os velhos oligarcas, representantes típicos da classe dominante de cada região do país, desejavam apenas maior atendimento à sua área e maior soma pessoal de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens inclinavam-se a reformular o sistema político e se associaram transitoriamente com os tenentes, formando o grupo dos chamados "tenentes civis"; o movimento tenentista – visto como uma ameaça pelas altas patentes das forças armadas – defendia a centralização do poder e a introdução de algumas reformas sociais; o Partido Democrático – porta-voz da classe média tradicional – pretendia o controle do governo do Estado de São Paulo e a efetiva adoção dos princípios do Estado liberal, que aparentemente asseguraria seu predomínio.

A heterogeneidade dos grupos revolucionários nada tinha de excepcional, sendo mesmo fato comum na maioria das revoluções. Importa saber que setores predominaram e quais os objetivos desenhados no pós-trinta. Sob o primeiro aspecto, podemos dizer que, a partir de 1930, ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais, os "carcomidos da política", como se dizia na época. Subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais. Muitos, a começar pelo próprio Getúlio, já tinham começado uma carreira vitoriosa, no interior da antiga ordem.

Sob o segundo aspecto, lembremos que desde cedo o novo governo tratou de centralizar em suas mãos tanto as decisões econômico-financeiras como as de natureza política. Desse modo, passou a arbitrar os diversos interesses em jogo. O poder de tipo oligárquico, baseado na força dos Estados, perdeu terreno. Isso não quer dizer que as oligarquias tenham desaparecido, nem que o padrão de relações sociopolíticas baseado na "troca de favores" deixasse de existir. Mas a irradiação agora vinha do centro para a periferia, e não da periferia para o centro.

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. Devemos acentuar pelo menos três dentre eles: *1.* a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; *2.* a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; *3.* o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna.

Tentando juntar estes elementos em uma síntese, poderíamos dizer que o Estado getulista promoveu o capitalismo nacional, tendo dois suportes: no aparelho de Estado, as Forças Armadas; na sociedade, uma aliança entre a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana. Foi desse modo, e não porque tivesse atuado na Revolução de 1930, que a burguesia industrial foi promovida, passando a ter vez e força no interior do governo. O projeto de industrialização, com exceção de nomes como o de Roberto Simonsen, foi aliás muito mais dos quadros técnicos governamentais do que dos empresários.

As transformações apontadas não ocorreram da noite para o dia, nem corresponderam a um plano de conjunto do governo revolucionário. Elas foram sendo realizadas ao longo dos anos, com ênfase maior neste ou naquele aspecto. Desse modo, uma visão de conjunto só se tornou clara com a perspectiva dada pelo tempo. Para perceber melhor essa visão de conjunto, devemos percorrer o caminho da história dos anos 30 e das décadas seguintes desde seu início.

7

O ESTADO GETULISTA

1930-1945

Subindo ao poder em outubro de 1930, Getúlio Vargas nele permaneceu por quinze anos, sucessivamente, como chefe de um governo provisório, presidente eleito pelo voto indireto e ditador. Deposto em 1945, voltaria à presidência pelo voto popular em 1950, não chegando a completar o mandato por se suicidar em 1954.

A figura de maior expressão da história política brasileira do século XX provinha de uma família de estancieiros de São Borja, na região gaúcha da Campanha. Seu pai – líder local do PRR – envolveu-se nas lutas contra os federalistas. Getúlio fez até 1930 uma carreira tradicional, nos quadros do PRR, sob a proteção de Borges de Medeiros. Foi promotor público, deputado estadual, líder da bancada gaúcha na Câmara Federal, ministro da Fazenda de Washington Luís e governador do Rio Grande do Sul. Em 1930, saltou para a presidência da República, personificando uma linha de ação muito diversa da política oligárquica.

Não antecipemos porém a longa trajetória de Getúlio Vargas. Comecemos pelo início dos anos 30, quando o governo provisório tratava de se firmar, em meio a muitas incertezas. A crise mundial trazia como conseqüência uma produção agrícola sem mercado, a ruína de fazendeiros, o desemprego nas

41. Chegada de Getúlio Vargas e seu Estado-maior à estação ferroviária de Curitiba.

grandes cidades. As dificuldades financeiras cresciam: caía a receita das exportações e a moeda conversível se evaporara. No plano político, as oligarquias regionais vitoriosas em 1930 procuravam reconstruir o Estado nos velhos moldes. Os "tenentes" se opunham a isso e apoiavam Getúlio em seu propósito de reforçar o poder central. Ao mesmo tempo, porém, representavam uma corrente difícil de controlar que colocava em risco a hierarquia no interior do Exército.

7.1. A COLABORAÇÃO ENTRE O ESTADO E A IGREJA

Uma importante base de apoio do governo foi a Igreja Católica. A colaboração entre a Igreja e o Estado não era nova, datando dos anos 20, especialmente a partir da presidência de Artur Bernardes. Agora ela se tornava mais estreita. Marco simbólico da colaboração foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, a 12 de outubro de 1931 – data do descobrimento da América. Getúlio e todo o ministério concentraram-se na estreita plataforma da estátua, pairando sobre o Rio de Janeiro. Aí o Cardeal Leme

consagrou a nação "ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e Senhor".

A Igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo. Este, em troca, tomou medidas importantes em seu favor, destacando-se um decreto, de abril de 1931, que permitiu o ensino da religião nas escolas públicas.

7.2. A CENTRALIZAÇÃO

As medidas centralizadoras do governo provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930, ele assumiu não só o Poder Executivo como o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos Estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal; gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército.

7.3. A POLÍTICA DO CAFÉ

A centralização estendeu-se também ao campo econômico. O governo Vargas não abandonou e nem poderia abandonar o setor cafeeiro. Tratou porém de concentrar a política do café em suas mãos. Em maio de 1931, o controle dessa política passara das mãos do Instituto do Café do Estado de São Paulo para um novo órgão federal, o Conselho Nacional do Café (CNC), criado em maio de 1931. O CNC ficava porém sob a influência direta dos interesses cafeeiros, pois era constituído por delegados dos Estados produtores. Em fevereiro de 1933, o órgão foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), processando-se então, efetivamente, a federalização da política cafeeira. Aos Estados não foi atribuída influência direta no DNC, cujos diretores eram nomeados pelo ministro da Fazenda.

Muitas das medidas tomadas por Getúlio no plano econômico-financeiro não resultaram de novas concepções, mas das circunstâncias impostas pela crise mundial. Na área dos negócios cafeeiros, um decreto de fevereiro de 1931 estabeleceu que o governo federal compraria todos os estoques existentes no país em 30 de junho de 1931, ao preço mínimo de 60 mil-réis, com exceção dos cafés adquiridos por São Paulo por conta de um empréstimo obtido em 1930. O preço foi conveniente apenas para os banqueiros que haviam financiado parte dos estoques. O ministro da Fazenda, José Maria Whitaker, sofreu acusações de ter atendido aos interesses dos bancos aos quais estava ligado, esquecendo-se dos produtores.

Mas o problema de fundo subsistia: que fazer com a parte dos estoques atuais e futuros que não encontravam colocação no mercado internacional?

A resposta surgiu em julho de 1931: o governo compraria o café com a receita derivada do imposto de exportação, e do confisco cambial, ou seja, de uma parte da receita das exportações, e destruiria fisicamente uma parcela do produto. Tratava assim de reduzir a oferta e sustentar os preços. Essa opção era semelhante às opções que levaram à eliminação da uva, na Argentina, ou à morte de rebanhos de carneiros, na Austrália. O esquema brasileiro teve longa duração, embora alguns de seus aspectos tenham sido alterados no correr dos anos. A destruição de café só terminou em julho de 1944. Em treze anos, foram eliminados 78,2 milhões de sacas, ou seja, uma quantidade equivalente ao consumo mundial de três anos.

Os problemas do café vinculavam-se estreitamente à situação financeira do país. Esta tornou-se insustentável em meados de 1931. Em setembro daquele ano, os pagamentos relativos à dívida pública externa foram suspensos e se reintroduziu o monopólio cambial do Banco do Brasil. A última medida tinha sido decretada nos últimos meses da presidência de Washington Luís e revogada pelo governo revolucionário. O monopólio significava que os exportadores deveriam trocar a receita em moeda estrangeira no Banco do Brasil. O banco ofereceria também a moeda para pagar as importações, estabelecendo um critério de prioridade das consideradas essenciais.

7.4. A POLÍTICA TRABALHISTA

Um dos aspectos mais coerentes do governo Vargas foi a política trabalhista. Entre 1930 e 1945, ela passou por várias fases, mas desde logo se apresentou como inovadora com relação ao período anterior. Teve por objetivos principais reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora urbana fora do controle do Estado e atraí-la para o apoio difuso ao governo. No que diz respeito ao primeiro objetivo, a repressão se abateu sobre partidos e organizações de esquerda, especialmente o PCB, logo após 1930. Ela se tornou mesmo mais sistemática do que a existente na Primeira República. A situação de inquietação social contribuiu também para isso.

Quanto ao segundo objetivo, lembremos que a esporádica atenção ao problema da classe trabalhadora urbana na década de 1920 deu lugar, no período getulista, a uma política governamental específica. Isso se anunciou desde novembro de 1930, quando foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, de enquadramento dos sindicatos pelo Estado, e criavam-se órgãos para arbitrar conflitos entre patrões e operários – as Juntas de Conciliação e Julgamento. Entre as leis de proteção ao trabalhador estavam as que regularam o trabalho das mulheres e dos menores, a concessão de férias, o limite de oito horas da jornada normal de trabalho.

O enquadramento dos sindicatos foi estabelecido pelo Decreto nº 19 770 de 19 de março de 1931, que dispunha sobre a sindicalização das classes operárias e patronais, mas eram as primeiras o foco de interesse. O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. Adotou-se o princípio da unidade sindical, ou seja, do reconhecimento pelo Estado de um único sindicato por categoria profissional. A sindicalização não seria obrigatória. O governo se atribuiu um papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários do ministério assistiriam às assembléias dos sindicatos. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial, e este poderia ser cassado quando se verificasse o não-cumprimento de uma série de normas.

O Decreto nº 19 770 vigorou até 1934, quando foi substituído pelo de nº 24 694, de 12 de julho de 1934. A principal alteração consistiu na adoção do princípio da pluralidade sindical, isto é, da possibilidade de reconhecimento

de mais de um sindicato representativo de uma categoria profissional. Mas a pluralidade na prática não pegou, embora só viesse a desaparecer da legislação em 1939.

A política trabalhista do governo Vargas constitui um nítido exemplo de uma ampla iniciativa que não derivou das pressões de uma classe social e sim da ação do Estado. Os responsáveis pela nova legislação eram os ministros do Trabalho, homens como os gaúchos Lindolfo Collor e Salgado Filho, que não representavam os industriais ou os comerciantes; eram antigos participantes de movimentos populares na Primeira República, como o advogado Evaristo de Morais e o sindicalista Joaquim Pimenta; eram os técnicos ministeriais, como Oliveira Viana e Waldir Niemeyer.

Embora as associações de industriais e comerciantes acabassem por aceitar a legislação trabalhista, elas a princípio combateram as medidas governamentais, especialmente aquelas que concediam direitos aos trabalhadores. Um dos principais focos de resistência se concentrou na extensão das férias aos trabalhadores industriais.

As organizações operárias, sob controle das correntes de esquerda, tentaram se opor a seu enquadramento pelo Estado, mas a tentativa fracassou. Além do governo, a própria base dessas organizações pressionou pela legalizaçao. Vários benefícios, como as férias, a possibilidade de postular direitos perante as Juntas de Conciliação e Julgamento, dependiam da condição de ser membro de sindicato reconhecido pelo governo. Em fins de 1933, o velho sindicalismo autônomo desaparecera, e os sindicatos, bem ou mal, tinham-se enquadrado na legislação.

7.5. A EDUCAÇÃO

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos Estados, o que correspondia ao figurino da República federativa. Em São Paulo, o propósito de combater o analfabetismo e a preocupação de integrar os imigrantes geraram em 1920 a reforma promovida por Sampaio Dória, só

parcialmente executada. Iniciativas reformistas surgiram também no Ceará, pela ação de Lourenço Filho, a partir de 1922; na Bahia, com destaque para Anísio Teixeira (1924); em Minas e no Distrito Federal, promovidas respectivamente por Mário Cassassanta e Fernando de Azevedo (1927).

A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. Em resumo, a educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930.

É costume apontar a inspiração fascista das iniciativas do governo Vargas na área educativa. Lembremos porém que nessa área, como em outras, o governo adotou uma postura autoritária e não-fascista. Ou seja, o Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade; sem promover também uma formação escolar totalitária que abrangesse todos os aspectos do universo cultural. Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo (1937-1945), a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista.

A política educacional ficou essencialmente nas mãos de jovens políticos mineiros, cuja carreira se iniciara na velha oligarquia de seu Estado, e tomou outros rumos a partir de 1930. É o caso de Francisco Campos, ministro da Educação entre novembro de 1930 e setembro de 1932, e de Gustavo Capanema, que o substituiu, com uma longa permanência no ministério, de 1934 a 1945. Francisco Campos iria se tornar célebre por ser o principal redator de uma legislação autoritária. Como ministro da Justiça, redigiu a Carta de 1937 que instaurou o Estado Novo. Anos depois, colaborou ativamente na elaboração das leis autoritárias, após a derrubada do governo João Goulart, em 1964. Entre 1930 e 1932, Francisco Campos realizou uma intensa ação no Ministério da Educação, preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário.

No plano do ensino superior, o governo procurou criar condições para o surgimento de verdadeiras universidades, dedicadas ao ensino e à pesquisa. Até aquela data, elas eram apenas uma junção de escolas superiores. A Universidade do Rio de Janeiro, por exemplo, criada em setembro de 1920, consistia na verdade em uma agregação de três escolas: a Faculdade de Direito,

a Faculdade de Medicina e a Politécnica. Por decretos de abril de 1931, o governo baixou o Estatuto das Universidades Brasileiras e reorganizou a Universidade do Rio de Janeiro, procurando estabelecer as bases do sistema universitário.

Na esfera do ensino secundário, tratava-se de começar a implantá-lo, pois até então, na maior parte do país, não passava de cursos preparatórios para ingresso nas escolas superiores. A reforma Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a freqüência obrigatória, a exigência de diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior. A complexidade do currículo, a duração dos estudos, abrangendo um ciclo fundamental de cinco anos e outro complementar de dois anos, vincularam o ensino secundário ao objetivo de preparar novas elites. Mesmo tendo-se o cuidado de ressalvar a distância entre as intenções e a prática, a reforma teve bastante significado, sobretudo considerando-se o baixíssimo nível institucional de que se partiu.

No terreno das realizações, as principais medidas de criação de universidades surgiram no Distrito Federal e em São Paulo, neste último caso à margem da participação federal. Assim, nasceram em 1934 a Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal; esta, graças à iniciativa do secretário da Educação Anísio Teixeira. A Universidade do Distrito Federal foi instituída sem contar com as escolas superiores que já existiam e preocupou-se, sobretudo, com a formação de educadores em sua Faculdade de Educação. Seus propósitos inovadores não resistiram ao regime autoritário implantado em 1937. Em 1939, foi extinta e incorporada à Universidade do Brasil, na qual se transformara a Universidade do Rio de Janeiro, desde 1937.

Mais abrigada das tempestades políticas e implantada com maior solidez pela elite paulista, a USP não só sobreviveu como se tornou o principal centro de ensino e pesquisa do país. Sua criação decorreu, por um lado, da existência na capital paulista, desde a Primeira Guerra Mundial, de um vivo debate das principais questões educacionais, com propósitos reformadores; por outro, do fato de os principais participantes desses debates, com Fernando de Azevedo à frente, terem firmado posições no aparelho de ensino paulista até o golpe de 1937.

Na prática, a USP só se transformou em uma verdadeira universidade com o correr dos anos. A integração das faculdades profissionalizantes tradi-

cionais não se fez da noite para o dia. De fato, o impulso maior para sua criação veio de setores da elite cultural paulista preocupados com a formação de professores de nível secundário e superior e com a formação de uma faculdade de filosofia, ciências e letras não-utilitária, voltada essencialmente para a pesquisa e a especulação teórica. Para ela foram contratados jovens professores europeus que deram impulso à pesquisa nos vários campos do conhecimento, em moldes científicos. Alguns se tornaram grandes figuras das ciências, das artes e da literatura mundiais, como Claude Lévy-Strauss, o criador da antropologia estruturalista, e o historiador Fernand Braudel.

A ação do Estado no setor educativo relacionou-se intimamente com movimentos na sociedade, envolvendo educadores e a elite cultural, como a fundação da USP bem exemplifica. Esses movimentos vinham da década de 1920 e ganharam maior ressonância após a Revolução de 1930. Podemos falar de duas correntes básicas opostas: a dos reformadores liberais e a dos pensadores católicos.

A Igreja Católica enfatizava o papel da escola privada, defendia o ensino religioso tanto na escola privada como na pública – neste último caso em caráter facultativo e diferenciado segundo o sexo. Sob esse aspecto, o pressuposto era de que meninos e meninas deveriam receber educação diferente, pois destinavam-se a cumprir tarefas diversas, na esfera do trabalho e do lar.

Os educadores liberais sustentavam o papel primordial do ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. Propunham o corte de subvenção do Estado às escolas religiosas e a restrição do ensino religioso às entidades privadas mantidas pelas diferentes confissões. O ponto de vista dos reformadores liberais foi expresso no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, ou simplesmente, Manifesto da Escola Nova, lançado em março de 1933. Seu principal redator foi Fernando de Azevedo, destacando-se também os nomes de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, entre outros. O manifesto constatava a inexistência no Brasil de uma "cultura própria" ou mesmo de uma "cultura geral". Marcava a distância entre os métodos atrasados de educação no país e as transformações profundas realizadas no aparelho educacional de outros países latino-americanos, como o México, o Uruguai, a Argentina e o Chile. A partir de uma análise das finalidades da educação, propunha a adoção do princípio de "escola única", concretizado, em uma primeira fase, em uma

escola pública e gratuita, aberta a meninos e meninas de sete a quinze anos, onde todos teriam uma educação igual e comum.

Os "pioneiros" defendiam a ampla autonomia técnica, administrativa e econômica do sistema escolar para livrá-lo das pressões de interesses transitórios. Sustentando o princípio da unidade do ensino, distinguiam entre a unidade e o centrismo "estéril e odioso", gerador da uniformidade. Lembravam que as condições geográficas do país e a necessidade de adaptação das escolas às características regionais impunham a realização de um plano educativo que não fosse uniforme para todo o país, embora a partir de um currículo mínimo comum.

O governo Vargas não assumiu por inteiro e explicitamente as posições de uma das correntes apontadas, mas mostrou inclinação pela corrente católica, sobretudo na medida em que o sistema político se fechava. O maior inspirador de Capanema no Ministério da Educação, além de Francisco Campos, foi o então intelectual conservador católico Alceu de Amoroso Lima, conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Ataíde. Dentre os reformadores liberais, apenas Lourenço Filho manteve postos de mando, enquanto os demais foram marginalizados ou até mesmo perseguidos, como foi o caso de Anísio Teixeira.

7.6. O PROCESSO POLÍTICO (1930-1934)

Dois pontos inter-relacionados são importantes na definição do processo político entre 1930 e 1934: a questão do tenentismo e a luta entre o poder central e os grupos regionais.

7.6.1. O Tenentismo e a Luta Contra as Oligarquias

Com a vitória da Revolução de 1930, os "tenentes" passaram a fazer parte do governo e formularam um programa mais claro do que até então tinham expresso. Propunham o atendimento mais uniforme das necessidades das várias regiões do país, alguns planos econômicos, a instalação de uma indústria básica (especialmente a siderúrgica) e apresentavam um programa

de nacionalização que incluía as minas, os meios de transporte e de comunicação, a navegação de cabotagem. Para a realização dessas reformas – diziam os "tenentes" – era necessário contar com um governo federal centralizado e estável. Dissociando-se claramente dos pontos de vista liberais, defendiam o prolongamento da ditadura Vargas e a elaboração de uma Constituição que estabelecesse a representação por classe, isto é, a representação de empregadores e empregados, ao lado da representação individual. Na última hipótese, haveria o mesmo número de representantes para cada Estado.

Getúlio tratou de utilizar os quadros tenentistas como instrumento da luta contra o predomínio das oligarquias estaduais, em duas regiões muito diferentes: o Nordeste e São Paulo. O Nordeste foi o campo de ação predileto dos "tenentes". Muitos deles provinham dessa área marcada pela extrema pobreza, onde a violência exercida pelo pequeno círculo dominante era flagrante. Vários dos interventores nomeados para os Estados nordestinos eram militares; em novembro de 1930, o governo criou uma delegacia regional do Norte, entregando-a a Juarez Távora. O movimento tenentista tentou introduzir certas melhorias e atender a algumas reivindicações populares, retomando, em outro contexto, a tradição do "salvacionismo". Juraci Magalhães – interventor da Bahia – nomeou comissões para desenvolver a agricultura e procurou ampliar os serviços de saúde. Távora pretendeu expropriar os bens dos oligarcas mais comprometidos com a República Velha. Juraci e Lima Cavalcanti, interventor de Pernambuco, decretaram uma redução compulsória dos aluguéis.

Entretanto, sem ter condições nem a intenção de realizar grandes transformações, os "tenentes" acabariam por chegar a um entendimento com setores da classe dominante regional. As medidas de baixa de aluguéis e de expropriação de bens foram por sua vez bloqueadas pelo governo federal e não tiveram seguimento. O próprio Juarez esclareceu os objetivos de sua função de delegado regional do Norte. Quando em fins de 1931 pediu exoneração do posto e a extinção da própria delegacia, alegou que ela já alcançara êxito, pois "as tendências extremadas tinham amainado".

A ação tenentista no Nordeste – apesar de seus limites – despertou a ira dos grupos dominantes nas áreas mais desenvolvidas do país. Juarez foi chamado ironicamente de vice-rei do Norte e violentamente combatido por sua tentativa de criar um bloco de pequenos Estados. Em São Paulo, a ina-

bilidade do governo federal concorreu para a deflagração de uma guerra civil, a Revolução Constitucionalista de 1932. Negando as pretensões do PD, Getúlio marginalizou a elite paulista, nomeando interventor o tenente João Alberto. Por essa época, cresceu o preconceito contra os nordestinos, de onde se originavam muitos tenentes e o próprio João Alberto, que era pernambucano. O interventor não resistiu às pressões de São Paulo e do interior do próprio governo e demitiu-se em julho de 1931. Outros três interventores se sucederiam no cargo até meados de 1932, em uma demonstração da gravidade do chamado caso de São Paulo.

No comando do Estado, ou a partir de sua influência, os "tenentes" procuraram estabelecer uma base de apoio para suas iniciativas. O alvo foram associações sem muita expressão da cafeicultura e os sindicatos operários. No que se refere a estes, destacou-se Miguel Costa, secretário de Segurança e comandante da Força Pública. Dele se dizia que "tinha o comunismo no coração e os comunistas na cadeia". O antigo líder da Coluna promoveu o ressurgimento de sindicatos, como o Centro dos Estivadores de Santos, cuja diretoria ficou sob sua influência. A demissão de João Alberto coincidiu com uma grande greve dos têxteis em São Paulo. Miguel Costa procurou utilizar o movimento para barrar a nomeação de Plínio Barreto como interventor. O jornalista Plínio Barreto, ligado ao PD, fora escolhido por Getúlio, mas acabou desistindo da indicação.

Apesar de contar com a simpatia de alguns núcleos do setor agrário, da classe média e dos operários, os "tenentes" tiveram contra si a grande maioria da população de São Paulo. Este é aliás um bom exemplo de como não podemos falar do tenentismo como expressão da classe média: em São Paulo, o movimento militar foi para um lado; a classe social foi para o outro.

A elite de São Paulo defendia a constitucionalização do país, a partir dos princípios da democracia liberal. Como medida transitória, exigia a nomeação de um interventor civil e paulista. A bandeira da constitucionalização e da autonomia sensibilizou amplos setores da população e facilitou a aproximação do PRP e do PD. Isso ocorreu com a formação da Frente Única paulista, em fevereiro de 1932. No mesmo mês, o governo provisório dispôs-se a atender às pressões contra o prolongamento da ditadura que vinham, não só de São Paulo como do Rio Grande do Sul e de Minas, promulgando o Código Eleitoral. O código trouxe algumas importantes inovações. Esta-

beleceu a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto. Pela primeira vez, reconhecia-se o direito de voto das mulheres. A lei eleitoral do Rio Grande do Norte, de 1927, tinha sido pioneira, mas ficara restrita àquele Estado.

A eleição para o Legislativo seria proporcional, garantindo-se assim a representação das minorias. Previu-se, ao lado da representação dos cidadãos, a representação profissional. Esta última foi regulada por um decreto de abril de 1933 que determinou a eleição de quarenta congressistas, representando empregadores e empregados, eleitos por seus sindicatos ou associações profissionais. Embora a representação profissional se inspirasse nas idéias corporativas e fascistas, seu objetivo era mais imediato. A bancada de quarenta constituintes classistas – maior do que a de Minas Gerais – seria previsivelmente mais controlável pelo governo. Ela serviria para contrabalançar o peso dos maiores Estados, notadamente de São Paulo e do Rio Grande do Sul, que constituíam, naquela altura, os principais núcleos de oposição.

Por último, o Código Eleitoral contribuiu bastante para estabilizar o processo das eleições e pelo menos reduzir as fraudes. Isso ocorreu com a criação da Justiça Eleitoral, incumbida de organizar e fiscalizar as eleições e de julgar recursos.

Em março de 1932, Getúlio deu aparentemente mais um passo na tentativa de pacificar São Paulo, nomeando um interventor civil paulista – Pedro de Toledo. Toledo não era porém um nome de grande prestígio no Estado. Fizera parte, na década de 1910, do grupo "hermista" do PRP e seguira mais tarde a carreira diplomática.

7.6.2. A Revolução de 1932

Na oposição, permaneciam as dúvidas acerca da convocação de eleições e do controle dos "tenentes". O governo era muito criticado por contemporizar na punição de um grupo tenentista que empastelara no Rio de Janeiro o *Diário Carioca*, logo após ser promulgado o Código Eleitoral. Em março de 1932, a Frente Única Gaúcha – formada pelos partidos regionais – rompeu com Getúlio. Este fato levou os grupos que já conspiravam em São Paulo, em sua maioria ligados ao PD, a acelerar os preparativos para uma revolução. Um episódio dramático, ligado à tentativa de invasão da sede de um jornal te-

— EVOCAÇÃO —
E SENTADA NA ESPERAN-
ÇA, VENCEU GALHARDAMENTE:
NUNCA CORREU, NUNCA DEI
XOU DE CUMPRIR A MIS-
SÃO QUE LHE FOI CONFIADA
NUNCA DESCANSOU.
MESMO QUE A IN-
TRIGA TENHA
TENTADO EM
PANA SEU BRI
LHO CONTRA
FATOS NÃO
HÁ ARGU-
MENTOS.
ELA FOI
GRANDE.
ELA FOI ESCRAVA DO DEVER CÍVICO
POR ESSE AMOR ELA NÃO SE PERDEU
SUA GLÓRIA PERTENCE A SÃO
PAULO, SUA HONRA AOS PAULISTAS
SUA IMORTALIDADE À
HISTÓRIA.
A CAVALARIA RIO PARDO
REUNIU-SE EM RIBEIRÃO PRETO.
DALI VEIO EMBARCADA POR GUATA-
PARÁ. E FOI TER ATÉ
ITAPEVA COM MISSÃO
A ENG. MAIA. TOMAN-
DO-SE O SEU TRAJE
TO POR ESTRADA DE
FERRO TEMOS O CON-
TORNO DA PERSONA
GEM PRESENTE,
COM EXCEÇÃO
DAS MÃOS.
CAPÃO BONITO
PINHAL
GUAPIARA

31-7-1932
SITUAÇÃO ATÉ AGOSTO
A CAVALARIA "RIO PARDO" FOI DADA A
MISSÃO, ALIÁS PERIGOSA, DE INQUIE-
TAR A RETAGUARDA DO
INIMIGO. ASSIM, A 31
DE JULHO A CAVALARIA,
SEM QUALQUER APOIO,
LANÇOU-SE NO "SACO",
CONFIANDO EM DEUS
E NA BRAVURA DOS
SEUS HOMENS. O INIMI-
GO POSSUIA AVIAÇÃO E
CINCO REGIMENTOS DE
CAVALARIA ATUANTES E
ATUANDO NO ATAQUE.
A CAVALARIA RIO PARDO
COMEÇOU A MANOBRAR
PARA DESAFOGAR BURI E
GUAPIARA. ISSO ACONTECEU
CONFORME JUSTINO ALVES
BASTO HAVIA PREVISTO.
FIM DE JULHO DE 1932
ITAPEVA (ENTÃO FAXINA)
BURI
65 KMS
64 KMS
SÃO PAULO CAPITAL
RIBEIRÃO BRANCO
GUAPIARA
PINHAL
CAPÃO BONITO
APIAÍ

42-45. Páginas do *Diário* de Alfredo Feijó, membro da Cavalaria Rio Pardo, sobre a Revolução de 1932.

nentista, acendeu os ânimos. Quatro rapazes (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) foram mortos a tiros; disparados da sede do jornal. Formou-se assim, ao lado de outros agrupamentos, o MMDC.

Afinal, a 9 de julho de 1932, estourou em São Paulo a revolução contra o governo federal. O esperado apoio do Rio Grande do Sul e de Minas não veio. O interventor gaúcho, Flores da Cunha, que hesitava, decidiu apoiar Getúlio e enviar tropas contra São Paulo. Houve apenas uma rebelião no Sul, logo derrotada. Em Mato Grosso, o general Bertoldo Klinger envolveu-se na articulação revolucionária, prometendo uma significativa ajuda em homens e munição. Mas chegou a São Paulo com apenas algumas centenas de soldados, assumindo o comando das operações militares a partir de 12 de julho.

O plano dos revolucionários era realizar um ataque fulminante contra a capital da República, colocando o governo federal diante da necessidade de negociar ou capitular. Mas o plano falhou. Embora a "guerra paulista" despertasse muita simpatia na classe média carioca, ficou militarmente confinada ao território de São Paulo. Por sua vez, a Marinha bloqueou o porto de Santos.

A verdade é que, apesar das divergências com o poder central, as elites regionais do Rio Grande do Sul e de Minas não se dispunham a correr o risco de enfrentar, pelas armas, um governo que haviam ajudado a colocar no poder há menos de dois anos. São Paulo ficou praticamente sozinho, contando sobretudo com a Força Pública e uma intensa mobilização popular para enfrentar as forças federais. O movimento de 1932 uniu diferentes setores sociais, da cafeicultura à classe média, passando pelos industriais. Só a classe operária organizada, que se lançara em algumas greves importantes no primeiro semestre de 1932, ficou à margem dos acontecimentos. A luta pela constitucionalização do país, os temas da autonomia e da superioridade de São Paulo diante dos demais Estados eletrizaram boa parte da população paulista. Uma imagem muito eficaz, na época, associava São Paulo a uma locomotiva que puxava vinte vagões vazios – os vinte demais Estados da federação. O rádio, utilizado pela primeira vez em grande escala, contribuiu também para incentivar a presença do povo nos comícios e o fluxo de voluntários à frente de combate. Muitas pessoas doaram jóias e outros bens de família, atendendo ao apelo da campanha "Ouro para o bem de São Paulo". Os revolucionários tentaram suprir suas notórias deficiências em armamento e munições, utilizando os recursos do parque industrial paulista. Enviaram também emissários

46. *Revolução de 1932*. Foto do "Batalhão 9 de julho", tendo à frente a madrinha do batalhão.

47. *Revolução de 1932*. Estação de rádio do comando de Pouso Alegre.

48. *Revolução de 1932*. Grupo de voluntários da Cruz Vermelha.

49. *Revolução de 1932*. Foto de grupo de aviadores. 14.9.1932.

50. *Revolução de 1932*. Foto de integrante da tropa paulista em Pouso Alegre.

aos Estados Unidos, na tentativa de comprar armas e aviões. Para simular a posse de armas que não existiam, inventou-se a "matraca" – uma geringonça que imitava o ruído de uma metralhadora despejando balas.

Mas a superioridade militar dos governistas era evidente. No setor sul, as forças do Exército contavam com 18 mil homens, além da Brigada Gaúcha e outros contingentes menores. Os paulistas não passavam de 8 500 homens. As forças federais contavam também com munição suficiente e artilharia pesada, contrastando com a precariedade dos meios à disposição dos revolucionários. No ar, os paulistas perdiam nitidamente para a aviação do governo federal. A Revolução de 1932 marcou aliás o ingresso da aviação no Brasil como arma de combate, em proporções consideráveis.

Apesar do desequilíbrio de forças, a luta durou quase três meses. O ataque sobre o território paulista foi lançado a partir do sul do Estado, da fronteira com Minas Gerais e do Vale do Paraíba. De meados de setembro em diante, a situação dos revolucionários tornou-se cada vez mais precária. Os mineiros ocuparam Jundiaí e Itu e, no Vale do Paraíba, as tropas federais ganharam terreno, entre marchas e contramarchas. A ameaça de ocupação da cidade de São Paulo tornara-se real. Por fim, representantes da Força Pública paulista reuniram-se a 1º de outubro de 1932 com o general Góis Monteiro, em seu quartel-general de Cruzeiro, no Vale do Paraíba. A Força Pública decidiu render-se, em um gesto que poupou vidas e pôs fim às últimas esperanças de resistência.

A "guerra paulista" teve um lado voltado para o passado e outro para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder às formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no país. O movimento trouxe conseqüências importantes. Embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista. Os derrotados, por sua vez, compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central.

Em agosto de 1933, Getúlio nomeou afinal um interventor civil e paulista, no pleno sentido da expressão: Armando de Salles Oliveira, com vínculos no PD e cunhado de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*. Naquele mesmo ano, em agosto, baixou o decreto do chamado Rejustamento Econômico, reduzindo o débito dos agricultores atingidos pelo

crise. Por sua vez, a elite política de São Paulo adotou uma atitude mais cautelosa daí para a frente.

7.6.3. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO

No curso de 1933, o tenentismo foi-se desagregando como movimento. Não conseguira transformar o Estado no seu partido, fracassara ou fora cortado nas tentativas de obter uma base social, perdera forças no interior do Exército, onde ameaçava a hierarquia. Entre 1932 e 1933, vários interventores tenentistas do Nordeste se demitiram. O Clube 3 de Outubro – principal centro de organização dos "tenentes" – tendeu a transformar-se em um "órgão doutrinário, livre de demagogia", como disse com satisfação o general Góis Monteiro. Uma parte dos "tenentes" subordinou-se ao governo Vargas, enquanto outros foram engrossar os partidos de direita e de esquerda, como mais adiante veremos.

O governo provisório decidiu constitucionalizar o país, realizando eleições para a Assembléia Nacional Constituinte em maio de 1933. A campanha eleitoral revelou um impulso na participação popular e na organização partidária. Muitos partidos, das mais diferentes tendências, surgiram nos Estados; alguns com bases reais e outros sem qualquer consistência. Com exceção dos comunistas na ilegalidade e da Ação Integralista, não se chegou a formar partidos nacionais.

O resultado das urnas mostrou a força das elites regionais. No Rio Grande do Sul, os eleitos eram em sua maioria partidários de Flores da Cunha; em Minas, venceram os seguidores do velho governador Olegário Maciel; em São Paulo, a vitória da Frente Única foi esmagadora. Os "tenentes", em contrapartida, obtiveram magros resultados.

Após meses de debates, a Constituinte promulgou a Constituição, a 14 de julho de 1934. Ela se assemelhava à de 1891 ao estabelecer uma República federativa, mas apresentava vários aspectos novos, como reflexo das mudanças ocorridas no país. O modelo inspirador era a Constituição de Weimar, ou seja, da República que existiu na Alemanha entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo. Três títulos inexistentes nas Constituições anteriores tratavam da ordem econômica e social; da família, educação e cultura; e da

segurança nacional. O primeiro deles tinha intenções nacionalistas na parte referente à economia. Previa a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas-d'água, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país. Os dispositivos de caráter social asseguravam a pluralidade e a autonomia dos sindicatos, dispondo também sobre a legislação trabalhista. Esta deveria prever no mínimo: proibição de diferença de salários para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; salário mínimo; regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores; descanso semanal; férias remuneradas; indenização na despedida sem justa causa.

No título referente à família, educação e cultura, a Constituição estabelecia o princípio do ensino primário gratuito e de freqüência obrigatória. O ensino religioso seria de freqüência facultativa nas escolas públicas, sendo aberto a todas as confissões e não apenas à católica.

Aparecia pela primeira vez o tema da segurança nacional. Todas as questões referentes a ela seriam examinadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional, presidido pelo presidente da República e integrado pelos ministros e os chefes dos estados maiores do Exército e da Marinha. O serviço militar foi considerado obrigatório, uma norma já existente na Primeira República mas que pouco funcionara na prática.

A 15 de julho de 1934, pelo voto indireto da Assembléia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, devendo exercer o mandato até 3 de maio de 1938. Daí para a frente, haveria eleições diretas para a presidência.

7.7. A GESTAÇÃO DO ESTADO NOVO

Parecia enfim que o país iria viver sob um regime democrático. Entretanto, pouco mais de três anos após ser promulgada a Constituição, o golpe do Estado Novo frustrou essas esperanças. Concorreram para o desfecho grupos situados no interior do governo, em especial no Exército, as vacilações dos liberais e a irresponsabilidade da esquerda. Para entender essa conjuntura, devemos ampliar nosso foco de análise e recuar no tempo.

A partir do fim da Primeira Guerra Mundial, os movimentos e idéias totalitários e autoritários começaram a ganhar força na Europa. Em 1922, Mussolini assumiu o poder na Itália; Stálin foi construindo seu poder absoluto na União Soviética; o nazismo se tornou vitorioso na Alemanha, em 1933. A crise mundial concorreu também para o desprestígio da democracia liberal. Esse regime estava associado no plano econômico ao capitalismo. O capitalismo que prometera igualdade de oportunidades e abundância caíra em um buraco negro, do qual parecia incapaz de livrar-se. Em vez de uma vida melhor, trouxera empobrecimento, desemprego, desesperança.

Os ideólogos autoritários ou totalitários consideravam a democracia liberal, com seus partidos e suas lutas políticas aparentemente inúteis, um regime incapaz de encontrar soluções para a crise. A época do capitalismo e da liberal-democracia parecia pertencer ao passado.

7.7.1. O Integralismo

No Brasil, surgiram algumas pequenas organizações fascistas na década de 1920. Um movimento expressivo nasceu nos anos 30, quando em outubro de 1932, logo após a Revolução Constitucionalista, Plínio Salgado e outros intelectuais fundaram em São Paulo a Ação Integralista Brasileira (AIB).

O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: "Deus, Pátria e Família" era o lema do movimento.

Do ponto de vista das relações entre a sociedade e o Estado, o integralismo negava a pluralidade dos partidos políticos e a representação individual dos cidadãos. O Estado integral seria constituído pelo chefe da nação, abrigando em seu interior órgãos representativos das profissões e entidades culturais.

A AIB identificava como seus inimigos o liberalismo, o socialismo, o capitalismo financeiro internacional, em mãos dos judeus. O ideólogo típico do anti-semitismo foi Gustavo Barroso, que escreveu livros como *Brasil, Colônia de Banqueiros*, onde procura demonstrar que após 1934 o Brasil se

51. Casal integralista.

PANORAMA

Collectanea Mensal do Pensamento Novo

Summario:

Evolução do conceito de Estado, GUSTAVO BARROSO — Ensaio anthropogeographico sobre a região da Alta Sorocabana, JOÃO CARLOS FAIRBANKS — É o direito uma realidade ou uma ficção? DIOGO J. DA SILVA NETTO — O Integralismo e a "Vontade de Poder", MARIO FERREIRA DE MEDEIROS — O grupo social e o indivíduo, EMILIO WILLEMS — O nacionalismo na escola primaria, M. LETICIA FERREIRA LIMA — Mathias de Albuquerque, HELIO VIANNA — Trabalhadores do Cacau, JULIO SÁ — Algumas causas da crise cafeeira, EMERSON JOSE' MOREIRA — Homens e idéas, MIGUEL REALE e H. V. — Recórtes em revistas, PLINIO SALGADO, AZEVEDO AMARAL, MENOTTI DEL PICCHIA, CARLOS MAGALHÃES DE AZEVEDO — Mentores da nacionalidade, FARIAS BRITO, ALBERTO TORRES — Manifesto-Programma da A. I. B. — Caricaturas e graphicos

Anno I S. Paulo, Fevereiro de 1936 Num. 2

Preço 2$000

52. Capa da revista integralista *Panorama*.

tornou mera colônia da Casa Rothschild. *Sinagoga Paulista*, também de sua autoria, é um exemplo típico de ideologia nazista. Barroso arremete contra "a conspiração judaica ou judaizante da plutocracia paulista", denunciando grosseiramente figuras da elite de São Paulo, como os Mesquita, José Maria Whitaker, Roberto Simonsen, as famílias Lafer e Klabin.

O integralismo foi muito eficaz na utilização de rituais e símbolos: o culto da personalidade do chefe nacional, as cerimônias de adesão, os desfiles dos "camisas-verdes", ostentando braçadeiras com a letra grega sigma ($\sum$), utilizada na matemática como símbolo de somatória.

O recrutamento dos dirigentes nacionais e regionais da AIB se fez principalmente entre profissionais urbanos de classe média e, em menor grau, entre os militares. O quadro é diverso quando analisamos as origens sociais de dirigentes e militantes das organizações menores, de âmbito local, nas quais predominavam funcionários públicos, com cerca de 40% dos efetivos, equilibrando-se a seguir os profissionais e membros das camadas populares, em torno de 20%.

O integralismo atraiu para suas fileiras um número considerável de aderentes. Estimativas moderadas, calculam esse número entre 100 mil a 200 mil pessoas no período do auge (fins de 1937), o que não é pouco, considerando-se o baixo grau de mobilização política existente no país.

Integralistas e comunistas se enfrentaram mortalmente ao longo dos anos 30. Os dois movimentos tinham entretanto pontos em comum: a crítica ao Estado liberal, a valorização do partido único, o culto da personalidade do líder. Não por acaso houve certa circulação de militantes que passaram de uma organização para a outra. Seria errôneo, porém, pensar que a guerra entre os dois grupos resultou de um mal-entendido. Na realidade, eles mobilizaram sentimentos muito diversos. Os integralistas baseavam seu movimento em temas conservadores, como a família, a tradição do país, a Igreja Católica. Os comunistas apelavam para concepções e programas que eram revolucionários, em sua origem: a luta de classes, a crítica às religiões e aos preconceitos, a emancipação nacional obtida através da luta contra o imperialismo e a reforma agrária. Essas diferenças eram mais do que suficientes para produzir o antagonismo entre os dois movimentos. Além disso, eles refletiam a oposição existente na Europa entre seus inspiradores: o fascismo de um lado e o comunismo soviético de outro.

7.7.2. O Autoritarismo e a Modernização Conservadora

Sem o mesmo colorido mas com maior eficácia, ganhou força, no Brasil dos anos 30, a corrente autoritária. O padrão autoritário era e é uma marca da cultura política do país. A dificuldade de organização das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Esta tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias; a partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíam para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam, a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças subversivas.

Devemos distinguir porém entre o padrão autoritário geral e a corrente autoritária, em sentido ideológico mais preciso. A corrente autoritária assumiu com toda conseqüência a perspectiva do que se denomina modernização conservadora, ou seja, o ponto de vista de que, em um país desarticulado como o Brasil, cabia ao Estado organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral. O Estado autoritário poria fim aos conflitos sociais, às lutas partidárias, aos excessos da liberdade de expressão que só serviam para enfraquecer o país.

Havia traços comuns entre a corrente autoritária e o integralismo totalitário, mas eles não eram idênticos. O integralismo pretendia alcançar seus objetivos através de um partido que mobilizaria as massas descontentes e tomaria de assalto o Estado. A corrente autoritária não apostava no partido e sim no Estado; não acreditava na mobilização em grande escala da sociedade, mas na clarividência de alguns homens. Para ela, no limite, um partido fascista levaria à crise do Estado; o estatismo autoritário, ao contrário, conduziria ao seu reforço. Pela própria natureza de suas concepções, podemos perceber que os autoritários se localizavam no interior do Estado. Aí tiveram sua expressão maior na cúpula das Forças Armadas. Falamos da "cúpula" e não dos "tenentes" porque estes, apesar de autoritários, quebravam um princípio básico da organização estatal – o princípio da hierarquia no âmbito das instituições militares.

7.7.3. O Fortalecimento do Exército

O fortalecimento das Forças Armadas, especialmente do Exército, foi uma das características mais importantes dos anos 1930-1945. Ele se deu tanto em número de efetivos quanto em reequipamento e posições de prestígio. Comparativamente, as forças públicas estaduais perderam terreno. Seria equivocado pensar porém que o Exército surgiu nos primeiros meses após a Revolução de 1930 como uma força coesa. Não só o tenentismo era um problema mas também a existência na ativa de muitos integrantes da alta hierarquia, simpáticos à República Velha. O próprio chefe militar da revolução, Góis Monteiro, tinha apenas o posto de tenente-coronel. Foi necessário dar-lhe três promoções em pouco mais de um ano para conduzi-lo ao generalato.

A Revolução de 1932 contribuiu para a depuração do Exército. Naquele ano, 48 oficiais foram exilados, entre eles sete generais. No fim de 1933, 36 dos quarenta generais na ativa tinham sido promovidos ao posto pelo novo governo. Assim se consolidou um grupo leal a Getúlio Vargas, onde se destacaram duas figuras: Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Góis era um formulador da política do Exército e Dutra, o principal executor. Os dois monopolizaram os principais cargos militares depois de 1937: Góis foi chefe de estado-maior de 1937 a 1943; Dutra foi ministro da Guerra de 1937 a 1945, quando se afastou para concorrer à presidência da República, sendo substituído por Góis Monteiro. Góis esteve também à frente do Ministério da Guerra entre 1934 e 1935. A lealdade do novo grupo no comando do Exército ao governo Vargas, apesar de arranhada por alguns episódios, não se quebrou até 1945.

7.7.4. O Processo Político (1934-1937)

O ano de 1934 foi marcado por reivindicações operárias e pela fermentação em áreas de classe média. Uma série de greves explodiu no Rio, em São Paulo, em Belém e no Rio Grande do Norte, destacando-se as paralisações no setor de serviços: transportes, comunicações, bancos. As campanhas contra o fascismo ganharam ímpeto, culminando com um violento choque entre antifascistas e integralistas em São Paulo, em outubro de 1934. O governo respondeu propondo ao Congresso, no início de 1935, uma Lei de Segurança

Nacional (LSN). A proposta provocou manifestações de protesto de sindicatos e alguns jornais. Um grupo de oficiais do Exército e da Marinha reuniu-se no Clube Militar e condenou a medida, "que iria aumentar a repressão às classes populares". Significativamente, o grupo apelava para as tradições e os mártires do tenentismo.

Com o apoio dos políticos liberais, o Congresso aprovou um substitutivo ao projeto da LSN que se converteu em lei, a 4 de abril de 1935. A lei definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social, por meios não permitidos em lei.

A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

Paralelamente à discussão da LSN, os comunistas e os "tenentes" de esquerda muito próximos a eles, aliados a grupos menores, preparavam o lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que veio a público no Rio de Janeiro, a 30 de março de 1935. Nessa ocasião, um jovem estudante de direito – Carlos Lacerda – leu o manifesto do movimento e indicou para ser seu presidente de honra Luís Carlos Prestes, escolhido por aclamação. Na presidência ostensiva da ANL ficou o capitão da Marinha Hercolino Cascardo, que em 1924 liderara a revolta do encouraçado *São Paulo*. Depois da Revolução de 1930, Cascardo tinha sido interventor no Rio Grande do Norte e um dos alvos preferido das elites do Centro-Sul, que o acusavam, já antes de 1932, de defender o "socialismo integral".

O programa básico da ANL tinha conteúdo nacionalista, sendo curioso observar que nenhum de seus cinco itens tratava especificamente dos problemas operários. Eram eles a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; e a constituição de um governo popular, do qual poderia participar "qualquer pessoa na medida da eficiência de sua colaboração".

A formação da ANL se ajustou à nova orientação dada ao PCB que vinha da Internacional Comunista (I.C.), organização que em Moscou determinava a linha do movimento comunista. Depois de sustentar uma orientação de

combate aos socialistas, chamados de social-fascistas, contribuindo com isto para a vitória do nazismo na Alemanha, a Internacional Comunista começara a mudar de orientação, em meados de 1934. A nova linha se tornou vitoriosa no VII Congresso da organização, iniciado em Moscou em fins de julho de 1935. O congresso considerou que a crise mundial abalara o capitalismo em seus fundamentos, mas permitira, ao mesmo tempo, a consolidação do fascismo. Para defender a União Soviética diante da ameaça fascista, justificava-se a formação de frentes populares, em cada país capitalista. A ANL seria o exemplo de uma frente popular adaptada às características do chamado mundo semicolonial, reunindo vários setores sociais dispostos a enfrentar o fascismo e o imperialismo. Ao mesmo tempo, a criação da ANL foi facilitada pela transformação que ocorreu no PCB, a partir do ingresso de Prestes no partido, em agosto de 1934. A organização deixou de ser um pequeno agrupamento dirigido essencialmente à classe operária para se converter em um organismo mais forte do ponto de vista numérico e com uma composição social mais variada. Entraram para o PCB os militares seguidores de Prestes e membros da classe média. A temática nacional passou a predominar sobre a temática de classe, coincidindo com a orientação vinda da Internacional Comunista.

Em pouco meses, a ANL ganhou bastante projeção. Cálculos conservadores indicam que em julho de 1935 ela contava com 70 mil a 100 mil pessoas. Na condução do movimento, seus dirigentes oscilaram entre a tentativa de consolidação de uma aliança de classes e a perspectiva de insurreição para a conquista do poder. Pelo menos nas palavras, esta última se revelou mais forte. Na comemoração do 5 de julho de 1935, Carlos Lacerda leu um manifesto de Prestes que se encontrava clandestino no Brasil, o qual apelava pela derrubada do "governo odioso" de Vargas e a tomada do poder por um governo popular, nacional e revolucionário.

A TENTATIVA DE GOLPE COMUNISTA

O governo que já vinha reprimindo as atividades da ANL obteve uma excelente razão para fechá-la. Isso ocorreu por um decreto de 11 de julho de 1935. Daí para a frente, enquanto se sucediam muitas prisões, o PCB começou os preparativos para uma insurreição. Eles resultaram na tentativa do golpe militar de novembro de 1935.

Em si mesmo, o levante de 1935 – que lembra as revoltas tenentistas da década de 1920 – foi um fracasso. Começou a 23 de novembro no Rio Grande do Norte, antecipando-se a uma iniciativa coordenada a partir do Rio de Janeiro. Uma junta de governo tomou o poder em Natal por quatro dias, até ser dominada. Seguiram-se rebeliões no Recife e no Rio, esta última de maiores proporções. Houve aí um confronto entre os rebeldes e as forças legais do qual resultaram várias mortes, até a rendição.

O que teria levado a Internacional Comunista, controlada pelos russos, a embarcar na aventura de novembro de 1935, quando aparentemente a estratégia de frentes populares já estava estabelecida?

Ao que tudo indica, a tentativa de golpe no Brasil representava o canto de cisne da linha política anterior. Ela foi alentada pelas informações fantasiosas dos comunistas brasileiros, dando conta da existência de um clima pré-revolucionário no país. A influência dos métodos tenentistas pesou também na decisão.

A REPRESSÃO

O episódio de 1935 teve sérias conseqüências, pois abriu caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária. O fantasma do comunismo internacional ganhou enormes proporções, tanto mais porque Moscou havia enviado ao Brasil alguns quadros dirigentes estrangeiros – como o alemão Berger, o argentino Ghioldi – para ajudar nos preparativos da insurreição. Hoje se sabe que um desses enviados, supostamente um belga, conhecido como Léon Vallée, era na realidade um agente soviético. Ele se instalou no Rio e assumiu o controle dos recursos enviados por Moscou.

Durante o ano de 1936, o Congresso aprovou todas as medidas excepcionais solicitadas pelo Poder Executivo. Anteriormente, no curso da insurreição, a 25 de novembro de 1935, o governo pedira a decretação do estado de sítio, por sessenta dias; um grupo de deputados procurou restringir o decreto às zonas conflagradas, mas foi derrotado. O estado de guerra, a que foi equiparado o estado de sítio, seria sucessivamente prorrogado, até junho de 1937. Em março de 1936, a polícia invadiu o Congresso e prendeu cinco parlamentares, que tinham apoiado a ANL ou simplesmente demonstrado simpatia por ela. O Congresso aceitou a justificação para as prisões e autorizou o processo contra os presos.

Ao mesmo tempo, criaram-se órgãos específicos para a repressão. Em janeiro de 1936, o ministro da Justiça anunciou a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos ou crimes contra as instituições políticas e sociais. O poder da polícia da capital federal e de seu chefe – o antigo tenente Filinto Müller – aumentou bastante. Getúlio elogiou inúmeras vezes o trabalho de seu colaborador que, apesar de subordinado ao Ministério da Justiça, se comunicava com ele diretamente.

A criação de um órgão judiciário específico, estritamente subordinado ao governo, era uma medida necessária para garantir a punição dos presos, sem grande consideração pelos princípios jurídicos vigentes. Com esse objetivo, o Congresso aprovou uma lei que instituía o Tribunal de Segurança Nacional, que começou a funcionar em fins de outubro de 1936. A princípio, esse tribunal se destinava apenas a julgar os comprometidos na insurreição de 1935, mas acabou se transformando em um órgão permanente, que existiu durante todo o Estado Novo, instituído em 1937.

AS CANDIDATURAS PARA AS ELEIÇÕES DE 1938

Em fins de 1936 e nos primeiros meses de 1937, definiram-se as candidaturas à sucessão presidencial, nas eleições previstas para janeiro de 1938. O Partido Constitucionalista, formado pelo PD e alguns menores, lançou o nome de Armando de Salles Oliveira. Flores da Cunha apoiou o candidato e tentou sem êxito unir a elite paulista, servindo como intermediário. O PRP fora reconstituído e se aproximava de Getúlio.

Foi escolhido como candidato oficial o paraibano José Américo de Almeida. Conhecido como "tenente civil", José Américo tinha sido ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas. O candidato oficial contava com o apoio da maioria dos Estados do Nordeste e de Minas Gerais, além dos setores pró-Vargas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Por último, surgiu a candidatura de Plínio Salgado, pelos integralistas.

A abertura da disputa política facilitou um afrouxamento das medidas repressivas. Por ordem do ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, cerca de trezentas pessoas foram soltas em junho de 1937. O novo pedido de prorrogação do estado de guerra deixou de ser concedido pelo Congresso.

Entretanto, Getúlio e o círculo dos íntimos não se dispunham a abandonar o poder, tanto mais que nenhuma das três candidaturas tinha sua confiança. José Américo inclinara-se cada vez mais a realizar uma campanha populista, apresentando-se como "candidato do povo" e denunciando a exploração imperialista. Um observador próximo ao governo chegou a dizer que a questão social estava no centro da campanha presidencial, com o risco de o Brasil converter-se em uma Espanha. Ele se referia à Guerra Civil Espanhola entre fascistas e republicanos, em curso naqueles anos.

Um obstáculo à interrupção do processo eleitoral vinha de uma parte das elites regionais. Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia tinham firmado um pacto para garantir a legalidade, mas isso não representava muita coisa. Não era possível – como no passado – organizar os Estados como blocos até certo ponto coesos, pois suas forças internas estavam divididas. A disposição em oferecer resistência armada contra um golpe, a respeito do qual se falava abertamente, restringia-se a Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul.

Ao longo de 1937, para aparar possíveis dificuldades, o governo interveio em alguns Estados e no Distrito Federal. Na capital da República, destituiu o prefeito Pedro Ernesto, que gozava de grande popularidade, acusando-o de estar associado à extinta ANL. No Exército, vários oficiais legalistas foram afastados dos comandos militares.

O PLANO COHEN

Faltava porém um pretexto para reacender o clima golpista. Ele surgiu com o Plano Cohen, cuja verdadeira história tem até hoje muitos aspectos obscuros. Um oficial integralista – o capitão Olímpio Mourão Filho – foi surpreendido, ou deixou-se surpreender, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista. O autor do documento seria um certo Cohen – nome marcadamente judaico – que poderia ser também uma corruptela de Bela Khun, líder comunista húngaro. Aparentemente, o "plano" era uma fantasia a ser publicada em um boletim da Ação Integralista Brasileira, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas etc.

O fato é que de obra de ficção o documento foi transformado em realidade, passando das mãos dos integralistas à cúpula do Exército. A 30 de setembro, era transmitido pela "Hora do Brasil" e publicado em parte nos jornais.

Os efeitos da divulgação do Plano Cohen foram imediatos. Por maioria de votos, o Congresso aprovou às pressas o estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. O comandante da III Região Militar, general Daltro Filho, decretou a federalização da Brigada Militar rio-grandense. Sem condições de resistir, Flores da Cunha abandonou o cargo e exilou-se no Uruguai (18 de outubro de 1937).

Em fins de outubro, o deputado Negrão de Lima percorreu os Estados do Norte e do Nordeste para garantir o apoio dos governadores ao golpe. Ele era portador de uma carta do governador mineiro Benedito Valadares, em nome de Getúlio, na qual se anunciava que a situação política não comportava a realização de eleições, sendo ainda necessário dissolver a Câmara e o Senado. A proposta recebeu o apoio dos governadores com exceção de Juraci Magalhães, da Bahia, e Carlos de Lima Cavalcanti, de Pernambuco. Somente a 9 de novembro a oposição se mobilizou. Armando de Salles Oliveira lançou um manifesto aos chefes militares, apelando para que impedissem a execução do golpe. O gesto só serviu para apressar o golpe. Sob a alegação de que o texto estava sendo distribuído nos quartéis, Getúlio e a cúpula militar decidiram antecipar o golpe, marcado para o dia 15 de novembro.

7.8. O ESTADO NOVO

No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. O ministro da Guerra – general Dutra – se opusera a que a operação fosse realizada por forças do Exército. À noite, Getúlio anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta constitucional, elaborada por Francisco Campos. Era o início do Estado Novo.

O Estado Novo foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e

até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levar solidariedade a Getúlio, a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos.

Restavam os integralistas, que haviam apoiado o golpe e esperavam ver Plínio Salgado no Ministério da Educação – um degrau importante na escalada para o poder. Getúlio cortou suas esperanças. Em maio de 1938, um grupo de integralistas assaltou o Palácio Guanabara, residência do presidente, na tentativa de depô-lo. Os assaltantes acabaram sendo cercados e no choque com a guarda vários deles morreram, aparentemente fuzilados nos jardins do palácio.

7.8.1. A CARTA DE 1937 E A CENTRALIZAÇÃO

Seria engano pensar que o Estado Novo representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937. Mas a partir de novembro de 1937 elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime.

Uma leitura superficial da Carta de 1937 não nos daria a chave do Estado Novo. Seu corpo continha muitos dispositivos que nunca foram aplicados. O segredo estava nas "disposições finais e transitórias". O presidente da República aí recebia poderes para confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos, nomeando interventores nos casos de não-confirmação. A Constituição entrava em vigor imediatamente e devia ser submetida a um plebiscito nacional. O Parlamento, as Assembléias estaduais e as Câmaras Municipais eram dissolvidas, devendo realizar-se eleições para o Parlamento somente depois do plebiscito. Enquanto isso, o presidente tinha o poder de expedir decretos-lei em todas as matérias de responsabilidade do governo federal. O artigo 186 das "disposições finais e transitórias" declarava em todo o país o estado de emergência, suspendendo assim as liberdades civis garantidas formalmente pela própria Carta constitucional. Outro preceito transitório, mais tarde prolongado indefinidamente, autorizava o governo a aposentar funcionários civis e militares, "no interesse do serviço público ou por conveniência do regime".

Na realidade, o presidente ficaria durante todo o Estado Novo com o poder de governar através dos decretos-leis, pois não se realizaram nem o

plebiseito nem as eleições para o Parlamento. Os governadores dos Estados se transformaram em interventores, e em alguns easos foram substituídos. O estado de emergência não foi revogado.

O Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente. A inelinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. Os Estados passaram a ser governados por interventores, eles próprios controlados, a partir de um decreto-lei de abril de 1939, por um departamento administrativo. Esse departamento era uma espécie de substituto das Assembléias estaduais, pois o orçamento e todos os deeretos-leis dos interventores dependiam de sua aprovação para serem expedidos.

A escolha dos interventores obedeceu a diferentes critérios. Parentes de Getúlio (seu genro Amaral Peixoto, no Estado do Rio), militares (o antigo tenente Cordeiro de Farias, no Rio Grande do Sul) reeeberam a designação. De um modo geral, porém, nos maiores Estados algum setor da oligarquia regional foi eontemplado. Em Minas Gerais, Benedito Valadares permaneeeu no poder; Agamenon Magalhães foi durante certo tempo interventor em seu Estado (Pernambueo) e, em São Paulo, o estilo surpreendente dos primeiros anos da década de 1930 também não se repetiu. Os três interventores entre 1937 e 1945 provieram da elite regional, e dois deles tinham sido membros o PRP.

7.8.2. Estado e Sociedade

A centralização do Estado não signifiea que ele se descolou da sociedade. A representação dos diversos interesses sociais mudou de forma mas não deixou de existir. Até novembro de 1937, esses interesses se expressavam no Congresso através, prineipalmente, dos deputados classistas e, fora dele, através de alguns órgãos governamentais.

A partir do Estado Novo, desapareceu a representação via Congresso, reforçando-se a que se fazia nos órgãos téenicos, no interior do aparelho do Estado. Um exemplo expressivo é o do Conselho Federal de Coméreio Exterior (CFCE). O CFCE foi criado em 1934, eom o objetivo de centralizar a política de coméreio exterior. Com o tempo, seu âmbito de atuação seria

ampliado, tranformando-se em um órgão de assessoria do governo, nas mais variadas questões de política econômica; ele acabou se constituindo também em uma das principais vias de acesso ao poder por parte dos grupos privados, especialmente os industrais.

Podemos sintetizar o Estado Novo sob o aspecto socioeconômico, dizendo que representou uma aliança da burocracia civil e militar e da burguesia industrial, cujo objetivo comum imediato era o de promover a industrialização do país sem grandes abalos sociais. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia – um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabaram se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado.

A aproximação entre a burguesia industrial e o governo Vargas ocorreu principalmente a partir de 1933, após a derrota da revolução paulista. Ela se fez sobretudo através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), dirigida por Roberto Simonsen, da Confederação Nacional da Indústria, sob o comando de Euvaldo Lodi, e da Federação Industrial de Minas, dirigida por Américo Giannetti. A aliança desses setores não significa identidade de opiniões. Ao contrário dos técnicos governamentais, a burguesia industrial era menos radical no apoio ao intervencionismo do Estado e na ênfase contra o capital estrangeiro. Ela reivindicava principalmente medidas no setor de câmbio e das tarifas sobre as importações que resultassem em proteção da indústria instalada no país.

É significativo observar que o crescente interesse do governo Vargas em promover a industrialização do país, a partir de 1937, refletiu-se no campo educacional. Embora o ministro Capanema tenha promovido uma reforma do ensino secundário, sua maior preocupação se concentrou em organizar o ensino industrial. Um decreto-lei de janeiro de 1942 instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, com o objetivo de preparar mão de obra fabril qualificada. Pouco antes, surgira o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), destinado ao ensino profissional do menor operário. Subordinado ao Ministério da Educação, o Senai ficou sob a direção da Confederação Nacional da Indústria.

7.8.3. O APARELHO DO ESTADO

No comando do Estado, o poder pessoal de Getúlio representava a instância decisiva nas resoluções fundamentais. Para chegar a essas resoluções ele ouvia um círculo formado por amigos íntimos, elementos da Casa Civil e da Casa Militar e ministros de Estado. As relações de confiança entre o presidente e seus ministros eram muito grandes. Entre março de 1938, quando Osvaldo Aranha entrou no Ministério do Exterior, e junho de 1941, não houve uma só mudança no ministério. Getúlio mantinha relações próximas não com o ministério como um corpo coletivo, mas com cada um de seus elementos. Seus contatos com os ministros eram individuais e as reuniões conjuntas se davam no máximo uma vez por mês.

Já nos referimos ao grande papel desempenhado pelas Forças Armadas. Sua influência se exerceu através dos vários organismos técnicos que proliferaram no Estado Novo, através dos estados-maiores e do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A atribuição dada ao CSN de estudar todas as questões relativas à segurança nacional foi tomada em sentido amplo. Com isso, o conselho assumiu um papel importante nas decisões econômicas.

As Forças Armadas foram as responsáveis pela instalação de uma indústria estatal do aço, apesar de nem todas as recomendações de seus representantes terem sido acolhidas. No setor do petróleo, o Conselho Nacional do Petróleo, criado em julho de 1938, como órgão especial da presidência da República, ficou nas mãos do general Horta Barbosa. Mesmo assim, suas decisões estavam sujeitas a veto militar, aliás nunca utilizado. Além disso, o governo aprovou os planos militares para a compra de armas, que incluíam a artilharia fornecida pela empresa alemã Krupp, navios de guerra da Grã-Bretanha e da Itália, armas de infantaria da Tchecoslováquia e aviões dos Estados Unidos.

Embora o poder formal e informal das Forças Armadas fosse muito extenso, seria errôneo imaginar que ele fosse absoluto. Os militares não desejavam e nem tinham condições para substituir simplesmente as elites civis. Isso já ficara claro no momento do golpe. O ponto de vista favorável à candidatura militar não tivera maior expressão e mesmo o envolvimento ostensivo do Exército no episódio foi evitado pelo ministro da Guerra, ao impedir que homens do Exército fossem empregados na operação de fechar o Congresso.

No correr do Estado Novo, Getúlio não foi um simples instrumento de um poder de decisão que estaria em mãos dos militares. Apesar de sua grande influência, as Forças Armadas não constituíam um grupo monolítico, com um programa definido nos vários setores da política estatal. Sua coesão era dada pelo acordo em torno de um objetivo geral: a modernização do país pela via autoritária. Mas os pontos de vista militares, no que diz respeito às relações com as grandes potências e a um projeto de desenvolvimento econômico com maior ou menor autonomia, variavam de acordo com os grupos e as inclinações pessoais.

O presidente podia assim manipular as pretensões do Exército e coordená-las com os interesses mais gerais do governo. Podia também enfrentar a cúpula militar, quando necessário. Vejamos dois exemplos, em momentos diversos. Quando, logo após o golpe de 1937, Getúlio tomou a decisão de interromper o pagamento do serviço da dívida, mobilizou o apoio dos militares, colocando a decisão nos seguintes termos: ou pagamos a dívida externa ou reequipamos as Forças Armadas e o sistema de transportes.

Anos mais tarde, no início de 1942, a decisão de Getúlio de solidarizar-se com os Estados Unidos, após o ataque japonês a Pearl Harbour, provocou reservas por parte dos generais Dutra e Góis Monteiro. Ambos apresentaram demissão, recusada pelo presidente. Segundo o subsecretário de Estado americano Sumner Welles, Getúlio chegou a dizer aos dois militares que contava com o povo e não precisava das Forças Armadas para conter atividades subversivas.

A POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA

A política econômico-financeira do Estado Novo representou uma mudança de orientação relativamente aos anos 1930-1937. Nesse primeiro período, não houve uma linha clara de incentivo ao setor industrial. O governo equilibrou-se entre os diferentes interesses, inclusive agrários, sendo também bastante sensível às pressões externas. Em setembro de 1935, por exemplo, o Executivo assinou um tratado de comércio com os Estados Unidos, sujeito a ratificação pelo Congresso. Apoiado pelo setor agrário de exportação, o acordo recebeu fortes críticas dos empresários industriais. Eles alegavam que a indústria brasileira ficaria desprotegida, na concorrência com os produtos ame-

ricanos. Apesar das pressões de Simonsen e Lodi no sentido de impedir a ratificação do tratado, ou pelo menos conseguir sua modificação, o Congresso o aprovou por inteiro. Getúlio interveio na disputa para facilitar a aprovação. Aparentemente, isso se deu porque o embaixador americano assinalou sem rodeios que, caso o acordo não fosse aprovado, a isenção de direitos de importação de café brasileiro nos Estados Unidos poderia ser revista.

A partir de novembro de 1937, o Estado embarcou com maior decisão em uma política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base. Os defensores dessa perspectiva ganharam força, tanto pelos problemas críticos do balanço de pagamentos, que vinham desde 1930, como pelos riscos crescentes de uma guerra mundial, que imporia, como realmente impôs, grandes restrições às importações.

Até 1942, a política de substituição de importações se fez sem um planejamento geral, considerando-se cada setor como um caso específico. Em agosto desse ano, com a entrada do Brasil na guerra e o prosseguimento do conflito, o governo tomou a si a supervisão da economia. Com esse fim, criou a Coordenação de Mobilização Econômica, dirigida pelo antigo tenente João Alberto.

O incentivo à industrialização foi muitas vezes associado ao nacionalismo, mas Getúlio evitou mobilizar a nação em uma cruzada nacionalista. A Carta de 1937 reservava aos brasileiros a exploração das minas e quedas-d'água. Determinava que a lei regularia a sua nacionalização progressiva, assim como a das indústrias consideradas essenciais à defesa econômica ou militar. Dispunha também que só poderiam funcionar no país bancos e companhias de seguros cujos acionistas fossem brasileiros. Concedia-se às empresas estrangeiras um prazo, a ser fixado por lei, para que se transformassem em nacionais.

Essas normas estiveram sujeitas a vários decretos-leis que expressaram a pressão dos diferentes grupos e a ausência de uma orientação estrita por parte do governo. As empresas de energia elétrica, por exemplo, não foram tocadas e em outubro de 1941 Getúlio negou-se a aceitar um projeto de decreto determinando que, até agosto de 1946, os bancos e empresas de seguros deveriam estar em mãos de nacionais. A própria solução estatal para o caso do aço não resultou de choques, mas de um acordo com o governo americano, como a seguir veremos.

Os casos do aço e do petróleo são particularmente significativos para se compreender a política de investimentos estatais na indústria de base. Cada um deles teve tratamento diverso por parte do governo. A história da implantação inicial da grande indústria siderúrgica se contém nos limites do Estado Novo; quanto ao petróleo, a história se prolonga e encontra um desfecho na segunda presidência Vargas.

A implantação da Usina de Volta Redonda e a forma de sua constituição ficaram definidas em julho de 1940. Ela foi financiada por créditos americanos, concedidos pelo Export-Import Bank, e por recursos do governo brasileiro. Seu controle ficou nas mãos de uma empresa de economia mista, a Companhia Siderúrgica Nacional, organizada em janeiro de 1941. Essa solução não resultou de uma clara definição do governo, desde o início do Estado Novo, nem houve na máquina governamental um pensamento uniforme acerca do assunto. Os diferentes grupos concordavam apenas em reconhecer a necessidade de ampliar e diversificar a produção de aço. A expansão dos serviços de transporte, a instalação de uma indústria pesada dependiam da solução do problema; além disso, as importações de aço representavam um peso cada vez maior para um balanço de pagamentos continuamente desfavorável.

Os grupos privados e o próprio Getúlio inclinavam-se por uma associação com capitais estrangeiros, alemães ou americanos. A maior pressão no sentido de se instalar uma indústria fora do controle externo vinha das Forças Armadas. É importante observar porém que os militares não tiveram condições de impor imediatamente a solução final alcançada. Pelo contrário, durante o ano de 1939, os entendimentos do governo brasileiro com a United States Steel Corporation dominaram a cena, e um plano chegou a ser estabelecido para a instalação de uma indústria da qual participariam a empresa americana, grupos privados e o governo brasileiro.

A desistência da United States Steel, em janeiro de 1940, é um episódio ainda não inteiramente esclarecido. A versão oficial da empresa referiu-se "à grande incerteza nos assuntos brasileiros" e à possibilidade dos interesses estrangeiros serem alvo de ataques, tornando demasiado arriscada a operação. Essa afirmativa parece revelar o prévio conhecimento de estudos para um novo Código de Minas, que entrou em vigor em 29 de janeiro de 1940, em que se proibia a participação de estrangeiros na mineração e metalurgia. É difícil dizer, entretanto, até que ponto isso ocorreu, ou se o Código de Minas foi em

parte uma resposta à atitude da United States Steel. Seja como for, nos primeiros meses de 1940, Getúlio e o Departamento de Estado americano tentaram ainda encontrar uma fórmula de entendimento com a empresa, sem alcançar êxito. Depois, a solução sob controle do Estado tornou-se vitoriosa.

Ao contrário do aço, o desenvolvimento de uma indústria petrolífera não era uma questão premente nos anos 30. As importações de petróleo só se ampliaram depois da Segunda Guerra Mundial e por muito tempo não causaram maiores problemas ao balanço de pagamentos. Além disso, até meados de 1939, quando se descobriu petróleo no Estado da Bahia, a instalação de uma indústria petrolífera parecia restrita às refinarias. Mesmo depois da descoberta, a produção foi insignificante e as dúvidas quanto às reservas permaneceram até os anos 50. Por essas razões, as divergências a respeito da política do petróleo eram maiores do que no caso do aço, e o próprio Exército esteve bem mais dividido. De qualquer forma, partiram dele as principais iniciativas nessa área.

A partir de 1935, alguns industriais brasileiros começaram a se interessar pela instalação de refinarias. Isso levou a Standard em 1936, a Texaco, a Atlantic e a Anglo-Mexican, em 1938, a propor a instalação de grandes refinarias no país. Iniciaram-se as discussões em torno das opções possíveis e a política de intervenção do governo se assentou com um decreto-lei, de abril de 1938, que nacionalizava a indústria de refinação do petróleo importado ou de produção nacional. A nacionalização significava que o capital, a direção e a gerência das empresas deveriam ficar nas mãos de brasileiros. Não correspondia portanto ao monopólio estatal. O mesmo decreto criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), constituído de pessoas designadas pelo presidente da República, representando os vários ministérios e os grupos de interesse. Os setores do Exército favoráveis a uma orientação que ampliasse o controle do Estado dominou o CNP, entre 1938 e meados de 1943. Esse foi o período de gestão do engenheiro militar general Horta Barbosa. Suas tentativas de estabelecer grandes refinarias estatais falharam. O CNP foi bloqueado pelos grupos de interesse, por ministros como Sousa Costa e pelo próprio Getúlio. No curso da guerra o órgão foi obrigado a voltar sua atenção para a estocagem, racionamento e distribuição, diante da ameaça de escassez.

A política americana no setor do petróleo foi diversa da seguida no setor do aço, pois defendeu os interesses das grandes empresas que tradicionalmente

controlavam a área. Pressionado por vários lados, Horta Barbosa demitiu-se em meados de 1943, quando se iniciou um período em que os interesses privados foram dominantes. Na realidade, as realizações do Estado Novo no setor petrolífero foram reduzidas. Nem por isso deixaram de ser importantes, sob dois aspectos. De um lado, a política do CNP bloqueou as iniciativas das grandes empresas estrangeiras, ainda que não conseguisse uma resposta alternativa às suas propostas. De outro, a ação do general Horta Barbosa representou um ponto de apoio e uma referência para os grupos que nos anos 50 pressionariam pela adoção de uma linha semelhante à sua, vitoriosa com a criação da Petrobrás, em outubro de 1953.

No campo financeiro, o Estado Novo procurou fixar-se dentro de concepções conservadoras, encarnadas pelo ministro da Fazenda Sousa Costa, que Getúlio manteve no cargo praticamente durante todo o período. A necessidade levou porém a algumas medidas drásticas, ainda que consideradas sempre excepcionais. Para enfrentar a crise no balanço de pagamentos, Getúlio suspendeu logo após o golpe o serviço da dívida externa, decretou o monopólio da venda de divisas e impôs um tributo sobre todas as operações cambiais. O controle do comércio exterior permaneceu; quanto à dívida externa, chegou-se a um entendimento com os credores e o pagamento foi reiniciado em 1940, apesar das resistências dos militares, que temiam que o serviço da dívida viesse a reduzir os investimentos públicos.

A POLÍTICA TRABALHISTA

A política trabalhista do Estado Novo pode ser vista sob dois aspectos: o das iniciativas materiais e o da criação da imagem de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores. Quanto ao primeiro aspecto, o governo levou adiante e sistematizou práticas que vinham desde o início da década de 1930. A legislação inspirou-se na Carta del Lavoro, vigente na Itália fascista. A Carta de 1937 voltou a adotar o princípio da unidade sindical, que nunca tinha sido abandonado na prática. A greve e o *lockout*, ou seja, a greve patronal, foram proibidos. Em agosto de 1939, um decreto-lei estabeleceu as linhas da organização sindical, tornando o sindicato ainda mais dependente do Estado. Também se reforçou a estrutura sindical vertical, já existente na lei de 1934. Estabeleceram-se assim as federações e confederações de sindicatos: as pri-

meiras reuniam pelo menos cinco sindicatos em âmbito estadual; as últimas, pelo menos três federações, em âmbito nacional.

Em julho de 1940, foi criado o imposto sindical – instrumento básico de financiamento do sindicato e de sua subordinação ao Estado. O imposto consiste em uma contribuição anual obrigatória, correspondente a um dia de trabalho, paga por todo empregado, sindicalizado ou não. Caberia ao Banco do Brasil efetuar a arrecadação, destinando-se 60% ao sindicato, 15% à federação, 5% à confederação e 20% ao Fundo Social Sindical. O dinheiro do Fundo Social Sindical foi freqüentemente utilizado como uma "verba secreta" para financiar ministérios e, mais adiante, campanhas eleitorais. O imposto sindical deu suporte à figura do "pelego". A expressão deriva de um de seus significados. "Pelego" é uma cobertura de pano ou couro colocada sob a sela de um animal de montaria para amortecer o choque produzido pelo movimento do animal no corpo do cavaleiro. A idéia de amortecedor se mostrou bastante adequada. "Pelego" passou a ser o dirigente sindical que na direção do sindicato atua mais no interesse próprio e do Estado do que no interesse dos trabalhadores, agindo como amortecedor dos atritos. Sua existência foi facilitada na medida em que não precisava atrair ao sindicato uma grande massa de trabalhadores. O imposto garantia a sobrevivência da organização, sendo o número de sindicalizados, sob esse aspecto, um fator de importância secundária.

Para decidir as questões trabalhistas, o governo organizou, em maio de 1939, a Justiça do Trabalho, cuja origem eram as Juntas de Conciliação e Julgamento. A sistematização e ampliação da legislação trabalhista se deu com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em junho de 1943.

No campo da política salarial, o Estado Novo introduziu uma importante inovação. Desde a Constituição de 1934, previa-se que a lei estabeleceria um salário mínimo, capaz de satisfazer às necessidades do trabalhador, conforme as condições de cada região. Mas somente em maio de 1940 surgiu um decreto-lei nesse sentido. O país foi dividido em várias regiões e estabeleceu-se uma escala variável de acordo com as peculiaridades regionais. Na capital federal – onde o índice era mais elevado – o mínimo foi fixado em 240 mil réis mensais. O salário médio pago no país, segundo o censo de 1940, era de 205 mil-réis, o que indica a melhora salarial representada pelo estabelecimento de um salário mínimo. Em um primeiro momento, de fato, quando da fixação

inicial, o salário mínimo correspondia a seus objetivos expressos. Foi com o correr dos anos que se deteriorou, até converter-se em uma importância irrisória, muito distante de suas finalidades expressas.

A construção da imagem de Getúlio como protetor dos trabalhadores ganhou forma pelo recurso a várias cerimônias e ao emprego intensivo dos meios de comunicação. Dentre as cerimônias, destacam-se as comemorações de 1º de maio, realizadas a partir de 1939 no estádio do Vasco da Gama, em São Januário – o maior estádio do Rio de Janeiro na época. Somente em 1944 as comemorações se deslocaram para o Pacaembu, em São Paulo. Nesses encontros, que reuniam grande massa de operários e o povo em geral, Getúlio iniciava seu discurso com o famoso "Trabalhadores do Brasil" e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social.

A partir de janeiro de 1942, o novo ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho – um advogado paulista que na década de 1920 fora filiado ao PRP –, começou a utilizar sistematicamente o rádio como instrumento de aproximação entre o governo e os trabalhadores. Ele fazia palestras semanais na "Hora do Brasil", ao que parece com boa audiência. Nelas contava a história das leis sociais, apresentava casos concretos e se dirigia às vezes a audiências determinadas: os aposentados, as mulheres, os pais de menores operários, os migrantes etc. Com estes e outros elementos se construiu a figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na escala social ao chefe de família.

O guia e pai doava benefícios a sua gente e dela tinha o direito de esperar fidelidade e apoio. Os benefícios não eram fantasia. Mas sua grande rentabilidade política se deve a fatores sociais e à eficácia da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas, que ganhou forma e conteúdo no curso do Estado Novo.

O CONTROLE DA OPINIÃO PÚBLICA

O regime de 1937 não se dirigiu apenas aos trabalhadores na construção de sua imagem. Tratou de formar uma ampla opinião pública a seu favor, pela censura aos meios de comunicação e pela elaboração de sua própria versão da fase histórica que o país vivia. A preocupação do governo Vargas nesse sentido

vinha desde seus primeiros tempos, quando em 1931 surgiu o Departamento Oficial de Publicidade. Em 1934, foi criado no Ministério da Justiça o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que funcionou até dezembro de 1939. Nessa data, o Estado Novo constituiu um verdadeiro ministério da propaganda (o famoso DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda), diretamente subordinado ao presidente da República, que escolhia seus principais dirigentes. O DIP exerceu funções bastante extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, "literatura social e política", proibiu a entrada no país de "publicações nocivas aos interesses brasileiros"; agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas "informações nocivas ao crédito e à cultura do país"; dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico "Hora do Brasil", que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo.

O Estado Novo perseguiu, prendeu, torturou, forçou ao exílio intelectuais e políticos, sobretudo de esquerda e alguns liberais. Mas não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores letrados a seu serviço: católicos, integralistas, autoritários, esquerdistas disfarçados ocuparam cargos e aceitaram as vantagens que o regime oferecia. Eram homens com histórias diversas, como Azevedo Amaral, jornalista e autor de um livro significativo, *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*; Almir de Andrade, advogado e jornalista, diretor da revista *Cultura Política*; o poeta Cassiano Ricardo, ocupante de postos burocráticos; Oliveira Viana, importante sociólogo e consultor jurídico do Ministério do Trabalho.

Nas várias manifestações dirigidas ao grande público ou nas páginas de publicações como *Cultura Política*, destinadas a um círculo mais restrito, o Estado Novo procurou transmitir sua versão da história do país. No âmbito da história mais recente, ele se apresentava como a conseqüência lógica da Revolução de 1930. Fazia um corte radical entre o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução. O Estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo através da busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem não dilacerada pelas disputas partidárias a entrada do Brasil nos tempos modernos.

53. *1º de Maio.* Cartaz produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), durante o Estado Novo.

O SERVIÇO PÚBLICO

O serviço público na Primeira República ajustou-se à política clientelista. Salvo raras exceções, não existia o concurso, e os quadros especializados se restringiam a uma pequena elite. O Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária e que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade.

A principal instituição responsável pela reforma da administração pública foi o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), previsto na Carta de 1937 e criado por um decreto-lei de julho de 1938, como órgão ligado à presidência da República. O decreto-lei deu ao DASP poderes bastante amplos, incluindo a instituição de um controle central sobre o pessoal e o material, assim como a responsabilidade de dar assistência ao presidente na revisão das propostas legislativas. Na realidade, pretendia o decreto que o DASP fosse um superministério, com papel importante na distribuição dos gastos governamentais. Não chegou a tanto, porém, porque o ministro da Fazenda sobretudo se opôs fortemente a uma diminuição de seus poderes.

Do ponto de vista do recrutamento do pessoal, houve um relativo esforço para estabelecer uma carreira em que o mérito fosse a qualificação básica para o ingresso. Esse critério abriu oportunidades para profissionais de classe média, mas a sua utilização teve muitas restrições. A própria legislação e a realidade se encarregaram de limitar a possibilidade de formação de um grande estrato burocrático, submetido a regras formais de ingresso e promoção, de acordo com o mérito.

Na cúpula do aparelho burocrático, a maioria das indicações continuou a ser feita de acordo com as preferências do presidente da República ou de seus ministros, para os chamados cargos de confiança, cujos ocupantes podiam ser demitidos a qualquer tempo. A escolha dependia de um mínimo de habilitação, porém não era feita necessariamente dentre os elementos da carreira do serviço público.

Ao mesmo tempo, a partir de 1936, uma lei estabeleceu a separação dos servidores públicos em duas categorias principais: funcionários públicos e

extranumerários. Os primeiros deviam prestar concurso público de ingresso na carreira e tinham assegurados vários direitos relativos ao salário, aposentadoria etc. O pessoal extranumerário era admitido teoricamente por prazo determinado, para a realização de certos serviços, dependendo a admissão de conexões políticas ou pessoais. A criação dessa categoria representava um compromisso com os critérios do passado e se destinava às posições intermediárias ou de menor importância no serviço público.

Com a criação do pessoal extranumerário, o Estado manteve as relações clientelistas com um grande setor da massa urbana. A esse respeito, lembremos que a taxa de crescimento da urbanização foi maior do que a da industrialização, gerando o problema do emprego nas grandes cidades. O recrutamento de pessoal sem concurso serviu assim como um canal para absorver força de trabalho não-qualificada.

A POLÍTICA EXTERNA

Ao tratar da política externa, devemos começar fazendo uma ressalva: limitá-la aos marcos do Estado Novo dificultaria bastante sua compreensão. Ela pode ser mais bem entendida considerando-se globalmente o período 1930-1945. Os alinhamentos e realinhamentos resultaram da interação de posições entre o Brasil e as grandes potências, sendo o Estado Novo apenas um dos elementos dessa interação. A crise mundial acentuou o declínio da hegemonia inglesa e a emergência dos Estados Unidos. Isso se deu, sobretudo, a partir do momento em que as medidas do presidente Roosevelt, de combate à crise, começaram a surtir efeito. Ao mesmo tempo, surgiu outro competidor na cena internacional – a Alemanha nazista, a partir de 1933. A Alemanha iniciou uma política de influência ideológica e de competição com seu rivais na América Latina.

Diante desse quadro, o governo brasileiro adotou uma orientação pragmática, isto é, tratou de negociar com quem lhe oferecesse melhores condições e procurou tirar vantagem da rivalidade entre as grandes potências. Por exemplo, em 1935, assinou o acordo comercial com os Estados Unidos a que já fizemos referência; no ano seguinte, assinou outro com a Alemanha, que visava principalmente a exportação de algodão, café, cítricos, couros, tabaco e carnes.

O período 1934-1940 caracterizou-se pela crescente participação da Alemanha no comércio exterior do Brasil. Ela se tornou a principal compradora do algodão brasileiro e o segundo mercado para o café. Foi sobretudo no setor de importações que a influência alemã cresceu. Em 1929, 12,7% das importações brasileiras vinham da Alemanha e 30,1% dos Estados Unidos; em 1938, os alemães chegaram a superar ligeiramente os americanos, com 25% das importações contra 24,2%. Naquele mesmo ano de 1938, iam para os Estados Unidos 34,3% e para a Alemanha 19,1% das exportações brasileiras. As transações com a Alemanha eram atraentes não só para certos grupos exportadores como também para aqueles que defendiam a necessidade de modernizar e industrializar o país. Os alemães acenaram sempre com a possibilidade de romper a linha tradicional do comércio exterior das grandes nações, oferecendo material ferroviário, bens de capital etc.

Alguns fatores, por outro lado, pesavam negativamente no comércio com a Alemanha: o Reich insistiu sempre no comércio em moeda não-conversível, os chamados "marcos de compensação", procurando transformar as transações com o Brasil em acordos bilaterais que afastassem outros concorrentes. Os representantes alemães buscavam controlar todo o comércio, impondo quotas, preço para os produtos e o valor de seus marcos de compensação.

Os Estados Unidos adotaram uma política combinada de pressão e cautela diante do avanço da Alemanha. Grupos econômicos americanos – investidores, banqueiros, importadores – desejavam a adoção de represálias contra o Brasil. Roosevelt preferiu evitar medidas extremas que poderiam levar o Brasil a aliar-se à Alemanha ou a seguir um caminho nacionalista radical. Em círculos do governo e na área econômica chegou a existir uma clara opção pelo maior entendimento com os Estados Unidos ou com a Alemanha. Osvaldo Aranha, embaixador em Washington a partir de 1934, e Valentim Bouças, representante da IBM no Brasil, alinharam-se no campo americano; elementos da cúpula militar, como Dutra e Góis Monteiro, revelaram simpatia pela Alemanha. Olavo Sousa Aranha, um empresário paulista com interesses em algodão, café, exportação de minério de ferro e carvão, era o "Bouças alemão".

Após o golpe de 1937, saudado com entusiasmo na Alemanha e na Itália, a linha pragmática não se modificou. Os militares pressionaram por um entendimento com os alemães e obtiveram um grande contrato para o fornecimento

de artilharia, com a Krupp, em março de 1938. Mas, pouco antes, Vargas mostrara sua disposição de não promover alterações essenciais na política externa, ao nomear Osvaldo Aranha para o Ministério do Exterior.

Paradoxalmente, apesar de certa afinidade ideológica, que poderia facilitar a maior aproximação com os alemães, as relações entre Brasil e Alemanha sofreram um abalo em 1938. Nesse ano, o regime estabilizou-se, eliminando da cena política a única força que ainda escapava ao seu controle: o integralismo. Ao mesmo tempo que marcava sua distância com o fascismo nacional, o Estado Novo investia contra os grupos nazistas existentes no Sul do país. Um agente alemão, líder do Partido Nazista no Rio Grande do Sul, foi preso. O embaixador da Alemanha foi declarado *persona non grata* e viu-se forçado a deixar o Brasil. Depois, superou-se o atrito, mas suas marcas ficaram.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial foi mais importante do que a implantação do Estado Novo para a definição dos rumos da política externa brasileira. O bloqueio inglês levou ao recuo comercial da Alemanha na América Latina, mas a Inglaterra não tinha condições de se aproveitar desse vazio. Emergiu então com mais força a presença americana. Antes mesmo de começar a guerra, Roosevelt já se convencera de que ela se daria em escala mundial e envolveria os Estados Unidos. Essa perspectiva levou os estrategistas americanos a ampliar o que consideravam o círculo de segurança do país, incluindo a América do Sul e em especial a "saliência" do Nordeste brasileiro. Os americanos se lançaram também em uma ofensiva político-ideológica, ao promover, entre outras iniciativas, as Conferências Pan-americanas, em torno de um objetivo comum: a defesa das Américas, independentemente do regime político vigente em cada país, sob o comando dos Estados Unidos. No plano econômico, os americanos trataram de estabelecer uma política bastante conservadora. Seu interesse maior voltou-se para materiais estratégicos, como a borracha, o minério de ferro, o manganês etc., tentando obter o controle de compra desses materiais.

A resposta brasileira a esse conjunto de iniciativas consistiu em se aproximar cada vez mais do "colosso do norte", procurando extrair vantagens da nova situação. A entrada dos Estados Unidos na guerra, em dezembro de 1941, forçou uma definição. Getúlio Vargas começou a falar mais claramente a linguagem do pan-americanismo, enquanto insistia ao mesmo tempo no re-

equipamento econômico e militar do Brasil, como condição de apoio aos Estados Unidos.

Em fins de 1941, tropas americanas estacionaram no Nordeste. O primeiro semestre de 1942 foi marcado por um clima ambíguo apesar da ocorrência de duas decisões de importância: em janeiro daquele ano, não obstante as reticências de Góis Monteiro e de Dutra, o Brasil rompeu relações com o Eixo; em maio, Brasil e Estados Unidos assinaram um acordo político-militar, de caráter secreto.

Entretanto, os americanos demoravam a entregar encomendas de equipamento militar porque consideravam que boa parte da oficialidade brasileira era simpatizante do Eixo. A indefinição foi superada quando, entre 5 e 17 de agosto de 1942, cinco navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos alemães. Sob pressão de grandes manifestações populares, o Brasil entrou na guerra ainda naquele mês. O alinhamento brasileiro ao lado da frente antifascista se completou com o envio de uma força expedicionária – a FEB – para lutar na Europa, a partir de 30 de junho de 1944. A FEB não foi uma iniciativa imposta pelos Aliados. Pelo contrário, consistiu em uma decisão do governo brasileiro, que teve de superar as restrições dos americanos e a franca oposição dos ingleses. Alguns dirigentes desses dois países consideravam problemático integrar tropas brasileiras, com sucesso, ao esforço de guerra.

Mais de 20 mil homens lutaram na Itália, sob o comando do general Mascarenhas de Morais, até o fim do conflito naquele país, a 2 de maio de 1945, poucos dias antes do término da guerra. Morreram em combate 454 brasileiros que foram enterrados no cemitério de Pistoia. Em 1960, as cinzas dos soldados mortos foram tranladadas para o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, erguido no aterro da Glória, no Rio de Janeiro. A volta dos "pracinhas" da FEB ao Brasil, a partir de maio de 1945, provocou um grande entusiasmo popular, contribuindo para acelerar as pressões pela democratização do país.

7.8.4. O Fim do Estado Novo

O Estado Novo foi arquitetado como um Estado autoritário e modernizador que deveria durar muitos anos. No entanto, seu tempo de vida acabou sendo curto, pois não chegou a oito anos.

O que teria ocorrido?

Os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho a divergências no interior do governo. Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943. Não por acaso a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. Com isso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando, ao mesmo tempo, sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos.

O manifesto era assinado por figuras importantes da elite de Minas, como Afonso Arinos e Virgílio de Melo Franco, o ex-presidente Bernardes, Mílton Campos, Pedro Aleixo, Odilon Braga. Em uma linha liberal, propunha a instalação no Brasil de um verdadeiro regime democrático, "capaz de dar segurança econômica e bem-estar ao povo brasileiro".

No âmbito do governo, pelo menos uma figura se mostrou francamente favorável a uma abertura democrática. Era o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, um íntimo de Getúlio Vargas. Em agosto de 1944, Aranha foi escolhido para ser vice-presidente da Sociedade dos Amigos da América. A sociedade reunia civis e militares da oposição, sendo presidida pelo velho general positivista Manuel Rabelo, interventor em São Paulo no começo dos anos 30. O chefe de polícia Coriolano de Góis mandou fechar a entidade antes que Aranha fosse empossado. Em resposta, ele pediu demissão do ministério.

Fato mais grave foi o gradativo afastamento do Estado Novo de um de seus idealizadores e sustentáculos militares. Convencido de que o regime não sobreviveria aos novos tempos, o general Góis Monteiro abandonou na mesma época o cargo que ocupava em Montevidéu como embaixador do Brasil, junto ao Comitê de Emergência e Defesa Política da América, regressando ao Brasil. Góis iria para o Ministério da Guerra, em agosto de 1945, muito mais para encaminhar a saída de Getúlio do que para tentar garantir sua permanência no poder.

Em torno de 1943, um grupo social importante emergiu na luta pela democratização; ele era importante não por seu número, mas por seu prestígio e expressão simbólica. Os estudantes universitários começaram a se mobilizar contra a ditadura, organizando a União Nacional dos Estudantes (UNE) e suas seções estaduais. Em São Paulo, destacavam-se os acadêmicos da Faculdade de Direito. Uma passeata realizada em dezembro de 1943, em que os estudantes caminhavam de braços dados e com um lenço na boca, simbolizando a supressão da palavra, foi dissolvida violentamente pela polícia. Morreram duas pessoas e mais de vinte ficaram feridas, provocando uma onda de indignação.

O governo procurou enfrentar as diferentes pressões, justificando a continuidade da ditadura pela existência da guerra. Ao mesmo tempo, prometia realizar eleições quando a paz voltasse. Uma jogada da oposição liberal forçou, em fins de 1944, uma mudança de atitude: o surgimento da candidatura do major-brigadeiro da Aeronáutica Eduardo Gomes à presidência da República. O brigadeiro não era uma figura qualquer. Militar da ativa, associava seu nome ao tenentismo e ao episódio legendário da revolta do Forte de Copacabana.

Por sua vez, a imprensa cada vez mais burlava a censura, o que é um indicador seguro da perda de força dos regimes autoritários. O *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro publicou a 22 de fevereiro de 1945 uma entrevista de José Américo, na qual o ex-ministro de Getúlio fazia críticas ao Estado Novo e dizia que a oposição já tinha candidato. No dia seguinte, informava ao jornal *O Globo* aquilo que ninguém mais ignorava, ou seja, o nome do candidato.

A partir desse quadro, no dia 28 de fevereiro, Getúlio baixou o chamado Ato Adicional à Carta de 1937, fixando, entre outros pontos, um prazo de noventa dias para a marcação da data das eleições gerais. Exatamente noventa dias depois, era decretado o novo Código Eleitoral, que regulava o alistamento eleitoral e as eleições. Estabelecia a data de 2 de dezembro de 1945 para a eleição do presidente e de uma Assembléia Constituinte, e a de 6 de maio de 1946 para a realização dos pleitos estaduais.

A essa altura, Getúlio declarava que não se candidataria à presidência da República. Do interior do governo, nascia a candidatura do general Dutra, ainda ministro da Guerra, em oposição a Eduardo Gomes.

FORMAÇÃO DOS PARTIDOS

No ano decisivo de 1945, surgiram também os três principais partidos que iriam existir no período 1945-1964. A antiga oposição liberal, herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, adversária do Estado Novo, formou, em abril, a União Democrática Nacional (UDN). A princípio, a UDN reuniu também o reduzido grupo dos socialistas democráticos e uns poucos comunistas.

A partir da máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, do próprio Getúlio e dos interventores nos Estados, surgiu o Partido Social Democrático (PSD), em junho de 1945.

Afinal, em setembro de 1945, foi fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sob a inspiração também de Getúlio, do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical. Seu objetivo era o de reunir as massas trabalhadoras urbanas sob a bandeira getulista.

A UDN se organizou em torno da candidatura de Eduardo Gomes. O PSD, em torno da candidatura de Dutra. Marcando sua diferença com relação às duas outras agremiações, o PTB aparecia na cena política sem grandes nomes e aparentemente sem candidato presidencial.

O PCB E O "QUEREMISMO"

O calendário de uma transição pacífica sob o comando de Getúlio Vargas seria atropelado por uma seqüência de fatos e de diferentes percepções dos grupos políticos envolvidos; tudo isso, no curso de alguns meses. À oposição não agradava a idéia de um processo de transição para a democracia, encaminhado pelo chefe de um governo autoritário. De sua parte, Getúlio adotou um comportamento surpreendente aos olhos da oposição liberal conservadora e das altas patentes militares. Percebendo a perda de sustentação do regime na cúpula militar, tratou de se apoiar mais amplamente nas massas populares urbanas. Isso foi tentado pela ação do Ministério do Trabalho, dos "pelegos" sindicais e pela iniciativa dos comunistas.

O apoio do PCB ao governo Vargas consistiu em um dos fatos mais controvertidos daqueles anos. Ele se explica por características do PCB e sobretudo pela orientação vinda de Moscou. Aí se traçou a diretiva de que os

54. PCB. Prisioneiros políticos na Casa de Correção, 1937.

partidos comunistas de todo o mundo deveriam apoiar os governos de seus países, integrantes da frente antifascista, fossem eles ditaduras ou democracias. O Brasil não só entrara na guerra contra o Eixo como, em abril de 1945, estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, pela primeira vez em sua história.

Saindo da cadeia pouco após o estabelecimento de relações com a União Soviética e em conseqüência da decretação da anistia, Prestes confirmou o que o partido já decidira sob sua influência. Era preciso estender a mão ao inimigo da véspera, em nome das "necessidades históricas". Uma medida do governo no plano econômico contribuiu também para aproximar os comunistas de Getúlio. A medida provocaria, ao mesmo tempo, uma série de críticas da oposição liberal e pressões dos meios de negócios americanos. Trata-se do decreto-lei de junho de 1945, para ter vigência a partir de 1º de agosto, em que se dispunha sobre os atos contrários à ordem econômica. Especialmente visados eram os monopólios e as práticas monopolistas com o objetivo de elevar os preços e impedir a concorrência. Previa-se inclusive a desapro-

priação pelo presidente da República das empresas envolvidas em atos nocivos ao interesse público.

Por outro lado, lembremos que as greves operárias, reprimidas no Estado Novo, começaram a reaparecer em 1945. Os trabalhadores se mobilizavam graças à gradativa restauração das liberdades democráticas e pressionados pelo agravamento da inflação, nos últimos anos da guerra. No curso do ano, os comunistas trataram de frear essas mobilizações. Segundo eles, a época não era de greves, mas sim de "apertar os cintos", para não causar problemas ao governo.

Em meados de 1945, uma iniciativa promovida pelos círculos trabalhistas ligados a Getúlio, com o apoio dos comunistas, mudou os rumos da sucessão presidencial. Foi a campanha "queremista", assim chamada porque seu objetivo se sintetizava na palavra de ordem "queremos Getúlio". Os "queremistas" saíram às ruas defendendo a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio no poder. Só posteriormente deveriam ser realizadas eleições diretas para presidente, nas quais Getúlio deveria concorrer.

O efeito causado pela campanha na oposição liberal e nos meios militares foi profundamente negativo. Parecia claro que Vargas pretendia manter-se no poder como ditador ou presidente eleito, "fritando" no percurso os dois candidatos já lançados. O clima emocional da disputa se elevou quando, a 29 de setembro, o embaixador americano Adolph Berle, Jr. expressou sua confiança de que haveria eleições a 2 de dezembro de 1945. Embora aparentemente Berle tenha lido antes sua fala ao próprio Getúlio, os "queremistas" denunciaram a intervenção americana e descreveram as eleições na forma prevista, como "manipulação dos reacionários".

O POPULISMO

Por outro lado, acontecimentos ocorridos na vizinha Argentina repercutiram no Brasil. Desde a revolução de junho de 1943, crescia naquele país a influência do coronel Juan Domingo Perón. Peronismo e getulismo iriam se aproximar em muitos pontos. Ambos pretendiam promover no plano econômico um capitalismo nacional, sustentado pela ação do Estado. Ambos pretendiam no plano político reduzir as rivalidades entre as classes, chamando as massas populares e a burguesia nacional a uma colaboração promovida pelo

Estado. Desse modo, o Estado encarnaria as aspirações de todo o povo e não os interesses particulares desta ou daquela classe.

Ia-se definindo assim o populismo latino-americano, que teve raízes e matizes variados, de acordo com o país. Em um país cuja estrutura de classes era bem mais articulada do que no Brasil, o peronismo foi levado a promover a organização sindical em maior profundidade; ao mesmo tempo, tratou de cortar os interesses da classe dominante rural. No caso brasileiro, os apelos simbólicos e as concessões econômicas às massas populares seriam a tônica do getulismo, ou pelo menos do primeiro governo Vargas. O favorecimento da burguesia industrial não importaria também em choque aberto com o setor dominante no campo.

No curso de 1945, enquanto Getúlio procurava se equilibrar no comando do Estado, tentando uma política populista, Perón ensaiava os passos que o conduziriam à presidência. Em outubro daquele ano, uma conspiração militar levou-o da vice-presidência da República à prisão. Uma enorme mobilização popular, com apoio em setores do Exército, resultou, em apenas oito dias, na sua libertação. Estava aberto o caminho para a vitória eleitoral peronista em fevereiro de 1946.

Temendo que o fenômeno Perón se repetisse no Brasil com Getúlio, seus opositores trataram de apressar sua queda, contando com a simpatia do governo americano. Nem o Getúlio dos meses mais recentes nem Perón mereciam a confiança dos Estados Unidos.

A DEPOSIÇÃO DE VARGAS

A queda de Getúlio Vargas não foi porém uma conspiração externa, mas o resultado de um jogo político complexo. Não faltou também um fator desencadeante. A 25 de outubro, o chefe do governo realizou uma manobra errada, ao afastar João Alberto do cargo estratégico de chefe de polícia do Distrito Federal. Tanto mais que o substituto era um irmão do presidente – o truculento Benjamin Vargas, mais conhecido como "Bejo".

A partir daí, o general Góis no Ministério da Guerra mobilizou as tropas do Distrito Federal. Dutra tentou inutilmente um compromisso, pedindo a Getúlio que revogasse a nomeação de seu irmão. O pedido foi recusado.

Afinal, a queda de Getúlio Vargas se fez a frio. Forçado a renunciar, ele se retirou do poder fazendo uma declaração pública de que concordara com sua saída. Não chegou a ser exilado do país, pois pôde retirar-se para São Borja, sua cidade natal. A transição entre os dois regimes dependeu assim da iniciativa militar. Mais ainda, uma figura importante da Revolução de 1930 que levara Getúlio ao poder – o general Góis Monteiro – tivera papel decisivo na sua deposição, quinze anos depois. Essas e outras circuntâncias fizeram com que a transição para o regime democrático representasse não uma ruptura com o passado, mas uma mudança de rumos, mantendo-se muitas continuidades.

7.9. AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO BRASIL ENTRE 1920 E 1940

Dois censos nacionais foram realizados em 1920 e em 1940. Eles nos permitem uma síntese das principais mudanças econômicas e sociais ocorridas no país, nesses vinte anos.

Examinando o quadro socioeconômico do Brasil em termos numéricos nesse espaço de tempo, constatamos a importância dos anos 1929 e 1930 como definidores de uma nova conjuntura. Por outro lado, tendo em vista as deficiências na coleta de informações, a mudança de critérios de um censo para outro, lembremos que os números adiante apresentados devem ser vistos como simples indicações, e não como espelho fiel de uma realidade.

7.9.1. POPULAÇÃO

Entre 1920 e 1940, a população brasileira passou de 30,6 milhões de habitantes a 41,1 milhões. Os dois censos constataram quase um equilíbrio entre população masculina e feminina.

Tratava-se de uma população jovem, correspondendo os menores de vinte anos a algo em torno de 54% do total, tanto em 1920 como em 1940. Considerando-se as diferentes regiões, em 1940 o Norte concentrava apenas 3,5% da população; o Nordeste, 32,1%; o Leste (Minas e Espírito Santo), 18,1%; o Centro-Sul, 26,2%; e o Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), 10,9%.

Uma importante mudança consistiu na redução do significado da imigração estrangeira e no crescente volume das migrações internas. Os acontecimentos dos anos posteriores a 1929 tiveram bastante importância na afirmação dessa tendência. A crise mundial e o dispositivo da Constituição de 1934, em que se estabeleciam quotas para o ingresso de imigrantes, concorreram para a redução do fluxo externo, com a exceção já apontada dos japoneses.

Os deslocamentos internos da população tiveram um sentido diferente conforme a região. O Norte apresentou uma elevada taxa negativa de migração interna (-13,72%), como resultado da crise da borracha. Foi, em grande medida, um movimento de retorno de nordestinos para sua região de origem. O Sul e o Centro-Sul como um todo apresentaram, ao contrário, altas taxas positivas (11,73%). É significativo lembrar que até 1940 os migrantes para o Sul provinham principalmente de Minas e não do Nordeste. Considerando-se as unidades da federação, o núcleo de maior atração era o Distrito Federal. A migração para São Paulo só se tornou relevante a partir de 1933, contribuindo para ela a retomada do surto industrial e as restrições impostas à imigração estrangeira.

7.9.2. URBANIZAÇÃO

Até que ponto os deslocamentos de população e a entrada de imigrantes teriam afetado a taxa de urbanização, ou seja, o número de habitantes que viviam em cidades?

Essa é uma questão bastante controversa, a partir do próprio critério relativo do que se deva considerar cidade. Se considerarmos "cidade" as aglomerações com mais de 20 mil habitantes, constataremos que a proporção da população total do país vivendo em cidades diminuiu entre 1920 e 1940, apesar de seu nítido crescimento em termos absolutos (Tabela 6).

É possível que falhas do censo de 1920 tenham conduzido a esse resultado. De qualquer forma, podemos concluir que, se houve aumento da taxa de urbanização segundo o critério apontado, ela foi reduzida. Parece assim que os migrantes não se dirigiram em regra para as cidades, ou pelo menos para cidades de razoáveis proporções. Esta afirmativa pressupõe uma taxa de

Tabela 6. Brasil – População Urbana das Cidades de 20 mil Habitantes e Mais 1920 e 1940 (População Total das Regiões = 100)

Região	1920	1940
Norte	15,6%	15,8%
Nordeste	10,1%	8,9%
Leste	14,5%	19,1%
São Paulo	29,2%	26,7%
Sul	14,6%	11,2%
Centro-Oeste	2,8%	1,8%

Fonte: Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, p. 300.

crescimento vegetativo – ou seja, a diferença entre nascimentos e mortes – equivalente, na cidade e no campo.

7.9.3. Economia

Costuma-se tomar a data de 1930 como marco inicial do processo de substituição de importação de produtos manufaturados pela produção interna. Há certo exagero nessa afirmativa, pois, como vimos, esse processo começara nas décadas anteriores. Não há dúvida, porém, de que as dificuldades de importação decorrentes da crise mundial de 1929 e a existência de uma indústria de base e de capacidade ociosa das indústrias, principalmente no setor têxtil, impulsionaram o processo de substituição.

Capacidade ociosa significa que as indústrias tinham um potencial de produção acima daquilo que estavam produzindo. A palavra "processo" indica não ter ocorrido uma brusca passagem de um Brasil essencialmente agrícola para um Brasil industrial.

Tomando o indicador "ocupação da população economicamente ativa" entre 1920 e 1940 chegamos mesmo a um resultado surpreendente. Teria havido uma redução do número relativo de pessoas empregadas na indústria, de 13,8% para 10,3% do total. Esse é um exemplo de como não podemos nos fixar em um único indicador. Se tomarmos o valor da produção agrícola e da

produção industrial, veremos o nítido avanço da indústria. Em 1920, a agricultura detinha 79% do valor da produção total e a indústria, 21%. Em 1940, as proporções correspondiam a 57% e 43% respectivamente.

Isso foi o resultado de taxa anuais de crescimento da indústria bem superiores às da agricultura (Tabela 7).

Tabela 7. Brasil – Taxas Anuais de Crescimento

Anos	Agricultura	Indústria
1920-1929	4,4%	2,8%
1933-1939	1,7%	11,2%
1939-1945	1,7%	5,4%

Fonte: Eli Diniz, *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*, p. 67.

Examinemos agora as características mais importantes do setor agrícola e do setor industrial entre 1920 e 1940.

Mais uma vez, o período que começa em 1929-1930 aparece como muito relevante. Naqueles anos, abriu-se a crise do café, cujo papel na agricultura de exportação começou a declinar. A produção do algodão cresceu, destinando-se tanto à exportação como à indústria têxtil nacional. Entre 1929 e 1940, a participação do Brasil na área plantada de algodão, em todo o mundo, aumentou de 2% para 8,7%. Nos anos 1925-1929, a participação do café no valor total das exportações brasileiras era de 71,7%, e a do algodão, de apenas 2,1%. No período 1935-1939, a participação do café caiu para 41,7% e a do algodão aumentou para 18,6%.

Um dado relevante indica a crescente significação das atividades ligadas ao mercado interno. Trata-se do sensível aumento na importância relativa da produção agrícola para esse mercado. Arroz, feijão, carne, açúcar, mandioca, milho e trigo passaram a representar, entre 1939 e 1943, 48,3% do valor da produção das lavouras. Em 1925-1929, não iam além de 36%.

As taxas de crescimento anual da indústria nos permitem entender melhor o processo de industrialização posterior a 1930. Elas indicam um considerável avanço entre 1933 e 1939 e um ímpeto menor entre 1939 e 1945. Isso

significa que a indústria se recuperou rapidamente dos anos de depressão iniciados em 1929, apesar de não se poder falar de uma consistente política industrializante, por parte do governo. A não-renovação do equipamento industrial e as perturbações no comércio internacional, resultantes do início da Segunda Guerra Mundial, concorreram para que as taxas de crescimento caíssem entre 1939 e 1943. Lembremos porém que esse foi um período importante, do ponto de vista qualitativo, para a sustentação do processo de industrialização e sua expansão no após-guerra.

É provável que os investimentos públicos de infra-estrutura tenham contribuído para eliminar ou atenuar estrangulamentos sérios. No setor da indústria básica, pela qual os capitais privados demonstraram pouco interesse nos anos 30, a atuação do Estado em alguns casos (Volta Redonda, Cia. Vale do Rio Doce) foi decisiva. Gradativamente, a importância dos diferentes ramos industriais foi se alterando entre 1919 e 1939. As indústrias básicas – metalurgia, mecânica, material elétrico e material de transporte – praticamente dobraram sua participação no total do valor adicionado da indústria. O valor adicionado representa a diferença entre o valor da matéria-prima e o valor final do produto, resultante do processamento industrial. As indústrias tradicionais – principalmente têxtil, vestuários e calçados, alimentos, bebidas, fumo e mobiliário –, apesar de constituírem ainda 60% do valor adicionado da indústria, tiveram sua participação relativa diminuída, pois, em 1919, representavam 72% desse valor. O crescimento das indústrias química e farmacêutica – inclusive perfumaria, sabões e velas – foi extraordinário, triplicando sua participação entre 1919 e 1939.

Esses dados indicam que a indústria ia se tornando mais diversificada e com uma base capaz de sustentar avanços posteriores.

7.9.4. Educação

Vejamos, afinal, algumas indicações referentes ao setor educativo.

Entre 1920 e 1940 houve algum declínio do índice de analfabetos, mas esse índice continuou a ser muito elevado. Considerando-se a população de quinze anos ou mais, o índice de analfabetos caiu de 69,9%, em 1920, para 56,2% em 1940. Os números são indicativos de que o esforço pela expansão

do sistema escolar produziu resultados, a partir de índices muito baixos de freqüência à escola em 1920. Estima-se que naquela época o índice de escolarização de meninos e meninas entre cinco a dezenove anos, que freqüentavam a escola primária ou média, era de cerca de 9%. Em 1940, o índice chegou a mais de 21%. No que diz respeito ao ensino superior, houve um incremento de 60% do número total de alunos entre 1929 e 1939, passando de 13 239 para 21 235.

8

O PERÍODO DEMOCRÁTICO

1945-1964

Após a queda de Getúlio, os militares e a oposição liberal, com a concordância dos dois candidatos à presidência da República, decidiram entregar o poder transitoriamente ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. Ficou mantido o calendário que previa eleições a 2 de dezembro. Linhares revogou o decreto-lei antitruste e começou também a reprimir os comunistas, mandando invadir algumas sedes do PCB. Por outro lado, foram nomeados novos interventores nos Estados e substituídos alguns prefeitos.

8.1. A ELEIÇÃO DE DUTRA

Pelo comparecimento aos comícios, parecia que a candidatura do brigadeiro ia em franca expansão, enquanto a de Dutra marcava passo. A campanha de Eduardo Gomes atraiu setores da classe média dos grandes centros urbanos, em torno da bandeira da democracia e do liberalismo econômico. Ela ficou conhecida como a campanha dos lenços brancos, um símbolo agitado pelos participantes dos comícios.

Dutra não entusiasmava ninguém e chegou-se mesmo a pensar em substituir sua candidatura por outro nome que tivesse maior apelo eleitoral. Mas, quase às vésperas da eleição, a 28 de novembro, Getúlio acabou por fazer uma declaração pública de apoio à candidatura Dutra, embora ressalvando que ficaria ao lado do povo contra o presidente, se ele não cumprisse as promessas de candidato.

As eleições de 1945 despertaram um grande interesse na população. Depois de anos de ditadura, a Justiça Eleitoral ainda não ajustara o processo de recepção e contagem de votos. Pacientemente, os brasileiros formaram longas filas para votar. Nas últimas eleições diretas à presidência da República, em março de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total; em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população.

Em uma época em que não existiam pesquisas eleitorais, a oposição foi surpreendida pela nítida vitória de Dutra. Tomando-se como base de cálculo os votos dados aos candidatos, com exclusão dos nulos e brancos, o general venceu com 55% dos votos contra 35% atribuídos ao brigadeiro. O resultado mostrava a força da máquina eleitoral montada pelo PSD a partir dos interventores e o prestígio de Getúlio Vargas entre os trabalhadores. Mostrava também o repúdio da grande massa ao antigetulismo, associado ao interesse dos ricos. Não por acaso, o brigadeiro recebeu o apelido de "candidato pó-de-arroz".

A vitória de Dutra se explica pela combinação desses fatores. Não foi assim uma vitória do atraso contra a modernidade, ou do campo contra a cidade. Dutra venceu bem nos três grandes Estados – Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. O brigadeiro alcançou seu melhor resultado no Nordeste, onde perdeu por pequena diferença.

A votação do PCB, agora na legalidade, foi bastante expressiva. Lançando um candidadto desconhecido – o engenheiro Iedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis –, o PCB alcançou uma votação correspondente a 10% do total, com uma significativa concentração em eleitores das grandes cidades. Os comunistas se beneficiaram internamente do prestígio de seu líder Luís Carlos Prestes e, externamente, do prestígio da União Soviética, que pagara o preço mais alto em vidas e perdas materiais para derrotar o nazi-fascismo.

Pessoalmente, Getúlio Vargas foi um dos grandes vencedores das eleições de 1945 e isso não apenas pelo seu papel na vitória de Dutra. Beneficiando-se da lei eleitoral, concorreu ao mesmo tempo ao Senado em cinco Estados e a deputado federal em nove. Elegeu-se senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo e deputado em sete Estados, engrossando a legenda do PSD e do PTB. Acabou por escolher a investidura de senador pelo PSD do Rio Grande do Sul.

As eleições legislativas foram realizadas para a Câmara e o Senado. As duas casas se reuniriam conjuntamente como Congresso Constituinte até ser aprovada uma Constituição. Depois se separariam, funcionando como Congresso normal ou ordinário, em linguagem técnica.

A votação mostrou claramente como a máquina política montada pelo Estado Novo, com o objetivo de apoiar a ditadura, podia ser também muito eficiente para captar votos, sob regime democrático. Esse fato é indicativo de que para uma considerável parcela do eleitorado importavam mais as relações pessoais clientelistas do que a opção entre partidários do Estado Novo e liberais. A opção não tinha significado na vida cotidiana dos eleitores e era abstrata demais para ser apreendida por um eleitorado de educação rudimentar. O PSD garantiu a maioria absoluta dos lugares, tanto na Câmara como no Senado, seguido pela UDN.

8.2. A CONSTITUIÇÃO DE 1946

No fim de janeiro de 1946, Dutra tomou posse e começaram os trabalhos da Constituinte. Os acalorados debates travados no curso daquele ano tiveram o mérito de girar, com freqüência, em torno de questões fundamentais. A 18 de setembro, era promulgada a nova Constituição brasileira.

Sem dúvida, a Constituição se afastava da Carta de 1937, optando pelo figurino liberal-democrático. Em alguns pontos, entretanto, abria caminho para a continuidade do modelo corporativo. O Brasil foi definido como uma República federativa, estabelecendo-se as atribuições da União, Estado e municípios. Fixaram-se também as atribuições dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos.

O exercício do Poder Legislativo caberia ao Congresso Nacional, composto de Câmara dos Deputados e Senado. A eleição para a Câmara deveria ser realizada segundo o princípio da representação proporcional; ou seja, os deputados seriam eleitos na proporção dos votos dados a eles no âmbito de cada partido a que pertenciam. A eleição para o Senado obedeceria ao princípio majoritário, isto é, seriam considerados eleitos os candidatos que obtivessem o maior número de votos, sem se considerar o partido. Estabeleceu-se um número fixo de senadores: três para cada Estado e para o Distrito Federal. Esse critério favorecia os Estados menos significativos em termos populacionais, que teriam o mesmo número de senadores representantes dos Estados maiores. O favorecimento ocorreu também com relação à Câmara dos Deputados. A Constituição de 1946 reproduziu um artigo da Constituição de 1934, em que se determinava que o número de deputados seria fixado em lei, de acordo com a seguinte proporção: um para cada 150 mil habitantes até vinte deputados e, além desse limite, um para cada 250 mil habitantes. A razão desse critério não se encontrava no desejo desinteressado de favorecer as unidades menores. Como nelas o clientelismo imperava com mais força, a intenção da maioria dos constituintes foi de dar maior peso aos redutos eleitorais controlados pelas oligarquias locais, sobretudo no Nordeste. Por outro lado, a Constituição de 1946 suprimiu a representação profissional, prevista na Constituição de 1934, que trazia a marca do corporativismo de inspiração fascista.

No capítulo referente à cidadania, o direito e a obrigação de votar foram conferidos aos brasileiros alfabetizados, maiores de dezoito anos, de ambos os sexos. Completou-se assim, no plano dos direitos políticos, a igualdade entre homens e mulheres. A Constituição de 1934 determinava a obrigatoriedade do voto apenas para as mulheres que exercessem função pública remunerada.

O capítulo sobre a ordem social e econômica estabeleceu, na parte econômica, critérios de aproveitamento dos recursos minerais e de energia elétrica. Na parte social, enumeraram-se os benefícios mínimos que a legislação deveria assegurar, muito semelhantes aos previstos na Constituição de 1934. Como novidade, previa-se a participação dos trabalhadores no lucro das empresas, "nos termos e pela forma que a lei determinar". O direito ao benefício se tornou letra morta porque não se aprovou nenhuma lei a esse respeito, nos anos de vigência da Constituição.

O capítulo sobre a família deu origem a longos e acalorados debates entre partidários e adversários do divórcio. Prevaleceu afinal a pressão da Igreja Católica e a opinião dos mais conservadores. Ficou definido que a família se constituía pelo casamento de vínculo indissolúvel.

Foi na parte referente à organização dos trabalhadores que os constituintes revelaram seu apego ao sistema corporativista do Estado Novo. Legislou-se esmiuçadamente sobre muitas coisas, mas não se suprimiu o imposto sindical, suporte principal dos "pelegos". Uma fórmula ambígua estabeleceu a liberdade de associação sindical ou profissional, "sendo-lhe regulada por lei a forma de constituição, a representação legal nos contratos coletivos de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público". O texto, em si mesmo, traduz a idéia de sindicato como órgão de colaboração com o Estado. Além disso, como a lei não foi alterada, o princípio de unidade sindical ficou mantido, assim como o poder do Estado para intervir na vida sindical. Por caminhos diversos, mas fascinados pelo que se tem chamado de "ideologia de Estado", os comunistas e a maioria dos liberais acabaram concordando com a fórmula constitucional. Por sua vez, ao acolher o direito de greve, a Constituição de 1946 utilizou uma expressão sucinta que acabaria por prejudicar os trabalhadores: "É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará".

8.3. O GOVERNO DUTRA

Nos círculos conservadores, costuma-se associar o governo Dutra ao respeito à legalidade. É comum lembrar que, em caso de dúvida sobre alguma decisão, o general perguntava o que dizia o "livrinho" – a Constituição – e seguia o que aí estava escrito. Mas, quando se tratava dos comunistas e dos trabalhadores organizados, o legalismo era muitas vezes esquecido.

Enquanto a Constituinte se reunia, Dutra baixou o Decreto-lei 9 070, de março de 1946, que regulamentava o direito de greve. A definição do que eram "atividades essenciais", onde as paralisações não seriam permitidas, abrangia quase todos os ramos. O professor de direito do trabalho Cesarino Júnior observou que, se o decreto fosse obedecido, só seriam legais greves nas perfumarias.

O Decreto-lei 9 070 foi editado em um período em que as greves ganhavam ímpeto, enquanto os comunistas passavam gradativamente a apoiá-las. Sua existência foi longa. Mesmo após ser promulgada a Constituição de 1946, que garantia como princípio geral o direito de greve, permaneceu ao longo dos anos como texto legal regulador das greves. A democratização ficou assim a meio caminho quando se tratava de direitos dos trabalhadores.

Começou também no governo Dutra a repressão ao Partido Comunista. Ela derivou do peso das concepções conservadoras, do crescimento desse partido e da modificação das relações internacionais entre as grandes potências.

O PCB surgia em 1946 como o quarto partido do país. Elegera dezessete deputados e um senador e alcançara a maioria na Câmara de Vereadores do Distrito Federal. Em São Paulo, os comunistas obtiveram o terceiro lugar no total de votos nas eleições estaduais de 1947, superando a UDN. Calcula-se que o partido contava, em 1946, com cerca de 180 a 200 mil militantes.

Por outro lado, a festa de confraternização dos vencedores do nazifascismo durou muito pouco tempo. A China e a Grécia se tornaram o campo de confrontação de uma guerra civil. A hegemonia dos Estados Unidos e o equilíbrio europeu eram ameaçados pela ocupação direta ou indireta dos países do leste da Europa pela União Soviética. Confirmavam-se desse modo as suspeitas pessimistas sobre as intenções de Stálin. Em resumo, as esperanças de paz mundial desembocaram no que se convencionou chamar de "guerra fria".

Em maio de 1947, a partir de denúncias apresentadas por dois obscuros deputados do PTB, o Supremo Tribunal Federal decidiu cassar o registro do Partido Comunista. A decisão controvertida, tomada por apenas um voto de diferença (três a dois), baseou-se em texto da Constituição. Ele vedava a existência de qualquer partido político cujo programa ou ação contrariassem o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

No mesmo dia do fechamento do PCB, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em catorze sindicatos e fechou uma central sindical controlada pelos comunistas. Seguiram-se nos meses seguintes novas ações repressivas, a ponto de haver mais de duzentos sindicatos sob intervenção no último ano

do governo Dutra. Embora fosse real a influência dos comunistas em muitos sindicatos, era evidente que, em nome do combate ao comunismo, o governo tratava de quebrar a espinha das organizações de trabalhadores contrários a sua orientação.

Em janeiro de 1948, completaram-se as medidas que levaram o PCB à clandestinidade. Uma lei aprovada pelo Congresso Nacional determinou a cassação dos mandatos dos deputados, senadores e vereadores eleitos pela legenda do partido.

8.3.1. Liberalismo ou Controle Estatal?

Do ponto de vista da política econômica, o governo Dutra se iniciou seguindo um modelo liberal. A intervenção estatal foi condenada, e os controles estabelecidos pelo Estado Novo foram sendo abolidos. Passou-se a acreditar que o desenvolvimento do país e o fim da inflação gerada nos últimos anos da guerra dependiam da liberdade dos mercados em geral e principalmente da livre importação de bens. Nesse primeiro período do governo Dutra, o ministro da Fazenda Correia e Castro chegou a fazer uma afirmação que parecia um eco da época anterior a 1930, ao descrever o Brasil como um país essencialmente agrícola.

A situação do Brasil no plano financeiro era favorável, pois o país acumulara divisas no exterior, resultantes das exportações nos anos de guerra. Apesar disso, a política liberal acabou fracassando. A onda de importações de bens de toda espécie, favorecida pela valorização da moeda brasileira, levou praticamente ao esgotamento das divisas sem trazer conseqüências positivas. Como resposta, em junho de 1947, o governo mudou de orientação, estabelecendo um sistema de licenças para importar. Na prática, o critério das licenças favoreceu a importação de itens essenciais, como equipamento, maquinaria e combustíveis, e restringiu a importação de bens de consumo. Levando-se em conta que o cruzeiro foi mantido em níveis altos em sua relação com o dólar, houve um desestímulo às exportações e um estímulo à produção para o mercado interno. A nova política econômica surgiu sobretudo como resposta aos problemas do balanço de pagamentos e da inflação, mas acabou por favorecer o avanço da indústria. Em seus últimos anos, o governo Dutra

alcançou resultados expressivos no plano do crescimento econômico. A partir de 1947, o crescimento começou a ser medido mais eficientemente através da apuração anual do produto interno bruto (PIB). O PIB abrange o valor da produção agrícola e industrial, assim como dos serviços prestados, incluindo os serviços de intermediação correspondentes ao comércio. Tomando-se como base o ano de 1947, o PIB cresceu em média 8% ao ano, entre 1948 e 1950. Em contrapartida, a repressão do movimento sindical permitiu que se impusesse uma compressão de salários. Calcula-se que entre 1949 e 1951 o aumento do custo de vida foi de 15% em São Paulo e de 23% no Rio de Janeiro, enquanto o salário médio cresceu 10,5% em São Paulo e 12% no Rio de Janeiro.

8.3.2. A Sucessão de Dutra

As manobras para a sucessão presidencial começaram antes de Dutra completar a metade de seu mandato. Getúlio aparecia como um pólo de atração. Praticamente ausente do Senado, fazia algumas viagens estratégicas aos Estados e recebia em São Borja o beija-mão dos políticos. Sua estratégia era clara: garantir a lealdade dos chefes da máquina política montada pelo PSD no campo e ao mesmo tempo construir uma base sólida.

Em São Paulo, surgia uma nova força com a qual era preciso lidar. Nas eleições estaduais de 1947, apoiado pelos comunistas, Ademar de Barros elegeu-se governador. Ele começara sua carreira no PRP, foi interventor em São Paulo no Estado Novo e soube adaptar-se aos novos tempos, em que o êxito político dependia da capacidade de captar votos de uma grande massa eleitoral. Para atingir esse objetivo, montou uma máquina partidária, o Partido Social Progressista (PSP), cuja razão de ser concentrava-se em sua pessoa. Sem desenvolver nada que se assemelhasse a um programa ideologicamente consistente, divulgou a imagem de uma suposta capacidade administrativa e, por baixo do pano, a ausência de moralismo político. Foi a partir de Ademar que a expressão "rouba mas faz" se transformou em elogio. Odiado pelos partidários da UDN, que insistiam no tema da moralidade dos negócios públicos, atraiu elementos das camadas populares e parcelas da pequena e média burguesia da capital e sobretudo do interior de São Paulo. No começo dos

anos 50, Ademar não tinha força para disputar a presidência da República, mas podia, certamente, valorizar seu apoio a um dos candidatos. Ao apoiar a candidatura de Getúlio Vargas, engrossou a corrente getulista com uma importante base eleitoral em São Paulo que começava a se estender pelo Distrito Federal.

Dutra negou-se a apoiar a candidatura Vargas, que não representaria uma continuidade de sua linha de governo. Manobrou o PSD, obtendo o lançamento de um político mineiro quase desconhecido, o advogado Cristiano Machado. Na realidade, a maioria dos grandes chefes do PSD – entre eles o genro de Getúlio, Amaral Peixoto – abandonou a candidatura de Cristiano Machado. Daí para a frente, nasceu o verbo "cristianizar", exprimindo a liquidação de um candidato pelos próprios responsáveis pelo lançamento de sua candidatura.

A UDN voltou a apresentar o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, que já não tinha o apelo do ano de 1945. Ele obteve o apoio dos antigos integralistas e cometeu o erro político de defender a revogação da lei do salário mínimo.

Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e na necessidade de se ampliar a legislação trabalhista. Modulou seu discurso de acordo com cada Estado que percorria. No Rio de Janeiro, onde a influência comunista era real, chegou a dizer que, se fosse eleito, o povo subiria com ele os degraus do Palácio do Catete e ficaria no poder. Além de contar com o PTB e o PSP, Getúlio teve o apoio aberto ou velado de uma parte do PSD. Em Pernambuco, por razões de política local, obteve o apoio de João Cleofas, líder da UDN no Estado. Apesar disso, a divisão entre PSD e PTB não permitiu que Getúlio chegasse ao índice de votação de Dutra em 1945. Mesmo assim, nas eleições realizadas a 3 de outubro de 1950, obteve uma grande vitória. Alcançou 48,7% do total de votos, enquanto o brigadeiro não passou de 29,7% e Cristiano Machado, de 21,5%. Aproximadamente, um quarto da votação total de Getúlio veio de São Paulo, mostrando como o antigetulismo paulista se tornara um resquício do passado. Os tempos e a composição da população de São Paulo tinham mudado. Mesmo em Minas, terra do candidato do PSD e onde a máquina pessedista era forte, Getúlio superou Cristiano, embora por escassa margem. A divisão de votos permitiu a vitória do brigadeiro nesse Estado, por pequena diferença.

8.4. O NOVO GOVERNO VARGAS

Getúlio Vargas tomou posse a 31 de janeiro de 1951. A UDN tentou sem êxito impugnar sua eleição, alegando que só poderia ser considerado vencedor o candidato que obtivesse maioria absoluta, ou seja, metade mais um dos votos. Essa exigência não existia na legislação da época. Desse modo, os liberais punham a nu suas contradições. Defensores, em princípio, da legalidade democrática, não conseguiram atrair o voto da grande massa, nas eleições mais importantes. A partir daí, passaram a contestar os resultados eleitorais com argumentos duvidosos ou, cada vez mais, a apelar para a intervenção das Forças Armadas.

Getúlio iniciou seu governo tentando desempenhar, nas condições de um regime democrático, um papel que já desempenhara: o de árbitro diante das diferentes forças sociais. Tentou atrair a UDN e escolheu um ministério bastante conservador, com ampla predominância de figuras do PSD. Entretanto, para o cargo estratégico de ministro da Guerra, nomeou o general Estillac Leal, um antigo tenente, presidente do Clube Militar, ligado à corrente nacionalista do Exército.

55. Getúlio Vargas recebe trabalhadores do Serviço Nacional de Malária. 19.9.1951.

8.4.1. DIVISÕES NO EXÉRCITO: NACIONALISTAS *VERSUS* "ENTREGUISTAS"

A referência a uma corrente no interior do Exército já indica que as diferenças de opinião entre membros das Forças Armadas tinham, com o tempo, se cristalizado em perspectivas conflitantes. Essas perspectivas se relacionavam com as divisões que ocorriam na sociedade e tinham uma dimensão específica, no âmbito da instituição militar. A divisão básica se dava entre nacionalistas e seus adversários, chamados depreciativamente de "entreguistas". Ela alcançava tanto os temas da política econômica interna como a posição do Brasil no quadro das relações internacionais. Esta última se revelou aliás extremamente explosiva no desencadeamento dos embates nas Forças Armadas e na sociedade como um todo.

Esquematicamente, os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas – petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. Sem recusar o capital estrangeiro, os nacionalistas o encaravam com muitas restrições, seja por razões econômicas, seja porque acreditavam que o investimento de capital estrangeiro em áreas estratégicas poria em risco a soberania nacional.

Os adversários dos nacionalistas defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro. Sustentavam ainda uma postura de rígido combate à inflação, através do controle da emissão de moeda e do equilíbrio dos gastos do governo.

No quadro das relações internacionais, os nacionalistas eram favoráveis a uma posição de distanciamento, ou mesmo de oposição, relativamente aos Estados Unidos. Seus opositores defendiam a necessidade de o Brasil se alinhar irrestritamente com os americanos, no combate mundial ao comunismo. Lembremos que, nos primeiros anos da década de 1950, uma série de acontecimentos empurrou os países do Terceiro Mundo a uma definição por um dos campos em luta. No mesmo ano em que Getúlio tomou posse, a Coréia do Norte invadiu a Coréia do Sul, levando os Estados Unidos a uma intervenção naquela área, sob a bandeira da ONU. Começava assim a Guerra da Coréia, que iria se prolongar até 1953.

Getúlio tomou posse com a concordância das Forças Armadas. Esse fato indica que seus chefes não se inclinavam à interrupção do jogo democrático. Mas, ao mesmo tempo, mostrava como a democracia dependia precariamente da fiança militar.

Podemos ter uma noção do que ocorria no Exército naqueles anos, acompanhando os acontecimentos no Clube Militar. A disputa eleitoral no Clube Militar era um indicador significativo do grau de inquietação no interior do Exército e do peso das correntes em confronto. No início de 1950, portanto durante o governo Dutra, haviam sido eleitos respectivamente para a presidência e vice-presidência do clube os generais nacionalistas Estillac Leal e Horta Barbosa, este último ligado desde os anos 30 à defesa do monopólio estatal do petróleo. Eles derrotaram a facção oposta, que apresentara como candidato à presidência o general Cordeiro de Farias, adversário militante do comunismo.

Em fins daquele ano, um fato contribuiu para dividir ainda mais os oficiais do Exército. A revista do Clube Militar, dirigida por um major nacionalista de esquerda, publicou um artigo em que se sugeria que os Estados Unidos eram responsáveis pela Guerra da Coréia e que o Brasil deveria ter uma posição de estrita neutralidade diante do conflito. Em resposta, seiscentos oficiais lançaram um manifesto denunciando os pontos de vista "russófilos" expressos na revista. Seus editores foram obrigados a suspender a publicação "até que um clima de unidade voltasse a ser assegurado".

Estillac Leal tratou de se dissociar dos oficiais mais identificados com posições antiamericanas, mas seu prestígio ficou abalado entre a oficialidade. Sua nomeação para o Ministério da Guerra foi recebida com restrições. Ele permaneceu no cargo até março de 1952, quando se demitiu, pressionado pelos adversários no Exército. Foi nesse clima que se realizaram as eleições para a diretoria do Clube Militar, em maio de 1952. A politização da entidade se tornara evidente. Houve uma campanha nacional em que se defrontaram as chapas Estillac Leal-Horta Barbosa como candidatos à reeleição e Alcides Etchegoyen-Nélson de Melo como opositores. Atos arbitrários e violências físicas mancharam a campanha. Dessa vez, os adversários do nacionalismo tiveram êxito, obtendo 8 288 votos contra 4 489 conferidos a Estillac-Horta. Era um sintoma claro de que a tendência favorável ao alinhamento com os Estados Unidos ia se tornando majoritária no âmbito da oficialidade do Exér-

cito. Além da coação, a identificação entre nacionalismo extremado e comunismo se revelara fatal para os candidatos derrotados.

8.4.2. O QUADRO ECONÔMICO-FINANCEIRO

No início da década de 50, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Foram feitos investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Tratou-se de ampliar a oferta de energia para o Nordeste e equacionou-se o problema do carvão nacional. Ocorreu também o reequipamento parcial da marinha mercante e do sistema portuário. Em 1952, foi fundado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), diretamente orientado para o propósito de acelerar o processo de diversificação industrial.

Ao mesmo tempo que tratava de dinamizar a economia, o governo Vargas se via diante de um problema com fortes repercussões sociais – o avanço da inflação. Em 1947, a inflação que vinha dos últimos anos da guerra mundial perdeu intensidade, mas logo depois tomou ímpeto. Passou de 2,7% em 1947 a uma média anual de 13,8% entre 1948 e 1953, apresentando só neste último ano uma variação de 20,8% (Tabela 8).

Tabela 8. Brasil – Variação Anual da Inflação, 1946-1953

Ano	Inflação/Variação %
1946	22,6
1947	2,7
1948	8,3
1949	12,2
1950	12,4
1951	11,9
1952	12,9
1953	20,8

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos, *Que Brasil É Este? Manual de Indicadores Políticos e Sociais* Rio de Janeiro, UPERJ/Vertice, 1990, p. 40.

A pressão inflacionária decorreu de vários fatores. A forte alta dos preços internacionais do café, em 1949, gerou um aumento da receita em divisas. Convertidas em cruzeiros, essas divisas resultaram em aumento do volume de moeda em circulação, estimulando a procura de bens e a elevação de preços. Por outro lado, ao eclodir a Guerra da Coréia, o governo se endividou no exterior, financiando importações adicionais, pois esperava-se um acentuado aumento de preços e dificuldades para as importações, em decorrência do conflito. Outro dado importante se encontra no fato de que a expansão industrial vinha sendo estimulada, apesar dos estrangulamentos nas áreas de transporte e de energia, acarretando elevações de custos e do preço final dos produtos. Dada a natureza dos investimentos de infra-estrutura, as medidas tomadas pelo governo só produziriam efeitos a médio e longo prazo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento industrial era incentivado pela concessão de crédito fácil ao setor privado por parte dos bancos oficiais, especialmente o Banco do Brasil, presidido por Ricardo Jafet.

Getúlio se via obrigado a manobrar em um mar de correntes contraditórias. De um lado, não podia deixar de se preocupar com as reivindicações dos trabalhadores, atingidos pela alta do custo de vida; de outro, precisava tomar medidas impopulares no sentido de controlar a inflação.

Entre junho e julho de 1953, Getúlio modificou seu ministério. Para o Ministério do Trabalho, nomeou um jovem político e estancieiro gaúcho – João Goulart, mais conhecido como Jango. Jango começara sua ascensão política favorecido pelas ligações entre sua família e a de Getúlio, no município de São Borja. Ligara-se aos meios sindicais do PTB e surgia como uma figura capaz de conter a crescente influência comunista nos sindicatos. Apesar do papel que poderia desempenhar, Jango foi transformado em uma personagem odiosa pela UDN, cuja influência em um setor da classe média era ponderável, e pelos militares antigetulistas. Nesses círculos, ele era visto como o defensor de uma "República sindicalista" e como a personificação do peronismo no Brasil.

Em substituição a Horácio Lafer, Getúlio nomeou para o Ministério da Fazenda seu velho colaborador Osvaldo Aranha, que já se destacara no cargo no início dos anos 30. O programa do novo ministro, chamado de Plano Aranha, tinha por objetivo controlar a expansão do crédito e o câmbio, nas transações com o exterior. Sob o último aspecto, era uma continuação de

medidas tomadas a partir de janeiro de 1953. Essas medidas estabeleceram um câmbio flexível, de acordo com os bens a serem exportados ou importados. Não existia pois uma taxa única de conversão de cruzeiros em dólares e vice-versa. A maior flexibilidade cambial destinava-se a restaurar a capacidade de competir das mercadorias exportadas e a favorecer importações de bens considerados básicos para o desenvolvimento econômico do país.

Em outubro de 1953, a Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) introduziu o chamado confisco cambial. A medida fixou um valor mais baixo para o dólar recebido pelos exportadores de café, ao ser convertido em cruzeiros. Isso significa que o governo ficava com uma parte dos dólares obtidos pela exportação do café, com o objetivo de financiar projetos considerados prioritários.

O confisco cambial foi uma medida do governo no sentido de deslocar receitas obtidas com a exportação de café para outros setores econômicos, especialmente a indústria. Provocou seguidas reações do setor cafeeiro, que tentou realizar marchas de protesto com conteúdo político, impedidas pelo Exército. Foram as chamadas marchas da produção, já no governo de Juscelino Kubitschek.

Seria exagero porém dizer que o governo Vargas abandonou simplesmente a cafeicultura. Embora com maus resultados, ele realizou uma política de sustentação de preços altos no exterior, provocando irritação nos Estados Unidos. Uma comissão do Senado americano chegou mesmo a investigar os "preços exorbitantes" mantidos pelo Brasil.

Nesse quadro conflitivo, surgiram pressões internas contra o Plano Aranha, coincidindo com uma mudança de rumos da política americana em relação aos países do Terceiro Mundo. O presidente Truman (1945-1952) forçara uma definição desses países com relação ao comunismo, sobretudo após o início da Guerra da Coréia. Mas mantivera uma política de assistência às nações incluídas na órbita americana.

Em janeiro de 1953, o general Eisenhower assumiu o mandato presidencial, chamando para as Secretarias do Tesouro e do Estado respectivamente George Humphrey e John Foster Dulles. Além de converter o anticomunismo em uma verdadeira cruzada, o governo dos Estados Unidos adotou uma postura rígida diante dos problemas financeiros dos países em desenvolvimento. A linha dominante consistia em abandonar a assistência estatal dada a esses

países e dar preferência aos investimentos privados. As possibilidades de o Brasil obter créditos públicos para obras de infra-estrutura e para cobrir os déficits do balanço de pagamentos encolheram sensívelmente. Os trabalhos no nível de Estado realizados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos chegaram praticamente ao fim, sendo substituídos por negociações de crédito com os bancos privados.

8.4.3. A POLÍTICA TRABALHISTA E AS GREVES

Desde o início de seu governo, quando tentara unir em torno de si todas as forças conservadoras, Getúlio não esquecera uma de suas principais bases de apoio – os trabalhadores urbanos. No comício de 1º de maio de 1951, realizado evocativamente no velho estádio do Vasco da Gama, deu um passo na direção do estabelecimento de laços mais sólidos com a classe operária. Não se limitou a palavras genéricas e incentivou a organização sindical dos trabalhadores para que o ajudassem na luta contra "os especuladores e os gananciosos". Ao mesmo tempo, aboliu a exigência do "atestado de ideologia" para a participação na vida sindical. Com isso, favoreceu o retorno dos comunistas e dos excluídos em geral durante o período Dutra. Mas o governo não conseguiria controlar inteiramente o mundo do trabalho. A liberalização do movimento sindical e os problemas decorrentes da alta do custo de vida levaram a uma série de greves em 1953. Destacaram-se, dentre elas, a greve geral de março em São Paulo e a greve dos marítimos, no Rio de Janeiro, Santos e Belém, no mês de junho. Ambas tinham sentido muito diferente.

Começando pelo setor têxtil, a greve paulista chegou a abranger 300 mil trabalhadores, com a adesão de marceneiros, carpinteiros, operários em calçado, gráficos e vidreiros. Tinha como reivindicação principal um aumento salarial de 60%, mas assumiu também um conteúdo de desafio à aplicação do Decreto-lei 9 070. Os trabalhadores decidiram prosseguir a paralisação mesmo depois de esta ser considerada ilegal, com base no decreto. Entremeada de choques com a polícia, a greve se estendeu por 24 dias. Afinal, terminou com acordos em separado feitos por cada setor.

A "greve dos 300 mil" representou uma derrota para o getulismo em São Paulo. O presidente mantinha pessoalmente parte de seu prestígio, mas o

56. Getúlio Vargas visita Sindicato dos Metalúrgicos em 2 de maio de 1953.

PTB e os "pelegos" sindicais tinham sido ultrapassados na condução do movimento. Os comunistas, que na época estavam em oposição ferrenha a Getúlio, acusando-o de "lacaio do imperialismo", desempenharam o papel principal na articulação da greve.

A greve dos marítimos abrangeu cerca de 100 mil trabalhadores. Os sindicatos envolvidos solicitavam aumento salarial, melhora das condições de trabalho e o afastamento da diretoria da Federação dos Marítimos, acusada de vinculações com o Ministério do Trabalho. Esta última reivindicação vinha ao encontro dos objetivos de Getúlio, no sentido da reforma ministerial.

João Goulart assumiu o ministério com a greve em curso e atuou como intermediário eficaz. Como a greve ocorria em um setor de interesse público, submetido à regulação econômica do Estado, ele pôde impor o atendimento da maioria das reivindicações dos grevistas. Ao mesmo tempo, forçou a renúncia da diretoria da Federação dos Marítimos, abrindo caminho para outra, mais próxima dos trabalhadores e dele próprio.

8.4.4. O Janismo

No mesmo mês de março de 1953, em que eclodiu a greve dos 300 mil, houve em São Paulo um acontecimento político visto na ocasião como importante, mas cujo real alcance só seria possível perceber no correr de alguns anos. Um vereador e ex-professor secundário venceu as eleições para prefeito de São Paulo, pela legenda do Partido Democrata Cristão e do minúsculo Partido Socialista Brasileiro, derrotando os candidatos dos outros partidos presumivelmente mais fortes. Jânio Quadros baseou seu êxito em uma campanha populista – a do tostão contra o milhão –, associada à bandeira de luta contra a corrupção. Percebeu que este último tema teria grande rentabilidade política se deixasse de ser vinculado à elite udenista e se expressasse através de imagens eficazes. O símbolo da vassoura foi o melhor exemplo dessas imagens.

O desejo de inovar, derrotando as máquinas partidárias, e a crença nos poderes mágicos de um homem no combate à corrupção uniram diferentes setores sociais – da massa trabalhadora à classe média – em torno do nome de Jânio.

8.4.5. A Oposição

Enquanto isso, no cenário federal, Jango concentrava os ataques das áreas civis e militares antigetulistas. Seu nome era ligado aos supostos planos de uma República sindicalista e, imediatamente, a um possível aumento de 100% no nível do salário mínimo.

Entre os adversários civis do governo, estava a maioria dos integrantes da UDN e partidos menores e grande parte da imprensa. Pelo seu radicalismo e poder verbal, destacava-se Carlos Lacerda. Muito jovem, Lacerda lançara o nome de Luís Carlos Prestes à presidência da ANL em 1935. Com o correr dos anos, ele não só rompera com os comunistas como se transformara em um de seus mais ferrenhos adversários. O populismo e o comunismo eram os alvos preferenciais. A partir de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, iniciou violenta campanha antigetulista, pregando a renúncia do presidente. A renúncia deveria vir acompanhada da decretação do estado de emergência, durante o

qual as instituições democráticas seriam reformadas para impedir o que Lacerda considerava ser sua perversão pelos políticos populistas.

Entre os militares adversários do governo, encontravam-se oficiais anticomunistas, inimigos do populismo, alguns identificados com a UDN, e outros adversários dos políticos em geral. Os nomes mais conhecidos eram generais como Cordeiro de Farias e Juarez Távora e o brigadeiro Eduardo Gomes. Logo a força da oficialidade jovem iria se revelar.

O grau de efervescência nos meios militares pode ser medido pelo lançamento do chamado memorial dos coronéis, em fevereiro de 1954, com a assinatura de 42 coronéis e 39 tenentes-coronéis do Exército. O memorial era dirigido ao ministro da Guerra e outras autoridades de comando do Exército. Insistia nas questões militares mas tinha implicações políticas. Constatava um estado de inquietação no Exército, decorrente da deterioração de seus padrões morais e materiais. Essa deterioração favorecia, segundo os redatores do memorial, "as manobras divisionistas dos eternos promotores da desordem" e, com o comunismo sempre à espreita, corria-se "o risco de uma subversão violenta dos quadros institucionais da nação". A partir daí, o documento defendia a necessidade de se reequipar o Exército, rever vencimentos e estabelecer critérios mais justos de promoção. Terminava criticando, de um lado, propostas governamentais no sentido de se fixarem altos padrões de vencimentos para os funcionários civis com diploma de nível superior e, de outro, a pretendida elevação do salário mínimo em nível que, nos grandes centros do país, segundo o documento, quase alcançaria o dos vencimentos máximos de um graduado do Exército.

8.4.6. A Queda de Getúlio Vargas

Em fevereiro de 1954, Getúlio voltou a reformular o ministério. João Goulart foi substituído por um nome sem expressão no Ministério do Trabalho, não sem antes apresentar a proposta de aumento de 100% do salário mínimo. Ele deixava a imagem de um ministro que saía por querer conceder benefícios aos trabalhadores. Desgastado com o inesperado episódio do manifesto dos coronéis, o general Espírito Santo Cardoso saiu do Ministério da Guerra. Na esperança de acalmar as Forças Armadas, Getúlio nomeou para o cargo o

general Zenóbio da Costa, um homem de sua confiança mas também um conhecido adversário do comunismo.

Apesar desses cuidados, o presidente optou cada vez mais por um discurso e por medidas que se chocavam com os interesses dos setores sociais conservadores. Adotou uma linha nacionalista na área econômica, responsabilizando o capital estrangeiro pelos problemas do balanço de pagamentos. Diante da hesitação das empresas canadenses e americanas produtoras de energia elétrica em realizar novos investimentos, respondeu em abril de 1954 com o projeto de lei que criava uma empresa estatal para o setor – a Eletrobrás. Naquele mesmo mês de abril, o ex-ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, concedeu uma entrevista em que dava maior consistência às críticas da oposição. João Neves acusou o presidente e João Goulart de terem assinado um acordo secreto com a Argentina e o Chile com o objetivo de barrar a presença americana no chamado Cone Sul do continente. A suposta aliança, especialmente com a Argentina de Perón, soava como mais um passo na instalação da "República sindicalista".

No terreno das relações de trabalho, o anúncio de aumento de 100% do salário mínimo, feito por Getúlio a 1º de maio, provocou uma tempestade de protestos. A medida resultava em um aumento real de salário e nesse sentido tendia a agravar a inflação. Só que, como vimos, as causas básicas da inflação eram outras e não tinham origem em níveis salariais elevados. Pelo contrário, a remuneração dos trabalhadores havia se deteriorado através de anos seguidos de inflação.

Apesar das pressões e da inexistência, a essa altura, de uma sólida base de apoio a seu governo, Getúlio se equilibrava no poder. Faltava à oposição um acontecimento suficientemente traumático que levasse as Forças Armadas a ultrapassar os limites da legalidade e depor o presidente. Esse acontecimento foi proporcionado pelo círculo dos íntimos de Getúlio. Aí se instalara a convicção de que era preciso remover Lacerda da cena política para garantir a permanência de Getúlio no poder. Segundo se apurou mais tarde, figuras próximas a Vargas sugeriram ao chefe da guarda presidencial do Palácio do Catete – Gregório Fortunato – que ele deveria "dar um jeito" em Lacerda. Gregório – um negro gaúcho, fiel servidor de Getúlio por mais de trinta anos – armou, com a ajuda de outro membro da guarda, o assassinato da figura mais ostensiva da oposição. Se a idéia era desastrada, mais desastrada foi sua

execução. Na madrugada de 5 de agosto de 1954, o pistoleiro Alcino do Nascimento tentou matar Lacerda a tiros, quando ele se aproximava da porta de entrada do prédio onde residia, na Rua Toneleros, em Copacabana. Acabou assassinando o major da Aeronáutica Rubens Vaz – o acompanhante de Lacerda –, enquanto este ficou apenas levemente ferido. Getúlio tinha agora contra si um ato criminoso que provocou indignação geral, um adversário com maiores trunfos para lançar-se contra ele e a Aeronáutica em estado de rebelião.

As investigações da polícia e a que a Aeronáutica realizou por sua própria conta começaram a revelar os lados sombrios do governo Vargas, embora fosse impossível comprometer pessoalmente o presidente com o que ele próprio chamou de "mar de lama". O movimento pela renúncia de Getúlio assumiu grandes proporções. O presidente resistia, apoiado pelo general Zenóbio da Costa, insistindo no fato de que ele representava o princípio da legalidade constitucional.

A 23 de agosto, tornou-se claro que o governo perdera o apoio das Forças Armadas. Um manifesto à nação, assinado por 27 generais do Exército, foi lançado nesse dia, exigindo a renúncia do presidente. Entre os signatários estavam não apenas conhecidos adversários de Getúlio, mas generais distantes da oposição sistemática, como Peri Bevilacqua, Machado Lopes e Henrique Lott, que pouco mais de um ano depois se converteria em porta-voz da legalidade. Quando o cerco se apertou ainda mais, Getúlio Vargas respondeu com um último e trágico ato. Na manhã de 24 de agosto, suicidou-se em seus aposentos no Palácio do Catete, desfechando um tiro no coração.

O suicídio de Getúlio exprimia desespero pessoal, mas tinha também um profundo significado político. O ato em si continha uma carga dramática capaz de eletrizar a grande massa. Além disso, o presidente deixava como legado uma mensagem aos brasileiros – a chamada carta-testamento – onde se apresentava como vítima e ao mesmo tempo acusador de inimigos impopulares. Apontava como responsáveis pelo impasse a que chegara os grupos internacionais aliados aos inimigos internos. Afirmava que eles se opunham às garantias sociais aos trabalhadores, às propostas para limitar os lucros excessivos, à defesa das fontes fundamentais de energia, corporificadas na Petrobrás e na Eletrobrás. Afirmava ainda a carta que, enquanto o lucro das empresas estrangeiras alcançava 500% ao ano, o Brasil era obrigado a recuar, sob violenta pressão, em medidas tomadas para sustentar o preço internacional

do café. Getúlio encerrava a mensagem com um parágrafo dramático: "Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História".

De fato, Getúlio ficaria na memória da massa trabalhadora como o homem que ouvira a voz dos "humildes" e fora responsável pela implantação da legislação trabalhista. Essa imagem é sem dúvida simplificadora e excessivamente concentrada em um homem, mas assim ocorreu, e isso deu alento aos herdeiros políticos do presidente.

O suicídio de Getúlio teve efeito imediato. A massa saiu às ruas em todas as grandes cidades, atingindo os alvos mais expressivos de seu ódio: caminhões que carregavam a edição do jornal antigetulista *O Globo* foram queimados e houve tentativas de tomar de assalto a representação diplomática dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro. Nessas manifestações, estiveram presentes os comunistas. Depois de passar todo o governo Vargas na oposição, a ponto de se inclinar pela renúncia, deram uma reviravolta da noite para o dia. Daí para a frente, abandonaram uma linha radical que freqüentemente resultava em beneficiar seus maiores inimigos e passaram cada vez mais a apoiar o esquema do nacionalismo populista.

A preferência por uma saída legal para a crise na cúpula do Exército e o impacto provocado pelas manifestações populares impediram que a "República do Galeão" ganhasse espaço em direção ao poder. Essa expressão se refere aos quadros da Aeronáutica responsáveis pela montagem de um esquema paralelo de investigação e disposto a servir de ponta-de-lança na "purificação" da democracia, como propunha Lacerda.

O vice-presidente Café Filho assumiu a presidência. Ele era um político do Rio Grande do Norte, com um passado de esquerda, que se aproximara de Ademar de Barros por razões de política regional. Tinha sido escolhido como candidato a vice-presidente no âmbito do acordo entre o getulismo e o PSP. Entretanto, nos meses de crise, ficara com a oposição. Café Filho formou um ministério com maioria udenista; ao mesmo tempo, assegurou ao país que garantiria a realização das eleições presidenciais marcadas para outubro de 1955.

57. Após a morte de Getúlio, tanques do Exército ocupam o largo próximo ao *Diário de Notícias*, depois de destruído seu prédio. Agosto de 1954.

8.5. A ELEIÇÃO DE JUSCELINO KUBITSCHEK

O primeiro partido a apresentar candidato foi o PSD. Em fevereiro daquele ano, o partido lançou a candidatura de Juscelino Kubitschek, um político que fizera carreira nos quadros do PSD de Minas e se elegera governador do

Estado. Ele encarnava bem uma das vertentes do getulismo e tinha condições de obter o apoio do PTB, como de fato aconteceu. Restaurava-se assim a aliança PSD-PTB que, em 1945, dera a Dutra uma extraordinária votação.

Em maio, Ademar decidiu concorrer, apesar-de ter sido derrotado por Jânio nas eleições para o governo de São Paulo, em outubro de 1954.

Um mês depois, a UDN lançou mais uma vez um candidato militar. Não era possível insistir no nome do brigadeiro Eduardo Gomes, desgastado por duas derrotas. Outro antigo integrante do movimento tenentista – o general Juarez Távora – surgiu como candidato do partido. Juarez se destacava como adversário do getulismo e ocupava a chefia da Casa Militar de Café Filho.

Em sua campanha, Juscelino martelou na necessidade de avançar no rumo do desenvolvimento econômico, com apoio no capital público e privado. Juarez insistiu na moralização dos costumes políticos. Ao mesmo tempo, mostrou-se contrário a uma excessiva intervenção do Estado na economia que estava levando o país a um desequilíbrio ameaçador para seu progresso.

Não faltaram jogadas sujas na campanha. Os adversários de Jango e Juscelino utilizaram um recurso que lembrava, em outro contexto, um episódio dos anos 20 – o das cartas falsas contra Artur Bernardes. Em setembro de 1955, publicaram nos jornais a chamada carta Brandi, supostamente enviada a João Goulart em 1953, quando era ministro do Trabalho de Getúlio, pelo deputado argentino Antonio Jesús Brandi. A carta se referia a articulações entre Jango e Perón para deflagrar no Brasil um movimento armado, que instalaria a República sindicalista. Uma investigação realizada pelo Exército comprovou logo após as eleições ter sido a carta forjada por falsários argentinos e vendida aos opositores de Jango.

A 3 de outubro de 1955, as urnas deram a vitória a Juscelino, mas por margem estreita. Ele obteve 36% dos votos, enquanto Juarez alcançou 30%, Ademar 26% e Plínio Salgado, pelos antigos integralistas, 8% dos votos. Era possível votar em nomes integrantes de chapas diferentes para a presidência e a vice-presidência. João Goulart elegeu-se vice-presidente, com uma votação ligeiramente superior à de Juscelino. O êxito de Jango mostrou o avanço crescente do PTB.

Os furos na aliança PSD-PTB se localizavam em duas unidades importantes: São Paulo e a capital da República – o Distrito Federal. Em São Paulo, revelava-se a força das figuras de Ademar e Jânio, inimigos entre si. Cada um

por sua conta, barrariam a influência do PSD e sobretudo do PTB no Estado. Ademar obteve a maior votação em São Paulo, com cerca de 867 mil votos; Juarez veio em segundo, com 626 mil, enquanto Juscelino, vencedor no país, não passou de 241 mil votos. No Distrito Federal, Ademar surpreendeu, colocando-se em primeiro lugar (266 mil votos), bem à frente de Juscelino, segundo colocado, com 199 mil votos.

8.5.1. O Golpe Preventivo do General Lott

Após a vitória de Juscelino e João Goulart, desencadeou-se uma campanha contra a posse. No início de novembro de 1955, faleceu o presidente do Clube Militar – general Canrobert Pereira da Costa, um dos mais destacados conspiradores contra Getúlio. Em uma oração fúnebre, pronunciada no enterro de Canrobert, o coronel Bizarria Mamede, um dos signatários do memorial dos coronéis, fez o elogio do morto. Atacou os interessados em defender uma "pseudolegalidade imoral e corrompida" e chamou de "mentira democrática" um regime presidencial que concentrava nas mãos do Executivo uma vitória da minoria. A referência à eleição de Juscelino era óbvia.

O ministro da Guerra – general Lott – pretendia punir o coronel, tratando de limitar a politização das Forças Armadas. Entretanto, por ser membro da direção da Escola Superior de Guerra, Mamede submetia-se diretamente à autoridade do presidente da República. O problema estava em suspenso quando Café Filho sofreu, a 3 de novembro, um ataque cardíaco, que o obrigou a abandonar provisoriamente o poder. Em seu lugar, como determinava a Constituição, assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Como ele se recusasse a punir o coronel Mamede, Lott demitiu-se do Ministério da Guerra.

A partir daí, ocorreu o chamado "golpe preventivo", ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente eleito e não para impedi-la. A principal personagem da ação ocorrida a 11 de novembro de 1955 foi o general Lott, que mobilizou tropas do Exército no Rio de Janeiro. As tropas ocuparam edifícios governamentais, estações de rádio e jornais. Os comandos do Exército se colocaram ao lado de Lott, enquanto os ministros da Marinha e da Aeronáutica denunciavam a ação como "ilegal e subversiva". As forças do

Exército cercaram as bases navais e da Aeronáutica, impedindo um confronto das Forças Armadas.

Deposto da presidência, Carlos Luz refugiou-se no cruzador *Tamandaré*, acompanhado por seus ministros e outras figuras põlíticas, entre elas Carlos Lacerda. O *Tamandaré* conseguiu escapar ao fogo das baterias na Baía de Guanabara, dirigindo-se a Santos, na esperança inútil de organizar a resistência.

Rapidamente, ainda a 11 de novembro, o Congresso Nacional reuniu-se para apreciar a situação. Contra os votos da UDN, os parlamentares decidiram considerar Carlos Luz impedido; a presidência da República passava ao presidente do Senado – Nereu Ramos –, na linha da sucessão constitucional. O presidente do Senado era o vice-presidente da República. O Congresso evitou jogar lenha na fogueira, permitindo, contraditoriamente, que Carlos Luz reassumisse a presidência da Câmara dos Deputados. Dez dias mais tarde, aparentemente recuperado, Café Filho pretendeu voltar a ser presidente da República. Ele foi considerado impedido pelo Congresso, que confirmou Nereu Ramos na chefia do Executivo. A pedido dos ministros militares, logo depois, o Congresso aprovou o estado de sítio por trinta dias, prorrogado por igual período. Essa série de medidas excepcionais garantiu a posse de Juscelino e Jango, a 31 de janeiro de 1956.

8.6. O GOVERNO JK

Em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os "cinqüenta anos em cinco" da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população.

8.6.1. AS FORÇAS ARMADAS E OS PARTIDOS

Para compreender esse período, devemos nos deter um pouco mais nas observações sobre as Forças Armadas e o jogo dos partidos políticos.

A alta oficialidade das Forças Armadas – especialmente do Exército – estava disposta, em sua maioria, a garantir o regime democrático, dentro de certos limites. Esses limites diziam respeito à preservação da ordem interna e ao combate ao comunismo. Os dois temas estavam associados, pois o comunismo representava a inversão extrema da ordem social. Lembremos que o episódio de 1935, quando foram assassinados oficiais do Exército, calou fundo na corporação. Ele foi habilmente explorado ao longo do tempo, como mostram as cerimônias de homenagem às vítimas da "intentona", realizadas todos os anos a 27 de novembro. O getulismo só recebia restrições dessa maioria quando enveredava pelo terreno de um nacionalismo agressivo ou quando apelava para os trabalhadores. Mas a opção do governo Vargas por esses caminhos, em 1953-1954, não explica por si só as pressões que levaram ao suicídio do presidente. Somou-se à opção outro fator, muito sensível na óptica militar.

Diante das denúncias de corrupção e do assassinato do major Vaz, a figura do presidente perdeu legitimidade. O clima de incerteza política vinha acompanhado de um aprofundamento de divisões nas Forças Armadas. Daí a intervenção dos militares, destinada a evitar o que parecia ser para a alta oficialidade um processo de desagregação da sociedade e da corporação militar. Havia setores das Forças Armadas que não seguiam a maioria. De um lado estavam os oficiais nacionalistas – alguns deles próximos dos comunistas –, os quais optavam por um nacionalismo radical, em confronto com o imperalismo americano. De outro lado estavam os purificadores da democracia, convencidos de que só através de um golpe, a partir do qual as instituições seriam renovadas, seria possível impedir o avanço da República sindicalista e do comunismo.

Nem todos os "golpistas" eram "entreguistas". Alguns deles combinavam a idéia do golpe com a defesa dos interesses nacionais. Por exemplo, os oficiais da Aeronáutica rebelados em Jacareacanga (janeiro de 1956) denunciavam, além da infiltração comunista nos postos militares de comando, supostos entendimentos entre o governo e grupos financeiros internacionais para a entrega do petróleo e venda de minerais estratégicos.

No caso do governo Vargas, a maioria dos oficiais do Exército via na deposição do presidente um mal transitório, embora necessário; os "golpistas" esperavam liquidar de uma vez por todas o populismo getulista, interrompendo por tempo indefinido o jogo democrático.

Ao iniciar-se o governo JK, a cúpula militar se acalmara. Os partidários do golpe jogaram uma cartada alta na renúncia de Getúlio e na tentativa de impedir a posse de Juscelino, mas tinham perdido.

Juscelino começou a governar enfatizando a necessidade de se promover "desenvolvimento e ordem", objetivos gerais compatíveis com os das Forças Armadas. O presidente tratou de atender reivindicações específicas da corporação militar, no plano dos vencimentos e de equipamento. Tratou também de manter, tanto quanto possível, o movimento sindical sob controle. Além disso, acentuou-se a tendência de indicar militares para postos governamentais estratégicos. Por exemplo, na Petrobrás, assim como no Conselho Nacional do Petróleo, os principais cargos ficaram em mãos de membros das Forças Armadas.

Seria preciso uma dose muito grande de fantasia para deixar-se convencer de que Juscelino era um instrumento da República sindicalista ou do comunismo. Não por acaso, os candidatos governistas venceram todas as eleições para a presidência do Clube Militar, em 1956, 1958 e 1960.

Não devemos imaginar que não existissem inquietações e atos de insubordinação no período. Mas o fato de que rebeliões de oficiais da Aeronáutica tenham-se localizado em áreas distantes dos centros vitais do país – Jacareacanga e Aragarças – mostra como elas representavam mais a expressão simbólica dos inconformados do que uma ameaça efetiva.

Um dos principais expoentes do apoio militar ao governo JK foi o general Lott – ministro da Guerra durante praticamente os cinco anos de mandato presidencial. Sem ter no âmbito do Exército uma liderança do porte de generais como Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Estillac Leal, Zenóbio da Costa, Lott reunia duas qualidades importantes: tinha uma folha de serviços impecável e era um homem sem partido. Este último fator facilitava bastante seu trabalho de amenizar as divisões nas Forças Armadas. Lott formou um tripé de segurança com o general Odílio Denys, comandante do I Exército, e com a chefia de polícia do Distrito Federal.

No plano da política partidária, o acordo entre o PSD e o PTB garantiu o apoio aos principais projetos do governo no Congresso. Os partidos tinham assentado suas feições no curso de dez anos. Eles não deixaram de ser veículos de disputa pessoal e uma forma de acomodação de grupos rivais em busca de privilégios. Mas, ao mesmo tempo, cada um deles passou a representar aspi-

rações e interesses mais gerais. Um traço comum aproximava o PSD e o PTB, apesar de suas divergências: esse traço era o getulismo. Havia porém um getulismo do PSD e outro do PTB. O getulismo do PSD reunia uma parte dos setores dominantes no campo; a burocracia de governo que nascera com o Estado Novo; uma burguesia industrial e comercial beneficiária do desenvolvimento e dos negócios propiciados pela inflação. O getulismo do PTB abrangia a burocracia sindical e do Ministério do Trabalho, que controlava a estrutura vertical do sindicalismo e áreas importantes como a Previdência Social; uma parte da burguesia industrial mais inclinada ao nacionalismo; e a maioria dos trabalhadores urbanos organizados.

Para que a aliança dos dois partidos funcionasse, era necessário que tanto um como o outro não radicalizassem suas características. Era preciso, de um lado, que o PSD não se tornasse tão conservador a ponto de se chocar com a burocracia sindical e as reivindicações operárias; era preciso, de outro lado, que o PTB não fosse muito longe nessas reivindicações, no avanço sobre os postos mais disputados do Estado, e não convertesse o nacionalismo em bandeira de agitação social.

Em boa parte de seu governo, Juscelino conseguiu sintetizar os limites de ação dos dois partidos. O princípio de "desenvolvimento e ordem" era adequado aos quadros do PSD, de onde provinha. No plano social, não se opôs aos interesses da burocracia sindical e tratou de limitar as explosões grevistas. Desse modo, não cortou os passos do PTB e de Jango, embora não se possa dizer que fizesse o jogo desse partido.

O PSD representou a força predominante da aliança partidária. Ele possuía maioria no Congresso, fornecia o maior número de ministros de Estado e controlava a política financeira do país.

8.6.2. O Programa de Metas

A política econômica de Juscelino foi definida no Programa de Metas. Ele abrangia 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília, chamada de meta-síntese.

Buscando vencer a rotina burocrática, o governo criou órgãos paralelos à administração pública existente ou novas entidades. Por exemplo, paralelamente

ao inútil e corrompido Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), surgiu – cercada de esperanças em sua maioria não concretizadas – a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Destinado a promover o planejamento da expansão industrial ao Nordeste, o órgão foi subordinado diretamente à presidência da República. Em seu conselho deliberativo foram incluídos, entre outros, os governadores dos Estados interessados, representantes do DNOCS, ministros e membros do Estado-Maior das Forças Armadas. Para empreender a construção de Brasília, surgiu a Novacap.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ganhou importância, pois o Poder Executivo procurou fazer com que ele funcionasse como órgão de assessoria e de apoio ao Programa de Metas. O ISEB tinha sido fundado em 1955, diretamente subordinado ao Ministério da Educação; de seus conselhos participavam professores, intelectuais, representantes da cúpula militar, dos ministérios e do Congresso.

Os pressupostos do Programa de Metas mostram que, no governo JK, ocorreu uma definição nacional-desenvolvimentista de política econômica. O que queremos dizer com essa expressão? Como distinguir entre "nacionalismo" e "nacional-desenvolvimentismo"?

Para responder a essa pergunta precisamos retroceder um pouco no tempo. Vimos como o processo de substituição de importações ocorreu no governo Dutra após a mudança de rumos da política econômica. De uma forma deliberada, Getúlio Vargas acentuou esse processo. A ampliação da receita das exportações em conseqüência da Guerra da Coréia permitiu ao governo, através do mecanismo do confisco cambial, concentrar em suas mãos recursos que foram destinados a incentivar a industrialização.

Com freqüência, a política de substituição de importações estava associada a uma postura nacionalista. Seus defensores viam nela um instrumento essencial para que o Brasil superasse o subdesenvolvimento e se tornasse uma potência autônoma. Os nacionalistas sustentavam a necessidade de controle pelo Estado da infra-estrutura (transportes, comunicações, energia) e da indústria básica, ficando as outras áreas da atividade econômica nas mãos da empresa privada nacional. Sem chegar a recusar em princípio o capital estrangeiro, insistiam na necessidade de só aceitá-lo com muitas restrições, seja quanto à área dos investimentos, seja quanto aos limites à remessa de lucros para o exterior.

O governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infra-estrutura como no incentivo direto à industrialização, mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. Assim, o governo permitiu uma larga utilização da Instrução 113 da Sumoc, baixada no governo Café Filho. Essa instrução autorizava as empresas a importar equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, ou seja, sem depositar moeda estrangeira para pagamento dessas importações. A condição para gozar da regalia era possuir, no exterior, os equipamentos a serem transferidos para o Brasil ou recursos para pagá-los. As empresas estrangeiras, que podiam preencher esses requisitos com facilidade, ficaram em condições vantajosas para transferir equipamentos de suas matrizes e integrá-los a seu capital no Brasil. A Instrução 113 facilitou os investimentos estrangeiros em áreas consideradas prioritárias pelo governo: indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço.

A expressão nacional-desenvolvimentismo, em vez de nacionalismo, sintetiza pois uma política econômica que tratava de combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, com ênfase na industrialização. Sob esse aspecto, o governo JK prenunciou os rumos da política econômica realizada, em outro contexto, pelos governos militares após 1964.

Os resultados do Programa de Metas foram impressionantes, sobretudo no setor industrial. Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%).

De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa *per capita*, ou seja, por habitante, de quase 4%. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro *per capita* foi aproximadamente três vezes maior do que o do resto da América Latina.

O governo de Juscelino ficou associado à instalação da indústria automobilística. Isso não quer dizer que antes dele não tivessem existido montadoras e fábricas de autopeças no Brasil. Suas proporções eram porém limitadas. A empresa nacional mais importante era a Fábrica Nacional de Motores (FNM), instalada em 1942 como sociedade de economia mista em que o Estado tinha o

58. Juscelino em visita à Fábrica "Vemag" D.K.W. em São Paulo.

controle acionário. A FNM foi criada com o objetivo não-alcançado de fabricar motores de avião. A partir de 1946 começou a produzir tratores e em 1952, caminhões, com um índice de nacionalização de 35% do peso do veículo.

As diretrizes para uma efetiva implantação da indústria partiram do Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), criado por um decreto de Juscelino. O GEIA propôs que se incentivasse a produção de automóveis e caminhões, com capitais privados especialmente estrangeiros. Estes foram atraídos para o Brasil graças às facilidades concedidas pela Instrução 113 e outras, e graças também às potencialidades do mercado brasileiro. As grandes empresas multinacionais, como a Willys Overland, a Ford, a Volkswagen e a General Motors, concentraram-se no ABC paulista, mudando completamente a fisionomia daquela região. Entre outras conseqüências, a indústria automobilística passou a concentrar operários em proporções inéditas no país.

Em 1960, último ano do governo Juscelino, só as quatro empresas acima mencionadas produziram em torno de 78% do total de 133 mil veículos, suficientes para abastecer a demanda brasileira. As empresas estrangeiras continuaram se expandindo, enquanto a FNM perdeu cada vez mais importância

até ser absorvida pela Alfa-Romeo em 1968. Naquele ano, a Volkswagen, a Ford e a GM eram responsáveis por quase 90% dos veículos produzidos.

Vista em termos numéricos e de organização empresarial, a instalação da indústria automobilística representou um inegável êxito. Lembremos porém que ela se enquadrou no propósito de se criar uma "civilização do automóvel", em detrimento da ampliação de meios de transporte coletivo para a grande massa. A partir de 1960, a tendência a fabricar automóveis cresceu a ponto de representar quase 58% da produção de veículos em 1968. Entre 1957 e 1968, a frota de automóveis aumentou cerca de 360% e a de ônibus e caminhões, respectivamente, cerca de 194% e 167%. Por outro lado, como as ferrovias foram na prática abandonadas, o Brasil se tornou cada vez mais dependente da extensão e conservação das rodovias e do uso dos derivados do petróleo na área de transportes.

Na memória dos brasileiros, os cinco anos do governo Juscelino são lembrados como um período de otimismo associado a grandes realizações, cujo maior exemplo é a construção de Brasília. Na época, a fundação de uma

59. Juscelino em visita a fábrica metalúrgica, 1957.

nova capital dividiu as opiniões e foi considerada um tormento pelo funcionalismo público da antiga capital da República, obrigado a transferir-se para o Planalto Central do país. A idéia não era nova, pois a primeira Constituição republicana, de 1891, atribuía ao Congresso competência para "mudar a capital da União". Coube porém a Juscelino levar o projeto à prática, com enorme entusiasmo, mobilizando recursos e a mão-de-obra constituída principalmente por migrantes nordestinos – os chamados "candangos". À frente do planejamento de Brasília ficaram o arquiteto Oscar Niemeyer e o urbanista Lúcio Costa, duas figuras de renome internacional.

O projeto de lei encaminhado pelo Executivo ao Congresso para a construção de Brasília foi aprovado em setembro de 1956, apesar da forte resistência da UDN. Alegavam os udenistas que a iniciativa era demagógica, resultando em mais inflação e no isolamento da sede do governo. No curso dos trabalhos, Carlos Lacerda encabeçou o pedido de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades na contratação das obras, sem conseguir êxito. Afinal, na data simbólica de 21 de abril, em 1960, Juscelino Kubitschek inaugurou solenemente a nova capital.

8.6.3. O Movimento Operário e a Organização Sindical

Não se fala muito sobre o movimento operário e a organização sindical durante o período de Juscelino. No entanto, naqueles anos, o sindicalismo passou por mudanças que iriam se revelar mais claramente nos primeiros anos da década de 1960, durante o governo João Goulart.

Comecemos lembrando o surgimento de lideranças mais jovens, de uma corrente janista e a presença ativa dos comunistas. Cada qual a seu modo, essas lideranças perceberam a dificuldade de articular o movimento dos trabalhadores, que ganhava amplitude, na apertada estrutura oficial. Nasceram assim organizações paralelas à estrutura oficial. Em São Paulo, foi fundado em 1955 o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que congregava sindicatos na sua maioria representantes de categorias profissionais vinculadas à economia de mercado, como metalúrgicos, têxteis, gráficos etc. O PUI teve papel significativo na dinamização das atividades sindicais, até chegar a uma crise por ocasião de uma greve desfechada por seis categorias profissionais, em

outubro de 1957. As divergências entre as correntes internas e a pressão patronal levaram à dissolução do PUI.

Pouco antes desse fato, os comunistas criaram no Rio de Janeiro uma frente de ferroviários, marítimos e portuários que deu origem ao Pacto de Unidade e Ação (PUA). O PUA tinha sede no Rio de Janeiro e, ao contrário do PUI, atuava no setor público da economia ou em setores de utilidade pública, controlados por empresas do Estado e concessionárias de serviço público. O organismo preparou o caminho para a formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que iria desempenhar um papel relevante nas greves do período Goulart. A criação do PUA acentuou uma tendência já existente em anos anteriores, dizendo respeito à área de atuação dos sindicatos. Ela foi se concentrando cada vez mais no setor público ou de utilidade pública. Além disso, no setor de mercado, o relativo peso da organização sindical foi maior nos ramos tradicionais em declínio, caso típico dos têxteis. Nessa época, o sindicalismo teve dificuldades em penetrar em um setor de ponta – a indústria automobilística. Esse fato parece explicar-se por dois fatores básicos. De um lado, pela tradição de enraizamento do movimento sindical, sobretudo dos comunistas, na área das empresas ligadas ao Estado. De outro, pela desorientação dos velhos dirigentes sindicais diante das novas técnicas de relações de trabalho implantadas pelas empresas multinacionais, atraindo os trabalhadores com benefícios e a esperança de promoções.

Ao mesmo tempo que constituíram organizações paralelas, os dirigentes sindicais trataram de politizar os sindicatos. Isso significava que eles deveriam apoiar a corrente nacionalista e as propostas de reformas sociais – as chamadas reformas de base –, entre as quais se incluía a reforma agrária.

A greve pela paridade de vencimentos (novembro de 1960) revela algumas das tendências apontadas. De certo modo, ela representou o reverso da medalha do memorial dos coronéis, lançado em 1954. Em julho de 1960, os militares receberam um aumento que não foi estendido ao funcionalismo civil e às empresas concessionárias de serviço público. Após esgotarem negociações, ferroviários, marítimos e portuários desfecharam uma greve nacional pela paridade. Os velhos "pelegos" colocaram-se contra o movimento, reunindo-se com o ministro do Trabalho para prestar solidariedade ao governo. O próprio Jango não obteve vantagens com a paralisação e permaneceu em silêncio no Rio Grande do Sul. A liderança ficou nas mãos dos comunistas e

de figuras novas do movimento operário. Militares substituíram os grevistas e pressionaram o presidente e o Congresso para que solucionassem o problema, sob pena de intervenção das Forças Armadas. Deliberando às pressas, o Congresso atendeu em três dias às reivindicações dos grevistas.

8.6.4. As Dificuldades do Governo

Nem tudo eram flores no período de Juscelino. Os problemas maiores se concentraram nas áreas interligadas do comércio exterior e das finanças do governo. Os gastos governamentais para sustentar o programa de industrialização e a construção de Brasília e um sério declínio dos termos de intercâmbio com o exterior resultaram em crescentes déficits do orçamento federal. Ou seja, o governo gastava mais do que arrecadava. O déficit passou de menos de 1% do PIB em 1954 e 1955 para 2% em 1956 e 4% em 1957.

Expliquemos melhor a referência ao declínio dos termos de intercâmbio. Os termos de intercâmbio expressam uma relação entre o valor das mercadorias e serviços exportados e mercadorias e serviços importados. O declínio ou deterioração dos termos de intercâmbio significa que o Brasil recebia cada vez menos pela exportação de seus produtos e pagava cada vez mais pelos produtos importados. Como conseqüência, o balanço de pagamentos, que fora quase equilibrado em 1955 e 1956, apresentou em 1957 um déficit de 286 milhões de dólares.

Esse quadro veio acompanhado de um avanço da inflação, excetuado o ano de 1957, atingindo seu nível mais alto no governo Juscelino em 1959, com a variação de 39,5%. Eram várias as razões do crescimento da inflação. Entre as principais estavam os gastos governamentais com a construção de Brasília e para atender a aumentos salariais de setores do funcionalismo, aprovados pelo Congresso; a queda dos termos de intercâmbio; a compra de café através de emissão de papel-moeda para sustentar os preços em declínio; o crédito fácil concedido ao setor privado.

Em junho de 1958, o ministro da Fazenda – José Maria Alkmin – demitiu-se, desgastado pela dificuldade em enfrentar os problemas apontados. Para substituí-lo, Juscelino nomeou o engenheiro Lucas Lopes, primeiro presidente do BNDE em seu governo; Roberto Campos assumiu a pre-

sidência do banco. Ambos elaboraram um plano de estabilização da economia que tentava compatibilizar o combate à inflação e ao déficit público com os objetivos do Programa de Metas. O plano não previa grandes sacrifícios, mas mesmo assim provocou fortes reações contrárias. Por que aconteceu isso?

Em primeiro lugar, tal como aconteceria no futuro em outro contexto histórico, nenhum grupo social se dispunha a perder o mínimo que fosse em troca da estabilidade, embora esperasse que algum outro grupo viesse a aceitar essa perda. Em segundo lugar, a inflação representava para muitos setores sociais um excelente negócio: na medida em que os salários não conseguiam acompanhar os preços, ela abria a perspectiva de ganhos excepcionais no reajuste de preços, na especulação com estoques de mercadorias, por parte de industriais e comerciantes. Além disso, como as dívidas ainda não estavam sujeitas à correção monetária, a inflação tornava extremamente atraente o recurso aos empréstimos, sobretudo os obtidos em condições privilegiadas nos bancos e órgãos de financiamento do Estado.

As tentativas de restringir o crédito para os industriais provocaram protestos em São Paulo, com apoio do presidente do Banco do Brasil, Sebastião Pais de Almeida. Os cafeicultores organizaram em outubro de 1958 uma marcha da produção, em protesto contra o confisco cambial e contra as novas medidas do governo, limitando as compras dos estoques de café.

Por que os assalariados em geral e sobretudo o setor organizado dos trabalhadores não apoiavam as medidas antiinflacionárias? Afinal de contas, não era sobre eles que recaía, como um verdadeiro imposto, a carga da inflação?

As resistências decorriam de dois fatores principais. No clima político da época, o programa de estabilização vinha associado a suspeitas de "arranjos com o imperialismo" que provocavam arrepios no PTB e na esquerda. Ao mesmo tempo, qualquer plano dessa natureza importava no início em restrições adicionais. Os dirigentes sindicais e os trabalhadores sob sua influência temiam que os assalariados fossem arrastados a essas novas restrições, enquanto outros setores sociais continuariam a não aceitá-las. Os assalariados ficariam assim no pior dos mundos, diante de uma inflação igual ou crescente e salários reais mais reduzidos.

O CHOQUE COM O FMI

Na medida em que tinha a ver com as contas externas do Brasil, o programa de estabilização dependia para funcionar da concordância do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Criado em 1946 como agência especializada da ONU, o FMI é constituído por um conjunto de Estados-membros que contribuem com uma quota correspondente a seu potencial econômico. Seus objetivos expressos são promover a cooperação monetária internacional, a expansão do comércio e a estabilidade cambial; prestar assistência provisória aos Estados-membros em dificuldades em seu balanço de pagamentos. Em si mesmo, o FMI não dispõe de grandes recursos, mas tem papel fundamental como auditor que dá sinal verde ou vermelho aos credores públicos e privados no tratamento com os países devedores. O sinal verde significa a possibilidade de que grandes bancos americanos, europeus e japoneses, assim como seus governos, concedam a um determinado devedor novos créditos, novos prazos para pagamento de juros e do principal, financiamento para exportações e importações etc.

A visão do FMI em matéria de política financeira foi rigidamente ortodoxa até que a realidade dos fatos obrigou-o, em anos mais recentes, a ser mais flexível na terapia indicada para os países em crise. De um modo geral, essa terapia visa obter o equilíbrio das contas externas de um país, estimulando as exportações através da liberalização do câmbio. Para isso propõe, de início, uma desvalorização cambial e o abandono do controle cambial pelo governo através de taxas de câmbio diferenciadas – os chamados câmbios múltiplos. Ao mesmo tempo, trata-se de pôr fim ao déficit público através do corte de gastos e/ou aumento da receita do Estado. Essas medidas provocam recessão e desemprego, conseqüências negativas que o FMI não considera seu objetivo, mas males necessários e temporários para um país alcançar o equilíbrio financeiro e retomar o crescimento.

A visão que se tem da entidade nos países do Terceiro Mundo – onde se concentra o grosso dos devedores – variou muito ao longo do tempo. Nos anos 50, não apenas nos círculos de esquerda, era comum considerar-se o FMI um instrumento do imperialismo americano, destinado a forçar os países dependentes a pagar a dívida, à custa de seu empobrecimento. Quarenta anos

depois, no início dos anos 90, a concordância do FMI com os planos financeiros dos países devedores é vista como benéfica, por servir como sinal verde para um acordo amplo com os credores.

Seria equivocado afirmar que o FMI expressa maquinações sinistras das grandes nações. Ao mesmo tempo, não podemos esquecer que elas controlam a entidade, e seus principais técnicos, até por formação, refletem esse fato. A receita ortodoxa do FMI tem os olhos postos na regularidade das transações internacionais. Com esse objetivo, procura compatibilizar interesses de Estados e bancos credores – que não são os mesmos – com o saneamento das finanças dos devedores, assumindo a necessidade de sacrifícios sociais por parte destes. Hoje, essa terapia já não é vista como monstruosa e chega a ser considerada um mal necessário, embora seja uma saída de curto prazo que não resolve por si só os problemas de fundo da economia.

Na nossa narrativa, não estamos porém nos anos 90 e sim no final dos anos 50, isto é, no governo Juscelino.

O Brasil consultou o FMI sobre o plano de estabilização proposto na época, até porque ele previa um empréstimo americano de 300 milhões de dólares. Ao contrário do que diziam os adversários do plano, o FMI não estava por trás dele. O órgão internacional fazia restrições ao seu gradualismo. Por exemplo, criticava gastos governamentais para subsidiar a importação de trigo e petróleo – um expediente para que esses produtos tivessem preços relativamente baixos no mercado interno.

A indecisão nas relações entre o Brasil e o FMI durou quase um ano, chegando ao fim em junho de 1959. Naquela altura, Juscelino estava no final do mandato e tinha os olhos voltados para a sucessão presidencial. Os nacionalistas e os comunistas vinham atacando o presidente pela sua disposição em "vender a soberania nacional aos banqueiros internacionais e ao FMI". Um acordo com o órgão só era visto com bons olhos pela UDN, mas mesmo que Juscelino optasse por esse caminho não poderia contar com o apoio político da oposição.

Dessas circunstâncias resultou a ruptura do governo com o FMI, o que equivalia ao abandono final do plano de estabilização. Em agosto de 1959, Lucas Lopes e Roberto Campos deixaram seus postos. A ruptura provocou uma onda de apoio a Juscelino. O PTB aplaudiu a decisão, como seria de se esperar. Os comunistas estiveram presentes em uma manifestação a favor do

presidente, realizada nos jardins do Palácio do Catete. Entre os manifestantes estava Luís Carlos Prestes, que desde 1958 saíra da clandestinidade. Pouco a pouco o PCB ia aliás encontrando canais de expressão, apesar de continuar formalmente na ilegalidade. Mas os apoios não vieram apenas do PTB e da esquerda. O rompimento recebeu apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e da cúpula militar. Em discurso proferido no Clube Militar, Juscelino afirmou a "determinação de caminharmos isolados se necessário for" e acusou o FMI e os "inimigos do Brasil independente de tentarem uma capitulação nacional, a fim de que a indústria caísse em mãos forasteiras".

8.7. A SUCESSÃO PRESIDENCIAL

O entusiasmo não alcançava entretanto a grande massa, como a eleição presidencial marcada para 3 de outubro de 1960 iria deixar patente. Já no curso de 1959, surgiram as candidaturas. Após ter sido eleito governador de São Paulo, Jânio Quadros era lançado em abril por um pequeno partido – o PTN –, com o apoio de Lacerda. Ademar saiu pelo PSP, animado pelos bons resultados da eleição de 1955. O PSD e o PTB uniram-se mais uma vez, em torno da candidatura do general Lott, tendo João Goulart como candidato a vice-presidente.

A UDN hesitava entre o lançamento de uma candidatura própria e o apoio a Jânio. Jânio corria em faixa própria, criticando a corrupção do governo e a desordem financeira. Sem ter um programa definido e desprezando os partidos políticos, atraía o povo com sua figura popularesca e ameaçadora que prometia castigo implacável aos beneficiários de negociatas e de qualquer tipo de corrupção. Ele estava longe do figurino bem-comportado da UDN, mas ao mesmo tempo incorporava a seu modo algo do discurso udenista. Representava, sobretudo, uma grande oportunidade de o partido chegar afinal ao poder, embora por um atalho desconhecido. Na convenção realizada pela UDN em novembro de 1959, o apoio a Jânio acabou por prevalecer, com a derrota da corrente partidária de uma candidatura própria.

Desde os primeiros tempos da campanha, o favoritismo de Jânio se tornou evidente. Ele reunia as esperanças da elite antigetulista; do setor da classe média que esperava a chamada moralização dos costumes políticos e

se via atingida pela alta do custo de vida; assim como da grande maioria dos trabalhadores.

Lott foi um candidato desastroso. O general tivera um papel importante nos círculos restritos do poder, onde personificara a garantia de continuidade do regime democrático. Exposto a uma audiência mais ampla, suas fraquezas se tornaram evidentes. Falava mal em público e tentava assumir artificialmente o discurso getulista. Desagradava ao PSD com sua defesa sincera da concessão de voto aos analfabetos; desagradava ao PTB e principalmente à esquerda com suas críticas também sinceras a Cuba e ao comunismo.

Nas quatro eleições presidenciais desde 1945, o eleitorado crescera bastante, como resultado da urbanização e do maior interesse pela participação política. De 5,9 milhões em 1945, passou a 7,9 milhões em 1950; 8,6 milhões em 1955 e finalmente 11,7 milhões em 1960, na última eleição direta para presidente da República que o país conheceu até 1989.

Jânio venceu as eleições de outubro de 1960, com 48% dos votos, enquanto Lott obteve 28% e Ademar, 23%. Seu êxito só não superou, em termos percentuais, o de Dutra em 1945. João Goulart elegeu-se vice-presidente da República apesar da nítida derrota de Lott. Isso foi possível porque, na época, o eleitor podia votar no candidato a presidente de uma chapa e no candidato a vice de outra. A votação em Jânio e Jango nos meios operários expressou o nítido avanço do PTB, acompanhado não obstante de uma dissidência sindical trabalhista, nascida em São Paulo, que se inclinou por Jânio. Daí se originou o movimento Jan-Jan, apoiando os nomes de Jânio e Jango. Em pouco tempo, os acontecimentos políticos iriam demonstrar os riscos dessa combinação inesperada.

8.8. O GOVERNO JÂNIO QUADROS

Pela primeira vez um presidente tomou posse em Brasília, encarnando as esperanças do futuro. Em menos de sete meses essas esperanças seriam desfeitas, com a renúncia que atiraria o país numa grave crise política.

Jânio começou a governar de forma desconcertante. Ocupou-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo que ocupava, como a proibição do lança-perfume, do biquini e das brigas de galos. No plano das me-

60. *Dia do Soldado*. O Presidente Jânio Quadros cumprimenta o general Odilio Denys, ministro da Guerra. Momentos depois renunciaria ao cargo de chefe da nação. 25.8.1961.

didas mais sérias, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. De algum modo, desagradava assim a ambos.

8.8.1. Política Externa

A política externa provocou a oposição dos conservadores, especialmente da maioria da UDN, cujo objetivo de chegar ao poder não se concretizou.

Em 1959, um fato de grande importância ocorrera na América Latina: a vitória da Revolução Cubana. Após um período de euforia geral resultante da derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista, no comando da revolução Fidel Castro começou a se inclinar pelo socialismo comunista. Cuba caminhava nessa direção por convicção de suas lideranças e empurrada cada vez mais pelas medidas de embargo contra a ilha tomadas pelos Estados Unidos. A ameaça comunista, agitada como um espantalho para reprimir as reivindicações das classes dominadas, convertia-se em realidade. Se um regime desse tipo podia se instalar a menos de 150 quilômetros da costa da Flórida, por que não poderia triunfar em outras regiões da América Latina?

Jânio estivera em Cuba em março de 1960, expressando de forma cifrada uma vaga simpatia pelo regime de Fidel Castro. Como presidente, provocou a fúria dos conservadores ao condecorar o companheiro de Fidel, Che Guevara, com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Não havia nesse gesto qualquer intenção de demonstrar apoio ao comunismo. Ele simbolizava para o grande público a política externa independente que Jânio começara a pôr em prática. Essa política, colocada nas mãos insuspeitas do ministro do Exterior, Afonso Arinos de Melo Franco, consistia na busca de uma terceira via para o Brasil entre os dois grandes blocos, capitalista e comunista, em confronto.

8.8.2. Política Financeira

No terreno financeiro, Jânio anunciou um plano para enfrentar os problemas herdados do governo Juscelino. Em seu discurso de posse, afirmou ser terrível a situação. O déficit do balanço de pagamentos chegara a 410 milhões de dólares para exportações num total de 1,27 bilhão de dólares. A dívida externa, segundo ele, era de 3,8 bilhões de dólares, dos quais 600 milhões

venciam em 1961. O déficit orçamentário previsto para 1961 ia além de 100 bilhões de cruzeiros, cerca de um terço da receita prevista no exercício. A inflação em 1959 e 1960 superara os 30% ao ano, cerca do dobro da inflação média anual do período 1950-1958.

O novo presidente optou por um pacote ortodoxo de estabilização, envolvendo forte desvalorização cambial, contenção dos gastos públicos e da expansão monetária. Os subsídios para a importação de trigo e petróleo foram reduzidos, o que provocou uma elevação de 100% no preço do pão e dos combustíveis.

As medidas foram bem recebidas pelos credores do Brasil e pelo FMI. O Clube de Haia, constituído pelos credores europeus, assim como os americanos, reescalonaram a dívida brasileira em 1961. Novos empréstimos foram contraídos nos Estados Unidos, com o apoio do presidente Kennedy. Jânio era encarado como uma via para impedir que o maior país da América Latina escorregasse pelo caminho da instabilidade e do comunismo. Em agosto de 1961, Jânio começou a afrouxar as medidas de contenção financeira, mas não chegou a pôr em prática uma possível mudança de rumos. Nesse mês de agosto, com um gesto, pôs fim ao seu governo.

8.8.3. A Renúncia

O presidente vinha administrando o país sem contar com uma base política de apoio. O PSD e o PTB dominavam o Congresso; Lacerda passara para a oposição, martelando suas críticas a Jânio com a mesma veemência com que o apoiara. A UDN tinha várias razões de queixa. O presidente agia praticamente sem consultar a liderança udenista no Congresso. Além disso, a política externa independente causava preocupações, assim como a simpatia presidencial pela reforma agrária.

Na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda – que tinha sido eleito governador da Guanabara – fez um discurso, transmitido pelo rádio, denunciando uma tentativa de golpe janista articulado pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta. Estranhamente, teria sido convidado a aderir a ele. Pedroso Horta negou a acusação. Logo no dia seguinte, Jânio renunciou à presidência da República, comunicando a decisão ao Congresso Nacional.

61. *Renúncia do Presidente Jânio Quadros.* Manchete do Jornal *Última Hora.* 26.8.1961.

A renúncia não chegou a ser esclarecida. O próprio Jânio negou-se a dar uma versão clara dos fatos, aludindo sempre às "forças terríveis" que o levaram ao ato. A hipótese explicativa mais provável combina os dados de uma personalidade instável com um cálculo político equivocado. Segundo essa hipótese, Jânio esperava obter com uma espécie de "tentativa de renúncia" maior soma de poderes para governar, livrando-se até certo ponto do Congresso e dos partidos. Ele se considerara imprescindível para os partidos na campanha presidencial e se julgava imprescindível para o Brasil como presidente. Acaso os conservadores e os militares iriam querer entregar o país a João Goulart?

Em novembro de 1959, Jânio renunciara à sua candidatura, obrigando os partidos que o apoiavam a pedir reconsideração de seu gesto. Voltou à campanha, com as mãos mais livres. Agora porém o ato de renúncia à presidência da República resultaria em um desastre, não só para ele como principalmente, para o país.

Logo após renunciar Jânio partiu apressadamente de Brasília e desceu em São Paulo, no Aeroporto de Cumbica, que era então uma base militar. Aí recebeu um apelo de governadores dos Estados, entre os quais se encontravam Carvalho Pinto, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, para que reconsiderasse seu gesto. Afora isso, não houve nenhuma outra ação significativa pelo retorno do presidente. Cada grupo tinha razões de queixa contra ele e começava a tomar pé na nova situação. Como renúncias não são votadas e sim simplesmente comunicadas, o Congresso tomou apenas conhecimento do ato de Jânio. A partir daí, a disputa pelo poder começou.

8.9. A SUCESSÃO DE JÂNIO

A Constituição não deixava dúvidas quanto à sucessão de Jânio; deveria assumir o vice-presidente João Goulart. Entretanto, a posse ficou em suspenso, diante da iniciativa de setores militares que viam nele a encarnação da República sindicalista e a brecha por onde os comunistas chegariam ao poder. Por um acaso carregado de simbolismo, Jango se encontrava ausente do país, em visita à China comunista.

Enquanto o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumia provisoriamente a presidência da República, os ministros militares de

Jânio – general Odílio Denys, da Guerra; brigadeiro Grün Moss, da Aeronáutica, e o almirante Sílvio Heck, da Marinha – vetaram a volta de Jango ao Brasil, por razões de segurança nacional. O grupo favorável ao impedimento não contava porém com a unanimidade da cúpula militar. No Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército – general Machado Lopes – declarou seu apoio à posse de Goulart, abrindo o que se chamou de batalha da legalidade. A figura principal do movimento foi o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango. Brizola contribuiu para a organização do esquema militar em torno de Machado Lopes e promoveu grandes manifestações populares em Porto Alegre. Quando o ministro da Marinha anunciou o envio de uma força naval para o Sul, Brizola ameaçou bloquear a entrada de Porto Alegre afundando vários navios.

Afinal, o Congresso adotou uma solução de compromisso. O sistema de governo passou de presidencialista a parlamentarista, e João Goulart tomou posse, com poderes diminuídos, a 7 de setembro de 1961. Desse modo, o parlamentarismo, proposto por muitos como uma fórmula capaz de dar maior flexibilidade ao sistema político, entrou em vigor pela porta dos fundos. Utilizado como simples expediente para resolver uma crise, não poderia durar muito, como de fato não durou.

8.10. O GOVERNO JOÃO GOULART

Antes de narrar os acontecimentos do período João Goulart, vale a pena assinalar alguns fatores importantes para a sua definição. Esses fatores já se desenhavam antes daquele período, mas foi nele que ganharam maior sentido.

8.10.1. As Ligas Camponesas

No plano da sociedade, houve um avanço dos movimentos sociais e o surgimento de novos atores. Os setores esquecidos do campo – verdadeiros órfãos da política populista – começaram a se mobilizar. O pano de fundo dessa mobilização parece se encontrar nas grandes mudanças estruturais ocorridas no Brasil entre 1950 e 1964, caracterizadas pelo crescimento urbano e

uma rápida industrialização. Essas mudanças ampliaram o mercado para os produtos agrícolas e a pecuária, levando a uma alteração nas formas de posse da terra e de sua utilização. A terra passou a ser mais rentável do que no passado, e os proprietários trataram de expulsar antigos posseiros ou agravar suas condições de trabalho, o que provocou forte descontentamento entre a população rural. Além disso, as migrações aproximaram campo e cidade, facilitando a tomada de consciência de uma situação de extrema submissão, por parte da gente do campo.

O movimento rural mais importante do período foi o das Ligas Camponesas, tendo como líder ostensivo uma figura da classe média urbana – o advogado e político pernambucano Francisco Julião. Julião promoveu as Ligas à margem dos sindicatos e tratou de organizar os camponeses, isto é, aquela parcela da população rural proprietária de um pedaço de terra ou com algum controle sobre ela como arrendatário, meeiro etc. Ele acreditava que era mais viável atrair os camponeses do que os assalariados rurais para um movimento social significativo. As Ligas começaram a surgir em fins de 1955, propondo-se entre outros pontos defender os camponeses contra a expulsão da terra, a elevação do preço dos arrendamentos, a prática do "cambão", pela qual o colono – chamado no Nordeste de morador – deveria trabalhar um dia por semana de graça para o dono da terra.

Julião procurou dar às Ligas uma organização centralizada e estabeleceu suas sedes na capital de um Estado, ou no núcleo urbano mais importante de uma região. Justificava essa estratégia a partir da convicção de que na grande cidade estavam as classes e grupos aliados dos camponeses – os operários, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia – e havia aí uma Justiça menos reacionária.

Surgiram Ligas em vários pontos do país, sobretudo no Nordeste. A luta simbolicamente mais importante se deu em Pernambuco, pela posse do Engenho Galiléia, situado no município de Vitória de Santo Antão. A propriedade era um engenho de "fogo morto", isto é, já não funcionava para produzir açúcar e tinha sido arrendada aos camponeses, na forma de pequenos sítios. Sob ameaça de expulsão das terras porque o proprietário queria retomá-las, aparentemente para destiná-las à pecuária, os posseiros resistiram por meios legais durante mais de cinco anos. Afinal, a propriedade foi desapropriada pelo governo federal.

Na Paraíba, a primeira Liga foi fundada em Sapé por João Pedro Teixeira. Ele tinha sido expulso sem indenização da terra que ocupava e passou a organizar arrendatários e pequenos proprietários ameaçados de expulsão pelos grandes usineiros. João Pedro foi morto em abril de 1962, a mandado dos novos donos da terra. Sua história está documentada em um belo filme, *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho.

Em novembro de 1961, realizou-se em Belo Horizonte o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, que expressou as várias linhas propostas para a organização da massa rural. A reunião foi planejada conjuntamente por Julião e outros membros das Ligas e pelos dirigentes comunistas, cuja base maior se encontrava entre os assalariados agrícolas de São Paulo e do Paraná. No encontro, as duas correntes se dividiram. Enquanto os líderes das Ligas sustentavam que a primeira demanda da gente do campo deveria ser a expropriação de terras sem indenização prévia, os comunistas preferiam se concentrar nos objetivos de promover a sindicalização rural e a extensão da legislação trabalhista ao campo. Desse modo, os comunistas, que eram minoritários na reunião, defenderam uma linha de reivindicações mais integrada no sistema legal do que os seguidores de Julião e setores católicos radicais.

Um avanço importante na esfera legislativa se deu em março de 1963, quando Jango sancionou uma lei que dispunha sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. A lei instituiu a carteira profissional para o trabalhador do campo, regulou a duração do trabalho e a observância do salário mínimo e previu direitos como o repouso semanal e as férias remuneradas.

8.10.2. Os Estudantes

Cresceu também no governo Jango a mobilização de outros setores da sociedade. Os estudantes, através da UNE, radicalizaram suas propostas de transformação social e passaram a intervir diretamente no jogo político.

8.10.3. A Igreja Católica

Ocorreram ainda mudanças importantes no comportamento da Igreja Católica. A partir da década de 1950, muitos de seus integrantes começaram a

62. Jango no restaurante dos estudantes. 31.3.1959.

se preocupar, antes de tudo, com as camadas populares que constituíam sua base social. O próprio anticomunismo cerrado foi dando lugar a uma atitude mais equilibrada: combatia-se o comunismo mas reconhecia-se que os males do capitalismo tinham provocado a revolta e daí a expansão comunista.

A Igreja se dividiu entre diversas posições, indo do ultraconservadorismo de bispos como Dom Geraldo Sigaud e Dom Castro Mayer às aberturas à esquerda típicas da Juventude Universitária Católica (JUC). Tocada pelo clima de radicalização do movimento estudantil, a JUC foi assumindo posições socialistas e entrou em choque com a hierarquia eclesiástica. Dela nasceu em 1962 a Ação Popular (AP), organização com objetivos revolucionários, desligada da hierarquia. A AP participou ativamente das lutas políticas da época e foi duramente reprimida após a instauração do governo militar em 1964.

A Igreja Católica promoveu no Nordeste a sindicalização rural, ao mesmo tempo que se opôs frontalmente às Ligas Camponesas. A publicação, em maio de 1961, da encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII – a primeira a tratar explicitamente dos problemas do mundo subdesenvolvido – foi um importante incentivo para o catolicismo reformista mas não radical.

Após a posse de João Goulart, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), controlada pelos reformistas moderados, não pôs em dúvida a

legitimidade do novo governo ou sua orientação política. Por exemplo, no mesmo dia da publicação de outra encíclica papal – a *Pacem in Terris*, de 30 de abril de 1963 – a comissão central da CNBB insistiu na validade das propostas de reforma social para enfrentar os problemas brutais da miséria e da mortalidade prematura das massas populares.

Por outro lado, os conservadores aparentemente na defensiva levantariam a cabeça nos últimos meses do governo Goulart. Eles assumiriam, como veremos, um papel significativo na mobilização que antecedeu a queda de Jango.

8.10.4. As Reformas de Base e o Movimento Operário

O movimento operário merece uma referência especial. A posse de João Goulart na presidência significava a volta do esquema populista, em um contexto de mobilizações e pressões sociais muito maiores do que no período Vargas. Os ideólogos do governo e os dirigentes sindicais trataram de fortalecer o esquema. Ele deveria assentar-se na colaboração entre o Estado, onde se incluíam os oficiais nacionalistas das Forças Armadas e os intelectuais formuladores da política do governo, a classe operária organizada e a burguesia industrial nacional. O Estado seria o eixo articulador dessa aliança, cuja ideologia básica era o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas de reformas de base. Elas abrangiam um amplo leque de medidas, entre as quais a reforma agrária, com o objetivo de eliminar conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores do campo. Para isso, propunha-se a mudança de um dispositivo da Constituição, prevendo a desapropriação da propriedade por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mas somente mediante prévia indenização em dinheiro. Como o Estado não tinha recursos para indenizar proprietários a serem desapropriados, o que inviabilizava a reforma agrária, defendia-se a mudança da Constituição. Isso permitiria que os proprietários fossem pagos ao longo dos anos, após a desapropriação, com títulos da dívida pública.

Ao lado da reforma agrária, defendia-se uma reforma urbana, cujo objetivo principal consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam se tornar proprietários das casas alugadas.

63. Jango, presidente da República, visita a Guanabara e recebe líderes sindicais. 25.9.1961.

No plano dos direitos políticos, sustentava-se a necessidade de estender o direito de voto a dois setores diversos: os analfabetos e os inferiores das Forças Armadas, de sargento para baixo, no caso do Exército. Desse modo, esperava-se ampliar a sustentação do governo populista, contando com a grande massa dos desvalidos e setores marginalizados da instituição militar.

Ao lado disso, as reformas de base incluíam medidas nacionalistas, prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica. Entre essas medidas estavam a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica; a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior; e a extensão do monopólio da Petrobrás.

É fácil perceber que as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do país, a partir da ação do Estado. Isso porém implicava uma grande mudança à qual as classes dominantes em geral, e não apenas os latifundiários como se pensava, opu-

seram forte resistência. O governo e os grupos de intelectuais de classe média que se mobilizavam pelas reformas de base supunham poder contar com o apoio da burguesia nacional, no combate ao imperialismo e na luta pela reforma agrária. Para os defensores das reformas de base, os investidores estrangeiros seriam competidores desleais do capitalismo nacional, e a reforma agrária incentivaria a integração da população do campo à economia de mercado, gerando assim uma nova demanda para os produtos industriais.

Na realidade, os membros da burguesia nacional preferiram seguir outro caminho, separando-se cada vez mais do governo, diante do clima de mobilização social e da incerteza para os investimentos. Por outro lado, as direções sindicais foram fiéis ao esquema populista, o que não quer dizer que não existissem divergências entre elas e Jango. As direções eram compostas principalmente de trabalhistas e comunistas que atuavam rente ao Estado, mas sem a subserviência dos velhos "pelegos". A tática de criar orgnizações paralelas prosseguiu, resultando na formação do CGT, em 1962. Ao mesmo tempo, essas direções assumiram em dezembro de 1961 o controle de um órgão de cúpula do sindicalismo oficial: a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Nesse quadro, os sindicatos canalizaram cada vez mais demandas de caráter político. As reivindicações especificamente operárias não foram esquecidas, mas passaram a ser consideradas de menor importância.

Três fatores devem ser assinalados com relação aos movimentos grevistas: *1.* o número de greves aumentou bastante; *2.* as paralisações tenderam a se concentrar no setor público; *3.* espacialmente, elas se deslocaram de São Paulo para outras regiões do país. Enquanto em 1958 foram registrados 31 movimentos grevistas, eles chegaram a 172 em 1963. Nada menos do que 80% das paralisações, em 1958, se concentraram no setor privado; em 1963, o setor público passou a ser majoritário (58%). O crescimento das greves indica o avanço da mobilização social. O deslocamento do setor privado para o público pode ser entendido se considerarmos o caráter político de várias greves, incentivadas pelo governo para forçar a aceitação de medidas de seu interesse. Além disso, lembremos que a barganha entre os sindicatos e o governo era mais fácil do que entre os sindicatos e os patrões. Essa barganha dependia porém, muitas vezes, da pressão do movimento operário, cuja arma principal era a greve. Quanto ao deslocamento espacial, é importante salientar que em São Paulo se concentrava a empresa privada, com destaque para as

multinacionais. Era mais difícil obter vantagens nessa área, onde os dirigentes das empresas tinham de pensar em termos de lucro e não pretendiam associar a classe operária a seus desígnios políticos. Além disso, a coloração nacionalista dos sindicatos repercutia pouco em São Paulo, pois era problemático traduzi-la aí em vantagens concretas. Existia ainda o fato de que, enquanto o governo federal se abria aos dirigentes sindicais, o governador paulista Ademar de Barros reprimia duramente as greves.

De tudo isto resultou uma ilusão de penosas conseqüências, por parte dos dirigentes sindicais. A aproximação com o poder, a escalada grevista, a presença nos comícios produziam uma euforia e ocultavam ao mesmo tempo os pontos fracos do movimento operário. Os pontos fracos, como mais tarde se pôde ver com maior clareza, residiam em dois fatos inter-relacionados. De um lado, o declínio proporcional do movimento operário no Estado que concentrava o setor mais dinâmico da economia; de outro, a excessiva dependência desse movimento com relação ao regime político. A queda do regime arrastaria com ele o sindicalismo populista.

8.10.5. A POLÍTICA

Na esfera política, paralelamente à mobilização da sociedade, tornou-se mais nítida a crescente definição ideológica dos agrupamentos que, em vários casos, vinha do período Juscelino, ultrapassando os limites dos partidos. Com essa ressalva, devemos notar o avanço do PTB, fato que por si só punha em risco a aliança PSD-PTB. O PTB beneficiou-se inicialmente da ilegalidade do PCB e recolheu muitos votos destinados antes aos comunistas. Beneficiou-se também do avanço da industrialização, por ser um partido essencialmente urbano. Ganhou ainda com o clima favorável ao nacionalismo e à mudança social. O PTB foi o partido que mais cresceu no período 1945-1964, passando de 22 deputados federais em 1945 a 116, em 1962. Ocorreu ao mesmo tempo um declínio do PSD e da UDN. O PSD e a UDN somados elegeram 81% dos deputados federais em 1945, caindo para 51% nas eleições de 1962.

Se já não havia homogeneidade no interior dos partidos, as divisões se tornaram maiores no período Goulart. Elas passaram a dizer respeito mais a diferenças ideológicas e menos a disputas pessoais. Em grau diverso, a forma-

ção de tendências no âmbito de cada partido apontava para o avanço das posições nacionalistas e de esquerda. No PTB, formou-se o "grupo compacto", sustentando uma linha nacionalista agressiva e medidas concretas de reforma social. Na UDN, surgiu a "bossa nova", próxima a três governadores eleitos pelo partido: Magalhães Pinto, por Minas Gerais; Seixas Dória, por Sergipe, e Petrônio Portela, pelo Piauí. Na convenção nacional da UDN, realizada em abril de 1963, o deputado José Aparecido apresentou o manifesto dessa tendência, favorável às reformas agrária, tributária, bancária e urbana; à política externa independente; à democratização do ensino; à consolidação de Brasília; ao monopólio estatal do petróleo; à Eletrobrás; e ao plano financeiro do governo – o Plano Trienal.

Entretanto, a maioria udenista se aproximou da corrente militar inimiga de Jango, e vários de seus membros integraram a ultraconservadora Ação Democrática Parlamentar. Esses círculos incentivaram e promoveram o golpe de Estado que poria fim ao regime instituído em 1945.

A divisão de águas no PSD surgiu mais cedo, com a formação da Ala Moça em 1955, durante a campanha de Juscelino. Nela se destacavam, entre outras, as figuras de Renato Archer, Ulysses Guimarães e Nestor Jost. A Ala Moça enfrentou com cautela as velhas raposas do PSD e adotou uma posição nacionalista. Ela se dissolveu com a derrota de Lott, mas seus membros contribuíram para o surgimento da Frente Parlamentar Nacionalista, a partir da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o caso da energia nuclear, proposta pelo deputado Renato Archer.

Ocorreu também uma ruptura na esquerda, decorrente sobretudo de fatos ocorridos na União Soviética, onde o stalinismo entrou em crise, a partir da divulgação do relatório Kruschov. Um setor do PCB opôs-se às tímidas medidas de liberação promovidas no interior do partido e à linha de franca colaboração com o governo Jango. Dessa dissidência nasceu o Partido Comunista do Brasil (PC do B), que foi encontrar na China e mais tarde na Albânia seu suposto modelo de fidelidade aos princípios marxista-leninistas. A denominação Partido Comunista do Brasil retomava o nome original do PCB, que, em 1961, na onda do nacionalismo, passara a se chamar Partido Comunista Brasileiro.

No Congresso Nacional, surgiram dois agrupamentos interpartidários. De um lado, a ruidosa Frente Parlamentar Nacionalista, composta em sua

maioria por deputados do PTB, mas não só desse partido; ela reunia por exemplo, no fim do governo Juscelino, cerca de 29% dos deputados da UDN. De outro, a já mencionada Ação Democrática Parlamentar, financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma associação que obteve recursos da Agência Central de Inteligência americana – a CIA.

8.10.6. AS FORÇAS ARMADAS

Enquanto ocorria o realinhamento nos meios civis, verificou-se uma mudança da maior importância nas Forças Armadas. A mudança não se localizava na divisão entre "entreguistas", "moderados" e "nacionalistas"; nem mesmo na politização dos quadros inferiores, que punha em risco o princípio da hierarquia. Ela consistia na formulação de uma nova doutrina elaborada pelos militares com a guerra fria e ganhou contornos mais nítidos após a ascensão de Fidel Castro ao poder. A vitória da Revolução Cubana demonstrava aos olhos de determinados setores militares a implantação, no mundo subdesenvolvido, de uma guerra revolucionária que corria paralelamente ao confronto entre os dois grandes blocos de potências. Para esses militares, a guerra revolucionária, cujo objetivo final seria a implantação do comunismo, abrangia todos os níveis da sociedade e usava como instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Por isso mesmo, era necessário opor a ela uma ação com a mesma amplitude. As Forças Armadas, nesse contexto, deviam ter um papel permanente e ativo, tendo por objetivo derrotar o inimigo, garantindo a segurança e o desenvolvimento da nação.

Nascia assim a doutrina da segurança nacional. Ela não caiu do céu. Foi gerada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949, com a assistência de conselheiros franceses e americanos. A missão dos Estados Unidos permaneceu no Brasil de 1948 a 1960. Segundo a lei que a criou, a ESG teria o papel de treinar "pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento de segurança nacional". Sua finalidade foi ampliada no mesmo ano de sua criação, passando a incluir a elaboração de um "método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos e militares que condicionam o conceito estratégico". O general

Cordeiro de Farias teve papel de relevo na formação da escola. Mas sua principal figura, como técnico e organizador, foi o general Golberi do Couto e Silva. Os cursos da ESG ficaram conhecidos pelo alto nível de ensino, a ponto de a escola receber o apelido de "Sorbonne", por uma suposta equivalência com a prestigiosa universidade francesa. Freqüentaram os cursos não apenas militares como também civis. A participação destes tendeu mesmo a aumentar no correr dos anos. A abertura aos civis foi importante para que se estabelecesse um entrelaçamento entre civis e militares, identificados com a visão imperante na ESG.

De um modo geral, podemos dizer que a partir da ESG e de órgãos como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do já mencionado IBAD foram surgindo as linhas definidoras de um regime político considerado capaz de impedir a subversão da ordem e garantir um certo tipo de desenvolvimento econômico. Na medida em que o governo Goulart se radicalizava e se instabilizava, firmou-se nos círculos associados da ESG-IPES-IBAD a convicção de que só um movimento armado poria fim à anarquia populista, contendo o avanço do comunismo.

8.10.7. O Período Parlamentarista

Jango começou a governar com poderes restringidos pelo sistema parlamentarista. O primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves, político mineiro que tinha sido ministro da Justiça de Getúlio, em 1954. O maior número de ministérios ficou com o PSD e dois postos couberam a figuras da UDN – um deles o nacionalista Gabriel Passos. A linha do presidente nesses primeiros tempos foi de moderação, procurando demonstrar sua adesão aos princípios democráticos e repulsa ao comunismo. Em viagem aos Estado Unidos, falou ao Congresso americano e obteve recursos para ajudar o Nordeste.

Logo se colocou a questão dos poderes presidenciais. O ato que estabeleceu o parlamentarismo previa a realização de um plebiscito em 1965, no qual a população deveria decidir em definitivo sobre o sistema de governo. Nos meios ligados a Goulart, começou uma campanha pela antecipação da consulta popular. Tinha-se quase certeza do triunfo do presidencialismo. Nas condições em que tinha sido implantado, o parlamentarismo era claramente

um arranjo para limitar a ação de Jango. Além disso, existia a convicção de que um presidente com maior soma de poderes poderia estabilizar o país e promover as reformas de base. A cúpula militar em sua maioria inclinava-se também por um Poder Executivo fortalecido.

Tancredo Neves demitiu-se do cargo de primeiro-ministro em junho de 1962. Vários ministros e ele próprio tinham de sair do gabinete a fim de poder candidatar-se às eleições de outubro daquele ano para a Câmara Federal e o governo dos Estados. Além disso, o próprio Tancredo não acreditava no parlamentarismo. O presidente indicou para suceder-lhe San Tiago Dantas. Como ministro do Exterior do gabinete chefiado por Tancredo, San Tiago Dantas defendera a neutralidade do Brasil no caso cubano, incorrendo na ira da direita. A Câmara dos Deputados rejeitou a indicação, e o nome do presidente do Senado Auro de Moura Andrade apareceu como alternativa. Em oposição à figura conservadora de Auro, foi desfechada a primeira greve política do período. Decretada a 5 de julho, como greve geral de 24 horas por um gabinete nacionalista, a paralisação não chegou a ser geral, afetando sobretudo os setores de transportes, docas, ferrovias e refinarias da Petrobrás, isto é, empresas estatais ou sob controle do governo. Os portuários pararam praticamente todos os portos do país. Em vários lugares, os grevistas tiveram o apoio do Exército. Por exemplo, no Rio de Janeiro, o I Exército deu cobertura aos trabalhadores contra as ameaças de repressão do governador Lacerda.

Afinal, o Congresso aprovou para chefiar o ministério a indicação de uma figura pouco conhecida do PSD gaúcho, Brochado da Rocha. Coube a ele propor e obter do Congresso a antecipação do plebiscito para janeiro de 1963.

AS ELEIÇÕES DE 1962

As eleições de outubro de 1962, realizadas para o governo dos Estados e o Congresso, mostraram que as forças do centro e da direita tinham bastante peso no país. É certo que elas se beneficiaram dos recursos fornecidos pelo IBAD e órgãos semelhantes, mas o governo utilizou também sua máquina.

Em São Paulo, Ademar derrotou Jânio por estreita margem. No Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, apoiado pela UDN e pelo PSD, bateu o candidato de Brizola. Os nacionalistas e a esquerda puderam festejar a vitória de Miguel Arraes em Pernambuco e o extraordinário êxito de Brizola no Rio de

Janeiro. Candidatando-se a deputado federal, ele recebeu a maior soma de votos obtidos até então por um candidato em eleições legislativas, ou seja, 269 mil votos. Entretanto, tendo-se em conta que em 1960 Carlos Lacerda e Magalhães Pinto haviam sido eleitos respectivamente governadores da Guanabara (Rio de Janeiro) e de Minas, Jango tinha contra si os governadores dos maiores Estados. Quando muito, podia esperar certo entendimento com Magalhães Pinto.

8.10.8. A VOLTA DO PRESIDENCIALISMO

Em janeiro de 1963, cerca de 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões de votantes responderam "não" ao parlamentarismo. Retornava assim o sistema presidencialista, com João Goulart na chefia do governo. O ministério por ele escolhido era bem indicativo de sua estratégia. Buscava enfrentar os problemas econômico-financeiros com seriedade através de figuras da chamada "esquerda positiva", como era o caso de San Tiago, no Ministério da Fazenda, e do ministro do Planejamento Celso Furtado. Tratava, ao mesmo tempo, de reforçar o que na época se chamava de "dispositivo sindical" e "dispositivo militar", como bases de sustentação de seu governo. Para o Ministério do Trabalho foi escolhido Almino Afonso, um nome com boa receptividade na esquerda do PTB e entre os comunistas. No Ministério da Guerra, permaneceu o general moderado Amauri Kruel, que vinha do gabinete parlamentarista, mas os oficiais nacionalistas Osvino Alves, comandante do I Exército, com sede no Rio, e Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, reforçaram aparentemente o dispositivo militar.

O PLANO TRIENAL

A situação financeira que Jânio anunciara ser terrível continuou a piorar. Houve uma escalada da inflação, cujo índice anual passou de 26,3% em 1960 para 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962. Para enfrentar esse e outros problemas, Celso Furtado lançou o Plano Trienal, que pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação.

O Plano Trienal era um conjunto coerente de medidas, que buscavam resolver problemas de longo e de curto prazo. Pela sua abrangência, distinguia-se dos planos anteriores, lançados nos governos de Juscelino e Jânio. Previa a reforma agrária, que se acreditava necessária não sõ no aspecto social mas para ampliar a produção agrícola, e outras reformas no setor administrativo, fiscal etc. A curto e médio prazo propunha um programa semelhante aos anteriores para reduzir a inflação e manter a capacidade de importação do país. O primeiro ponto passava pela redução dos gastos públicos, mas não dos investimentos públicos, pois estes eram essenciais para o crescimento econômico. Os recursos não seriam obtidos com a emissão de papel-moeda e sim através do corte dos subsídios dados à importação de certos produtos e às indústrias estatais e através do aumento dos impostos incidentes sobre os grupos de renda mais alta. A manutenção da capacidade de importar significava garantir uma folga de divisas suficientes para que o país continuasse a adquirir no exterior bens indispensáveis à industrialização. Isso se vinculava a um acerto com os credores da dívida externa, evitando que seu serviço consumisse uma parcela excessiva dos recursos disponíveis.

O plano econômico dependia da colaboração dos setores que dispunham de voz na sociedade. Essa colaboração mais uma vez faltou. Os beneficiários da inflação não tinham interesse no êxito das medidas; os inimigos de Jango desejavam a ruína do governo e o golpe; o movimento operário se recusava a aceitar restrições aos salários; a esquerda via o dedo do imperialismo por toda parte. Os credores externos mostraram-se reticentes na viagem que San Tiago Dantas realizou a Washington em março de 1963, alcançando magros resultados.

Em meados daquele ano, tornou-se claro que o plano tinha fracassado. A pá de cal foi um aumento de 70% no salário do funcionalismo, em meio a uma inflação que já chegara a 25% nos cinco primeiros meses do ano. Além disso, a economia como um todo dava sinais de declínio. O crescimento do PIB, que fora de 5,3% em 1962, caiu para 1,5% em 1963. A essa altura, Jango reformulou o ministério. San Tiago Dantas, executor do plano, deixou o governo, atacado por um câncer no pulmão. Almino Afonso saiu do Ministério do Trabalho; o general Dantas Ribeiro foi para o Ministério da Guerra. Em uma demonstração de que não pretendia seguir um caminho radical na política financeira, Goulart nomeou uma figura conservadora para o Ministério da

Fazenda – o ex-governador de São Paulo, Carvalho Pinto. A partir de meados de 1963, a radicalização das diferentes posições cresceu. No campo, os proprietários rurais que encaravam a reforma agrária como uma catástrofe pessoal começaram a se armar.

64. Jango discursa, na Paraíba, com ar abatido, proclamando que nada o afastará do rumo traçado por Getúlio Vargas

A GESTAÇÃO DO GOLPE DE 1964

Por outro lado, o movimento das Ligas, a sindicalização rural e a invasão de terras ganharam ímpeto. A opção por iniciativas à margem da legalidade se reforçou quando em outubro de 1963 o Congresso rejeitou a emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização. A esquerda do PTB, com Brizola à frente, queixava-se das vacilações de Jango na área das reformas sociais e das relações com o impe-

rialismo. Um acordo para a compra de uma empresa estrangeira, concessionária do fornecimento de energia elétrica – American and Foreign Power Co (Amforp) –, considerado lesivo aos interesses nacionais, recebeu duras críticas dos brizolistas. Brizola foi organizando sua base própria de ação. Assumiu o controle da Rádio Mayrink Veiga ainda em 1963, lançou o semanário *O Panfleto* e começou a organizar os "grupos de onze". Esses grupos deveriam se articular em todo o país para resistir às tentativas golpistas e ajudar a implantar medidas, como a convocação de uma Assembléia Constituinte e a moratória da dívida externa.

Nos meios militares, cresceu a conspiração contra Jango, fortalecida pelos partidários de uma "intervenção defensiva" contra os excessos governamentais. Entre eles, estava agora o próprio chefe do Estado-Maior do Exército – o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Uma revolta de sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha, ocorrida em Brasília em setembro de 1963, ajudou a empurrar esse grupo para a conspiração. A rebelião foi um protesto contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal que confirmou a impossibilidade de eleição dos sargentos. Os rebelados chegaram a ocupar edifícios públicos e a controlar as comunicações, prendendo também vários oficiais, até serem vencidos.

A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo.

Jango tomou um caminho que passava pelo adoção de medidas excepcionais. Em outubro de 1963, inspirado pelo dispositivo militar, sob a justificativa da necessidade de conter a agitação no campo e restabelecer a ordem, propôs ao Congresso a decretação do estado de sítio por trinta dias. A proposta fracassou, sendo mal recebida tanto pela direita como pela esquerda, e fez crescer as suspeitas sobre as intenções do governo. Na esquerda, a "democracia formal" era vista como um simples instrumento a serviço dos privilegiados. Como aceitar seu jogo difícil de marchas e contramarchas, se havia todo um mundo a ganhar através da implantação das reformas de base, "na lei ou na marra"?

Em outubro de 1963, ocorreu a última grande paralisação operária em São Paulo, antes da queda de Jango, desligada de motivos estritamente políticos. A chamada "greve dos 700 mil" durou alguns dias, abrangendo sobretudo os setores metalúrgico, químico, de papel e papelão. Os trabalhadores alcançaram uma vitória parcial, ao conseguir aumento de 80% dos salários. Mas não tiveram êxito na reivindicação de unificar os futuros acordos salariais para todos os operários através de negociações entre a CNTI de um lado e a FIESP de outro. O aumento seria rapidamente desfeito pela inflação. O espantalho da hiperinflação começou a ser agitado pelos partidários de um golpe, como prova de que o governo estava levando o país para um precipício.

No início de 1964, aconselhado por seu círculo de íntimos, Jango optou por um rumo que se revelou desastroso. Esse rumo consistia mais ou menos no seguinte. Com apoio nos dispositivos militar e sindical, o presidente deveria contornar o Congresso, começando a realizar por decreto as reformas de base. Para mostrar a força do governo, reuniria grandes massas em uma série de atos onde iria anunciando as reformas. O primeiro grande comício foi marcado para o dia 13 de março no Rio de Janeiro. Ele ficou conhecido como o "comício da Central" por ter sido realizado na Praça da República, situada em frente à Estação da Central do Brasil. Cerca de 150 mil pessoas aí se reuniram sob a proteção de tropas do I Exército para ouvir a palavra de Jango e Brizola, que, aliás, já não se entendiam. As bandeiras vermelhas que pediam a legalização do PC, as faixas que exigiam a reforma agrária etc. foram vistas pela televisão, causando arrepios nos meios conservadores. Jango assinou na ocasião dois decretos. O primeiro deles era sobretudo simbólico e consistia na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás. O segundo – chamado de decreto da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) – declarava sujeitas a desapropriação propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das que estariam sujeitas à medida. O presidente revelou também que estavam em preparo a reforma urbana – um espantalho para a classe média temerosa de perder seus imóveis para os inquilinos – e propostas a serem encaminhadas ao Congresso, que previam mudanças nos impostos e concessão de voto aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas.

8.10.9. O Golpe de 1964

O primeiro ato das reformas de Jango marcou o começo do fim de seu governo. Um sinal de tempestade veio com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada em São Paulo, a partir das associações das senhoras católicas ligadas à Igreja conservadora. Cerca de 500 mil pessoas desfilaram pelas ruas de São Paulo, a 19 de março, em uma demonstração de que os partidários de um golpe poderiam contar com uma significativa base social de apoio. Um grave acontecimento militar ajudou a criar um clima ainda mais favorável aos conspiradores. A Associação dos Marinheiros vinha se destacando na luta pela garantia de direitos aos marinheiros e por melhores vencimentos. Seu líder mais importante era o cabo Anselmo, que se tornaria mais tarde, ou já era nessa época, segundo alguns, informante do Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

A 24 de março, o ministro Sílvio Mota ordenou a prisão dos dirigentes da associação, acusados de subverter a hierarquia. No dia seguinte, cerca de 2 mil praças da Marinha e dos fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos, com a presença dos dirigentes contra quem existia a ordem de prisão, para comemorar o segundo aniversário da entidade e promover novas reivindicações. O ministro Sílvio Mota cercou o local com um contingente de fuzileiros e solicitou ajuda do I Exército. Afinal, com a intervenção de um dos líderes do CGT – Dante Pellacani – e outras figuras políticas, chegou-se a uma solução negociada. Sob pressão e sentindo-se desprestigiado, o ministro da Marinha demitiu-se. Para seu lugar Jango nomeou uma figura apagada, o almirante reformado Paulo Rodrigues, escolhido com o apoio do CGT. O novo ministro quis acalmar os ânimos, anunciando que os revoltosos não seriam punidos. Na realidade, lançou mais lenha na fogueira: o Clube Militar e um grupo de altas patentes da Marinha denunciaram seu ato como um incentivo à quebra da hierarquia militar.

Quando Jango realizou um último gesto perigoso, indo discursar no Rio em uma assembléia de sargentos, o golpe já estava em marcha. Ele foi precipitado pelo general Olímpio Mourão Filho, envolvido no sombrio episódio do Plano Cohen em 1937. Com o apoio do governador Magalhães Pinto, Mourão mobilizou a 31 de março as tropas sob seu comando sediadas em Juiz de Fora, deslocando-se em direção ao Rio de Janeiro. A situação se definiu

com rapidez inesperada, pois aparentemente um confronto entre tendências militares opostas parecia inevitável. No Rio de Janeiro, Lacerda armou-se no interior do Palácio Guanabara, à espera de um ataque dos fuzileiros navais comandados pelo almirante Cândido Aragão, o que não ocorreu. A 1º de abril, Goulart voou para Brasília e evitou qualquer ação que pudesse resultar em derramamento de sangue. As tropas do II Exército sob o comando do general Amauri Kruel, que se deslocavam pelo Vale do Paraíba em direção ao Rio, confraternizaram-se com as do I Exército. Na noite de 1º de abril, quando Goulart rumara de Brasília para Porto Alegre, o presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu o cargo, na linha constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli. Mas o poder já não estava nas mãos dos civis e sim dos comandantes militares.

Brizola tentou ainda mobilizar tropas e população no Rio Grande do Sul, repetindo a façanha de 1961. Mas não teve êxito. Em fins de abril, acabou se exilando no Uruguai, onde Jango já se encontrava. Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país, os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, começando a instaurar um regime autoritário. O governo Goulart, aparentemente assentado em forças poderosas, se esfacelara. O que acontecera com os dispositivos militar e sindical?

Na realidade, João Goulart e a cúpula que o apoiava tinham uma visão equivocada do quadro político. Eles tomavam o que se passava nas esferas do poder como expressão do que se passava na sociedade. Acreditavam também que, em sua maioria, o Exército era partidário das reformas propostas pelo governo, pois expressava, por sua história e pela origem de seus integrantes, a vontade popular. Existiam sim os "golpistas", mas eles eram uma minoria, controlada pelo dispositivo militar e pela ação dos quadros inferiores.

É certo que a maioria da oficialidade preferira, ao longo dos anos, não quebrar a ordem constitucional, mas havia outros princípios mais importantes para a instituição militar: a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, o controle do comunismo. Quebrados esses princípios, a ordem se transformava em desordem, e a desordem justificava a intervenção.

A perda da legitimidade de Jango, a seguida quebra da disciplina, a aproximação entre inferiores das Forças Armadas e trabalhadores organizados

acabou por levar os moderados das Forças Armadas a engrossar a conspiração, em um deslocamento semelhante ao que ocorreu nos meios civis.

Quanto ao chamado dispositivo sindical, tinha ele a capacidade de mobilizar, como vimos, setores da classe operária, especialmente na área do Estado, mas não muito mais do que isso. A grande massa dos assalariados, fustigada pela inflação, praticamente ignorou a ordem de greve geral decretada pelo CGT. De qualquer forma, uma mobilização operária pouco poderia obter de prático a não ser que as Forças Armadas se dividissem, o que não aconteceu. Desse modo, embora fosse expressivo o avanço dos movimentos sociais no país, politicamente Jango ficou suspenso no ar. A seu redor, ficaram apenas um ministro da Guerra, submetido a uma intervenção cirúrgica, que já não comandava; líderes sindicais alvo da repressão e com escassos liderados; e amigos responsáveis por fomentar ilusões, como o chefe da Casa Civil Darcy Ribeiro e o secretário de imprensa Raul Riff.

O movimento de março de 1964 era inevitável?

A resposta a essa pergunta está muito relacionada com a maneira como encaramos os fatos históricos. Se assumirmos uma visão que dá maior ênfase às estruturas econômico-sociais do que à ação das forças políticas, tenderemos a responder afirmativamente. Nessa óptica, lembraríamos que um modelo econômico – o do desenvolvimento nacional autônomo – e o regime político a ele associado – o populismo – tinham esgotado suas possibilidades de existência. Jango representaria uma sobrevida do populismo, destinado a desaparecer desde os últimos tempos de Getúlio.

Essa interpretação contém uma parte da verdade, mas não toda a verdade. É certo que tanto a perspectiva do desenvolvimento nacional autônomo como o regime populista estavam se esgotando naqueles anos. Mas não seria possível uma mudança de rumos compatível com o regime democrático?

Somos inclinados a dizer que esse caminho era improvável mas não impossível. A implantação de uma ditadura militar com alguns disfarces resultou das circunstâncias e das opções dos atores políticos. Abandonado qualquer esforço pela manutenção da democracia, a polarização de posições resultou em uma prova de força. Esse era o campo privilegiado da ação dos conspiradores que contrapuseram a violência às ilusões da esquerda.

9

O REGIME MILITAR

1964-1985

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência "do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções".

9.1. O ATO INSTITUCIONAL Nº 1 E A REPRESSÃO

O AI-1 foi baixado a 9 de abril de 1964, pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Formalmente, manteve a Constituição de 1946 com várias modificações, assim como o funcionamento do Congresso. Este último aspecto seria uma das características do regime militar. Embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos dos cidadãos foram apre-

65. Marcha da Família com Deus pela Liberdade, São Paulo, 1964.

sentadas como temporárias. O próprio AI-1 limitou sua vigência até 31 de janeiro de 1966.

Várias das medidas do AI-1 tinham por objetivo reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso. O presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados no prazo de trinta dias na Câmara e em igual prazo no Senado; caso contrário, seriam considerados aprovados. Como era fácil obstruir votações no Congresso e seus trabalhos normalmente se arrastavam, a aprovação de projetos do Executivo "por decurso de prazo" se tornou um fato comum. Passou também para a competência do presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que viessem a criar ou aumentar a despesa pública.

O AI-1 suspendeu as imunidades parlamentares, e autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível – municipal, estadual e federal – e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade, assegurada aos magistrados, pela qual eles têm

direito a permanecer em seu cargo, e de estabilidade, conferida aos demais servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público.

O ato criou também as bases para a instalação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs), a que ficaram sujeitos os responsáveis "pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou por atos de guerra revolucionária". A partir desses poderes excepcionais, desencadearam-se perseguições aos adversários do regime, envolvendo prisões e torturas. Mas o sistema ainda não era inteiramente fechado. Existia a possibilidade de se utilizar do recurso de *habeas corpus* perante os tribunais, e a imprensa se mantinha relativamente livre.

Foi sobretudo graças às denúncias do jornal carioca *Correio da Manhã* que o presidente Castelo Branco determinou uma investigação sobre a prática de torturas, a cargo do então chefe da Casa Militar, general Ernesto Geisel. A investigação foi arquivada "por insuficiência de provas", mas de qualquer forma a tortura deixou de ser uma prática sistemática.

Os estudantes que tinham tido um papel de relevo no período Goulart foram especialmente visados pela repressão. Logo a 1º de abril, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada. Após sua dissolução, a UNE passou a atuar na clandestinidade. As universidades constituíram outro alvo privilegiado. A Universidade de Brasília, criada com propósitos renovadores e considerada subversiva pelos militares, sofreu também invasão um dia após o golpe.

Mas a repressão mais violenta concentrou-se no campo, especialmente no Nordeste, atingindo sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas. Nas cidades, houve intervenção em muitos sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais. As intervenções visaram em regra os sindicatos mais expressivos, abrangendo 70% das organizações que tinham mais de 5 mil membros.

Os expurgos atingiram, em 1964, 49 juízes. No Congresso, cinqüenta parlamentares tiveram o mandato cassado. Dos quarenta deputados que perderam o mandato em uma primeira lista, o PTB vinha na frente, com dezoito deputados; nenhuma cassação atingiu a UDN.

Calcula-se, em números conservadores, que mais de 1 400 pessoas foram afastadas da burocracia civil e em torno de 1 200, das Forças Armadas. Eram especialmente visadas as pessoas que haviam se destacado em posições nacio-

nalistas e de esquerda. Perderam o mandato os governadores dos Estados de Pernambuco e Sergipe, respectivamente Miguel Arraes e Seixas Dória, este último eleito pela UDN. O governador de Goiás – Mauro Borges –, ligado ao PSD, foi deposto em novembro de 1964, quando o AI-1 já havia expirado. A fórmula encontrada consistiu na aprovação pelo Congresso da intervenção federal naquele Estado. Entre as figuras mais conhecidas que tiveram mandatos cassados ou sofreram a suspensão de seus direitos políticos, além de nomes óbvios como os de Jango e Brizola, figuravam Jânio e Juscelino, este último senador por Goiás. No caso de Juscelino, era nítida a intenção de cortar um candidato civil de prestígio às próximas eleições presidenciais.

Todas essas indicações não chegam a dar conta do clima de medo e das delações que gradativamente foram se instalando no país. Em junho de 1964, o regime militar deu um passo importante no controle dos cidadãos, com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Seu principal idealizador e primeiro chefe foi o general Golberi do Couto e Silva. O SNI tinha como principal objetivo expresso "coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna". Na prática, transformou-se em um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, agindo por conta própria na "luta contra o inimigo interno". O general Golberi chegou mesmo a tentar justificar-se, anos mais tarde, dizendo que sem querer tinha criado um monstro.

9.2. O GOVERNO CASTELO BRANCO

O AI-1 estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional. A 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente, com mandato até 31 de janeiro de 1966.

Os homens que assumiram o poder formavam em sua maioria um grupo com fortes ligações com a ESG. O presidente Castelo fora diretor do Departamento de Estudos da ESG, entre abril de 1956 e novembro de 1958; o ministro do Interior – marechal Cordeiro de Farias – tinha sido o primeiro comandante da escola, e o ministro dos Transportes – marechal Juarez Távora –, seu segundo comandante.

66. Humberto Castelo Branco deposita sua aliança na urna da campanha "Ouro para o Bem do Brasil". 27.5.1964.

67. O presidente Charles de Gaulle estende as mãos para cumprimentar o marechal Castelo Branco, que se adianta para recebê-lo logo após seu desembarque no cais de honra da Marinha. 13.10.1964.

Entre os civis, o ministro do Planejamento Roberto Campos não freqüentara a ESG nem fazia parte de seu corpo permanente. Entretanto, desde meados da década de 1950, realizava em média duas conferências por ano na escola. Uma das razões pelas quais Castelo escolheu Campos para o ministério foi ter assistido a suas conferências e concordado com as conclusões.

O grupo castelista tinha, no plano político, o objetivo de instituir uma "democracia restringida" depois de realizar as cirurgias previstas no AI-1; no plano da economia, visava reformar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista. Para atingir esses propósitos, era necessário enfrentar a caótica situação econômico-financeira que vinha dos últimos meses do governo Goulart; controlar a massa trabalhadora do campo e da cidade; promover uma reforma do aparelho do Estado.

9.2.1. O PAEG

Tendo em vista o primeiro desses fins, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), sob a responsabilidade dos ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões. Bulhões tinha sido ministro no breve governo de Café Filho e era conhecido por suas posições ortodoxas. O PAEG tratou de reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Buscou controlar os gastos dos Estados, ao propor uma lei que proibia que eles se endividassem sem autorização federal. O reequilíbrio das finanças da União foi obtido através da melhora da situação das empresas públicas, do corte dos subsídios a produtos básicos como o trigo e o petróleo, que eram importados a uma taxa de câmbio mais baixa, e do aumento da arrecadação de impostos. As duas primeiras medidas produziram de início um impacto no custo de vida, pois foi necessário aumentar tarifas de serviços de energia elétrica, telefones etc. e elevar o preço da gasolina e do pão. Obteve-se o aumento da arrecadação de impostos por um melhor aparelhamento da máquina do Estado, que era notoriamente deficiente. A introdução da correção monetária para o pagamento de impostos em atraso contribuiu também para que, pelo menos em parte, ser devedor do Estado deixasse de ser um excelente negócio. A compressão dos salários começou a ser feita pela fixação de fórmulas de reajuste inferiores à inflação. Ela veio acompanhada de medidas destinadas a impedir as greves e a facilitar a rotatividade da mão-de-obra, no interesse das empresas.

A lei de greve aprovada em junho de 1964 pelo Congresso criou exigências burocráticas que tornaram praticamente impossível a realização de paralisações legais. É bom lembrar porém que em quase vinte anos de regime democrático o Congresso não aprovara nenhuma lei cumprindo o preceito constitucional que garantia o direito de greve, embora na prática ele fosse exercido livremente, nos últimos anos daquele período.

Por outro lado, o governo liquidou um dos direitos mais valorizados pelos assalariados urbanos – a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela CLT. A fórmula não surgiu imediatamente, mas só em setembro de 1966, quando foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na prática em substituição à estabilidade. Ainda que a adesão ao fundo não fosse por lei obrigatória, ela tomou de fato esse caráter. Sem

opção pelo FGTS passou a ser impossível obter emprego. O fundo é constituído por importâncias recolhidas mensalmente, na forma de um depósito bancário em nome do trabalhador. Ele só pode ser levantado em casos específicos, como despedida injusta, compra de casa própria, casamento, aposentadoria.

A criação do fundo foi vantajosa para os empregadores, que passaram a contratar e dispensar seus empregados mais livremente. Além disso, em muitos casos, o núcleo de trabalhadores estáveis representava um pesado ônus, dificultando a modernização das empresas. Entretanto, o FGTS trouxe para o trabalhador conseqüências negativas. Além de ser corroído pela correção monetária abaixo da inflação e pelo não-recolhimento de parcelas, o dinheiro do fundo não compensa a perda da garantia de estabilidade. Os períodos de recessão econômica iriam demonstrar a importância dessa garantia.

Com relação ao campo, a política repressiva do governo Castelo contra os chamados agitadores veio acompanhada de medidas que procuravam encaminhar soluções para o problema da terra. Em novembro de 1964, o Congresso aprovou o Estatuto da Terra para os fins de execução da reforma agrária e da promoção de uma política agrícola. Mas a lei, assim como outros instrumentos que se seguiram a ela, ficou em grande medida no papel.

Uma das mudanças de enfoque importantes dos ministros Campos e Bulhões se deu na área do comércio exterior. Eles romperam com a idéia então corrente do "estrangulamento das exportações", ou seja, de que existiam limites estreitos impostos a elas pela concorrência internacional. Os ministros consideravam que o potencial do Brasil fora subestimado. Lançaram assim uma campanha de exportação não apenas para explorar as enormes reservas naturais do país e vender produtos agrícolas como para promover os bens manufaturados. Eles esperavam contar com a entrada de capital estrangeiro, especialmente no setor de exportação. Para incentivar seu afluxo, em agosto de 1964 foi aprovada por decurso de prazo uma nova lei que regulava os investimentos estrangeiros e a remessa de lucros. Ficou revogada uma lei restritiva de 1962 que provocara protestos dos americanos e dos investidores externos em geral.

O PAEG alcançou seus objetivos. A combinação do corte de despesas e aumento de arrecadação reduziu o déficit público anual de 4,2% do PIB em 1963 para 3,2% em 1964 e 1,6% em 1965. A forte inflação de 1964 tendeu a ceder gradativamente, e o PIB voltou a crescer, a partir de 1966 (Tabela 9).

Tabela 9. Variação Anual da Inflação e do Produto Interno Bruto, 1964-1968

Ano	Inflação Variação %	Produto Interno Bruto Variação Anual %
1964	91,9	2,9
1965	34,5	2,7
1966	38,8	3,8
1967	24,3	4,8
1968	25,4	11,2

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos (Coord.), *Que Brasil É Este?*, pp. 38 e 40.

Por que o PAEG obteve êxito, ao contrário de planos anteriores?

Campos e Bulhões fizeram um diagnóstico adequado da situação, mas isso não era suficiente. Sem dúvida, a implantação de um regime autoritário no país facilitou a ação dos ministros, o que não significa que um regime desse tipo garanta estabilidade econômica. Vimos antes como para poder funcionar qualquer plano de estabilização dependia de sacrifícios por parte da sociedade. Em regime democrático, o êxito de um plano depende de um acordo com concessões recíprocas por parte dos diferentes setores sociais. Nas condições da sociedade brasileira da época e com a falta de visão de seus principais atores políticos, isso era coisa difícil de se alcançar. Foi o regime autoritário que permitiu a Campos e Bulhões tomar medidas que resultaram em sacrifícios forçados, especialmente para a classe trabalhadora, sem que esta tivesse condições de resistir. Devemos lembrar ainda que o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido, graças ao sinal verde do FMI e à maciça ajuda do governo americano através da Aliança para o Progresso, inaugurada pelo presidente Kennedy.

9.2.2. A POLÍTICA

O AI-1 não tocara no calendário para as eleições ao governo dos Estados. Em outubro de 1965, realizaram-se eleições diretas em onze deles. A esta altura, grande parte do entusiasmo pela revolução, entre seus próprios adeptos, tinha declinado. Era difícil iludir-se com a propaganda sobre o fim da corrup-

ção, e os bolsos da classe média estavam vazios. Apesar do veto a determinados candidatos por parte da chamada linha-dura das Forças Armadas, a oposição triunfou em Estados importantes. O velho getulista e colaborador de Juscelino, Negrão de Lima, venceu na Guanabara; em Minas, outro colaborador de Juscelino saiu vitorioso – o primeiro prefeito de Brasília, Israel Pinheiro. A oposição ganhou ainda em Santa Catarina e Mato Grosso. O resultado das urnas alarmou os meios militares. Os grupos de linha-dura, adversários dos castelistas, viram nele a prova de que o governo era muito complacente com seus inimigos. Eles pregavam a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito do sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção.

OS AI-2 E 3

Sob pressão desses setores, Castelo baixou o AI-2, a 17 de outubro de 1965, apenas 24 dias após as eleições estaduais. O AI-2 estabeleceu em definitivo que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal. Evitava-se assim o voto secreto para prevenir surpresas. Diga-se de passagem que, em fevereiro de 1966, o AI-3 estabeleceu também o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados através das respectivas Assembléias estaduais.

O AI-2 reforçou ainda mais os poderes do presidente da República ao estabelecer que ele poderia baixar atos complementares ao ato, bem como decretos-leis em matéria de segurança nacional. O governo passou a legislar sobre assuntos relevantes através de decretos-leis, ampliando até onde quis o conceito de segurança nacional existentes. Mas a medida mais importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos existentes. Os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que, bem ou mal, exprimiam diferentes correntes da opinião pública. A legislação partidária forçou na prática a organização de apenas dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que agrupava os partidários do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reunia a oposição. A maior parte dos políticos que se filiaram à Arena tinha pertencido

à UDN e em número quase igual ao PSD; o MDB foi formado por figuras do PTB, vindo a seguir o PSD.

O AI-4 E A CONSTITUIÇÃO DE 1967

Nas eleições legislativas de 1966, a Arena obteve 63,9% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados e o MDB, 36%. Lembremos porém que a oposição mais radical fez campanha pelo voto nulo. Houve 14,2% de votos em branco e 6,8% de nulos.

O governo Castelo completou as mudanças nas instituições do país, fazendo aprovar pelo Congresso uma nova Constituição em janeiro de 1967. A expressão "fazendo aprovar" deve ser tomada em sentido literal. Submetido a novas cassações, o Congresso fora fechado por um mês em outubro de 1966 e reconvocado pelo AI-4 para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar o novo texto constitucional. A Constituição de 1967 incorporou a legislação que ampliara os poderes conferidos ao Executivo, especialmente em matéria de segurança nacional, mas não manteve os dispositivos excepcionais que permitiriam novas cassações de mandatos, perda de direitos políticos etc.

Uma das característivas do regime implantado em 1964 foi o de não ser uma ditadura pessoal. Poderíamos compará-lo a um condomínio em que um dos chefes militares – general de quatro estrelas – era escolhido para governar o país com prazo definido. A sucessão presidencial se realizava, de fato, no interior da corporação militar, com audiência maior ou menor da tropa, conforme o caso, e decisão final do Alto Comando das Forças Armadas. Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena. Mas o Congresso, descontados os votos da oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima.

9.3. O GOVERNO COSTA E SILVA

O grupo castelista não conseguiu fazer o sucessor de Castelo. Foram eleitos para presidente o general Artur da Costa e Silva e para vice-presidente um civil, o udenista mineiro Pedro Aleixo. Eles tomaram posse em março de 1967.

68. Arthur da Costa e Silva. 15.11.1967.

Apesar de ter sido ministro da Guerra de Castelo Branco, Costa e Silva era uma figura estranha ao grupo da Sorbonne. O "tio velho", como era chamado pelos conspiradores de 1964, fizera uma carreira militar sólida, incluindo desde meses de treinamento nos Estados Unidos até o comando do IV Exército, nos anos tensos de 1961-1962. Seu estilo porém não coincidia com o do intelectualizado Castelo. Ele não se interessava por leituras complicadas sobre estratégia militar, preferindo coisas mais leves e corridas de cavalos. Mais significativo do que essa diferença de personalidades era o fato de que Costa e Silva concentrava as esperanças da linha-dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas. Estes estavam descontentes com a política castelista de aproximação com os Estados Unidos e de facilidades concedidas aos capitais estrangeiros. Não havia, aliás, incompatibilidade entre ser "linha-dura" e nacionalista. Existia até uma tendência à junção dessas orientações.

Já na escolha do ministério, Costa e Silva cortou o grupo de Castelo Branco. Nenhum nome da equipe anterior permaneceu no governo. Cresceu o número de militares em postos importantes, com exceção dos ministérios da

Fazenda e do Planejamento, atribuídos respectivamente a Antônio Delfim Netto e Hélio Beltrão. Delfim vinha da Secretaria da Fazenda de São Paulo, onde pusera a casa em ordem.

Seria um erro supor, porém, que Costa e Silva tenha sido no poder um instrumento da linha-dura. Levando em conta as pressões existentes na sociedade, estabeleceu pontes com a oposição moderada e tratou de ouvir os discordantes. Ao mesmo tempo, iniciou uma ofensiva na área trabalhista, incentivando a organização de sindicatos e a formação de lideranças sindicais confiáveis. Os acontecimentos iriam atropelar essa política de liberalização restrita.

9.3.1. A Oposição se Rearticula

Desde 1966, passado o primeiro impacto da repressão, a oposição vinha se rearticulando. Muitos membros da hierarquia da Igreja se defrontraram com o governo, destacando-se no Nordeste a atuação do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara. Os estudantes começaram também a se mobilizar em torno da UNE.

No cenário político, colocado à margem, Lacerda se aproximou de seus inimigos tradicionais Jango e Juscelino para formar a Frente Ampla. Reunidos em Montevidéu, os lideres da Frente Ampla se propuseram lutar pela redemocratização do país e a afirmação dos direitos dos trabalhadores. Em 1968, as mobilizações ganharam ímpeto. 1968 não foi um ano qualquer. Em vários países, os jovens se rebelaram, embalados pelo sonho de um mundo novo. Nos Estados Unidos, houve grandes manifestações contra a Guerra do Vietnã; na França, a luta inicial pela transformação do sistema educativo assumiu tal amplitude que chegou a ameaçar o governo De Gaulle. Buscava-se revolucionar todas as áreas do comportamento, em busca da liberação sexual e da afirmação da mulher. As formas políticas tradicionais eram vistas como velharias e esperava-se colocar "a imaginação no poder". Esse clima, que no Brasil teve efeitos visíveis no plano da cultura em geral e da arte, especialmente da música popular, deu também impulso à mobilização social. Era um árduo caminho colocar "a imaginação no poder", em um país submetido a uma ditadura militar. O catalisador das manifestações de rua em 1968 foi a

morte de um estudante secundarista. Edson Luís foi morto pela Polícia Militar durante um pequeno protesto realizado no Rio de Janeiro, no mês de março, contra a qualidade da alimentação fornecida aos estudantes pobres no restaurante do Calabouço. Seu enterro e a missa rezada na igreja da Candelária foram acompanhados por milhares de pessoas. A indignação cresceu com a ocorrência de novas violências.

Esses fatos criaram condições para uma mobilização mais ampla, reunindo não só os estudantes como setores representativos da Igreja e da classe média do Rio de Janeiro. O ponto alto da convergência dessas forças que se empenhavam na luta pela democratização foi a chamada passeata dos 100 mil, realizada a 25 de junho de 1968.

Ao mesmo tempo, ocorreram duas greves operárias agressivas – as de Contagem, perto de Belo Horizonte, e de Osasco, na Grande São Paulo. A greve de Contagem começou quando 1 700 operários da Siderúrgica Belgo-Mineira paralisaram o trabalho e tomaram seus diretores como reféns. Em uma semana, havia 15 mil trabalhadores parados, exigindo um aumento salarial de 25%. Após cerca de dez dias, um acordo pôs fim ao movimento.

A greve de Osasco (julho de 1968) teve características diferentes. Enquanto a de Contagem foi até certo ponto espontânea, a de Osasco resultou de um trabalho conjunto de trabalhadores e de estudantes, começando com a ocupação da Cobrasma. A prova de força com o governo, tendo a greve como instrumento, deu mau resultado. O Ministério do Trabalho interveio no Sindicato dos Metalúrgicos, forçando seu presidente José Ibraim a optar pela clandestinidade. Pesado aparato militar realizou com violência a desocupação da Cobrasma.

9.3.2. Início da Luta Armada

A greve de Osasco sofreu a influência de grupos de esquerda que tinham assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar. Esses grupos foram muito influenciados pelo exemplo da Revolução Cubana e pelo surgimento de guerrilhas em vários países da América Latina, como a Guatemala, Colômbia, Venezuela e Peru. Teve também papel significativo um livro escrito pelo intelectual francês Régis Debray, que esteve na Bolívia por

ocasião da tentativa frustrada de Che Guevara de aí implantar uma guerrilha. O livro *Revolução na Revolução*, publicado em 1967, defendia a idéia de que, nas condições do mundo contemporâneo, o papel dos partidos e das classes sociais na construção de um movimento socialista revolucionário deveria ser revisto. Esse movimento só poderia ter possibilidades de êxito a partir de um grupo armado que se instalasse em um ponto de um país – o chamado foco –, e a partir daí se irradiasse através de suas ações até alcançar o apoio das classes dominadas.

No Brasil, a organização tradicional de esquerda – o PCB – opunha-se à luta armada. Em 1967, um grupo liderado pelo veterano comunista Carlos Marighella rompeu com o partido e formou a Aliança de Libertação Nacional (ALN). A AP já optara pela luta armada e novos grupos foram surgindo, entre eles o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), esta última com forte presença de militares de esquerda.

Os grupos de luta armada começaram suas primeiras ações em 1968. Uma bomba foi colocada no consulado americano em São Paulo; surgiram também as "expropriações", ou seja, assaltos para reunir fundos. A ALN realizou um assalto espetacular a um trem pagador da Santos–Jundiaí.

Todos esses fatos eram suficientes para reforçar a linha-dura na sua certeza de que a revolução estava se perdendo e era preciso criar novos instrumentos para acabar com os subversivos. O pretexto para pôr fim à liberalização restrita foi um fato aparentemente sem maior importância. O deputado Márcio Moreira Alves, eleito pelo MDB da Guanabara, fez um discurso em que concitava a população a boicotar a parada militar de 7 de setembro, sugerindo ainda às mulheres que se recusassem a namorar oficiais que silenciassem diante da repressão ou participassem de atos de violência. O texto do discurso – ignorado pelo grande público – foi distribuído nas unidades das Forças Armadas. Criado o clima de indignação, os ministros militares requereram ao STF fosse aberto um processo criminal contra Moreira Alves, por ofensas à honra e à dignidade das Forças Armadas. O processo dependia de licença do Congresso, que era necessária porque a Constituição de 1967 que estava em vigor garantia a imunidade dos parlamentares. Em uma decisão inesperada, o Congresso, por 216 votos contra 141, negou-se a suspender as imunidades. Menos de 24 horas de-

pois, a 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva baixou o AI-5, fechando o Congresso.

9.3.3. O AI-5

O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou, se quiserem, de uma contra-revolução dentro da contra-revolução. Ao contrário dos atos anteriores, não tinha prazo de vigência e não era, pois, uma medida excepcional transitória. Ele durou até o início de 1979.

O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso. Podia além disso intervir nos Estados e municípios, nomeando interventores. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos.

Desde o AI-2, tribunais militares vinham julgando civis acusados da prática de crimes contra a segurança nacional. Pelo AI-5, ficou suspensa a garantia de *habeas corpus* aos acusados desses crimes e das infrações contra a ordem econômica e social e a economia popular.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo.

Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 consistiu no fato de que reforçou a tese dos grupos de luta armada. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar. Pelo contrário, seguia cada vez mais o curso de uma ditadura brutal. A partir de 1969, as ações armadas se multiplicaram. Já em janeiro daquele ano, o capitão Carlos Lamarca, à frente de um grupo de militares, assaltou um depósito de armas do Exército, em Quitaúna, perto de São Paulo. Lamarca – um oficial que até recentemente estivera nas páginas das revistas ensinando bancários a atirar contra subversivos assaltantes de bancos – era na realidade membro da VPR.

9.4. A JUNTA MILITAR

Em agosto de 1969, Costa e Silva foi vítima de um derrame que o deixou paralisado. Os ministros militares decidiram substituí-lo, violando a regra constitucional que apontava como substituto o vice-presidente Pedro Aleixo. Além de ser civil, Pedro Aleixo tinha o grave defeito de ter-se oposto ao AI-5. Desse modo, através de mais um Ato Institucional (AI-12, de 31 de agosto de 1969), os ministros Lira Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha, e Márcio de Sousa e Melo, da Aeronáutica, assumiram temporariamente o poder.

A junta militar respondeu com várias medidas formais de repressão, além da tortura, à escalada da esquerda radical. Esta começou a seqüestrar membros do corpo diplomático estrangeiro para trocá-los por prisioneiros políticos. A ação de maior ressonância foi o seqüestro do embaixador dos Estados Unidos, realizado no Rio de Janeiro pela ALN e o MR-8, apenas quatro dias após a junta militar ter-se instalado no poder. Os grupos armados conseguiram a libertação de quinze presos políticos, que foram transportados para o México, em troca da liberdade do embaixador Elbrick.

Através do AI-13, a junta criou a pena de banimento do território nacional, aplicável a todo brasileiro que "se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional". Os primeiros banidos foram os prisioneiros trocados pelo embaixador americano. Estabeleceu-se também pelo AI-14 a pena de morte para os casos de "guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva".

A pena de morte nunca foi aplicada formalmente, preferindo-se a ela as execuções sumárias ou no correr de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos e as forças da ordem ou como desaparecimentos misteriosos.

Até 1969, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) foi o órgão mais em evidência como responsável pela utilização da tortura. A partir daquele ano, surgiu em São Paulo a Operação Bandeirantes (Oban), vinculada ao II Exército, cujo raio de ação se concentrou no eixo São Paulo-Rio. A OBAN deu lugar aos DOI-CODI, siglas do Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna. Os DOI-CODI se estenderam a vários Estados e foram os principais centros de tortura do regime militar.

Enquanto o país vivia um dos seus períodos políticos mais tenebrosos, o governo alcançava êxitos na área econômica. Reequilibradas as finanças por Campos e Bulhões através de uma recessão relativamente curta, Delfim Netto tratou de incentivar o crescimento econômico, facilitando a expansão do crédito. Ao mesmo tempo, estabeleceu controles de preços para refrear a inflação que, a partir de um patamar de 25,4% de elevação em 1968, começou a declinar. Houve uma forte recuperação industrial em 1968, liderada pela indústria automobilística, produtos químicos e material elétrico. A construção civil expandiu-se bastante, graças principalmente aos recursos fornecidos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

Em 1968 e 1969, o país cresceu em ritmo impressionante, registrando a variação respectivamente de 11,2% e 10,0% do PIB, o que corresponde a 8,1% e 6,8% no cálculo *per capita*. Começava assim o período do chamado "milagre econômico" que examinaremos ao tratar do governo Médici.

9.5. O GOVERNO MÉDICI

Em meados de outubro de 1969, Costa e Silva ainda vivia, mas sem possibilidades de recuperação. Diante disso, a junta militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, marcando eleições, pelo Congresso Nacional, para o dia 25 de outubro. Determinou ainda que o mandato do futuro presidente começaria a 30 de outubro e terminaria a 15 de março de 1974.

Vários nomes vinham já concorrendo na disputa interna das Forças Armadas pela indicação do sucessor de Costa e Silva. Entre os oficiais mais jovens, era extremamente popular o general nacionalista Albuquerque Lima, que tinha também pontes nos meios civis, inclusive no MDB. Mas ele foi afastado da corrida, a pretexto de ser um general de apenas três estrelas. Dentre os que possuíam as indispensáveis quatro estrelas, o Alto Comando das Forças Armadas escolheu para presidente o general Emílio Garrastazu Médici e para vice-presidente o ministro da Marinha Augusto Rademaker.

Médici era um militar gaúcho como Costa e Silva. Descendia de italianos na linha paterna e sua mãe era de origem basca. Na década de 1950, fora chefe do Estado-Maior de Costa e Silva, então comandante da III Região

Militar, tornando-se seu amigo íntimo. Como comandante da Academia Militar de Agulhas Negras, apoiou o movimento de 1964 e, após a queda de Jango, foi nomeado adido militar do Brasil em Washington. Quando Costa e Silva alcançou a presidência da República, foi nomeado chefe do SNI. Apesar dessa carreira, era um nome desconhecido para o grande público.

Médici dividiu seu governo em três áreas: a militar, a econômica e a política. O ministro do Exército Orlando Geisel ficou encarregado de administrar a área militar. Delfim Netto, que continuou no Ministério da Fazenda, assumiu o comando da economia. A política ficou nas mãos do chefe da Casa Civil, o professor de direito Leitão de Abreu. Daí resultou o paradoxo de um comando presidencial dividido, em um dos períodos mais repressivos, se não o mais repressivo, da história brasileira.

9.5.1. O Declínio da Luta Armada

Os grupos armados urbanos, que a princípio deram a impressão de desestabilizar o regime com suas ações espetaculares, declinaram e praticamente desapareceram. Esse desfecho resultou em primeiro lugar da eficácia da repressão, que acabou com os ativistas da luta armada e seus simpatizantes – a chamada "rede de apoio", constituída sobretudo de jovens profissionais. Outra razão para o declínio foi o fato de os grupos armados isolarem-se da massa da população, cuja atração por suas ações era mínima, para não dizer nenhuma. A esquerda radical equivocara-se completamente, pensando poder criar no Brasil um novo Vietnã.

Carlos Marighella morreu em novembro de 1969, em uma emboscada policial fruto de informações obtidas através da tortura. A VPR fora reduzida a quase nada no início de 1971. Aconselhado por seus companheiros a fugir do país, Lamarca insistiu em ficar. Após vários deslocamentos, embrenhou-se no sertão da Bahia, onde foi alcançado e morto em setembro de 1971.

Restou um foco de guerrilha rural que o PC do B começou a instalar em uma região banhada pelo Rio Araguaia, próxima a Marabá, situada no leste do Pará – o chamado Bico do Papagaio. Nos anos 1970-1971, os guerrilheiros em número aproximado de setenta pessoas estabeleceram ligações com os

camponeses, ensinando-lhes métodos de cultivo e cuidados com a saúde. O Exército descobriu o foco em 1972, mas não se revelou tão apto na repressão como fora com a guerrilha urbana. Foi só em 1975, após transformar a região em zona de segurança nacional, que as forças do Exército conseguiram liquidar ou prender o grupo do PC do B. Tudo isso não chegou ao conhecimento do grande público, pois a divulgação do assunto era proibida. Quando muito, corriam boatos desencontrados sobre a guerrilha do Araguaia.

Por outro lado, a oposição legal chegou a seu nível mais baixo no governo Médici, como resultado das condições econômicas favoráveis, da repressão e, em menor escala, da campanha pelo voto nulo. Nas eleições legislativas de 1970, quando se renovaram dois terços das cadeiras do Senado, a Arena ganhou 41 cadeiras e o MDB, apenas cinco. Na Câmara dos Deputados, a Arena conquistou 223 cadeiras contra 87 do MDB.

9.5.2. A Arma da Propaganda

O governo Médici não se limitou à repressão. Distinguiu claramente entre um setor significativo mas minoritário da sociedade, adversário do regime, e a massa da população que vivia um dia-a-dia de alguma esperança nesses anos de prosperidade econômica. A repressão acabou com o primeiro setor, enquanto a propaganda encarregou-se de, pelo menos, neutralizar o segundo. Para alcançar este último objetivo, o governo contou com o grande avanço das telecomunicações no país, após 1964. As facilidades de crédito pessoal permitiram a expansão do número de residências que possuíam televisão: em 1960, apenas 9,5% das residências urbanas tinham televisão; em 1970, a porcentagem chegava a 40%. Por essa época, beneficiada pelo apoio do governo, de quem se transformou em porta-voz, a TV Globo expandiu-se até se tornar rede nacional e alcançar praticamente o controle do setor. A propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira na história do país. A promoção do "Brasil grande potência" foi realizada a partir da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), criada no governo Costa e Silva, mas que não chegou a ter importância nesse governo. Foi a época do "Ninguém segura este país", da marchinha *Prá Frente Brasil*, que embalou a grande vitória brasileira na Copa do Mundo de 1970.

Foi a época em que muitos brasileiros idosos de classe média lamentavam não ter condições biológicas para viver até o novo milênio, quando o Brasil se equipararia ao Japão.

9.5.3. O "MILAGRE BRASILEIRO"

O período do chamado "milagre" estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual, 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. Isso parecia de fato um milagre. Só que o fenômeno tinha uma explicação terrena e não podia durar indefinidamente.

Os técnicos planejadores do "milagre", com Delfim à frente, beneficiaram-se, em primeiro lugar, de uma situação da economia mundial caracterizada pela ampla disponibilidade de recursos. Os países em desenvolvimento mais avançados aproveitaram as novas oportunidades para tomar empréstimos externos. O total da dívida externa desses países, não-produtores de petróleo, aumentou de menos de 40 bilhões de dólares em 1967 para 97 bilhões em 1972 e 375 bilhões de dólares em 1980. Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil o investimento de capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de 4,3 bilhões de dólares, quase o dobro do nível de 1971 e mais de três vezes o de 1970. Um dos setores mais importantes do investimento estrangeiro foi o da indústria automobilística, que liderou o crescimento industrial com taxas anuais acima de 30%. A ampliação do crédito ao consumidor e a revisão das normas de produção, autorizando a fabricação de carros de tamanho médio, atraíram fortes investimentos da General Motors, da Ford e da Chrysler.

Houve também uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram com os incentivos dados pelo governo à exportação de produtos industriais: créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos e outras medidas semelhantes. Nas exportações agrícolas, destacou-se o avanço da soja, cujos preços no mercado internacional eram bastante favoráveis.

O esforço pela diversificação, que visava tornar o Brasil menos dependente de um único produto, deu resultados. Entre 1947 e 1964, o café representava 57% do valor das exportações brasileiras. Passou a representar 37% entre 1965 e 1971 e apenas 15% entre 1972 e 1975.

Outro fator a ser destacado é o do aumento da capacidade de arrecadar tributos, por parte do governo. Esse fato contribuiu para a redução do déficit público e da inflação.

A política de Delfim se destinava a promover o que se chamou de desenvolvimento capitalista associado. Seria engano pensar que essa política aplicava uma receita liberal, deixando à "mão invisível do mercado" a tarefa de promover o desenvolvimento. Pelo contrário, o Estado intervinha em uma extensa área, indexando salários, concedendo créditos, isenções de tributos aos exportadores etc. Muitos setores da grande indústria, dos serviços e da agricultura que gritam contra os gastos e a intromissão do Estado na economia beneficiaram-se largamente da ação do Estado naqueles anos.

A fórmula do "milagre" não tinha por trás dela o FMI. Por exemplo, em seu relatório de 1971, o FMI criticou-a, entre outros pontos, por facilitar a convivência com a inflação no presente mas dificultar a resolução do problema no futuro.

Quais eram os pontos fracos do "milagre"?

Devemos distinguir entre pontos vulneráveis e pontos negativos. O principal ponto vulnerável estava em sua excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, que eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros, pela expansão das exportações etc. Outro ponto vulnerável era a necessidade cada vez maior de contar com determinados produtos importados, dos quais o mais importante era o petróleo. Os aspectos negativos do "milagre" foram principalmente de natureza social. A esse respeito, devemos fazer uma ressalva sobre a significação do PIB – um indicador que temos utilizado com freqüência. O PIB é um bom indicador do estado geral da economia, mas, seja em números brutos, seja em números *per capita*, não exprime a distribuição da renda. Tomando-se o exemplo do PIB *per capita*, lembremos que ele divide igualmente o produto pela população total sem considerar os diferentes ganhos dos grupos sociais. O PIB não exprime também necessariamente o volume e a qualidade de serviços coletivos postos à disposição

da população, nem a forma como um país preserva ou destrói seus recursos naturais.

A política econômica de Delfim tinha o propósito de fazer crescer o bolo para só depois pensar em distribuí-lo. Alegava-se que antes do crescimento pouco ou nada havia para distribuir. Privilegiou-se assim a acumulação de capitais através das facilidades já apontadas e da criação de um índice prévio de aumento de salários em nível que subestimava a inflação. Do ponto de vista do consumo pessoal, a expansão da indústria, notadamente no caso dos automóveis, favoreceu as classes de renda alta e média. Os salários dos trabalhadores de baixa qualificação foram comprimidos, enquanto os empregos em áreas como administração de empresas e publicidade valorizaram-se ao máximo. Tudo isso resultou em uma concentração de renda acentuada que vinha já de anos anteriores. Tomando-se como 100 o índice do salário mínimo de janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebiam menos de um salário mínimo e 22,8%, entre um e dois salários. O impacto social da concentração de renda foi entretanto atenuado. A expansão das oportunidades de emprego permitiu que o número de pessoas que trabalhavam, por família urbana, aumentasse bastante. Por outras palavras, ganhava-se individualmente menos, mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de um maior número de membros de uma determinada família.

Outro aspecto negativo do "milagre" que perdurou depois dele foi a desproporção entre o avanço econômico e o retardamento ou mesmo o abandono dos programas sociais pelo Estado. O Brasil iria se notabilizar no contexto mundial por uma posição relativamente destacada pelo seu potencial industrial e por indicadores muito baixos de saúde, educação e habitação, que medem a qualidade de vida de um povo.

O "capitalismo selvagem" caracterizou aqueles anos e os seguintes, com seus imensos projetos que não consideravam nem a natureza nem as populações locais. A palavra "ecologia" mal entrara nos dicionários e a poluição industrial e dos automóveis parecia uma bênção. No governo Médici, o projeto da Rodovia Transamazônica representou um bom exemplo desse espírito. Ela foi construída para assegurar o controle brasileiro da região – um eterno fantasma na óptica dos militares – e para assentar em agrovilas trabalhadores

nordestinos. Após provocar muita destruição e engordar as empreiteiras, a obra resultou em fracasso.

9.6. O GOVERNO GEISEL

Tal como acontecera com Castelo Branco, Médici não conseguiu fazer seu sucessor. O nome escolhido pelas Forças Armadas para suceder-lhe, em meados de 1973, foi o do general Ernesto Geisel.

Geisel nasceu no Rio Grande do Sul, filho de um alemão protestante luterano que emigrou para o Brasil em 1890, tornando-se professor. Ao lado da carreira no Exército, o general ocupara postos administrativos, sendo o mais importante o de presidente da Petrobrás. Tinha também os olhos postos na política. Colaborou com o governo Dutra e ajudou a formular o compromisso que garantiu a posse de João Goulart em 1961. Suas ligações com o grupo castelista eram notórias, como membro do corpo permanente da ESG e chefe da Casa Militar de Castelo Branco. Nesse cargo, contribuiu para manter a "linha-dura" a distância.

A indicação de Geisel representou um triunfo dos castelistas e, conseqüentemente, uma derrota da linha-dura. Seria equivocado pensar porém que ele tivesse recebido um mandato de uma corrente no interior das Forças Armadas favorável à liberalização do regime. No âmbito da corporação militar, Ernesto Geisel foi escolhido pela valorização de sua capacidade de comando e suas qualidades administrativas. Pesou também na escolha o fato de que o futuro presidente era irmão do ministro do Exército Orlando Geisel, embora este tenha realizado a política dos duros.

A formalização da escolha do general Geisel para presidente permitiu que o MDB mostrasse seu significado como agrupamento político de oposição. O partido decidiu lançar candidaturas simbólicas, escolhendo os nomes de seu presidente Ulysses Guimarães para a presidência da República e de Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), para a vice-presidência. Ambos se apresentaram como anticandidatos. Percorreram o país não para ganhar as eleições – o que era quase impossível pelas regras do jogo –, mas para denunciar as eleições indiretas, a supressão das liberdades e a concentração de renda resultante do modelo econômico.

69. Ernesto Geisel. 31.3.1976.

A emenda nº 1 da Constituição de 1967 modificou a forma de escolha do presidente da República. Previu-se a criação de um Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso e delegados das Assembléias Legislativas dos Estados. Geisel foi o primeiro presidente escolhido pelo Colégio Eleitoral. Eleito em janeiro de 1974, tomou posse a 15 de março daquele ano.

9.6.1. O Início da Abertura e a Eleição de 1974

O governo Geisel se associa ao início da abertura política que o general presidente definiu como lenta, gradual e segura. Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de distensão, seguiu um caminho difícil, cheio de pequenos avanços e recuos. Isso se deveu a vários fatores. De um lado, Geisel sofria pressões da linha-dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida

democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha-dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo.

A estratégia da distensão foi formulada pelo presidente e pelo general Golberi, que voltou ao governo como chefe do gabinete civil da presidência. Após 1967, Golberi se dedicou a atividades na empresa privada, primeiro como consultor e depois como presidente para o Brasil da multinacional Dow Chemical. Essa vinculação o expôs à ira dos nacionalistas e da linha-dura.

Por que Geisel e Golberi decidiram promover a liberalização do regime? Teria sido ela fruto de pressões da oposição?

Sem dúvida, a oposição começara a dar em 1973 claros sinais de vida independente; o confronto entre a Igreja Católica e o Estado era também muito desgastante para o governo. A equipe de transição de Geisel tratou aliás de estabelecer pontes com a Igreja, a partir de um ponto comum de entendimento – a luta contra a tortura. Mas a oposição política e a Igreja não eram o termômetro mais sensível a indicar a necessidade da distensão. Esse termômetro se localizava nas relações entre as Forças Armadas e o poder. O poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das Forças Armadas. Um oficial de patente inferior podia controlar informações, decidir da vida ou morte de pessoas conforme sua inserção no aparelho repressivo, sem que seu superior na hierarquia militar pudesse contrariá-lo. As funções e os princípios básicos das Forças Armadas eram assim distorcidos, trazendo riscos à integridade da corporação militar. Para restaurar a hierarquia, tornava-se necessário neutralizar a linha-dura, abrandar a repressão e, ordenadamente, promover a "volta dos militares aos quartéis". Por outro lado, lembremos que a "democracia relativa" era uma meta buscada pelo grupo castelista desde 1964.

O governo começou a travar nos bastidores uma luta contra a linha-dura. Ao mesmo tempo, permitiu que as eleições legislativas de novembro de 1974 se realizassem em um clima de relativa liberdade, com acesso dos partidos ao rádio e à televisão. Esperava-se um triunfo fácil da Arena, que seria realçado pelo fato de o MDB ter sido autorizado a expressar-se, mas os resultados eleitorais surpreenderam o governo. Da soma de votos válidos para o Senado,

em um total de 24,5 milhões, o MDB obteve cerca de 14,5 milhões de votos, ou seja, 59%. Conquistou dezesseis das 22 cadeiras em disputa e a Arena apenas seis. A Arena, no entanto, continuou a ser majoritária, pois apenas parte do Senado foi renovada em 1974.

Para a Câmara Federal, na contagem geral de votos a Arena superou o MDB por pequena maioria. Obteve 11,8 milhões (52%) contra 10,9 milhões de votos (48%). O partido do governo conquistou 204 cadeiras contra 160 da oposição; mas era evidente o avanço do MDB com relação às eleições de 1970. É importante observar que o MDB ganhou nos grandes centros urbanos e nos Estados mais desenvolvidos, onde a independência do eleitor era maior. Por exemplo, nas eleições para o Senado, obteve na Guanabara e no Estado de São Paulo mais de 70% dos votos. O MDB triunfou em 79 das noventa cidades do país com mais de 100 mil habitantes. As onze cidades em que a Arena foi vitoriosa localizavam-se no Nordeste. A negação das liberdades era profundamente sentida pelos chamados formadores de opinião, e a miragem do milagre econômico começava a se dissipar.

No curso de 1975, Geisel combinou medidas liberalizantes com medidas repressivas. As últimas eram destinadas a acalmar o "público interno", ou seja, integrantes da corporação militar. No mês de janeiro, tivemos exemplos dessa tática: em surdina, o governo suspendeu a censura ao jornal *O Estado de S. Paulo*; a isto se seguiu uma ousadia maior dos outros jornais, com destaque para a *Folha de S. Paulo*. Por outro lado, o ministro da Justiça Armando Falcão desfechou uma violenta repressão contra o PCB, acusando-o de estar por trás da vitória eleitoral do MDB.

Um confronto importante entre o governo e a linha-dura ocorreu afinal às claras em São Paulo. Embora a guerrilha tivesse sido eliminada, os militares linha-dura continuavam a enxergar subversivos por toda parte. Continuava também a prática da tortura, acrescida do recurso ao "desaparecimento" de pessoas mortas pela repressão. Na realidade, esses métodos, justificados por alguns como mal inevitável decorrente de uma "guerra interna", sobreviveram e até se intensificaram depois que a "guerra" terminou. Em outubro de 1975, no curso de uma onda repressiva, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da TV Cultura, foi intimado a comparecer ao DOI-CODI de São Paulo. Ele era suspeito de ter ligações com o PCB. Herzog apresentou-se ao DOI-CODI e daí não saiu vivo. Sua morte foi apresentada como suicídio por

enforcamento, uma forma grosseira de encobrir a realidade: tortura, seguida de morte.

O fato provocou grande indignação em São Paulo, sobretudo nos meios da classe média profissional e da Igreja. Os bispos presentes à Conferência Regional dos Bispos que se realizava em Itaici denunciaram as mortes por tortura. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pôs-se à disposição da mulher de Herzog – Clarice – para responsabilizar o Estado pela morte de seu marido. A missa celebrada na Praça da Sé por Dom Evaristo Arns, assistido por dois rabinos e um pastor protestante, foi um ato comovido de repulsa à violência. O secretário de Segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias – integrante da linha-dura –, tratou de bloquear o acesso da população ao centro da cidade, provocando um verdadeiro tumulto no trânsito. Mesmo assim, milhares de pessoas lotaram a praça e a Catedral da Sé. Poucos meses mais tarde, em janeiro de 1976, o operário metalúrgico Manuel Fiel Filho foi morto em circunstâncias semelhantes às da morte de Herzog. Mais uma vez, a versão oficial era de suicídio por enforcamento.

O presidente Geisel, que já emitira sinais de descontentamento ao "público interno", resolveu agir. Um poder paralelo se instalara em São Paulo com as bênçãos, ou, no mínimo, a omissão do comandante do II Exército, Ednardo D'Ávila Melo. Geisel substituiu-o por um general de sua inteira confiança – Dilermando Gomes Monteiro –, que começou a usar outra linguagem e a estabelecer pontes de contato com a sociedade. A tortura nas dependências do DOI-CODI cessou, embora as violências em São Paulo não tenham terminado. A linha-dura tinha ainda bastante fôlego. Por exemplo, em setembro de 1977, a Polícia Militar, por ordem do coronel Erasmo Dias, invadiu a Universidade Católica (PUC), onde milhares de estudantes se reuniam para tratar da reorganização da UNE, na ilegalidade. A invasão foi acompanhada de espancamentos e lançamento de bombas, daí resultando graves queimaduras em cinco estudantes.

9.6.2. O "PACOTE DE ABRIL"

Após o resultado do pleito de novembro de 1974, os confrontos eleitorais passaram a ser uma preocupação para o governo. Haveria eleições municipais

em novembro de 1976 e a possibilidade de uma derrota da Arena era real. Meses antes, em julho de 1976, uma lei modificadora da legislação eleitoral barrou o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. A medida foi batizada de Lei Falcão, pois o ministro da Justiça teve a duvidosa honra de imaginá-la. Nas eleições municipais, os partidos poderiam apresentar no rádio e na televisão apenas o nome, número e currículo dos candidatos e uma fotografia destes no caso da televisão.

Embora a Lei Falcão atingisse em princípio tanto a Arena como o MDB, era o partido da oposição o grande prejudicado. Ele perdia uma oportunidade única para divulgar suas idéias. Nessa época, a propaganda eleitoral era uma novidade atraente, mas ninguém poderia agüentar a monotonia da fala imposta pela Lei Falcão. Mesmo assim, o MDB venceu as eleições para prefeito e conquistou maioria nas Câmaras Municipais em 59 das cem maiores cidades do país.

Geisel apertou o cerco, introduzindo em abril de 1977 uma série de medidas que ficaram conhecidas como o "pacote de abril". O "pacote" foi baixado depois de uma crise entre o Executivo e o Congresso, quando o governo não conseguiu a maioria necessária de dois terços para aprovar várias alterações constitucionais. O presidente, em resposta, colocou o Congresso em recesso e, a partir daí, emendou a Constituição e baixou vários decretos-leis.

Entre as medidas do "pacote de abril", estava a criação da figura do senador biônico, cujo objetivo era impedir que o MDB viesse a ser majoritário no Senado. Os senadores biônicos foram eleitos, ou melhor, "fabricados", por eleição indireta de um colégio eleitoral, organizado de forma a tornar muito difícil a vitória da oposição. O critério de representação proporcional nas eleições à Camâra dos Deputados foi alterado, de modo a favorecer os Estados do Nordeste. Estes passaram a eleger proporcionalmente maior número de representantes do que os Estados do Centro-Sul. A medida visava favorecer a Arena, que controlava a maioria dos votos no Nordeste. Além disso, o "pacote" estendeu as restrições da Lei Falcão às eleições para os legislativos federal e municipal. O mandato do presidente da República passou de cinco para seis anos.

Ao mesmo tempo, o governo iniciou em 1978 encontros com líderes do MDB, da ABI e representantes da CNBB para encaminhar a restauração das liberdades públicas. Em outubro de 1978, o Congresso aprovou a emenda

constitucional nº 11, que entrou em vigor a 1º de janeiro de 1979. Seu objetivo principal foi revogar o AI-5, incorporado à Constituição. A partir dessa data, o Executivo já não poderia declarar o Congresso em recesso, cassar mandatos, demitir ou aposentar funcionários a seu critério, privar cidadãos de seus direitos políticos. O direito de requerer *habeas corpus* foi também restaurado em sua plenitude. Ao mesmo tempo, a emenda nº 11 criou ao lado da figura já existente do estado de sítio as chamadas "salvaguardas", pelas quais o Poder Executivo poderia decretar o estado de emergência e medidas de emergência. As últimas poderiam ser tomadas para restabelecer a ordem pública e a paz social em locais determinados, atingidos por calamidades ou graves perturbações. Essas restrições levaram o MDB a abster-se na votação da emenda.

Criou-se a partir de 1979 uma situação em que os cidadãos podiam voltar a manifestar-se com relativa liberdade e em que os controles à imprensa haviam desaparecido. A oposição tinha também campo de manobra, mas não podia lograr seu objetivo lógico de chegar ao poder.

O MDB alcançou bons resultados nas eleições legislativas de 1978, apesar das restrições. O partido se tornara o canal político de expressão de todos os descontentamentos da população, integrando em seus quadros desde liberais até socialistas.

A campanha eleitoral de 1978 contou com o apoio dos militantes de diferentes grupos da sociedade civil: estudantes, sindicalistas, advogados, membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligados à Igreja. Esses grupos estabeleceram uma ponte entre o MDB e a grande massa, reduzindo o grave inconveniente da impossibilidade de se ter livre acesso ao rádio e à televisão.

O MDB obteve 57% dos votos válidos para o Senado, mas não ficou com a maioria daquela casa. Isso se explica porque a representação no Senado não é proporcional, e sim por Estados. Além disso, havia a presença dos biônicos. A Arena continuou majoritária na Câmara Federal, conquistando 231 cadeiras contra 189 do MDB. Manteve-se a concentração de votos no MDB nos Estados mais desenvolvidos e nas grandes cidades. O partido recebeu na votação para o Senado cerca de 83% dos votos em São Paulo, 63% no Estado do Rio de Janeiro e 62% no Rio Grande do Sul. De qualquer forma, o governo continuava porém a ter maioria no Congresso.

9.6.3. A POLÍTICA ECONÔMICA

Para avaliar a política econômica do governo Geisel, devemos considerar um acontecimento externo negativo, cuja importância é grande, embora tenha sido muitas vezes exagerada.

Em outubro de 1973, ainda no período Médici, ocorreu a primeira crise internacional do petróleo. Ela foi conseqüência da chamada Guerra do Yom Kippur, movida pelos Estados árabes contra Israel. Os países árabes produtores de petróleo se articularam para reduzir a oferta do produto e provocar forte aumento dos preços. A crise afetou profundamente o Brasil, que importava mais de 80% do total de seu consumo. Mas, quando o general Geisel tomou posse em março de 1974, algo do clima de euforia proveniente dos anos do "milagre" ainda persistia. A condução da política econômica ficou nas mãos de Mário Henrique Simonsen, economista conhecido por suas posições ortodoxas, que substituiu Delfim Netto no Ministério da Fazenda; e de João Paulo dos Reis Veloso, ministro do Planejamento. Reis Veloso vinha do ministério de Médici.

O novo governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O I Plano tinha sido lançado no governo Médici. O II PND buscava completar o processo de substituição de importações instalado há décadas no país, mudando o seu conteúdo. Não se dizia isso com todas as letras, mas é o que se deduz dos objetivos propostos. Já não se tratava agora de substituir a importação de bens de consumo, mas de avançar no caminho da autonomia no terreno dos insumos básicos (petróleo, aço, alumínio, fertilizantes etc.) e da indústria de bens de capital. Definimos como bens de capital aqueles bens que integram o ciclo produtivo mas nele não são consumidos inteiramente – caso típico das máquinas e ferramentas. A preocupação do II PND com o problema energético era evidente, pois propunha-se o avanço na pesquisa de petróleo, o programa nuclear, a substituição parcial da gasolina pelo álcool, a construção de hidrelétricas, cujo exemplo mais expressivo foi a de Itaipu.

A opção pelo crescimento em 1974, em vez de frear o carro da economia, representou uma decisão baseada em avaliações tanto econômicas quanto políticas. A insistência no crescimento mostrou como era forte a crença nos círculos dirigentes de que o Brasil era uma país predestinado a crescer.

Essa crença não vinha apenas dos anos do "milagre", mas de tempos mais distantes, situados nos anos 50. Por outro lado, a estratégia da distensão política levava o governo a evitar uma orientação econômica recessiva, cujo maior peso recairia sobre a massa assalariada. Se a oposição crescia em condições econômicas relativamente favoráveis, que aconteceria caso a economia entrasse em recessão?

O II PND tratou de incentivar os investimentos da grande empresa privada na produção de bens de capital. Todo o sistema de incentivos e créditos do BNDE foram lançados nesse esforço. Entretanto, a nova política colocava no centro do palco da industrialização brasileira a grande empresa estatal. Os gigantescos investimentos a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa.

As dúvidas de muitos empresários, em especial de São Paulo, sobre os rumos da política econômica deram origem a uma campanha contra o excessivo intervencionismo do Estado. Um setor social dominante tratava assim de intervir na cena política, que até aí fora monopolizada por militares e tecnocratas.

Existe muita controvérsia entre os economistas sobre as conseqüências do II PND. Em um extremo estão autores como Albert Fishlow e Alkimar Moura, que vêem nele uma tentativa inoportuna de crescimento acelerado que serviu para adiar o ajustamento da economia e agravar o problema da dívida externa. No outro extremo situam-se economistas, como Antônio Barros de Castro, que consideram ter sido o II PND uma verdadeira mutação no rumo da industrialização brasileira, pela qual se avançou qualitativamente no processo de substituição de importações.

Em uma análise retrospectiva, podemos ver com maior clareza que o plano sofreu os azares da recessão internacional e da elevação da taxa de juros, tendo também um problema de fundo. Ele se adequava a um esquema de industrialização em via de ser superado nos países do Primeiro Mundo, por suas conseqüências negativas. Indústrias como a do aço, do alumínio, da soda cloro consomem energia em elevado grau e são altamente poluentes.

Com todas essas ressalvas, é importante assinalar que a partir do II PND alguns ganhos importantes foram alcançados na substituição de importações – especialmente do petróleo.

Um problema existente desde a fase do "milagre" residia no fato de que o crescimento econômico acelerado tinha como alavanca importante a capacidade ociosa das empresas; em outras palavras, fora possível crescer utilizando-se apenas a capacidade produtiva existente. Para continuar crescendo, seria necessário ampliar o investimento, contando com novos e maiores recursos externos, pois a poupança interna era insuficiente. Esses recursos não faltaram. Eles entraram no país principalmente sob a forma de empréstimos. Daí resultou porém o aumento da dívida externa, tanto pública como privada. No fim de 1978, era de 43,5 bilhões de dólares, mais do que o dobro do nível de três anos antes. Além disso, o pagamento dos juros da dívida passou a pesar mais fortemente sobre o balanço de pagamentos. Isso porque a maioria dos empréstimos foi contratada a taxas flexíveis de juros; ou seja, os juros não tinham um percentual fixo, oscilando de acordo com a flutuação do mercado. Como o período se caracterizou por uma elevação da taxa internacional de juros, o país passou a arcar com compromissos cada vez mais pesados, correspondentes ao serviço da dívida. A elevação da taxa internacional de juros resultou da política dos Estados Unidos, que tratou de cobrir o déficit de seu balanço de pagamentos atraindo investimentos de outros países. Não se pode dizer que os recursos obtidos através dos empréstimos tenham sido jogados pela janela ou servido apenas para engordar intermediários ostensivos ou ocultos. Essas coisas ocorreram, mas o problema maior resultou da utilização de recursos em projetos dispendiosos, mal administrados, de longo ou duvidoso retorno. Por exemplo, a Ferrovia do Aço teve de ser abandonada; o programa nuclear foi um desastre econômico e ecológico; o Proálcool, um êxito tecnológico que envolveu entretanto fortes subsídios do Estado aos usineiros.

Se olharmos os números brutos, o período de Geisel apresentou resultados satisfatórios. O PIB cresceu na média anual em 6,7% e em 4,2% no cálculo *per capita*, entre 1974 e 1978. A inflação subiu em média 37,9%, no mesmo período. Na realidade porém os perigos eram muitos. A relativa contenção da inflação vinha sendo feita à custa de artifícios, entre eles o da oferta de bens produzidos pelas empresas estatais a preço abaixo do custo, o que tornava essas empresas cada vez mais deficitárias. A dívida externa crescia sem que fosse possível encontrar outra saída para seu serviço, além da obtenção de novos empréstimos. Outro problema surgia no horizonte: a dívida

interna começava a pesar, pelo mecanismo da correção monetária e pelo pagamento de juros elevados, comprometendo o orçamento da União. A indexação anual dos salários, isto é, a sua correção apenas de ano em ano, contribuía para agravar o descontentamento dos assalariados.

9.6.4. Os Movimentos Sociais

O regime militar reprimiu as direções sindicais ligadas ao esquema populista, mas não desmantelou os sindicatos. No campo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag) já em 1968 começou a agir independentemente do governo e a incentivar a organização de federações de sindicatos rurais em todo o país. O número de sindicatos rurais, que era de 625 em 1968, passou a 1 154 em 1972, 1 745 em 1976 e 2 144 em 1980. O grande aumento de trabalhadores rurais sindicalizados depois de 1973 – de pouco mais 2,9 milhões em 1973 para mais de 5,1 milhões em 1979 – foi estimulado pela administração dos programas de previdência social por meio dos sindicatos.

Lideranças combativas surgiram sob influência da Igreja através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Criou-se assim no campo uma situação curiosa em que a política assistencialista do governo favoreceu a emergência de um atuante movimento social. As alternativas de luta pela posse da terra ou da extensão ao campo dos direitos trabalhistas, que haviam dividido as lideranças do movimento rural antes de 1964, tomaram conteúdo mais definido. Na dependência da região em que atuavam, os sindicatos enfatizaram uma ou outra dessas alternativas. A luta pela posse da terra se manteve e até se ampliou; ao mesmo tempo, greves como a dos cortadores de cana em Pernambuco, iniciadas em 1979, chamaram a atenção para novas realidades do mundo rural.

Por outro lado, surgiram sindicatos de trabalhadores de "colarinho branco", abrangendo não apenas as áreas tradicionais de bancários, professores, mas também médicos, sanitaristas e outras categorias. A organização sindical dessas categorias correspondeu a uma mudança de caráter das profissões, em que o profissional autônomo – chamado de liberal – deu crescentemente lugar ao assalariado com diploma.

O movimento operário veio à tona, no governo Geisel, com novo ímpeto e novas feições. A reconstrução do sindicalismo populista era inviável porque o regime não se assentava, nem pretendia se assentar, no movimento operário organizado. Desse modo, o movimento sindical ressurgiu adotando formas independentes do Estado, a partir muitas vezes da vivência no interior das empresas onde os trabalhadores organizaram e ampliaram as comissões de fábrica. O eixo mais combativo se deslocou das empresas públicas para a indústria automobilística, que tinha sido um setor pouco atuante até 1964. A grande concentração de trabalhadores em um pequeno número de empresas e a concentração geográfica no ABC paulista foram fatores materiais importantes para a organização do novo movimento operário. Por exemplo, em 1978 existiam em São Bernardo em torno de 125 mil operários na indústria mecânico-metalúrgica, com forte predominância da indústria automobilística; deste total, 67,2% se concentravam em empresas com mais de 1 mil operários. Em 1976, na capital de São Paulo, existiam no mesmo ramo industrial 421 mil operários, mas apenas 20,8% se concentravam em empresas com mais de 1 mil operários.

Essas condições necessárias não são entretanto suficientes para explicar o surgimento do novo sindicalismo. Ele nasceu a partir do trabalho dos organizadores, em que se destacaram lideranças operárias, em vários casos ligadas à Igreja. Tiveram também papel importante os advogados sindicais. A aparição do movimento operário à luz do dia relacionou-se ainda com o clima criado pela abertura política, embora a abertura tenha demorado muito tempo para se estender às manifestações coletivas dos trabalhadores.

Em agosto de 1977, o governo admitiu que tinham sido manipulados os índices oficiais de inflação referentes a 1973 e 1974. Como eles regulavam os índices de reajuste salarial, verificou-se que os assalariados haviam perdido 31,4% de seu salário real naqueles anos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema iniciou uma campanha para a correção dos salários. Essa campanha abriu caminho para as grandes greves de 1978 e 1979, que reuniram milhões de trabalhadores. A liderança de Luis Inácio da Silva (Lula), presidente do sindicato, afirmou-se no dia-a-dia e nas grandes assembléias realizadas em São Bernardo, no estádio da Vila Euclides. Os metalúrgicos estiveram à frente dos movimentos, que abrangeram também outros setores. Em 1979, cerca de 3,2 milhões de trabalhadores entraram em greve no país.

Houve 27 paralisações de metalúrgicos que abrangeram 958 mil operários; ao mesmo tempo, ocorreram vinte greves de professores que reuniram 766 mil assalariados.

As greves tinham por objetivo um amplo leque de reivindicações: aumento de salários, garantia de emprego, reconhecimento das comissões de fábrica, liberdades democráticas. A extensão das greves de 1979 mostrou que a afirmativa dos setores conservadores de que São Bernardo constituía um mundo à parte em grande medida não era verdadeira. O que se passava em São Bernardo tinha repercussão no resto do país. Não há dúvida porém de que o sindicalismo do ABC nasceu e cresceu com marcas próprias. As mais importantes são a maior independência com relação ao Estado, o elevado índice de organização – por volta de 1978, 43% dos operários eram sindicalizados – e a afirmação de seus líderes fora da influência da esquerda tradicional, ou seja, do PCB.

9.7. O GOVERNO FIGUEIREDO

Geisel conseguiu fazer seu sucessor. Foi ele o general João Batista Figueiredo, tendo como vice-presidente o ex-governador de Minas, Aureliano Chaves. Essa chapa derrotou a do MDB, formada pelo general Euler Bentes Monteiro e o senador gaúcho Paulo Brossard, na reunião do Colégio Eleitoral de 14 de outubro de 1978. A vitória mais importante de Geisel não foi entretanto alcançada com o êxito previsível de seu candidato no Colégio Eleitoral e sim no interior das Forças Armadas. A indicação do general Figueiredo passara por uma séria prova de força, pois o ministro do Exército Sylvio Frota lançara sua própria candidatura, nos meios militares e em sondagens no Congresso, como porta-voz da linha-dura. Frota abriu a campanha eleitoral em maio de 1977, antes do calendário eleitoral previsto por Geisel, e começou a atacar o governo, acusando-o de ser complacente com os subversivos. O presidente demitiu Frota do ministério e cortou sua escalada.

O general Figueiredo fora chefe do Gabinete Militar no período Médici e era chefe do SNI no governo Geisel. Parecia assim bem-talhado para prosseguir no lento processo de abertura e ao mesmo tempo tratar de neutralizar a linha-dura. De qualquer forma, era um dos paradoxos da liberalização brasi-

70. Posse de João Batista Oliveira Figueiredo na presidência da República. 15.3.1979.

leira o fato de que o homem indicado para continuar a promovê-la fosse o responsável pela chefia de um órgão repressivo.

O período Figueiredo combinou dois traços que muita gente considerava de convivência impossível: a ampliação da abertura e o aprofundamento da crise econômica. Pensava-se que as dificuldades econômicas estimulariam conflitos e reivindicações sociais, levando à imposição de novos controles autoritários por parte do governo. O equívoco desse raciocínio estava em fazer da política uma simples decorrência da economia. Sem dúvida, os raros momentos de folga na área econômica facilitavam os lances no processo de abertura. Mas, como um todo, a abertura seguiu seu curso, em meio a um quadro econômico muito desfavorável. A opção autoritária se desgastara mesmo nos círculos do poder, embora restassem ainda os minoritários e perigosos "bolsões radicais".

Figueiredo tomou posse em março de 1979, mantendo Simonsen no comando da economia, como ministro do Planejamento. Após uma temporada como embaixador na França, Delfim voltou ao ministério, designado para

ocupar a pasta da Agricultura. Ele estava aí deslocado, à espera de uma oportunidade. O humorista Jô Soares retratou bem sua posição, criando na TV a figura de um Delfim que estraçalhava desajeitadamente frutas e legumes, enquanto dizia: "Meu negócio são os números".

9.7.1. Os Problemas Econômicos

A tentativa de Simonsen de impor uma política de restrições sofreu a oposição de vários setores. Dentre eles, destacavam-se os empresários nacionais, que se beneficiavam do crescimento com inflação, e muitos componentes do próprio governo interessados em ter condições de gastar e mostrar realizações.

Em agosto de 1979, Simonsen deixou o Ministério do Planejamento. Delfim assumiu o cargo, prestigiado como o homem do "milagre". Agora porém a situação era outra, tanto no plano interno como no internacional. Um segundo choque do petróleo, com a conseqüente elevação de preços, agravou o problema do balanço de pagamentos. As taxas internacionais de juros continuaram subindo, complicando ainda mais a situação. A obtenção de novos empréstimos era cada vez mais difícil e os prazos para pagamento se estreitavam.

A sonhada experiência de crescimento com controle da inflação durou pouco. Sob pressão dos credores externos, Delfim optou por "frear o carro", em fins de 1980. A expansão de moeda foi severamente limitada; os investimentos das empresas estatais foram cortados; as taxas de juros internos subiram e o investimento privado também declinou.

A recessão de 1981-1983 teve pesadas conseqüências. Pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado em 1981 foi negativo, assinalando queda de 3,1%. Nos três anos, o PIB teve um declínio médio de 1,6%. Os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo durável, como, por exemplo, os eletrodomésticos e de bens de capital, concentradas nas áreas mais urbanizadas do país. O desemprego nessas áreas tornou-se um problema sério. Calcula-se que o declínio da renda foi mais grave do que o ocorrido nos anos seguintes à crise de 1929.

Apesar da imposição desses sacrifícios, a inflação não baixou significativamente. Tendo alcançado o índice anual de 110,2% em 1980, caiu para 95,2 em 1981, para voltar a subir em 1982 (99,7%). Desenhou-se naqueles anos um quadro que se tornaria familiar aos brasileiros, chamado de "estagflação", por combinar estagnação econômica e inflação.

Em 1982, quando as perspectivas internacionais eram sombrias em termos de obtenção de recursos, houve certo relaxamento do controle da economia. De um lado, isso era simplesmente conseqüência do fracasso da política recessiva; de outro, o governo esperava recuperar a ilusão de prosperidade, pois em novembro daquele ano ocorreriam eleições.

O Estado brasileiro já era tecnicamente insolvente, mas o governo bateu no peito quando, em agosto de 1982, o México declarou-se em moratória e pediu socorro ao FMI. O Brasil – dizia-se com desprezo – não era o México. Na verdade, a moratória mexicana jogou uma pá de cal nas já escassas possibilidades de conseguir empréstimos externos. Afinal, com suas reservas em dólares esgotadas, o Brasil teve de recorrer ao FMI, em fevereiro de 1983.

Em troca de uma modesta ajuda financeira e da tentativa de restaurar sua credibilidade internacional, o país aceitou a receita do FMI. Ela consistia sobretudo em um esforço para melhorar as contas externas do país, mantendo-se o serviço da dívida. Internamente, previam-se cortes de despesas e a compressão ainda maior dos salários. Estes iriam variar em 80% de um índice de preços ao consumidor que já se situava abaixo da inflação real. Seguiu-se uma série de discordâncias entre o Brasil e o FMI. No Brasil, havia pressões contra as medidas restritivas e o pagamento dos juros da dívida; o FMI mostrava-se insatisfeito porque o acordo não era cumprido. Nesse clima, os credores internacionais não concederam ao país novos prazos para o pagamento da dívida – o reescalonamento – nem taxas mais favoráveis de juros, como fizeram com o México.

Apesar dos pesares, o esforço por melhorar as contas externas do país deu resultados. A partir de 1984, a economia se reativou, puxada principalmente pelo crescimento das exportações, com destaque para os produtos industrializados. A queda do preço do petróleo fez com que este não pesasse tanto no conjunto das importações. Além disso, houve redução da importação de petróleo e outros produtos, graças aos investimentos realizados a partir do II PND. Mas a inflação continuava subindo e chegou a 223% ao ano em 1984.

Dentre as várias causas da inflação, destacamos sua relação, na aparência surpreendente, com o êxito das exportações. Como se explica isso? A receita obtida pelos exportadores em dólares não vai nessa moeda para o bolso dos exportadores, mesmo porque uma parte dela se destina a atender aos compromissos da dívida externa. Ela é trocada pelo governo em moeda nacional. Como as contas do governo não apresentam saldos positivos, isto é, as receitas não superam as despesas, o governo só pode obter moeda nacional para pagar os exportadores emitindo moeda ou títulos de dívida adquiridos por bancos, empresas e pessoas físicas. Qualquer dessas duas hipóteses gera inflação. A segunda delas contribuiu para o agravamento do fenômeno através da correção monetária e do pagamento de juros a curto prazo. A chamada "ciranda financeira" gira alegremente em torno do crescente endividamento do Estado e de sua fraqueza.

No início de 1985, quando Figueiredo deixou o governo, a situação financeira era de temporário alívio e o país voltara a crescer. Mas o balanço daqueles anos se revela bastante negativo, como podemos verificar por dois dados. A inflação se acelerara de 40,8% em 1978 para 223,8% em 1984. No mesmo período, a dívida externa subira de 43,5 bilhões de dólares para 91 bilhões.

9.7.2. Continuação da Abertura Política

Figueiredo prosseguiu no caminho da abertura iniciada pelo governo Geisel. O comando das iniciativas ficou nas mãos do general Golberi e do ministro da Justiça Petrônio Portela. Como presidente da Arena e líder no Senado, este último realizara um importante trabalho durante o período Geisel, estabelecendo pontes entre o governo e a sociedade civil.

Em agosto de 1979, Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei de anistia aprovada pelo Congresso continha entretanto restrições e fazia uma importante concessão à linha-dura. Ao anistiar "crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política", a lei abrangia também os responsáveis pela prática da tortura. De qualquer forma, possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas.

71. Passeata pela anistia, São Paulo, 30.7.1979.
Foto: Jesus Carlos.

O processo de abertura continuou a ser perturbado no governo Figueiredo pela ação da linha-dura. Bombas explodiram em jornais da oposição e na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Uma carta-bomba, enviada ao presidente da OAB, estourou na sede da entidade, matando sua secretária. Figuras da Igreja ou ligadas à Igreja, como o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito e o jurista Dalmo Dallari, foram vítimas de seqüestros.

Os atos criminosos culminaram com a tentativa de explodir bombas no centro de convenções do Riocentro, a 30 de abril de 1981. Aí se realizava um festival de música, com a presença de milhares de jovens. Uma das bombas não chegou a ser colocada. Explodiu no interior de um carro, ocupado por um sargento e um capitão do Exército; o sargento morreu no local e o capitão ficou gravemente ferido. A outra bomba explodiu na casa de força do Riocentro. O governo conduziu um IPM que confirmou uma absurda versão dos fatos, isentando os responsáveis. Para tanto, chegou ao ponto de substituir um coronel que vinha realizando uma investigação séria. O pedido de demissão de Golberi da chefia da Casa Civil, em agosto de 1981, teve certamente a ver com a manipulação do inquérito. Na época, especulou-se também com as

divergências entre o general e Delfim a propósito das contribuições para a Previdência Social.

9.7.3. As Modificações Eleitorais e Políticas

A legislação eleitoral aprovada em 1965 tinha-se convertido em armadilha para os detentores do poder. Cada vez mais, as eleições se transformavam em plebiscitos em que se votava pró ou contra o governo. O voto contra conferido ao MDB abrigava diferentes ideologias e refletia descontentamentos de todo tipo.

Para tentar quebrar a força da oposição, o governo obteve do Congresso, em dezembro de 1979, a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos. A lei extinguiu o MDB e a Arena, obrigando as novas organizações partidárias a serem criadas a conter em seu nome a palavra "partido". A Arena, que carregava um nome impopular, tratou de mudar de fachada, transformando-se no Partido Democrático Social (PDS). Os dirigentes do MDB tiveram a habilidade de acrescentar apenas a palavra "partido" à sua sigla; assim, o MDB se converteu no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mas os tempos de uma oposição unida tinham passado. As suas diferentes tendências ficaram juntas enquanto existia um inimigo comum todo-poderoso. À medida que o regime autoritário foi se abrindo, as diferenças ideológicas e pessoais começaram a emergir.

Esse quadro está presente no surgimento de novos partidos. A partir do sindicalismo urbano e rural, de setores da Igreja e da classe média profissional surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT propunha-se representar os interesses das amplas camadas de assalariados existentes no país, com base em um programa de direitos mínimos e transformações sociais que abrissem caminho ao socialismo. Adotando uma postura contrária ao PCB e ao culto da União Soviética, o PT evitou definir-se sobre a natureza do socialismo. Esse fato tinha muito a ver com a existência, em seu interior, de correntes opostas. Em uma das pontas ficavam os simpatizantes da social-democracia; na outra, os partidários da ditadura do proletariado. No campo sindical, estabeleceram-se laços íntimos entre o partido e o sindicalismo do ABC. Esse movimento foi um dos centros mais importantes na constituição do PT, com destaque crescente da figura de Lula.

Brizola também não se acomodou no PMDB, preferindo correr por conta própria, na tentativa de capitalizar o prestígio do trabalhismo de esquerda. Uma decisão judicial tirou-lhe porém a sigla PTB; ele fundou então o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nas mãos de uma sobrinha-neta de Getúlio Vargas – Ivete Vargas – e de outras figuras menores, o PTB reapareceu apenas como mais um agrupamento aberto a todo tipo de arranjos políticos.

Por último, mencionemos o Partido Popular (PP), cuja duração foi muito curta. Reunindo adversários conservadores do governo, como Tancredo Neves e Magalhães Pinto, o PP procurou ancorar-se nas camadas da burguesia favoráveis a uma transição para a democracia sem grandes mudanças. Se o PDS não tinha nada de "democrático" e de "social", o PP não tinha nada de popular.

A diferenciação de posições ocorreu também no campo sindical. Em agosto de 1981, realizou-se na Praia Grande, em São Paulo, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), que reuniu representantes das várias tendências do sindicalismo brasileiro. Duas correntes principais aí se definiram. Uma delas, muito próxima do PT, apostava em uma linha reivindicatória agressiva, em que a mobilização dos trabalhadores era definida como mais importante do que o processo sinuoso de abertura. Seu núcleo impulsionador encontrava-se no sindicalismo do ABC. A outra corrente defendia a necessidade de limitar a ação sindical a lutas que não pusessem em risco o processo de abertura. Não assumia uma clara definição ideológica, sustentando a importância de alcançar ganhos concretos imediatos para os trabalhadores. Daí a expressão "sindicalismo de resultados" que veio a ser criada mais tarde. Essa corrente abrangia sindicatos importantes, como o dos metalúrgicos de São Paulo, controlados por sindicalistas menos definidos politicamente e por integrantes dos dois PCs. Estes últimos tinham uma opção política mais definida, mas aproximavam-se dos "sindicalistas de resultado" por razões táticas.

Quando a Central Única de Trabalhadores (CUT) se formou, em 1983, a corrente que estamos analisando não aderiu a ela, realizando um congresso em separado com o nome de Conclat. Posteriormente, em março de 1986, transformou-se na Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Estabeleceram-se assim duas centrais sindicais no país, com perspectivas opostas que, ao longo dos anos, iriam se defrontar.

AS ELEIÇÕES DE 1982

Ao mesmo tempo que contemporizou com a linha dura no episódio do Riocentro, Figueiredo manteve o calendário eleitoral que previa eleições para novembro de 1982. Obteve do Congresso várias medidas destinadas a cortar as asas da oposição. Dentre elas, destaca-se a criação do voto vinculado, pelo qual o eleitor era forçado a escolher candidatos de um mesmo partido em todos os níveis de representação, de vereador a governador. O voto em candidatos de partidos diferentes seria considerado nulo. A medida visava a favorecer o PDS que era mais forte no âmbito municipal. Esperava-se que o voto no PDS para vereador puxasse o voto no partido para os outros níveis.

Percebendo suas escassas possibilidades eleitorais, agravadas com a criação do voto vinculado, o PP resolveu dissolver-se e se incorporar ao PMDB.

Apesar das restrições existentes, entre elas a da Lei Falcão, ainda em vigor, a campanha eleitoral possibilitou um amplo debate. Em novembro de 1982, mais de 48 milhões de brasileiros foram às urnas para eleger de vereadores a governadores dos Estados. Estes seriam eleitos pelo voto direto pela primeira vez desde 1965.

Os resultados para o Congresso marcaram uma vitória do PDS no Senado, onde esse partido conquistou 46 cadeiras, o PMDB, 21, o PDT e o PTB, uma cadeira cada um. Na Câmara dos Deputados, o PDS também foi o partido mais votado, mas não conseguiu maioria absoluta. Ficou com 235 cadeiras contra 200 do PMDB, 24 do PDT, 13 do PTB e 8 do PT.

Na eleição de governador, as oposições conseguiram algumas vitórias expressivas. O PDS perdeu em Estados importantes. Em São Paulo, o PMDB elegeu Franco Montoro; em Minas Gerais, Tancredo Neves; no Paraná, José Richa. No Rio de Janeiro, Brizola conseguiu eleger-se, dando continuidade a um prestígio que vinha dos anos 60. Uma tentativa de roubar-lhe a vitória, através da falsificação da contagem de votos processada pelos computadores, foi desvendada pelo PDT e fracassou. Por sua parte, o PDS triunfou na maioria dos Estados, superando seus adversários em dois Estados onde a oposição era forte: Pernambuco e Rio Grande do Sul. Neste último caso, a divisão entre PMDB e PDT facilitou o êxito do partido do governo.

A CAMPANHA DAS "DIRETAS JÁ"

No curso de 1983, o PT assumiu como uma de suas prioridades promover uma campanha pelas eleições diretas para a presidência da República. Pela primeira vez, sua direção dispôs-se a entrar em uma frente com outros partidos para alcançar esse objetivo. Por sua parte, em junho daquele ano, a direção nacional do PMDB decidiu lançar uma campanha no mesmo sentido que começou com um pequeno comício em Goiânia.

Uma primeira manifestação em frente única, que reunia o PT, PMDB, PDT, CUT, Conclat e outras organizações, realizou-se em São Paulo, em novembro de 1983. Ela contou com um público composto principalmente de militantes do PT, e sua repercussão foi limitada.

Nos primeiros dias de janeiro de 1984, o PMDB entrou na campanha para valer, destacando-se as iniciativas de seu presidente Ulysses Guimarães.

Um grande comício foi realizado em Curitiba. Por iniciativa do governador Franco Montoro, formou-se em São Paulo um comitê integrado por representantes dos partidos de oposição e dos sindicatos, encarregado de promover um comício a 27 de janeiro, na Praça da Sé. O comício ultrapassou todas as expectativas, reunindo milhares de pessoas.

Daí para a frente, o movimento pelas diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com um entusiasmo raramente visto no país. A campanha das "diretas já" expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar.

Havia porém uma distância entre a manifestação de rua e o Congresso com maioria do PDS. A eleição direta dependia de uma alteração constitucional, pelo voto de dois terços dos membros do Congresso. Para que isso acontecesse, seria necessário que muitos congressistas do PDS votassem a favor das diretas. A emenda constitucional que pretendia introduzir as eleições diretas ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira, nome do deputado do PMDB por Mato Grosso que a apresentou. Ela foi votada sob grande

72. Ato pelas eleições diretas, em 27 de janeiro de 1984, na praça da Sé.
Foto: Angelo José Perosa.

expectativa popular. Em Brasília, Figueiredo impôs o estado de emergência, executado pelo general Newton Cruz. O general, entre outras façanhas, tentou impedir um "buzinaço" no dia da votação (25 de abril de 1984), saindo em seu cavalo branco e chicoteando o capô dos automóveis dirigidos pelos desobedientes motoristas.

A Emenda Dante de Oliveira não passou. Faltaram na Câmara dos Deputados somente 22 votos. Precisava de 320 votos de um total de 479 congressistas e recebeu 298. Desses votos, 55 eram de deputados do PDS que, apesar das pressões do governo e do partido, votaram a favor da emenda. De qualquer forma, tendo em vista a composição do Senado, era muito problemático que a emenda passasse no Senado, caso fosse aprovada pela Câmara.

9.7.4. As Eleições Indiretas

A rejeição das eleições diretas para presidente provocou uma grande frustração popular. A batalha sucessória fixou-se no Colégio Eleitoral. Três

figuras apareciam como candidatos prováveis do PDS: o vice-presidente Aureliano Chaves, o ministro do Interior Mário Andreazza, que era coronel do Exército, e Paulo Maluf. Amigo de Costa e Silva, Maluf obteve uma nomeação para prefeito de São Paulo em 1969. Anos depois, em 1978, desafiando o governo, conseguiu ser indicado na convenção da Arena como candidato a governador de São Paulo, ao derrotar Laudo Natel. Natel tinha a preferência do Palácio do Planalto, sob o comando do general Geisel. Após tornar-se governador de São Paulo pelo voto indireto, Maluf renunciou ao governo em maio de 1982 para candidatar-se a deputado federal. Em uma primeira demonstração de que contava com uma parcela ponderável do eleitorado, elegeu-se com a votação recorde de 673 mil votos.

A escolha do candidato do governo já não passava em 1984 pela corporação militar, embora os militares tivessem algum peso na decisão. Maluf realizou uma intensa campanha junto aos convencionais do PDS que escolheriam o candidato, prometendo-lhes cargos e toda sorte de atenções. Atropelou os rivais e conseguiu ser indicado candidato em agosto de 1984, vencendo Mário Andreazza. Sua vitória provocou a cisão final das forças do PDS que apoiavam os outros candidatos. Já em julho, Aureliano Chaves retirara sua candidatura e passara a trabalhar na organização de uma dissidência com o nome de Frente Liberal, que deu origem a um novo partido – o Partido da Frente Liberal (PFL). A Frente Liberal aproximou-se do PMDB, que lançara o nome de Tancredo Neves à presidência da República. As duas forças chegaram a um acordo, formando a Aliança Democrática, em oposição a Maluf. Tancredo foi indicado para a presidência e José Sarney para a vice-presidência.

Sarney era visto com muitas restrições pelo PMDB, pois até recentemente tinha sido uma das principais figuras políticas do PDS. Pertencera à "bossa nova" da UDN e, após abril de 1964, elegera-se governador por seu Estado – o Maranhão. A seguir, elegeu-se e reelegeu-se senador pela Arena; em 1979, assumiu a presidência da Arena e posteriormente do PDS. Seu nome pouco ou nada tinha a ver com a bandeira da democratização levantada pelo PMDB. Mas a Frente Liberal fechou questão em torno de Sarney e o PMDB cedeu. Ninguém poderia imaginar, em 1984, o alcance dessa decisão.

Apesar de ser candidato em uma eleição indireta, Tancredo apareceu na televisão e nos comícios, reforçando seu prestígio e a pressão popular favorável à sua candidatura. Maluf tratou de utilizar suas técnicas de sedução na

tentativa de ganhar um a um os membros do Colégio Eleitoral. Dessa vez, sua estratégia falhou.

A VITÓRIA DA CHAPA TANCREDO NEVES-JOSÉ SARNEY

A 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney obtiveram uma vitória nítida no Colégio Eleitoral, batendo Maluf por 480 votos a 180. Tancredo obteve todos menos cinco dos 280 votos do PMDB; recebeu também 166 votos de congressistas eleitos pelo PDS agora em dissidência. O PDT votou em Tancredo, embora não integrasse a Aliança Democrática. O PT absteve-se de votar, em protesto contra a eleição indireta e o que entendia ser um arranjo de cúpula. Mesmo assim três de seus deputados não seguiram as diretrizes do partido e votaram em Tancredo.

Por caminhos complicados e utilizando-se do sistema eleitoral imposto pelo regime autoritário, a oposição chegava ao poder.

9.8. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO REGIME MILITAR

A esta altura, estamos em condições de abrir um parêntese na narrativa para examinar os principais traços do regime instaurado no país após 31 de março de 1964.

Em várias passagens, utilizamos para designá-lo a expressão "regime militar", no sentido de que pela primeira vez a cúpula das Forças Armadas assumiu diretamente o poder e muitas funções de governo. O Alto Comando das Forças Armadas, composto pelos três ministros militares, o chefe do Estado Maior das Forças Armadas e o chefe do Gabinete Militar da presidência, representava a instância decisória mais alta na indicação dos presidentes.

Pela descrição que fizemos, podemos perceber que os militares raramente atuaram em bloco na arena política, dividindo-se entre diversas correntes, embora com pontos de contato: os castelistas, a linha-dura, os nacionalistas. O poder de cada um desses grupos variou, assim como variou o apelo à opinião mais ampla das Forças Armadas, abrangendo a média oficialidade, para tentar impor candidaturas ou dar legitimidade a determinadas orientações. Mas os militares não governaram sozinhos e muitas vezes não controlaram de perto

os civis que com eles partilharam o poder. Por suas características, o regime instalado em 1964 deu bastante campo de ação e pôs em destaque os formuladores da política econômica, homens como Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen. Privilegiou setores da burocracia do Estado, em especial os dirigentes das empresas estatais, onde havia também, mas não apenas, militares, a ponto de ser possível falar de um condomínio do poder entre os militares como grupo decisório final mais importante e a burocracia técnica de Estado. A palavra "técnica" indica a diferença entre esse novo estrato social e a velha burocracia existente no serviço público.

Outra noção associada ao regime militar é o autoritarismo. De fato, o regime não teve características fascistas: não se realizaram esforços para organizar as massas em apoio ao governo; não se tentou construir o partido único acima do Estado, nem uma ideologia capaz de ganhar os setores letrados. Pelo contrário, a ideologia de esquerda continuou a ser dominante nas universidades e nos meios culturais em geral. Há mesmo quem considere que, com exceção do período Médici, o Brasil pós-1964 se caracterizou mais por uma situação autoritária do que por um regime autoritário. Com isso se quer expressar que, em meio a medidas de exceção e arbitrariedades, os governantes não assumiram o princípio de que um regime autoritário era desejável para o país e superior portanto à democracia.

As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante. Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de Estado.

O regime pôs fim ao populismo, o que significa que a classe operária deixou de ser utilizada como um recurso do poder. Os grupos que tinham obtido voz no período anterior – a classe operária, os estudantes e os camponeses – perderam força. Lembremos porém que os sindicatos, apesar da repressão contra muitos dirigentes, não foram materialmente destroçados. O imposto sindical permaneceu em vigor, garantindo a sobrevivência e, com o correr do tempo, a expansão dos organismos sindicais.

O regime não correspondeu a um simples instrumento da classe dominante. Ela foi beneficiária – com vantagens desiguais para os diferentes setores – da política do governo, mas por muitos anos não participou da condução da

política econômica, nas mãos dos poderosos ministros da Fazenda e do Planejamento e da burocracia do Estado.

Passando para o campo da política econômica, seria equivocado pensar que tudo mudou após 1964. Permaneceu o princípio da forte presença do Estado na atividade econômica e na regulação da economia. Esse traço não foi sempre igual, variando com os governos, sendo por exemplo mais típico do governo Geisel do que de Castelo Branco. Mas, se nem tudo mudou, muita coisa mudou. O modelo que se esboçara no período Juscelino tomou ampla dimensão. Os empréstimos externos e o estímulo ao ingresso do capital estrangeiro tornaram-se elementos essenciais para financiar e promover o desenvolvimento econômico. Esse modelo – chamado de desenvolvimento associado – privilegiou as grandes empresas, certamente as multinacionais, mas também as nacionais, tanto públicas como privadas. Desse modo, o regime militar rompeu claramente com a prática do governo Goulart, baseada no esquema populista, que incluía a tentativa fracassada de promover o desenvolvimento autônomo, a partir da burguesia nacional.

9.9. MORTE DE TANCREDO NEVES

Com a eleição de Tancredo Neves a transição para o regime democrático não terminou e estaria sujeita ainda a imprevistos. Entre 15 de janeiro e a posse marcada para 15 de março de 1985, Tancredo Neves desenvolveu uma intensa atividade de contatos no país e uma viagem ao exterior. A essa altura, já se sentia doente. Em parte por temperamento, em parte porque não queria correr riscos na transmissão do cargo, dando pretextos de intervenção aos inconformados das Forças Armadas, "deixou a doença para depois da posse". A posse não aconteceu. Internado às pressas em um hospital de Brasília, Tancredo sofreu uma primeira e discutida operação, com políticos e amigos presentes na sala de cirurgia. Nesse ínterim, Sarney subiu a rampa do Planalto, tomando posse no lugar do presidente eleito, em uma situação que se acreditava fosse transitória.

Seguiu-se a agonia de Tancredo, com seu translado para São Paulo e uma série de operações a que foi submetido. O país ficou pendente de boletins médicos, alguns dos quais alimentavam um falso otimismo.

Tancredo morreu a 21 de abril, na data simbólica da morte de Tiradentes. Multidões foram às ruas para acompanhar o corpo na sua saída de São Paulo, na passagem por Brasília e Belo Horizonte até o enterro em São João del Rei. Uma parte das manifestações resultava da comoção provocada pela morte de um presidente, ainda mais em condições tão dolorosas, mas havia também a sensação de que o país perdera uma figura política importante, em um momento delicado. Essa sensação tinha muito fundamento. Tancredo possuía algumas qualidades raras no mundo político: honestidade, equilíbrio, coerência de posições. Essas virtudes se sobrepunham às preferências ideológicas de direita ou de esquerda.

10

COMPLETA-SE A TRANSIÇÃO

O GOVERNO SARNEY
1985-1989

Para agravar a falta de Tancredo, seu substituto sofria muitas restrições. Como vimos, Sarney tinha sido imposto ao PMDB e era um oposicionista de última hora. Além disso, carecia de autoridade na Aliança Democrática. Ele começou a governar sob uma forte presença da figura de Tancredo, nomeando o ministério escolhido por aquele. Do ângulo político, as atenções se fixavam em dois pontos: na revogação das leis que vinham do regime militar estabelecendo ainda limites às liberdades democráticas – o chamado "entulho autoritário"; na eleição de uma Assembléia Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Constituição.

Um ponto alto do governo Sarney foi o respeito às liberdades públicas. Apesar disso, o presidente não cortou alguns elos com o passado. Por exemplo, o SNI foi mantido e continuou a receber recursos substanciais. Em maio de 1985, a legislação restabeleceu as eleições diretas para a presidência da República e aprovou o direito de voto aos analfabetos, assim como a legalização de todos os partidos políticos. Tornaram-se legais o PCB e o PC do B. Esses partidos converteram-se em organizações minoritárias diante da crise do stalinismo e o crescente prestígio do PT nos meios de esquerda.

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte foram marcadas para novembro de 1986. Naquela data, haveria eleições para o Congresso e o governo dos Estados. Os deputados e senadores eleitos seriam encarregados de elaborar a nova Constituição. Antes disso, em novembro de 1985 realizaram-se eleições para prefeito em 201 cidades, inclusive nas capitais dos Estados e territórios. O PMDB saiu-se numericamente bem, ganhando em dezenove das 25 capitais e em 110 do total de 201 cidades. Mas começava a se desenhar sua perda de prestígio nas capitais mais importantes. Em São Paulo, Jânio Quadros derrotou Fernando Henrique Cardoso, para desânimo da ala social-democrata do partido; os candidatos de Brizola, Saturnino Braga e Alceu Collares, venceram respectivamente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul; uma frente de esquerda elegeu Jarbas Vasconcelos no Recife.

As eleições mostraram entre outras coisas que, se o populismo como sistema estava morto, algumas figuras políticas populistas continuavam vivas.

10.1. POLÍTICA ECONÔMICA

Quando Sarney assumiu o governo, em 1985, o quadro econômico era menos grave do que em anos anteriores. O grande impulso proveniente das exportações permitira a retomada do crescimento. A queda das importações e o avanço das exportações resultaram em um saldo da balança comercial de 13,1 bilhões de dólares. Esse saldo permitia pagar os juros da dívida. Além disso, o Brasil acumulara reservas que chegavam a 9 bilhões de dólares no fim de 1984. Havia assim folga para negociar com os credores externos, e o governo podia dar-se ao luxo de dispensar o mal-estar causado pelas idas ao FMI, concentrando-se no acordo direto com os bancos credores privados. Mas o problema da dívida externa e interna subsistia a longo prazo, assim como o da inflação que chegou a 223,8% em 1984 e 235,5% em 1985. O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles – sobrinho de Tancredo –, adotou uma receita ortodoxa para combater a inflação. Identificando nos gastos públicos desordenados a principal fonte do problema, determinou de saída um corte geral de 10% do orçamento da União e um congelamento de contratos e empréstimos. Seu objetivo final era chegar a um ponto em que o Estado não despendesse

mais do que arrecadava e não tivesse de recorrer à emissão de papel-moeda e a empréstimos de curto prazo para tapar os buracos.

As pressões contra uma política de austeridade e a disputa de cargos estratégicos no governo levaram à demissão de Dornelles, em fins de agosto de 1985, após uma queda de braço com o ministro do Planejamento, João Sayad. O presidente nomeou como seu substituto o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dílson Funaro.

Empresário paulista e ex-secretário da Fazenda do governo de São Paulo, Dílson tinha contato com economistas ligados às universidades e pouca simpatia pelas receitas de se acabar com a inflação pela via recessiva. Sua ascensão e o reforço do poder de Sayad constituíam uma vitória do PMDB, enquanto o PFL perdia um posto vital com a saída de Dornelles.

Quando Dílson e Sayad assumiram o comando da economia, a situação do governo Sarney era das mais difíceis. As disputas partidárias – como o exemplo acima indica – cresciam; as acusações de favoritismo a amigos e grupos econômicos se tornavam cada vez maiores; a imagem de um presidente imóvel, a não ser para favorecer interesses particulares, instalara-se entre a população. Para culminar, a inflação seguia sua escalada. Em janeiro de 1986, chegou a 17,5%. Falava-se abertamente nos riscos de um fantasma que se tornaria familiar aos brasileiros: a hiperinflação.

O grupo de economistas ligados à PUC do Rio de Janeiro vinha criticando a tese de que a contenção das atividades econômicas e a redução do déficit do Estado resultariam necessariamente em queda da inflação. Eles apontavam para o exemplo da recessão de 1981-1983, quando o país regredira com elevado custo social e a inflação não chegara a baixar significativamente. Esse exemplo contrastava com o de países do mundo desenvolvido em que a recessão, apesar de seus inconvenientes, era uma arma eficaz no combate à inflação. Por que no Brasil não ocorria isso?

O argumento central consistia em afirmar que, em uma economia indexada como a do Brasil, a inflação passada ficava embutida na futura, como "inflação inercial". A indexação da economia significa que os preços das mercadorias e dos serviços variam de acordo com um índice de inflação e não segundo as regras da oferta e da procura. Desse modo, se em um determinado mês – digamos em janeiro – apurou-se uma inflação de 20%, os vários agentes

econômicos trabalham com a expectativa de que haverá pelo menos a mesma taxa de inflação no mês de fevereiro e já repassam o aumento aos produtos. Estaria assim formado um círculo vicioso, do qual só seria possível sair quebrando-se o mecanismo da indexação. A quebra só poderia ser eficaz através de uma terapia de choque, que acabaria com a correção monetária e estabeleceria uma nova moeda forte, em substituição ao desmoralizado cruzeiro. A forma de implementação da proposta – uma terapia de choque lançada com grande ressonância – servia aos interesses políticos do governo, na busca de restaurar seu prestígio.

10.2. O PLANO CRUZADO

A 28 de fevereiro de 1986, Sarney anunciou ao país o Plano Cruzado através de uma rede nacional de rádio e televisão. O cruzeiro seria substituído por uma nova moeda forte – o cruzado – na proporção de 1 000 por 1; a indexação foi abolida; os preços e a taxa de câmbio foram congelados por prazo indeterminado e os aluguéis, por um ano. Houve preocupação em não se agravar e até em melhorar a situação dos trabalhadores. Reajustou-se o salário mínimo pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. Os reajustes posteriores seriam automáticos sempre que a inflação chegasse a 20%. O disparo do "gatilho" era uma boa imagem para evidenciar o mecanismo automático de reajuste. Além disso, empregadores e empregados poderiam negociar livremente aumentos adicionais de salário, desde que não fossem repassados aos preços.

Sarney convocou "as brasileiras e os brasileiros" a colaborar na execução do plano e a travar uma guerra de vida ou morte contra a inflação. O governo parecia tornar realidade o sonho de um dia se ir dormir no Brasil e se acordar no dia seguinte na Suíça. O congelamento de preços teve um profundo eco na população, que não podia acompanhar os complicados meandros da economia e preferia acreditar nos atos de vontade de um dirigente visto agora como corajoso. Foi a época da ocupação de supermercados em nome do povo e da vigilância comovente, mas inútil, dos fiscais de Sarney. As medidas no campo salarial proporcionaram uma certa folga às camadas pobres da população. Um

clima de otimismo ilimitado se instalou no país. O trânsito se tornou insuportável e, em compensação, muita gente bebeu cerveja à larga pela primeira vez.

Passado o primeiro impacto de entusiasmo, o Plano Cruzado começou a fazer água. Ele fora lançado em um momento de expansão das atividades econômicas e resultou em muitos casos em aumentos reais de salário. Como os preços estavam congelados, houve uma verdadeira corrida ao consumo, desde a carne e o leite até os automóveis e as viagens ao exterior. Em conseqüência, começou a surgir o ágio, uma quantia cobrada "por fora", acima do preço da tabela. Em julho de 1986, com o objetivo de reduzir o consumo e incentivar os investimentos, Sarney anunciou um pacote de medidas conhecido como "cruzadinho". Ele atingia principalmente o consumo da classe média, pois instituía um empréstimo compulsório na compra de carros, de gasolina e álcool, de dólares para viagem e passagens áereas ao exterior.

Outro problema sério era o do desequilíbrio das contas externas provocado por um impulso nas importações. Esse impulso decorria do fato de que a moeda nacional se fortalecera, embora artificialmente, sem a contrapartida das exportações e do ingresso de capital estrangeiro.

Quando em novembro se realizaram eleições, o Plano Cruzado já fracassara, mas isso ainda não era perceptível para o grande público. Os candidatos do PMDB podiam ainda culpar este ou aquele setor pelos problemas do plano. Podiam, por exemplo, ameaçar de mandar buscar à força os bois retidos no pasto para impedir a alta da carne.

Passadas as eleições, os aumentos adiados de tarifas públicas e dos impostos indiretos contribuíram para que a inflação explodisse. A crise das contas externas levou o Brasil a declarar uma moratória em fevereiro de 1987. O governo brasileiro suspendeu unilateralmente e por tempo indeterminado o pagamento de juros referentes à dívida externa de médio e longo prazo, devida aos bancos credores. A moratória chamada de "técnica" e não de "política" foi recebida com indiferença, tanto no país como no exterior. À euforia do Plano Cruzado seguia-se um clima de decepção e de desconfiança por parte da população quanto aos rumos da economia. Outros planos, menos espetaculares, seriam tentados no governo Sarney: o plano Bresser, o plano verão. Mas eles já não fazem parte da nossa história.

10.3. AS ELEIÇÕES DE 1986

As eleições de novembro de 1986 mostraram que o PMDB e o governo mantinham ainda àquela altura um grande prestígio. O PMDB elegeu os governadores de todos os Estados, menos o de Sergipe, e conquistou a maioria absoluta das cadeiras da Câmara dos Deputados e do Senado. O partido obteve 261 de um total de 487 cadeiras da Câmara (53% dos lugares), vindo a seguir o PFL com 116 (24%). As eleições para o Senado referiam-se a dois terços das cadeiras nos Estados e à primeira eleição no Distrito Federal. O PMDB conseguiu 38 das 49 cadeiras em disputa. Considerando-se a totalidade dos assentos no Senado, inclusive os mandatos não renovados, o PMDB ficou com 45 cadeiras em um total de 72. Naquele momento, chegou-se a dizer que o Brasil corria o risco de uma "mexicanização". O PMDB poderia vir a ser uma espécie de PRI – o Partido Revolucionário Institucional –, que alcançou praticamente o monopólio do poder, por longos anos, no México.

10.4. A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

A Assembléia Nacional Constituinte começou a se reunir a 1º de fevereiro de 1987. As atenções e as esperanças do país voltaram-se para a elaboração da nova Constituição. Havia um anseio de que ela não só fixasse os direitos dos cidadãos e as instituições básicas do país como resolvesse muitos problemas fora de seu alcance. Os trabalhos da Constituinte foram longos, tendo-se encerrado formalmente a 5 de outubro de 1988 quando foi promulgada a nova Constituição. A inexistência de um projeto inicial que servisse de base às discussões contribuiu para alongar os trabalhos. Embora dessem muitas vezes a impressão de ser caóticos, o fato é que foram debatidas, além de coisas menores, questões centrais da organização do Estado e dos direitos dos cidadãos.

O texto da Constituição, muito criticado por entrar em assuntos que tecnicamente não são de natureza constitucional, refletiu as pressões dos diferentes grupos da sociedade. As grandes empresas, os militares, os sindicalistas etc. procuraram introduzir no texto normas que atendessem a seus interesses ou se harmonizassem com suas concepções. Em um país cujas leis

valem pouco, os vários grupos trataram assim de fixar o máximo de regras no texto constitucional, como uma espécie de maior garantia de seu cumprimento.

Com todos os seus defeitos, a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no país especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias. Entre outros avanços, reconheceu-se a existência de direitos e deveres coletivos, além dos individuais. A partir daí, a faculdade de impetrar mandado de segurança contra autoridade pública para proteger direito líquido foi estendida aos partidos políticos com representação no Congresso e às organizações sindicais. Os constituintes criaram também a figura do *habeas-data*, pela qual o cidadão pode assegurar a obtenção de informações relativas a sua pessoa, constantes de registros de entidades governamentais. O objetivo desse direito é o de impedir que registros secretos, especialmente de natureza policial, sejam utilizados contra as pessoas, como ocorreu no regime autoritário. No que diz respeito às minorias, um capítulo da Constituição reconheceu aos índios "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam". O texto constitucional é bastante abrangente, mas, mais do que em qualquer outro campo, há aqui uma enorme distância entre o que diz a lei e o que acontece na prática. O massacre de índios, a invasão de suas terras não deixam dúvidas a respeito dessa distância.

Ao mesmo tempo que representou avanços, especialmente no campo dos direitos sociais, a Constituição de 1988 gerou problemas, como o tempo iria demonstrar. O sistema tributário retirou muitos recursos da União, passando-os aos Estados e municípios, sem que estes assumissem obrigações de gastos em nível correspondente. Por sua vez, a manutenção da aposentadoria por idade, para qualquer profissão, sobrecarregou a previdência social, a ponto de torná-la sempre deficitária, apesar da melhora de seu funcionamento. A manutenção da estabilidade de todos os funcionários públicos concursados, após dois anos de serviço, concorreu para dificultar a flexibilidade da máquina do Estado. Esses preceitos e outros mais concorreram para agravar a crise do Estado brasileiro, problema gritante dos últimos anos. Por outro lado, a Constituição refletiu o clima de instabilidade vivido pelo país, pois nasceu com o destino de durar pouco, na sua forma original. A própria definição do sistema presidencialista de governo e até mesmo da forma republicana ficaram sujeitas

a um plebiscito marcado para 7 de setembro de 1993. Nessa data, a população deveria optar pelo presidencialismo ou pelo parlamentarismo, pela República ou pela monarquia. Como se sabe, venceram o presidencialismo e a República. Previu-se ainda uma revisão constitucional, a ser realizada cinco anos após a promulgação da Constituição.

10.5. A TRANSIÇÃO AVALIADA

Podemos considerar a Constituição de 1988 como o marco que pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário. A abertura iniciada pelo general Geisel em 1974 levou mais de treze anos para desembocar em um regime democrático.

Por que a transição foi tão longa e quais as conseqüências da forma como se realizou?

Lembremos inicialmente que a estratégia da transição "lenta, gradual e segura" partiu do próprio governo. Ela só poderia ser modificada, no seu ritmo e na sua amplitude, se a oposição tivesse força suficiente para tanto ou se o desgaste do próprio regime autoritário provocasse seu colapso. Nem uma coisa nem outra aconteceu. Tivemos assim uma longa "transição transada", cheia de limites e incertezas.

Durante aqueles anos, comparou-se muito a situação do Brasil com a da Espanha, onde ocorreu a passagem da ditadura do general Franco à democracia. Embora haja pontos em comum entre os dois países, existem também muitas diferenças. As diferenças nos ajudam a entender melhor o caso brasileiro. No plano das personagens políticas, faltou no Brasil uma figura como a do Rei Juan Carlos, que além de ser rei fizera carreira no Exército, com prestígio suficiente para aproximar os diferentes grupos e encaminhar o processo de transição. Além disso, enquanto na Espanha os quadros políticos franquistas foram marginalizados, no Brasil ocorreu, em linhas gerais, a permanência na política e em postos do governo de figuras de destaque durante o regime autoritário. Outras diferenças dizem respeito às características da sociedade brasileira e espanhola. Esta última é bem mais articulada do que a brasileira. As classes e os grupos sociais têm na Espanha fisionomia mais bem definida. Os que falam em seu nome através dos partidos e associações representam de

fato suas bases. Por outras palavras, os representantes são realmente representativos. Foi por isso possível firmar um pacto social – o Pacto de Moncloa – que estabeleceu não só as regras da democratização como de uma política de rendas, isto é, normas sobre preços e salários.

A transição brasileira teve como a espanhola a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população. Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente, esses males não seriam curados da noite para o dia, mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição. O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia por parte de quase todos os atores políticos facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma "situação democrática" do que a um regime democrático consolidado.

11

PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS NO BRASIL ENTRE 1950 E 1980

Na impossibilidade de lidar com os inúmeros aspectos das mudanças ocorridas no Brasil entre 1950 e os últimos anos da década de 1980, vamos nos concentrar em algumas linhas indicativas mais relevantes.

11.1. POPULAÇÃO

Em números globais, a população brasileira passou de 51,9 milhões de habitantes, em 1950, a cerca de 146,1 milhões, em 1990. Ela aumentou assim quase duas vezes no curso de quarenta anos. Segundo os dados do censo de 1980, a distribuição populacional, de acordo com o sexo, era quase paritária: 59,8 milhões de mulheres e 59,1 milhões de homens. Os brancos constituíam maioria (54,2%), vindo a seguir os mestiços, sobretudo mulatos (38,8%), os negros (6,0%), os amarelos (0,6%) e os sem declaração de cor (0,4%). É possível que o número de brancos esteja exagerado pela interiorização do preconceito por parte de pessoas que preferiram declarar-se "brancas" a declarar-se mestiças.

Tratava-se de uma população essencialmente jovem, pois quase a metade dela (49,6%) tinha menos de vinte anos. Mas, como vinha ocorrendo desde 1960, crescera o índice de envelhecimento, isto é, o número de velhos (65 anos e mais) para cada cem jovens (quinze anos e menos). Esse índice, que era de 6,4% em 1960, passou a ser de 7,5% em 1970 e 10,5% em 1980.

O fenômeno demográfico mais significativo foi a redução da taxa de fecundidade, sobretudo a partir dos anos 70. A redução da taxa de fecundidade significa que as mulheres em condições de engravidar passaram a ter menor número de filhos. Durante a década de 1940, as mulheres brasileiras apresentavam uma taxa de fecundidade de 6,3 filhos. Essa taxa caiu para 5,8 durante a década de 1960 e na primeira metade da década de 1980 baixou para 3,3, isto é, foi reduzida quase à metade. Embora os índices variem de acordo com a classe social e a região, deve-se salientar que a queda da taxa é um fenômeno geral no país. Nos anos entre 1975 e 1986, o maior declínio proporcional ocorreu no Nordeste, onde a taxa passou de 6,1 para 5,0.

Aparentemente, a queda da taxa de fecundidade resultou sobretudo das campanhas pelo uso de preservativos e de esterilização das mulheres. Como o aborto é considerado crime, exceto em casos excepcionais, não é possível dizer se houve também uma ampliação dessa prática. Seja como for, a utilização de métodos anticoncepcionais reflete não só uma política governamental, muito criticada pela Igreja Católica, como um desejo das mulheres e dos casais de ter um número menor de filhos. Entre as razões desse desejo, destaca-se a consciência da impossibilidade de sustentar e educar minimamente um grande número de filhos.

Apesar da redução da taxa de fecundidade, a taxa de crescimento da população permaneceu elevada, por ter havido sensível declínio da taxa de mortalidade, ou seja, o limite de expectativa de vida se ampliou. A taxa anual de crescimento da população no começo da década de 1980 (2,3%) correspondia aproximadamente à média dos países menos desenvolvidos (2,4%) e superava em quase quatro vezes a média dos países desenvolvidos (0,6%). Mas, como não é provável que a taxa de mortalidade continue a diminuir muito, as futuras reduções da taxa de fecundidade deverão resultar em maior queda do crescimento populacional.

11.1.1. Distribuição Regional da População

Na distribuição regional da população, tiveram significado os grandes deslocamentos do Nordeste e de Minas Gerais, rumo ao Centro-Sul, e a ocupação da fronteira agrícola que se situou a princípio no Paraná e depois no Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) e no noroeste do país (Rondônia). A forte migração de nordestinos para o Centro-Sul resultou, de um lado, do ímpeto da industrialização e, de outro, das dramáticas secas que atingiram o Nordeste, em especial nos anos 50. Entre 1950 e 1970, Sergipe, Paraíba e Alagoas foram os Estados que, proporcionalmente, tiveram maiores taxas negativas de migração. Em números absolutos, Minas Gerais foi o Estado de onde saiu nesse período a maior quantidade de pessoas, chegando a 1,2 milhão entre 1960 e 1970.

A história do afluxo de migrantes e da colonização do Paraná não se situa propriamente nos limites cronológicos dos anos 1950-1980, mas tem sua matriz nos anos 20. Por essa época, uma empresa inglesa – a Companhia de Terras do Norte do Paraná – comprou terras do Estado e começou a vendê-las em lotes a pequenos agricultores. Mais de 80% das áreas vendidas pela companhia tinham quarenta hectares ou menos, um claro indicador do estabelecimento de pequenos proprietários. Muitos deles vieram de regiões saturadas de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Nos anos 30, quando o café entrou em crise, eles prosperavam produzindo algodão, gêneros alimentícios e criando aves e animais de pequeno porte, como porcos e galinhas. A enorme expansão rural do Paraná teve assim uma história originária diversa de São Paulo. Ela se baseou na migração interna, na pequena propriedade e nos incentivos proporcionados por uma empresa privada e não pelo Estado.

Nos anos 40, grandes e médios produtores de café se instalaram no Paraná, seguindo-se ao café a produção de soja em anos mais recentes. Essa nova onda alterou o regime de propriedade e as relações de trabalho em uma parte do Estado. Mineiros e nordestinos foram recrutados para trabalhar nas fazendas como assalariados. O grande salto migratório se deu entre 1950 e 1960, quando mais de 900 mil pessoas se dirigiram para o Paraná, um número que mesmo em termos absolutos superou o ingresso de migrantes em São Paulo no mesmo período (700 mil). A migração foi responsável naquele

decênio por um acréscimo de 43,5% habitantes no Paraná, porcentagem que nenhum Estado alcançou nas décadas de 1940 a 1970, ou mesmo antes.

O deslocamento de população para o Centro-Oeste e o noroeste do país constituiu o segundo grande fenômeno migratório. O impulso inicial foi dado pelas oportunidades abertas direta ou indiretamente pelo governo federal. A construção de Brasília pode ser tida como um marco da chamada "marcha para o oeste", uma antiga aspiração proclamada já no Estado Novo pelo governo Vargas.

Ao contrário do Paraná, a característica maior da ocupação de Goiás e do Mato Grosso tem sido a grande propriedade destinada à criação de gado de corte e ao plantio de soja. Além disso, surgiram médias e pequenas propriedades dedicadas à produção de grãos como o milho e o arroz.

Na região noroeste, o Estado de Rondônia representou outro pólo de atração, registrando um crescimento populacional espetacular na década de 1970, com uma taxa anual de 16%, superior de longe à de qualquer outro Estado. Para que se tenha uma idéia da rapidez da ocupação, Rondônia tinha por volta de 110 mil habitantes em 1970, chegando a 1,1 milhão em 1990.

O deslocamento da população rumo aos espaços vazios teve um importante efeito sociopolítico. Ao criar novas oportunidades, a fronteira contribuiu para amenizar as pressões sobre a terra nas regiões de ocupação mais antiga. Sem a sua existência, os conflitos pela posse da terra teriam tido proporções ainda maiores.

11.1.2. URBANIZAÇÃO

Vimos como os dados estatísticos sobre a urbanização não nos permitem falar de um significativo aumento da população que vivia em cidades, entre 1920 e 1940. O quadro mudou inteiramente a partir dessa época. Tomando-se a definição bastante restritiva de só considerar cidades as aglomerações com 20 mil ou mais habitantes, constatamos que em 1980 a maioria da população (51,5%) passara a ser urbana, em contraste com os 16% de habitantes que viviam em cidades, em 1940. A transição foi extremamente rápida a partir dos anos 50. Para termos uma idéia comparativa, nos Estados Unidos a parcela urbana da população levou oitenta anos – de 1870 a 1950 – para aumentar de

25% para 64%. Por volta de 1980, o percentual de americanos que viviam em cidades era de 61%, não sendo assim muito superior ao de brasileiros. A comparação fica por aqui. Esses dados puramente quantitativos não revelam as profundas diferenças de distribuição da renda e de qualidade de vida nas cidades americanas, de um lado, e nas cidades brasileiras, de outro.

Em 1980, nove capitais de Estados tinham já mais de 1 milhão de habitantes; esse número subiu para onze em 1990, com São Paulo à frente, seguido pelo Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. O incremento da urbanização resultou de vários fatores. De um lado, a partir dos anos 50 ampliaram-se as oportunidades de emprego no setor industrial e especialmente no setor heterogêneo de serviços. De outro, apesar da existência da fronteira agrícola, a expulsão de posseiros, a tendência à mecanização e a mudança de atividades rurais, com menor absorção de mão-de-obra, empurraram a população do campo para as cidades.

11.2. ECONOMIA

Apesar do avanço da industrialização ao longo de várias décadas, o Brasil ainda podia ser considerado em 1950 um país predominantemente agrícola; em trinta anos, o quadro se modificou muito, a ponto de essa definição deixar de ser verdadeira. As Tabelas 10 e 11 mostram isso com clareza, tanto no que diz respeito à distribuição da população economicamente ativa (PEA) como à contribuição setorial para o PIB, medida a partir de 1947. Em regra, instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consideram ser integrantes da PEA as pessoas que trabalham ou estão em busca de trabalho, de ambos os sexos, a partir dos dez anos. Pela definição, estão excluídos, entre outros, os estudantes, as donas-de-casa, as pessoas que vivem exclusivamente de renda.

Outro dado indicativo da mudança se encontra na estrutura das exportações brasileiras. No correr dos anos, os produtos primários – como por exemplo o café e minério de ferro –, com exceção da soja, tenderam a perder importância em comparação com os produtos industrializados. A partir de 1978, estes ultrapassaram em valor os produtos primários exportados. Devemos lembrar porém que entre os produtos industrializados se encontram mui-

tos cujo grau de processamento industrial é reduzido, como suco de laranja e chapas de madeira.

Tabela 10. Brasil – População Economicamente Ativa (PEA) por Setor de Atividade – 1950-1980

	1950	1980
Primário	59,90%	29,28%
Secundário	14,18%	24,92%
Terciário	21,97%	36,64%
Governamental	2,99%	3,98%
Outros	0,96%	5,18%

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos (coord.), *Que Brasil É Este?*, pp. 31 e 34.

Tabela 11. Brasil – Contribuição Setorial para o Produto Interno Bruto 1950-1985

	1950	1985
Primário	24,28%	9,81%
Secundário	24,14%	34,43%
Terciário	51,58%	55,76%

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos (coord.), *Que Brasil É Este?*, pp. 36.

11.2.1. A AGRICULTURA E A AGROINDÚSTRIA

O fato de que a indústria tenha-se expandido em proporção maior do que a agricultura não significa que esta estagnou. Pelo contrário, uma série de modificações ocorreu na estrutura da produção agrícola, afetando profundamente as relações de trabalho.

Após conhecer um último surto nos primeiros anos da década de 1950, o café foi perdendo importância entre os produtos de exportação. Seu auge se deu precisamente em 1950, quando representou 63,9% do valor das exportações, em contraste com os 34,9% do ano de 1945. A partir daí, diante da

concorrência internacional e da tendência à queda dos preços, o café foi declinando, a ponto de ter representado em 1980 apenas 12,3% do valor das exportações.

Grandes plantações de café foram erradicadas e em seu lugar surgiram culturas como a da soja, no Paraná, e da laranja, no interior de São Paulo. Sobretudo a partir da criação do Proálcool, expandiu-se também o plantio de cana, em São Paulo e no Nordeste.

Embora tanto no caso da produção de cana como da laranja os produtores independentes continuassem a existir, houve uma tendência à instalação de agroindústrias – ao mesmo tempo produtoras e processadoras, em ambos os setores. Considerando-se o volume de capital necessário à instalação da agroindústria, ocorreu uma forte tendência à criação de oligopólios, ou seja, um pequeno número de empresas encontrou condições favoráveis para impor seus preços, diante dos dispersos produtores independentes.

Uma das principais conseqüências da substituição do café por outras culturas e o avanço das pastagens foi a queda do número de trabalhadores necessários à produção. Além disso, a racionalização das atividades agrícolas, buscando-se maior produtividade e maior lucro, provocou a crise do velho sistema de colonato no Centro-Sul, ou do morador no Nordeste. Colonos ou moradores desapareceram, surgindo em seu lugar os bóias-frias.

Os bóias-frias são trabalhadores assalariados e contratados para fazer serviços em épocas específicas nas fazendas, como, por exemplo, por ocasião do corte da cana ou da colheita da laranja. Ao contrário dos colonos, eles só em parte integram a vida rural. Moram em cidades próximas às grandes fazendas onde são recrutados para trabalhar, diretamente pela agroindústria ou por intermediários chamados no Centro-Sul de "gatos". O surgimento de favelas em cidades do interior paulista, embora sem a mesma magnitude da capital, deve-se em grande parte à formação desse contingente pobre de trabalhadores. Seria apressado dizer que o bóia-fria é a variante rural do operário urbano, correspondendo à introdução de relações capitalistas no campo. A forma típica de modernização em grandes propriedades consiste na introdução de máquinas e na conseqüente substituição de grande número de trabalhadores desqualificados por um número reduzido de trabalhadores semi-qualificados. O tempo dirá se esse processo virá reduzir a importância ou mesmo fazer desaparecer a figura do bóia-fria.

O avanço da relação de trabalho assalariado no campo trouxe como uma de suas conseqüências o crescimento de reivindicações ligadas à natureza desse trabalho. Para os bóias-frias, a posse da terra passou a ser quando muito um sonho. Concretamente, através das greves e negociações, eles trataram de alcançar melhores salários, pagamento de horas extraordinárias, registro em carteira etc.

Essa observação não significa que a luta pela posse da terra tenha desaparecido. Ela se tornou mesmo mais dramática e sangrenta, envolvendo "gente sem terra", ou posseiros, de um lado, e grandes proprietários, de outro, nas regiões de conflito. As vítimas maiores do confronto têm sido os dirigentes de sindicatos rurais, o que torna o exercício da função um ato de heroísmo em algumas áreas do Acre, do Pará, do Maranhão e de outros Estados. O caso Chico Mendes é apenas o mais conhecido, pelo prestígio do morto, entre centenas de outros.

Uma das principais bases estruturais da luta pela posse da terra se encontra na concentração da propriedade. Em 1980, os minifúndios, assim considerados estabelecimentos agrícolas com menos de dez hectares, representavam 50,4% do número de estabelecimentos, mas ocupavam apenas 2,5% da área total de terras. No outro extremo, os latifúndios – unidades com mais de 10 mil hectares – constituíam apenas 0,1% dos estabelecimentos, mas detinham 16,4% da área total de terras.

Desse modo, a bandeira da reforma agrária não desapareceu, mas mudou de ênfase. Até meados dos anos 60, ela combinou objetivos sociais e econômicos. Seus defensores insistiam tanto no direito à propriedade por parte dos trabalhadores do campo como na importância que a reforma teria no sentido de incentivar a oferta de alimentos e integrar massas marginalizadas ao mercado. A ampliação do mercado consumidor era considerada indispensável para avançar no processo de industrialização.

Após a implantação do regime militar, a industrialização cresceu consideravelmente, prescindindo da reforma agrária. Esse fato não foi ocasional, mas conseqüência de uma escolha. Os governos militares abandonaram a perspectiva de ampliar a demanda através da maior capacidade de consumo da população pobre. Preferiram, ao invés disso, incentivar a produção de bens de consumo duráveis – caso típico dos automóveis –, destinados às classes de renda média e alta. Essa opção e as transformações ocorridas no campo tor-

naram o aspecto econômico da reforma agrária relativamente secundário nos dias de hoje. Tem-se insistido também no fato de que a produtividade de novos assentamentos rurais depende de investimentos e da assistência de um Estado em crise. Desse modo, a reforma agrária se converteu, sobretudo, em uma questão de justiça social para com a massa dos chamados "sem-terra".

As grandes transformações da agricultura, cujos pontos mais característicos são o avanço da agroindústria e o surgimento de um setor moderno de pequenos e médios proprietários, tornaram mais urgente a fixação de uma política agrícola por parte do Estado. Não tem sentido lançar uma guerra contra a agroindústria, mas, ao mesmo tempo, há a necessidade de defender os pequenos e médios proprietários com uma política agrícola que garanta sua renda para não sucumbirem no processo de industrialização da agricultura.

A alternativa de maior equilíbrio para o campo parece ser a de uma política integrada de desenvolvimento rural, na qual a melhor distribuição de terras deve ser buscada em conjunto com o apoio à produção rural existente. Quando falamos em pequena propriedade explorada em base familiar, devemos ter em conta que uma grande diferença separa as unidades improdutivas das que tem um alto índice de avanço tecnológico.

A massa de produtores pobres ou miseráveis continua a ser enorme. Em 1975, cerca de 3,64 milhões de estabelecimentos agrícolas, ou 73% do total, cultivavam a terra sem o uso do arado, fosse ele mecânico ou de tração animal. A mesma proporção de famílias rurais (73%) tinha uma renda monetária *per capita* de metade do salário mínimo, ou menos, em 1980.

Contrastam com esse quadro as lavouras familiares rentáveis, dedicadas principalmente à produção de trigo e de soja no Sul e Sudeste do país e, em menor escala, à produção de frutas no Nordeste. O padrão de ocupação da terra contribuiu no caso sulino para o desenvolvimento da empresa familiar produtiva. No Nordeste, foi importante o papel do Estado em projetos de irrigação, apesar dos enormes desperdícios, assim como o de certas indústrias processadoras, como a Cica e a Maguary.

11.2.2. A INDUSTRIALIZAÇÃO

Já nos referimos à passagem de um Brasil essencialmente agrícola a um Brasil urbano, industrial e de serviços, entre 1950 e 1980. No curso desses

anos, o Brasil se tornou um país semi-industrializado, com o produto industrial mais elevado de todos os países do chamado Terceiro Mundo. Cresceu também consideravelmente o grau de autonomia da indústria. Segundo dados de 1985, quatro quintos das necessidades de bens de capital (máquinas e equipamentos) eram atendidas localmente, sem ter-se de recorrer às importações. Isso não quer dizer que esse atendimento dependesse apenas das indústrias nacionais, abrangendo também as indústrias estrangeiras estabelecidas no Brasil.

Podemos falar em ondas de crescimento, definidas segundo o economista José Serra em fases diferenciadas. A primeira delas começou no fim da Segunda Guerra Mundial e foi até meados dos anos 50. Nesse período, completou-se a substituição de importações de bens de consumo não-duráveis e houve avanço na produção de bens de consumo duráveis mais leves. Além disso, caminhou-se na preparação da infra-estrutura (transportes e energia) que apoiaria os esforços industriais posteriores.

A segunda fase estendeu-se de meados dos anos 50 ao começo dos 60, correspondendo, em grande medida, ao governo de Juscelino. O produto industrial cresceu extraordinariamente, a uma taxa média anual de mais de 10%. Houve além disso importantes mudanças estruturais, tendo a indústria de bens de capital realizado um salto considerável, junto com a produção de insumos básicos (aço, petróleo, metais não-ferrosos, celulose, papel, química pesada) e a instalação de um complexo de serviços urbanos.

O esgotamento dessa fase foi acompanhado por dificuldades no balanço de pagamentos e pela aceleração do processo inflacionário. A partir desse quadro, nasceu uma terceira fase que se estendeu de 1963 a meados de 1967, quando estagnou o crescimento medido *per capita*.

A redução da inflação e do desequilíbrio do balanço de pagamentos, alcançada pelo programa Campos-Bulhões, abriu caminho para a quarta fase – a do "milagre" (1969-1973), cujas características já examinamos. A ela seguiu-se a quinta fase, de 1974 ao início dos anos 80. Aí cabe destacar o II PND, do governo Geisel, visando corrigir o atraso do setor de bens de produção e de alimentos herdado do período do "milagre", incentivando-se também a pesquisa e produção de petróleo.

A partir de 1981, definiu-se uma sexta fase, fortemente recessiva, que se prolonga até fins de 1992, apesar de um período de recuperação entre 1984 e 1987.

Tabela 12. Brasil – Estrutura da Produção na Indústria de Transformação 1949-1980

Categorias de Uso	1949	1959	1970	1975	1980
Bens de consumo não-duráveis	72,8	56,7	45,0	36,8	34,4
Bens intermediários	20,4	24,6	34,4	34,6	37,4
Bens de consumo duráveis	2,5	5,1	9,3	13,3	13,5
Bens de capital	4,3	13,5	11,3	15,4	14,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fernando Henrique Cardoso, "Desenvolvimento Associado – Dependente e Teoria Democrática", em Alfred Stepan, *Democratizando o Brasil*, p. 449.

Em linhas gerais, ao longo do período 1950-1980, a tendência ao declínio dos ramos tradicionais se acentuou (Tabela 12). Salientemos a queda dos bens de consumo não-duráveis, como por exemplo alimentos e bebidas, no valor de produção industrial. Por outro lado, cresceram os demais, em especial os bens de consumo duráveis e os de capital. O setor de ponta dos bens de consumo duráveis foi a indústria automobilística que passou a representar em torno de 10% do PIB.

É importante assinalar que a mudança da estrutura industrial ocorreu em todas as regiões do país, inclusive no Nordeste. O par clássico da indústria nordestina – produtos alimentares e indústria têxtil – foi substituído pelo par indústria química-produtos alimentares, vindo a indústria química em primeiro lugar. Ganhou destaque, no complexo agroindustrial formado pelas usinas, não só a produção do açúcar como a do álcool, que é um insumo ligado à indústria automobilística.

No que diz respeito à participação do capital estrangeiro, devemos observar que as empresas estrangeiras não são em grande número, mas são qualitativamente muito importantes. A Tabela 13 mostra que, das quinze maiores empresas privadas, por vendas, no ano de 1991, apenas duas eram brasileiras.

Tabela 13. Brasil – 15 Maiores Empresas Privadas por Vendas

ORDEM 1991	Empresas	Setor	Controle Acionário
1	Autolatina Brasil (SP)	Automóveis e peças	Alemão/Americano
2	Souza Cruz (RJ)	Bebidas e fumo	Inglês
3	Shell (RJ)	Distribuição de petróleo	Inglês
4	GMB (SP)	Automóveis e peças	Americano
5	Esso (RJ)	Distribuição de petróleo	Americano
6	Varig (RS)	Serviços de transporte	Brasileiro
7	Mercedes-Benz (SP)	Automóveis e peças	Alemão
8	Carrefour (SP)	Supermercados	Francês
9	Nestlé (SP)	Alimentos	Suíço
10	IBM do Brasil (RJ)	Informática	Americano
11	Texaco (RJ)	Distribuição de petróleo	Americano
12	Atlantic (RJ)	Distribuição de petróleo	Americano
13	Fiat Automóveis (MG)	Automóveis e peças	Italiano
14	Gessy Lever (SP)	Higiene e limpeza	Holandês
15	C. R. Almeida (RJ)	Construção pesada	Brasileiro

Fonte: revista *Exame*, ago. 1992, pp. 46 e 47.

Ao longo dos anos, houve uma diversificação da procedência dos investimentos estrangeiros. O predomínio tradicional dos capitais americanos se manteve, mas em menor proporção. Observemos, por outro lado, que há um forte grau de complementaridade entre as empresas estrangeiras e empresas privadas nacionais; ou seja, o crescimento das últimas dependeu muitas vezes da expansão das primeiras. Esse é o caso típico da indústria de autopeças, que se desenvolveu vinculada à indústria automobilística, em mãos do capital estrangeiro. A relativa complementaridade existente é um dos fatores que atenuou um possível conflito entre "interesses nacionais" e "interesses estrangeiros".

Apesar do impressionante avanço industrial no curso de três décadas, a longa recessão da indústria e da economia como um todo, a partir dos anos 80, deu lugar mais a interrogações e ao pessimismo do que ao otimismo do passado. O quadro recessivo resultou, entre outros fatores, da conjuntura

internacional, da crise do Estado e das políticas governamentais, aliás fracassadas, com o objetivo de combater a inflação.

11.3. INDICADORES SOCIAIS

Vamos lidar agora com os chamados indicadores sociais. Eles abrem caminho para que se conheça a qualidade de vida de um povo.

11.3.1. EDUCAÇÃO

Comecemos, no terreno educativo, pelos dados de alfabetização. Considerando-se a população com cinco anos de idade ou mais, houve um avanço na taxa de alfabetização entre 1950 e 1985. Segundo os dados do censo de 1950, 53,9% dos homens e 60,6% das mulheres eram analfabetos. Essas porcentagens caíram respectivamente para 34,9% e 35,2%, de acordo com o censo de 1980. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1987, indica que as taxas de analfabetismo caíram para 25,8% entre os homens e 26,0% entre as mulheres. Para a evolução geral, contribuiu bastante o avanço da alfabetização das mulheres – um indicador indireto de sua maior presença na vida social e na PEA.

Tomando-se a população escolarizável entre cinco e 24 anos, havia em 1949, para uma população escolarizável total de 23,8 milhões, 4,8 milhões matriculados em escolas, ou seja, 15,1%. Segundo dados do PNAD de 1987, a população escolarizável era naquele ano de 74,3 milhões, estando matriculados em escolas 34,4 milhões, isto é, cerca de 47%.

Após a Segunda Guerra Mundial, o ritmo de crescimento da educação no Brasil ficou acima dos outros países latino-americanos mais avançados, como o Chile, a Argentina e o Uruguai. Mesmo assim, não se alcançaram resultados qualitativos muito favoráveis.

A experiência dos países industrializados indica que, uma vez atingido certo grau de saturação em determinado nível do sistema educacional, ocorre uma diminuição da taxa de crescimento nesse nível e uma aceleração do crescimento no nível de educação imediatamente superior. Ou seja, a expansão começa no 1º grau e vai se propagando até chegar à universidade.

Esse modelo de crescimento não se aplica ao Brasil. Nos anos 70, o nível educacional que mais cresceu foi a pós-graduação (31%), seguida do ensino universitário (12%), do ensino de 2º grau (11%) e, por último, do ensino de 1º grau (4%).

Aparentemente, essa forma distorcida de crescimento tem a ver com o fato de que as pressões políticas sobre o sistema de ensino vêm, na maior parte, de uma elite educada.

Mas os problemas não se encontram apenas nas taxas de expansão e na distribuição dos gastos. Tomando-se a situação das regiões mais desenvolvidas, calcula-se que mais de 95% de cada geração chega a matricular-se no sistema de ensino de 1º grau. Esse dado é aparentemente positivo, mas acontece que as taxas de repetição e em menor grau, de abandono são muito elevadas. A inadequação da escola às camadas pobres da população e a pressão das necessidades sociais levam essas camadas, quando muito, a completar o 1º grau.

A relação entre ensino público e qualidade do ensino é outro ponto negativo a ser lembrado. No 1º grau, algumas escolas privadas se destacam pela qualidade, em contraste com as deficiências do ensino público. A situação se inverte nas universidades públicas, onde o ensino é gratuito. A maior possibilidade de ingresso nessas universidades é condicionada pelo currículo formado em escolas de 1º e 2º graus de bom nível e pelo conhecimento adquirido em casa e na rede de relações sociais – o chamado currículo oculto. Desse modo, o acesso de camadas pobres e da baixa classe média aos cursos mais prestigiosos das universidades públicas se torna bastante difícil. Esses setores sociais constituem a clientela preferencial das escolas privadas de nível superior. Ressalvadas algumas exceções, o ensino é aí de qualidade comparativamente inferior.

O crescimento do ensino superior privado pode ser apreendido quando se considera que em 1960 44% dos alunos do ensino superior estavam matriculados em instituições privadas. Esse número aumentou para 50% em 1970 e chegou a 65% em 1980.

Os fatores apontados e vários outros, como a reduzida disponibilidade de bolsas de estudo, levam a uma educação para poucos e nem por isso de elevado padrão. A educação constitui assim um privilégio e não um instrumento importante no sentido de se estabelecer, na prática, a igualdade de oportunidades para jovens de diferentes classes sociais.

11.3.2. Outros Indicadores

Há outros indicadores que apontam ao mesmo tempo para progressos e carências.

A média da esperança de vida ao nascer, que expressa condições gerais de saúde e de atendimento médico, cresceu significativamente entre 1950 e 1980, passando de 45,9 para 60 anos. Esse crescimento ocorreu em todas as regiões. Tomando-se a região Sul no extremo positivo e a Nordeste no extremo negativo, verifica-se o seguinte. No Sul, a expectativa média de vida em 1950 era de 53,3 anos e em 1980 de 66,9. No Nordeste, o índice correspondia em 1950 a 38,6 anos e em 1980 a 51,5 anos.

Também caiu a taxa de mortalidade infantil (número de óbitos em cada 1 mil crianças até um ano de vida). Essa taxa reflete sobretudo condições sanitárias, pois a diarréia e outros problemas intestinais são a maior causa da morte das crianças. No Brasil como um todo, ela declinou de 130 em 1950 para 86 em 1980. Progressos na área de saneamento básico e fornecimento de energia elétrica são revelados pela Tabela 14.

Tabela 14 Brasil – Domicílios Particulares – Abastecimento de Água com Rede Geral e Instalações Elétricas 1960-1987 – Percentuais

Ano	Água	Instalações Elétricas
1960	21,08	40,15
1970	32,81	47,56
1980	52,23	67,40
1987	70,00	84,41

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos (coord.), *Que Brasil É Este?*, p. 106 e ss.

Os indicadores mostram que o Brasil passou por uma grande transformação entre 1950 e 1980. O país se urbanizou, teve elevados índices de crescimento econômico e houve avanços no plano social em vários aspectos. A partir de 1980, o quadro mudou. Os índices de crescimento declinaram e ocorreram vários anos de crescimento negativo. As medidas recessivas tiveram um alto custo social, refletido visivelmente nos índices de desemprego, sem

conseguir reequilibrar o país. Não por acaso, a década de 1980 foi chamada de década perdida. Nesses anos, o conjunto dos brasileiros, principalmente os assalariados, se tornou mais pobre. Entre 1989 e 1990, os empregados com carteira assinada tiveram uma queda de rendimento médio de 19,7%; em setembro de 1990, o salário mínimo era 35,7% menor do que no mesmo mês de 1989.

É certo que a expansão do mercado informal, constituído principalmente por vendedores de rua e trabalhadores sem carteira assinada, absorveu em parte o choque social. Mas essa saída tem limites.

Voltando aos indicadores, lembremos que eles devem ser analisados também sob os aspectos comparativos com outros países e qualitativos. O problema mais gritante é o da distribuição de renda. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil tinha em 1989 um PIB de 319,15 bilhões de dólares; a renda *per capita* de 2 540 dólares colocava o Brasil entre os países considerados de renda média superior pelo Banco Mundial. Ele se situava sob esse aspecto acima de todos os países latino-americanos, com exceção do Uruguai. Porém, como já tivemos oportunidade de destacar, a renda *per capita* é apenas uma divisão entre a renda total e o número de habitantes de um país, nada dizendo sobre a distribuição dessa renda entre os diferentes segmentos sociais. Quando nos voltamos para esse problema, chegamos a tristes constatações. Segundo dados de 1983, os 50% mais pobres da população se apropriavam de apenas 13,6% da renda total do país, enquanto os 10% mais ricos se apropriavam de 46,2% dessa renda. Com o correr dos anos, a desigualdade só tendeu a aumentar. Considerando-se as três classes de renda mais baixa, com um teto de dois salários mínimos – um limite bastante otimista do que seja a linha de pobreza – constatamos claramente o peso quantitativo da população pobre no conjunto da PEA. A Tabela 15 mostra isso, bem como as desigualdades regionais entre o nordeste e as demais regiões do país.

Há também fortes disparidades na distribuição da renda, em função de outras variáveis, como o sexo e a cor. A partir de 1970, as mulheres ingressaram em número crescente no mercado de trabalho. Naquele ano, 71,9% do conjunto dos homens faziam parte da PEA, enquanto apenas 18,2% do conjunto das mulheres integravam a PEA. Em 1985, esse percentuais correspondiam respectivamente a 76% e 36,8%.

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho resultou de vários fatores. Dentre eles, devemos destacar o grande crescimento econômico – de

Tabela 15. Brasil e Regiões – 1984 – Posição das Três Classes de Renda mais Baixas como % da População Economicamente Ativa

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Miserável (Até 1/2 salário (mínimo)	13,4	7,1	25,4	9,5	8,5	9,3
Indigente (+ 1/2 a 1 (salário mínimo)	22,8	17,1	29,8	20,5	19,6	21,1
Pobre (+ 1 a 2 (salários mínimos)	25,0	27,0	23,4	24,4	22,7	29,3

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos, *Crime e Castigo. Partidos e Generais na Política Brasileira*, p. 179.
OBs.: 1) Exclusive população rural da região Norte.
2) Exclusive "sem rendimento" e "sem declaração".

que resultou a maior oferta de empregos – acompanhado do incentivo ao consumo e o aumento das desigualdades sociais. Muitas mulheres passaram a buscar trabalho fora de casa, visando a suplementar o orçamento familiar e a ampliar o consumo de bens. No plano das relações sociais, a sociedade foi gradativamente considerando normal o trabalho feminino, pelo menos em determinadas profissões. Não se pode dizer entretanto que tenha desaparecido a discriminação por sexo no mercado de trabalho. As mulheres ficaram em maioria confinadas nos chamados empregos femininos, que absorviam, em 1980, 70% das trabalhadoras. Esses empregos são os de empregadas domésticas, lavradoras e operárias, para as menos instruídas; secretárias, balconistas e enfermeiras, para as que possuem nível médio de instrução. Na medida em que um grande número de oferta de trabalho feminino é cativo de um campo restrito de empregos, o salário feminino tende a ser inferior ao dos homens. As profissões consideradas femininas tendem a ser desvalorizadas como "trabalho de mulher". Mas mesmo quando comparamos homens e mulheres exercendo funções idênticas, constatamos a desvalorização do salário da mulher. Curiosamente, as diferenças salariais entre os sexos tendem a se acentuar nas ocupações de nível superior e de chefia, nas quais

os rendimentos são mais elevados, conforme se pode constatar pelos exemplos da Tabela 16.

Tabela 16. Brasil – Mediana do Rendimento Médio Mensal da População Economicamente Ativa por Sexo e Alguns Grupos Ocupacionais Selecionados – 1980

Grupos Ocupacionais	Homens	Mulheres
Engenheiros, arquitetos e assemelhados	17,0	9,0
Médicos, dentistas e assemelhados	15,8	6,9
Matemáticos, estatísticos e analistas de sistemas	16,6	10,6
Magistrados, advogados e especialistas assemelhados	15,1	7,5
Diretores e chefes da administração pública	8,2	5,0
Administradores e gerentes de empresas	6,0	3,5
Mestres, contramestres e técnicos na indústria	5,0	2,9
Funções burocráticas ou de escritório	2,4	2,0
Ocupações do comércio	2,2	1,2
Ocupações da indústria	1,8	1,1
Ocupações da prestação de serviços	1,3	0,7
Ocupações da agropecuária e extração vegetal e animal	0,8	0,2
Total	1,4	1,0

Fonte: IBGE, Censo de 1980.

Passando para o terreno comparativo, dados do Banco Mundial mostram como o Brasil é um dos países socialmente mais desiguais de todo o mundo. Em um extremo, é aquele em que os 20% mais pobres se apropriam da menor porcentagem da renda familiar geral; no outro extremo, é o país no qual os 10% mais ricos se apropriam de maior porcentagem da renda. A Tabela 17 dá algumas indicações comparativas, por critérios geográficos e econômicos.

Se tomarmos outros indicadores sociais, a posição do Brasil não é também nada brilhante. Vejam na Tabela 18 a comparação do Brasil com sete países latino-americanos e com três dos chamados tigres asiáticos.

Os "tigres" superam de longe o Brasil em qualquer indicador. Quanto aos latino-americanos, na média de esperança de vida ao nascer, o Brasil se

Tabela 17. Distribuição de Renda – Indicadores Comparativos – Distribuição Percentual de Renda Familiar por Grupos de Famílias

Países	Ano	20% Inferiores	2º Quintil	3º Quintil	4º Quintil	20% Superiores	10% Superiores
Latino-americanos							
Guatemala	1979-1981	5,5	8,6	12,2	18,7	55,0	40,8
Colômbia	1988	4,0	8,7	13,5	20,8	53,0	37,1
Costa Rica	1986	3,3	8,3	13,2	20,7	54,5	38,8
Venezuela	1987	4,7	9,2	14,0	21,5	50,6	34,2
Peru	1985-1986	4,4	8,5	23,7	21,5	51,9	35,8
Brasil	1983	2,4	5,7	10,7	18,6	62,6	46,2
Desenvolvidos							
Estados Unidos	1985	4,7	11,0	17,4	25,0	41,9	25,0
Alemanha	1981	5,4	12,0	18,4	25,6	38,6	22,3
Japão	1979	8,7	13,2	17,5	23,1	37,5	22,4
Tigres asiáticos							
Cingapura	1982-1983	5,1	9,9	14,6	21,4	48,9	33,5
Hong Kong	1980	5,4	10,8	15,2	21,6	47,0	31,3

Fonte: Banco Mundial, *Relotório sobre o Desenvolvimento Mundial*, 1991.

Tabela 18. Indicadores Socioeconômicos Comparativos

Países Latinos-americanos(1989)	Renda *per capita* (em anos)	Esperança de Vida (%)	Analfabetos
1. México	2 010	69	10
2. Argentina	2 160	71	5
3. Uruguai	2 620	73	6
4. Chile	1 770	72	6
5. Peru	1 010	62	15
6. Bolívia	620	54	26
7. Paraguai	1 010	67	12
8. Brasil	2 540	66	22
Países Desenvolvidos			
1. Estados Unidos	20 910	76	Menos de 5%
2. Alemanha Ocidental	20 440	75	Menos de 5%
3. Japão	23 810	79	Menos de 5%
Tigres Asiátivos			
1. Coréia	4 400	70	–
2. Cingapura	10 450	74	14
3. Hong-Kong	10 350	78	12

Fonte: Banco Mundial, *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial*, 1991.

situava nos anos 80 abaixo do Uruguai, Chile, Argentina, México e Paraguai, superando apenas o Peru e a Bolívia. O mesmo ocorria com relação à taxa de mortalidade infantil.

A taxa de analfabetismo superava a de todos os países arrolados, com exceção da Bolívia.

Na educação, considerando-se o número proporcional de alunos matriculados nos três graus de ensino, o Brasil ficava mais próximo do Paraguai e da Bolívia do que do México e do Chile.

12

A NOVA ORDEM MUNDIAL
E O BRASIL

Nos últimos trinta anos, ocorreram no mundo transformações radicais cujos desdobramentos ainda estão em curso. No plano da economia, deixou em grande medida de existir a divisão do trabalho entre países dominantes e industrializados e países dependentes, produtores de matérias-primas e gêneros agrícolas. Em busca de mão-de-obra barata, pelo menos em um primeiro momento, e como resposta às medidas protecionistas dos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, as grandes empresas transferiram parte de seu parque produtivo para esses países. Ocorreu assim uma internacionalização do processo produtivo. Em conseqüência, abriram-se em algumas regiões oportunidades para novas ondas industrializantes. A mais importante delas deu origem na Ásia aos "tigres asiáticos". Ao mesmo tempo, começaram a ser criados grandes espaços econômicos, com tendência a romper velhas fronteiras, cujo exemplo mais expressivo é a Comunidade Econômica Européia (CEE).

A globalização da economia e as mudanças tecnológicas permitiram, por exemplo, que, na indústria têxtil, o fio fornecido pela Indonésia fosse convertido em pano na Índia, transformado em roupas na Tailândia – de acordo com modelos desenhados em Formosa – e vendidos afinal na Alemanha. De forma

semelhante, semicondutores manufaturados nos Estados Unidos são utilizados em países como El Salvador, Indonésia, Malásia, México e Filipinas.

Como parte desse processo, o mundo atravessou e ainda atravessa uma revolução tecnológica que deixou para trás a Revolução Industrial. Estamos nos referindo à informática, com todo o seu cortejo de microcomputadores, microeletrônica, robotização etc. Cada vez mais a informação se tornou vital; cada vez mais velhos processos produtivos foram sendo abandonados e o progresso se concentrou na capacidade científica e na criação de novas técnicas e novos produtos.

As transformações puseram fim ao antigo tipo de dependência dos países do Terceiro Mundo com relação ao centro, que, na retórica política, teve a designação de imperialismo americano. Não queremos com isso dizer que tenham desaparecido os elos de subordinação no plano internacional, mas eles mudaram de caráter. O centro decisório se dispersou por várias nações, ou grupos de nações; a potência militarmente dominante – os Estados Unidos – passou a dividir o poderio econômico, com a Alemanha, o Japão e a CEE.

Perdeu assim muito de seu sentido a noção de exploração de país a país. Mais do que isso, com a revolução tecnológica, alguns países detentores de materias-primas entraram em total declínio. Passaram de "vítimas do imperialismo" a órfãos abandonados em uma nova ordem econômica.

Ao mesmo tempo, nos últimos anos da década de 1980 e nos primeiros anos 90, ocorreu a fantástica derrocada do Leste europeu, que liquidou o mundo da guerra fria e mostrou a falência da economia estatizada sob controle totalitário. As concepções derivadas da divisão do mundo entre dois blocos ideologicamente opostos perderam a base de sustentação. O ideário liberal, na economia e na política, ganhou enorme projeção. Em alguns casos, chega-se a vender a idéia de que a mão invisível do mercado, com um mínimo de intervenção estatal, seria capaz de superar desajustes econômicos e mesmo sociais.

O Brasil enfrenta os novos desafios em uma situação difícil. Quase não é preciso lembrar que a opção pelo crescimento desordenado e a concentração de renda produziram efeitos sociais devastadores. A urbanização, que em parte resultou no "inchaço" das grandes cidades, agravou problemas de transportes, de saneamento básico, da poluição do ar etc. etc. As cidades se tornaram o foco mais dramático da insegurança, da criminalidade, onde a infância abandonada fica exposta com maior crueza.

No outro extremo das gerações, os velhos são submetidos ao tormento das filas para receber a miséria de uma aposentadoria paga por um órgão de previdência saqueado por gângsteres de colarinho branco e praticamente falido.

No campo, o avanço da agroindústria não chega a encobrir a dura realidade dos "sem-terra", da ocupação de terras indígenas, das mortes de sindicalistas, da destruição de florestas e poluição dos rios.

Um sintoma grave dessa situação é o da perda da esperança e da crença nos governantes, por parte dos brasileiros. Contribuíram para isso a seqüência de planos econômicos fracassados que não contiveram uma inflação devastadora e a onda de corrupção na máquina do Estado.

Se o Brasil conseguir sair de um quadro imediato difícil, terá de enfrentar questões amplas que não se reduzem à retomada do crescimento. Há uma série de interrogações sobre qual deve ser o modelo de desenvolvimento, sobre a inserção do país no mercado internacionalizado, sobre o caminho para começar a reduzir as desigualdades sociais.

Uma das questões mais importantes é a da recuperação do Estado e da redefinição de seu papel. O Estado brasileiro, dilapidado por elites espertas e sob o peso burocrático, quebrou no final dos anos 80. Sua máquina apodreceu em várias partes. É quase impossível imaginar que o Estado volte a ter o papel que desempenhou no passado, seja no regime democrático de 1945-1964, seja no regime militar; mas é quase impossível também imaginá-lo reduzido ao "Estado mínimo". A mão invisível do mercado (a mão dos oligopólios?) certamente não estabelecerá prioridades sociais nos investimentos e nem atenderá portanto às necessidades básicas da população.

Uma das questões decisivas dos anos que estão por vir será o da preservação do regime democrático, apesar das carências e da desigualdade social. Se os problemas não começarem a ser atenuados, se não houver razões para a população acreditar em seus presumíveis representantes, a democracia se converterá não em valor universal, mas em uma palavra vazia. Pior ainda, será associada à irresponsabilidade dos políticos, aos privilégios e à desordem.

Nem tudo porém se reduz a riscos e problemas. Ao longo das últimas décadas, o Brasil construiu uma base material significativa, e os diferentes setores sociais começaram a se expressar com maior autonomia. No caminho da construção da cidadania, mulheres, índios, negros, trabalhadores em geral

passaram a reivindicar direitos e a ver esses direitos reconhecidos em grau variável, pelo menos no papel. A adaptação a uma nova realidade, tanto no plano interno como das relações internacionais, vem sendo feita, ainda que com muitos percalços: a redução das tarifas de importação facilitou a abertura do Brasil ao mercado externo; o processo de privatização de empresas que representam um ônus para o Estado prossegue. O esforço no sentido de maior integração sul-americana resultou no Mercado Comum do Sul (Mercosul), de que participam, além do Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Embora o Mercosul tenha muitos problemas para a sua viabilização, é uma tentativa que aponta para o futuro, como demonstra o crescente intercâmbio comercial entre seus integrantes.

Por outro lado, já não subsistem sonhos de grandeza que levaram à violência contra a população e contra os recursos naturais. Já se põe em dúvida a crença em um homem providencial, dotado de força de vontade e poderes mágicos capazes de resolver os problemas do país. Ao mesmo tempo, esses problemas estão mais bem identificados por mais difícil que seja encontrar saídas a curto prazo. O episódio do *impeachment* do presidente Collor – que escapa aos limites cronológicos estabelecidos neste trabalho – é um exemplo, embora triste, de afirmação das instituições e de consciência democrática da sociedade.

Infelizmente, após esse episódio, os fatos não deram lugar ao otimismo. A inflação cresceu a níveis assustadores, fazendo do Brasil o campeão latino-americano da inflação e um dos primeiros colocados no plano mundial. Apesar de algumas boas escolhas ministeriais, o presidente Itamar Franco revelou-se inseguro e inábil politicamente. Por sua vez, setores organizados da sociedade, que se supõem representativos, não demonstraram ter capacidade ou interesse em promover um pacto social que ajudaria a tirar o país de uma situação difícil. Os partidos, com raras exceções, não revelaram grandeza no trato dos problemas nacionais, preocupando-se em jogar para a arquibancada, com os olhos postos nas eleições gerais de outubro de 1994.

Se o quadro é complicado, a esperança bem ou mal permanece. O Brasil perdeu terreno no nível socioeconômico, nos últimos doze anos, mas ainda mantém a vitalidade. Escrevendo em meados de 1993, espero que a difícil tarefa de recuperar o país se viabilize e não se converta em uma missão impossível.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

BRASIL 1500-1993

1500	Expedição de Cabral chega ao Brasil.
1501	Primeiras expedições de reconhecimento da costa.
1504	Navegantes franceses chegam ao litoral.
1515	João Dias de Solís, a serviço de Castela, inicia o reconhecimento da costa brasileira, desde o Cabo de Santo Agostinho até o Prata.
1516	A expedição guarda-costas de Cristóvão Jacques funda uma feitoria em Pernambuco e inicia o reconhecimento do litoral, até o Prata.
1519	O português Fernão de Magalhães, a serviço da Espanha, fundeia na Baía de Guanabara em sua viagem de circunavegação do globo.
1525	Sebastião Caboto desembarca no Brasil.
1530	Dom João III institui o regime de capitanias hereditárias.
1532	Martim Afonso de Sousa funda a Vila de São Vicente.
1534	Início das doações de capitanias hereditárias a particulares.
1536	Brás Cubas e Pascoal Fernandes fundam a Vila de Santos, na Capitania de São Vicente.
1538	Chegam ao Brasil os primeiros escravos africanos.
1543	Brás Cubas funda em Santos a primeira Santa Casa do Brasil.
1549	Instituição do governo geral no Brasil; Tomé de Sousa é o primeiro governador.
	Chega à Bahia o Padre Manuel da Nóbrega; fundada a cidade de Salvador.

1550	Chegam a Salvador a primeira partida de escravos africanos e as primeiras cabeças de gado.
1551	Chegam ao Brasil as primeiras mulheres brancas.
	Criação do primeiro bispado, para o qual é nomeado Dom Pero Fernandes Sardinha.
1552	Tomé de Sousa inicia visita de inspeção às capitanias ao sul da Bahia.
1553	Duarte da Costa, segundo governador-geral do Brasil.
1554	O Padre Manuel da Nóbrega funda o Colégio de São Paulo.
1555	Villegaignon funda na Guanabara a Colônia França Antártica.
1557	Mem de Sá, terceiro governador-geral do Brasil.
1559	Carta régia facilita a importação de escravos africanos para os senhores de engenho.
1560	Os portugueses destroem e ocupam a Colônia França Antártica.
1562	João Ramalho torna-se capitão-mor de São Paulo de Piratininga.
1565	Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião (Rio de Janeiro).
1567	Os franceses são definitivamente derrotados no Rio de Janeiro.
1570	Carta régia de Dom Sebastião garante liberdade aos índios.
1571	Dom Sebastião decreta que somente navios portugueses transportem mercadorias para o Brasil e demais partes do Ultramar.
1572	O Brasil é dividido em dois governos: Bahia (governador Luís de Brito e Almeida) e Rio de Janeiro (governador Antônio Salema).
1577	Abolida a dualidade de governos do Brasil; Lourenço da Veiga é nomeado governador-geral.
1578	Francis Drake e outros corsários ingleses coletam pau-brasil no Maranhão.
1583	Salvador Correia de Sá, governador do Rio de Janeiro, assina um contrato para a introdução de escravos africanos.
1584	Os portugueses iniciam a conquista da Paraíba, enfrentando incursões francesas.
1585	Martim Leitão constrói o forte em torno do qual crescerá a atual cidade de João Pessoa.
	Em São Paulo, o capitão-mor Jerônimo Leitão comanda expedições contra os índios, destruindo cerca de trezentas aldeias.
1586	Começa a se desenvolver intercâmbio comercial entre o sul do Brasil e a região do Rio da Prata.
	Portugueses e espanhóis tentam sem êxito expulsar os franceses da Paraíba.
1591	Barcos estrangeiros são proibidos de aportar no Brasil.
	O capitão inglês Thomas Cavendish pratica atos de pirataria em São Vicente.
	Instala-se na Bahia o Tribunal do Santo Ofício, mantido até 1593.
1595	Ataque do corsário inglês James Lancaster ao Recife.
	Lei de Filipe II proíbe a escravização dos índios.
1596	Ingleses estabelecem feitorias no delta do Rio Amazonas.
1599	Jerônimo de Albuquerque pacifica os portugueses na Paraíba e funda Natal.
1603	A Coroa decreta o monopólio real da pesca ba baleia.
1605	O governo espanhol proíbe aos estrangeiros fazer escala ou desembarcar no Brasil e nas demais partes do Ultramar português.

1612 Restabelecida a centralização administrativa no Brasil, com um só governo geral.
Os franceses fundam São Luís do Maranhão.

1613 Jerônimo de Albuquerque sai do Recife para tentar reconquistar o Maranhão aos franceses, mas é obrigado a retornar.

1615 Jerônimo de Albuquerque, Alexandre Moura e Francisco Caldeira apoderam-se do Forte de São Luís do Maranhão; derrocada da França Equinocial.

1616 Francisco Caldeira funda no Pará a cidade de Santa Maria de Belém.

1619 Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Pedro Teixeira e Bento Maciel Parente derrotam e reprimem os tupinambás que se insurgem no Pará.

1621 A Coroa espanhola cria o Estado do Maranhão (Maranhão, Ceará e Pará), desligado de subordinação ao Brasil.

1624 Os holandeses invadem a Bahia; os portugueses organizam a resistência.

1625 Com o apoio de uma esquadra espanhola, os holandeses são expulsos da Bahia.

1627 Incursão à Bahia de esquadra holandesa comandada por Piet Heyn.

1629 Bandeira de Manuel Preto, Antônio Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros e Salvador Pires de Medeiros ataca inúmeras reduções e acaba expulsando os jesuítas do Paraná.

1630 Os holandeses atacam Pernambuco e se estabelecem ali.
O governador português Matias de Albuquerque organiza a resistência.

1637 Nassau, governador holandês de Pernambuco, expulsa as tropas luso-brasileiras em direção à Bahia.

1638 Pedro Teixeira chega a Quito por via fluvial.
Início da bandeira de Fernão Dias Pais em direção ao sul.

1640 Nassau convoca no Recife uma assembléia de deputados luso-brasileiros; lança edital em que combate a monocultura.
Os procuradores da Capitania de São Vicente expulsam os jesuítas.
Termina o domínio espanhol.

1641 Nassau conquista Sergipe e Maranhão.
Amador Bueno recusa o título de Rei de São Paulo e faz aclamar Dom João IV, de Portugal.

1642 Outorgados aos moradores do Rio de Janeiro os mesmos privilégios dos cidadãos do Porto.
A Coroa portuguesa impõe o monopólio sobre o tabaco.
Começa a insurreição contra os holandeses no Maranhão.

1644 Nassau regressa à Holanda.
Os holandeses são expulsos de São Luís.
Organiza-se o Quilombo dos Palmares.

1645 Insurreição dos luso-brasileiros de Pernambuco contra os holandeses.
Outorgados aos moradores de São Luís os mesmos privilégios dos cidadãos do Porto.

1648 Francisco Barreto derrota os holandeses na primeira Batalha dos Guararapes.
Entrada pesquisadora paulista de Antônio Raposo Tavares, que, internando-se pelo Paraguai, atingiria os contrafortes dos Andes, para depois sair na bacia amazônica.

	Fundada a Vila de Paranaguá.
1649	Derrota dos holandeses na segunda Batalha dos Guararapes.
	Fundada em Portugal a Companhia Geral do Comércio do Brasil, com monopólio do comércio de vinho, bacalhau, azeite e farinha de trigo.
1652	Reinstalado na Bahia o Tribunal da Relação suprimido pelos Filipes.
	Extinto o Estado do Maranhão.
1653	Os jesuítas regressam à Vila de São Paulo.
1654	Expulsão definitiva dos holandeses.
1655	Outorgados aos moradores de Belém os mesmos privilégios dos cidadãos do Porto.
	Lei dá plenos poderes aos jesuítas sobre os índios.
1658	A Coroa impõe o monopólio do sal.
1661	Os holandeses reconhecem, em tratado de paz, a perda da colônia do Brasil.
	Aliança com Portugal autoriza o comércio dos ingleses no Brasil e nas Índias.
1667	Pela primeira vez, ordens régias limitam a migração portuguesa para o Brasil.
1669	Francisco da Mota Falcão ergue o Forte de São José do Rio Negro (atual Manaus).
1671	Decreto libera a entrada de navios estrangeiros em portos brasileiros.
1674	Parte de São Paulo a "expedição das esmeraldas" de Fernão Dias Pais.
1675	Entrada pesquisadora paulista de Manuel de Campos Bicudo, que atingiria a região ao norte de Mato Grosso.
	Fundação da Vila do Desterro (atual Florianópolis).
1676	Entrada pesquisadora paulista de Bartolomeu Bueno da Silva, que atingiria a região goiana.
	Bula papal cria o bispado do Rio de Janeiro e eleva a arcebispado o bispado da Bahia.
1677	Por declaração da Corte, as Câmaras e os governadores de Olinda passam a "representar a pessoa do rei".
	Destruídos diversos núcleos rebeldes no Quilombo dos Palmares.
1680	Dom Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, funda a Colônia do Sacramento, na região do Prata, obedecendo a ordens da Coroa portuguesa. A colônia é arrasada pelos espanhóis.
	Lei proíbe a escravização de índios.
1681	Assinatura do tratado provisional sobre a posse lusitana da margem norte do Prata; os espanhóis devolvem o Forte de São Gabriel.
	São Paulo é declarada cabeça de capitania.
1682	Criação da Companhia de Comércio do Maranhão.
1684	Os franceses, vindos de Caiena, fazem incursão de apresamento de índios até as imediações do Forte Gurupá.
	Revolta de Beckman, no Maranhão, contra a política colonial.
1685	Construídos quatro fortes na região amazônica, ameaçada pelos franceses de Caiena.
	Gomes Freire, novo governador do Maranhão, reprime a Revolta de Beckman e manda enforcar seu líder.

	A Coroa portuguesa proíbe o estabelecimento de manufaturas no Brasil.
1687	Insurreição generalizada dos índios janduins, no Rio Grande do Norte.
1688	Alvará determina que os navios mercantes viajem apenas em frotas, como medida de defesa contra os corsários.
1692	Primeiro ataque de Domingos Jorge Velho ao Quilombo dos Palmares.
1693	Atribuída formalmente a jesuítas, franciscanos e carmelitas a responsabilidade pelas missões da Amazônia.
1694	Ato real garante a posse das minas a seus descobridores.
	Montada na Bahia a primeira Casa da Moeda.
	A Companhia Geral do Comércio do Brasil é transformada em Junta Régia.
	Primeiras notícias de descoberta de ouro em Minas Gerais.
1695	Derrotado e morto Zumbi dos Palmares pelas tropas de Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo.
1699	Domingos Jorge Velho comanda expedição contra os últimos índios insurretos do Maranhão.
1701	Carta régia proíbe a criação de gado numa faixa de dez léguas da costa.
1705	Início do *rush* de portugueses em direção a Minas Gerais.
1706	Os espanhóis conquistam a Colônia do Sacramento.
1707	Carta régia atribui aos franciscanos as missões do baixo Amazonas.
1708	Guerra entre emboabas e mascates pelo controle das minas de metais preciosos.
1709	Os emboabas chacinam os paulistas no Rio das Mortes (Capão da Traição).
	Carta régia cria a Capitania de São Paulo e Minas.
1710-1711	Recife é proclamada vila; Guerra dos Mascates, entre brasileiros e portugueses.
1711	Carta régia eleva São Paulo à categoria de cidade.
	O francês Duguay-Trouin saqueia o Rio de Janeiro.
	Proibição de exportação do ouro sem prova de pagamento do quinto.
	Proibição de navios estrangeiros aportarem no Brasil, a não ser que participem de frotas portuguesas, ou que estejam enfrentando tempestade ou com falta de mantimentos.
1715	Acordo com a Espanha restitui a Colônia do Sacramento aos portugueses.
1719	A tributação do ouro é fixada em um quinto e para cobrá-la são criadas Casas de Fundição.
1720	Carta régia cria a Capitania de Minas Gerais, independente de São Paulo.
	Conspiração de negros em Minas Gerais é debelada por capitães-do-mato.
	Extinção da Companhia Geral do Comércio do Brasil.
	Reprimido levante em Minas contra o quinto e executado seu líder, Filipe dos Santos.
1722	Expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera, que descobriria ouro no sertão goiano.
	Miguel Sutil descobre ouro de aluvião em Cuiabá.
1724	Depois de expulsar os portugueses, os castelhanos fundam Montevidéu.
1725	Descoberta de ouro em Goiás.
1727	O governador Rodrigo César funda Cuiabá.
1729	Descobertas as primeiras jazidas de diamantes em Serro Frio (Diamantina).

1730	Francisco de Sousa e Faria descobre caminho que liga o sul a São Paulo.
1731	Carta régia decreta o monopólio sobre a extração de diamantes.
1734	Os irmãos Pais de Barros descobrem nas margens do Guaporé as minas chamadas de Mato Grosso.
1735	Os espanhóis atacam novamente a Colônia do Sacramento.
	Inicia-se a ocupação dos campos da Vacaria, no sul do país.
	Criada capitação especial sobre a produção de ouro.
1742-1743	Viagem de La Condamine ao longo do Rio Amazonas.
1747	Alvará régio confisca os tipos de imprensa existentes no Brasil.
1750	Firmado o Tratado de Madri, que reconhece os direitos de Portugal sobre os territórios a oeste do meridiano de Tordesilhas.
	Abolida a capitação especial sobre o ouro, em favor da finta anual de cem arrobas.
1751	Criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém.
	Instala-se no Rio de Janeiro o novo Tribunal da Relação.
1752	Colonos açorianos chegam ao Rio Grande do Sul; algumas famílias se estabelecem em Porto dos Casais (futura Porto Alegre).
	Fundada Vila Bela na margem do Guaporé.
1752-1754	Pombal extingue as donatarias de Cametá, Ilha de Joanes, Caeté, Cumá, Itamaracá, Itaparica, Ilhéus, Paraíba do Sul e São Vicente.
1755	Criada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
1756	Parte de Lisboa a primeira frota da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
1759	Os jesuítas são expulsos do Brasil.
	São extintas as últimas capitanias hereditárias. Todo o território passa a pertencer à Coroa.
	Criada a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba.
1760	Intensifica-se a cultura de algodão no Maranhão.
1761	Vila Bela é elevada à categoria de sede do governo de Mato Grosso.
1762	Capitulação da Colônia do Sacramento ante o ataque espanhol dirigido por Cevallos.
1763	Cevallos toma a Vila de Rio Grande.
	O Rio de Janeiro passa a ser a sede do vice-reinado.
1766	Introduzido o plantio de arroz no Maranhão.
1772	Ato régio que cria o Estado do Maranhão e Piauí, desligado do Pará.
1776	Retomada pelos portugueses a Vila de Rio Grande.
1777	Assinado o Tratado de Santo Ildefonso que confirma o de Madri (1750), com alterações.
	Extinção da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.
1780	Erigida a primeira charqueada no Rio Grande do Sul.
	Extinção da Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba.
1789	Denunciada a Inconfidência Mineira.
1792	Tiradentes condenado à morte; os outros inconfidentes, a degredo.
1797	Fundada na Bahia a loja maçônica Cavaleiros da Luz.

1798 Descoberta a Inconfidência Baiana; enforcamento de quatro dos conjurados.
Abolido o monopólio real da pesca da baleia.

1800 Chega ao Brasil o naturalista alemão Friedrich Sieber, que durante doze anos exploraria a região entre Belém e o baixo Tapajós.

1801 Abolido o monopólio real do sal.

1808 A Corte portuguesa se instala no Rio de Janeiro.
Os portos do Brasil são abertos ao comércio do mundo inteiro.
Implantado o ensino médico na Bahia e no Rio de Janeiro.

1810 Assinatura dos tratados de Comércio e Navegação e Aliança e Amizade entre o Brasil e a Inglaterra.
Início da pressão inglesa para a extinção do tráfico negreiro no Brasil.
Instala-se a Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba.

1811 Primeira tentativa do príncipe regente Dom João de invadir o Prata.
Abertura da Academia Militar, origem não só da atual, como da Escola Politécnica.

1814 Estabelece-se no Recife a loja maçônica Patriotismo.

1815 Elevação do Brasil à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves.
Introdução do engenho a vapor na Bahia.

1816 Segunda intervenção luso-brasileira no Prata.
Falecimento da Rainha Dona Maria I.
Chegada da Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro.

1817 Eclosão da revolução republicana em Pernambuco.
Entrega de Caiena à França.

1818 O príncipe regente torna-se rei, com o título de Dom João VI.
Ampliação da imposição dos direitos aduaneiros a todas as importações brasileiras.
Criação da colônia suíça de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro.

1820 Chega ao Brasil a notícia da Revolução do Porto.
Conquista da Banda Oriental pelas forças de Dom João VI.

1821 Incorporação da Banda Oriental, sob o nome de Província Cisplatina, ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.
Lançado o *Revérbero Constitucional Fluminense*, jornal de oposição às atitudes das Cortes de Lisboa.
São eleitos os representantes do Brasil às Cortes portuguesas.
Dom João VI retorna a Portugal.

1822 O príncipe regente Dom Pedro se recusa a deixar o Brasil (dia do fico).
Dom Pedro proclama a independência do Brasil.

1823 Dissolução da Assembléia Constituinte.
O general Madeira de Melo é expulso do Brasil.

1824 Dom Pedro I outorga a primeira Constituição.
Início da colonização alemã no Rio Grande do Sul.
Revolução republicana e separatista em Pernambuco que estabelece a Confederação do Equador.
Os Estados Unidos reconhecem a independência do Brasil.

1825	Guerra entre o Brasil e a Argentina pela posse da Província Cisplatina.
	Portugal reconhece a independência brasileira.
	Iniciada a publicação do *Diário de Pernambuco*, o mais antigo jornal que se publica ininterruptamente na América do Sul.
1826	Brasil e Inglaterra estabelecem uma convenção sobre a extinção do tráfico negreiro.
	Instalação da Assembléia Legislativa.
	Dom Pedro I se torna rei de Portugal e abdica em favor de sua filha Dona Maria da Glória.
1827	Fundação dos cursos jurídicos de São Paulo e de Olinda, este último transferido posteriormente para o Recife.
1828	O Brasil concorda com a independência da Província Cisplatina, atual República do Uruguai.
	Fundação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
1829	Liquidação do primeiro Banco do Brasil.
1830	Promulgação do Código Criminal.
	O jornalista Líbero Badaró é assassinado em São Paulo.
1831	Abdicação de Dom Pedro I.
	Formação da Regência Trina Provisória.
	Regência Trina Permanente.
	Criação da Guarda Nacional.
1832	A Abrilada, movimento revolucionário ocorrido em Pernambuco, visa a reposição de Dom Pedro I no trono do Brasil.
	Promulgação do Código de Processo Criminal.
	Criação das Faculdades Nacionais de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia.
1834	Ato Adicional reforma a Constituição de 1824.
1835	Irrompe no sul do Brasil a Guerra dos Farrapos.
	Feijó se torna regente único.
	Eclode a Cabanagem no Pará.
	Revolta dos Malês na Bahia.
	Penetração da colonização alemã no Vale do Itajaí.
1836	Os farroupilhas proclamam a República Rio-Grandense.
1837	Ocorre na Bahia o movimento da Sabinada.
	Feijó deixa a Regência do Brasil, nomeando interinamente para o cargo o Marquês de Olinda.
1838	O Marquês de Olinda é eleito regente do Império.
	A Balaiada irrompe no Maranhão.
	Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
1840	Antecipação da maioridade de Dom Pedro de Alcântara, que se torna o segundo imperador do Brasil.
	Posta em vigor a Lei Interpretativa do Ato Adicional.
1841	Reforma do Código de Processo.
1842	Revoltas liberais em Minas Gerais e São Paulo.
	Caxias é nomeado presidente e comandante das Armas do Rio Grande do Sul.

1843	Casamento de Dom Pedro II com Dona Teresa Cristina.
1844	Tarifa Alves Branco, de proteção à manufatura nacional.
1845	Termina a Guerra dos Farrapos.
1846	Mauá constrói os estaleiros da Ponta da Areia, os primeiros da América do Sul.
1847	Criação da presidência do Conselho de Ministros.
	O senador Vergueiro inicia em Ibicaba, com colonos alemães, o sistema de parceria.
1848	Revolução Praieira em Pernambuco.
1849	Colonos alemães fundam Joinville, em Santa Catarina.
1850	Promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que extingue o tráfico negreiro para o Brasil.
	Criação da Província do Amazonas, desmembrada do Grão-Pará.
	Fundação de Blumenau.
	Entra em vigor o Código Comercial.
	Brasil e Paraguai firmam aliança contra Rosas, ditador argentino.
1851	Começa a guerra do Brasil e Paraguai contra Rosas e seu aliado Oribe, ex-presidente do Uruguai.
	Inauguração do serviço postal a vapor entre a Europa e a América do Sul, através da Mala Real Inglesa.
1852	Mauá organiza a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas.
	Promulgação da Lei de Garantia de Juros ao capital empregado nas estradas de ferro.
	O general Caxias comanda forças brasileiras, uruguaias e argentinas que derrotam e depõem Rosas.
1853	O Marquês de Paraná organiza o Ministério da Conciliação.
	Fundação de um novo Banco do Brasil.
1854	Mauá inaugura a primeira estrada de ferro do Brasil.
	O Rio de Janeiro recebe iluminação a gás.
1856	Início da construção da primeira estrada pavimentada do país, a União e Indústria, que liga Petrópolis a Juiz de Fora.
	Barra do Rio Negro passa a se chamar Manaus.
1858	Inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II.
1861	Início da Questão Christie.
1863	O Rei Leopoldo da Bélgica, árbitro da Questão Christie, se pronuncia em favor do Brasil e contra a Inglaterra.
1864	O Brasil entra em luta com o governo uruguaio de Aguirre.
	O governo paraguaio, chefiado por Solano López, declara guerra ao Brasil.
	Irrompe aguda crise bancária no país.
1865	Firmado o acordo da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina, Uruguai) para enfrentar o Paraguai.
1866	O Amazonas é aberto à navegação internacional.
1867	Retirada da Laguna.
	É inaugurada a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.
1868	Batalhas de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura.

1870	Término da Guerra do Paraguai.
	Lançamento do Manifesto Republicano.
1871	Promulgação da Lei do Ventre Livre.
1872	Primeiro recenseamento feito no Brasil.
	Início da Questão Religiosa.
	É fundado no Rio Grande do Sul o reduto dos Mucker, acampamento de fanáticos religiosos.
1873	O Partido Republicano Paulista realiza a Convenção Republicana de Itu.
1874	Início da corrente imigratória italiana para o Brasil.
	Cabo submarino do Brasil à Europa.
	Reforma aduaneira do Visconde do Rio Branco.
1875	Fim da Questão Religiosa.
1876	Dom Pedro II visita a Exposição do Centenário da Independência, nos Estados Unidos.
1877	Grande seca no Nordeste.
1879	Pinheiro Machado funda o Partido Republicano Rio-Grandense.
1883	Joaquim Nabuco representa a Anti-Slavery Society no Congresso para a Reforma do Direito das Gentes, realizado em Milão.
	Início da Questão Militar.
1884	Extinção da escravidão no Ceará.
1885	É promulgada a Lei Saraiva-Cotegipe, que torna livres os escravos sexagenários.
1886	Fundação da Sociedade Promotora da Imigração.
1888	Promulgação da Lei Áurea, que põe fim à escravidão no Brasil.
1889	O Visconde de Ouro Preto assume a presidência do Conselho do último gabinete da monarquia.
	Proclamada a República no Brasil.
1890	Eleições para a Constituinte.
	Promulgação do Código Penal.
1891	Promulgada a primeira Constituição da República.
	Eleições para a presidência da República. Deodoro é eleito presidente e Floriano, vice.
	Golpe de Estado. Deodoro dissolve o Congresso e declara estado de sítio.
	Contragolpe. Deodoro é substituído por Floriano.
1893	Início da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.
	Fundação do Partido Republicano Federal.
	Revolta da Armada. Decretação de estado de sítio.
1894	Eleições presidenciais. Prudente de Morais é eleito presidente e Manuel Vitorino, vice.
	Fim da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.
1895	Morte de Floriano Peixoto e divulgação de seu testamento político.
1896	Ocorrem conflitos entre brasileiros e italianos em São Paulo, episódio conhecido como Protocolo Italiano.
	Prudente de Morais adoece e é substituído por Manuel Vitorino na presidência.
	O governo organiza expedição contra Canudos.

	As tropas federais são derrotadas pelos rebeldes.
1897	Prudente de Morais reassume a presidência.
	Cisão no Partido Republicano Federal. Prudente de Morais rompe com Francisco Glicério.
	Tropas do governo ocupam Canudos.
	Antônio Conselheiro é morto.
	Prudente de Morais sofre um atentado.
1898	Eleições presidenciais. Campos Sales é eleito presidente; Rosa e Silva, vice.
	Campos Sales estabelece negociações relativas ao *funding loan* com os Rothschild, banqueiros ingleses.
	Greve dos cocheiros e condutores no Rio de Janeiro paralisa a cidade.
1899	Luís Galvez lidera luta no Acre contra a Bolívia, proclamando a independência do Estado. A experiência fracassa.
1900	Descontentamento com a alta do custo de vida. Tentativa de golpe, com a participação de populares, militares e monarquistas.
	Campos Sales idealiza novo controle do mecanismo de verificação dos poderes na Câmara dos Deputados. Começa a política dos governadores.
1902	Eleições presidenciais. Rodrigues Alves é eleito presidente e Silviano Brandão, vice.
1903	Revolta no Acre contra a Bolívia. Plácido de Castro proclama a independência do Estado. Meses depois o território é anexado ao Brasil, pelo Tratado de Petrópolis.
	Greve operária generalizada no Rio de Janeiro.
	Osvaldo Cruz organiza campanha de saneamento para combater a febre amarela no Rio de Janeiro.
1904	A Light & Power inicia suas atividades no Brasil.
	Promulgada a lei que torna obrigatória a vacinação contra a varíola.
	Revolta da Escola Militar.
	Revolta contra as condições de vida e contra a forma de aplicação da política de saneamento (vacinação obrigatória).
	Repressão aos movimentos contestatórios. Prisões e desterros para a selva amazônica.
1905	Greve generalizada nas docas de Santos.
	Rebelião na Fortaleza de Santa Cruz (Rio de Janeiro) contra os maus-tratos infligidos aos soldados.
1906	Eleições presidenciais. Afonso Pena é eleito presidente e Nilo Peçanha, vice.
	Assinatura do Convênio de Taubaté.
	Realizado o I Congresso Operário Brasileiro, sob a liderança dos anarco-sindicalistas.
	Greve dos ferroviários da Companhia Paulista e greve operária no Rio de Janeiro.
	Promulgada a lei de criação da Caixa de Conversão.
1907	Congresso aprova a lei de expulsão de estrangeiros, de autoria de Adolfo Gordo.

Greve geral em São Paulo por oito horas de trabalho.
Rui Barbosa representa o Brasil na Conferência de Haia.

1908 Criação da Confederação Operária Brasileira.
Promulgada a lei do serviço militar obrigatório, repudiada pelo movimento operário e pelos positivistas.
Chega ao Brasil a primeira leva de imigrantes japoneses.

1909 A sucessão presidencial provoca crise política.
Hermes da Fonseca rompe com Afonso Pena.
Morre Afonso Pena. Nilo Peçanha assume a presidência da República.
Fundação do Partido Republicano Conservador.
Rui Barbosa surge como candidato de oposição à presidência da República. Tem início a Campanha Civilista.

1910 Eleições presidenciais. Hermes da Fonseca é eleito presidente e Venceslau Brás, vice.
Criação do Serviço de Proteção ao Índio, sob a direção do coronel Rondon.
Ocorre no Rio de Janeiro a Revolta da Chibata, contra os castigos corporais na Marinha.

1911 Início do "salvacionismo". O governo federal intervém nos Estados, procurando desalojar do poder as oligarquias locais.

1912 Início da Guerra do Contestado.
Hermes da Fonseca procura catalisar o movimento operário a seu favor. No contexto dessa política, realiza-se um congresso operário no Rio de Janeiro.

1913 Congresso aprova nova lei de repressão ao movimento operário, de autoria de Adolfo Gordo.
Lançamento da candidatura de Rui Barbosa à presidência. O candidato dos situacionistas é Venceslau Brás.

1914 Conflito no Ceará contra o governo de Franco Rabelo. Jagunços comandados pelo Padre Cícero e Floro Bartolomeu ocupam o Vale do Cariri.
Eleições presidenciais. Venceslau Brás é eleito presidente e Urbano dos Santos, vice.

1915 Assassínio de Pinheiro Machado.
Anarquistas organizam o Congresso Nacional da Paz em protesto contra a Guerra Mundial.
O governo derrota os revoltosos do Contestado.
Aprovado o Código Civil Brasileiro, de autoria de Clóvis Bevilacqua.
A Reforma Carlos Maximiliano uniformiza o ensino.

1916 Fundada a Liga de Defesa Nacional.

1917 Realiza-se a segunda valorização do café.
Fundação da Liga Nacionalista.
Greve geral operária em São Paulo paralisa a cidade.
Os alemães torpedeiam navios brasileiros. Em represália, o Brasil entra na guerra.

1918 Eleições presidenciais. Rodrigues Alves é eleito presidente e Delfim Moreira, vice.

Gripe espanhola se alastra por São Paulo e outras regiões do país.
Geada mata cafezais.
Rodrigues Alves adoece. Delfim Moreira toma posse na presidência.

1919 Morte de Rodrigues Alves. Delfim Moreira governa até julho. Em novas eleições, é eleito Epitácio Pessoa.
Greve geral operária em São Paulo. O movimento é fortemente reprimido, ocorrendo a deportação de grande número de participantes.

1920 Conflito na Bahia. É decretada intervenção federal.

1921 Instituição da Carteira de Redesconto.
Crise política em virtude do episódio das cartas falsas que envolve Artur Bernardes.
Promulgada lei que regula a repressão ao anarquismo.
Início da terceira operação valorizadora do café.

1922 Formação do Partido Comunista Brasileiro.
Eleições presidenciais. Artur Bernardes é eleito presidente e Urbano Santos, vice.
Conflito armado em Pernambuco. Intervenção federal. Hermes da Fonseca, em nome do Clube Militar, condena a atuação do Exército no conflito. Governo condena o fechamento do Clube Militar e a prisão de Hermes.
Revolta do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro.
Realiza-se, em São Paulo, a Semana de Arte Moderna.

1923 Borges de Medeiros toma posse no governo do Rio Grande do Sul. Tem início a revolução gaúcha.
Promulgada a Lei de Imprensa
Crise no Estado do Rio de Janeiro. Intervenção federal.

1924 Morte de Nilo Peçanha. Fim do nilismo.
Levante tenentista em São Paulo, comandado por Isidoro Dias Lopes. A cidade é bombardeada pelas tropas do governo federal.
Luís Carlos Prestes e Siqueira Campos iniciam levante no Rio Grande do Sul.
Prestes deixa o Rio Grande do Sul em direção a São Paulo. Seu encontro com o grupo de revoltosos paulistas resulta na formação da Coluna Prestes.

1925 Criação do Instituto do Café do Estado de São Paulo.

1926 Criação do Partido Democrático em São Paulo.
Eleições presidenciais. Washington Luís é eleito presidente e Melo Viana, vice.
Reforma Constitucional que amplia os poderes do Executivo.
A Coluna Prestes percorre o país.

1927 A Coluna Prestes se interna na Bolívia.
O Congresso aprova o Projeto Aníbal Toledo, de repressão ao comunismo.
Formação do Partido Democrático Nacional.
Instituído o voto feminino no Rio Grande do Norte.

1928 Fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP).
Minas Gerais rejeita a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República.

1929 Políticos mineiros e gaúchos entram em acordo e elaboram o programa da Aliança Liberal.
Lançada a candidatura de Getúlio Vargas.

1930 Eleições presidenciais. Vitória de Júlio Prestes.
Luís Carlos Prestes lança manifesto de adesão ao comunismo.
João Pessoa é assassinado.
Em 3 de outubro tem início no Rio Grande do Sul o movimento armado contra o governo. Minas Gerais e Paraíba aderem à revolta.
Em 24 de outubro, Washington Luís é deposto, e pouco depois Getúlio Vargas é nomeado chefe do governo provisório.

1931 Cria-se o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
Começa a promulgação de leis sociais.
Fundada a organização tenentista Clube 3 de Outubro.
O Partido Democrático rompe com o interventor de São Paulo, João Alberto.
Criado o Conselho Nacional do Café.
Começa o programa de defesa do café através da destruição física de estoques.
João Alberto se demite da interventoria de São Paulo.
Francisco Campos promove reforma na educação.

1932 Novo Código Eleitoral estabelece o voto secreto e o direito das mulheres a votarem e serem votadas.
O PD e o PRP formam em São Paulo uma frente única contra o governo Vargas.
Greve geral operária em São Paulo.
Decreto fixa eleições gerais no país para 3 de maio de 1933.
O movimento pró-constitucionalização do país se radicaliza. Em 9 de julho eclode uma guerra civil dos paulistas contra as forças getulistas. Em 30 de outubro é assinado armistício que põe fim à luta.

1933 Realizadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que se instala em 15 de novembro.
Criados o Departamento Nacional do Café e o Instituto do Açúcar e do Álcool.

1934 Editado o Código de Minas e das Águas.
Promulgada a Constituição de 1934.
Getúlio Vargas é eleito presidente da República pelo Congresso.
Formada uma frente única sindical antifascista.
É fundada por Armando de Salles Oliveira a Universidade de São Paulo.

1935 O PCB apóia a criação da Aliança Nacional Libertadora. Prestes é eleito presidente de honra.
Dissolvido o Clube 3 de Outubro.
Decretada a Lei de Segurança Nacional.
O governo fecha a Aliança Nacional Libertadora.
Em novembro, ocorre o levante da Aliança Nacional Libertadora (Natal, Recife e Rio de Janeiro). O governo reprime o movimento.
Decretado estado de sítio.
Anísio Teixeira cria a Universidade do Distrito Federal.

1936 Prestes e outros líderes da insurreição de 1935 são presos.
Criação do Tribunal de Segurança Nacional.

1937 Lançadas as candidaturas de José Américo e Armando de Salles Oliveira para a presidência da República.

	Golpe de estado (10 de novembro). Vargas fecha o Congresso, outorga uma nova Constituição e suprime os partidos políticos.
1938	O governo brasileiro assina contrato de fornecimento de armas com a fábrica alemã Krupp.
	Criação do Conselho Nacional de Petróleo.
	Tentativa de golpe integralista.
1939	Organiza-se a Justiça do Trabalho.
	Missão norte-americana chega ao Brasil. Governo assina acordos com os Estados Unidos.
	Elaborado um Plano Qüinqüenal de governo.
	O governo cria o Departamento de Imprensa e Propaganda para realizar a censura aos meios de comunicação.
1940	Criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional.
	O governo institui o salário mínimo.
1941	Criação do Ministério da Aeronáutica.
	Navios brasileiros são atacados pelos alemães.
	O governo cria a Companhia Siderúrgica Nacional e inicia a construção da Usina de Volta Redonda.
	Decretado o imposto sindical.
1942	UNE promove passeata contra o fascismo.
	Criação do Senai.
	Alemães torpedeiam navios brasileiros. O Brasil declara guerra ao Eixo.
	O governo institui a Reforma Gustavo Capanema de ensino.
1943	Vargas se encontra com Roosevelt em Natal.
	O governo baixa a Consolidação das Leis de Trabalho.
	Congresso da OAB se manifesta contra a ditadura.
	Em Belo Horizonte, líderes liberais lançam o Manifesto dos Mineiros, a favor das liberdades democráticas.
	Criação do Sesi.
1944	Um grupo de militares inicia a oposição ao governo. Benedito Valadares se pronuncia pela abertura democrática e Góis Monteiro se afasta de Getúlio Vargas.
	O primeiro contingente da FEB parte para a guerra.
1945	Congresso brasileiro de escritores se manifesta pelas liberdades democráticas.
	Formação da UDN, que lança a candidatura de Eduardo Gomes à sucessão presidencial.
	Formação do PSD, que apoia a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à sucessão presidencial.
	Vargas cria o PTB.
	Vargas renuncia, sob pressão militar.
	Eleições presidenciais. Vitória do general Dutra.
1946	Instala-se a Assembléia Nacional Constituinte.
	Promulgada a nova Constituição.
1947	Criado o Partido Socialista Brasileiro.
	O PCB tem seu registro eleitoral cassado.

	O Ministério do Trabalho intervém nos sindicatos e fecha a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).
1948	Cassado o mandato dos deputados comunistas.
1949	Cria-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos chefiada por John Abbinck e Otávio Gouveia de Bulhões. Seu objetivo é analisar a economia brasileira e traçar novas diretrizes para o país. Instalado o Conselho Econômico Nacional.
1950	No Manifesto de Agosto, Prestes prega a revolução para a libertação nacional. Eleições presidenciais. Vitória de Getúlio Vargas.
1951	Getúlio Vargas toma posse na presidência da República. Aprovado o Plano Qüinqüenal de Horácio Lafer, com o apoio do BNDE. Vargas envia ao Congresso projeto para a criação de uma empresa petrolífera, a Petrobrás. Inaugura-se em São Paulo a I Bienal Internacional de Artes Plásticas.
1952	Decreto impõe limite de 10% para a remessa de lucros ao exterior. O general Espírito Santo Cardoso substitui o general Estillac Leal, demitido do Ministério da Guerra. É criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
1953	Baixada a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e Crédito (Sumoc), que visa estimular as exportações e favorecer as importações de bens essenciais ao desenvolvimento econômico. Greve em São Paulo: 300 mil trabalhadores reivindicam reajuste salarial. Vargas escolhe João Goulart para ministro do Trabalho, Tancredo Neves, ministro da Justiça, e Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda. Criação da Petrobrás.
1954	Decreto de Vargas impõe novas restrições ao capital estrangeiro. Vargas propõe projeto de criação da Eletrobrás. No Rio de Janeiro, o major Rubens Vaz morre em atentado contra Carlos Lacerda, que responsabiliza o governo pelo episódio. Generais divulgam manifesto à nação, em que exigem a renúncia do presidente. Vargas se suicida em 24 de agosto. Café Filho assume a presidência.
1955	Instrução 113 da Sumoc favorece os investidores estrangeiros. Criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Juscelino Kubitschek é eleito presidente da República. O coronel Mamede sugere um golpe militar que impeça a posse do presidente eleito. O general Teixeira Lott dá um golpe preventivo contra o presidente em exercício, Carlos Luz, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek.
1956	Juscelino Kubitschek toma posse em janeiro. Oficiais da Aeronáutica se sublevam contra o governo em Jacareacanga. Kubitschek inicia a aplicação de seu plano de metas, com o *slogan* "Cinqüenta anos em cinco". A Igreja começa a se dedicar ao trabalho no meio rural.
1957	Greve operária: 400 mil trabalhadores reivindicam reajuste salarial.

Acordo entre o Brasil e os Estados Unidos acerca da instalação de uma base de teleguiados em Fernando de Noronha.
Início da construção de Brasília.

1958 John F. Dulles, Secretário de Estado americano, visita o Brasil. Kubitschek propõe que os Estados Unidos patrocinem um programa de desenvolvimento para a América Latina. No Rio de Janeiro, estudantes se manifestam contra a presença de Dulles.
Movimentos políticos de trabalhadores rurais reivindicam uma reforma agrária radical.

1959 Juscelino Kubitschek declara o rompimento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional.
A UDN apóia a candidatura de Jânio Quadros à presidência da República; o marechal Lott é o candidato do PSD.
Aprovado o projeto de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).
Oficiais da Aeronáutica se rebelam contra o governo em Aragarças (Goiás).

1960 O presidente dos Estados Unidos visita o Brasil; ocorrem protestos de estudantes, liderados pela UNE.
Eleições presidenciais. Vitória de Jânio Quadros e João Goulart, do PTB.
Marítimos e ferroviários realizam greve nacional exigindo paridade com o soldo dos militares; o Congresso aprova a Lei da Paridade.
Juscelino Kubitschek inaugura Brasília.

1961 O presidente eleito Jânio Quadros toma posse em 31 de janeiro e renuncia em 25 de agosto.
Os ministros militares tentam impedir a posse do vice-presidente, João Goulart. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, impede o golpe, com o apoio do III Exército.
Emenda aprovada pelo Congresso institui o regime parlamentarista. Goulart toma posse, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro.
Realiza-se o Congresso de Camponeses, que resulta na radicalização da luta no campo.
É promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

1962 Criação do Conselho Nacional de Reforma Agrária.
O Conselho Nacional dos Trabalhadores da Indústria e o Pacto de Unidade e Ação convocam uma greve geral para a formação de um ministério nacionalista e democrático.
Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro.
No IV Encontro Sindical Nacional fica decidida a criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).
O Congresso aprova lei que restringe a remessa de lucros para o exterior.

1963 Plebiscito põe fim ao parlamentarismo.
A Câmara dos Deputados rejeita o projeto do Estatuto da Terra.
Sublevação dos sargentos da Marinha e da Aeronáutica.

Manifestação em Recife que exige a reforma agrária reúne 30 mil camponeses e é reprimida pelo IV Exército.
João Goulart solicita do Congresso a aprovação do estado de sítio, mas desiste da medida em virtude dos protestos generalizados.
700 mil operários entram em greve.

1964 Em um comício no Rio de Janeiro, com a presença de 300 mil pessoas, Goulart preconiza a realização de reformas de base. O processo político se radicaliza.
Realiza-se em São Paulo a Marcha da Família com Deus, pela Liberdade, para manifestar oposição a Goulart.
A rebelião dos marinheiros alarma os comandantes militares.
O Departamento de Estado dos Estados Unidos aprova plano de apoio logístico e militar aos golpistas. Em 31 de março é deflagrado um golpe político-militar que afasta João Goulart.
O Ato Institucional nº- 1 suspende os direitos políticos de centenas de pessoas.
O general Humberto Castelo Branco toma posse na presidência da República.

1965 Promulgado o AI-2, que extingue os partidos políticos existentes.
Instituído o bipartidarismo, com duas agremiações: Arena (Aliança Renovadora Nacional), de apoio ao governo, e MDB (Movimento Democrático Brasileiro), de oposição.
Reforma monetária institui o cruzeiro novo.

1966 Vários deputados federais são cassados, o que provoca a reação do Congresso, que é posto em recesso por um mês.
Eleições para deputados e senadores. Suspensas as eleições diretas para cargos executivos.

1967 O marechal Costa e Silva toma posse como presidente.
Líderes da oposição, entre os quais Lacerda, Juscelino e Jango, organizam uma frente ampla contra o governo militar.

1968 Movimentos de oposição ao governo militar são reprimidos com violência.
AI-5 cassa os mandatos de diversos parlamentares.

1969 Uma trombose afasta Costa e Silva do governo, que é assumido por uma junta formada pelos ministros militares.
A alta oficialidade das três armas escolhe como presidente o general Garrastazu Médici.

1970 Intensifica-se a oposição ao governo, com guerrilhas na cidade e no campo.
A par do endurecimento do regime, com censura, prisões e torturas, o governo militar desenvolve grandes projetos de integração nacional como a Transamazônica, o INCRA e o Mobral.

1971 A repressão começa a desarticular o movimento de guerrilhas.

1972 Inaugurada a Transamazônica, em meio a críticas pela devastação do ambiente e pela invasão de terras indígenas.
Inaugurada em Paulínia (SP) a maior refinaria de petróleo do país.

1973 Médici assina acordo com Stroessner, ditador paraguaio, para a construção da hidrelétrica de Itaipu.

	O general Ernesto Geisel, então presidente da Petrobrás, é indicado para suceder a Médici
1974	Inaugurada a hidrelétrica de Ilha Solteira e a Ponte Rio-Niterói.
	Geisel assume a presidência.
	O MDB obtém expressiva vitória nas eleições legislativas.
1975	Assinatura de acordo nuclear com a Alemanha.
	Lançamento do Proálcool.
1976	Assinatura do primeiro contrato de risco para a exploração do petróleo com a empresa British Petroleum.
1977	Intensifica-se o movimento da sociedade civil em favor da recuperação dos direitos democráticos.
1978	Geisel inicia um processo dc distensão gradual. Fim do AI-5.
	Eleição indireta de Figueircdo, chefe do SNI.
1979	Figueiredo assume a presidência.
	Aprovada a lei dc anistia; centenas de exilados começam a retornar ao país.
	Restabelecida a pluralidade partidária, com a extinção da Arena e do MDB.
1980	A crise econômica sc agrava; multiplicam-se as greves e os movimentos de protesto.
	Descoberta uma imensa jazida de ouro em Serra Pelada (PA).
	Aprovada emenda que restabelece eleições diretas para governadores, a partir de 1982.
	O PDS substitui a Arena e o PMDB fica no lugar do MDB. Leonel Brizola funda o PDT, Ivete Vargas, o PTB. Criado o PDS, com José Sarney como presidente.
1981	Bomba no Riocentro.
	Figueircdo tem um enfarte; durante três meses a presidência fica nas mãos dc um civil, o vice Aureliano Chaves.
1982	Eleições legislativas e para governadores e prefeitos. Vitória da oposição em Estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.
	Inauguração da hidrelétrica de Itaipu.
	Concedido o registro ao PT, criado em 1979, tendo como um de scus principais líderes, Luís Inácio Lula da Silva.
	Crise da dívida externa. O Brasil se reconhecc sem condições de saldar os compromissos da dívida e recorre ao FMI.
1984	O país se mobiliza reivindicando eleições diretas. Emenda com esse objetivo é votada e rejeitada pelo Congresso.
1985	O Colégio Eleitoral elege Tancredo Neves, civil e oposicionista. Ele morre antes da posse, c a presidência é assumida por seu vice, José Sarney.
	Estendido o direito de voto aos analfabetos.
1986	Decretado o Plano Cruzado, destinado a conter a inflação e estabilizar a economia.
	Eleições para compor uma Assembléia Constituinte: o PMDB obtém maioria expressiva, além de eleger 22 governadores.
1987	Instala-se a Assembléia Constituinte, sob a presidência de Ulysses Guimarães.
	A crise econômica se aprofunda; a inflação não é controlada.

1988 Promulgada a nova Constituição.
Cresce a violência na cidade e no campo. Assassinado no Acre o líder seringalista Chico Mendes.
Criado o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

1989 Fernando Collor de Mello é o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960.
Um surto de violência assola principalmente as grandes cidades.

1990 Collor lança um plano econômico revolucionário, como estratégia de combate à inflação: cria uma nova moeda e congela depósitos bancários por dezoito meses.
Assinado tratado de livre comércio com a Argentina.

1991 Retomada a escalada inflacionária. O governo não obtém o apoio do Congresso e a crise econômica se aprofunda.
Novo conjunto de medidas de impacto busca corrigir a política econômica.
Uma sucessão de seqüestros difunde o pânico entre empresários, principalmente no Rio de Janeiro. A violência se dissemina.

1992 Denúncias de corrupção provocam o *impeachment* de Collor. Seu vice, Itamar Franco, assume a presidência.
Chacina de 111 detentos na Penitenciária de São Paulo.

1993 Plebiscito popular opta pelo presidencialismo republicano como sistema de governo.
Nova reforma econômica cria o cruzeiro real. Sucedem-se os ministros da Fazenda, em tentativas de debelar a inflação e sanar a economia.
Instalação de uma CPI para investigar denúncias de corrupção no orçamento da União.
Violência crescente. No Rio de Janeiro, chacina de meninos de rua na Candelária e de trabalhadores na Favela de Vigário Geral. Índios ianomâmis são exterminados na fronteira com a Venezuela.

MUNDO 1500-1993

1500 Vasco da Gama regressa a Portugal, de sua viagem às Índias.

1503 Afonso de Albuquerque ocupa Cochim, na Índia, dando início à construção do império português.

1505-1507 Expedição de Dom Francisco de Almeida às Índias; instalação definitiva do monopólio português de comércio no Oriente.

1509 Os portugueses atingem Malaca.
Criação do Conselho das Índias, na Espanha.

1512 Criação do bispado de São Domingos.
Balboa descobre o Pacífico.

1513 Francisco I, da França, vence os suíços em Marignan.

1514 Os portugueses chegam à China.

1517 Os espanhóis ocupam o Yucatán, na América Central.

	Os portugueses chegam a Cantão, na Índia.
	Lutero publica suas 95 teses sobre as indulgências, desencadeando a Reforma protestante.
1519	Carlos I, da Espanha, assume o trono do Sacro Império com o título de Carlos V.
	Cortés chega ao México.
1520	Revolta dos mexicanos contra Cortés.
1521	Em sua viagem de circunavegação do globo, Fernão de Magalhães morre nas Filipinas.
	Cortés reconquista o México.
	Excomunhão de Lutero.
1522	Sebastião de Elcano completa a viagem de circunavegação iniciada por Fernão de Magalhães.
1524	Primeira expedição de Pizarro ao Peru.
	A serviço da França, Verrazzano descobre a embocadura do Rio Hudson, na América do Norte.
	Gustavo Vasa é coroado rei da Suécia.
1526	Segunda expedição de Pizarro ao Peru.
1527	Corsários franceses no México.
	O luteranismo se torna religião oficial na Suécia e na Dinamarca.
1528	Os portugueses atacam os espanhóis nas Ilhas Molucas.
1529	Pizarro obtém o direito de conquista do império inca.
1530	Início das guerras de religião na Alemanha.
1531	Derrota dos portugueses em Diu, na Índia.
	Henrique VIII rompe com Roma e funda a Igreja Anglicana.
1532	Pizarro atravessa os Andes.
1533	Pizarro apodera-se de Cuzco, capital do império inca.
	Calvino adere à Reforma.
1534	Jacques Cartier no Canadá.
1535	Criação do Vice-Reinado da Nova Espanha.
1536	Os espanhóis fundam Buenos Aires.
	Instituída a Inquisição em Portugal.
1539	Os turcos atacam Diu.
	Organização da Companhia de Jesus.
1542	Orellana conclui a travessia da Amazônia.
	Os espanhóis chegam às Filipinas.
	Os portugueses atingem o Japão.
1545	Abertura de minas de prata em Potosí, na atual Bolívia.
1545-1563	Concílio de Trento dá início à Contra-Reforma.
1547	Ivã, o Terrível, é o primeiro czar da Rússia.
1549	São Francisco Xavier chega ao Japão.
1555	Concluída a Paz de Augsburgo entre católicos e protestantes, na Alemanha.
	Os franceses pilham Havana.
1556	Abdicação de Carlos V.
1559	Fim da guerra entre a França e a Espanha.

	O Tratado de Cateau-Cambrésis marca o início da hegemonia espanhola na Europa.
	Elizabeth I, da Inglaterra, consolida as reformas de seus antecessores.
	Inquisição na Espanha.
1561	Lopo de Aguirre termina nova expedição de travessia da Amazônia, iniciada por Pedro de Ursua.
1562	Início das guerras de religião na França.
	Tentativa de colonização francesa na Flórida.
1563	Elizabeth I regulamenta definitivamente a religião anglicana.
1565	Colonos franceses da Flórida são chacinados pelos espanhóis.
	Começa a luta nos Países Baixos contra o domínio da Espanha.
1569	Proibida a indústria têxtil nas colônias espanholas.
1571	Os espanhóis destroem a esquadra turca na Batalha de Lepanto.
1572	Catarina de Médicis promove, em Paris, o morticínio de protestantes que fica conhecido como Massacre de São Bartolomeu.
1574	Os tártaros devastam a Ucrânia.
	Recomeçam as guerras religiosas na França.
1578	Morre o rei português Dom Sebastião, último soberano da Casa de Avis, na Batalha de Alcácer Quibir.
	Os holandeses proclamam sua independência.
1579	União de Utrecht: formam-se as Províncias Unidas dos Países Baixos.
1580	Filipe II da Espanha assume o trono português.
1581	Os Países Baixos autorizam o livre trânsito e o comércio dos portugueses em seu território.
1582	Entra em vigor o calendário gregoriano.
	Os luso-espanhóis derrotam os franceses que tentavam se apoderar dos Açores.
1585	A Holanda e a Zelândia tornam-se independentes da Espanha.
1586	O inglês Thomas Cavendish inicia sua viagem de circunavegação.
1587	Walter Raleigh instala uma colônia na Virgínia.
1588	A Invencível Armada da Espanha é derrotada pelos ingleses.
	Os japoneses invadem a Coréia.
1595	Expedição de Walter Raleigh à Venezuela.
	Henrique IV, da França, declara guerra à Espanha.
1598	Navios holandeses são confiscados com suas mercadorias, em Lisboa, e os tripulantes são presos.
	Edito de Nantes: fim das guerras de religião na França.
1600	Criação da Companhia Inglesa das Índias Orientais.
1601	Adoção da primeira Lei dos Pobres na Inglaterra.
1602	Criação da Companhia Holandesa das Índias Orientais.
1604	Espanha e Inglaterra assinam o Tratado de Londres, que põe fim à guerra entre os dois países.
1606	Jaime I funda a Companhia da Virgínia.
1607	Criação da província castelhana do Paraguai, sob o governo dos jesuítas.
1608	Champlain funda Quebec, iniciando a ocupação francesa do Canadá.

1609	Assinatura da Trégua dos Doze Anos (1609-1621) entre a Espanha e os Países Baixos.
	Fundação do Banco de Amsterdam.
1611-1632	Reinado de Gustavo Adolfo da Suécia.
1613	Início da dinastia dos Romanov na Rússia.
1615	Núpcias de Luís XIII com Ana da Áustria, filha de Filipe III; aliança da Espanha com a França.
1618	Com a Defenestração de Praga, começa a Guerra dos Trinta Anos, que envolve quase todas as potências européias.
1620	Chega à América do Norte o navio inglês *Mayflower*, com 102 puritanos que estabelecerão uma colônia permanente.
1621	Fundação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.
1622	Os índios massacram os colonos da Virgínia, nos atuais Estados Unidos da América.
1623	O Japão se fecha aos estrangeiros.
1624	Início do ministério do Cardeal Richelieu na França.
1629-1632	Os ingleses conquistam Quebec.
1630	Os ingleses criam a colônia do Maine, na América.
1632	Gustavo Adolfo derrota Wallenstein, em Lutzen.
	Os holandeses ocupam a Ilha de Curaçao, nas Antilhas.
1640	Restauração portuguesa; o Duque de Bragança sobe ao trono, sob o nome de Dom João IV.
	Inicia-se o período francês da Guerra dos Trinta Anos.
	Revolta contra Carlos I (Stuart) na Inglaterra e Escócia.
	Fundação de Montreal, no Canadá.
1641	Portugal e Holanda assinam uma trégua por dez anos.
1642	Início da Guerra Civil na Inglaterra.
1643	Instalação do Conselho Ultramarino, órgão centralizador das relações de Portugal com as colônias.
1645	Cromwell vence as tropas de Carlos I na Guerra Civil inglesa.
1648	Salvador Correia de Sá e Benevides reconquista Angola aos holandeses.
	Assinado o Tratado de Vestefália.
1648-1653	Rebelião da Fronda, na França, opõe a nobreza ao rei.
1648-1658	Ditadura de Cromwell na Inglaterra.
1651	Fim da dominação portuguesa do Golfo Pérsico.
	Cromwell assina o Ato de Navegação, em que obriga a utilizar apenas navios britânicos para a importação de produtos das colônias.
1652	Os holandeses conquistam aos portugueses o Cabo da Boa Esperança.
	Começa a guerra da Holanda com a Inglaterra.
1653	Na Inglaterra, Cromwell dissolve o Parlamento e assume poderes ditatoriais.
1654	A Inglaterra declara guerra à Espanha
1655	Os ingleses ocupam a Jamaica, que estava em poder da Espanha.
1660	Carlos II (Stuart) sobe ao trono da Inglaterra.

1661	O casamento de Carlos II com Catarina de Bragança sela uma aliança anglo-lusitana.
1661-1715	Reinado de Luís XIV na França.
1662	Os ingleses destroem Santiago de Cuba, conquistam Bombaim, na Índia, e fazem incursões na costa africana.
1664	Os ingleses tomam aos holandeses a cidade de Nova Amsterdam, que passa a se chamar Nova York.
	Criação da Companhia Francesa das Índias.
1665	Os franceses tomam São Domingos, na América Central.
1668	Tratado de paz entre Portugal e Espanha sela o fim das guerras da Restauração.
1669	Dissolução da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.
1672-1678	Guerras da Holanda com a Inglaterra e a França.
1673	Na Inglaterra, todos os não-anglicanos são demitidos de empregos públicos.
1674	Os holandeses tomam a Martinica.
1682-1725	Reinado de Pedro, o Grande, na Rússia.
1683	Cerco de Viena pelos turcos.
	O inglês William Penn funda na América a colônia da Pensilvânia.
	Com a morte de Afonso VI, Pedro II é o novo rei de Portugal.
1684	Formação da Santa Liga, entre Áustria, Polônia e Veneza.
1685	Luís XIV, da França, revoga o Edito de Nantes, que garantia liberdade de culto aos protestantes.
1688-1689	Na Inglaterra, a Revolução Gloriosa assegura o domínio do Parlamento.
1688-1698	A Inglaterra se une a quase todos os países europeus na Liga de Augsburgo; contra Luís XIV; nova guerra contra a França.
1701	Forma-se a Grande Aliança (Inglaterra, Holanda, Áustria, Prússia e Hanôver) para deter a expansão francesa.
	Na Prússia, sobe ao trono Frederico I.
1702	Guerra de Sucessão opõe a Espanha à Grande Aliança.
1703	Pelo Tratado de Methuen, Portugal se compromete a importar tecidos ingleses, e a Inglaterra reduz as taxas de importação dos vinhos portugueses.
1704	Os ingleses tomam Gibraltar, que pertencia à Espanha.
1706	Dom João V sobe ao trono português.
1707	União da Inglaterra e da Escócia sob o nome de Grã-Bretanha.
1709	Pedro, o Grande, derrota os suecos na Batalha de Poltava.
1713	Tratado de paz de Utrecht põe fim à Guerra de Sucessão da Espanha.
1720	Fundação da colônia inglesa de Honduras.
	Os espanhóis se instalam no Texas.
1721	Primeira loja maçônica na França.
1725	Luís XV assume o trono francês.
	Catarina I se torna czarina da Rússia.
1729	Fundação das colônias inglesas das Carolinas, nos Estados Unidos.
1732	Fundação da colônia inglesa da Geórgia, nos Estados Unidos.
1740-1786	Reinado de Frederico II, que faz da Prússia uma das maiores potências da Europa.

1750	O Parlamento inglês proíbe aos colonos americanos a indústria do ferro.
	Dom José I assume o trono português e nomeia como seu secretário o futuro Marquês de Pombal.
1751	Início da publicação da Enciclopédia, na França.
1756-1763	Guerra dos Sete Anos, na qual França e Áustria enfrentam Prússia e Inglaterra.
1760	Os ingleses vencem os franceses na Índia e no Canadá.
1762	Capitulação da Martinica; os ingleses tomam Havana.
1762-1796	Reinado de Catarina II da Rússia.
1765	Ato do Selo: início do conflito entre a Inglaterra e suas colônias americanas.
1768	Primeira viagem do explorador e cartógrafo inglês James Cook aos mares do sul.
1770-1771	Conflito anglo-espanhol pela posse das Ilhas Falkland (ou Malvinas).
1772	Catarina II, da Rússia, dá início à partilha da Polônia.
1773-1774	Revolta de Pugatchev, na Rússia.
1774	Reunião do I Congresso Continental das colônias inglesas da América do Norte.
1775	Os americanos iniciam a luta armada em Lexington.
1776	Proclamação da independência dos Estados Unidos.
	Fundação na Inglaterra do primeiro sindicato de trabalhadores industriais.
1778	Abertura do império espanhol, com exceção do México, ao comércio internacional.
1778-1783	Guerra de Independência americana.
1781	Os americanos, com o auxílio dos franceses, vencem a batalha decisiva de Yorktown.
	Revolta de Tupac Amaru, no Peru.
1783	A Inglaterra reconhece a independência dos Estados Unidos.
1786	Abertura do México ao comércio internacional.
1787	Votada a Constituição americana.
1788	Luís XVI convoca os Estados-Gerais, na França.
1789	A Tomada da Bastilha marca o início da Revolução Francesa.
	Divulgada a Declaração dos Direitos do Homem.
	George Washington é eleito presidente dos Estados Unidos.
1790-1793	Vancouver explora as costas americanas do Pacífico.
1791	Promulgada a Constituição que coloca a França sob monarquia constitucional.
1792	Inicia-se a guerra da França contra a Áustria e a Prússia; instala-se a Convenção. Proclamada a República na França.
1793	Luís XVI guilhotinado; começa o regime do Terror.
1794	Robespierre guilhotinado; cessa o regime do Terror.
1795	Instala-se na França o governo do Diretório.
1796	Bonaparte se torna comandante-chefe dos exércitos na Itália.
1798	Bonaparte conquista o Egito.
	Toussaint L'Ouverture, um ex-escravo, lidera as lutas pela independência do Haiti.
1799	Bonaparte liquida o governo do Diretório; inicia-se o período do Consulado.
1800	Bonaparte vence os austríacos em Marengo.
	A Irlanda é incorporada à Inglaterra.

1802	A Inglaterra reconhece Bonaparte, pela Paz de Amiens.
	A França devolve o Egito à Turquia.
1803	Reiniciada a guerra entre a França e a Inglaterra.
	Capitulação dos franceses em São Domingos.
1804	Bonaparte é sagrado imperador.
	O Haiti conquista a independência.
1805	O almirante Nelson derrota franceses e espanhóis na Batalha de Trafalgar.
	Napoleão derrota os austríacos e russos em Austerlitz.
1806	Napoleão esmaga os prussianos em Iena.
	Miranda tenta a libertação da Venezuela.
	Os ingleses tomam e logo perdem Buenos Aires.
1807	Napoleão derrota os russos em Friedland e decreta, em Berlim, o Bloqueio Continental.
	Tropas francesas comandadas por Junot invadem Portugal.
	Os ingleses ocupam Montevidéu, além de Curaçao e das Antilhas dinamarquesas.
1808	Iniciam-se guerrilhas na Espanha e em Portugal para resistir à ocupação francesa.
	Bolívar toma o poder em Caracas.
1811	Independência do Paraguai.
1812	Início da segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos.
	Napoleão invade a Rússia.
1813	Prússia, Áustria, Inglaterra e Rússia derrotam Napoleão em Leipzig.
1814	Napoleão abdica e é desterrado para a Ilha de Elba; restauração dos Bourbon no trono da França.
	Fernando VII sobe ao trono da Espanha.
1815	Ata final do Congresso de Viena: Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e França delimitam as novas fronteiras e restabelecem no trono as dinastias depostas durante a dominação napoleônica.
	Napoleão retorna à França (Cem Dias). Derrotado finalmente na Batalha de Waterloo, vai exilado para a Ilha de Santa Helena.
	Formação da Santa Aliança.
1816	San Martín proclama em Tucumán a independência das Províncias Unidas do Prata (Argentina).
1818	Independência do Chile.
1819	A Espanha vende a Flórida aos Estados Unidos.
	Fundação da República da Colômbia, que incorpora as regiões da atual Venezuela, Colômbia e Equador, além de partes da América Central.
1820	Revolução Constitucional do Porto exige a volta de Dom João VI, que está no Brasil.
	O Congresso americano aprova lei que sujeita à pena máxima os traficantes de escravos.
1821	Independência do Peru.
	Libertação da Venezuela.

	Napoleão morre em Santa Helena.
	Independência do México.
	A Grécia inicia sua guerra de libertação contra o Império Otomano.
1822	Libertação do Equador.
1823	Vilafrancada, sedição em Portugal de tendências absolutistas.
	Independência das Províncias Unidas da América Central (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica).
	Doutrina Monroe, sob o lema "A América para os americanos".
1825	Independência da Bolívia.
1826	Morte de Dom João VI em Portugal.
	Congresso do Panamá, sob a direção de Simón Bolívar, visa a unificação da América.
1828	Dom Miguel usurpa à sobrinha o trono de Portugal.
1829	Início do governo federalista na Argentina.
	Emancipação dos católicos na Inglaterra.
1830	Queda de Carlos X na França. Ascensão ao trono de Luís Filipe de Orléans.
	A Bélgica se separa da Holanda.
	Revoluções liberais na Itália.
1832	Dom Pedro I, do Brasil, assume a regência de Portugal em nome de D. Maria II.
1833	Abolição da escravatura no império britânico.
	Mazzini funda o movimento liberal Jovem Itália.
1834	Criação do Zollverein, união aduaneira de diversos principados alemães.
1835	Início da ditadura de Rosas na Argentina.
1836	Proibição da importação e exportação de escravos nas Colônias portuguesas ao sul do equador.
	O Texas se separa do México, proclamando a independência.
1837-1901	Reinado de Vitória I, na Inglaterra; a era vitoriana marca o apogeu político e econômico do país.
1838	Movimento cartista na Inglaterra, pelo sufrágio universal.
1839	Começa a Guerra do Ópio, entre a China e a Inglaterra.
1840	O Canadá é unificado e dotado de governo próprio.
1841	A Inglaterra se apodera de Hong Kong.
	Primeira lei de proteção ao trabalho na França.
1842	Fim da Guerra do Ópio, com a vitória da Inglaterra, que passa a controlar Hong Kong.
1844	Começa a guerra da França com o Marrocos.
1845	Anexação do Texas aos Estados Unidos.
	Promulgação do Bill Aberdeen, na Inglaterra.
1846	O catolicismo passa a ser tolerado na China.
	O México declara guerra aos Estados Unidos, pelo controle do Texas.
1847	Descoberta de ouro na Califórnia.
1848	Revoluções liberais na Europa.
	Abolição da escravatura nas colônias francesas.
	Marx e Engels lançam o Manifesto do Partido Comunista.

1849	Supressão do Ato de Navegação na Inglaterra.
	Descoberta de ouro na Austrália.
1852	Batalha de Monte Caseros. O ditador Rosas é deposto do poder na Argentina.
	Luís Bonaparte se faz coroar imperador da França.
1853	Russos e americanos intervêm no Japão, que é obrigado a abrir seus portos ao Ocidente.
1854	Guerra da Criméia, entre a Rússia e a Turquia, envolve também as principais potências européias.
1855	Revolta muçulmana na China.
1856	A Paz de Paris põe fim à Guerra da Criméia.
1857	Revolta dos Sipaios na Índia.
1858	A Inglaterra impõe seu domínio sobre a Índia.
1859	Início da abertura do Canal de Suez.
1860	Lutas pela unificação italiana.
1861	Abraham Lincoln assume a presidência dos Estados Unidos.
	Abolição da servidão na Rússia.
	Vítor Emanuel II é proclamado rei da Itália.
1861-1865	Guerra de Secessão americana.
1862	Mitre é eleito presidente da República Argentina.
	Bismarck, primeiro-ministro da Prússia, fortalece o exército e empreende a unificação alemã sob a hegemonia da Prússia.
1863	A França estabelece um protetorado sobre o Camboja.
	Descoberta de diamantes na África do Sul.
	Abolição da escravatura nos Estados Unidos.
1864	Criação em Londres da I Internacional dos Trabalhadores.
	Convenção de Genebra: criação da Cruz Vermelha Internacional.
	Napoleão III impõe o Arquiduque Maximiliano da Áustria como imperador do México.
	Lincoln é reeleito presidente dos Estados Unidos.
1865	O presidente Lincoln é assassinado.
1866	Começa a Guerra Austro-Prussiana.
1867	Proclamada a Confederação Alemã do Norte, sob a presidência de Guilherme I da Prússia. Bismarck é o chanceler.
	Os Estados Unidos compram o Alasca da Rússia.
	Fuzilamento de Maximiliano, imperador do México.
1868	A revolução do Imperador Mutsuhito inaugura no Japão a era Meiji, de rápida modernização.
1869	Abertura do Canal de Suez.
	I Concílio Vaticano estabelece a infalibilidade papal.
1870	Morte de Solano López.
	Guerra franco-alemã.
	Tropas italianas ocupam os Estados Pontifícios.
1871	Insurreição da Comuna em Paris.
	Fundação do império alemão.

	Abolição do feudalismo no Japão.
1872	Reúne-se em Haia o Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores.
1874	Criação da União Postal Universal em Berna, na Suíça.
1876	A Rainha Vitória é proclamada imperatriz da Índia.
	Porfirio Díaz assume o poder no México.
1877	Rússia e Turquia entram em guerra nos Bálcãs.
1878	Congresso de Berlim põe fim à guerra dos Bálcãs e redesenha o mapa da região.
	Humberto I é proclamado rei da Itália.
1879	O explorador Stanley anexa à Bélgica os territórios congoleses.
1880	Fundação da Companhia do Canal do Panamá.
1881	A Tunísia torna-se protetorado francês.
	Congresso Anarquista de Londres.
1882	A Inglaterra intervém no Egito.
1883	Surge um partido marxista na Rússia.
1884	O sudoeste africano passa a ser protetorado germânico.
	Reconhecimento dos sindicatos na França.
	Descoberta de ouro no Transvaal.
1885	O Congo se torna um Estado independente, sob a soberania da Bélgica.
	Madagáscar passa a ser protetorado francês.
	A Birmânia (atual Mianma) é anexada à Grã-Bretanha.
1886	Formação da Federação Americana do Trabalho.
1887	Abolição da escravatura em Cuba.
	A França cria a União Indochinesa, que reúne os atuais Vietnã e Camboja.
1888	Declarada a neutralidade do Canal de Suez.
1889	Realiza-se em Washington a primeira Conferência Internacional dos Estados Americanos.
	Exposição de Paris.
	Fundação da II Internacional Operária.
	Outorga de uma Constituição ao Japão.
1890	Guilherme II demite Bismarck.
	Realizada em Berlim conferência para a proteção do trabalho.
1891	Fundação do Bureau Internacional da Paz.
	Publicação da encíclica *Rerum Novarum*.
1892	Constituído o Partido Socialista Italiano.
	Suspensa a construção do Canal do Panamá em virtude da quebra da empresa fundada por Lesseps.
1893	Início dos massacres de armênios pelos turcos.
	O Daomé (atual Benin) se torna protetorado francês.
	O Havaí se torna protetorado dos Estados Unidos.
	Fundado o Partido Trabalhista Independente, que dará origem ao Partido Trabalhista inglês.
1894	Início do Processo Dreyfus.
	Nicolau II se torna czar da Rússia.
	Os japoneses intervêm na Coréia. Começa a guerra com a China.

A Itália invade a Abissínia (atual Etiópia).

1895 Fundação da Confederação Geral do Trabalho na França.

José Martí lidera uma revolução contra o domínio espanhol em Cuba e morre em combate.

1896 Pelo Tratado de Adis Abeba, a Itália renuncia a suas pretensões sobre a Abissínia e esta reconhece o domínio da Itália sobre a Eritréia e a Somália.

Os filipinos se rebelam contra o domínio espanhol.

1897 Grécia e Turquia entram em guerra.

Início do movimento sionista. Em Basiléia, realiza-se o I Congresso Israelita Internacional.

1898 Os Estados Unidos declaram guerra à Espanha.

Cuba consegue a independência, mas permanece sob influência dos Estados Unidos.

Criação da Ação Francesa, movimento de caráter pré-fascista.

1899 Na China, os boxers se revoltam contra os estrangeiros. São derrotados.

Começa a Guerra dos Bôeres na África do Sul.

Assassínio de Humberto I na Itália. Sobe ao trono Vítor Emanuel III.

1900 Sun Yat Sen funda o Partido Revolucionário Chinês.

1901 Firma-se a política de portas abertas na China.

Aprovada a Emenda Platt como apêndice da Constituição cubana que permite a intervenção americana em Cuba.

1902 Fim da Guerra dos Bôeres. O Transvaal e o Estado Livre de Orange passam para o domínio britânico.

1903 Socialistas russos realizam congresso em Londres. Ocorre a cisão entre bolcheviques e mencheviques.

Os Estados Unidos promovem a independência do Panamá e obtêm soberania sobre a faixa que margeia o canal.

Funda-se, na Grã-Bretanha, a Associação Política e Social das Mulheres (as *suffragettes*).

1904 Início da Guerra Russo-Japonesa.

Sun Yat Sen funda o Kuomintang.

Retomada a construção do Canal do Panamá.

O presidente americano, Roosevelt, anuncia a doutrina do Big Stick, que justifica a intervenção na América Latina.

1905 Ocorre na Rússia o Domingo Sangrento: passeata violentamente reprimida.

Greve geral e agitação social na Rússia. Motim no encouraçado *Potemkin*.

1906 O gabinete Clemenceau toma posse na França. Dreyfus é reabilitado.

Reunião da I Duma na Rússia, logo dissolvida pelo czar, que retoma a repressão.

1907 Conferência de Paz em Haia.

Reunião da II Duma na Rússia.

Massacre de trabalhadores das minas de nitrato pelo exército chileno em Iquique.

1908 Eclode na Turquia a rebelião dos Jovens Turcos, que reivindicam um Estado democrático constitucional. O Império Austro-Húngaro anexa a Bósnia-Herzegovina, até então pertencente aos turcos.

Inglaterra, França e Rússia formam a Trípliee Entente eontra a Alemanha.

1909 Na Inglaterra as *suffragettes* fazem greve de fome na prisão.
A Turquia reeonheee a anexação da Bósnia.

1910 Madero lidera revolta contra a ditadura de Porfirio Díaz: começa a Revolução Mexicana.
Fim da monarquia em Portugal. Proelamada a República portuguesa.
O Japão anexa a Coréia.

1911 Cria-se, na Sérvia, a sociedade secreta Mão Negra.
Alastra-se a revolução no Méxieo. Porfirio Díaz renuncia, e é substituído por Madero. Conflito entre os liberais e o movimento eamponês liderado por Zapata.
O golpe de Agadir, no Marrocos, provoca crise internacional.
Sun Yat Sen lidera a revolução na China. É proclamada a república, com capital em Nanquim.

1912 Forma-se a I Liga Balcânica. Declaração de guerra à Turquia.
Wilson, eandidato do Partido Democrata, é eleito presidente dos Estados Unidos.
Zapata comanda a revolução camponesa no México.

1913 Deflagrada a Segunda Guerra Balcânica.
Poincaré é eleito presidente da França.
O presidente Madero é assassinado no Méxieo. No norte do país, Pancho Villa lidera os eamponeses.

1914 O herdeiro do trono austríaco, Arquiduque Franeiseo Ferdinando, é assassinado em Sarajevo. O episódio deseneadeia a Primeira Guerra Mundial.
A Alemanha declara guerra à Rússia e à França, com o apoio do Império Austro-Húngaro. A Inglaterra declara guerra à Alemanha.
O general Obregón derrota as forças de Pancho Villa no México.
Fim da construção do Canal do Panamá.

1915 A Itália entra na guerra, ao lado de ingleses e franceses, e a Bulgária contra.
Os Aliados decidem declarar bloqueio total à Alemanha.

1916 Tem início a Batalha de Verdun, o mais longo e intenso combate da Primeira Guerra Mundial.
A Romênia entra na guerra, eontra o Império Austro-Húngaro.
Na Rússia, Rasputin é assassinado.
Os Estados Unidos invadem a República Dominicana.

1917 A Alemanha proelama guerra submarina total.
Os Estados Unidos declaram guerra à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro.
Lênin lança as teses de abril, em que propõe a tática de "todo poder aos sovietes".
Começa a Revolução Socialista na Rússia: os bolcheviques, liderados por Lênin e Trótski tomam o poder.
Cuba é oeupada pelos amerieanos.

1918 A Rússia assina o Tratado de Brest-Litovski com a Alemanha, retirando-se da guerra.
O Império Austro-Húngaro pede paz; Turquia e Alemanha assinam armistíeio.
Guilherme II abdica na Alemanha; o Partido Democrático assume o governo, proclamando a Repúbliea de Weimar.

1919	Realiza-se, em Paris, a Conferência de Paz.
	Assinado o Tratado de Versalhes.
	Criação da Sociedade das Nações, para promover a paz e solucionar conflitos.
1920	As mulheres conquistam direito de voto nos Estado Unidos.
	Gandhi inicia a campanha de desobediência civil na Índia.
	Guerra entre Grécia e Turquia.
1921	Fundação do Partido Comunista Italiano (Togliatti e Gramsci) e do Partido Fascista (Mussolini).
	Fundação do Partido Comunista na China.
	Início da Nova Política Econômica (NEP) na Rússia.
1922	Primeira reunião da Corte de Haia.
	Os camisas-negras fazem a Marcha sobre Roma. Mussolini instaura o governo fascista na Itália.
	Stálin se torna secretário do Partido Comunista Russo.
1923	Constitui-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).
	A região alemã do Ruhr é invadida pela França.
	Primo de Rivera instala um governo ditatorial na Espanha.
1924	Morte de Lênin. Início da disputa entre Trótski e Stálin pela liderança do Partido Bolchevique.
	Forma-se o primeiro governo trabalhista na Inglaterra.
	Na China, os comunistas passam a ser admitidos no Kuomintang.
1925	Morre Sun Yat Sen e é substituído por Chang Kai-chek na liderança do Kuomintang.
1926	O Partido Fascista se torna partido único na Itália.
	Golpe de Estado em Portugal. Sobe ao poder Gomes da Costa, instaurando um regime corporativista.
1927	Chang Kai-chek organiza o primeiro governo do Kuomintang em Nanquim e rompe com os comunistas.
	Publicada a Carta del Lavoro na Itália.
	Os Estados Unidos intervêm na Nicarágua.
	Execução dos anarquistas Sacco e Vanzetti, nos Estados Unidos.
1928	Chang Kai-chek conquista Pequim e unifica o país.
	Elaborado o I Plano Qüinqüenal na URSS.
	Tem início a guerrilha de Sandino na Nicarágua.
	O presidente mexicano, Obregón, é assassinado.
1929	Trótski é exilado da URSS.
	Colapso na Bolsa de Nova York provoca a grande crise econômica internacional.
1930	A Liga das Nações denuncia a existência de escravidão em vários países.
	Início da ditadura de Trujillo na República Dominicana.
	Golpe de Estado na Argentina. Uriburu sobe ao poder.
	Revolta derruba o governo de Leguía no Peru.
	A Bolívia entra em guerra civil.
1931	Revolta em Madri provoca queda da monarquia.
	Hitler faz aliança com os nacionalistas alemães.

1932 Avanço eleitoral dos naeional-socialistas na Alemanha, liderados por Hitler.
Franklin D. Roosevelt é eleito presidente dos Estados Unidos.
Coletivização forçada na URSS provoea a morte de milhões de pessoas.
Salazar, indicado primeiro-ministro de Portugal, passa a exercer poder ditatorial.
Início da Guerra do Chaeo, entre a Bolívia e o Paraguai.

1933 Hitler é nomeado primeiro-ministro na Alemanha. O Parlamento é dissolvido e instala-se o regime ditatorial. São criados os primeiros campos de concentração.
Tem iníeio nos Estados Unidos a política do New Deal, como resposta à crise econômiea.
Em Portugal é promulgada nova Constituição, de inspiração fascista.

1934 Morre o presidente alemão Hindenburg. Hitler se torna chefe absoluto do governo e do Estado.
Na China, em virtude da intensa repressão, os comunistas se rebelam eontra o governo e iniciam uma retirada em direção ao norte. O episódio fica conhecido como A Grande Marcha.
Na Nicarágua, Sandino é assassinado a mando de Somoza.

1935 Hitler decreta leis raeistas e restabelece a obrigatoriedade do serviço militar na Alemanha.
A Itália invade a Etiópia.
Chang Kai-ehek é eleito presidente da Repúbliea Chinesa.
Iníeio da reforma agrária no Méxieo.

1936 O Front Populaire venee as eleições na França. Léon Blum forma o novo governo.
A Frente Popular venee as eleições na Espanha. Franco inieia a Guerra Civil Espanhola.
Expurgo de velhos líderes comunistas na URSS. Zinoviev é executado.

1937 A cidade de Guernica (Espanha) é destruída por bombardeios nazistas.
Eclode nova Guerra Sino-Japonesa.

1938 Decretadas leis anti-semitas na Itália.
Bukharin é executado na URSS.
Na Conferência de Munique, a Inglaterra e a França fazem concessões a Hitler.

1939 Franco toma Barcelona e Madri. Termina a Guerra Civil Espanhola.
A Alemanha ocupa a Tchecoslováquia, e a Itália anexa a Albânia. Hitler invade a Polônia. É o início da Segunda Guerra Mundial.
Pacto de não-agressão germano-soviético.

1940 A Alemanha invade a Dinamarca, Noruega, Holanda e Bélgica. As tropas franco-britânicas, pressionadas pelos alemães, realizam a retirada de Dunquerque.
A França capitula. O marechal Pétain chefia um governo colaboracionista em Vichy.
Trótski é assassinado no Méxieo por um agente de Stálin.

1941 As tropas alemãs invadem a Iugoslávia e a Gréeia. Rompendo o paeto, Hitler invade a URSS.
Os japoneses bombardeiam Pearl Harbour. Os Estados Unidos entram na guerra.

1942 Chefiados pelo marechal Montgomery, os Aliados derrotam os nazistas em El Alamein (norte da África).

1943 As forças alemãs se rendem em Stalingrado.
As tropas do Eixo são derrotadas no norte da África. Os Aliados desembarcam na Sicília e iniciam a ocupação da Itália. Mussolini é preso e executado.
Judeus são massacrados no gueto de Varsóvia, na Polônia.

1944 Soldados ingleses, norte-americanos e canadenses dcscmbarcam na Normandia (norte da França); 20 mil pára-quedistas dcscem na região.
A França é libertada pelas tropas aliadas.
Dc Gaulle se torna presidente do governo provisório c inaugura a IV República francesa.
Os americanos desembarcam nas Filipinas.

1945 Roosevelt, Churchill e Stalin se reúnem na Conferência de Ialta. Fica decidida a criação da ONU.
Os russos ocupam Berlim. Goebbels e Hitler se suicidam.
Os Estados Unidos lançam bombas atômicas sobre Hiroxima c Nagasáqui. O Japão capitula.
Ho Chi Minh proclama a República Democrática do Vietnã.

1946 O Tribunal de Nuremberg condena líderes nazistas.
Começa na Argentina a ditadura de Pcrón.
A França reconhcce a independência do Vietnã do Sul como parte da União Francesa. Inicia-se a guerra contra o Vietnã do Norte.

1947 Independência da Índia. Nehru é indieado primeiro-ministro.
No eontexto da guerra fria, os Estados Unidos estabeleeem o Plano Marshall, de ajuda cconômica aos países curopeus não-socialistas.
A ONU aprova plano de divisão da Palestina, que consiste na formação de um Estado árabe e outro judeu.

1948 Gandhi é assassinado na Índia.
Criação do Estado de Israe!; Ben Gurion declara guerra à Liga Árabe.
O marechal Tito rompe com Stálin. A Iugoslávia é expulsa do Kominform.
Criação da República da Coréia no sul da península (aliada dos Estados Unidos); no norte, o líder comunista Kim Il Sung proclama a República Democrática da Coréia.

1949 A Alcmanha é dividida em duas partes. Forma-se a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidcntal) sob a liderança de Adenauer e a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) chefiada por Walter Ulbricht.
Assinado o Tratado do Atlântico Norte.
Forma-se o Comecon (organização de cooperação cconômica dos países socialistas do Leste europeu).
Os comunistas, liderados por Mao Tsé-tung, derrotam Chang Kai-chek e proclamam a República Popular da China.

1950 Eelodc a Guerra da Coréia.
Começa nos Estados Unidos o período macarthista, caracterizado pela perseguição a pessoas consideradas de esquerda.

1951 O primeiro-ministro do Irã, Mossadegh, nacionaliza o petróleo. A medida provoca crise internacional.

	A Inglaterra ocupa militarmente o Canal de Suez.
	O casal Rosemberg é executado nos Estados Unidos.
	Perón é eleito presidente da Argentina.
1952	Eisenhower é eleito presidente dos Estados Unidos.
	Golpe militar no Egito. Nasser derruba Faruk e proclama a república.
	Surge, no Quênia, a sociedade secreta Mau Mau, que objetiva a independência do país.
	Fim da Guerra da Coréia.
1953	Morre Stálin. Malenkov o substitui.
	Golpe de Estado no Irã com o apoio dos Estados Unidos. O primeiro-ministro Mossadegh é deposto.
1954	No Egito, Nasser derruba o general Neguib e assume o poder.
	Intervenção americana na Guatemala apóia a deposição do presidente Arbenz.
	Início da guerra de independência da Argélia.
	Fim da Guerra do Vietnã. São criados dois Estados na região: a República Democrática do Vietnã (Norte) sob o controle dos comunistas e o Estado Imperial (Sul).
1955	Os países afro-asiáticos se reúnem na Conferência de Bandung, e condenam o colonialismo, a discriminação racial e as armas atômicas.
	Os países do Leste europeu constituem o Pacto de Varsóvia para fazer frente à OTAN.
	Queda de Perón na Argentina.
1956	No XX Congresso do Partido Comunista, em Moscou, Kruschov (secretário-geral) denuncia os crimes cometidos por Stálin.
	Começa em Cuba um movimento guerrilheiro contra Batista.
	Nasser nacionaliza o Canal de Suez. Em represália, franceses, ingleses e israelenses atacam a região.
	A União Soviética invade a Hungria para reprimir a insurreição contra o domínio da burocracia estatal.
1957	Criação da Comunidade Econômica Européia (Mercado Comum Europeu).
	Independência da Malásia e de Gana.
	A União Soviética lança o *Sputnik*, primeiro satélite artificial.
1958	O governo francês cai em virtude da Guerra da Argélia, encerrando a IV República. Sobe ao poder De Gaulle, que realiza reformas políticas.
	Declarada a independência da Guiné.
1959	O grupo de Fidel Castro toma o poder em Cuba e inicia a formação do governo revolucionário.
	Kruschov visita os Estados Unidos.
	Os Estados Unidos criam a NASA para desenvolver a exploração espacial.
1960	Nacionalização de empresas norte-americanas em Cuba.
	Intervenção da ONU no Congo.
	Martin Luther King lidera manifestações de negros contra a segregação racial nos Estados Unidos. Aprovada legislação que garante aos negros o direito de voto nos Estados onde isso era vedado.

Kennedy é eleito presidente dos Estados Unidos pelo Partido Democrata.

1961 — Em Cuba, é rechaçado o ataque de anticastristas na Baía dos Porcos. Fidel Castro anuncia a adesão ao marxismo-leninismo.
Alemães do Leste levantam o Muro de Berlim.
O ditador Trujillo é assassinado na República Dominicana.
Os Estados Unidos iniciam o envio de homens e armas ao Vietnã do Sul para combater os guerrilheiros comunistas.

1962 — Frondizi é deposto na Argentina.
Kennedy declara bloqueio naval à ilha de Cuba, contra a presença de mísseis soviéticos no país.
A Argélia consegue sua independência da França. Ben Bella sobe ao poder.

1963 — Nigéria e Quênia tornam-se independentes da Inglaterra.
Nos Estados Unidos, Kennedy é assassinado.
Morre João XXIII, o papa renovador da Igreja.

1964 — Eduardo Frei (democrata cristão) é eleito presidente do Chile.
Morre Nehru na Índia.
Kruschov é substituído por Brejnev e Kossíguin na URSS.
Aviões americanos bombardeiam o Vietnã do Norte.
Líderes árabes criam a Organização de Libertação da Palestina (OLP).

1965 — Deposição de Ben Bella, presidente da Argélia. O coronel Boumediene assume o governo.
A Rodésia declara independência unilateral da Inglaterra.
Independência do Quênia, de Gana e das Maldivas.
Os Estados Unidos intervêm para reprimir uma insurreição armada na República Dominicana.
Ferdinand Marcos é eleito presidente das Filipinas.

1966 — Revolução Cultural na China, radicalização ideológica que desencadeia expurgos e prisões, com milhões de mortes.
Eleição de Richard Nixon, do Partido Republicano, para a presidência dos Estados Unidos.
Nasser, o presidente egípcio, exige a retirada das tropas da ONU estacionadas na fronteira com Israel e em seguida bloqueia o acesso marítimo ao porto israelense de Eilat.
Indira Gandhi, filha de Nehru, se torna primeira-ministra da Índia.
Golpe militar na Argentina depõe Illia , que é substituído por Arturo Onganía.
A França se retira da OTAN.

1967 — Golpe militar do coronel Papadopoulos, na Grécia.
Che Guevara é assassinado na Bolívia.
Biafra proclama sua independência da Nigéria e começa a guerra civil que se prolonga até 1970.
Guerra dos Seis Dias: Israel lança ataque simultâneo ao Egito, à Síria e à Jordânia.
Os Estados Unidos intensificam sua participação na Guerra do Vietnã.

1968 — Assassínio do líder pacifista negro Martin Luther King, nos Estados Unidos.

	Eclode na França uma rebelião popular, de estudantes e depois de trabalhadores, que é reprimida por De Gaulle.
	Salazar se afasta do governo de Portugal e é substituído por Marcelo Caetano.
	Tanques soviéticos sufocam a Primavera de Praga, na Tchecoslováquia.
1969	De Gaulle renuncia à presidência da França e é substituído por Pompidou.
	A Inglaterra interfere militarmente nas lutas entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte.
	Junta militar liderada por Muhammar Kadhafi derruba a monarquia na Líbia.
	Franco designa o Príncipe Juan Carlos de Borbón como seu sucessor no governo da Espanha.
	O americano Neil Armstrong é o primeiro homem a pisar na Lua.
1970	Estados Unidos, URSS e mais 41 nações subscrevem o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.
	A minoria branca, liderada por Ian Smith, proclama a república na Rodésia.
	Salvador Allende é eleito presidente do Chile.
	O general nacionalista Juan José Torres lidera um golpe militar na Bolívia.
	Junta militar depõe o presidente argentino Onganía
1971	Idi Amin toma o poder em Uganda por meio de um golpe.
	Morre François Duvalier, ditador do Haiti desde 1957. É sucedido por seu filho Jean Claude, de dezenove anos.
	Hugo Banzer assume o poder na Bolívia por meio de um golpe.
	Ao final de violenta guerra civil, cria-se a República de Bangladesh, no território do antigo Paquistão Oriental.
	Com a admissão da China Popular, Taiwan é expulsa da ONU.
	Líbia, Egito e Síria se unem na Federação das Repúblicas Árabes.
1972	Inicia-se o processo de distensão nas relações entre países capitalistas e comunistas: o presidente americano Nixon visita a China e a URSS.
	O ex-presidente argentino Perón retorna a seu país, após dezessete anos de exílio.
1973	Encerrada oficialmente a Guerra do Vietnã: os Estados Unidos retiram suas tropas, mas não cessam as lutas entre vietcongues e sul-vietnamitas.
	Papadopoulos proclama a república na Grécia, mas é deposto pouco depois por um golpe militar.
	Guerra do Yom Kippur, entre árabes e israelenses.
	Os países produtores de petróleo quadruplicam o preço do produto, devastando a política econômica dos países compradores.
	Perón e sua esposa, Isabelita, são eleitos presidente e vice-presidente da Argentina.
	O presidente chileno Allende é deposto e morto por um golpe militar, que coloca o general Pinochet no poder.
	Dinamarca, Inglaterra e Irlanda entram para a CEE.
1974	Revolução dos Cravos em Portugal põe fim a 48 anos de ditadura salazarista.
	Começa o processo de descolonização da África portuguesa.
	Conflito em Chipre entre as comunidades grega e turca.

Cai a ditadura grega; Caramanlis inicia o processo de redemocratização.

Após o escândalo de Watergate, Nixon renuncia à presidência dos Estados Unidos.

Com a morte de Perón, Isabelita assume a presidência da Argentina.

1975 Inicia-se a guerra civil no Líbano, entre cristãos e muçulmanos.

Com a morte de Franco, o Rei Juan Carlos assume a chefia do governo e empreende um processo de liberalização e redemocratização.

1976 Golpe liderado pelo general Videla depõe Isabelita e desencadeia violenta repressão na Argentina.

O democrata Jimmy Carter vence as eleições presidenciais nos Estados Unidos.

Morre Mao Tsé-tung.

1977 Sadat, o presidente egípcio, visita Israel, reaproximando os dois países.

1978 Morre o Papa Paulo VI e, em seguida, seu substituto, o Papa João Paulo I. Eleito papa o polonês João Paulo II.

Golpe na Bolívia depõe Banzer.

Terrorismo na Itália: o ex-primeiro-ministro Aldo Moro é seqüestrado e morto pelas Brigadas Vermelhas.

Conferência de Camp David (entre Estados Unidos, Egito e Israel) determina a retirada das tropas israelenses do Sinai.

1979 O Xá Reza Pahlevi é destituído do trono do Irã. O líder fundamentalista aiatolá Khomeini instala uma república islâmica.

Guerrilheiros sandinistas depõem Somoza e ocupam o poder na Nicarágua.

A URSS invade o Afeganistão.

Começa a guerra civil em El Salvador.

Margareth Thatcher, do Partido Conservador, se torna primeira-ministra da Inglaterra.

1980 O republicano Ronald Reagan é eleito presidente dos Estados Unidos.

Oficializada a independência da Rodésia do Sul, que passa a se chamar Zimbábue.

Começa a Guerra do Golfo, entre o Irã e o Iraque.

Greves lideradas pelo recém-criado sindicato Solidariedade abalam a Polônia.

Morre o marechal Tito, que governava a Iugoslávia desde 1945.

1981 O presidente egípcio Sadat é assassinado por fundamentalistas muçulmanos.

O socialista Mitterrand é eleito presidente da França.

Os socialistas vencem as eleições gregas, e Papandreu se torna primeiro-ministro. A Grécia entra para a CEE.

1982 Guerra entre a Inglaterra e a Argentina pela posse das Ilhas Malvinas (ou Falkland).

Conflitos de fronteira entre Irã e Iraque.

O socialista Felipe González se torna primeiro-ministro da Espanha.

Israel invade o Líbano.

1983 Os socialistas vencem as eleições em Portugal, e Mário Soares se torna primeiro-ministro.

Conflitos no Sri Lanka entre as comunidades cingalesa e tâmil.

	O socialista Betino Craxi se torna primeiro-ministro da Itália.
1984	Independência de Brunei.
	Yasser Arafat, líder da OLP, inicia conversações com o Rei Hussein da Jordânia para o estabelecimento de um Estado palestino.
	Choques entre sikhs e hindus na Índia. Indira Gandhi é assassinada e substituída por seu filho, Rajiv.
	Os sandinistas vencem as eleições na Nicarágua.
	Reagan é reeleito presidente dos Estados Unidos.
1985	Sanguinetti, presidente eleito do Uruguai, empreende a redemocratização do país.
	Gorbatchóv é designado presidente da URSS e inicia o processo de distensão, que fica conhecido como *glasnost* (transparência).
	Sob protestos internacionais, a África do Sul instala um governo branco na Namíbia.
1986	Portugal e Espanha entram na Comunidade Econômica Européia.
	Ferdinand Marcos, ditador das Filipinas, é deposto e substituído por Corazón Aquino, viúva do líder oposicionista Benigno Aquino.
	Escândalo Irã-Contras.
	A direita vence as eleições francesas e Jacques Chirac se torna primeiro-ministro.
1987	Acordo entre a URSS e os Estados Unidos para o uso pacífico do espaço.
	Daniel Ortega adota medidas de liberalização política na Nicarágua, respeitando o acordo assinado na Guatemala.
1988	Acordo assinado em Genebra determina a suspensão da ajuda americana aos muçulmanos e a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão.
	Começa a Intifada, movimento palestino de resistência à ocupação israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.
	Cria corpo um novo poder econômico concentrado nas mãos dos chamados Tigres Asiáticos: Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coréia do Sul.
1989	Massacre na Praça da Paz Celestial, em Pequim.
	Aylwin, da frente oposicionista, vence as eleições no Chile.
	Eleito na Argentina o peronista Carlos Menem.
	Violenta rebelião na Romênia depõe e executa Ceausescu; o novo governo inicia um processo de abertura do país.
1990	O Padre Aristide, candidato da esquerda, vence as eleições no Haiti.
	De Klerk, presidente da África do Sul, toma uma série de medidas para pôr fim ao *apartheid*. O líder negro Mandela é libertado.
	Independência da Namíbia.
	O líder sindical Lech Walesa vence as eleições na Polônia.
	Saddam Hussein, do Iraque, invade o Kuwait.
	Movimentos de independência eclodem nas Repúblicas que compõem a União Soviética.
1991	Fim da URSS e dos regimes comunistas da Europa. Fim do Pacto de Varsóvia.
	Restaurada a Rússia e catorze outras Repúblicas independentes.
	Guerra civil na antiga Iugoslávia. A ONU intervém.

Os Estados Unidos invadem o Iraque, para forçar sua retirada do Kuwait.

Derrubado o Muro de Berlim. Reunificação das duas Alemanhas.

Fim da guerra civil em El Salvador.

Assassinado Rajiv Gandhi.

Tratado de Maastricht, entre os doze países que integram a CEE, estabelece um plano progressivo de integração da Europa.

1992 Alberto Fujimori, presidente eleito do Peru, dá um golpe com o apoio das Forças Armadas e empreende profunda reforma política e econômica.

Movimentos separatistas de minorias étnicas e religiosas eclodem por toda a Europa do Leste.

O democrata Bill Clinton é eleito presidente dos Estados Unidos.

Akihito é o primeiro imperador do Japão em dois milênios a fazer uma visita à China.

A China se abre à economia de mercado.

A Bósnia-Herzegovina, uma das cinco nações formadas em lugar da antiga Iugoslávia, mergulha em sangrenta guerra civil.

A Cúpula da Terra reúne no Rio de Janeiro 114 chefes de Estado, além de representantes de organismos internacionais e militantes de organizações ecológicas, para discutir o futuro do planeta.

1993 O premiê israelense Yitzhak Rabin e o líder da OLP, Yasser Arafat, assinam acordo de paz nos Estados Unidos.

Fim do *apartheid* na África do Sul.

Estabelecimento do Nafta, acordo de livre comércio entre os países da América do Norte: Estados Unidos, Canadá e México.

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai estruturam o Mercosul.

Desencadeada na Itália a Operação Mãos Limpas, destinada a lutar contra a Máfia e a corrupção.

Na Rússia, Bóris Ieltsin lidera uma ação contra nacionalistas e comunistas.

Balladur, conservador, torna-se primeiro-ministro na França.

A ONU envia tropas para a Somália.

Impeachment de Carlos Andrés Pérez, presidente da Venezuela.

Inglaterra e Irlanda assinam acordo para pôr fim aos conflitos religiosos na Irlanda do Norte.

GLOSSÁRIO BIOGRÁFICO

ABREU, Antônio Paulino LIMPO DE, Visconde de Abaeté (Lisboa, 1798 – Rio de Janeiro, 1883). Político. Chegou ao Brasil em 1809. Deputado (1826, 1841, 1842 e 1845). Presidiu a Câmara dos Deputados (1830-1833 e 1845-1847). Presidente de Minas Gerais (1833). Ministro no período regencial (1835, 1836 e 1840) e no Segundo Reinado (1844, 1848, 1853 e 1858). Senador (1847). Presidente do Senado (1861-1873).

ABREU, João LEITÃO DE (Cachoeira do Sul, RS, 1913 – Brasília, DF, 1992). Político e jurista. Ministro da Casa Civil (1969-1974) e do Gabinete Civil (1981-1985). Redigiu o AI-12. Ministro do Supremo Tribunal Federal (1974-1981).

ALBUQUERQUE, MATIAS DE, Marquês de Alegrete (Olinda, PE, 1590 – Lisboa, 1647). Militar e administrador. Governador de Pernambuco (1624). Lutou contra a invasão holandesa e, com ajuda de forças portuguesas, retomou Porto Calvo, mandando enforcar Calabar. Foi para Portugal, mas intrigas na Corte fizeram com que fosse por duas vezes encarcerado; participou da luta contra a ocupação espanhola.

ALEIJADINHO, Antônio Francisco Lisboa, dito (Ouro Preto, MG, 1730-1814). Escultor e arquiteto. Principal artista plástico brasileiro do século XVIII, era respeitado apesar do preconceito racial. Fez projetos de igrejas, frontões, altares, móveis e principalmente as grandes esculturas em madeira e em pedra-sabão, que se encontram em igrejas e cidades mineiras como Congonhas, Ouro Preto, Sabará e São João del Rei.

ALFREDO Correia de Oliveira, JOÃO (Goiana, PE, 1835 – Rio de Janeiro, 1919). Político. Presidente das Províncias do Pará e de São Paulo. Senador (1877). Ministro e presidente do Conselho de Estado. Elaborou e levou à votação a Lei Áurea.

AMARAL, Inácio Manuel AZEVEDO DO (Rio de Janeiro, 1883-1950). Educador e jornalista. Autor dc um livro significativo, favorável ao Estado Novo, *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional.*

AMARAL PEIXOTO, Ernâni do (Rio de Janeiro, 1905-1989). Político. Um dos fundadores do PSD, foi líder do partido dc 1952 a 1965. Interventor federal do Rio de Janeiro (1937-1945). Governador do Rio de Janeiro (1950-1954). Após o AI-2, que pôs fim ao multipartidarismo, ingressou no MDB. Senador (1966).

ANCHIETA, José de (Ilhas Canárias, 1534 – Reritiba, ES, 1597). Missionário e evangelizador jesuíta. Escreveu autos bilíngües (português-tupi) e cartas com informações sobre a fauna, a flora c a ctnologia brasileiras. Fundou um núcleo educacional para os indígenas (1554), cm torno do qual se desenvolveu a Vila de São Paulo.

ANDRADA, Antônio Carlos Ribeiro dc (Barbacena, MG, 1870 – Rio de Janeiro, 1946). Promotor de Justiça (1891, Ubá). Vereador de Juiz de Fora. Prefeito dc Belo Horizonte. Senador (1907). Deputado federal (1911). Ministro da Fazenda (1917). Presidente do Estado de Minas Gerais (1926). Participou da criação da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. Deputado constituinte (1933). Como presidente da Câmara dos Deputados, substituiu temporariamente Getúlio Vargas na presidência.

ANDRADA, Antônio Carlos RIBEIRO DE (1773-1845). Político. Irmão de José Bonifácio. Participou da Revolução Pernambucana (1817), sendo preso. Foi depois deputado brasileiro nas Cortes (1821). Defendeu a Independência e foi eleito para a Assembléia Constituinte (1823), sendo dcportado, após sua dissolução. Ficou por cinco anos na França. Defendeu a maioridade de Dom Pedro II e foi ministro do Império (1840).

ANDRADA, Martim Francisco RIBEIRO DE (1775-1844). Político. Participou da elaboração do manifesto do dia do "fico". Foi ministro da Maioridade e deputado várias vezes.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de (Santos, SP, 1763 – Nitcrói, RJ, 1838). Cientista e político. Formou-se em Portugal (1787) e quando retornou ao Brasil (1819), foi indicado para a junta governativa de São Paulo (1820), tornando-se em seguida ministro de Estado (1821). Dedicou-se à causa da Independência (1822), defendendo a monarquia constitucional. Com o fechamento da Constituinte foi preso e exilado na França (1823). Retornou ao país e se mantcve afastado da política até 1831 quando foi nomeado tutor de Dom Pedro II.

ANDRADE, Almir de (Rio de Janeiro, 1911). Político. Fundou (1941) e dirigiu (1941-1945) a revista *Cultura Política*. Colaborou a partir de 1933 no *Dom Casmurro*, *Literatura*, *Boletim de Ariel*, *Lanterna Verde* e *Revista do Brasil.* Subchefe do Gabinete Civil da presidência da República (1951-1954). Presidente do Instituto dc Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE, 1959-1961).

ANDRADE, Francisco de Paula Freire de (? – Rio de Janeiro, 1756). Comandante de tropa dos chamados Dragões na época da Inconfidência Mineira. Envolveu-se na conspiração e, após ser preso, foi deportado para a África.

ANDRADE, Manuel de Carvalho PAIS DE (Pernambuco, 1780 – Rio de Janeiro, 1855). Participou da Revolução Pernambucana (1817). Liderou a Confederação do Equador (1824). Presidente dc Pcrnambuco (1834), deputado e senador (1840).

ANGELIM (Eduardo Francisco Nogueira) (Aracati, CE, 1814 – Belém, PA, 1882). Político. Participou da Cabanagem (1835-1840), sendo o terceiro presidente cabano. Pressionado pelas forças oficiais, avançou para o interior (1836), mas foi preso cinco meses depois e enviado para o Rio de Janeiro. Anistiado (1840), sob a condição de não voltar ao Pará por dez anos. Retornou ao Pará (1851), onde morreu (1882). Escreveu *Memórias Históricas*.

ANTONIL, Padre André João (Giovanni Antonio Andreoni) (Lucca, Itália, 1650 – Bahia, 1716). Jesuíta italiano. Chegou a Salvador em 1681; foi reitor do colégio e depois provincial da companhia de Jesus. Escreveu *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, obra fundamental para o cstudo dos costumes e da economia da época.

ANTÔNIO BENTO de Sousa e Castro (São Paulo, 1843-1898). Jornalista e advogado. Abolicionista atuante, organizou o grupo dos Caifases, para promover a fuga de escravos e acolhê-los em quilombos.

ARANHA, OSVALDO de Sousa (Alegrete, RS, 1894 – Rio de Janeiro, 1960). Político. Deputado federal (RS, 1927-1928). Participou da Revolução de 30. Ministro da Justiça (1930-1931), da Fazenda (1931-1934 e 1953-1954) e das Relações Exteriores (1938-1944). Defendeu o pan-americanismo e o apoio aos Aliados. Embaixador do Brasil nos EUA (1934-1937) e na ONU (1947), onde ocupou a presidência.

ARNS, Dom PAULO EVARISTO (Forquilhinha, SC, 1921). Sacerdote franciscano. Bispo auxiliar de São Paulo (1966). Arcebispo de São Paulo (1970). Cardeal do Brasil (1973). Como chefe espiritual da arquidiocese de São Paulo, dedica-se à causa dos direitos humanos.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de (São Gabriel, RS, 1857 – Pinheiro Machado, SE, 1938). Político c historiador. Defensor histórico do parlamentarismo. Deputado (1884), ministro plenipotenciário (1898) e da Agricultura (1930) c duas vezcs embaixador em Buenos Aires.

ATAÍDE, TRISTÃO DE (Alceu de Amoroso Lima) (Rio de Janeiro, 1893-1983). Escritor e pensador. Expoente do pensamento católico, foi presidente do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem* (1928). Reitor da Universidade do Rio de Janeiro (1938). Presidiu a Ação Católica Brasileira (1935-1945). Participou da fundação do Movimento Democrata Cristão na América Latina (1957). Defensor dos ideais liberais e dos direitos humanos. Publicou textos de teologia, filosofia, psicologia, política, crítica literária etc.

AZEVEDO, FERNANDO DE (São Gonçalo do Sapucaí, MG, 1894 – São Paulo, 1974). Educador e sociólogo. Lutou pela reforma de ensino, na década de 1920. Diretor-geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro (1926-1930). Relator e redator do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). Um dos fundadores da Universidade de São Paulo (1934). Diretor da Faculdade dc Filosofia (1938-1943). Secretário da Educação e Saúde do Estado de São Paulo (1945) e da Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo (1961). Entre suas obras destacam-se: *A Cultura Brasileira* (1943) e *As Ciências no Brasil* (1955).

AZEVEDO LIMA, João Batista (?). Médico. Em 1927, foi eleito deputado federal, sob a legenda do Bloco Operário, organismo legal do Partido Comunista.

BALAIO (Manuel Francisco dos Anjos Ferreira) (Pau de Estopa, MA, 1784 – Caxias, 1840). Um dos principais líderes dos "bem-te-vis" na Balaiada, revolta armada que ocorreu no Maranhão (1838-1841). Foi morto no cerco à Vila de Caxias.

BARATA, José CIPRIANO (Salvador, BA, 1762 – Natal, 1838). Revolucionário liberal e jornalista. Participou da Conjuração Baiana (1798). Representou o Brasil nas Cortes, onde lutou pela autonomia brasileira. Após a independência, integrou a Assembléia Constituinte e a Legislativa. Ativo liberal, passou várias temporadas na cadeia. Seu jornal, *Sentinela da Liberdade* foi com freqüência escrito dentro de prisões, na Bahia, no Rio de Janeiro e em Pernambuco.

BARBACENA, VISCONDE DE (Luís Antônio Furtado de Mendonça) (Lisboa, 1754-1830). Fidalgo português. Foi governador da Capitania de Minas Gerais (1786-1797). Responsável pela derrama, desarticulou a Inconfidência Mineira e fez prender os envolvidos.

BARBOSA, Cônego JANUÁRIO da Cunha (Rio de Janeiro, 1780-1846). Jornalista e escritor. Dedicou-se à causa da Independência. Fundou com Gonçalves Ledo, o *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821), porta-voz dos liberais. Foi deputado em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

BARBOSA, RUI (Salvador, BA, 1849 – Petrópolis, RJ, 1923). Jornalista, orador e político. Abolicionista. Elaborou a reforma eleitoral e pareceres sobre o ensino. Defendeu o regime federativo. Ministro da Fazenda e vice-presidente (1889-1891). Participou da elaboração da primeira Constituição republicana (1891). Apontado como rebelde na Revolta da Armada (1893), exilou-se até 1895. Representou o Brasil na Segunda Conferência da Paz, em Haia (1907). Candidato à presidência em 1910 (Campanha Civilista), 1914 e 1919. Publicou muitas obras jurídicas, peças de oratória e crítica literária.

BARROS, Paulo de Morais (Piracicaba, SP, 1866 – São Paulo, 1940). Político. Chefe local do PRP (1894). Deputado federal (1909-1911 e 1927-1929). Secretário da Agricultura (SP, 1912-1915). Um dos organizadores do Partido Democrático (1926). Integrou o diretório provisório do Partido Democrático Nacional (1927). Participou da Revolução de 1930, sendo nomeado ministro da Viação e Agricultura. Um dos líderes da Revolução de 1932. Senador (1935-1937).

BARROSO, GUSTAVO Dodt (Fortaleza, CE, 1888 – Rio de Janeiro, 1959). Jornalista, político, historiador e folclorista. Divulgou a história e o folclore nordestinos. Deputado federal (1915-1918). Diretor da revista *Fon-Fon*. Fundador e diretor do Museu Histórico Nacional (1922). Declaradamente anti-semita, aderiu à Ação Integralista Brasileira (1933), tendo sido comandante-geral das milícias. Participou do levante integralista (1938). Embaixador no Uruguai (1947). Escreveu *Brasil, Colônia de Banqueiros* (1934).

BASTOS, Aureliano Cândido TAVARES (Alagoas, 1839 – Nice, França, 1875). Jornalista, escritor e pensador político. Lutou no Parlamento e na imprensa, contra a centralização administrativa do Segundo Reinado. Escreveu *A Província*, *Cartas do Solitário* e *Estudos sobre a Reforma Eleitoral* entre outros.

BATISTA, PEDRO ERNESTO do Rego (Recife, 1886 – Rio de Janeiro, 1942). Político. Participou dos movimentos revolucionários de 1922, 1924 e 1930. Um dos organizadores do Clube 3 de Outubro. Interventor federal (1931-1936), foi depois eleito prefeito (1934). Preso por envolvimento com os comunistas (1935), foi absolvido pouco depois.

BATISTA Zaldivar, FULGÊNCIO (Baneas, Cuba, 1901 – Espanha, 1973). Ditador cubano. General do exército, elegeu-se presidente (1934) e foi afastado (1944). Exilou-se nos EUA, voltando em 1952 à frente de um golpe militar, assumindo poderes ditatoriais, em um governo marcado

pela violência e pela corrupção. Deposto em 1959 pelos revolucionários de Fidel Castro, exilou-se na Espanha.

BEIRIZ, ANAÍDE (Paraíba, ?). Em sua cidade era conhecida como poetisa e por sua rara beleza. Era namorada de João Dantas, adversário de João Pessoa, que se apoderou da correspondência do casal e usou-a para fins políticos, criando uma situação que obrigou o casal a sair da Paraíba.

BELTRÃO, HÉLIO (Rio de Janeiro, 1916). Político. Integrante da diretoria da Petrobrás (1954-1956) e presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (1958 e 1962). Secretário do governo de Carlos Lacerda no Rio de Janeiro e do Planejamento no governo de Virgílio Távora no Ceará. Ministro do Planejamento (1967-1969), do Ministério Extraordinário para a Desburocratização (1979-1982) e da Previdência Social (1982).

BERGER, HARRY (Arthur Ernst Ewert) (Prússia Oriental, 1890 – República Democrática Alemã, 1959). Membro do PC alemão (1921). Com Hitler no poder, Ewert exilou-se na URSS (1933). Chegou ao Brasil, com o nome de Harry Berger, mandado pela Internacional Comunista (1935), trabalhando pelo PCB. Contribuiu para a formação da ANL (1935). Participou da Revolução de 1935, sendo preso e torturado. Condenado a dezesseis anos de prisão (1937). Anistiado (1945), saiu louco da prisão e a pedido de Prestes foi repatriado.

BERLE, Jr., ADOLPH (EUA, 1895-1971). Diplomata americano. Secretário de Estado adjunto (1938-1944) e embaixador no Brasil (1945-1946). Chefe da Força-Tarefa Latino-Americana (1961-1963).

BERNARDES, ARTUR da Silva (Viçosa, MG, 1875 – Rio de Janeiro, 1955). Elegeu-se presidente em 1922 e várias vezes deputado Um dos membros da Aliança Liberal, participou da Revolução de 1930. Revolucionário em 1932.

BEVILACQUA, general Peri Constant (Rio de Janeiro, 1899-1990). Militar. Chefe de Estado-Maior da IV e VII Região Militar. Adido militar no Paraguai. Comandante da II Divisão de Infantaria e do II Exército (1962-1963) e das Forças Armadas (1963-1965). Apoiou o golpe de 1964, mas depois divergiu do novo regime. Ministro do Superior Tribunal Militar (1965-1969). Defendeu a anistia (1966 e 1969). Cassado pelo AI-5. Filiou-se ao MDB. Participou do lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia (1978). Anistiado (1979).

BOCAIÚVA, QUINTINO Antônio Ferreira de Sousa (Rio de Janeiro, 1836 – *idem*, 1912). Escritor, jornalista e político. Figura central do movimento republicano no Rio de Janeiro, fundou o Partido Republicano (1870). Foi ministro das Relações Exteriores e da Agricultura (1889). Eleito senador (1890), renunciou ao cargo. Reelegeu-se senador (1892-1899) e foi em seguida governador do Rio de Janeiro.

BONAPARTE, NAPOLEÃO (Ajaccio, Córsega, 1769 – Santa Helena, França, 1821). Estadista e militar. Durante a Revolução Francesa aderiu aos jacobinos. sendo preso por um curto período. Reprimiu uma rebelião realista em Paris (1795). Participou das campanhas da Itália (1796-1797) e do Egito (1798-1799). Foi derrotado pelos ingleses na Batalha de Abukir (1798). Chefiou um golpe de Estado (1799), instituindo o Consulado. Primeiro-cônsul e cônsul vitalício (1802). Como ditador, fez-se coroar imperador da França (1804) e rei da Itália (1805). Presidiu a elaboração de um Código Civil, que serviu de modelo a vários países. Encetou uma série de guerras expansionistas (1803) obtendo grandes vitórias. A Campanha da Rússia (1812) pôs

fim a seu poderio, levando-o a exilar-se na Ilha de Elba (1814). Retomou o poder em 1815, mas, após cem dias, perdeu-o definitivamente na Batalha de Waterloo. Exilado pelos ingleses na Ilha de Santa Helena.

BORBA GATO, Manuel de (São Paulo, 1630 – Sabará, MG, 1718). Bandeirante. Participou da expedição de Fernão Dias em busca de esmeraldas e chefiou bandeiras de procura de minérios. Descobriu ouro na região de Sabará, onde veio a ser capitão-mor, juiz ordinário e superintendente-geral das minas.

BORGES, MAURO (Rio Verde, GO, 1920). Político e militar. Deputado federal (1958-1960). Integrou a Frente Parlamentar Nacionalista. Governador de Goiás (1960-1964). Apoiou Goulart na crise de 1961. Participou do movimento de 1964, mas a Assembléia Legislativa aprovou seu *impeachment*. Foi destituído do cargo (1964). Teve seus direitos políticos cassados (1966). Filiou-se ao PMDB. Senador (1982). Candidato derrotado ao governo de Goiás (1986).

BOUÇAS, VALENTIM (Santos, SP, 1891 – Rio de Janeiro, 1964). Economista. Escreveu e editou livros sobre os problemas da economia brasileira.

BRAGA, ODILON (Guarani, MG, 1894 – Rio de Janeiro, 1958). Político. Deputado estadual (1923) e federal (1928). Um dos líderes da Aliança Liberal e articulador do Movimento de 1930. Participou da Constituinte de 1934. Ministro da Agricultura (1934). Assinou o Manifesto dos Mineiros (1943). Um dos fundadores da UDN.

BRAGA, Roberto SATURNINO (Rio de Janeiro, 1931). Político. Deputado federal (1962). Vice-líder do PSB (1962). Filiou-se ao MDB (1965). Chefe de planejamento do BNDE. Senador pelo MDB (1975) e pelo PDT (1982). Prefeito do Rio de Janeiro (1985-1988). Filiou-se ao PSB (1987).

BRANDÃO, OTÁVIO (Viçosa, AL, 1896 – Rio de Janeiro, 1980). Jornalista e escritor. Colaborou em jornais anarquistas. Filiou-se ao PCB (1922). Deportado para a Alemanha (1931). Fugiu para a URSS e trabalhou na rádio de Moscou. Voltou ao Brasil (1946).

BRECHERET, Vítor (São Paulo, 1894 – *idem*, 1955). Escultor. Estudou em São Paulo, Roma e Paris. Participou da Semana de Arte Moderna (1922). Prêmio de melhor escultor nacional na I Bienal de São Paulo. Suas obras principais: *Monumento às Bandeiras* e a estátua do Duque de Caxias.

BRIZOLA, LEONEL de Moura (Carazinho, RS, 1922). Político. Deputado federal (1954 e 1962). Prefeito de Porto Alegre (1955). Governador do Rio Grande do Sul pelo PTB (1958). Iniciou o processo de reforma agrária no Estado. Chefiou o movimento a favor de Goulart (1961). Com o movimento de 1964, teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos. Exilado no Uruguai e depois Portugal. Anistiado, voltou ao Brasil (1979) e fundou o PDT. Governador do Rio de Janeiro (1982 e 90).

BUCKLE, HENRY Thomas (Inglaterra, 1821 – 1862). Historiador inglês. Escreveu sobre questões econômicas, sociais e culturais da Inglaterra, em uma perspectiva positivista e cientificista (1857-1861).

BULHÕES, Otávio GOUVEIA DE (Rio de Janeiro, 1906-1990). Economista. Defensor do liberalismo econômico e do monetarismo; especializou-se em questões de estabilidade monetária.

Representou o Brasil na Conferência de Bretton Woods, que criou o FMI e o BIRD (1944). Ministro da Fazenda interino (1954) e titular (1964).

CABALLERO, BERNARDINO (?). Militar paraguaio. Lutou na Guerra do Paraguai. Derrotado pelos brasileiros e aprisionado (1870).

CABANAS, João (São Paulo, 1895-1974). Militar e político. Participou do tenentismo (1924), comandando a Coluna da Morte. Exilou-se (1924) e voltou ao país (1930) para participar da revolução. Combateu os integralistas (1934). Um dos fundadores da ANL (1935). Suplente de deputado federal (1950, 1953 e 1954). Publicou: *Os Fariseus da Revolução* (1932).

CABRAL, Pedro Álvares (Belmonte, Portugal, 1467 ou 1468 – Santarém, Portugal, 1520 ou 1526). Navegador português. Comandou a primeira expedição às Índias Orientais, onde estabeleceu alguns postos comerciais. Desviando-se de sua rota, chegou ao Brasil (1500) e prosseguiu viagem para as Índias.

CAFÉ FILHO, João (Natal, RN, 1899 – Rio de Janeiro, 1970). Político. Jornalista de oposição. Exerceu mandatos legislativos e esteve exilado. Vice-presidente (1951), assumindo a presidência (1954-1955) após o suicídio de Vargas. Ministro do Tribunal de Contas (1961).

CALABAR, Domingos Fernandes (Porto Calvo, AL, 1600 – *idem*, 1635). Militar. De origem humilde, estudou com os jesuítas e ascendeu socialmente. Por ocasião da invasão holandesa a Pernambuco (1630), defendeu a Colônia, distinguindo-se como conhecedor profundo da região. A partir de 1632 integrou-se às forças holandesas, nas quais atingiu a patente de major. Em 1635, foi preso e executado pelos portugueses.

CALÓGERAS, João PANDIÁ (Petrópolis, RJ, 1870 – *idem*, 1934). Estadista e historiador. Ministro da Agricultura e Fazenda (1910). Chefe substituto da delegação à Conferência da Paz de Versalhes (1919). Ministro da Guerra (1919). Escreveu *Formação Histórica do Brasil* (1930).

CÂMARA, Dom HELDER (Fortaleza, CE, 1909). Sacerdote. Arcebispo de Olinda e Recife desde 1964. Dirigiu o Serviço de Medidas e Programas, da Secretaria da Educação e Cultura do Rio de Janeiro (1936). Foi incentivador e assistente (1946-1962) da Ação Católica Brasileira. Integrou o Conselho Federal de Educação (1952-1964). Idealizou a CNBB (1952). Defende a causa dos direitos humanos.

CAMARÃO, Antônio Filipe (Índio Poti) (Pernambuco, 1601 – Recife, 1648). Índio potiguar. Comandou uma ala do exército na Batalha dos Guararapes. Governador e capitão-mor dos índios.

CAMPOS, Antônio de SIQUEIRA (Rio Claro, SP, 1898 – Uruguai, 1930). Militar. Tenente do Exército, participou ativamente dos movimentos revolucionários de sua época: integrou-se ao movimento tenentista, ao episódio dos Dezoito do Forte de Copacabana (1922), à Revolução de 1924 e destacou-se na Coluna Prestes, percorrendo mais de 25 mil quilômetros. Um desastre aéreo impediu-o de chegar a Buenos Aires, onde pretendia convencer Prestes a aliar-se ao movimento revolucionário que se articulava no Brasil.

CAMPOS, Carlos de (Campinas, SP, 1866 – São Paulo, 1927). Político. Senador, presidente do Estado de São Paulo (1924), criador do Banco do Estado de São Paulo e do Instituto Biológico.

CAMPOS, Francisco (Dores do Indaiá, MG, 1891 – Belo Horizonte, 1968). Jurista e político. Ministro da Justiça, da Educação e Saúde, consultor-geral da República. Participou da elaboração da Constituição de 1937 e do AI-1 (1964).

CAMPOS, MÍLTON (Ponte Nova, MG, 1900 – Belo Horizonte, 1972). Político. Foi deputado estadual (1933), federal (1945 e 54) e constituinte (1946). Governador de MG (1947) e senador (1958 e 66). Fundador e presidente da União Democrática Nacional. Ministro da Justiça (1964).

CAMPOS, ROBERTO de Oliveira (Cuiabá, MT, 1917). Economista e diplomata. Conselheiro econômico da Comissão Mista Brasil-EUA (1950-1953). Diretor econômico (1952-1953), superintendente (1954-1958) e presidente (1958-1959) do BNDE. Embaixador nos EUA (1961-1964) e na Inglaterra (1974-1982). Ministro do Planejamento (1964-1967). Senador (1983-1991).

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de (Campinas, SP, 1841 – Guarujá, SP, 1913). Político. Republicano. Deputado (1867 e 1885). Ministro da Justiça (1889). Senador (1891-1896). Governador de São Paulo (1894-1898). Presidente da República (1898-1902).

CANABARRO, DAVI (Taquari, RS, 1796 – Santana do Livramento, RS, 1867). Participou das Guerras Platinas (1811-1818), da campanha contra Oribe e Rosas (1851-1852) e da Guerra do Paraguai. Republicano, foi um dos líderes da Guerra dos Farrapos (1843), sendo anistiado em 1845.

CANECA, FREI Joaquim do Amor Divino Rabelo e (Recife, 1779 – *idem*, 1825). Sacerdote e político. Participou da Revolução Pernambucana (1817), e por isso esteve preso durante quatro anos. Liberto, retomou a atividade política e engajou-se na Confederação do Equador (1824), o que provocou sua condenação à morte por fuzilamento.

CAPANEMA, GUSTAVO (Pitangui, MG, 1900 – Rio de Janeiro, 1985). Político. Vereador (1927-1930). Participou da Revolução de 1930. Interventor de Minas Gerais (1933-1934). Ministro da Educação (1934-1945). Deputado federal (1946 c 1961-1970). Projetou a reforma do ensino secundário (1942-1943). Um dos fundadores do PSD mineiro. Ministro do Tribunal de Contas da União (1959). Senador (1971-1979).

CARDOSO, Ciro do Espírito Santo (Lapa, PR, 1898 – Belo Horizonte, 1979). Político e militar. Anticomunista. Envolveu-se nos movimentos de 1922 e 1924. Chefiou a Casa Militar da presidência da República (1951). Ministro da Guerra (1952 e 1954). Comandante do IV Exército (1955). General-de-divisão (1958). Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército (1959).

CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE (Rio de Janeiro, 1931). Sociólogo e cientista político. Professor da USP e da Universidade de Paris. Funcionário da CEPAL. Um dos fundadores do Cebrap. Senador (1983). Ministro das Relações Exteriores (1993) e da Fazenda (1993). Um dos fundadores do PSDB.

CARDOSO, Joaquim MAURÍCIO (Soledade, RS, 1888 – Santos, SP, 1938). Político. Deputado estadual (1913) e constituinte (1934). Ajudou a fundar o jornal *O Debate*. Participou da Revolução de 1930. Ministro da Justiça (1931-1932). Opôs-se à Revolução de 1932, representando Getúlio como intermediário de uma proposta de pacificação. Interventor federal (RS, 1938).

Carlos X (Versalhes, França, 1757 – Gorízia, Itália, 1836). Rei da França (1824-1830). Com a Revolução de 1830, provoeada em parte por seu governo autoerátieo, foi destituído e exilado.

Carvalho, Fernando Setembrino de (Uruguaiana, RS, 1861 – Rio de Janeiro, 1947). General. Partieipou da repressão à Revolução Federalista (1893). Comandou as forças federais na questão do Contestado (1913). Ministro da Guerra (1922-1926).

Cascardo, tenente Hercolino (Rio de Janeiro, 1900-1965). Militar e político. Comandou a revolta do eneouraçado *São Paulo* (1924). Interventor no Rio Grande do Norte (1931-1932).

Castelo Branco, general Humberto de Alencar (Meeejana, CE, 1900 – Fortaleza, 1967). Militar. Partieipou da Segunda Guerra Mundial (FEB). Chefe do Estado-Maior do Exército (1961). Nomeado presidente após o golpe militar de 1964, promulgou diversos atos institucionais e promoveu a reforma da Constituição (1967), usando esses instrumentos legais para punir civis e militares, e implantar eleições indiretas, entre outras medidas políticas.

Castilhos, Júlio Prates de (Júlio de Castilhos, RS, 1860 – Porto Alegre, 1903). Político. Republicano e abolicionista. Constituinte republicano (1891). Governador do Rio Grande do Sul (1891), foi reeleito em 1892 e permaneeeu no eargo até 1897.

Castro, Martinho de Melo e (Portugal, 1716 – 1795). Polítieo e administrador português. Foi embaixador de seu país em Londres no tempo de Pombal, que lhe fazia restrições. Com a queda de Pombal sua influêneia ereseeu eomo seeretário das Colônias e principal responsável pela política eolonial. Suas instruções ao Marquês de Barbaeena para reformular a política da Metrópole na Capitania de Minas Gerais gerou deseontentamentos que desembocaram na Ineonfidêneia Mineira.

Castro Ruz, Fidel (Baneas, Cuba, 1926). Polítieo eubano. Liderou um movimento eontra o ditador Fulgencio Batista, sendo preso e exilado (1953). Voltou em 1956, à frente do movimento de guerrilhas que derrubou Batista e implantou o regime socialista. Governa o país como ditador desde 1959.

Cavalcanti, Carlos de Lima (Pernambuco, 1892 – Rio de Janeiro, 1967). Polítieo. Participou da Revolução de 1930. Interventor federal em Pernambuco (1930-1935). Deputado federal (1945) e constituinte (1946).

Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Franeisco de Paula e Holanda (Pernambuco, 1797 – Rio de Janeiro, 1863). Político. Combateu a Confederação do Equador (1824). Deputado (1826-1838). Senador (1838-1863). Ministro da Fazenda (1830, 1832 e 1846) e da Guerra, do Império e da Marinha. Conselheiro de Estado (1850). Candidato a regente durante a minoridade de Dom Pedro II (1835 e 1838). Lutou pela liberdade de imprensa.

Caxias, Duque de (Luís Alves de Lima e Silva) (Vila do Porto da Estrela, RJ, 1803 – Barão de Juparanã, RJ, 1880). Militar e estadista. Partieipou das Campanhas Cisplatinas (1825-1828); da repressão às sedições de São Paulo e Minas Gerais (1842), da luta eontra a Balaiada (1838-1841); eontra a Guerra dos Farrapos (1845); e contra Oribe e Rosas (1851-1852). Contribuiu para a preservação da integridade do Império. General das forças brasileiras (1866) e da Trípliee Aliança (1867). Ministro da Guerra por três vezes.

César, coronel Antônio Moreira (São Paulo, 1850 – Bahia, 1897). Militar. Comandou a ocupação militar de Desterro (atual Florianópolis, SC), eapital dos revoltosos da Revolução

Federalista (1894), desencadeando uma sangrenta repressão. Foi morto no comando de uma expedição contra Canudos.

CHAVES, AURELIANO (Três Pontas, MG, 1929). Político. Deputado estadual (1962, 1967-1975). Secretário da Educação (1959) e governador (1975-1978) de Minas Gerais. Vice-presidente da República (1979). Filiou-se ao PDS (1979). Ministro das Minas e Energias (1985). Filiou-se ao PFL.

CÍCERO Romão Batista, PADRE (Crato, CE, 1844 – Juazeiro do Norte, CE, 1934). Líder messiânico. Vigário de Juazeiro do Norte (1872), fundou uma seita que mesclava misticismo e justiça social. Foi considerado herege e teve suas ordens religiosas suspensas pela Igreja, mas permaneceu na liderança política e religiosa de seus fiéis, que lhe atribuíam poderes milagrosos. Mobilizou e armou a população para depor o governador do Ceará (1913-1914). Após sua morte, continuou a ser venerado como santo pela população do Nordeste.

CLEMENTE XIV (João Vicente Ganganelli) (Sant'Arcangelo di Romagna, Itália, 1705 – Roma, 1774). Papa. Sob pressão política, aboliu a Ordem dos Jesuítas.

CLEOFAS de Oliveira, JOÃO (Vitória de Santo Antão, PE, 1898 – Rio de Janeiro, 1987). Político. Prefeito de sua cidade natal (1922-1924). Deputado estadual (1926-1928) e federal (1935-1937, 1946-1951, 1954-1955, 1958-1962 e 1965-1967) e constituinte (1946). Ministro da Agricultura (1951-1954). Senador (1967-1975). Afastou-se da política por volta de 1970. Publicou entre outros, *Reforma Agrária no Brasil* (1960).

COCHRANE, LORDE Thomas John (Annsfield, Inglaterra, 1775 – Kensington, Inglaterra, 1860). Nobre e militar inglês. Expulso da Marinha britânica por especulação e fraude (1814-1816). Participou dos movimentos de independência do Chile (1817) e do Brasil (1822), recebendo o título de Marquês do Maranhão (1823). Readmitido na Marinha inglesa, terminou sua carreira como almirante.

COLLARES, Alceu (Bajé, RS, 1927). Político. Vereador. Deputado federal (1970, 1974 e 1978). Prefeito de Porto Alegre (1985). Governador do Rio Grande do Sul (1990).

COLLOR, LINDOLFO (São Leopoldo, RS, 1891 – Rio de Janeiro, 1942). Político. Deputado estadual (1923). Um dos articuladores da Revolução de 1930. Como primeiro titular do Ministério do Trabalho, dedicou-se à implantação de leis trabalhistas (1931). Exilado até 1933 por participar da Revolução de 1932. Deportado por opor-se ao Estado Novo (1937). Articulou a Frente Única (RS) e participou da União Democrática Brasileira que, em 1936, lançou a candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência da República.

COLOMBO, Cristóvão (Gênova, Itália, *c.* 1451 – Valladolid, Espanha, 1506). Navegador genovês. Fez quatro expedições a serviço da Rainha Isabel, da Espanha, tendo alcançado a América (1492). Fez o reconhecimento de Dominica, Guadalupe, Porto Rico, Jamaica e da costa sudoeste de Cuba (1493-1496). Chegou também a Trinidad, percorreu a costa norte da América do Sul e por fim explorou a costa da América Central (1505-1504). Sua atuação como governador nas colônias desencadeou lutas e revoltas, desacreditando-o junto aos reis da Espanha. Voltou à Espanha (1504), tentando recuperar sua honra e seus direitos, mas não conseguiu seu intento.

COMTE, Augusto (Montpellier, França, 1798 – Paris, 1857). Filósofo francês. Fundador do positivismo, que veio a ter grande influência nas elites latino-americanas da segunda metade do século XIX, principalmente no México, na Argentina e no Brasil. Fundador da sociologia como disciplina autônoma. Autor de *Curso de Filosofia Positiva*.

CONDILLAC, Étienne BONNOT DE (Grenoble, França, 1715 – Abadia de Flux, 1780). Filósofo francês influenciado pela teoria do conhecimento de Locke. Mestre da escola sensualista. Autor de: *Tratado das Sensações* (1754) e *Lógica* (1780).

CONSELHEIRO, ANTÔNIO Vicente Mendes Maciel (Quixeramobim, CE, 1828 – Canudos, BA, 1897). Chefe religioso. Considerado milagreiro, conquistou a simpatia do clero local e da população, construindo uma cidade fortificada, na qual pregava a posse comum dos bens e desobediência civil à República (1893). Foi morto na luta contra o Exército, que acabou arrasando o Arraial de Canudos.

CONSTANT Botelho de Magalhães, BENJAMIN (Niterói, RJ, 1836 – Rio de Janeiro, 1891). Militar e político. Participou da Guerra do Paraguai e do movimento republicano. Ministro da Guerra e da Instrução Pública (1889-1891), promoveu reformas educacionais.

CORREIA, Jorge de Figueiredo (? – 1551). Escrivão da Fazenda Real. Participou da expedição que chegou ao Brasil em 1500. Primeiro donatário da Capitania de Ilhéus.

CORREIA E CASTRO, Pedro Luís (Vassouras, RJ, 1881 – Itararé, SP, 1953). Político. Diretor do Banco do Brasil (1930-1931). Deputado constituinte (1934-1937). Ministro da Fazenda (1946-1949).

COSTA, Canrobert PEREIRA DA (Rio de Janeiro, 1895-1955). Militar e político. Chefe da Comissão Mista Brasil-EUA para a defesa do Nordeste brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial. Ministro da Guerra (1946-1951). Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1954-1955). Combateu os movimentos de 1924 e 1932.

COSTA, Cláudio Manuel da (Mariana, MG, 1729 – Ouro Preto, MG, 1789). Poeta classicista, ligado ao arcadismo e à tradição camoniana. Morreu na prisão, onde fora recolhido por sua participação na Inconfidência Mineira.

COSTA, Euclides ZENÓBIO DA (Corumbá, MT, 1893 – Rio de Janeiro, 1962). General comandante da Infantaria Divisionária da FEB (1944-1945). Ministro da Guerra (1954). Participou do movimento militar em defesa da posse de Juscelino Kubitschek (1955).

COSTA, HIPÓLITO José DA (Colônia do Sacramento, 1774 – Londres, 1823). Jornalista. Preso como maçom pela Inquisição portuguesa, esteve encarcerado até 1805, quando escapou. Foi para Londres, onde fundou, em 1808, o *Correio Braziliense*, primeiro periódico brasileiro, que foi editado até 1823. Aderiu à causa da Independência. Foi convidado para ser ministro da Confederação do Equador (1824).

COSTA, LÚCIO (Toulon, França, 1902) Arquiteto e urbanista. Nacionalista, teve atuação central na renovação do pensamento arquitetônico brasileiro, buscando resgatar no período colonial modelos de cunho nacional. Um dos pioneiros da arquitetura moderna. Autor do plano urbanístico de Brasília (1957).

COSTA, MIGUEL (São Paulo, 1874 – *idem*, 1959). Militar e político. Líder do movimento de 1924. Comandante da Coluna Prestes (1924-1927). Participou da Revolução de 1930, foi preso na de 1932 e anistiado em 1934.

COSTA E SILVA, Artur da (Taquari, RS, 1902 – Rio de Janeiro, 1969). Militar e político. Ministro da Guerra (1964-1966). Presidente eleito pelo Congresso Nacional (1967-1969), foi afastado antes do final do mandato por motivo de doença.

COTEJIPE, BARÃO DE (João Maurício Wanderley) (Vila da Barra do Rio Grande, BA, 1815 – Rio de Janeiro, 1889). Presidente da província baiana (1852). Ministro da Marinha (1855 e 1868), da Fazenda (1865) e das Relações Exteriores (1869, 1875 e 1885) e presidente do Conselho de Ministros (1885-1888). Chefe do gabinete conservador.

COUSIN, Victor (Paris, 1792 – Cannes, França, 1867). Filósofo e político francês. Líder da escola espiritualista eclética que se opunha ao materialismo e ao iluminismo do século XVIII.

COVILHÃ, Pero da (Covilhã, Portugal, ? – Etiópia, *c.* 1545). Viajante português. Fez expedições a Nápoles, Florença, Rodes, Alexandria, Cairo, Aden, Cananor, Calecute, Meca e Abissínia (atual Etiópia), onde ficou prisioneiro por cinco anos.

CRUZ, OSVALDO Gonçalves (São Luís do Paraitinga, SP, 1872 – Petrópolis, RJ, 1917). Médico sanitarista, pioneiro da medicina experimental. Reformou o Código Sanitário e implantou o centro de estudos científicos de Manguinhos (RJ). Combateu as epidemias de peste bubônica (1901), febre amarela (1903) e varíola (1908) com a vacinação em massa.

CUBAS, Brás (Porto, *c.* 1500 – Santos, SP, 1592). Colonizador e sertanista português. Chegou ao Brasil em 1532, recebendo terras na ilha de Engaguaçu. Fundou o primeiro hospital do Brasil, no local onde se desenvolveria o povoado de Santos. Capitão-mor e governador da Capitania de São Vicente (1545-1549). Chefiou uma bandeira em busca de ouro que alcançou o limite de Minas Gerais e Bahia.

CUNHA, José Antônio FLORES DA (Santana do Livramento, RS, 1880 – Porto Alegre, 1959). Político. Deputado federal (1912-1915 e 1945). Senador. Participou da Revolução de 1930. Interventor federal e governador do Rio Grande do Sul (1934-1937). Apoiou a Revolução de 1932. Foi exilado no Uruguai (1937-1942). General honorário do Exército.

DALTRO FILHO, Manuel (Bahia, 1882 – Rio Grande do Sul, 1938). Militar. Interventor federal em São Paulo (1932/1933) e no Rio Grande do Sul (1938).

DANTAS, Francisco Clementino de SAN TIAGO (Rio de Janeiro, 1911 – *idem*, 1964). Jurista, professsor e político. Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia (1941-1944). Deputado federal pelo PTB (1959, MG). Ministro das Relações Exteriores (1961) e da Fazenda (1963). Representou o Brasil na ONU (1961). Dirigiu o *Jornal do Comércio* (1937-1959).

DANTAS, JOÃO (Paraíba, final do século XIX). Político. Adversário da Aliança Liberal, era um dos líderes do foco rebelde da cidade de Princesa (PB). Durante uma busca de material bélico em sua residência, o governador João Pessoa apoderou-se de sua correspondência particular e tornou-a pública; em vingança, João Dantas assassinou-o. O crime foi utilizado pelos políticos da Aliança Liberal para justificar o movimento de 1930.

D'ÁVILA, Ednardo Melo (Rio de Janeiro, 1911-1984). Militar. Comandante do II Exército. Afastado do cargo em decorrência das mortes ocorridas no DOI-CODI (SP, 1976).

DEBRET, Jean Baptiste (Paris, 1768 – *idem*, 1848). Pintor e desenhista francês. Participou da Missão Artística Francesa no Brasil (1816). Professor de pintura histórica da Academia de Belas-Artes do Rio de Janeiro. Voltou à França em 1831, publicando *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, série de gravuras nas quais registra os costumes brasileiros.

DE GAULLE, CHARLES André Joseph Marie (Lille, França, 1890 – Colombey-les-Deux-Églises, 1970). Militar e estadista francês. Encabeçou a Resistência francesa contra a Alemanha (1940). Chefe do governo provisório na Argélia e depois em Paris (1944-1946). Fundou a Reunião do Povo Francês (1947). Abandonou a vida pública (1953), mas retornou por ocasião da rebelião da Argélia (1958). Eleito presidente em 1959 e reeleito em 1965. Reconheceu a independência da Argélia (1962) e retirou as forças armadas francesas da OTAN (1968). Renunciou em 1969.

DELFIM NETTO, Antônio (São Paulo, 1928). Economista e político. Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (1966). Ministro da Fazenda nos governos de Costa e Silva e Médici. Embaixador na França (1974-1979). Ministro da Agricultura e do Planejamento. Eleito deputado federal (1985 e 1989).

DENYS, Odílio (Pádua, RJ, 1892 – Rio de Janeiro, 1985). Marechal e político. Combateu a Revolução de 1932. Participou de operações militares por ocasião do golpe de 1937. Comandante do I Exército (1955). Ministro da Guerra (1960-1961). Participou da Revolução de 1964. Escreveu, entre outros, *Ciclo Revolucionário* e um livro de memórias.

D'EU, CONDE (Luís Filipe Maria Fernando GASTÃO D'ORLEANS) (Nervilly-sur-Leine, França, 1842 – Mar Mediterrâneo, 1922). Nobre francês. Casou-se com a Princesa Isabel (1864). Regente do Império e marechal do exército brasileiro. Comandou tropas na Guerra do Paraguai (1869). Voltou para Portugal com a família após a proclamação da República.

DIAS, BARTOLOMEU (Algarve, *c.* 1450 – ao largo do Cabo da Boa Esperança, 1500). Navegador e explorador português. Navegou em direção ao sul e leste, chegando ao Cabo das Tormentas (rebatizado como Cabo da Boa Esperança). Acompanhou as expedições de Vasco da Gama à Índia e de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Morreu num naufrágio próximo ao continente africano.

DIAS, HENRIQUE (Pernambuco, início do séc. XVII – Recife, 1662). Guerrilheiro. Lutou contra os holandeses (1637-1938). Extinguiu quilombos, como capitão-do-mato. Participou da segunda Batalha de Guararapes (1648-1649) e da retomada de Recife (1654).

DIDEROT, Denis (Langres, França, 1713 – Paris, 1784). Filósofo e escritor francês. Um dos organizadores da Enciclopédie, que marcou profundamente o pensamento europeu do século XVIII. Escreveu ensaios, romances e peças dramáticas, sendo um precursor do drama burguês, com *O Filho Natural* (1757) e *O Pai de Família* (1758). Como outros expoentes do Iluminismo, teve por patrona Catarina II da Rússia e viveu por algum tempo em São Petersburgo (1773-1774).

DÓRIA, Antônio SAMPAIO (Belo Monte, AL, 1883 – São Paulo, 1964). Jurista e educador. Secretário da Educação de São Paulo na década de 1920. Ministro da Justiça (1945-1946).

Criou a primeira Faculdade de Educação. Escreveu, entre outros, *Princípios de Pedagogia* (1914) e *Princípios Constitucionais* (1926).

DÓRIA, João de SEIXAS (Porto da Folha, SE, 1917). Político. Filiou-se à UDN (1945). Deputado estadual (1947 e 1951-1955) e federal (1955). Aderiu à Frente Parlamentar Nacionalista (1957). Vice-líder da UDN (1958). Governador de Sergipe (1962). Teve seus direitos políticos suspensos pelo AI-2 (1966). Voltou para a política (1978), filiando-se ao MDB e posteriormente ao PMDB.

DORNELLES, Francisco Neves (Belo Horizonte, 1935). Político. Sobrinho de Tancredo Neves. Ministro da Fazenda (1985). Deputado federal (1986).

DUARTE, PAULO (São Paulo, 1899-1984). Jornalista, político e escritor. Ligado ao Partido Democrático, dirigiu o *Diário Nacional*. Participou da Revolução de 1930 e da de 1932. Deputado estadual (1934). Jornalista de *O Estado de S. Paulo*. Exilou-se durante o Estado Novo. Diretor do Museu Paulista (1959). Fundador e diretor do Instituto de Pré-História da USP, do IPE, da editora e revista *Anhembi* (1950-1962).

DUARTE, NESTOR (Caetité, BA, 1903 – Salvador, 1970). Político, sociólogo e escritor. Deputado estadual (1929). Opôs-se ao Estado Novo. Publicou: *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939).

DULLES, John FOSTER (Washington, EUA, 1888 – *idem*, 1959). Político americano. Como representante dos EUA na ONU (1945-1948), participou das negociações de paz ao final da Segunda Guerra Mundial. Secretário de Estado de Eisenhower a partir de 1952, defendeu de forma sistemática uma política anticomunista.

DUTRA, Eurico Gaspar (Cuiabá, MT, 1885 – Rio de Janeiro, 1974). Militar e político. Ascendeu ao posto de general após a repressão à Revolução Constitucionalista (1932). Comandou a luta contra a rebelião comunista de 1935. Ministro da Guerra (1936-1945), deu apoio ao governo ditatorial de Vargas. Organizou a FEB, enviada para participar da Segunda Guerra Mundial, na Itália (1944-1945). De 1946 a 1951, como presidente eleito, estreitou as relações com os EUA e rompeu relações diplomáticas com a URSS. Durante seu governo foi promulgada a Constituição de 1946.

EANES, Gil (século XV). Navegador português. Pioneiro na exploração da costa africana, descobriu o Cabo Bojador (1434), a costa do Cabo (1435), as Ilhas de Tide e Naaran (1444), Cabo Verde e Canárias (1445).

EISENHOWER, Dwight (Texas, EUA, 1890 – Washington, 1969). Militar e político americano. Na Segunda Guerra Mundial comandou as forças aliadas no norte da África (1942-1944) e na Europa (1944-1945). Comandante da OTAN (1950). Presidente (1953-1961).

ELLIS JR., ALFREDO (São Paulo, 1896-1974). Político e historiador. Deputado estadual (1925/30). Participou da Revolução de 1932. Escreveu sobre a história paulista.

ESTILLAC LEAL, Newton (Rio de Janeiro, 1893 – *idem*, 1955). Militar e político. Integrou o movimento tenentista (1922). Participou da repressão aos movimentos de 1924 e 1932, e da Revolução de 1930. Ministro da Guerra (1951-1952).

ETCHEGOYEN, Alcides (Porto Alegre, 1901 – Recife, 1956). Militar. Liderou a Coluna Relâmpago (1926). Comandante do CPOR (1940). Chefe de polícia do DF (1942-1943). Comandou o Núcleo da Divisão Blindada (1951-1952). Assinou o manifesto que exigia a deposição de Vargas (1954).

FALCÃO, ARMANDO (Fortaleza, CE, 1919). Político. Deputado federal (1951-1959, 1961-1967 e 1968). Líder da maioria na Câmara dos Deputados (1959). Ministro da Justiça, das Relações Exteriores e da Saúde no governo Kubistschek (1956-1961). Ajudou a articular o golpe de 1964. Como ministro da Justiça de Geisel (1974-1979), destacou-se por seu autoritarismo e pelo apoio à violenta repressão.

FAORO, Raimundo (Vacaria, RS, 1925). Jurista e escritor. Procurador do Estado da Guanabara (1963). Durante o regime militar, lutou pela volta ao estado de direito e pelo respeito aos direitos humanos. Presidente do Conselho Federal da OAB (1977-1979). Autor de *Os donos do poder*.

FARIAS, Osvaldo CORDEIRO DE (Jaguarão, RS, 1901 – Rio de Janeiro, 1981). Militar e político. Participou da Revolução de 1922 e 1924. Liderou um destacamento da Coluna Prestes (1924-1927) e lutou na Revolução de 1930. General (1942). Interventor federal (1938-1943 – RS). Comandou a artilharia da FEB na Itália (1944-1945). Um dos fundadores da Escola Superior de Guerra (1949). Eleito governador de Pernambuco (1954-1958). Um dos líderes do movimento de 1964. Ministro do Interior (1964-1967).

FEIJÓ, DIOGO Antônio (São Paulo, 1784 – *idem*, 1843). Sacerdote e político. Deputado (1821, 1826 e 1830). Senador (1833, RJ). Ministro da Justiça da Regência Trina (1831-1832). Regente do Império (1835-1837). Combateu as revoltas federalistas (Cabanagem e Guerra dos Farrapos). Preso e exilado durante a revolta de Sorocaba (1842).

FERREIRA, VALDEMAR (Bragança Paulista, SP, 1885 – São Paulo, 1964). Político, advogado e professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Um dos fundadores da Liga de Defesa Nacional (1917) e do Partido Democrático (1926). Participou da Revolução de 1932 e da criação do Partido Constitucionalista. Deputado federal (1935). Preso durante o Estado Novo (1937). Participou da comissão executiva da UDN (1945).

FIGUEIREDO, Antônio PEDRO DE (Igaraçu, PE, 1814 – 1859). Jornalista. Um dos primeiros a difundir idéias socialistas no Brasil, traduziu o *Curso de História da Filosofia* (1843), de Victor Cousin. Por isso e por ser mulato passou a ser chamado de Cousin Fusco.

FIGUEIREDO, JOÃO BATISTA (Rio de Janeiro, 1918). General e político. Chefiou o Gabinete Militar (1969) e o SNI (1974). Comandante da Polícia Militar de São Paulo e do Regimento da Cavalaria (1965). Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral (1979-1985).

FIÚZA, IEDO (Porto Alegre, 1894 – 1975). Prefeito de Petrópolis (Rio de Janeiro,1930 e 1934). Diretor-geral do DNER (1934). Presidente da Comissão do Plano Rodoviário Nacional (1937). Candidatou-se à presidência da República pelo PCB (1945).

FONSECA, Antônio BORGES DA (Campina Grande, PB, 1808 – Nazaré, PE, 1862). Jornalista e político. Republicano. Um dos líderes da Revolução Praieira (1848). Eleito deputado (1838, PB), não tomou posse por ser de oposição. Fundou vários jornais republicanos.

FONSECA, marechal HERMES DA (São Gabriel, RS, 1855 – Petrópolis, RJ, 1923). Ministro da Guerra (1906-1910). Instituiu o serviço militar obrigatório (1908). Eleito presidente (1910-1914), construiu vilas operárias na Gávea (RJ). Enfrentou a Revolta da Chibata (1910) e a questão do Contestado (1912).

FONSECA, Manuel DEODORO DA (Marechal Deodoro, AL, 1827 – Rio de Janeiro, 1892). Militar e político. Combateu a Revolução Praieira (1848). Capitão do Exército nas guerras platinas (1865). Proclamou a República (1889); chefiou o governo provisório (1889-1891), e em seguida foi eleito primeiro presidente da República. Renunciou em 1891.

FONTOURA, João NEVES DA (Cachoeira , RS, 1889 – Rio de Janeiro, 1962). Político. Um dos fundadores da Aliança Liberal e atuante na Revolução de 1930. Participou da Revolução de 1932. Deputado federal (1934). Ministro das Relações Exteriores e embaixador nos EUA durante o governo Dutra.

FORTUNATO, GREGÓRIO (São Borja, RS, 1900 – Rio de Janeiro, 1962). Chefe da guarda pessoal do presidente Vargas (1945), era apresentado pela oposição como símbolo de corrupção. Mandante confesso do atentado a Carlos Lacerda, que provocou a morte do major Rubens Vaz (1954) e desencadeou o fim de Getúlio. Foi assassinado na Penitenciária Lemos de Brito.

FOURIER, François Marie CHARLES (Besançon, França, 1772 – Paris, 1837). Pensador político francês. Um dos expoentes do socialismo utópico. Crítico da sociedade industrial, preconizou a organização de cooperativas de produção e de consumo, auto-suficientes, isentas do liberalismo e de competição, os chamados "falanstérios". Houve tentativas de colocar em prática a experiência desses falanstérios, na França e nos EUA, mas não foram bem-sucedidas.

FRAGOSO, Augusto TASSO (São Luís, MA, 1869 – Rio de Janeiro, 1945). Militar e político. Republicano. Deputado federal (1891). Chefe da Casa Militar (1910-1914). Chefe do Estado-Maior do Exército (1922). Vitoriosa a Revolução de 1930, integrou a junta militar que assumiu o governo provisoriamente.

FRANCIA, Dr. José Gaspar Rodrigues (Recoleta, Paraguai, 1776 – Assunção, 1840). Político paraguaio. Lutou pela independência do Paraguai. Autoproclamou-se ditador supremo, governando o país por 26 anos. Tornou obrigatória a instrução primária e proibiu a imigração. Modernizou a agricultura e a indústria.

FRANCO, VIRGÍLIO DE MELO (Ouro Preto, MG, 1897 – Rio de Janeiro, 1948). Político. Deputado estadual (1922, 1923 e 1927). Apoiou o tenentismo (1922) e a Aliança Liberal (1929). Um dos articuladores da Revolução de 1930, do Partido Social Nacionalista (1932) e da criação do Partido Progressista (1933). Fundou o jornal oposicionista *Folha de Minas* (1934). Esteve entre os signatários do Manifesto dos Mineiros (1943) e participou da direção da UDN (1945).

FRANCO Bahamonde, general FRANCISCO (El Ferrol, Espanha, 1892 – Madri, 1975). Militar e político espanhol. Foi chefe do Estado-Maior do Exército (1935),sendo afastado do cargo pelo governo da Frente Popular. Articulou a rebelião fascista, que conseguiu derrotar os republicanos em uma guerra civil (1936-1939), na qual contou com apoio material e humano de Hitler e Mussolini. Vitorioso, implantou um governo totalitário, aplicando implacável repressão e esmagando as correntes de oposição. Em 1968, nomeou como seu sucessor o Príncipe Juan Carlos de Borbón, com o título de rei.

FREYRE, GILBERTO de Melo (Recife, PE, 1900 – 1987). Sociólogo e escritor. Formou-se na Universidade de Colúmbia, introduzindo o culturalismo no estudo da sociedade brasileira. Valorizava a miscigenação das raças e a colonização portuguesa. Conservador, divulgou o Manifesto Regionalista, em 1926, opondo-se às idéias da Semana de Arte Moderna. Combateu o Estado Novo e o nazi-fascismo. Deputado federal pela UDN (1946-1950). Em sua vasta obra de ensaios sociológicos, poesia e ficção, destaca-se a trilogia *Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*, da qual *Casa Grande e Senzala* (1933) é a primeira parte.

FROTA, Sylvio (Rio de Janeiro, 1910). Militar. Participou do movimento de 1964. General-de-divisão (1969). Ministro do Exército (1974-1977). Anticomunista. Comandou o III Exército na repressão militar à oposição.

FUNARO, DÍLSON (São Paulo, 1933-1989). Empresário e político. Secretário da Economia e Planejamento (1969-1970) e da Fazenda (1970-1971) de São Paulo. Presidente do Sindicato da Indústria de Plásticos de São Paulo. Presidente do BNDES (1985). Como ministro da Fazenda (1985-1987), dirigiu a reforma econômica conhecida como Plano Cruzado.

FURTADO, CELSO (Pombal, PB, 1920). Economista. Idealizador da Sudene. Um dos diretores da CEPAL (1949) e do BNDE (1953). Ministro do Planejamento (1963). Exilou-se na França, EUA e Inglaterra, após ter seus direitos políticos cassados (1964). Voltou para o Brasil (1974). Filiou-se ao PMDB (1981). Embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia (1985). Ministro da Cultura (1986).

GAMA, LUÍS (Salvador, 1830 – São Paulo, 1882). Escritor e jornalista. Vendido irregularmente como escravo (1840), fugiu. Formou-se em direito e passou a dedicar-se à defesa e libertação dos escravos.

GAMA, VASCO DA (Sines, Portugal, 1469 – Cochim, Índia, 1524). Navegador português. Em uma expedição voltada para o comércio de especiarias, contornou a África, foi até Moçambique e chegou a seguir a Calicute (1498), encontrando um novo caminho para a Índia, onde veio a ser governador e vice-rei.

GARIBALDI, GIUSEPPE (Nice, França, 1807 – Caprera, Itália, 1882). Revolucionário italiano. Símbolo do nacionalismo popular. Lutou contra a Áustria e na Expedição dos Mil (1860) pela unificação da Itália. Combateu, no Brasil, na Guerra dos Farrapos (SC e RS, 1839-1841) e, pela França, contra o papado (1870-1871).

GEISEL, ERNESTO (Bento Gonçalves, RS, 1907). General e político. Adido militar no Uruguai. Participou da Revolução de 1930. Membro do Conselho Nacional do Petróleo (1956-1961). Chefe do Gabinete Militar (1964-1967). Ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969). Presidente da Petrobrás (1969-1973). Presidente eleito pelo Colégio Eleitoral (1974-1979).

GEISEL, Orlando (Bento Gonçalves, RS, 1905 – Brasília, DF, 1979). Militar. Um dos organizadores da Escola Superior de Guerra. Adido militar em Washington (1950). Chefe do Estado-Maior do Exército (1966-1968). Ministro do Exército (1969-1974).

GHIOLDI, Rodolfo (Buenos Aires, 1897 – ?). Jornalista. Membro do PC alemão (1918). Dirigente do PC argentino, veio ao Brasil em 1935 para preparar a insurreição comunista daquele ano. Foi preso e enviado a Fernando de Noronha.

GOBINEAU, Joseph Arthur, Conde de (Ville-d'Auray, França, 1816 – Turim, Itália, 1882). Diplomata e escritor francês. Suas teses acerca da superioridade da raça ariana contribuíram para a teoria racista de Hitler. Foi embaixador da França no Brasil (1869-1870).

GÓIS e Vasconcelos, ZACARIAS DE (Valença, 1815 – Rio de Janeiro, 1877). Político e magistrado. Presidente das províncias de Piauí, Sergipe e Paraná. Ministro da Marinha (1852), do Império (1862), da Justiça (1864) e da Fazenda (1866).

GOMES, brigadeiro EDUARDO (Petrópolis, RJ, 1896 – Rio de Janeiro, 1981). Militar e político. Integrante do tenentismo, participou da rebelião dos Dezoito do Forte (1922) e do movimento revolucionário de 1924. Preso várias vezes. Um dos líderes da Revolução de 1930. Combateu a Revolução de 1932 e a Intentona Comunista (1935). Pioneiro e organizador do Correio Aéreo Nacional. Opositor do Estado Novo, esteve entre os militares que depuseram Vargas (1945 e 1954). Um dos fundadores da UDN (1945). Candidato duas vezes à presidência da República (1945 e 1950). Ministro da Aeronáutica (1954-1955 e 1964-1967).

GONÇALVES DA Silva, BENTO (Triunfo, RS, 1788 – Pedras Brancas, RS, 1847). Militar e revolucionário. Capitão e depois coronel nas guerras platinas (1825-1828). Líder da Guerra dos Farrapos (1835). Foi preso e fugiu em 1837. Presidente da efêmera República de Piratini (1836-1845).

GONZAGA, TOMÁS ANTÔNIO (Miragaia, Portugal, 1744 – Moçambique, África, *c.* 1809). Poeta português neoclássico. Viveu em Minas Gerais, participando do grupo de árcades. Com o pseudônimo de Dirceu, dedicou poemas à amada Marília (Maria Dorotéia Joaquina de Seixas Brandão). Preso (1789) por participar da Inconfidência Mineira, foi degredado para a África.

GOODYEAR, Charles (New Haven, EUA, 1800 – Nova York, 1860). Inventor americano. Descobriu o processo de vulcanização da borracha.

GOULART, JOÃO (JANGO) (São Borja, RS, 1918 – Mercedes, Argentina, 1976). Político. Vinculado a Getúlio desde o início de sua carreira política, ingressou no PTB em 1945. Eleito deputado estadual (RS, 1945) e federal (1950). Foi ministro do Trabalho (1953-1954). Vice-presidente eleito em 1955 e 1960. Em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, assumiu a presidência sob regime parlamentarista imposto pela cúpula militar até 1963, quando um plebiscito popular optou pela volta do presidencialismo. Ao tentar implantar um programa social de reformas de base, estimulou a reação golpista de líderes conservadores civis e militares, sendo deposto em 1964. Exilou-se no Uruguai.

GRAHAM, MARIA (Pepcastle, Inglaterra, 1785 – Londres, 1842). Educadora e desenhista inglesa. Veio para o Brasil (1823), como governanta da Princesa Dona Maria da Glória, filha de Dom Pedro I. Escreveu e ilustrou *Diário de uma Viagem ao Brasil e Residência Ali durante Parte dos Anos 1821, 1822 e 1823.*

GUDIN, EUGÊNIO (Rio de Janeiro, 1886-1986). Engenheiro e economista. Principal expoente da escola monetarista neoliberal no país. Delegado brasileiro na Conferência Monetária de Bretton Woods (1944). Diretor do FMI e do BIRD. Como ministro da Fazenda (1954), realizou uma reforma cambial. Escreveu, entre outras, as obras, *As Origens da Crise Mundial* (1931) e *Princípios da Economia Monetária* (1943).

GUEVARA, CHE (Ernesto Guevara de la Serna) (Rosario, Argentina, 1928 – Higueras, Bolívia, 1967). Revolucionário latino-americano. Participou de movimentos na Argentina e fixou-se depois na Guatemala (1947), onde trabalhou como médico. Exilou-se no México, onde ajudou a organizar a Revolução Cubana, invadindo a ilha com o grupo de Fidel Castro, que tomou o poder (1956). Foi morto na Bolívia, liderando a guerrilha revolucionária.

GUIMARÃES, ULYSSES (São Paulo, 1917 – Angra dos Reis, RJ, 1992). Político. Deputado federal reeleito sucessivas vezes (1950-1992). Um dos fundadores do MDB (1974). Lutou pela restauração da democracia e das eleições diretas para a presidência da República. Presidiu a Assembléia Constituinte que promulgou a Constituição de 1988. Participou do processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor (1992). Vítima de um acidente, morreu em meio à campanha pela instauração do regime parlamentarista.

HECK, SÍLVIO (RJ, 1905 – 1988). Capitão-de mar-e-guerra (1952). Chefe de seção do EMFA (1956). Como ministro da Marinha, integrou a Junta Militar que tomou o poder após a renúncia de Jânio Quadros (1961). Um dos articuladores do golpe de 1964.

HENRIQUE, Infante Dom (Porto, Portugal, 1394 – Sagres, 1460). Príncipe português. Sua atuação foi fundamental para a expansão ultramarina portuguesa. Cercou-se de viajantes, matemáticos, cartógrafos e astrônomos experientes e instalou em Sagres um centro de estudos cartográficos e náuticos. De Sagres enviou uma série de expedições para a costa da África, que chegaram às Ilhas de Cabo Verde, Madeira e Açores, e também ao Rio do Ouro e à costa do Senegal e da Guiné.

HERZOG, Vladimir (Osijek, Iugoslávia, 1937 – São Paulo, 1975). Jornalista e professor universitário. Editor da revista *Visão* (1970). Dirigiu o telejornalismo da TV Cultura (SP, 1975). Torturado e morto por asfixia nas dependências do DOI-CODI (SP, 1975). Sua morte desencadeou movimentos de protesto contra o regime militar.

HITLER, Adolf (Braunau, Alta Áustria, 1889 – Berlim, 1945). Político alemão. Liderou e fortaleceu o Partido Nacional-Socialista da Alemanha, conhecido como nazista, e com essa base política chegou a ser chanceler, em 1932. Em 1934 assumiu ditatorialmente o governo alemão, instaurando uma política racista e expansionista, baseada na idéia da superioridade ariana. Essa ideologia serviu-lhe de justificativa para promover o extermínio dos judeus e invadir territórios vizinhos – Áustria, Sudetos, Boêmia, Morávia, Polônia –, desencadeando a Segunda Guerra Mundial (1939). Apesar do apoio da Itália de Mussolini e do Japão, não conseguiu resistir ao avanço dos Aliados e acabou por suicidar-se na queda de Berlim (1945).

HORTA, Oscar PEDROSO D' (São Paulo, 1908-1975). Político. Membro do Partido Social Progressista. Apoiou a Revolução de 1932. Secretário de Justiça do Estado de São Paulo. Apoiou Jânio nas campanhas governamentais e à presidência. Como ministro da Justiça (1961) entregou a carta-renúncia (agosto de 1961) à Câmara Federal. Deputado federal (1966 e 1970). Líder da oposição (1970).

ISABEL de Bragança, PRINCESA (Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga) (Rio de Janeiro, 1846 – Paris, 1921). Filha de Dom Pedro II. Regente do Império por três vezes. Promulgou a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei Áurea (1888). Com a queda do Império exilou-se na França, onde morreu.

JACEGUAI, Barão de (Artur Silveira da Mota) (São Paulo, 1843 – Rio de Janeiro, 1914). Almirante. Participou da Campanha da Banda Oriental (1864) e da Guerra do Paraguai, tendo derrotado os paraguaios na Passagem de Humaitá (1868). Dirigiu a Escola Naval e a Repartição da Carta Marítima.

JAFET, Ricardo (São Paulo, 1907 – Cleveland, EUA, 1968). Industrial. Fundador da Usina Siderúrgica de Moji das Cruzes, da Mineração Geral do Brasil (1936) e da Empresa Industrial de Transportes Ltda.

JARDIM, Antônio da SILVA (Capivari, RJ, 1860 – Nápoles, Itália, 1891). Jornalista, realizou intensa campanha pela Abolição e pela República.

JEFFERSON, THOMAS (Shadwell, EUA, 1743 – Monticello, 1826). Político americanoo. Chefiou a comissão que redigiu a Declaração de Independência dos EUA (1776). Vice-presidente (1797-1801). Presidente eleito (1801-1804) e reeleito (1804-1809). Negociou a compra da Luisiana (1803) e patrocinou expedições para ampliar o território. Fundou Washington, estabelecendo ali a capital do país.

JOÃO CÂNDIDO, marinheiro (?). Comandou o amotinamento dos couraçados *São Paulo* e *Minas Gerais*, exigindo o fim dos castigos corporais na Marinha (1910, RJ).

JOÃO I, Dom (Lisboa, 1356 – *idem*, 1433). Rei de Portugal. Filho bastardo de Dom Pedro I e fundador da Dinastia de Avis. Reinou de 1383 a 1433 depois de ser aclamado rei pela população de Lisboa. Lutou contra os castelhanos, derrotando-os várias vezes (Atoleiros, Trancoso, Valverde e Aljubarrota). Conquistou Ceuta (1415) e construiu o Mosteiro da Batalha.

JOÃO II, Dom (Lisboa, 1455 – Alvor, Portugal, 1495). Rei de Portugal (1481-1495). Condenou à morte Dom Fernando de Bragança e apunhalou o Duque de Viseu, líderes dos fidalgos que tramavam contra ele. Desde então, consolidou seu poder absolutista, dando impulso à navegação. Autorizou a entrada em Portugal dos judeus expulsos da Espanha.

JOÃO III, Dom (Lisboa, 1502 – *idem*, 1557). Rei de Portugal (1521-1557). Instalou em Portugal o tribunal da Inquisição (1540). Na política colonial, dividiu o Brasil em capitanias e instituiu o governo geral.

JOÃO IV, Dom (Vila Viçosa, Portugal, 1604 – Lisboa, 1656). Rei de Portugal (1640-1656). Fundador da Dinastia de Bragança.

JOÃO V, Dom (Lisboa, 1689 – *idem*, 1750). Rei de Portugal (1706-1750). Derrotado na Guerra da Sucessão Espanhola, assinou o Tratado de Utrecht (1715). A Casa da Moeda, a canalização do Tejo, hospitais e o Aqueduto das Águas Livres foram obras suas.

JOÃO VI, Dom (Lisboa, 1767 – *idem*, 1826). Rei de Portugal. Em 1792 sua mãe, Dona Maria I, foi afastada do poder por estar louca, e Dom João tornou-se regente num momento em que a Europa sofria as repercussões dos acontecimentos na França. Aliou-se à Inglaterra durante as guerras napoleônicas. Quando as tropas francesas invadiram Portugal em 1807, emigrou para o Brasil com toda a sua corte, inclusive cientistas, artistas e intelectuais. Declarou livres os portos e a indústria no Brasil, elevando-o à categoria de reino em 1815. Com a morte de Dona Maria, foi coroado rei em 1816. Reprimiu a Revolução Pernambucana (1817). Voltou para Portugal em 1821, deixando como regente seu filho, Dom Pedro de Alcântara.

JOÃO XXIII (Angelo Giuseppe Roncalli) (Sotto il Monte, Itália, 1881 – Roma, 1963). Papa (1958/63). Reuniu o Concílio Vaticano II (1962), do qual resultou a encíclica *Pacem in Terris* (1963).

JOSÉ I, Dom (Lisboa, 1714 – *idem*, 1777). Rei de Portugal (1750-1777). Após sobreviver a um atentado (1758), afastou-se da cena política, legando todo o poder ao Marquês de Pombal.

JOSÉ MARIA de Castro Agostinho, Padre (? – Taquaraçu, Paraná, 1913). Líder messiânico que mobilizou a população da região do Contestado – entre o Paraná, Santa Catarina e Argentina – contra o governo, no início da década de 1910, defendendo a implantação de um império igualitário. Morreu em combate, mas o movimento prosseguiu com novos "monges" que se diziam seus mensageiros. A comunidade foi destruída em 1916.

JOST, NESTOR (Candelária, RJ, 1917). Político. Deputado constituinte (1947) e federal (1950, 1954 e 1958). Vice-líder do PSD (1956). Vice-presidente da Câmara dos Deputados (1959-1960). Filiou-se à Arena (1965). Presidente do Banco do Brasil (1967-1974).

JUAN CARLOS I, de Borbón (Roma, 1938). Rei da Espanha desde novembro de 1975. Foi designado pelo general Franco em 1968 para sucedê-lo na chefia do Estado. Assumiu o poder em 1974 e, com a morte do Caudilho (1975) empreendeu o processo de redemocratização do país. Casou-se com a Princesa Sofia, da Grécia (1962).

JULIÃO, FRANCISCO (Bom Jardim, PE, 1917). Político e advogado. Elegeu-se deputado estadual (1954 e 1958) e federal (1962). Defendeu a reforma agrária desde 1955, organizando o movimento das Ligas Camponesas, colocado na ilegalidade e reprimido após o golpe de 1964. Foi preso (1964-1966) e cassado. Depois, exilou-se no México.

KENNEDY, JOHN Fitzgerald (Brookline, Boston, 1917 – Dallas, EUA, 1963). Político americano. Democrata. Presidente eleito (1960). Para cercear os movimentos populistas e socialistas que eclodiam na América Latina, criou a Aliança para o Progresso, programa de apoio econômico aos países simpáticos aos EUA. Liberalizou o comércio com a Europa. Promoveu a fracassada invasão a Cuba (1961) e envolveu seu país na Guerra do Vietnã. Na política interna valorizou a luta pelos direitos civis, a integração racial e a melhor distribuição de renda. Foi assassinado no Texas.

KLINGER, BERTOLDO (Rio Grande do Sul, 1884 – São Paulo, 1969). Militar. Chefe de polícia (1930, RJ). Aderiu à Revolução de 1932 e com a derrota desta foi afastado do Exército, voltando em 1946. Reformou-se como general-de-divisão em 1948.

KRUEL, Amauri (Santa Maria, RJ, 1901). Militar e político. Assinou o Manifesto dos Coronéis (1954). Participou do movimento de 11 de novembro (1955). Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública (1957) e da Casa Militar (1961). Ministro da Guerra (1961). Comandante do II Exército (1964), aderiu ao movimento que depôs João Goulart.

KRUSCHOV, NIKITA S. (Ucrânia, 1894 – 1971). Estadista soviético. Primeiro-ministro da URSS (1958-1964). Sua política de coexistência pacífica estimulou mudanças no movimento comunista. Sucessor de Stálin no cargo de secretário-geral do PCUS, denunciou mais tarde os crimes do ditador e iniciou uma campanha de desestalinização (1956). Destituído do cargo (1964), foi afastado do Comitê Central do Partido (1966) e do Soviete Supremo (1967).

KUBITSCHEK de Oliveira, JUSCELINO (Diamantina, MG, 1902 – Barra Mansa, RJ, 1976). Político. Deputado federal (1934-1937). Prefeito de Belo Horizonte (1940-1945). Governador (1950-1954, MG). Eleito presidente (1956-1961), construiu Brasília, para aí instalar o novo Distrito Federal (1960). Promoveu a industrialização do país. Senador (1962, GO). Teve seu mandato cassado pelos militares (1964) e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Em 1968, começou a organizar com Jango e Lacerda uma Frente Ampla, para promover a redemocratização, mas o processo foi interrompido por sua morte em um acidente.

LABATUT, Pierre, dito PEDRO (França, 1768-1849). Militar francês. Combateu nas tropas napoleônicas. Realizou a marcha de Cartagena (1812). Chegou ao Brasil e comandou as forças armadas nacionais na Bahia (1822). Comandante-chefe (1823). Lutou contra os farrapos (1839). Marechal-de-campo (1846).

LACERDA, CARLOS (Vassouras, RJ, 1914 – Rio de Janeiro, 1977). Político e jornalista. Pertenceu à UDN (1945). Vereador (1947). Fundou o jornal *Tribuna da Imprensa* (1949), que usou como tribuna para divulgar suas idéias e atacar seus adversários, desde Vargas até Castelo Branco. Deputado federal (1954). Combateu a posse de Kubitschek, exilando-se (1955) nos Estados Unidos. Governador eleito do Estado da Guanabara (1960). Um dos principais articuladores do movimento de 31 de março (1964), uniu-se depois a Kubitschek e Goulart na Frente Ampla (1967) em oposição aos militares. Teve seus direitos políticos cassados em 1968.

LACERDA, MAURÍCIO (Vassouras, RJ, 1883 – Rio de Janeiro, 1959). Político. Pai de Carlos Lacerda. Deputado estadual, vereador e prefeito de Vassouras. Por suas idéias socialistas e seu apoio aos trabalhadores, foi preso várias vezes. Participou da revolução de 1922, 1924 e 1930. Foi relator do primeiro Código de Trabalho, e apoiou as reivindicações trabalhistas.

LAFER, Horácio (São Paulo, 1900 – Paris, 1966). Político, industrial e banqueiro. Deputado constituinte em 1934, defendeu o voto secreto e o serviço militar obrigatório. Ministro da Fazenda (1952) e das Relações Exteriores (1959).

LAMARCA, CARLOS (Rio de Janeiro, 1937 – Ipupiara, BA, 1971). Militar e revolucionário . Membro da VPR. Capitão do Exército, fugiu do quartel de Quitaúna (SP), onde servia em 1969, levando material bélico para o foco guerrilheiro que instalou no Vale da Ribeira (SP). Foi morto pelo Exército.

LEDO, Joaquim GONÇALVES (Rio de Janeiro, 1781 – Cachoeiras de Macacu, RJ, 1847). Político e jornalista. Um dos promotores do "fico" e das campanhas pela Independência. Maçom, fundou o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*. Eleito deputado à Constituinte (1823), não pôde assumir e precisou exilar-se na Argentina. Deputado (1826 e 1830), manteve-se na oposição a Dom Pedro I.

LEME, Cardeal SEBASTIÃO (Pinhal, SP, 1882 – Rio de Janeiro, 1942). Arcebispo do Rio de Janeiro e cardeal do Brasil. Ordenou-se sacerdote (1905). Bispo (1911). Fundou a Confederação Católica (1926). Intermediário na Revolução de 1930. Criou a Ação Católica e a Liga Eleitoral Católica (1932). Realizou o Congresso Plenário Brasileiro (1939).

LEOPOLDINA, IMPERATRIZ (Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo) (Áustria, 1797 – Rio de Janeiro, 1826). Arquiduquesa da Áustria e imperatriz do Brasil. Esposa de Dom Pedro I e mãe de Dom Pedro II.

LIMA, Afonso de ALBUQUERQUE (Fortaleza, CE, 1909 – Rio de Janeiro, 1981). Militar e político. Integrou a FEB na campanha da Itália (1944-1945). Ministro do Interior (1967-1969).

LIMA, Francisco NEGRÃO DE (Vila Nepomuceno, MG, 1901 – Rio de Janeiro, 1981). Político. Deputado federal (1933). Ministro da Justiça (1951) e das Relações Exteriores (1958). Prefeito do DF (1956). Embaixador do Brasil em Portugal (1959-1963). Governador da Guanabara (1965).

LIMA, Otacílio NEGRÃO DE (Lavras, MG, 1897 – Belo Horizonte, 1960). Político. Deputado constituinte e estadual (1933). Prefeito de Belo Horizonte (1935-1938). Ministro do Trabalho (1945). Deputado federal (1950 e 1954).

LIMA SOBRINHO, Alexandre BARBOSA (Recife, 1897). Historiador e jornalista. Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1926, 1929 e 1980) e do Instituto do Açúcar e do Álcool (1938-1946). Deputado federal e constituinte (1946-1949). Nacionalista, constitucionalista e democrata. Candidato pelo MDB à vice-presidência da República (1974).

LINHARES, JOSÉ (Baturité, CE, 1886 – Caxambu, MG, 1957). Político. Presidente do Supremo Tribunal Federal (1945), assumiu a presidência quando Vargas foi deposto (out. 1945), permanecendo até a posse de Dutra, o presidente eleito (jan. 1946). Foi reeleito duas vezes à presidência do STF.

LIRA TAVARES, Aurélio de (João Pessoa, PB, 1905). Militar e ensaísta. Integrante da junta militar que governou o país por dois meses (1969). Embaixador do Brasil em Paris (1970-1974).

LOBATO, José Bento MONTEIRO (Taubaté, SP, 1882 – São Paulo, 1948). Escritor. Iniciou a carreira com *Urupês* (1918), denunciando a miséria do caboclo. Destacou-se na literatura infantil, com a série de livros em torno do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Foi adido comercial em Nova York (1927 e 1931). Fundou a Cia. de Petróleo do Brasil (1931). Foi preso e exilado por combater a política do petróleo de Vargas (1937).

LOBO, ARISTIDES da Silveira (Mamanguape, PB, 1838 – Barbacena, MG, 1896). Político. Deputado (1864-1868). Um dos chefes do levante de 15 de novembro de 1889. Ministro do Interior no governo provisório. Fez parte do Senado federal (1892-1896).

LODI, Euvaldo (Ouro Preto, MG, 1896 – Rio de Janeiro, 1956). Político e industrial. Deputado federal à Constituinte de 1934. Presidiu o Senai e dirigiu o Departamento Nacional do Sesi.

LOPES, FERNÃO (Portugal, 1380-1459). Historiador. Intérprete de momentos importantes da história portuguesa, como a crise de 1383-1385. Obras principais: *Crônica de Dom Pedro I* (1435), *Crônica do Senhor Rei Dom Fernando* (1416), *Crônica de Dom João I* (1444).

LOPES, ISIDORO DIAS (Rio Grande do Sul, 1863 – Rio de Janeiro, 1949). General. Participou do segundo levante tenentista (1922), da Revoluão de 1924 e de 1932.

LOPES, Lucas (Ouro Preto, MG, 1911). Engenheiro e político. Presidente do BNDE (1956). Ministro da Fazenda (1958-1959).

LOPES, marechal José Machado (RJ, 1906 – Petrópolis, RJ, 1990). Militar. Como comandante do III Exército, articulou a Corrente da Legalidade (1961). Ministro da Guerra e chefe do Estado Maior do Exército.

LOTT, Henrique TEIXEIRA (Antônio Carlos, MG, 1894-1984). General e político. Assinou o Documento dos Generais (1954) a favor do afastamento de Vargas da presidência. Ministro da Guerra (1954-1955 e 1959-1961). Chefiou o movimento que apoiava a posse de Kubitschek (1955). Candidato à presidência pela coligação PTB-PSD (1960), derrotado por Jânio Quadros. Lançou uma proclamação contrária ao movimento de 31 de março (1964), tendo sido preso no Rio de Janeiro.

LOURENÇO FILHO, Manuel (Porto Ferreira, SP, 1897 – Rio de Janeiro, 1970). Educador e escritor. Reorganizou a instrução pública do Ceará (1922-1923), o ensino normal e profissional no Estado de São Paulo (1930-1931) e no Rio de Janeiro (1932). Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938). Participou da elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1948).

LUCCOCK, JOHN (?-1820). Comerciante inglês que chegou ao Rio de Janeiro em 1808 e aí residiu por dez anos. Em *Notas sobre o Rio de Janeiro e a Parte Sul do Brasil* descreve especialmente as transformações ocorridas na capital após a vinda de Dom João VI.

LUCENA, BARÃO DE (Henrique Pereira de Lucena) (Bom Jardim, PE, 1835 – Rio de Janeiro, 1913). Presidiu várias províncias. Ministro da Agricultura e da Fazenda (1889-1891) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1890-1892).

LUÍS XVIII (Versalhes, França, 1755 – Paris, 1824). Rei da França. Fugiu da França em 1791 e ficou no exílio até 1814, quando negociou com os países adversários de Napoleão o Tratado de Paris. Assumiu o trono, em 1815, após a derrota de Napoleão e proclamou uma Constituição liberal.

LULA da Silva, Luís Inácio (Garanhuns, PE, 1945). Político e sindicalista. Metalúrgico, começou sua carreira política como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Fundador e presidente do PT (1979), empenhou-se em uma política de justiça social e de defesa dos direitos dos trabalhadores. Deputado constituinte (1986). Candidatou-se à presidência da República (1989), sendo derrotado no segundo turno.

LUNARDELLI, GEREMIA (1885-1962). Agricultor brasileiro de origem italiana, o "rei do café". Suas fazendas chegaram a ocupar todo o noroeste do Estado de São Paulo e terras de Minas Gerais e Paraná.

LUZ, CARLOS (Três Corações, MG, 1894 – Rio de Janeiro, 1961). Político. Deputado federal (1934 e 1945). Ministro da Justiça (1945-1946). Como presidente da Câmara dos Deputados, substituiu Café Filho na presidência (1955).

MACHADO, CRISTIANO (Sabará, MG, 1894 – Roma, 1953). Político. Deputado estadual (1925) e federal (1930, 1933 e 1945). Prefeito de Belo Horizonte (1926). Membro da Constituinte de 1934 e 1946. Um dos principais articuladores da Revolução de 1930. Candidato derrotado à presidência da República em 1950.

MACHADO, José Gomes PINHEIRO (Cruz Alta, RS, 1851 – Rio de Janeiro, 1915). Político. Republicano, fundou o PR no RS (1879). Como senador (1890-1891) participou da primeira Constituinte. Combateu a Revolução Federalista (1893). Líder do Senado (1893). Sua base política e seu enorme prestígio faziam dele uma figura central na definição do quadro político da época.

MACIEL, JOSÉ ÁLVARES (Vila Rica, MG, 1760 – Angola, África, 1802). Participante da Inconfidência Mineira. Defensor de idéias republicanas, ligou-se à maçonaria na Europa. Voltou ao Brasil (1787) e participou da Inconfidência (1789). Preso e condenado à morte (1792), teve a pena comutada para prisão perpétua e extradição para a África.

MACIEL, Olegário (Pitangui, MG, 1855 – Belo Horizonte, 1933). Político. Deputado federal (1849-1911). Vice-governador (1922), presidente (1930) de Minas Gerais. Nomeado interventor (1930), foi um dos pilares do getulismo na região.

MADUREIRA, Antônio de SENA (Recife, 1841 – Rio de Janeiro, 1889). Militar. Republicano e abolicionista. Figura central da Questão Militar (1884). Recepcionou o jangadeiro e líder abolicionista Francisco do Nascimento na Escola de Tiro de Campo Grande, e foi por isso punido. Morreu sem ver realizados os ideais pelos quais lutou.

MAGALHÃES, AGAMENON (Serra Talhada, PE, 1893 – Recife, 1952). Político. Um dos líderes da Revolução de 1930. Como ministro do Trabalho (1934), instalou o Instituto de Previdência Social e criou o salário mínimo. Eleito governador de Pernambuco (1950), com apoio de Vargas.

MAGALHÃES, FERNÃO DE (Trás-os-Montes, *c.* 1480 – Cebu, Filipinas, 1521). Navegador português. Fez a primeira viagem de circunavegação do globo, confirmando a esfericidade da Terra. Sua expedição partiu de Sevilha, na Espanha em 1419, retornando em 1422. Foi morto em uma batalha com nativos.

MAGALHÃES, JURACI (Fortaleza, CE, 1905). Militar, diplomata e político. Participante da Revolução de 1930 e do movimento de 31 de março (1964). Interventor federal (1931-1934), governador (1935-1937 e 1959-1963) e senador (1954-1958) da Bahia. Um dos fundadores da UDN. Deputado federal (1946 e 1950). Primeiro presidente da Petrobrás (1954). Embaixador nos EUA (1964-1965). Ministro da Justiça e do Interior (1965-1966) e do Exterior (1966-1967).

MAIA, José Joaquim da (Rio de Janeiro, século XVIII). Conjurado. Participou, ainda estudante. da Inconfidência Mineira, buscando o apoio do presidente americano Thomas Jefferson.

MALUF, Paulo SALIM (São Paulo, 1931). Empresário e político. Sócio proprietário da Eucatex. Presidente da Caixa Econômica Federal (1967-1969), prefeito nomeado (1969-1971) e governador escolhido indiretamente (1979) de São Paulo. Deputado federal (1982). Candidato derrotado à presidência da República e ao governo de São Paulo Prefeito de São Paulo (1992).

MAMEDE, Jurandir de Bizarria (Salvador, 1906). Militar. Participou da Revolução de 1930 e do movimento anticomunista de 1935. Condecorado por sua atuação na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Participou do golpe de 1964. Presidente do STM (1973).

MANUEL I, Dom (Alcachete, Portugal, 1469 – Lisboa, 1521). Rei de Portugal (1495-1521). Impulsionou a expansão ultramarina, ao patrocinar a viagem que encontrou o caminho para as Índias (1498) e a que chegou ao Brasil (1500). Expulsou os judeus que não se submetiam à religião católica. Restringiu os privilégios da nobreza e codificou as leis, decretando as Ordenações Manuelinas.

MARCONDES Machado FILHO, Alexandre (São Paulo, 1892-1974). Estadista. Vereador, deputado federal (1927-1930 e 1946). Ministro do Trabalho e da Justiça (1940, 1942 e 1955). Participou do Estado Novo. Supervisionou a conclusão da Consolidação das Leis de Trabalho (1941). Senador pelo PTB (1945).

MARIA I (Lisboa, 1734 – Rio de Janeiro, 1816). Rainha de Portugal (1777-1816), mãe de Dom João VI. Concluiu os Tratados de Santo Ildefonso (1777) e da Aliança (1778), acerca do estabelecimento das fronteiras do Brasil.

MARIGHELLA, CARLOS (Salvador, 1912 – São Paulo, 1969). Político revolucionário. Ingressou no PCB, participando da Intentona Comunista (1935) e sofrendo prisões e torturas (1936-1937 e 1938-1945). Anistiado (1945). Deputado federal (1946-1948). Organizou a Aliança da Libertação Nacional (1965), que defendia a luta armada. Desencadeou a guerrilha urbana em São Paulo e no Rio (1968). Morto pelo aparelho repressivo.

MARREY JR., José Adriano (Itamarandiba, MG, 1885 – São Paulo, 1965). Político. Um dos fundadores do Partido Democrático (1926). Deputado federal (1927 e 1950). Participou da revolução de 1930 e 1932.

MARTINS, Domingos JOSÉ (Itapemirim, ES, 1781 – Recife, 1817). Político. Um dos líderes da Revolução Pernambucana (1817), foi preso e executado.

MARTINS, Gaspar da SILVEIRA (Bajé, RS, 1835 – Montevidéu, Uruguai, 1901). Político parlamentarista. Deputado (1872). Senador (1880). Conselheiro de Estado (1889). Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1889). Participou da Revolução Federalista.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von (Alemanha, 1794-1868). Botânico alemão. Integrou, juntamente com Spix, uma missão científica que pesquisou a fauna, a flora e a etnografia brasileiras, indo do Rio de Janeiro até o alto Amazonas (1817-1820). Publicou *Flora Brasiliensis*, em quinze volumes.

MARX, KARL Heinrich (Trier, Alemanha, 1818 – Londres, 1883). Filósofo, economista e revolucionário alemão. Entrou em contato com organizações operárias alemãs, filiando-se à Liga dos Comunistas e redigindo, com Engels, o *Manifesto do Partido Comunista* (1848). Com o fracasso da Revolução de 1848 foi expulso da Alemanha, França e Bélgica, exilando-se em Londres (1849). Principal fundador e dirigente da I Internacional (1864-1876). Escreveu *O Capital* (1867), obra clássica de análise do sistema capitalista no século XIX.

MATARAZZO, Conde FRANCISCO (Castellabate, Itália, 1854 – São Paulo, 1937). Industrial. Pioneiro da industrialização brasileira, criou em São Paulo o maior complexo industrial da América do Sul.

MAUÁ, BARÃO DE (Irineu Evangelista de Sousa) (Arroio Grande, RS, 1813 – Petrópolis, RJ, 1889). Empresário, industrial e político. Deputado por vinte anos pelo Partido Liberal. Impulsionou a industrialização. Inaugurou a primeira ferrovia brasileira, que ligava o Rio a Petrópolis (1854) e iniciou a construção da Ferrovia Santos-Jundiaí (1857) e do cabo telegráfico submarino de comunicação com a Europa (1872). Em 1873, acusado de negociatas na Guerra do Paraguai, renunciou a seu mandato de deputado.

MAWE, JOHN (1764-1829). Geólogo britânico. Realizou expedições científicas pelo Brasil, fazendo registros fundamentais para o conhecimento do país e em particular de determinadas regiões de Minas Gerais.

MAYRINK, Francisco de Paula (Minas Gerais, 1838 – Rio de Janeiro, 1906). Empresário. Fundou o Banco de Crédito Real. Organizou a Companhia de Estrada de Ferro Bahia-Minas. Deputado constituinte (1890-1891).

MAZZILLI, Pascoal RANIERI (Caconde, SP, 1910 – São Paulo, 1975). Político. Deputado federal pelo PSD (1950, 1954, 1958 e 1962). Como presidente da Câmara Federal (1958-1964), ocupou a presidência da República interinamente (1961 e 1964).

MEDEIROS, Antônio Augusto BORGES de (Caçapava do Sul, RS, 1864 – Porto Alegre, 1961). Político. Governou seu Estado por vinte anos (1898-1928). Apoiou a Revolução de 1930 e a de 1932, motivo pelo qual foi preso e confinado em Pernambuco, até ser anistiado em 1934. Eleito deputado, perdeu o mandato com o Estado Novo (1937).

MÉDICI, general Emílio Garrastazu (Bajé, RS, 1905 – Rio de Janeiro, 1985). Militar e político. Apoiou a Revolução de 1930 e participou do golpe de 1964. Adido militar em Washington (1964). Chefe do SNI (1967 e 1969). Nomeado presidente da República (1969-1974). Seu governo autoritário caracterizou-se pela censura aos meios de comunicação e pela repressão à oposição, recorrendo à tortura.

MELO, almirante CUSTÓDIO José de (Salvador, 1840 – Rio de Janeiro, 1902). Militar e político. Atuou durante toda a Guerra do Paraguai. Fez depois estudos de artilharia na Europa. Organizou os serviços de armamento da Marinha. Deputado constituinte (1890-1891). Chefiou a Revolta da Marinha (1891). Ministro da Marinha (1891-1893). Apoiou a Revolução Federalista (1893) e liderou a da Armada (1893-1894).

MELO, marechal Nélson de (Santana do Livramento, RS, 1899 – Rio de Janeiro, 1989). Militar e político. Participou da Revolução de 1922, 1924 e 1930. Combateu a Revolução de 1932. Integrou a FEB na Segunda Guerra Mundial. Chefe da Casa Militar (1956-1961). Comandou o II Exército.

MELO, Márcio de SOUSA E (Florianópolis, 1906 – Rio de Janeiro, 1991). Militar e político. Brigadeiro (1941) e ministro (1964, 1967 e 1969-1971) da Aeronáutica. Integrante da junta militar que dirigiu o país em 1969.

MENDES, CHICO (Francisco Alves Mendes Filho) (Porto Rico, AC, 1944 – Xapuri, AC, 1988). Sindicalista e líder seringueiro desde os anos 60, ajudou a fundar (1977) o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, do qual foi presidente (1982). Vereador (1978). Tornou-se mundialmente conhecido por suas denúncias contra a destruição da floresta Amazônica. Recebeu o prêmio Global da ONU (1987). Seu assassinato, a mando de fazendeiros, teve repercussão mundial.

MENEGHETTI, Ildo (Porto Alegre, 1895-1980). Político. Governador do Rio Grande do Sul (1954 e 1962). Opôs-se à candidatura de Kubitschek (1955) e depois uniu-se a Ademar, Magalhães Pinto e Lacerda contra Jango (1963). Participou do movimento de 1964.

MENESES, Luís da CUNHA. Governador da Capitania de Minas Gerais. Seus desacertos administrativos foram alvo de sátira no poema *Cartas Chilenas*, atribuído a Cláudio Manuel da Costa.

MESQUITA FILHO, JÚLIO DE (São Paulo, 1892 – 1969). Jornalista e ensaísta político. Dirigiu *O Estado de S. Paulo* (1927-1969), sucedendo a seu pai. Um dos criadores da Universidade de São Paulo.

MEYER, DOM CASTRO (Campinas, SP, 1904 – Campos, RJ, 1991). Bispo da ala conservadora e tradicionalista da Igreja Católica e um dos fundadores da Tradição, Família e Propriedade. Excomungado pelo papa (1988).

MIGUEL I, Dom (Queluz, Portugal, 1802 – Brombach, 1866). Rei de Portugal (1828/34). Viveu no Rio de Janeiro até 1821, retornando então com seu pai, Dom João VI, para Portugal. Disputou a Coroa portuguesa (1831-1834) com seu irmão, Dom Pedro I do Brasil. Derrotado, exilou-se mas continuou a tentar recuperar o trono.

MITRE, BARTOLOMÉ (Buenos Aires, 1821 – *idem*, 1906). Estadista argentino. Lutou ao lado dos brasileiros contra Rosas (1852). Governador de Buenos Aires (1860). Presidente da Argentina (1862-1869). Assinou o Tratado da Tríplice Aliança (1865). Comandou os exércitos aliados na Guerra do Paraguai.

MONROE, James (Virgínia, EUA, 1758 – Nova York, 1831). Político americano. Senador (1790). Deputado (1792) e governador 1799-1802 e 1811) da Virgínia. Secretário de Estado (1811-1817) e da Guerra (1814-1815). Presidente dos EUA (1817-1825).

MONTEIRO, Dilermando GOMES (Cuiabá, 1913). Militar. General-de-exército (1974). Comandante do II Exército (1976), destacou-se por favorecer um clima de distensão política em São Paulo. Ministro do Superior Tribunal Militar (1978).

MONTEIRO, Euler BENTES (Rio de Janeiro, 1917). Militar. Superintendente da Sudene (1967-1969). Candidato nas eleições indiretas para a presidência da República, foi derrotado por João Batista Figueiredo (1978).

MONTEIRO, general Pedro Aurélio de GÓIS (São Luís do Quitunde, AL, 1889 – Rio de Janeiro, 1956). Político e militar. Participou da Revolução de 1930 e da repressão à Revolução de 1932. Um dos articuladores do golpe de Estado (1937) e da deposição de Vargas (1945). Senador (1947-1950). Figura central da formulação da política do exército desde 1930.

MONTESQUIEU, Barão de la Brède e (Charles Louis de Secondat) (Bordéus, França, 1689 – Paris, 1755). Pensador francês. Teórico do liberalismo político. Sua obra *Do Espírito das Leis* (1748), desenvolveu a teoria de separação entre os poderes legislativo, executivo e judiciário.

MONTIGNY, Auguste Henry Victor GRANDJEAN (Paris, 1776 – Rio de Janeiro, 1850). Arquiteto francês. Introdutor do neoclassicismo no Brasil. Projetou o edifício da Academia de Belas-Artes (RJ), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e o Mercado da Candelária.

MONTORO, André FRANCO (São Paulo, 1916). Político. Vereador (1950-1952). Deputado estadual (1955-1959) e federal (1959-1963 e 1963-1967). Presidente nacional do PDC. Ministro do Trabalho e Previdência Social (1962). Senador (1970 e 1978). Governador de São Paulo (1983-1987). Um dos fundadores e presidente do PSDB (1988).

MORAIS, Antônio EVARISTO DE (Rio de Janeiro, 1871 – *idem*, 1939). Advogado e jornalista. Fundou vários sindicatos, a Associação Brasileira de Imprensa (1890) e o Partido Socialista (1917). Consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1931-1932). Entre suas obras estão, *Apontamentos do Direito Operário* (1905) e *Campanha Abolicionista* (1924).

MORAIS, marechal João Batista MASCARENHAS DE (São Gabriel, RS, 1883 – Rio de Janeiro, 1968). Militar. Opôs-se ao tenentismo, combatendo os movimentos de 1922 e 1935. Comandou a FEB na Itália (1944-1945).

MORAIS Barros, PRUDENTE DE (Itu, SP, 1841 – Piracicaba, SP, 1902). Político republicano e abolicionista. Aderiu ao PRP (1876). Governou (1889) e presidiu (1889-1890) a Província de São Paulo. Primeiro presidente da República eleito por voto popular (1894-1898), enfrentou a Revolução Federalista e reprimiu a Rebelião de Canudos.

MORATO, FRANCISCO (Piracicaba, SP, 1868 – São Paulo, 1948). Político. Um dos fundadores do Partido Democrático. Deputado federal (1927-1929). Participou da Revolução de 1930 e 1932. Exilou-se na Europa (1932-1933). Secretário estadual do Interior e Justiça (1945). Professor emérito da Faculdade de Direito de São Paulo.

MOTA, Inácio SILVEIRA DA (Goiás, 1815 – Rio de Janeiro, 1885). Político. Magistrado (1841-1852). Presidente das Províncias do Piauí (1849), Ceará (1850) e Rio de Janeiro (1859).

MOTA, Sílvio (Rio de Janeiro, 1902-1969). Militar. Vice-almirante (1959). Ministro da Marinha (1963-1964).

MOURÃO FILHO, general Olímpio (Minas Gerais, 1900 – Rio de Janeiro, 1972). Militar. Capitão e militante do integralismo (1937). Participou de operações militares na Itália (1944-1945) durante a Segunda Guerra Mundial. Um dos organizadores do movimento de 31 de março (1964), tornou-se comandante do IV Exército e ministro do Superior Tribunal Militar.

MÜLLER, FILINTO Strübling (Cuiabá, 1900 – Paris, 1973). Militar e político. Participou do tenentismo e da Revolução de 1930 pela Aliança Liberal. Chefe de polícia do DF durante o Estado Novo. Um dos fundadores do PSD (1945) e da Arena. Senador (1945).

MUSSOLINI, Benito (Dovia di Predappio, Itália, 1883 – Como, Itália, 1945). Político italiano. Chefe e fundador do partido fascista (1919). Após chefiar a "marcha sobre Roma" (1922), tornou-se primeiro-ministro e em seguida ditador (1924-1943). Assinou o Tratado de Latrão (1929). Invadiu a Etiópia (1935/36) e anexou a Albânia (1939). Em 1940, compôs com Hitler e o Japão as forças do Eixo. Capturado pelos Aliados (1943), foi libertado pelos alemães e ainda chefiou um breve governo fascista antes de ser preso e fuzilado (1945).

NABUCO de Araújo, JOAQUIM Aurélio Barreto (Recife, 1849 – Washington, EUA, 1910). Político, diplomata e escritor. Abolicionista. Deputado federal (1878-1882 e 1885-1889). Advogado do Brasil na questão de limites com a Guiana Inglesa. Escreveu, *Um Estadista do Império* (1897-1899) e *Minha Formação* (1900).

NABUCO DE ARAÚJO, José Tomás (Salvador, 1813 – Rio de Janeiro, 1878). Político e jornalista. Presidente da Província de São Paulo (1851-1852). Ministro da Justiça (1853-1859 e 1865-1866). Conselheiro de Estado (1866). Sua trajetória política foi retratada por seu filho, Joaquim Nabuco, em *Um Estadista do Império*.

NASCIMENTO, NICANOR DO. Advogado e político. Um dos fundadores da Liga Socialista (1919) e da revista *Clarté* (1921). Deputado federal, defendeu interesses trabalhistas.

NASSAU, MAURÍCIO DE (Conde Johann Mauritius van Nassau-Siegen) (Dillenburg, Alemanha, 1604 – Kleve, Alemanha, 1679). Militar e administrador colonial holandês. Governador das possessões holandesas no Brasil (1637-1644). Expandiu a conquista holandesa no Brasil e na África. Desenvolveu a economia açucareira, os métodos de plantio de cana e do fumo e modernizou a cidade do Recife.

NATEL, LAUDO (São Manuel, SP, 1920). Banqueiro e político. Foi diretor-presidente do Bradesco. Vice-governador de São Paulo (1962), assumiu o governo após a cassação do mandato de Ademar de Barros (1966). Eleito pela Assembléia Legislativa ao governo estadual (1971-1975).

NEGREIROS, André VIDAL DE (Engenho São João, PB, 1606 – Engenho Novo da Goiana, PE, 1681). Combateu os holandeses na Bahia (1624). Principal chefe do movimento de restauração pernambucana. Participou das duas Batalhas de Guararapes. Governador do Maranhão (1655), de Pernambuco (1657-1661 e 1667) e de Angola, na África (1661-1666).

NEVES, TANCREDO de Almeida (São João del Rei, MG, 1910 – São Paulo, 1985). Político. Deputado federal (1950). Ministro da Justiça (1952-1954). Primeiro-ministro no regime parlamentarista (1961/62). Ingressou no MDB (1965). Eleito para ser o primeiro presidente civil desde 1964, marcando o início da redemocratização do país, morreu antes de tomar posse.

NIEMEYER, WALDIR. (?) Político. Ministro do Trabalho, Comércio e Indústria (1954-1955).

NIEMEYER, OSCAR (Rio de Janeiro, 1907). Arquiteto. Juntamente com Lúcio Costa, introduziu no Brasil técnicas arquitetônicas avançadas, com novos materiais e um conceito inovador da funcionalidade da arquitetura. Enfatizando a integração com a escultura e a pintura, criou grandes volumes nos quais linhas delicadas e sinuosas dão leveza ao concreto. Tornou-se internacionalmente famoso, realizando projetos de conjuntos urbanísticos em vários países da América, da Europa, do Oriente Médio e da África.

NÓBREGA, Padre MANUEL DA (Minho, Portugal, 1517 – Rio de Janeiro, 1570). Missionário jesuíta. Chefiou a primeira missão ao Brasil (1549), dedicando-se à catequese dos índios. Seguiu para a Capitania de São Vicente (1553). Fundou o colégio que deu origem à cidade de São Paulo (1554). Juntamente com Anchieta pacificou os tamoios (1563), fundando no local a cidade do Rio de Janeiro. Escreveu *Informação das Terras do Brasil.*

NOGUEIRA FILHO, Paulo (São Paulo, 1899-1969). Político, empresário e historiador. Um dos articuladores da Revolução de 1930 e 1932. Exilado em 1932 e 1938. Voltou em 1945. Deputado constituinte (1946). Publicou, entre outros, *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista.*

NORONHA, almirante José ISAÍAS de (Rio de Janeiro, 1873-1963). Político e militar. Participou da Revolução de 1930. Signatário do ultimato dirigido a Washington Luís. Integrante da junta governativa que ocupou o poder (24-10 a 3-11-1930), passando-o a Getúlio Vargas.

NORONHA, FERNÃO DE (Portugal, século XV-XVI). Navegador português. Conseguiu a concessão de Dom Manuel I para explorar os recursos naturais do Brasil (1503), ocupando a ilha que hoje leva seu nome.

OLINDA, MARQUÊS DE (Pedro de Araújo Lima) (Antas, PE, 1793 – Rio de Janeiro, 1870). Político. Regente do Império (1837-1840). Conselheiro do Estado (1842). Presidente do Conselho de Ministros (1848, 1857, 1862 e 1865). Sufocou rebeliões no Pará (Cabanagem, 1835-1840) e na Bahia (Sabinada, 1837). Lutou pela pacificação do Maranhão (Balaiada, 1838-1841).

OLIVEIRA, DANTE DE (Cuiabá, 1951). Político. Deputado federal pelo PMDB de Mato Grosso, ganhou notoriedade nacional com a apresentação da emenda – que foi rejeitada – para restaurar as eleições diretas para a presidência da República (1985). Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (1985-1987). Prefeito de Cuiabá (1985-1988, reeleito em 1992).

OLIVEIRA, MINERVINO DE. (?) Operário marmorista e militante do Partido Comunista. Eleito vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro (1928). Candidato dos comunistas à eleição presidencial de 1930.

OSÓRIO, Manuel Luís (Santo Antônio do Arroio, RS, 1808 – Rio de Janeiro, 1879). Militar. Participou da Guerra dos Farrapos (1835-1845) e da Batalha de Monte Caseros, no Prata (1852). Comandou a invasão ao Paraguai (1866) e participou das batalhas de Tuiuti, Humaitá e Avaí. Senador (1877). Ministro da Guerra (1878).

OTTONI, TEÓFILO (Serro, MG, 1807 – Rio de Janeiro, 1869). Político. Participou de movimentos de oposição a Dom Pedro I (1831-1840). Deputado (1835, 1845 e 1848). Chefiou uma revoluções liberal em Minas Gerais e São Paulo, que derrotada resultou em sua prisão. Absolvido e anistiado (1844). Senador (1864).

OURO PRETO, VISCONDE DE (Afonso Celso de Assis Figueiredo) (Ouro Preto, MG, 1837 – Petrópolis, RJ, 1912). Político. Deputado (1864-1868 e 1878-1879). Senador (1879). Conselheiro de Estado (1882). Ministro da Marinha (1866) e da Fazenda (1879 e 1889). Presidente do Conselho de Ministros do Império (1889), formou o último gabinete antes da República.

OWEN, ROBERT (País de Gales, 1771 – *idem*, 1858). Pioneiro do socialismo utópico. Suas experiências na administração de indústrias, valorizando a higiene, a educação e boas condições de trabalho, repercutiram por toda a Europa. Tentou implantar suas propostas nos EUA (1825-1828); de volta à Inglaterra, dedicou-se ao cooperativismo.

PAIM FILHO, Firmino (Vacaria, RS, 1882-1971). Político. Comandou tropas de provisórios (RS) e travou combates com a Coluna Prestes (1923-1925). Foi membro da Aliança Liberal e participou da Revolução de 30. Deputado federal (1909-1913) e estadual (1919-1924 e 1935-1937).

PAIS, FERNÃO DIAS (São Paulo, *c.* 1608 – Minas Gerais, 1681). Bandeirante. Partiu de São Paulo (1674) em direção ao norte de Minas Gerais, onde encontrou pedras que julgou serem esmeraldas. Percorreu os vales dos Rios das Mortes, Paraopeba, das Velhas, Araçuaí e Jequitinhonha. Morreu quando voltava para São Paulo (1681). Seus restos mortais se encontram no Mosteiro São Bento (SP).

PALHETA, FRANCISCO de Melo (Belém, 1670 – ?). Desbravador. Comandou a expedição ao Rio Madeira (1722). Enviado ao Oiapoque em busca de ouro (1727). Introduziu o plantio de café no Brasil (PA).

PARANÁ, MARQUÊS DE (Honório Hermeto Carneiro Leão) (Arraial de Jacuí, MG, 1801 – Rio de Janeiro, 1856). Político do Império. Ministro da Justiça (1832). Fundou o Partido Conservador (1837). Presidente do Rio de Janeiro (1841). Ministro da Justiça e interino dos Estrangeiros (1843). Como presidente de Pernambuco, pacificou a província abalada pela Insurreição Praieira (1849). Ministro da Fazenda (1853).

PARNAÍBA, Barão, Visconde e Conde de (Antônio de Queirós Teles) (Jundiaí, SP, 1831 – Campinas, SP, 1888). Político. Presidente da Província de São Paulo por vinte meses. Organizou e dirigiu a construção da Estrada de Ferro Mojiana.

PASSOS, GABRIEL de Resende (Itapecerica, MG, 1901 – Rio de Janeiro, 1962). Participou da Revolução de 30. Constituinte (1934 e 1946). Ministro de Minas e Energia (1961).

PATROCÍNIO, JOSÉ Carlos DO (Campos, RJ, 1854 – Rio de Janeiro, 1905). Jornalista e orador. Abolicionista e republicano. Proprietário do jornal *Gazeta da Tarde* (1881). Fundou *Cidade do Rio* (1887). Deu fuga a escravos e criou núcleos abolicionistas. Por suas idéias liberais foi deportado para o Amazonas (1892).

PEÇANHA, NILO Procópio (Campos, RJ, 1867 – Rio de Janeiro, 1924). Político. Abolicionista e republicano. Senador (1903). Presidente do Rio de Janeiro (1903-1906 e 1914-1917). Vice-presidente da República (1906-1910). Assumiu a presidência com a morte de Afonso Pena (1909-1910). Ministro das Relações Exteriores (1917).

PEDRO I (Queluz, Portugal, 1798 – *idem*, 1834). Imperador do Brasil (1822-1831). Foi nomeado príncipe regente (1821), substituindo seu pai, Dom João VI. Declarou a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822. Dissolveu a Assembléia Constituinte (1823). Outorgou uma Constituição ao Brasil (1824). Declarou guerra às Províncias Unidas do Prata (1825). Abdicou da Coroa portuguesa em favor de sua filha Maria da Glória (1826). Por causa da oposição e de uma reação popular abdicou do trono do Brasil em favor de seu filho Pedro (1831), voltando para Portugal para defender o trono contra Dom Miguel, seu irmão.

PEDRO II (Pedro de Alcântara) (Rio de Janeiro, 1825 – Paris, 1891). Imperador do Brasil (1831-1889). As lutas civis desencadeadas após a abdicação de seu pai precipitaram a declaração de sua maioridade em 1840. Lutando pela pacificação do país, enfrentou as últimas revoltas do Império. Sustentou a guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e a guerra contra o Paraguai (1864-1870). Durante seu reinado foi promulgada a Lei Áurea (1888), abolindo a escravidão. Após a proclamação da República foi deportado para a Europa.

PEIXOTO, FLORIANO Vieira (Maceió, AL, 1839 – Floriano, RJ, 1895). Político e militar. Participou da Guerra do Paraguai. Presidente da Província de Minas Gerais (1884). Vice-presidente da República (1891) e presidente (1891-1894) com a renúncia de Deodoro da Fonseca. Sufocou a revolta da Fortaleza de Santa Cruz (1892), a da Armada (1894) e a Federalista (1895).

PEIXOTO, Inácio José de ALVARENGA (Rio de Janeiro, *c.* 1744 – Angola, 1793). Poeta árcade. Um dos chefes da Inconfidência Mineira, foi denunciado e preso. Condenado à morte, teve sua pena comutada para exílio perpétuo. Partiu para Angola, onde morreu.

PELLACANI, Dante (São Paulo, 1923-1981). Líder sindical. Um dos criadores do movimento Jan-Jan (1960). Diretor-geral do Departamento Nacional de Previdência Social (1962-1963). Presidente da CGT (1962-1964).

PENA, AFONSO Augusto Moreira (Minas Gerais, 1847 – Rio de Janeiro, 1909). Político. Deputado (1874-1879 e 1878-1889). Ministro da Guerra (1882), da Agricultura (1883) e da Justiça (1885). Participou da comissão que organizou o Código Civil (1888). Vice-presidente (1903); como presidente da República eleito (1906), buscou a estabilidade cambial. Morreu antes de completar o mandato.

PEREIRA, ASTROJILDO (Rio Bonito, RJ, 1890 – Rio de Janeiro, 1965). Líder comunista, político e escritor. Militou inicialmente no anarquismo. Fundou o Grupo Comunista do Rio de Janeiro (1920), germe do PCB, criado em 1922. Em 1964, já doente, foi preso, morrendo logo após sua libertação. Na crítica literária, dedicou-se ao estudo de Machado de Assis.

PEREIRA, DUARTE COELHO (Miragaia, Portugal, 1480 ou 1485 – Olinda, PE, 1554). Militar e colonizador português, esteve na expedição de Cabral. Donatário da Capitania de Pernambuco, fundou as Vilas de Igaraçu e Olinda (1534). Implantou o cultivo de cana-de-açúcar e os primeiros engenhos.

PEREIRA, Duarte PACHECO (Portugal, 1460-1533). Navegador e militar português. Delegado de seu país na conferência que resultou no Tratado de Tordesilhas. Realizou explorações na costa da África e participou da expedição que chegou ao Brasil (1500), indo depois até a Índia (1503).

PEREIRA, José CLEMENTE (Castelo Mendo, Portugal, 1787 – Rio de Janeiro, 1854). Político e magistrado. Dedicou-se à causa da Independência. Entregou a Dom Pedro o requerimento de permanência no Brasil (dia do "fico", 1822). Co-autor do Código Criminal (1827) e do Comercial (1850).

PEREIRA Lima, JOSÉ (1884-1949). "Coronel" da Paraíba. Chefe político de Princesa, atual Princesa Isabel. Combateu os cangaceiros (1920-1928). Deflagrou a Revolta de Princesa (1930), com o apoio do presidente Washington Luís. Ficou foragido por quatro anos, após a Revolução de 1930. Anistiado (1934).

PERÓN, JUAN Domingo (Buenos Aires, 1895 – *idem*, 1974). Militar e político argentino. Participante de um grupo de oficiais nacionalistas e antiliberais. Ministro da Guerra e vice-presidente da República (1944). Foi preso por um movimento de oposição (1945) e solto graças a uma manifestação de massa liderada por sua esposa Eva Perón. Presidente eleito (1946) e reeleito (1951), foi deposto por um golpe militar (1955), exilando-se na Espanha. Voltou (1972) e foi eleito mais uma vez em 1973. Governou com o apoio das organizações sindicais, encarnando o sistema populista de governo na Argentina.

PESSOA, EPITÁCIO da Silva (Umbuzeiro, PB, 1865 – Petrópolis, RJ, 1942). Político. Deputado (1890-1891). Ministro da Justiça (1891-1901) e do Supremo Tribunal Federal (1902). Chefiou a delegação brasileira à Conferência de Paz de Versalhes (1919). Presidente da República (1919-1922). Enfrentou a revolta dos Dezoito do Forte.

PESSOA Cavalcanti de Albuquerque, JOÃO (Umbuzeiro, PB, 1878 – Recife, 1930). Político. Presidente da Província da Paraíba (1928). Candidato à vice-presidência pela chapa da Aliança Liberal (1929). Seu assassinato contribuiu para desencadear a Revolução de 1930.

PIMENTA, JOAQUIM (Tauá, CE, 1886 – Rio de Janeiro, 1963). Líder socialista na Primeira República. Participou da elaboração das leis trabalhistas a partir de 1930.

PINHEIRO da Silva, ISRAEL (Caeté, MG, 1896 – Belo Horizonte, 1973). Político. Um dos pioneiros da indústria siderúrgica no país. Participou da Revolução de 1930. Deputado federal (1945, 1950 e 1954). Presidente da Novacap (1957). Prefeito de Brasília (1960-1961). Governador de Minas Gerais (1966-1971).

PINTO, Carlos Alberto de CARVALHO (São Paulo, 1910-1987). Político. Secretário das Finanças de Jânio Quadros na prefeitura e no governo do Estado de São Paulo (1953 e 1954). Governador de SP (1958). Ministro da Fazenda (1963). Senador (19661974).

PINTO, José MAGALHÃES (Santo Antônio do Monte, MG, 1909). Político e banqueiro. Fundou o Banco Nacional de Minas Gerais (1944). Um dos autores do Manifesto dos Mineiros. Deputado constituinte pela UDN (1946) e federal (1950, 1954, 1958, 1978 e 1982). Governador de Minas Gerais (1959). Um dos articuladores do golpe de 1964. Ministro das Relações Exteriores (1967-1969).

PIO IX (Giovanni Maria Mastai Ferretti) (Senigallia, 1792 – Roma, 1878). Papa (1846-1878). Pronunciou-se contra as Revoluções de 1848. Reuniu o I Concílio do Vaticano (1869). Proclamou os dogmas da Imaculada Conceição (1854) e da infalibilidade papal(1870).

PIRES de Sousa, Francisco WALDIR (Acajutiba, BA, 1926). Político e advogado. Deputado estadual (1954) e federal pelo PSD (1958). Consultor-geral da República (1963). Teve seus direitos políticos eassados (1964). Exilou-se no Uruguai e na França, até 1970. Filiou-se ao MDB (1979), depois ao PMDB (1980). Ministro da Previdência Social (1985). Governador da BA (1987-1989). Deputado federal pelo PDT (1990).

POMBAL, MARQUÊS DE (Sebastião José de Carvalho e Melo) (Lisboa, 1699 – Quinta de Pombal, 1782). Estadista português. Nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750) por D. José I. Declarou a liberdade dos indígenas no Brasil, pelas leis de 1755 e 1758 e transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Promoveu violenta perseguição aos jesuítas, expulsando mais de seiscentos do Brasil (1760). Quando Dona Maria I assumiu o trono (1777), foi destituído, acusado de roubo e fraude, julgado culpado e desterrado (1781).

PORTELA, Petrônio (PI, 1925 – Brasília, 1980). Político. Prefeito de Teresina (1958). Governador do Piauí (1962). Senador (1966 e 1974). Presidente do Senado Federal (1971 e 1977) e da Arena (1973). Ministro da Justiça (1979-1980). Articulador de entendimentos com a oposição para promover a redemocratização do país.

POST, FRANS Janszoon (Haarlem, Holanda, 1612 – *idem*, 1680). Pintor holandês. Chegou ao Brasil com Maurício de Nassau (1637), com a função de documentar o trabalho do administrador holandês. Além de fatos históricos, retratos e situações cotidianas, executou também paisagens. De volta à Holanda, ilustrou com gravuras o livro de Barlaeus, *Rerum per Octenium in Brasilia* (1645), baseando-se nos desenhos que havia feito no Brasil.

PRADO, ANTÔNIO da Silva (SP, 1840 – Rio de Janeiro, 1929). Político. Abolicionista e republicano. Ministro da Agricultura (1885) e dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura (1888). Deputado constituinte (1890). Prefeito de São Paulo (1889-1912). Fundador do Partido Democrático (1926).

PRADO JÚNIOR, Martinho (São Paulo, 1842 – 1906). Fazendeiro de café e jornalista. Defensor da República. Presidiu a Sociedade Promotora da Imigração (1886), formada em São Paulo para atrair imigrantes para as fazendas.

PRESTES, Luís Carlos (Porto Alegre, 1898 – Rio de Janeiro, 1990). Político e líder comunista. Integrou o movimento tenentista (1924). Esteve à frente da Coluna Prestes, que de 1924 a 1927 marchou por 36 mil quilômetros, enfrentando as forças oficiais, em defesa do voto secreto e da moralização administrativa. Extinta a Coluna, exilou-se na Bolívia e depois na Argentina. Opôs-se à Revolução de 1930 e foi em 1931 para Moscou. Ao voltar para o Brasil, liderou a insurreição comunista (1935). Ficou preso por dez anos. Foi anistiado e elegeu-se senador (1945), mas teve seu mandato cassado (1948). Viveu na clandestinidade até 1958 e teve seus direitos políticos cassados em 1964. Voltou à clandestinidade até 1971, quando se exilou na URSS. Em 1980 foi afastado da secretaria-geral e, a seguir, do próprio partido.

PRESTES de Albuquerque, JÚLIO (Itapetininga, SP, 1882 – São Paulo, 1946). Político. Deputado (1906-1924). Governador de São Paulo (1927-1930). Eleito presidente da República, não tomou posse em virtude da Revolução de 1930.

PROUDHON, Pierre Joseph (França, 1809 – *idem*, 1865). Teórico social francês, inspirador do anarquismo, Em *O que É Propriedade*? (1840) defendia a idéia de uma sociedade sem governo na qual os indivíduos trabalhariam livremente em cooperação mútua. Esteve preso (1849-1852) e exilado (1858-1862), períodos em que se dedicou a propagar suas idéias. Influenciou fortemente o sindicalismo francês. Escreveu *Filosofia da Miséria* (1846) e *Teoria da Propriedade* (1865).

QUADROS, JÂNIO da Silva (Campo Grande, MT, 1917 – São Paulo, 1992). Político. Vereador (1947), deputado estadual (1950) e federal (1958), prefeito (1953) e governador (1954) de São Paulo. Eleito presidente da República, renunciou no mesmo ano (1961). Derrotado nas eleições para o governo de São Paulo (1962 e 1982). Teve seus direitos políticos cassados (1964). Retornou à vida pública em 1974. Eleito prefeito de São Paulo (1985).

QUEIRÓS, EUSÉBIO DE (Angola, 1812 – Rio de Janeiro, 1868). Político e magistrado. Veio para o Brasil em 1815. Foi juiz e desembargador. Chefe de polícia (1833-1844). Ministro da Justiça (1849-1852). Extinguiu o tráfico de escravos africanos (lei de 1850). Senador (1854). Conselheiro de Estado (1855). Implantou o sistema penitenciário no Brasil.

RABELO, Manuel (Rio de Janeiro, 1878 – *idem*, 1945). Político e militar. Positivista. Participou do movimento de 1922. Foi preso (1922-1927). Construiu a linha telegráfica entre Cuiabá e São Luís de Cáceres. Interventor federal (SP, 1931-1932).

RADEMAKER, AUGUSTO (Rio de Janeiro, 1905 – *idem*, 1985). Almirante. Ministro da Marinha (1964). Um dos signatários do AI-1. Integrante da junta militar de 1969 e vice-presidente da República (1969-1974).

RAMOS, NEREU (Lajes, SC, 1888 – Curitiba, 1958). Político. Participou da Revolução de 1930. Foi deputado, governador (1935) e interventor em Santa Catarina. Apoiou o golpe de Estado de 1937. Deputado constituinte (1946). Como presidente do Senado, ocupou a presidência interinamente (1955). Ministro da Justiça (1956-1957).

RAPOSO TAVARES, Antônio (São Miguel de Beja, Portugal, 1598 – São Paulo, 1658). Bandeirante português. Dedicou-se à escravização de indígenas. Destruiu reduções jesuíticas espanholas em Guairá, Tape e Itatim, expandindo as fronteiras até os limites atuais de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

RATCLIFF, JOÃO Guilherme (Portugal, *c.* 1785 – Rio de Janeiro, 1825). Revolucionário e poeta português. Com a queda do Império fugiu para o Recife. Aderiu à Confederação do Equador (1924). Imediato do brigue *Constituição*. Aprisionado seu navio, foi preso e enforcado.

REBOUÇAS, ANDRÉ (Cachoeira, BA, 1838 – Funchal, Ilha da Madeira, 1898). Engenheiro e abolicionista. Construiu as primeiras docas no Rio de Janeiro e no Nordeste. Pioneiro das idéias de reforma agrária. Não aceitou a República, exilando-se na África.

REIS, JOAQUIM SILVÉRIO DOS (Leiria, Portugal, 1756 – Maranhão, 1819). Militar. Participou de entendimentos para preparar a Inconfidência Mineira (1789) e denunciou o movimento ao Marquês de Barbacena.

RIBEIRO, DARCY (Montes Claros, MG, 1922). Antropólogo, romancista e político. Criou o Museu do Índio (1953). Ministro da Educação e Cultura (1961). Organizador e reitor da Universidade de Brasília (1962-1963). Chefe da Casa Civil (1963-1964). Teve seus direitos políticos cassados em 1964. No exílio, lecionou no Chile e no Uruguai. Voltou em 1977. Vice-governador do RJ (1983-1987). Candidatou-se a governador no mesmo estado (1986), sendo derrotado. Secretário extraordinário do Desenvolvimento Social de Minas Gerais (1987).

RIBEIRO, Jair Dantas (São José de Mipibu, RN, 1900 – Rio de Janeiro, 1969). General. Comandante da Academia Militar de Agulhas Negras (1952) e do III Exército, no Sul (1962). Ministro da Guerra (1963), opôs-se ao movimento de 1964.

RICHA, José (Rio de Janeiro, 1934). Político, jornalista e empresário. Deputado federal (1963-1967 e 1967-1971). Prefeito de Londrina (1973-1977). Governador do Paraná (1983-1986). Senador (1986). Um dos fundadores do PSDB.

RIO BRANCO, BARÃO DO (José da Silva Paranhos Júnior) (Rio de Janeiro, 1845 – *idem*, 1912). Diplomata e historiador. Deputado. Professor no Colégio Pedro II. Cônsul-geral em Liverpool (1876). Defendeu com sucesso a causa das fronteiras brasileiras com a Argentina (1893) e com a Guiana Francesa (1898). Ministro plenipotenciário e das Relações Exteriores (1902-1912). Conseguiu a assinatura do Tratado de Petrópolis (1903), que encerrou a Questão do Acre.

ROCHA, Francisco de Paula BROCHADO DA (Porto Alegre, 1910-1962). Político. Consultor-geral da República (1955). Primeiro-ministro (1962).

ROCHA, JUSTINIANO JOSÉ DA (Rio de Janeiro, 1812-1863). Jornalista, historiador e educador. Professor do Colégio Pedro II e da Escola Militar do Rio de Janeiro. Membro do Partido Conservador. Fundou os jornais: *Correio do Brasil, O Constitucional* e *O Regenerador.*

RODRIGUES ALVES, Francisco de Paula (Guaratinguetá, SP, 1858 – Rio de Janeiro, 1919). Político. Presidente da Província de São Paulo (1887-1888 e 1912-1916). Deputado constituinte (1890-1891). Ministro da Fazenda (1891-1892 e 1895-1896). Senador (1893-1894, 1897-1900

e 1916-1917). Empreendeu o saneamento do Rio de Janeiro, erradicando a febre amarela. Presidente da República (1902-1906). Foi reeleito em 1918, mas faleceu sem tomar posse.

ROMA, PADRE (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima) (Recife, 1768 – Bahia, 1817). Livre-pensador e republicano, defendia idéias socialistas. Participou da Revolução Pernambucana (1817), sendo preso e condenado à morte.

ROOSEVELT, FRANKLIN Delano (Hyde Park, 1882 – Warm Springs, EUA, 1945). Político americano. Presidente dos EUA por quatro vezes sucessivas: 1933, 1936, 1940 e 1944. Enfrentou o difícil período que se seguiu à crise econômica mundial de 1929; o sucesso de sua política econômica do New Deal conquistou-lhe grande popularidade. Levou os EUA a participar da Segunda Guerra Mundial e teve um papel fundamental no desenrolar da guerra e nas negociações que redesenharam o mapa do mundo, especialmente da Europa.

ROSA E SILVA, Francisco (Recife, 1857 – Rio de Janeiro, 1929). Político. Membro do Partido Conservador, foi deputado (1882-1889 e 18901896). Ministro da Justiça (1889). Vice-presidente da República (1898-1902), assumiu a presidência interinamente em 1900. A partir de 1896, foi várias vezes senador. Elegeu-se presidente de Pernambuco (1911), mas foi impedido de assumir o cargo.

ROSAS, Juan Manuel de (Buenos Aires, 1793 – Southampton, Inglaterra, 1877). Político e militar argentino. Governador de Buenos Aires (1829-1832 e 1835-1852). Federalista, comandou a partir de 1828 as lutas contra o unitarismo de Lavalle. Em 1829, como chefe do governo, interveio no Uruguai colocando Oribe no poder. Enfrentou o Paraguai, a Bolívia e o Chile e desencadeou a reação do Império do Brasil por questões de fronteiras. Foi derrotado pelas forças brasileiras, aliadas a seu adversário, Urquiza, e com o apoio de tropas uruguaias. Exilou-se na Inglaterra.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (Genebra, 1712 – Ermenonville, 1778). Filósofo. Nascido na Suíça, emigrou para a França, onde participou do grupo de pensadores iluministas que elaborou a Enciclopédia. Como contratualista, defendeu a idéia de que a sociedade deriva de um contrato entre os homens. Antiabsolutista, foi precursor da corrente jacobina na Revolução Francesa. Suas idéias acerca do estado do homem na natureza deram origem ao mito do "bom selvagem". Suas principais obras, que exerceram forte influência no campo da filosofia da educação e entre os líderes da Revolução Francesa, são: *Discurso sobre as Ciências e as Artes* (1750), *Nova Heloísa* (1761), *Emílio* e *Do Contrato Social* (1762).

RYFF, RAUL (Porto Alegre, 1913 – Rio de Janeiro, 1989). Político e jornalista. Um dos fundadores da Aliança Nacional Libertadora (1935). Após a Intentona Comunista foi preso, acusado de envolvimento no levante. Exilou-se no Uruguai (1937). Membro do PCB (1945 e 1947). Secretário de Imprensa da presidência da República (1961).

SÁ, MEM DE (Portugal, *c.* 1500 – Salvador, 1572). Administrador colonial. Tentou pacificar os conflitos entre colonos e jesuítas, decorrentes da escravização indígena. Expulsou os franceses do Rio de Janeiro (1567). Como governador-geral (1558-1572), incentivou as bandeiras e entradas.

SÁ, SALVADOR Correia DE (Portugal, 1547 – *idem*, 1631). Administrador colonial. Chegou ao Brasil em 1557. Governador do Rio de Janeiro (1568-1572 e 1577-1598). Superintendente das minas das Capitanias de São Vicente e Espírito Santo. Voltou para Portugal em 1620.

SABINO, Francisco (BA, *c.* 1797 – Cárceres, MT, 1846). Revolucionário. Chefiou a Sabinada (1837). Preso e condenado à morte. Comutada a pena, foi deportado para Goiás e depois para o Mato Grosso.

SALGADO, PLÍNIO (São Bento do Sapucaí, SP, 1895 – São Paulo, 1975). Político e escritor. Criador do integralismo, ideologia de inspiração católica e fascista, que se opunha ao liberalismo, ao judaísmo e ao socialismo. Dcputado (1928-1930, 1958 e 1962). Exilou-se em Portugal, após a tentativa integralista de derrubar Vargas (1938). Voltou em 1945, fundando o Partido de Representação Popular. Entre outras obras, acham-se: *O que É Integralismo*? (1934), *Vida de Jesus* (1942) e *O Esperado* (1931).

SALGADO FILHO, Joaquim Pedro (Porto Alegre, RS, 1888 – Rio Grande do Sul, 1950). Político. Ministro do Trabalho (1932-1938) c do Superior Tribunal Militar (1938-1941). Deputado (1937) e senador (1945-1950). Idealizou a FAB (1942) e o Ministério da Aeronáutica (1941), sendo seu primeiro ministro.

SALLES OLIVEIRA, Armando de (São Paulo, 1887 – *idem*, 1945). Político. Governador de São Paulo (1935-1936). Integrante da União Democrática Brasileira. Após o golpe de Estado (1937) foi prcso e cxilado. Diretor do jornal *O Estado de S. Paulo* e um dos editores da *Revista do Brasil* (1916). Um dos fundadores da USP (1934).

SALVADOR, FREI VICENTE DO (Vicente Rodrigues Palha) (Salvador, *c.* 1564 – *idem*, *c.* 1637). Historiador. Sua obra *História do Brasil* (1627), descoberta e publicada por Capistrano de Abreu, em 1889, é a primeira tentativa significativa de se escrever uma história do país.

SANTOS, FILIPE DOS (Lisboa, 1691 – Ouro Preto, Minas Gerais, 1720). Líder da rebclião ocorrida cm Vila Rica (1720) contra os impostos sobrc a mineração de ouro c contra a implantação dc casas de fundição. Foi preso, enforcado e esquartejado.

SARAIVA, José Antônio (Bom Jardim, BA, 1823 – Salvador, 1895). Político. Presidentc das Províncias de Alagoas, Pernambuco, São Paulo e Piauí, onde transferiu a capital para Tcresina. Foi deputado e senador. Ministro da Justiça, da Guerra, da Fazenda c da Agricultura. Conseguiu a aprovação da Lci dos Sexagenários (1885). Integrou a Constituinte republicana dc 1891.

SARNEY, JOSÉ (José Ribamar Ferreira de Araújo Costa) (Pinheiro, MA, 1930). Político, jornalista e cscritor. Deputado (1955, 1958 e 1962). Governador do Maranhão (1966). Senador (1970 e 1978). Um dos fundadores do PDS, pertenceu depois à Arena e, a seguir, ao PMDB. Presidente interino, assumiu o cargo após a morte de Tancredo Neves (1985). Senador (1991).

SAYAD, JOÃO (São Paulo, 1945). Político e economista. Ministro do Planejamento e coordenação (1985-1990). Assessorou José Sarney na reforma monetária que instituiu o cruzado.

SIGAUD, DOM GERALDO (Belo Horizonte, 1906). Arcebispo de Diamantina (MG), anticomunista ferrenho e representante da ala mais conservadora do catolicismo. Afastou-se do cargo em 1980.

SILVA, Francisco de LIMA E (Rio de Janeiro, 1785 – *idem*, 1853). Político e militar. Pai do Duque de Caxias. Marechal-de-campo. Combateu a Confederação do Equador (1824). Participou da Regência Trinas e da provisória (1831) e da permanente (1831-1835).

SILVA, GOLBERI DO COUTO E (Rio Grande, RS, 1910 – São Paulo, 1987). Militar. Membro da Escola Superior de Guerra desde 1952, consolidou a doutrina de segurança nacional que serviria de fundamento ideológico para a ditadura militar. Ajudou a articular o golpe de 1964, criando a seguir o SNI, que passou a chefiar com *status* de ministro até 1967. Presidiu a Dow Chemical para a América Latina (1972). A partir de 1974 chefiou o Gabinete Civil da presidência. Renunciou em 1981, por ocasião do episódio do Riocentro.

SIMONSEN, MÁRIO HENRIQUE (Rio de Janeiro, 1935). Político e economista. Presidente do Mobral (1969-1974). Ministro da Fazenda (1974). Um dos principais expoentes do monetarismo e da política financeira ortodoxa.

SIMONSEN, ROBERTO Cochrane (Santos, SP, 1889 – Rio de Janeiro, 1948). Engenheiro, empresário, historiador e político. Fundou o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (1928). Idealizador do Senai e do Sesi. Fundador da Faculdade de Engenharia Industrial, da Escola Livre de Sociologia e Política e do Instituto de Organização Racional do Trabalho, em 1933. Deputado (1934-1937 e 1945) e senador (1946). Escreveu *História Econômica do Brasil* (1937), entre outros.

SMITH, ADAM (Kirkcaldy, Escócia, 1723 – Edimburgo, 1790). Filósofo e economista escocês. Seu livro *Pesquisas sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, escrito no início da Revolução Industrial, baseia-se no conceito do trabalho como fonte de riquezas, e defende a livre concorrência.

SOARES, José Carlos de MACEDO (São Paulo, 1883-1968). Político. Participou da Revolução de 1930. Secretário do Interior e da Justiça do Estado de São Paulo (1930). Chefe da delegação brasileira à Conferência Internacional do Desarmamento (1932). Deputado federal (1933) e constituinte (1934). Ministro da Justiça de Vargas, renunciou ao ter conhecimento da preparação do golpe do Estado Novo (1937). Como ministro das Relações Exteriores, conduziu a solução da Guerra do Chaco (1938 e 1955-1958). Interventor federal em São Paulo (1945-1947).

SOARES de Moura, RAUL (Ubá, MG, 1877 – Belo Horizonte, 1924). Político. Deputado, senador e presidente de MG (1922-1924). Ministro da Marinha (1919).

SOLANO LÓPEZ, Francisco (Assunção, Paraguai, 1826 – Cerro Corá, Paraguai, 1870). Político e militar paraguaio. Foi ministro da Guerra e da Marinha. Assumiu a presidência (1862-1870), após a morte de seu pai. Liderou seu exército na guerra contra o Brasil sendo morto na batalha de Cerro Corá.

SOUSA, Agostinho Bezerra CAVALCANTI E (Recife, 1788 – *idem*, 1825). Militar. Participou da Revolução Pernambucana (1817) e da Confederação do Equador (1824).

SOUSA, MARTIM AFONSO DE (Vila Viçosa, Portugal, 1500 – Lisboa, 1571). Militar e administrador colonial português. Foi mandado para o Brasil como colonizador para combater os franceses e explorar o litoral. Em 1532 fundou as Vilas de Piratininga e de São Vicente. Recebeu de Dom João III as Capitanias de São Vicente e Rio de Janeiro (1533), mas não chegou a tomar posse. Dedicou-se à conquista das Índias, tornando-se vice-rei (1542).

SOUSA, TOMÉ DE (Lisboa, 1502 – *idem*, *c.* 1579). Administrador colonial. Combateu os mouros na África e participou de uma expedição à Índia (1545). Chegou à Baía de Todos os Santos

como primeiro governador-geral (1549), trazendo colonos, jesuítas, funcionários e gado da Ilha de Cabo Verde. Iniciou a construção da cidade de Salvador.

SOUSA, WASHINGTON LUÍS Pereira de (Macaé, RJ, 1870 – São Paulo, 1957). Político e historiador. Vereador (1897). Deputado estadual (1904-1906). Prefeito de SP (1912-1919). Presidente do Estado de São Paulo (1920-1924). Como presidente da República (1926-1930) enfrentou a crise de 1929. Com a vitória da Revolução de 1930 foi deposto, preso e exilado. Anistiado dezessete anos depois, regressou ao Brasil.

SOUSA COSTA, Artur de (Pelotas, RS, 1893 – Rio de Janeiro, 1957). Político. Presidente do Banco do Brasil (1931-1934). Ministro da Fazenda (1934-1945).

SPIX, Johann Baptist von (Alemanha, 1781-1827). Naturalista alemão. Durante quase quatro anos (1817-1820) viajou pelo Brasil, em companhia de Von Martius, registrando no livro *Viagem pelo Brasil* suas observações de botânica, zoologia, mineralogia e etnologia.

STÁLIN, Joseph (Iossif Vissarionovitch Djhugashvili) (Gori, Geórgia, 1879 – Moscou, 1953). Político soviético. Militante do Partido Operário Social-Democrático Russo (1901). Participou de movimentos revolucionários integrando-se à facção bolchevique; foi preso e solto várias vezes. Um dos líderes da Revolução Russa de 1917. Secretário-geral do PCUS (1921-1922). Após a morte de Lênin, disputou o poder derrotando Trótski (1927), Kamenev e Zinoviev (1926), Bukharin (1929). Presidente do Conselho de Comissários do Povo (1941). Governou autocraticamente, causando o extermínio de mais de 1 milhão de camponeses (1928-1930). Concluiu o Pacto Germano-Soviético (1939). Conduziu a luta contra a Alemanha (1941-1945).

STROESSNER, Alfredo (Paraguai, 1912). Político e militar. Comandante-chefe das forças armadas (1951). Chefiou o golpe de Estado que depôs o presidente Frederico Chaves e assumiu o governo de modo ditatorial (1954). A partir de 1958, elegeu-se presidente sucessivamente, como candidato único. Foi deposto (1988) e exilou-se no Brasil (1989).

TAMANDARÉ, almirante (Joaquim Marques Lisboa) (Rio Grande, RS, 1807 – Rio de Janeiro, 1897). Militar. Combateu na Confederação do Equador (1824), na Guerra da Cisplatina (1826) e destacou-se na repressão a várias rebeliões: Setembrada (1831), Balaiada (1838-1841), Cabanagem (1835-1840), Sabinada (1837), Guerra dos Farrapos (1835/45), Revolução Praieira (1848). Participou da Guerra do Paraguai (1865-1866).

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle (Florianópolis, SC, 1876 – São Paulo, 1958). Historiador e lexicógrafo. Registrou vários fatos da história de São Paulo e do Brasil. É autor de *História Geral das Bandeiras Paulistas* (1924-1950).

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (Rio de Janeiro, 1843 – *idem*, 1899). Escritor e político. Participou da Guerra do Paraguai, registrando sua experiência no livro *A Retirada da Laguna*. Senador (1866), deputado estadual (1872) e presidente da Província de Santa Catarina (1876). Escreveu também o romance *Inocência*, além de outras obras históricas e de ficção.

TAUNAY, Félix Émily (França, 1795 – Rio de Janeiro, 1881). Pintor. Veio para o Brasil como membro da Missão Artística Francesa (1816). Criou exposições anuais e prêmios. Professor e diretor da Academia de Belas-Artes (1834-1851). Realizou a urbanização e o ajardinemanto do Rio de Janeiro. Pintou o retrato de Dom Pedro II (Museu Nacional de Belas-Artes).

TAVARES, Francisco MUNIZ (Recife, 1793-1876). Sacerdote e político. Um dos líderes da Revolução Pernambucana (1817), registrou os fatos marcantes em *História da Revolução Pernambucana de 1817* (1840). Foi preso em Salvador (1817-1821). Deputado (1821 e 1823). Foi contra a Confederação do Equador (1824).

TÁVORA, JOAQUIM do Nascimento (Jaguaribe, CE, 1881 – São Paulo, 1924). Militar. Participou das revoluções tenentistas de 1922 e 1924, sendo ferido e morto em São Paulo.

TÁVORA, JUAREZ do Nascimento (Jaguaribe, CE, 1898 – Rio de Janeiro, 1975). Militar e político. Participou das Revoluções de 1922, 1924, 1930, 1932 e 1964; e lutou contra o Estado Novo (1945). Fundador e comandante da Escola Superior de Guerra (1949). Deputado (1958). Ministro da Viação (1930 e 1964-1967) e da Agricultura (1930). Candidato derrotado à Presidência da República (1955).

TEIXEIRA, ANÍSIO (Caetité, BA, 1900 – Rio de Janeiro, 1971). Educador e escritor. Como secretário de Educação e Cultura, fundou a Universidade do Rio de Janeiro (1935). Conselheiro para o ensino superior na Unesco (1946-1947). Um dos responsáveis intelectuais pelo projeto da Universidade de Brasília. Algumas de suas obras: *Universidade e Liberdade Humana* (1954), *A Educação e a Crise Brasileira* (1956) e *Educação Não É Privilégio* (1957).

TEIXEIRA de Mendonça, Dom MARCOS (?). Bispo. Representante da Inquisição na Bahia, na comissão de 1623.Combateu os holandeses na invasão a Salvador (1624). Chefe dos guerrilheiros do Arraial do Rio Vermelho.

TIBIRIÇÁ, Jorge (Paris, 1855 – São Paulo, 1928). Político. Republicano. Governador nomeado (1890-1891) e eleito (1904-1908) de São Paulo.

TIRADENTES (Joaquim José da Silva Xavier) (São João del Rei, MG, 1756 – Rio de Janeiro, 1792). Militar, prático dentista e revolucionário. Pertenceu ao Regimento de Dragões de Vila Rica (1775). Foi para o Rio dc Janeiro (1788), onde elaborou projetos de canalização de água e de armazéns no cais. Conheceu José Álvares Maciel e voltou para Vila Rica, ajudando a articular a Inconfidência Mineira. Preso com outros inconfidentes, foi condenado à pena de morte, scndo enforcado e esquartejado.

TOLEDO, PEDRO DE (São Paulo, 1860 – Rio de Janeiro, 1935). Político. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (1910-1914). Embaixador na Argentina (1913-1922). Deputado (1905-1907). Interventor federal em São Paulo (1932). Um dos líderes da Revolução de 1932, foi preso e exilado em Lisboa.

TOURINHO, Pedro de Campos (Portugal, ? – *idem*, *c.* 1554). Colonizador português. Chegou ao Brasil (1534), como donatário da Capitania de Porto Seguro. Foi denunciado ao Santo Ofício (1543), provavelmente por razões políticas; condenado à prisão, foi mandado para Portugal (1547).

TROVÃO, José LOPES da Silva (Angra dos Reis, RJ, 1847 – Rio de Janeiro, 1925). Político. Republicano, foi perseguido pela polícia e exilou-se na Europa. Depois voltou para o Brasil e, com a proclamação da República, elegeu-se deputado (1890 e 1894) e senador (1895).

TRUMAN, HARRY S. (Lamar, EUA, 1884 – Kansas, Missouri, EUA, 1972). Político americano. Presidente democrata (1945 e 1948-1952). Decidiu o lançamento das bombas atômicas sobre

o Japão, ao final da Segunda Guerra Mundial. Tentou conter a expansão comunista e envolveu os EUA na Guerra da Coréia.

VALADARES Ribeiro, BENEDITO (Pará de Minas, MG, 1892 – Rio de Janeiro, 1973). Político e escritor. Participou da Revolução de 1930. Interventor federal (1933) e governador (1935-1946) de Minas Gerais. Um dos fundadores do PSD (1944). Deputado (1945 e 1950). Senador (1954).

VARGAS, Benjamim Dornelles, BEJO (São Borja, RS, 1897 – Rio de Janeiro, 1973). Político. Participou da Revolução Gaúcha de 1923. Irmão de Getúlio, de quem foi assessor (1930). Reprimiu a Revolução de 1932. Deputado constituinte (1934). Organizou a guarda pessoal de Vargas (1938). Chefe do serviço de segurança dos palácios presidenciais (1943) e de polícia do Distrito Federal (1945).

VARGAS, GETÚLIO Dornelles (São Borja, RS, 1883 – Rio de Janeiro, 1954). Político. Deputado estadual (1909, 1913 e 1917) e federal (1922-1926). Ministro da Fazenda (1926-1930). Assumiu a presidência da República (1930), através de um golpe, depois foi eleito em 1934 e se manteve no poder até 1945. Conquistou o apoio das massas populares urbanas com medidas como a criação dos institutos de aposentadoria, instituição da assistência médica e hospitalar aos trabalhadores, regulamentação do contrato de trabalho, fixação da jornada de trabalho, garantia de estabilidade após dez anos de emprego e férias remuneradas. Em 1951 voltou ao poder, eleito para a presidência. Suicidou-se em meio a uma série de acusações de corrupção que envolviam políticos de seu círculo.

VARGAS, IVETE (Cândida Ivete Tatsch Martins) (São Borja, RS, 1926 – São Paulo, 1984). Advogada, jornalista e política. Cassada pelo AI-5 (1969). Deputada federal (1950, 1955-1967 e 1982), pelo PTB.

VASCONCELOS, Bernardo PEREIRA DE (Ouro Preto, MG, 1795 – Rio de Janeiro, 1850). Político e magistrado. Como deputado (1826-1838) e senador (1838) de tendências liberais, foi um dos líderes da oposição a Dom Pedro I. Defendeu as propostas de reforma que foram instituídas pelo Ato Adicional de 1834. Ministro da Fazenda (1831-1832), da Justiça e do Império (1837-1839). Conselheiro de Estado (1840). Fundou o Colégio Pedro II (1837).

VASCONCELOS, JARBAS (Vicência, PE, 1942). Político. Secretário-geral do MDB (1969). Deputado estadual (1971) e federal (1975 e 1983). Filiou-se ao PMDB (1979). Prefeito de Recife (1992).

VAUTHIER, LOUIS Léger (1815-1877). Arquiteto francês. Socialista. Chegou ao Recife por volta de 1840. Transformou a arquitetura local, tornando-a mais sofisticada. É obra sua o Teatro Santa Isabel (1845). Permaneceu em Pernambuco até 1846.

VEIGA, EVARISTO DA (Rio de Janeiro, 1799 – *idem*, 1837). Político, jornalista e escritor. Fundou e dirigiu o jornal *Aurora Fluminense* (1827-1835). Reelegeu-se deputado por três vezes a partir de 1830. Retirou-se para Minas Gerais (1835), dedicando-se às letras. Um dos precursores do romantismo no Brasil.

VELHO, DOMINGOS JORGE (Vila de Parnaíba, SP, *c.* 1614 – Piancó, PB, *c.* 1703). Bandeirante. Realizou expedições pelo interior do Piauí, exterminando tribos indígenas. Explorou também

a Paraíba e o Ceará. Contratado pelo governo imperial (1687),lutou contra o Quilombo dos Palmares até exterminá-lo, em 1697.

VELOSO, João Paulo dos REIS (Parnaíba, PI, 1931). Político e economista. Assessor da presidência do Banco do Brasil (1958). Ministro do Planejamento (1969-1979). Organizou o I PND (1972) e o II PND (1974).

VERGUEIRO, NICOLAU Pereira DE CAMPOS (Bragança, Portugal, 1778 – Rio de Janeiro, 1859). Político. Membro do governo provisório de SP (1821). Deputado (1822 e 1826) e senador (1828). Foi preso após a dissolução da Constituinte de 1823. Integrou a Regência Trina (1831). Defendeu a causa da Independência e a maioridade antecipada de Dom Pedro II. Ministro do Império (1832), da Fazenda (1833) e da Justiça (1847). Chefiou a Revolução Liberal de 1842.

VIANA, Francisco José de OLIVEIRA (Saquarema, RJ, 1883 – Niterói, RJ, 1951). Historiador, sociólogo e jurista. Adversário das idéias liberais, considerava que a articulação do país dependia da construção de um Estado forte. Defensor do modelo proposto no Estado Novo (1937-1945). Consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940), participou da elaboração da legislação trabalhista. Escreveu, entre outros, *Evolução do Povo Brasileiro* (1923), *Raça e Assimilação* (1932) e *Instituições Políticas Brasileiras* (1955, póstuma).

VIDAL, Rafael de Abreu SAMPAIO (Campinas, SP, 1870 – São Paulo, 1941). Político. Secretário da Justiça e Segurança Pública e das Finanças de São Paulo. Deputado federal (1919) e constituinte (1934). Ministro da Fazenda (1922-1925).

VIEIRA, João FERNANDES (Funchal, ilha da Madeira, 1613 – Recife, 1681). Aliou-se a Vidal de Negreiros nas lutas contra os holandeses, em Pernambuco, derrotando-os no Monte das Tabocas, em Casa Forte e em Guararapes. Governador da Paraíba (1655-1657). Capitão-general de Angola, na África (1658-1661).

VIEIRA, Padre ANTÔNIO (Lisboa, 1608 – Salvador, 1697). Orador sacro e escritor português. Veio para o Brasil (1615), chefiando missões jesuíticas contra a escravização de indígenas, principalmente no Maranhão. Defendeu junto a Dom João IV a formação de companhias de comércio privilegiadas para reerguer Portugal, contando com a colaboração de judeus portugueses. Esteve por isso na mira da Inquisição. Iniciou em 1679 a publicação de suas peças de oratória, que seriam postumamente reunidas no livro *Sermões*, em 1748.

VITAL Maria Gonçalves de Oliveira, Dom (Pedras de Fogo, PE, 1844 – Paris, 1878). Bispo capuchinho de Olinda (1872). Lutou contra a maçonaria, recebendo o apoio do Papa Pio IX. Mesmo admitindo a legalidade de sua atitude, o Império condenou-o (1874) a quatro anos de prisão e trabalhos forçados, mas foi anistiado por Caxias (1875).

VOLTAIRE (François Marie Arouet) (França, 1694 – *idem*, 1778). Escritor e pensador francês. Um dos principais filósofos do Iluminismo; suas idéias liberais fizeram dele um precursor da Revolução Francesa. Crítico mordaz dos governantes, foi preso várias vezes e precisou exilar-se. Em suas tragédias, poemas, novelas e ensaios, difundiu idéias liberais e criticou de forma satírica e irreverente a Igreja e o Estado. Renovou o estudo da história, abrangendo também as artes e a literatura. Foi um dos organizadores da Enciclopédia.

WEBER, MAX (Erfurt, 1864 – Munique, 1920). Economista e sociólogo alemão. Participou da elaboração da Constituição da República de Weimar (1919). Opunha-se ao imperialismo e

ao racismo. Definiu algumas das linhas mestras das ciências sociais; em estudos de história comparada, analisou a origem e o funcionamento do sistema capitalista. Lançou as bases da sociologia da religião. Entre suas obras se destacam *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* e *Economia e Sociedade*.

WHITAKER, JOSÉ MARIA (São Paulo, 1878 – *idem*, 1970). Empresário e político. Presidente do Banco do Brasil (1919-1923). Com a vitória da Revolução de 1930, foi nomeado secretário da Fazenda e chefe do governo provisório de São Paulo. Ministro da Fazenda (1930-1931 e 1955).

ZUMBI (século XVII). Chefe do Quilombo dos Palmares em sua fase final. Foi traído, preso e morto pelos jagunços liderados por Domingos Jorge Velho (1695). Tornou-se um símbolo da afirmação da população negra no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPÍTULO 1. AS CAUSAS DA EXPANSÃO MARÍTIMA E A CHEGADA DOS PORTUGUESES AO BRASIL

A descrição das transformações sócio-econômicas ocorridas na Europa antes da era da expansão marítima portuguesa baseiam-se em Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System*, Londres, Academic Press, 1974, e em Fernand Braudel, *Civilisation matérielle, économie et capitalisme*, Paris, Armand Colin, 1979. Para a descrição e análise da expansão marítima portuguesa, foi bastante útil o livro de José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, 9ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1984.

CAPÍTULO 2. O BRASIL COLONIAL

A parte referente aos índios se baseia em Carlos Fausto, "Fragmentos de História e Cultura tupinambá: da Etnologia como Instrumento Crítico de Conhecimento Etno-histórico", em *História dos Índios do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Várias partes do capítulo reproduzem observações constantes dos seguintes ensaios que integram Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, Cambridge University Press (CHLA), Ensaios do vol. I: Frédéric Mauro, "Portugal and Brazil: Political and Economic Structures of Empire, 1580-1750"; Andrée Mansuy e Diniz Silva, "Portugal and Brazil: Imperial Re-organization, 1750-1808". Ensaios do vol. II: Stuart B. Schwartz,

"Colonial Brazil, 1580-1750: Plantations and Peripheries"; A. J. R. Russell-Wood, "Colonial Brasil: the Gold Cycle, 1690-1750"; Dauril Alden, "Late Colonial Brazil, 1750-1808".

A discusão sobre o funcionamento e a crise do sistema colonial deve muito a Fernando A. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*, São Paulo, Hucitec, 1979. A descrição das instituições e órgãos da administração portuguesa baseia-se principalmente em Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo – Colônia*, 3ª ed., São Paulo, 1948.

Uma obra clássica que inspirou muitas reflexões é a de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 5ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

A parte sobre economia do açúcar deve muito a Stuart B. Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

As referências à economia paulista no século XVII se baseiam na tese de doutoramento de John M. Monteiro, *São Paulo in the Seventeenth Century: Economy and Society*, University of Chicago, 1985.

As guerras holandesas e o sentimento nativista pernambucano têm como fontes, respectivamente, Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*, São Paulo, Forense/Edusp, 1975, e, do mesmo autor, *Rubro Veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.

Para a sociedade de Minas Gerais na época do ouro, ver Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do Ouro*, Rio de Janeiro, Graal, 1982. O texto sobre a Inconfidência Mineira extraiu muitos dados e observações de Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. Para os aspectos simbólicos do episódio, ver José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas. O Imaginário da República no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990. A referência à economia de Minas Gerais, após o apogeu da exploração do ouro, baseia-se em Roberto Borges Martins, "Minas Gerais, Século XIX: Tráfico e Apego à Escravidão numa Economia Não-Exportadora", *Estudos Econômicos*, FEA-USP, vol. 13, nº 1, 1983.

A ênfase nos vínculos triangulares entre o Brasil, Portugal e a costa da África no tráfico de escravos é de Luís Felipe de Alencastro, *Le Commerce des vivants: traite d'esclaves et "pax lusitana dans l'Atlantic sud*, Universidade de Paris, tese de doutoramento, 1985-1986, mimeo. Outros dados e observações sobre o escravismo no Brasil derivam de Herbert S. Klein, *A Escravidão Africana. América Latina e Caribe*, São Paulo, Brasiliense, 1987; Katia M. De Queirós Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1982; Manuela Carneiro da Cunha, *Negros, Estrangeiros*, São Paulo, Brasiliense, 1985; Pedro Carvalho de Mello, "Estimativa de Longevidade de Escravos no Brasil, na Segunda Metade do século XIX", em *Estudos Economicos*, vol. 13, nº 1, 1983.

Para a controvérsia sôbre a forma básica da colonização portuguesa, alinham-se de um lado, Caio Prado Jr. e Fernando A. Novais, de outro, a partir de Capistrano de Abreu, *Capítulos de História colonial: 1500-1800*, 5ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Briguet, 1969, Ciro Flamarion Santana Cardoso, que enfatiza a pequena produção camponesa voltada para o mercado interno. Uma síntese desse ponto de vista se encontra no capítulo "O Trabalho na Colônia", escrito pelo autor para Maria Yedda Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, Rio de Janeiro, Campus, 1988.

A relevância das atividades mercantis centradas no tráfico de escravos, no Rio de Janeiro, é enfatizada, entre outros, por João L. R. Fragoso e Manolo Florentino, em *O Arcaís-*

mo como Projeto, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1996, e Manolo Florentino, Em *Costas Negras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Os livros de autores mencionados no texto com interpretações divergentes das relações entre Estado e sociedade são os de Raimundo Faoro, *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*, 2ª ed., Globo/Edusp, 2 vols. 1975; Oliveira Viana, *Instituições Políticas Brasileiras*, 2ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 2 vols. 1949; Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, São Paulo, Editora Nacional, 1930.

Para o processo político que vai da abertura dos portos à Independência, utilizei principalmente Leslie Bethell, "The Independence of Brazil", vol. III da *Cambridge History* já citada, e Emília Viotti da Costa, "Introdução ao Estudo da Emancipação Política", em *Brasil em Perspectiva*, São Paulo, Difel, 1968.

Cabe mencionar como obras gerais utilizadas, Antonio Mendes Jr. e outros, *Brasil História, Colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1976, e Maria Yedda Linhares (org.), *História Geral do Brasil*, já citada.

CAPÍTULOS 3 A 5. O PRIMEIRO REINADO
A REGÊNCIA
O SEGUNDO REINADO

Os capítulos 3 a 5, que versam sobre o Império, baseiam-se em vários ensaios que integram a *História Geral da Civilização Brasileira* (HGCB), editada, até a parte referente ao Império inclusive por Sérgio Buarque de Holanda, São Paulo, Difel. Ver especialmente no tomo II, vol. 3, Amaro Quintas, "Agitação Republicana no Nordeste". No vol. 4, Amaro Quintas, "O Nordeste". No vol. 5, Teresa Shorer Petrone, "Imigração Assalariada". No vol. 6, Odilon Nogueira de Matos, "Vias de Comunicação"; Alice P. Canabrava, "A Grande Lavoura"; John Schulz, "O Exército e o Império".

Na *Cambridge History of Latin America*, ver no vol. IV, Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho, "Brazil from Independence to the Middle of the Nineteenth Century", e Richard Graham, "Brazil from the Middle of the Nineteenth Century to the Paraguayan war". No vol. V, Emília Viotti da Costa, "Brazil: The Age of Reform, 1870-1889".

A descrição e análise do proceso político no Império devem muito a José Murilo de Carvalho, *A Construção da Ordem*, Rio de Janeiro, Campus, 1980 e a Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*, São Paulo, INL-Hucitec, 1987. Dados eleitorais foram obtidos em Walter Costa Porto, *O Voto no Brasil*, Brasília, Gráfica do Senado Federal, vol. I, 1989.

Um dos livros utilizados na análise da Guerra dos Farrapos foi o de Spencer Leitman, *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*, Rio de Janeiro, Graal, 1979. Para a história do levante dos malês na Bahia, ver João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1986. A interpretação da Guerra do Paraguai utiliza o livro de Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, e sobretudo o trabalho de Francisco Doratioto, *Em Busca da Hegemonia: As Relações entre o Império do Brasil e o Paraguai* (em vias de publicação). Observações sobre a Guarda Nacional e o Exército derivam da tese de doutoramento de Wilma

Peres Costa, *A Espada de Dâmocles: O Exército e a Crise do Império*, São Paulo, Unicamp, 1990.

Para os anos finais da escravidão, ver Robert Conrad, *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. Outras informações sobre escravidão foram obtidas em *Estatísticas Históricas do Brasil*, Rio de Janeiro, IBGE, vol. 3, 1987.

Os dados de população no período 1822-1890 foram obtidos em Maria Luíza Marcílio e outros, *Crescimento Populacional e Componentes do Crescimento*, Cadernos Ceprap, nº 16, São Paulo, 1973. Referências ao café, açúcar e borracha, no fim do capítulo 5, baseiam-se respectivamente em Antônio Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 1979; Peter L. Eisenberg, *Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco – 1840-1910*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; Barbara Weinstein, *The Amazon Rubber Boom – 1850-1920*, Stanford University Press, 1983. Sobre as ferrovias, ver Flávio A. M. de Saes, *A Grande Empresa de Serviços Públicos na Economia Cafeeira*, São Paulo, Hucitec, 1986.

As interpretações divergentes citadas sobre as razões da não fragmentação do Brasil após a Independência são as de José Murilo de Carvalho em *A Construção da Ordem* e Luís Felipe de Alencastro, em "La Traite négrière et l'unité nationale brésilienne", *Revue Française d'histoire d'Outre-Mer*, t. LXVI, nºs 244-245, 1979.

Posições opostas na questão do escravismo e da "brecha camponesa" colocam de um lado, embora com diferenças entre si, Luís Felipe de Alencastro, já citado, e Jacob Gorender, *A Escravidão Reabilitada*, São Paulo, Ática, 1990; de outro, principalmente, Ciro Flamarion S. Cardoso, *Escravo ou Camponês: O Protocampesinato Negro nas Américas*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

CAPÍTULO 6. A PRIMEIRA REPÚBLICA

Os principais dados econômicos para o período 1889-1945 são de Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889:1945*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. A discussão da política econômica e das alianças oligárquicas incorpora as análises da tese de doutoramento de Eduardo Kugelmas, *Difícil Hegemonia. Um Estudo sobre São Paulo na Primeira República*, FFLCH, USP, 1986. Dados comparativos sobre eleições no Império e na República são de Joseph L. Love, "Political Participation in Brazil, 1881-1969", *Luso Brazilian Review* 9 (2):3-24, 1970. São também do mesmo autor as observações sobre a presença do Rio Grande do Sul na política federal, em *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*, São Paulo, Perspectiva, 1975.

Para uma análise global do período, reproduzem-se partes de Boris Fausto, *Pequenos Ensaios de História da República*, Cadernos Cebrap, nº 10, 1972.

A parte referente à imigração deve muito a Thomas H. Holloway, *Imigrantes para o Café*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984; Maria Stella Ferreira Levy, "O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira (1872-1972)", *Revista de Saúde Pública*,

8:49-90, 1974. Herbert S. Klein, "A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Espanhóis no Brasil", *Estudos Econômicos*, 19 (3):443-56, 1989, e do mesmo autor, "The Social and Economic Integration of Portuguese Immigrants in Brazil in the Late Nineteenth and Twentieth Centuries", *Journal of Latin American Studies*, nº 23, 1989; Maria Tereza Schorer Petrone, "Imigração", em *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*, São Paulo, Difel, Boris Fausto (ed.), tomo III, vol. 9, 1977, pp. 95-133.

Sobre a industrialização, Wilson Suzigan, *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*, São Paulo, Brasiliense, 1986; Paulo Singer, *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968. Observações sobre a burguesia industrial, que vão além da Primeira República, baseiam-se, entre outros, na tese de doutoramento de Maria Antonieta P. Leopoldi, *Industrial Associations and Politics in Contemporary Brazil*, Oxford, 1984.

Dados sobre a economia gaúcha são de Pedro César Dutra Fonseca, "A Transição Capitalista no Rio Grande do Sul: A Economia Gaúcha na Primeira República", em *Estudos Econômicos*, FEA, USP, vol. 15, nº 2, 1985. Sobre as migrações internas, ver Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Holanda Filho, *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record, 1872-1970*, São Paulo, IPE-USP, 1971.

As observações acerca do avanço das atividades agrícolas ligadas ao mercado interno em São Paulo têm como fundamento Maurício A. Font, *Coffee, Contention and Change*, Basil Blackwell, 1990.

Para os temas dos investimentos estrangeiros e da dívida externa, ver Flávio A. M. de Saes e Tamás Szmrecsányi, "O Capital Estrangeiro no Brasil, 1880-1930", *Estudos econômicos*, vol. 15, nº 2, 1985. Warren Dean, "The Brazilian Economy, 1870-1930", em *The Cambridge History of Latin America*, vol. V, pp. 685-725, e Steven Topik, *The Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930*, University of Texas Press, 1987.

CAPÍTULO 7. O ESTADO GETULISTA

A descrição dos movimentos revolucionários utiliza Edgard Carone, *Revoluções do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Buriti, 1965. Para a descrição do processo político, usei mais diretamente o já citado *Pequenos Ensaios de História da República*, e Robert M. Levine, *O Regime Vargas: Os Anos Críticos, 1934-1938*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1970. Muitas informações sobre o período 1930-1983 foram obtidas em Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu (coords.), *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*, Rio de Janeiro, FGV-CPDOC-Forense, 4 vols. 1984.

A análise do integralismo se baseia em Hélgio Trindade, *Integralismo. O Fascismo Brasileiro na Década de 30*, São Paulo, Difel, 1974. Sobre o papel dos industriais, ver Ely Diniz, *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

A análise da política externa tem como fonte principal, Gérson Moura, "A Revolução de 1930 e a Política Externa Brasileira: Ruptura ou Continuidade", em *A Revolução de 30.*

Seminário Internacional, Brasília, Universidade de Brasília, 1982. Sobre as Forças Armadas, ver José Murilo de Carvalho, "Forças Armadas e Política, 1930-1945", *A Revolução de 30. Seminário Internacional*. As referências à formação da opinião pública no governo Vargas baseiam-se em Ângela Castro Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, Vértice-IUPERJ, 1988. Para a questão da educação e a fundação da USP, ver respectivamente Otaíza de Oliveira Romanelli, *História da Educação no Brasil*, 4ª ed., Petrópolis, Vozes, 1978, e Fernando Limongi, "Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo", em Sérgio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo, Vértice/IDESP, vol. I, 1989. Sobre a política financeira no plano externo, ver Marcelo de Paiva Abreu, "O Brasil e a Economia Mundial, 1929-1945", em Boris Fausto (ed.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, tomo III, vol. II, 1984.

CAPÍTULO 8. O PERÍODO DEMOCRÁTICO

A análise geral do processo político se baseia em Thomas E. Skidmore, *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*, Rio de Janeiro, Saga, 1969. Para o governo JK, ver Maria Victória de Mesquita Benevides, *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política, 1956-1961*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. As referências à UDN se baseiam principalmente no livro da autora acima citada, *A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro, 1945-1965*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. A fonte principal para a análise do Exército é Alfred Stepan, *Os Militares na Política*, Rio de Janeiro, Arte Nova, 1971.

A análise do movimento operário se baseia em Leôncio Martins Rodrigues, "Sindicalismo e Classe Operária, 1930-1964", em Boris Fausto (ed.), *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, tomo III, vol. 10, 1983, e Francisco C. Weffort, *Sindicatos e Política*, São Paulo, USP, FFLCH, tese de livre-docência, s/d.

Para as relações econômicas internacionais, ver Pedro Sampaio Malan, "Relações Econômicas Internacionais do Brasil, 1945-1964", em Boris Fausto (ed.) *História Geral da Civilização Brasileira*, São Paulo, Difel, tomo III, vol. II, 1984. Os dados soubre a indústria automobilística foram obtidos em Benedicto Heloiz Nascimento, *Formação da Indústria Automobilística Brasileira*, São Paulo, Instituto de Geografia, USP, 1976.

CAPÍTULOS 9 A 11. O REGIME MILITAR
PRINCIPAIS MUDANÇAS OCORRIDAS
ENTRE 1950 E 1980
A NOVA ORDEM MUNDIAL E O BRASIL

A descrição do processo político se baseia em Maria Helena Moreira Alves, *Estado e oposição no Brasil, 1964-1984*, Petrópolis, Vozes, 1984, e principalmente em Thomas Skidmore, *Brasil: De Castelo a Tancredo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Para a análise

do modelo político ver Fernando Henrique Cardoso, *O Modelo Político Brasileiro*, São Paulo, Difel, 1979. Do mesmo autor, ver uma análise das relações entre a economia e a política com o título de "Desenvolvimento Associado – Dependente e Teoria Democrática", em Alfred Stepan (ed.), *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. Sobre os militares, Alfred Stepan, *Os Militares: Da Abertura à Nova República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. Resultados eleitorais e uma análise do MDB se encontram em Maria D'Alva Gil Kinzo, *Oposição e Autoritarismo. Gênese e Trajetória do MDB, 1966-1979*, São Paulo, IDESP/Vértice, 1988.

Dados sobre trabalhadores no setor automobilístico do ABC paulista são de John Humprey, *Fazendo o "Milagre": Controle Capitalista e Luta Operária na Indústria Automobilística Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1982.

Foram utilizados vários ensaios constantes de Edmar Bacha e Herbert S. Klein (eds.), *A Transição Incompleta*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2 vol., 1986. Ver especialmente no vol. 1, para a população, Thomas W. Merrick, "A População Brasileira a partir de 1945". Para a questão agrária, David Goodman, "Economia e Sociedade Rurais a partir de 1945". Para a educação, no vol. 2, Cláudio de Moura Castro, "O que Está Acontecendo com a Educação no Brasil?"

A análise das migrações se baseia no texto já citado de Douglas Graham e Sérgio Buarque de Holanda Filho. As fases da industrialização a que alude José Serra se encontram indicadas de forma didática em uma entrevista publicada em *Brasil sem Milagres*, São Paulo, Klaxon, 1986.

A controvérsia sobre o significado do II PND do governo Geisel coloca de um lado, com uma interpretação negativa, Albert Fishlow, "Uma História de Dois Presidentes: A Economia Política da Gestão da Crise", em *Democratizando o Brasil*, já citado, e Alkimar R. Moura, "Rumo à Entropia: A Política Econômica de Geisel a Collor", em Bolívar Lamounier (org.), *De Geisel a Collor: o Balanço da Transição*, São Paulo, IDESP, 1990; de outro lado, o trabalho mais significativo que contém uma interpretação positiva é o de Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Sousa, *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

Para as observações sobre a estrutura do campo e a questão da reforma agrária, ver Francisco Graziano, *A Tragédia da Terra. O Fracasso da Reforma Agrária no Brasil*, São Paulo, Iglu-Funep-Unesp, 1991.

As fontes dos dados estatísticos estão mencionadas nas respectivas tabelas, cahendo acrescentar os anuários publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com os resultados das pesquisas nacionais por amostra domiciliar (PNAD).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

FONTE ICONOGRÁFICA

Figs. 1, 2 e 4
BRY, Theodore de. *americae*. pte. 3, Reprint, München, Verlag Konrad Koelb, 1970 [IEB-USP].

Figs. 3, 6, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 42, 43, 44 e 45
Museu Paulista, USP.

Figs. 5, 7 e 8
SPIX, Johann Baptist von. *Atlas zur Reise in Brasilien von Dr. V. Spix und Dr. V. Martius*. Stuttgart, Brockhauss, 1966 [IEB-USP].

Figs. 9 e 15
Fundação Maria Luísa e Oscar Americano.

Fig. 10
Revista Illustrada, n. 643, 1892 [IEB-USP]. A *Revista Illustrada* foi fundada no Rio de Janeiro pelo caricaturista italiano Ângelo Agostini e existiu entre 1876 e 1898.

Fig. 13
DEBRET. *Flowers and Fruits*. Rio de Janeiro, Edições Alumbramento, 1993-1994.

Figs. 20, 21, 22 e 23
Escravos Brasileiros do Século XIX na Fotografia de Cristiano Jr. Ex Libris, 1988.

Fig. 24
Revista Illustrada, n. 569, 1889 [IEB-USP].

Fig. 25
Revista Illustrada, n. 620, 1891 [IEB-USP].

Fig. 26
Revista Illustrada, n. 588, 1890 [IEB-USP].

Figs. 27, 28, 31, 32, 34, 35, 36, 40, 53, 54, 71 e 72
Arquivo Edgard Leuenroth, Centro de Pesquisa e Documentação Social – UNICAMP.

Figs. 29, 30, 46, 49 e 50
Arquivo do Estado de São Paulo.

Fig. 33
KOSSOY, Boris. *São Paulo 1900*. São Paulo, Kosmos-KBPO, 1988.

Figs. 37 e 39
Arquivo Pedro Ernesto, Fundação Getúlio Vargas – CPDOC.

Fig. 38
Arquivo Italo Landucci, Fundação Getúlio Vargas – CPDOC.

Fig. 41
Arquivo Antunes Maciel, Fundação Getúlio Vargas – CPDOC.

Figs. 47 e 48
Coleção Lael Santiago, Arquivo do Estado de São Paulo.

Fig. 51
Arquivo Aurélio Vianna, Fundação Getúlio Vargas – CPDOC.

Fig. 52
IEB-USP.

Figs. 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64
Acervo *Última Hora*, Arquivo do Estado de São Paulo.

Figs. 65, 66, 67, 68, 69 e 70
Agência Estado, SP.

DIDÁTICA

1. *História do Brasil*
   Boris Fausto
2. *Literatura Brasileira: Dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos*
   Luis Roncari
3. *Geografia do Brasil*
   Jurandyr L. Sanches Ross (org.)
4. *A Biologia e o Homem*
   Isaias Raw, Lelia Mennucci e Myriam Krasilchik

Título	*História do Brasil*
Autor	Boris Fausto
Produção	Silvana Biral
	Julia Doi
Projeto Gráfico	Marina Mayumi Watanabe
Capa	Andrea Yanaguita
Foto da Capa	Detalhe da pena de Papagaio Baiano,
	por Fábio Colombini
	Reflexo Texto & Foto
Reprodução de Fotos	Osvaldo Gomes da Silva
Orelha e Quarta-capa	Hélio Leite de Barros
Editoração Eletrônica	Anderson Massahito Nobara
Editoração de Texto	Alice Kyoko Miyashiro
Revisão de Texto	Shizuka Kuchiki
Revisão de Provas	Antônio de Pádua Danesi
	Geraldo Gérson de Souza
	Lucia Helena Siqueira Barbosa
	Cleuza Teruya
	Maria Beatriz Mazzoca Dourado
	Maria Rita Palmeira
Glossário Biográfico	Elzira Arantes
	Ceres de A. Leite Sassi
Pesquisa Iconográfica	Denise Cavalcante Gomes
Divulgação	Regina Brandão
	Bárbara Borges
Secretaria Editorial	Eliane dos Santos
Formato	18 x 25,5 cm
Mancha	29 x 46 paicas
Tipologia	Times 10/15
Papel	Cartão Supremo 250 g/m² (capa)
	Pólen Rustic Areia 85 g/m² (miolo)
Número de Páginas	664
Tiragem	5 000
Fotolito	Macincolor
Laserfilm	Edusp
Impressão e Acabamento	**imprensaoficial**